SIGPUB - Sistema Gerenciador de Publicações Legais

JORNAL OFICIAL
ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Mato Grosso , 22 de Abril de 2013 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO VIII | Nº 1704

ESTADO DE MATO GROSSO
ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM-MT

CONTRATOS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 018/2013

OBJETO: Contratação de profissional para atender ao Convênio nº 02/2012 firmado entre a AMM e o Governo do Estado de Mato Grosso por intermédio da Casa Civil, que possui como objeto o repasse de recursos para **"financiar empreendimentos de desenvolvimento e fomentar o desenvolvimento sustentável dos Municípios de Mato Grosso**"

CONTRATANTE: Associação Matogrossense dos Municípios - AMM.
CONTRATADA: **ALAÍANE RODRIGUES DA SILVA**
VIGÊNCIA: **18/02/2013 a 22/03/2013**

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS (AMM)

Diretoria da AMM
biênio 2013/2014

Presidente de Honra: Meraldo Figueiredo Sá- PSD

Presidente: Valdecir Luiz Colle – Juscimeira -PSD
Primeiro Vice-Presidente: Milton José Toniazzo – Terra Nova do Norte – DEM
Segundo Vice-Presidente: Jamar da Silva Lima – Nova Brasilândia - PT
Terceiro Vice-Presidente: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu - PSB
Quarto Vice-Presidente: João Antônio da Silva Balbino – Rosário Oeste - PSB
Quinto Vice-Presidente: Leonardo Farias Zampa – Novo São Joaquim - PR
Secretário Geral: Carlos Roberto Bianchi – São José dos Quatro Marcos - PSB
Primeiro Secretário: Elias Leal-Mirassol D´Oeste - PSD
Segundo Secretário: Humberto Bortolini – Itiquira - PR
Tesoureiro Geral: Moacir Pinheiro Piovezan – Porto dos Gaúchos PSB
Primeiro Tesoureiro: Divina Maria da Silva Oda – Pontal do Araguaia - PSB
Segundo Tesoureiro: Ademir Gaspar de Lima – Jaciara – PT

CONSELHO FISCAL

1 – Magali Amorim Vilena Morais – General Carneiro - PSD
2 – Fábio Schroeter – Campo Verde - PTB
3 – Fausto Aquino de Azambuja Filho – Luciara (PSB)

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1 – Luiz Henrique do Amaral – Cocalinho - PT
2 – Daniel Gonzaga Correia – Vale de São Domingos - PP
3 – José Mauro Figueiredo – Arenápolis – PRB

GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Encarregado Jornal
Noides Cenio da Silva

Entre em Contato:
jornaloficial@amm.org.br
(65) - 2123-1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

VALDECIR LUIZ COLLE
Presidente da AMM

Publicado por:
Noides Cenio da Silva
Código Identificador:C4EB970B

CONTRATOS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 019/2013

OBJETO: Contratação de profissional para atender ao Convênio nº 02/2012 firmado entre a AMM e o Governo do Estado de Mato Grosso por intermédio da Casa Civil, que possui como objeto o repasse de recursos para **"financiar empreendimentos de desenvolvimento e fomentar o desenvolvimento sustentável dos Municípios de Mato Grosso**"

CONTRATANTE: Associação Matogrossense dos Municípios - AMM.
CONTRATADA: **IVAN MARQUES VINHAL FILHO**
VIGÊNCIA: **25/02/2013 até o dia 22/03/2013**

VALDECIR LUIZ COLLE
Presidente da AMM

Publicado por:
Noides Cenio da Silva
Código Identificador:E23A6EA6

CONTRATOS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 017/2013

OBJETO: Contratação de profissional para atender ao Convênio nº 02/2012 firmado entre a AMM e o Governo do Estado de Mato Grosso por intermédio da Casa Civil, que possui como objeto o repasse de recursos para **"financiar empreendimentos de desenvolvimento e fomentar o desenvolvimento sustentável dos Municípios de Mato Grosso**"

CONTRATANTE: Associação Matogrossense dos Municípios - AMM.
CONTRATADA: **FÁBIO SANTOS MARCHEZINI**
VIGÊNCIA: **18/02/2013 a 22/03/2013**

VALDECIR LUIZ COLLE
Presidente da AMM

Publicado por:
Noides Cenio da Silva
Código Identificador:B1C128BC

CONTRATOS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 015/2013

OBJETO: Contratação de profissional para atender ao Convênio nº 02/2012 firmado entre a AMM e o Governo do Estado de Mato Grosso por intermédio da Casa Civil, que possui como objeto o repasse de recursos para **"financiar empreendimentos de desenvolvimento e fomentar o desenvolvimento sustentável dos Municípios de Mato Grosso**"

CONTRATANTE: Associação Matogrossense dos Municípios - AMM.
CONTRATADO: **NELSI CARVALHO**
VIGÊNCIA: **04/02/2013 até o dia 22/03/2013**

VALDECIR LUIZ COLLE
Presidente da AMM

Publicado por:
Noides Cenio da Silva
Código Identificador:728B382C

CONTRATOS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 016/2013

OBJETO: Contratação de profissional para atender ao Convênio nº 02/2012 firmado entre a AMM e o Governo do Estado de Mato Grosso por intermédio da Casa Civil, que possui como objeto o repasse de recursos para **"financiar empreendimentos de desenvolvimento e fomentar o desenvolvimento sustentável dos Municípios de Mato Grosso**"

CONTRATANTE: Associação Matogrossense dos Municípios - AMM.
CONTRATADA: **CAMILO PIO SAES**
VIGÊNCIA: **18/02/2013 a 22/03/2013**

VALDECIR LUIZ COLLE
Presidente da AMM

Publicado por:
Noides Cenio da Silva
Código Identificador:A82359FD

CONTRATOS E LICITAÇÕES
5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 010/2011

OBJETO: Fica aditada a Cláusula Primeira do contrato 010/2011, ficando o prazo de execução do contrato prorrogado para mais **08 (oito) meses, ou seja, de 30/04/2013 à 31/12/2013**, conforme faculta a Lei 8.666/93.
CONTRATANTE: Associação Matogrossense dos Municípios - AMM.
CONTRATADA: **MAT PIOVEZAN DE CAMPOS – ME**
DATA: 18/04/2013

VALDECIR LUIZ COLLE
Presidente da AMM

Publicado por:
Noides Cenio da Silva
Código Identificador:89A23635

ESTADO DE MATO GROSSO
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVOS

Extrato do 3º Aditivo ao contrato 006/2012, Contratante: Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé. Contratado: D. J. DE Matos- Me; Objeto: Prorrogar por 09 meses, o prazo com vigência de 01/04/2013 á 31/12/2013, data: 27-03-2013.

Publicado por:
Dailza Peixoto Aquino de Oliveira
Código Identificador:DE96C644

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVOS

Extrato do 4º Aditivo ao contrato 006/2012, Contratante: Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé. Contratado: D. J. DE Matos- Me; Objeto: Acrescer a importância de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), correspondente aos serviços de apoio e manutenção de pacientes com o fornecimento de acomodações de hotelaria, com diárias com camas, café da manhã, almoço e lanche á noite que adicionando ao valor inicial de R$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais), totalizando o contrato a importância final de R$ 67.500,00 (sessenta e sete mil e quinhentos reais). Data: 01-04-2013

Publicado por:
Dailza Peixoto Aquino de Oliveira
Código Identificador:AC16294D

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE FILIAÇÃO E

COOPERACAO TÉCNICA Nº. 001/2013

Aos dezenove dias do mês de abril de 2013, foi celebrado o presente Termo, tendo como partes: de um lado o **MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa à Avenida Planalto, 410 Centro, Água Boa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J., sob o nº. 15.023.898/0001-90, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **MAURO ROSA DA SILVA**, brasileiro, casado, empresário residente e domiciliado na Rua B n° 75, Bairro Tropical, Água Boa - MT, centro nesta cidade de Água Boa – MT, portador da Cédula de Identidade nº. 2.019.647 SSP/GO e CPF nº. 333.126.801-15, doravante denominada **MUNICIPIO**, e de outro lado a **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO NORTE ARAGUAIA – AMNA,** pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos (associação – art. 53 e ss, CC), inscrita no C.N.P.J. sob o nº. 09.250.463/0001-86, situada à Avenida Historiador Rubens de Mendonça, n. 3920, Centro Político Administrativo, município de Cuiabá/MT, Cep nº 78.050-902, neste ato representada por seu Presidente Sr. Gaspar Domingos Lazari, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Confresa - MT, portador da cédula de identidade – RG nº 1493514SSP/GO, inscrito no C.P.F. sob o nº 302.602.641-72, doravante denominado **ASSOCIAÇÃO,** tem entre si, justo e acordado por força deste instrumento e das normas previstas nas cláusulas e condições abaixo expostas:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O objeto do presente termo de filiação é o vínculo de representatividade institucional, a defesa dos interesses municipalistas e o estabelecimento de condições de cooperação entre as partes, visando o planejamento, a execução, a implantação e o desenvolvimento de atividades institucionais, andragógicas e culturais, por meio de ações conjuntas coordenadas pela Associação, bem como o apoio, orientações e o oferecimento de suporte técnico com profissionais especializados e permanentes de consultoria jurídicas nas áreas de Direito Civil, administrativo, constitucional e Tributário, Assessoria e consultoria nas áreas de Engenharia Civil, Arquitetura, Elaboração e de Projetos, Orçamentos, laudos e fiscalização, divulgação de valores do ICMS e FPM para o Município, além de Assessoria de Imprensa para informações de interesse municipal, na distribuição aos órgãos da imprensa escrita, falada e ainda a promoção de cursos de treinamento de pessoal para os servidores públicos municipais, incluindo-se a divulgação de informativos institucionais, dos atos oficiais da Administração Pública Municipal por meio do Diário Oficial dos Municípios e das potencialidades econômicas do Município, conforme as finalidades estatutárias da AMNA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 Compete à **AMNA**:
a) a representatividade institucional do Município, na defesa da doutrina municipalista e de seus direitos constitucionais;
b) a realização de estudos, consultoria, pesquisas, colaboração e integração com os órgãos federais e estaduais, visando o desenvolvimento municipalista;
c) a divulgação das potencialidades do Município;
d) a capacitação e treinamento de pessoal para que os serviços públicos municipais sejam prestados com eficiência;
e) a divulgação de atos oficiais por meio do Diário Oficial dos Municípios;

f) o oferecimento de apoio logístico e de suporte técnico para as diversas áreas administrativas da Municipalidade, bem como de uma agência de notícias institucionais.

2.2 Compete ao **Município**:
a) consignar em seu orçamento dotações específicas para cobertura das despesas decorrentes deste instrumento, assumindo a parcela que lhe for destinada como sua contraprestação mensal de filiação;
b) assumir, para com a Associação e com os demais municípios filiados, a parceria nos projetos de interesse comuns, disponibilizando dados, levantamentos e tecnologia que dispuser na consecução dos objetivos propostos e aprovados em assembleia geral;
c) cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias, regimentais e demais normas adotadas pela AMNA;
d) participar das Assembleias Gerais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E FORMA DE CONTRIBUIÇÃO

O valor dos serviços contratados é de R$ 8.800,00 (Oito mil e oitocentos Reais), sendo o pagamento efetuado em uma parcela; através de depósito bancário no Banco do Brasil, Agência 2128-8, Conta corrente 17.814-4.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas do presente contrato correrão por contada seguinte dotação orçamentária em vigor:

Órgão: 04 – Secretaria de Planejamento e Finanças.
Unidade: 04.01 – Planejamento e Finanças.
Projeto/Atividade: 2099 – Contribuição a Associação dos Municípios do Médio Araguaia - AMNA.
Elemento da Despesa: 3.3.70.41 – Contribuição.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente termo de filiação e cooperação técnica terá início em 19/04/2013, e término na data de 31/12/2013.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

O Município providenciará a publicação deste termo de filiação e cooperação técnica, em extrato, no Diário Oficial dos Municípios.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

O presente termo poderá ser rescindido de comum acordo das partes, ou unilateralmente, nos termos do artigo 79 da Lei 8.666/93, mediante notificação por escrito, com prazo de antecedência de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA OITAVA- DA DENÚNCIA

O presente termo poderá ser denunciado por qualquer um dos partícipes, a qualquer tempo, mediante prévia comunicação por escrito no prazo de 30 (trinta) dias, observadas as disposições estatutárias e o Regimento Interno da Entidade.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

As partes elegem como domicílio legal o Foro da Comarca de Agua Boa MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste termo de filiação e cooperação técnica, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e acertados, firmam o presente termo de filiação e cooperação técnica, na presença de 02 (duas) testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Água Boa MT, 19 de abril de 2.013.

MAURO ROSA DA SILVA
Prefeito Municipal de Agua Boa-MT.
Contratante

GASPAR DOMINGOS LAZARI
Presidente da AMNA
Contratada

Testemunhas:

Nome: Fábio Tadeu Weiler
CPF: 587.591.070-49

Nome: Ivania Cezira Volpi
CPF: 622.198.981-72

Publicado por:
Ivania Cezira Volpi
Código Identificador:260A7A3F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 015/2013

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, designado pelo Decreto 2.421/2013; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 05/04/2013, licitação na modalidade de Pregão Presencial, Menor Preço Por Lote teve como vencedoras as empresas:
LOTE 1 – VIAÇÃO XAVANTE LTDA
LOTE 2 – SUB JUDICE
LOTE 3 – E.M.P SOUZA-ME
LOTE 4 – E.M.P SOUZA-ME
LOTE 5 – E.M.P SOUZA-ME
LOTE 6 – SUB JUDICE
LOTE 7 – E.M.P SOUZA-ME
LOTE 8 – VIAÇÃO XAVANTE LTDA
LOTE 9 – SUB JUDICE

Água Boa, 19 de abril de 2013.

FABIO TADEU WEILER
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Ivania Cezira Volpi
Código Identificador:C6DC7DE7

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL 018/2013

RETIFICAÇÃO DE EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL 018/2013
A Pregoeira e Equipe de Apoio comunica a **retificação** do processo licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/2013. Publicado no Jornal AMM de 16/04/2013 edição n°1700, pág. 23. **ONDE SE LÊ:** 29/04/2012 - **LEIA-SÊ**: 29/04/2013 Alto Taquari – MT, 19 de abril de 2013.

JUCINEIA MENEZES DE CARVALHO
Pregoeira

Publicado por:
Fernanda Mara de Freitas
Código Identificador:68E440E3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL 019/2013

A Pregoeira e Equipe de Apoio comunica a retificação do processo licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº. 019/2013. Publicado no Jornal AMM de 16/04/2013 edição n°1700, pág. 23. ONDE SE LÊ: 29/04/2012 - LEIA-SÊ: 29/04/2013 Alto Taquari – MT, 19 de abril de 2013. Jucineia Menezes de Carvalho – Pregoeira

A Pregoeira e Equipe de Apoio comunica a retificação do processo licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº. 019/2013. Publicado no Jornal AMM de 16/04/2013 edição n°1700, pág. 23. ONDE SE LÊ: 29/04/2012 - LEIA-SÊ: 29/04/2013 Alto Taquari – MT, 19 de abril de 2013.

JUCINEIA MENEZES DE CARVALHO
Pregoeira

Publicado por:
Fernanda Mara de Freitas
Código Identificador:D4AF4A5B

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 146/2013

SÚMULA: DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE MEMBROS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDEB GESTÃO 2013-2014

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

DECRETA

Artigo 1º - Fica homologado Conselho Municipal de Educação - CME, para a gestão 2013-2014, conforme especifica:

REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO
TITULAR: LIDIA MARIA SILVA CONTRERA
RG: 49700208-5 SSP/SP
CPF: 408 316 918-40
SUPLENTE: THAYANY AP. PEREIRA BARBOSA
RG: 162 404 0-5 SSP/MT
CPF: 014 044 481-52

REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR:
TITULAR: MARIA DE JESUS
RG: 333818 SSP/MA
CPF: 215 866 593- 91
SUPLENTE: DANIELA MARA GOMES COSTA
RG: 018 7802 920014 SSP/MA
CPF: 001 926 893-98

REPRESENTANTE DOS PROFESSORES:
TITULAR: WALTER CASSIMIRO DOS SANTOS
RG: 232 316 SSP /MS
CPF: 163 668 241-34
SUPLENTE: JEFERSON RODRIGO DOS SANTOS
RG: 16990 92-7 SSP/MT
CPF: 025 208 681- 39

REPRESENTANTE DOS PAIS DEALUNOS:
TITULAR: ALCENIR PARANHOS SMNIOTTO
RG: 0960129-5 SSP/MT
CPF: 538 026 081- 00
TITULAR: CLAUDENIRA PEREIRA DE SOUZA
RG: 1008622-6 SSP/MT
CPF: 880.307.251-91
SUPLENTE: KARINE WORMS
RG: 212230-8 SSP/MT
CPF: 012.716.651-31
SUPLENTE: PATRÍCIA ALEXANDRE SIAM
RG: 30814 660-8 SSP/SP
CPF: 858 887 021 -53

REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:
TITULAR: ROSANGELA FEITOZA FRACASSO
RG: 1763526-SSP/MT
CPF: 014 272 011 -96
SUPLENTE: EDIMAR MESQUITA
RG: 128 58 23 -4 SSP/MT
CPF: 887 406 411- 04

REPRESENTANTE DOS DIRETORES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS
TITULAR: MARISA ESPIGARES BENANTE
RG: 1411 280 SSP/PR
CPF: 325 163 479 87
SUPLENTE: WILSON BORGES DA SILVA
RG: 1 860 268 SSP/GO
CPF: 452 284 501 49

REPRESENTANTES DOS SERVIDORES / TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS
TITULAR: MAYLA COCA MORENO
RG: 000 867 409 SSP/MS
CPF: 879 573 371- 04
SUPLENTE: ELIZABETH SILVA PEREIRA
RG: 1530793- 0 SSP MT
CPF: 001 38 2 851- 79

REPRESENTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:
TITULAR: LOURIVAL PEREIRA DE OLIVEIRA
RG: 1031373 -7 SSP/MT
CPF: 785 805 441- 49
SUPLENTE: MARGARIDA DA SILVA
RG: 113 4414- 8 SSP/MT
CPF: 824 960 801 -15

REPRESENTANTE DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA
TITULAR: DONIZETE TRIVELATO PEREIRA
RG: 1732 477-7 SSP/MT
CPF: 012 959 921 - 24
SUPLENTE: ROSANA DOS SANTOS
RG: 215 1737-1
CPF: 048 469 251- 88

REPRESENTANTE DOS ALUNOS SECUNDARISTA
TITULAR: JOICE OLIVEIRA DA COSTA
RG: 26 71717- 4 SSP/MT
CPF: 058 423 641-74
SUPLENTE: CLEUZA MARIA MONTEIRO
RG: 1615826-1 SSP/MT
CPF: 011 580 461-70
Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua afixação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário em especial ao decreto nº. 141/2013

Apiacás - MT, 17 de Abril de 2013.

ADALTO JOSÉ ZAGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thayany Aparecida Pereira Barbosa
Código Identificador:4E2A40E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 017/2013

PROCESSO LICITATÓRIO N° 017/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2013
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
A Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade **Pregão Presencial 017/2013** no dia 06/05/2013 às 8:00 horas**,** (Horário de Mato Grosso). Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 0156/2008 e 564/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAMISETAS E UNIFORMES

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Apiacás – MT Informações pelo telefone (66) 3593-1344- RAMAL –222

Publicado por:
Silvia Pierina Rozza Krizanowski
Código Identificador:A9D594A7

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

PREGOEIRO
EXTRATO DE EDITAL

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

A Prefeitura Municipal de Araguaiana – MT comunica que realizará licitação: Modalidade – Pregão Presencial de Registro de Preço nº 009/2013. Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS PESADOS COMO: CAMINHÃO, ÔNIBUS E OUTROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE TRANSPORTES, EDUCAÇÃO E OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ARAGUAIANA - MT. Data/horário: 02/05/2013 às 09:00hs. Local: Sede da Prefeitura – Av. Presidente Vargas, 643. Informações: 66 3499-1108/1250. Araguaiana, 19/04/2013.

MÁRCIA CRISTINA FERNANDES CORREA
Pregoeira

Publicado por:
Marcia Cristina Fernandes Correa
Código Identificador:506D5D79

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR N.º 4/2013

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

O Exmº Sr. JOSE MARRA NERY, Prefeito Municipal de ARAGUAIANA, Estado de Mato Grosso, por meio da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado, instituída pela Portaria nº 73/2013, de 05 de março de 2013, em conformidade com as Leis Municipal nº. 603/2013 de 21 de fevereiro de 2013, Lei Municipal n° 605/2013 de 21 de fevereiro de 2013 e, Lei Municipal nº 165/93 de 22 de outubro de 1993;
Considerando a análise relativa à documentação apresentada pelos candidatos inscritos e visando atender o princípio da publicidade;
Ficam homologadas as inscrições dos Candidatos Inscritos no Processo Seletivo Simplificado Edital 1/2013, conforme anexo I – Relação Nominal dos Candidatos Inscritos por cargo (homologadas).
Os candidatos inscritos deverão comparecer na Escola Municipal "Ir. Carmelita Paniago Vilela" no dia 21/04/2013 para fazer a Prova Objetiva, das 08:00hs às 11:00hs.

Araguaiana – MT, 19 de abril de 2013.

JOSÉ MARQUES DA SILVA
Presidente da Comissão

Anexo X
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Candidatos inscritos por cargo
Cargo: Médico

Obs: Não houve candidatos inscritos.

Nº	NOME	CPF	CARGO	INSC
01	Delemaco Alvarenga	719.844.531-49	Odontologo	105
02	João Bosco Graciliano dos Santos	004.876.911-80	Odontologo	32
03	Mauricio Candido da Silva	015.526.951-82	Odontologo	09

Nº	NOME	CPF	CARGO	INSC
01	Amisadai Dias Lemes	043.814.121-09	Enfermeira	62
02	Domingos Sávio Rodrigues Carvalho	798.457.541-04	Enfermeira	04
03	Élida José da Silva Menezes Santos	013.492.171-23	Enfermeira	14
04	Julia de Andrade Montico	118.696.067-10	Enfermeira	63
05	Laura Vanessa Dutra Sacnhez	019.811.551-20	Enfermeira	03
06	Maria Selma Almeida do Nascimento	995.976.911-91	Enfermeira	80
07	Marianna Mourão Baptista	035.715.041-43	Enfermeira	45
08	Norma Cristian Dutra Lima	915.897.201-30	Enfermeira	26
09	Soralha Inacio de Oliveira	938.691.421-20	Enfermeira	30
10	Washington Luiz Ferreira	334.532.761-91	Enfermeiro	81
11	Weila Pereira Silva	896.655.111-49	Enfermeiro	95

Nº	NOME	CPF	CARGO	INSC
01	Dyellen Carla Costa Diniz	017.454.631-94	Bioquímico	50

Nº	NOME	CPF	CARGO	INSC
01	Samir Rodrigues Faria	225.223.678-70	Psicólogo	13
02	Thaynan Thalita T. de Souza	018.491.671-25	Psicologo	94

Nº	NOME	CPF	CARGO	INSC
01	Ana Paula do Nascimento	031.290.001-51	Assistente Social	16
02	Cristiane M. G. de Lima Gilio	129.125.948-12	Assistente Social	19
03	Laine Rhaymora M. de S. Alves	733.438.621-34	Assistente Social	59
04	Lurdes dos Reis	263.715.290-72	Assistente Social	07
05	Luzalene Dutra Ramalho	495.780.811-20	Assistente Social	86
06	MIlza Dutra Sanchez	718.039.631-15	Assistente Social	25
07	Roseane Portella Claudio	694.482.721-20	Assistente Social	43
08	Thalita Asterio Guimarães	027.029.711-13	Assistente Social	27

Nº	NOME	CPF	CARGO	INSC
01	Andréia Gimenez da Silva	013.381.811-06	Fisioterapia	42
02	Fleide Aparecida da Silva	027.697.771-81	Fisioterapia	20
03	Kassia Miguel F. da C. P. Souza	017.131.681-97	Fisioterapia	01

Nº	NOME	CPF	CARGO	INSC
01	Dyulliane Carla Costa Diniz	046.109.511-42	Farmacêutico	108
02	Graziela Finotto Oliveira	226.186.028-54	Farmacêutico	02
03	Marcos Vinicius Dutra Sanchez	010.005.251-71	Farmacêutico	35

Nº	NOME	CPF	CARGO	INSC
01	Aparecida de Fatima R. Laranjeira	017.454.631-94	Nutricionista	67
02	Josiany Brito dos Reis	025.653.171-40	Nutricionista	64

ENGENHEIRO CIVIL e ENGENHEIRO SANITARISTA

Obs; Não houve candidatos inscritos

Nº	NOME	CPF	CARGO	INSC
01	Edinaura Dantas do Nascimento	883.168.151-68	Professor de Ciências	79

Nº	NOME	CPF	CARGO	INSC
01	Alexandre Rodrigues de Sousa	817.633.871-00	Professor de História	10
02	Aliane Pereira Aquino	979.034.421-04	Professor de História	05
03	Aurelio Vieira Farias	862.302.711-68	Professor de História	100
04	Bemedita Leite P. Almeida	604.153.121-91	Professor de História	17
05	Bianca Felizardo Laranjeira	008.735.761-52	Professor de História	46
06	Ilda Ramalho Silva	458.715.661-20	Professor de História	06

Nº	NOME	CPF	CARGO	INSC
01	Aguinaldo Ferlete Junior	816.990.421-87	Professor de 1 a 4	57
02	Laura Meire Marques dos Santos	632.392.991-00	Professor de 1 a 4	75
03	Leidiane Voltolini Marques	016.895.151-71	Professor de 1 a 4	102
04	Lidia Heliana Silva Lima	976.708.041-49	Professor de 1 a 4	68
05	Mara Rubia Duarte A. Neto	593.647.851-34	Professor de 1 a 4	82
06	Sandra Dutra Teixeira	523.163.601-06	Professor de 1 a 4	92

Nº	NOME	CPF	CARGO	INSC
Nº	NOME	CPF	CARGO	INSC
01	Antonio Martins Rocha	378.370.871-00	Pedreiro	85
02	Cleumar Duarte de Moraes	784.444.111-91	Pedreiro	91
03	Eli Ferreira da Silva	314.659.941-49	Pedreiro	54
04	Flávio Maciel dos Santos	970.726.561-20	Carpinteiro	84
05	Lindauro Resende da Incarnação	617.225.531-20	Pedreiro	106
06	Luciano Martins Pereira	031.348.551-86	Pedreiro	31
07	Marcolino Barbosa de Sousa	713.753.091-53	Carpinteiro	98
08	Paulo Francisco Damares da Silva	032.536.321-80	Carpinteiro	73
09	Samuel Polinário Sales	759.301.881-49	Pedreiro	61

Nº	NOME	CPF	CARGO	INSC
01	Alessandra Rodrigues Correa	775.281.151-34	Técnico em Enfermagem	08
02	Denevaldo Dias Soares	021.011.191-70	Técnico em Enfermagem	28
03	Eliete Marques	944.978.501-53	Técnico em Enfermagem	11

04	Jaqueline Mendes M. Damares	013.937.911-82	Técnico em Enfermagem	22
05	Sonia Regina da S. Galisteu	941.721.291-53	Técnico em Enfermagem	21
06	Thamiris Cristina R. do Prado	025.102.921-29	Técnico em Enfermagem	12

Nº	NOME	CPF	CARGO	INSC
07	Ademar Victor Lopes de Macedo	030.272.381-16	Fiscal de Vigil. Sanitária	33
23	Altair Aquino Correa	030.867.921-08	Fiscal de Vigil. Sanitária	63
12	Amanda Cristina R. de Aquino	024.997.071-60	Fiscal de Vigil. Sanitária	40
01	Amanda Vanessa da S. Soares	051.142.361-64	Fiscal de Vigil. Sanitária	77
02	Ana Lúcia Rodrigues dos Santos	016.329.351-12	Fiscal de Vigil. Sanitária	15
08	Ana Paula Ferreira dos Reis	051.056.221-38	Fiscal de Vigil. Sanitária	34
22	André Marques Voltolini	037.977.351-11	Fiscal de Vigil. Sanitária	60
27	Artur Dutra Vieira Neto	853.863.911-00	Fiscal de Vigil. Sanitária	71
34	Carlla Paolla Ferreira Ramalho	043.869.911-40	Fiscal de Vigil. Sanitária	87
28	Cheyla Maria Gomes	013.037.101-70	Fiscal de Vigil. Sanitária	70
32	Cleuzenice Felizardo dos Santos	961.628.301-44	Fiscal de Vigil. Sanitária	76
45	Cristiane Aparecida da Silva	003.506.181-27	Fiscal de Vigil. Sanitária	107
16	Daniela Aparecida Sales	042.893.091-35	Fiscal de Vigil. Sanitária	48
09	Danyary Pereira da Silva	029.161.011-01	Fiscal de Vigil. Sanitária	36
13	Dionisio Lopes Nery Neto	016.978.121-63	Fiscal de Vigil. Sanitária	41
10	Dyenifer Duarte Bispo de Sousa	048.573.291-23	Fiscal de Vigil. Sanitária	37
43	Edivania Antônia da Paixão	021.399.061-01	Fiscal de Vigil. Sanitária	103
05	Fabiana Martins dos Santos	048.545.401-76	Fiscal de Vigil. Sanitária	24
06	Fernanda Nardes da Silva	025.102.911-57	Fiscal de Vigil. Sanitária	29
18	Gelvane Januario de Sousa	034.621.671-03	Fiscal de Vigil. Sanitária	56
25	Ivanilde Alves Ferreira	019.337.941-43	Fiscal de Vigil. Sanitária	66
24	Ivanilto Alves Ferreira	044.705.821-58	Fiscal de Vigil. Sanitária	65
36	Jovencio Rosa Cardoso	001.798.321-58	Fiscal de Vigil. Sanitária	89
40	Juliana Albuquerque	004.322.771-61	Fiscal de Vigil. Sanitária	97
41	Karitta Christynne Carvalho	029.070.311-55	Fiscal de Vigil. Sanitária	99
37	Kelly Patricia Ferlete	003.524.981-10	Fiscal de Vigil. Sanitária	90
21	Leidiane Ana de Oliveira	014.780.681-08	Fiscal de Vigil. Sanitária	58
30	Liziane Bastos da Silva Reis	048.545.151-47	Fiscal de Vigil. Sanitária	74
26	Luana Damares da Silva	048.546.041-66	Fiscal de Vigil. Sanitária	72
17	Luiz Braga Neto	034.454.271-86	Fiscal de Vigil. Sanitária	55
14	Manoel Messias Sousa Aquino	531.440.311-00	Fiscal de Vigil. Sanitária	47
31	Maria de Fátima Batista da Silva	939.193.101-44	Fiscal de Vigil. Sanitária	78
04	Mariangela Caetano da S. Santos	045.459.611-18	Fiscal de Vigil. Sanitária	23
38	Mayara Francielly Dutra Teixeira	024.193.051-08	Fiscal de Vigil. Sanitária	93
11	Mayara Lima Correa	048.544.641-35	Fiscal de Vigil. Sanitária	38
35	Nadia Nayara Nardes Farias	048.544.021-05	Fiscal de Vigil. Sanitária	88
19	Paulo Elias Vilhalva Dantas	048.534.391-52	Fiscal de Vigil. Sanitária	52
33	Regina de Jesus Gomes de Sousa	004.372.671-21	Fiscal de Vigil. Sanitária	83
42	Rosilene Neves Gomes	973.734.601-78	Fiscal de Vigil. Sanitária	101
20	Silviane Cavalcante da Silva Sales	005.581.491-38	Fiscal de Vigil. Sanitária	53
29	Solange Ferreira de Souza	870.385.011-00	Fiscal de Vigil. Sanitária	69
15	Tatyane Cristine Freitas Farias	054.747.971-92	Fiscal de Vigil. Sanitária	49
39	Thamara Lucia Dantas Marques	018.954.981-55	Fiscal de Vigil. Sanitária	96
44	Thuany da Silva Oliveira	042.468.381-44	Fiscal de Vigil. Sanitária	104
03	Wanderléia Martins dos Santos	029.679.021-44	Fiscal de Vigil. Sanitária	18

JOSÉ MARQUES DA SILVA
Presidente da Comissão

Publicado por:
Jose Marques da Silva
Código Identificador:967294AD

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EDITAL DE PUBLICAÇÃO N.º 003/2013

A Prefeitura Municipal de Araguaiana/MT, Estado de Mato Grosso de personalidade Jurídica de Direito Publico, devidamente inscrita no CNPJ 03.239.035/0001-76, com endereço à Avenida Presidente Vargas, 643, Centro, neste ato representado pelo Senhor Jose Marra Nery, Prefeito Municipal, vem através do presente e nos termos do Artigo 31, § 3.º da Constituição Federal, artigo 209 da Constituição Estadual e artigo 49 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e artigo 148 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, " COLOCAR A DISPOSIÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL, A DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE ÀS CONTAS MENSAIS DE JANEIRO DE 2013", da Prefeitura Municipal de Araguaiana/MT.

Araguaiana 16 de Abril de 2013

JOSE MARRA NERY
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se, cumpra-se

Publicado por:
Edivan da Silva Menezes
Código Identificador:D387EEA6

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EDITAL DE PUBLICAÇÃO N.º 004/2013

A Prefeitura Municipal de Araguaiana/MT, Estado de Mato Grosso de personalidade Jurídica de Direito Publico, devidamente inscrita no CNPJ 03.239.035/0001-76, com endereço à Avenida Presidente Vargas, 643, Centro, neste ato representado pelo Senhor Jose Marra Nery, Prefeito Municipal, vem através do presente e nos termos do Artigo 31, § 3.º da Constituição Federal, artigo 209 da Constituição Estadual e artigo 49 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e artigo 148 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, " COLOCAR A DISPOSIÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL, A DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE ÀS CONTAS MENSAIS DE FEVEREIRO DE 2013", da Prefeitura Municipal de Araguaiana/MT.

Araguaiana 17 de Abril de 2013

JOSE MARRA NERY
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se, cumpra-se

Publicado por:
Edivan da Silva Menezes
Código Identificador:3C9A2ED3

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 114/2013

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, SIDNEY PIRES SALOMÉ, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE: Art. 1.º- Nomear a senhora, ABADIA DE MOURA MORAES, para exercer o cargo em comissão de Assessora, da Prefeitura Municipal de Araputanga Mato Grosso, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de abril de 2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de abril de 2013, revogada as disposições em contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga- MT, aos doze (12) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e treze (2013).

SIDNEY PIRES SALOMÉ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiana da Silva Ramos
Código Identificador:87F6C870

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATOS ABRIL / 2013

Contrato nº 057/2013 - **Data**: 01/04/2013 - **Contratado**: EMS ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTABIL LTDA - ME- **Valor**: R$65.000,00- **Objeto**: Prestação De Serviços Técnicos Profissionais Especializados Na Elaboração Das Peças De Planejamento (Plano Plurianual 2014 – 2017, Lei De Diretrizes Orçamentárias E Lei Orçamentária Anual Para O Exercício De 2014), Realização De Audiências Públicas E Acompanhamento Até O Envio Ao TCE-MT - **Vigência**: 01/04/2013 a 31/12/2013 - **Fiscal:** Josimar Alex De Barros

Publicado por:
Monica Ferreira dos Santos
Código Identificador:0028581B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATOS ABRIL / 2013

Contrato nº 058/2013 - **Data**: 01/04/2013 - **Contratado**: F. A. TEIXEIRA DOS SANTOS - ME - **Valor**: R$7.200,00 – **Objeto** Prestação de serviços de organização e planejamento e realização de cursos básicos de computação com a devida certificação fiscal, em laboratório de informática **- Vigência**: 01/04/2013 a 31/12/2013

MARLENE RODRIGUES MORAIS.
Fiscal:

Publicado por:
Monica Ferreira dos Santos
Código Identificador:948D152D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATOS ABRIL / 2013

Contrato nº 059/2013 - **Data**: 02/04/2013 - **Contratado**: IMPACTO PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA - ME - **Valor**: R$110.000,00 - **Objeto**: Adesão a Ata de Registro de Preço nº 007/2012, e seus anexos referente ao Pregão Presencial nº 016/2012 do Município de Nossa Senhora do Livramento – MT. Alocação de mão de obra para Limpeza Urbana e Predial, Paisagismo, Jardinagem, com utilização de equipamentos necessários à função **- Vigência**: 02/04/2013 a 30/12/2013 - **Fiscal:** Francisco Tiburcio De Carvalho.

Publicado por:
Monica Ferreira dos Santos
Código Identificador:1F03BB50

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATOS ABRIL / 2013

Contrato nº 060/2013 - **Data**: 05/04/2013 - **Contratado**: ANA PAULA SIQUEIRA DA SILVA - **Valor**: R$43.200,00 - **Objeto**: Contratação de pessoa jurídica com disponibilização de funcionário para realização de serviços dentro do município (sede), por período 03 (três) dias da semana sendo período integral nestes dias, para elaboração de projetos de arquitetura e engenharia, medições e fiscalização de obras e outros serviços da área de engenharia que se fizerem necessários - **Vigência**: 05/04/2013 a 31/12/2013 - **Fiscal:** Edonias Alves da Costa.

Publicado por:
Monica Ferreira dos Santos
Código Identificador:783E78D2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATOS ABRIL / 2013

Contrato nº 061/2013 - **Data**: 09/04/2013 - **Contratado**: A. VEIGA MEIRA - ME- **Valor**: R$12.126,00- **Objeto**: Aquisição de Equipamentos de Informática e Fragmentadora de Papel, nas quantidades do ANEXO –I Termo de Referencia. **- Vigência**: 120 (cento e vinte) dias a contar da emissão da Ordem de Fornecimento ou Autorização Compras- **Fiscal:** Eucimar Pereira De Sousa Cerqueira

Publicado por:
Monica Ferreira dos Santos
Código Identificador:D8B5C01C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATOS ABRIL / 2013

Contrato nº 062/2013 - **Data**: 10/04/2013 - **Contratado**: Sr. CLOVIS DUTRA DA SILVA- **Valor**: R$20.000,00 **Objeto**: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o ano letivo de 2013, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º001/2013- **Vigência**: 10/04/2013 a 18/12/2013 - **Fiscal:** Zelia Dias Da Silva

Publicado por:
Monica Ferreira dos Santos
Código Identificador:D390C8DD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATOS ABRIL / 2013

Contrato nº 063/2013 - **Data**: 12/04/2013 - **Contratado**: F. A. TEIXIERA DOS SANTOS - ME- **Valor**: R$33.750,00- **Objeto**: Prestação De Serviços Técnicos Especializados Na Consultoria, Manutenção E Conservação Da Estrutura Informatizada Da Administração Direta E Indireta Da Prefeitura Municipal De Araputanga/Mt- **Vigência**: 12/04/2013 a 31/12/2013 - **Fiscal:** Eucimar Pereira De Sousa Cerqueira.

Publicado por:
Monica Ferreira dos Santos
Código Identificador:6B3C1415

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATOS ABRIL / 2013

Contrato nº 064/2013 - **Data**: 12/04/2013 - **Contratado**: V. R. FERREIRA - ME- **Valor**: R$70.720,00- **Objeto**: Contratação de 68.000 CM/COLUNA para divulgação e publicidade de materiais de interesse do município em veiculo de comunicação impresso (Jornal), com circulação regional e tiragem de no mínimo 2.000 exemplares por edição, com edições atuais de no Maximo quinzenal visando a divulgação **- Vigência**: O prazo previsto para realização dos Serviços será de **31/12/2013** a contar da emissão da ordem de serviço- **Fiscal:** Etelminio De Arruda Salomé Neto

Publicado por:
Monica Ferreira dos Santos
Código Identificador:13036573

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL COMPLEMENTAR 001/2013 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2013

AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL COMPLEMENTAR 001/2013 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2013.
A Prefeitura Municipal de Araputanga-MT, através de seu Pregoeiro, torna público, aos interessados que o Edital do Pregão supra citado, foi alterado através do Edital Complementar nº 001/2013, sendo por isso a data de abertura alterada para o dia 03/05/2013. Entrega dos Envelopes **contendo a Proposta de Preços, Documentos de Habilitação e a Documentação do Credenciamento** *deverão ser entregues ao Pregoeiro* ***até o dia 03/05/2013 as 08:30 horas*** (horário de Mato Grosso). A integra do Edital Complementar bem como do edital completo poderá ser retirado pelo site www.araputanga.mt.gov.br. **(quando o edital for baixado pelo site às empresas deverão encaminhar seus dados empresariais para o e-mail seplan2@araputanga.mt.gov.br).** Informações detalhada e edital completo e complementar poderão ser obtidas no endereço supracitado, de segunda à sexta-feira, em horário comercial. Informo ainda que permanecem inalteradas todas e demais clausulas estabelecida para o pregão. Araputanga – MT, 19 de Abril de 2013.

REGINALDO LUIZ SCHIAVINATO
Pregoeiro

Publicado por:
Ronaldo Edson Schiavinato
Código Identificador:0959ED1E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/20103

A Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, através do Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 015/20103, cujo **Objeto é a Contratação de Pessoa Jurídica para Confecção de Materiais Gráficos,** para atender à necessidade dos diversos Órgãos Municipais: **Dia – 06/05/2013**. Entrega dos Envelopes **contendo a Proposta de Preços, Documentos de Habilitação e a Documentação do Credenciamento** *deverão ser entregues ao Pregoeiro* ***até o dia 06/05/2013 as 08:30 horas*** (horário de Mato Grosso). Edital Completo: Afixado no endereço Rua Antenor Mamedes n.º 911, Centro, Araputanga/MT. CEP 78.260-000 – Araputanga - MT, e no

site **www.araputanga.mt.gov.br**, **(quando o edital for baixado pelo site às empresas deverão encaminhar seus dados empresariais para o e-mail seplan2@araputanga.mt.gov.br);** Abertura do envelope Nº 01: ***dia 06/05/2013***, no endereço estabelecido no edital. Regida pelas Leis Federais: Lei nº 10.520 de 17/07/002, Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98). Araputanga – MT, 19 de Abril de 2013.

REGINALDO LUIZ SCHIAVINATO
Pregoeiro

Publicado por:
Ronaldo Edson Schiavinato
Código Identificador:3939BB3C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2013

A Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, através do Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 016/2013, cujo **Objeto é Registro de preços para futura e eventual Aquisição de Pneus, Câmara de Ar, Protetores e Serviço de Recapagem e Recauchutagem, para atender às necessidades dos diversos Órgãos Municipais,** para atender os diversos Órgãos Municipais: **Dia – 07/05/2013**. Entrega dos Envelopes **contendo a Proposta de Preços, Documentos de Habilitação e a Documentação do Credenciamento** *deverão ser entregues ao Pregoeiro* ***até o dia 07/05/2013 as 08:30 horas*** (horário de Mato Grosso). Edital Completo: Afixado no endereço Rua Antenor Mamedes n.º 911, Centro, Araputanga/MT. CEP 78.260-000 – Araputanga - MT, e no site **www.araputanga.mt.gov.br**, **(quando o edital for baixado pelo site às empresas deverão encaminhar seus dados empresariais para o e-mail seplan2@araputanga.mt.gov.br);** Abertura do envelope Nº 01: ***dia 07/05/2013***, no endereço estabelecido no edital. Regida pelas Leis Federais: Lei nº 10.520 de 17/07/002, Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98) e Decreto Municipal 29/2010. Araputanga – MT, 19 de Abril de 2013.

REGINALDO LUIZ SCHIAVINATO
Pregoeiro

Publicado por:
Ronaldo Edson Schiavinato
Código Identificador:04AE1E54

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA NOMEAÇÃO E POSSE Nº 011/2013.

A Prefeitura Municipal de Arenápolis-MT, **CONVOCA** os candidatos que foram aprovados no Concurso Público Municipal nº. 001/2011, realizado em 11/12/2011, com base no item 5.1.2, nos incisos, 7.2 e 9.1**,** citados no Edital do Concurso**,** para comparecerem no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da publicação deste edital, na Sede da Prefeitura Municipal de Arenápolis-MT, apresentando os documentos de habilitação relacionados no Anexo I deste edital, bem como realizar exame médico admissional nos termos dos Anexos II deste edital, a fim de serem nomeados aos respectivos cargos no prazo acima estabelecido e tomarem posse no prazo máximo de 10 dias a partir da nomeação prorrogável por igual período de acordo com o interesse da Administração Pública Municipal:

CANDIDATO CONVOCADO PARA TOMAR POSSE NO SERVIÇO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOIS-MT:

CLASS	NOME	CARGO	INSCRIÇÃO	MÉDIA FINAL
6º	ANA PAULA PEREIRA DAMACENA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	00378	9,67

Para a realização do exame médico admissional os candidatos aprovados, conforme lista acima, domiciliados neste Município deverão se apresentar no PSF Bela Vista no Município de Arenápolis/MT.
Todos os candidatos convocados deverão se submeter ao exame admissional em conformidade com o ANEXO II.

Será considerado desistente perdendo a vaga respectiva, o candidato aprovado que não se apresentar no prazo fixado por este edital; não se apresentar para tomar posse no prazo fixado; não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, podendo a Prefeitura Municipal Arenápolis/MT, convocar o candidato classificado na colocação subseqüente.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS-MT, EM 17 DE ABRIL DE 2013.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO
Prefeito do Município de Arenápolis-mt

Registrado e Publicado, na data supra, na forma da lei.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO I

Apresentar em cópia em 01 via (folha A/4)

- Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;
- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);
- Certidão de Casamento ou Nascimento;
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);
- Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);
- Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);
- Cartão do PIS/PASEP;
- CPF da mãe;
- CPF do Pai;
- CPF do Conjuge (se casado(a));
- Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à posse;
- Título de Eleitor;
- Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);
- Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;
- Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido de acordo com exigências da Administração Municipal pela medicina do trabalho;
- 01 (uma) fotos 3x4, coloridas e recentes;
- Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;
- Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);
- Comprovante de Escolaridade;
- Declaração contendo endereço residencial;
- Declaração negativa de acúmulo de cargo público;
- Declaração de Bens;
- Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.
- Os candidatos convocados farão exame médico admissional, por médico credenciado do trabalho

ANEXO II
MODELO DE ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL – ASO

ÓRGÃO EMPREGADOR:
Prefeitura Municipal de Arenápolis-MT – CNPJ nº 24.9776540001-38

Nome do Servidor:
_____Identidade nº _____ Idade: ____
Estado Civil: _____
Função que irá exercer: _____ Naturalidade: _____

Antecedentes: Já teve ou tem?

( ) Pressão alta ( ) Tuberculose ( ) Alergia a medicamentos/Alimentos ( ) Hepatite ( ) Asma
( ) Pneumonia ( ) Sífilis ou doenças sexualmente transmissíveis ( ) Otite ( ) Diabetes
Intervenção cirúrgica? Sim. ( ) Não ( ) _____
Uso de medicamentos? Não ( ) Sim ( ) _____
Mulheres: Menstruação – Menarca: ( ) Regular ( ) Irregular ( ) Ausente
Gestação: ( ) P.N. ( ) Cirúrgicos ( ) Filhos vivos ( ) Aborto

HISTORICO OCUPACIONAL
Empregos Anteriores – Empresa: _____
Função: _____ Tempo na empresa: _____Turno: _____
Poeira ( ) Ruído ( ) Calor excessivo ( ) Frio ( ) Radiação ( )
Alta Pressão ( ) Baixa Pressão ( ) Outros ( )
Metais Pesados: Ácidos ( ) Solventes orgânicos ( ) Inseticidas ( ) Fungicidas ( )
Urinário ( ) Outros ( )
Exerce outra atividade além do emprego? Não ( ) Sim ( )
Já sofreu algum acidente do trabalho? Não ( ) Sim ( ) C/ afastamento ( ) Encaminhado ( )
Fuma? Não ( ) Sim ( ) Cigarro ( ) Charuto ( ) Cachimbo ( )
Bebe? Não ( ) Sim ( ) destilada ( ) fermentada ( ) sem preferência ( )
Pratica algum esporte? Não ( ) Sim ( ) quantas vezes por semana ( )

EXAME MÉDICO
Vacinas: Anti Tetânica ( ) Poliomielite ( ) Tríplice ( ) Outras: _____
Altura: _____ Peso: _____ Temperatura: _____ Pulso: _____P.A: _____ mmHg Cabeça – Face _____Dentes_____
Tórax Tipo: _____F.R._____Asculta_____
Ap. Circ. Asculta:_____
Abdomem Tipo: _____Palpação_____
Ap. Genito Urinário: _____
Coluna vertebral
_____
Membros
_____
Sistema Nervoso _____
Exames complementares
_____

Uso de lentes corretoras: Não ( ) Sim ( )

CONCLUSÃO: ( ) APTO ( ) INAPTO

Publicado por:
Luciana de Souza Barreto
Código Identificador:C5A763BD

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA PARA APRECIAÇÃO E DECISÃO A RESPEITO DO IMÓVEL URBANO, DE PROPRIEDADE DO SENCOCAIO DE ARENÁPOLIS.

O CENTRO SOCIAL "PREFEITO CAIO", com sede e domicilio em Arenápolis-MT, através de sua Diretoria Executiva, devidamente representada por seu Presidente Sr. (a) FLORIPES GOMES DE SOUZA, CONVOCA através do presente edital, todos os associados contribuintes, para Assembléia Geral Ordinária, que será realizada na sede da Prefeitura Municipal de Arenápolis, às 09:00 horas, do dia 30 de abril de 2013 em primeira convocação e 10:00 horas, do dia 30 de abril de 2013 para a segunda convocação, com a seguinte ordem do dia:

1- Apreciação a respeito do pedido de devolução do imóvel urbano do que fora doado pela Prefeitura Municipal de Arenápolis ao patrimônio do Municipio.

Arenápolis 19 de abril de 2012.

FLORIPES GOMES DE SOUZA
Presidente

Publicado por:
Luciana de Souza Barreto
Código Identificador:7365672C

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA PARA APRECIAÇÃO E DECISÃO A RESPEITO DO IMÓVEL URBANO, DE PROPRIEDADE DA ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE ARENÁPOLIS-MT.

A ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE ARENÁPOLIS", com sede e domicilio em Arenápolis-MT, através de sua Diretoria Executiva, devidamente representada por seu Presidente Sr. (a) ANTONIO JOSE FERREIRA, CONVOCA através do presente edital, todos os associados contribuintes, para Assembléia Geral Ordinária, que será realizada na sede da Prefeitura Municipal de Arenápolis, às 09:30 horas, do dia 30 de abril de 2013 em primeira convocação e 10:30 horas, do dia 30 de abril de 2013 para a segunda convocação, com a seguinte ordem do dia:

1- Apreciação a respeito do pedido de doação do imóvel urbano para a Prefeitura Municipal de Arenápolis.

Arenápolis 19 de abril de 2012.

ANTONIO JOSE FERREIRA
Presidente

Publicado por:
Luciana de Souza Barreto
Código Identificador:264ACEB7

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.025/2013

LEI Nº 1.025/2013

Autor: Vereador Irani Rodrigues dos Santos.

Súmula:"DISPÕE SOBRE A EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL UMA VEZ POR MÊS NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu Prefeito Municipal **EDNILSON LUIZ FAITTA,** sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Torna obrigatória a execução do Hino Nacional uma vez por mês, nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental.

Art. 2º Estabelece o prazo de 30 (trinta) dias, após a sua vigência, para o Chefe do Poder Executivo regulamentar a presente Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 17 dias do mês de abril de 2013.

EDNILSON LUIZ FAITTA
Prefeito Municipal
Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Claudia Maria Tscha
Código Identificador:07B7C5B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 022/2013 AO CONTRATO N°. 226/2012
REF. ALTERA PRAZO DE VIGÊNCIA: CONTRATANTE: PREF. ARIPUANÃ; CONTRATADA: POLI ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA; VIGÊNCIA: 20/04/2013 A 17/10/2013

Publicado por:
Nilze Maria Malaguti
Código Identificador:265D535F

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 013/2013

AVISO DE RESULTADO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE**, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade **Pregão Nº 0013/2013**, destinada **Prestação de Serviços na contratação de empresa especializada para realização de exames laboratoriais, para atender o Hospital Municipal**, teve como vencedora(s) a empresa(s): **CLAUDETE TREVISAN ME com o valor total de R$ 55.500,00**.

Brasnorte-MT, 19 de abril de 2013.

DONIZETE ALVES DE SOUZA
Pregoeiro

Publicado por:
Donizete Alves de Souza
Código Identificador:50ED0A53

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
EXTRATO CONTRATO Nº 07/2013

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 07/2013

O **PREVI-CÁCERES – Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n°. 02.332.486/0001-90, comunica a contratação de prestação de serviço:

CONTRATANTE: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES – PREVI-CÁCERES
CONTRATADO: ACPI – Assessoria, Consultoria, Planejamento & Informática LTDA
OBJETO: Prestação de Serviços técnicos especializados na geração de informações para o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso através do sistema APLIC.
PRAZO: 40 dias
DATA ÍNICIO DAS ATIVIDADES: 12/04/2013
***VALOR**: R$ 1.200,00 (Hum Mil e Duzentos Reais)*
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.00.00.00.000999 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Cáceres, 12 de abril de 2013.

LUIZ EMIDIO DANTAS JUNIOR
Diretor Executivo
Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres

Publicado por:
Katia Cristina Leite Nunes
Código Identificador:038DA4E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0078/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, ELIDA REZENDE DA SILVA, brasileira, residente e domiciliada na ASSENTAMENTO RANCHO DA SAUDADE, ZONA RURAL, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 17660505 SSP/MT SSP/MT e CPF nº 014.591.431-32, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de ELIDA REZENDE DA SILVA, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para NÚCLEO SAPIQUÁ - NOSSA SRA. APARECIDA, (VAGA LIVRE), com a carga horária de 30 horas semanais, , totalizando 30 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
NÚCLEO SAPIQUÁ - NOSSA SRA. APARECIDA: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.762,49 (um mil, setecentos e sessenta e dois reais e quarenta e nove centavos) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.
Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas: 3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado -
Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

ELIDA REZENDE DA SILVA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:07753B34

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0079/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhor, WELLIGTON FERNANDES DA SILVA, brasileiro, residente e domiciliado na RUA CAMPOS SALES, 402, CIDADE NOVA, CÁCERES - MT, portador do RG nº 1744710-0 SJSP/MT SSP/MT e CPF nº 736.969.511-53, daqui por diante denominado Contratado, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de WELLIGTON FERNANDES DA SILVA, no cargo de Professor Licenciado em HISTÓRIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para NÚCLEO SAPIQUÁ - MARECHAL RONDON, (VAGA LIVRE), com a carga horária de 39 horas semanais, , totalizando 39 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
NÚCLEO SAPIQUÁ - MARECHAL RONDON: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.291,24 (dois mil, duzentos e noventa e um reais e vinte e quatro centavos) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.
Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas: 3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

WELLIGTON FERNANDES DA SILVA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:94487567

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0080/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhor, CLAUDIONOR MARTINS PEREIRA, brasileiro, residente e domiciliado na ASSENTAMENTO SAPIQUÁ - SÍTIO CAMPO VERDE - LT 3, ZONA RURAL, CÁCERES - MT, portador do RG nº 27.863.380-8 SSP/SP SSP/MT e CPF nº 175.683.858-50, daqui por diante denominado Contratado, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de CLAUDIONOR MARTINS PEREIRA, no cargo de Professor Licenciado em GEOGRAFIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para NÚCLEO SAPIQUÁ - NOSSA SRA. APARECIDA, (VAGA LIVRE), com a carga horária de 23 horas

semanais, , totalizando 23 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
NÚCLEO SAPIQUÁ - NOSSA SRA. APARECIDA: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.351,25 (um mil, trezentos e cinquenta e um reais e vinte e cinco centavos) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas: 3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

CLAUDIONOR MARTINS PEREIRA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:6F811DBE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0081/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, HELENICE MARIA DE SOUZA, brasileira, residente e domiciliada na RUA DAS GRAÚNAS, 785, VILA MARIANA, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 10971564 SSP/MT e CPF nº 818.275.551-49, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de HELENICE MARIA DE SOUZA, no cargo de Professora Licenciada em MATEMÁTICA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para E. M. LARANJEIRA, (VAGA LIVRE), com a carga horária de 30 horas semanais, , totalizando 30 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
E. M. LARANJEIRA: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.762,49 (um mil, setecentos e sessenta e dois reais e quarenta e nove centavos) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.
Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas:
3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

HELENICE MARIA DE SOUZA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:A4C3A844

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0083/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, CLEIRE PEREIRA DA SILVA, brasileira, residente e domiciliada na RUA DOZE DE JANEIRO - HORIZONTE D'OESTE, ZONA RURAL, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 1066710-5 SJ/MT SSP/MT e CPF nº 804.385.201-49, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de CLEIRE PEREIRA DA SILVA, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para NÚCLEO UNIÃO - UNIÃO, (VAGA LIVRE), com a carga horária de 24 horas semanais, , totalizando 24 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
NÚCLEO UNIÃO - UNIÃO: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.410,00 (um mil e quatrocentos e dez reais) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.
Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas:
3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

CLEIRE PEREIRA DA SILVA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº
CPF nº

_____

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:116415DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0084/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, ROZILENE BARBOSA, brasileira, residente e domiciliada na ASSENTAMENTO RANCHO DA SAUDADE, ZONA RURAL, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 558554 SSP/MT SSP/MT e CPF nº 388.239.771-34, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de ROZILENE BARBOSA, no cargo de Professora Licenciada em LETRAS, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para NÚCLEO SAPIQUÁ - NOSSA SRA. APARECIDA, (VAGA LIVRE), com a carga horária de 35 horas semanais, , totalizando 35 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
NÚCLEO SAPIQUÁ - NOSSA SRA. APARECIDA: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.056,24 (dois mil, cinquenta e seis reais e vinte e quatro centavos) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.
Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas:
3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

ROZILENE BARBOSA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:90A54AEE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0085/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, MARIA SEBASTIANA AGUIAR, brasileira, residente e domiciliada na RUA DOZE DE JANEIRO - HORIZONTE D'OESTE, ZONA RURAL, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 904.624 SSP/MT SSP/MT e CPF nº 580.726.671-49, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de MARIA SEBASTIANA AGUIAR, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para NÚCLEO UNIÃO - UNIÃO, (SUBSTITUIÇÃO À PROFESSORA SIRLEY RIBEIRO FÂNCIO MARTINEZ, QUE ESTÁ NA DIREÇÃO DA ESCOLA), com a carga horária de 20 horas semanais, , totalizando 20 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
NÚCLEO UNIÃO - UNIÃO: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.175,00 (um mil e cento e setenta e cinco reais) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.
Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviçosinstrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas:
3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

MARIA SEBASTIANA AGUIAR
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:D1EA978B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0086/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, CRISTIANE ROSA VALENTIM PEREIRA, brasileira, residente e domiciliada na SÍTIO SANTA MARIA, ZONA RURAL, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 15220419 SSP/MT SSP/MT e CPF nº 000.944.061-54, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de CRISTIANE ROSA VALENTIM PEREIRA, no cargo de Professora Licenciada em LETRAS, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para NÚCLEO UNIÃO - SÃO FRANCISCO, (VAGA LIVRE), com a carga horária de 30 horas semanais, , totalizando 30 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
NÚCLEO UNIÃO - SÃO FRANCISCO: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.762,49 (um mil, setecentos e sessenta e dois reais e quarenta e nove centavos) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas: 3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

CRISTIANE ROSA VALENTIM PEREIRA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:86ACE6DB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0087/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, ADRIANA CRISTINA ROMANZINI LIMA, brasileira, residente e domiciliada na FAZENDA SÃO FRANCISCO - CÓRREGO PE. INÁCIO, ZONA RURAL, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 988.718 SSP/MT SSP/MT e CPF nº 799.895.861-87, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de ADRIANA CRISTINA ROMANZINI LIMA, no cargo de Professora Licenciada em MATEMÁTICA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para NÚCLEO UNIÃO - UNIÃO, (VAGA LIVRE), com a carga horária de 20 horas semanais, , totalizando 20 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
NÚCLEO UNIÃO - UNIÃO: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.175,00 (um mil e cento e setenta e cinco reais) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.
Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas: 3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

ADRIANA CRISTINA ROMANZINI LIMA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:5CDCDC39

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0088/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, ZIRLEI DAS GRAÇAS VILELA, brasileira, residente e domiciliada na FAZENDA SANTA BÁRBARA - BR 174 - KM 18 E 19 - MARGEM DIREITA, ZONA RURAL, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 11.231.991 SSP/SP SSP/MT e CPF nº 109.295.918-10, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de ZIRLEI DAS GRAÇAS VILELA, no cargo de Professora Licenciada em BIOLOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para NÚCLEO UNIÃO - SÃO FRANCISCO, (VAGA LIVRE), com a carga horária de 22 horas semanais, , totalizando 22 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
NÚCLEO UNIÃO - SÃO FRANCISCO: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.292,50 (um mil, duzentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.
Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas:
3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

ZIRLEI DAS GRAÇAS VILELA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante
TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:5522DAC7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0089/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhor, MARCOS NOVAKC, brasileiro, residente e domiciliado na ASSENTAMENTO SAPIQUÁ, ZONA RURAL, CÁCERES - MT, portador do RG nº 915.217 SSP/MT SSP/MT e CPF nº 603.941.961-04, daqui por diante denominado Contratado, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de MARCOS NOVAKC, no cargo de Professor Licenciado em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para NÚCLEO SAPIQUÁ - NOSSA SRA. APARECIDA, (VAGA LIVRE), com a carga horária de 40 horas semanais, , totalizando 40 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
NÚCLEO SAPIQUÁ - NOSSA SRA. APARECIDA: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.349,99 (dois mil, trezentos e quarenta e nove reais e noventa e nove centavos) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.
Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas: 3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

MARCOS NOVAKC
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:0A4DECD0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0090/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, ANA PAULA INÁCIO DE OLIVEIRA, brasileira, residente e domiciliada na DISTRITO DE CARAMUJO, ZONA RURAL, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 1947096-7 SSP/MT SSP/MT e CPF nº 025.157.891-70, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de ANA PAULA INÁCIO DE OLIVEIRA, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para E. M. SANTO ANTÔNIO DO CARAMUJO, (SUBSTITUIÇÃO AO PROFESSOR JAIR PAULO XAVIER DE SOUZA, QUE ESTÁ NA DIREÇÃO DA ESCOLA), com a carga horária de 20 horas semanais, ,totalizando 20 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
E. M. SANTO ANTÔNIO DO CARAMUJO: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.175,00 (um mil e cento e setenta e cinco reais) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.
Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas:
3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

ANA PAULA INÁCIO DE OLIVEIRA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:73049878

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0091/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO O

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, SONIA DOS REIS CARVALHO, brasileira, residente e domiciliada na DISTRITO DE CARAMUJO, ZONA RURAL, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 1499165-9 SSP/MT SSP/MT e CPF nº 004.304.721-10, daqui por

diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de SONIA DOS REIS CARVALHO, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para E. M. SANTO ANTÔNIO DO CARAMUJO, (VAGA LIVRE/SUPERAÇÃO), com a carga horária de 20 horas semanais, , totalizando 20 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:

E. M. SANTO ANTÔNIO DO CARAMUJO: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.175,00 (um mil e cento e setenta e cinco reais) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas:

3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.

Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

SONIA DOS REIS CARVALHO
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:D786EE06

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0092/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, GLEICE MARANGUELI DA SILVA, brasileira, residente e domiciliada na DISTRITO DE CARAMUJO, ZONA RURAL, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 1674044-0 SSP/MT SSP/MT e CPF nº 015.229.661-10, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de GLEICE MARANGUELI DA SILVA, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para E. M. SANTO ANTÔNIO DO CARAMUJO, (VAGA LIVRE), com a carga horária de 20 horas semanais, , totalizando 20 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:

E. M. SANTO ANTÔNIO DO CARAMUJO: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.175,00 (um mil e cento e setenta e cinco reais) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas:

3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.

Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

GLEICE MARANGUELI DA SILVA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:D68E338F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0093/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, MARIA AUXILIADORA DA SILVA SCACHETI, brasileira, residente e domiciliada na RUA DO RETIRO, 47, VILA IRENE, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 455.324 SSP/MT SSP/MT e CPF nº 486.968.891-34, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de MARIA AUXILIADORA DA SILVA SCACHETI, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para E. M. BURITI, (VAGA LIVRE), com a carga horária de 28 horas semanais, , totalizando 28 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
E. M. BURITI: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.645,00 (um mil e seiscentos e quarenta e cinco reais) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas:
3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

MARIA AUXILIADORA DA SILVA SCACHETI
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:AFF857D7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0094/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, LENIRA DA SILVA ANDRADE, brasileira, residente e domiciliada na DISTRITO DE CARAMUJO, ZONA RURAL, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 000690095 SSP/MS SSP/MT e CPF nº 572.858.451-91, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de LENIRA DA SILVA ANDRADE, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para E. M. SANTO ANTÔNIO DO CARAMUJO, (SUBSTITUIÇÃO À PROFESSORA MAURINEIDE DANTAS DA SILVA SOUZA, QUE ESTÁ NA COORDENAÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO), com a carga horária de 20 horas semanais, , totalizando 20 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
E. M. SANTO ANTÔNIO DO CARAMUJO: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.175,00 (um mil e cento e setenta e cinco reais) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.
Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas:
3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

LENIRA DA SILVA ANDRADE
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:B2D9E543

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0095/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, SIRLEI ANTUNES MAGALHÃES, brasileira, residente e domiciliada na RUA D - QD F - LT 19, RESIDENCIAL BANDEIRANTE, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 1715578-9 SSP/MT e CPF nº 019.796.851-18, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de SIRLEI ANTUNES MAGALHÃES, no cargo de Professora Licenciada em GEOGRAFIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para E. M. BURITI, (15 H/A EM SUBSTITUIÇÃO AO PROFESSOR DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS, QUE ESTÁ NO PROGRAMA PROEJA FIC E 05 H/A VAGA LIVRE), com a carga horária de 20 horas semanais, , totalizando 20 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
E. M. BURITI: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.175,00 (um mil e cento e setenta e cinco reais) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.
Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas: 3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

SIRLEI ANTUNES MAGALHÃES
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:56034A1C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0096/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO

PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, JENÉSIO DA SILVA TOLOMEU, brasileira, residente e domiciliada na ASSENTAMENTO NOVA CONQUISTA - PAIOL, ZONA RURAL, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 611139 SSP/MT SSP/MT e CPF nº 570.558.741-49, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de JENÉSIO DA SILVA TOLOMEU, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para NÚCLEO PAIOL - PAULO FREIRE, (VAGA LIVRE), com a carga horária de 25 horas semanais, , totalizando 25 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079,

de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:

NÚCLEO PAIOL - PAULO FREIRE: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.468,75 (um mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas:

3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.

Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

JENÉSIO DA SILVA TOLOMEU
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:45B21D3C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0097/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO O

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, DIVINA RODRIGUES DA SILVA, brasileira, residente e domiciliada na RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 953, CAVALHADA II, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 1114962-0 SSP/MT e CPF nº 807.776.861-04, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de DIVINA RODRIGUES DA SILVA, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para NÚCLEO PAIOL - VERA LIGIA BALDO, (VAGA LIVRE), com a carga horária de 20 horas semanais, , totalizando 20 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:

NÚCLEO PAIOL - VERA LIGIA BALDO: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos)
dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.175,00 (um mil e cento e setenta e cinco reais) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas:
3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

DIVINA RODRIGUES DA SILVA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:D354A460

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO CONTRATO Nº 0098/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, MARTA NORBERTO DA SILVA, brasileira, residente e domiciliada na AVENIDA TANCREDO NEVES, S/N, JARDIM PADRE PAULO, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 1486979-9 SSP/MT e CPF nº 980.588.001-04, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de MARTA NORBERTO DA SILVA, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para NÚCLEO LIMÃO - ROÇA VELHA, (30 H/A VAGA LIVRE), com a carga horária de 30 horas semanais, , totalizando 30 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
NÚCLEO LIMÃO - ROÇA VELHA: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª. DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.762,49 (um mil, setecentos e sessenta e dois reais e quarenta e nove centavos) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção. Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas: 3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

MARTA NORBERTO DA SILVA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº RG nº
CPF nº CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:A0945B5C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO CONTRATO Nº 0099/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhor, WEVERSON MÁRCIO MORAES DOS PASSOS, brasileiro, residente e domiciliado na RUA C, 57 - QD D - LT 9, RESIDENCIAL BANDEIRANTE, CÁCERES - MT, portador do RG nº 15983706 SSP/MT SSP/MT e CPF nº 016.258.711-20, daqui por diante denominado Contratado, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de WEVERSON MÁRCIO MORAES DOS PASSOS, no cargo de Professor Licenciado em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para NÚCLEO PAIOL - VITAL MONTEIRO LEITE, (VAGA LIVRE), com a carga horária de 25 horas semanais, , totalizando 25 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de

2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
NÚCLEO PAIOL - VITAL MONTEIRO LEITE: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.468,74 (um mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e setenta e quatro centavos) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.
Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas:
3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

WEVERSON MÁRCIO MORAES DOS PASSOS
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:364883D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0100/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, APARECIDA PINTO DE SOUZA, brasileira, residente e domiciliada na RUA CRISTO REI, S/N, CRISTO REI, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 1247129-1 SSP/MT SSP/MT e CPF nº 893.623.731-49, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de APARECIDA PINTO DE SOUZA, no cargo de Professora Licenciada em LETRAS, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para NÚCLEO CLARINÓPOLIS - CLARINÓPOLIS, (VAGA LIVRE), com a carga horária de 20 horas semanais, , totalizando 20 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
NÚCLEO CLARINÓPOLIS - CLARINÓPOLIS: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.175,00 (um mil e cento e setenta e cinco reais) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.
Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas:
3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

APARECIDA PINTO DE SOUZA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:C3073680

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0101/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhor, NATALINO RIBEIRO DE PINHO, brasileiro, residente e domiciliado na COMUNIDADE CLARINÓPOLIS, ZONA RURAL, CÁCERES - MT, portador do RG nº 035797 SSP/MT SSP/MT e CPF nº 156.185.871-49, daqui por diante denominado Contratado, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de NATALINO RIBEIRO DE PINHO, no cargo de Professor Licenciado em LETRAS, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para NÚCLEO CLARINÓPOLIS - CLARINÓPOLIS, (VAGA LIVRE), com a carga horária de 20 horas semanais, , totalizando 20 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
NÚCLEO CLARINÓPOLIS - CLARINÓPOLIS: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.175,00 (um mil e cento e setenta e cinco reais) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.
Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas:
3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

NATALINO RIBEIRO DE PINHO
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:76DEBA0D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0102/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, ENI CUNHA VILELA FERREIRA, brasileira, residente e domiciliada na ASSENTAMENTO NOVA CONQUISTA - PAIOL, ZONA RURAL, CÁCERES - MT, portadora do RG nº M-2650316 SSP/MG SSP/MT e CPF nº 350.571.656-15, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de ENI CUNHA VILELA FERREIRA, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para NÚCLEO PAIOL - PAULO FREIRE, (VAGA LIVRE), com a carga horária de 30 horas semanais, , totalizando 30 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
NÚCLEO PAIOL - PAULO FREIRE: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.762,49 (um mil, setecentos e sessenta e dois reais e quarenta e nove centavos) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços
instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas:
3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

ENI CUNHA VILELA FERREIRA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante
TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:4489E1D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0103/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, SELMA DE ALBUQUERQUE RODRIGUES, brasileira, residente e domiciliada na P. A. SADIA VALE VERDE, ZONA RURAL, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 14970295 SSP/MT SSP/MT e CPF nº 003.967.671-41, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de SELMA DE ALBUQUERQUE RODRIGUES, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para NÚCLEO SADIA - UNIÃO E TRABALHO, (VAGA LIVRE), com a carga horária de 30 horas semanais, , totalizando 30 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
NÚCLEO SADIA - UNIÃO E TRABALHO: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.762,49 (um mil, setecentos e sessenta e dois reais e quarenta e nove centavos) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas: 3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

SELMA DE ALBUQUERQUE RODRIGUES
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:F63F777B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0104/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, EUNICE DE ALBUQUERQUE SILVA, brasileira, residente e domiciliada na P. A. SADIA VALE VERDE - LT 246, ZONA RURAL, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 1302189-3 SEJSP/MT SSP/MT e CPF nº 002.415.231-50, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum

acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de EUNICE DE ALBUQUERQUE SILVA, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para NÚCLEO SADIA - UNIÃO E TRABALHO, (VAGA LIVRE/20H VAGA LIVRE/10H), com a carga horária de 30 horas semanais, , totalizando 30 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
NÚCLEO SADIA - UNIÃO E TRABALHO: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.762,49 (um mil, setecentos e sessenta e dois reais e quarenta e nove centavos) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas:
3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

EUNICE DE ALBUQUERQUE SILVA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:18707A9A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0105/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, EUNICE NOGUEIRA MARTINS NUNES, brasileira, residente e domiciliada na EST SADIA II, ZONA RURAL, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 1176171-7 SJ/MT SSP/MT e CPF nº 691.177.991-04, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de EUNICE NOGUEIRA MARTINS NUNES, no cargo de Professora Licenciada em MATEMÁTICA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para NÚCLEO SADIA - 16 DE MARÇO, (VAGA LIVRE), com a carga horária de 21 horas semanais, , totalizando 21 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
NÚCLEO SADIA - 16 DE MARÇO: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.233,75 (um mil, duzentos e trinta e três reais e setenta e cinco centavos) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.
Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas:
3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

EUNICE NOGUEIRA MARTINS NUNES
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:F3821ABD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0106/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhor, PEDRO PAULO DE OLIVEIRA SABALA, brasileiro, residente e domiciliado na COMUNIDADE NOVA CONQUISTA - PAIOL, ZONA RURAL, CÁCERES - MT, portador do RG nº 635.856 SSP/MT SSP/MT e CPF nº 567.592.311-04, daqui por diante denominado Contratado, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de PEDRO PAULO DE OLIVEIRA SABALA, no cargo de Professor Licenciado em MATEMÁTICA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para NÚCLEO PAIOL - PAULO FREIRE, (20 H/A SUBSTITUIÇÃO AO PROFESSOR JAIRO ANTÔNIO DESTÁCIO, QUE ESTÁ NA DIREÇÃO ESCOLAR 05 H/A (AULAS LIVRES)), com a carga horária de 25 horas semanais, , totalizando 25 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
NÚCLEO PAIOL - PAULO FREIRE: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.468,74 (um mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e setenta e quatro centavos) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.
Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas:
3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

PEDRO PAULO DE OLIVEIRA SABALA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:F9F9C905

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0107/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, LUZIA DA PENHA MARQUES, brasileira, residente e domiciliada na COMUNIDADE CLARINÓPOLIS, ZONA RURAL, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 715.834 SSP/MT SSP/MT e CPF nº 531.762.861-04, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de LUZIA DA PENHA MARQUES, no cargo de Professora Licenciada em GEOGRAFIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para NÚCLEO CLARINÓPOLIS - CLARINÓPOLIS, (VAGA LIVRE), com a carga horária de 20 horas semanais, , totalizando 20 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
NÚCLEO CLARINÓPOLIS - CLARINÓPOLIS: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.175,00 (um mil e cento e setenta e cinco reais) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.
Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas:
3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

LUZIA DA PENHA MARQUES
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:C10761A0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0108/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, ANA VICÊNCIA DE CARVALHO VANINI, brasileira, residente e domiciliada na RUA DOS FERREIROS, 855, CAVALHADA III, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 772816 SSP/MT SSP/MT e CPF nº 496.214.831-15, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de ANA VICÊNCIA DE CARVALHO VANINI, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para E. M. BRINCANDO E APRENDENDO, (SUBSTITUIÇÃO À PROFESSORA LUCIANA REGINA MARQUES, QUE ESTÁ NA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA), com a carga horária de 20 horas semanais, , totalizando 20 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
E. M. BRINCANDO E APRENDENDO: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.175,00 (um mil e cento e setenta e cinco reais) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.
Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas:
3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

ANA VICÊNCIA DE CARVALHO VANINI
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:2D092536

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0109/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, MARINA VICENTE, brasileira, residente e domiciliada na RUA N QD 17 C 30, RESIDENCIAL AEROPORTO, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 752025 SSP/MT SSP/MT e CPF nº 496.126.201-30, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de MARINA VICENTE, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para E. M. CENTRO EDUCACIONAL DOM MÁXIMO BIENNÉS, (SUBSTITUIÇÃO A PROF. GEOVANIA BITTENCOURT ZAINA QUE SE ENCONTRA-SE EM AFASTAMENTO SEM ONUS), com a carga horária de 20 horas semanais, , totalizando 20 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:

E. M. CENTRO EDUCACIONAL DOM MÁXIMO BIENNÉS: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.175,00 (um mil e cento e setenta e cinco reais) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas:

3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.

Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

MARINA VICENTE
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:E7BD2ED7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO CONTRATO Nº 0110/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, ANA LUIZA DE OLIVEIRA EL CHAMY, brasileira, residente e domiciliada na RUA CABAÇAL 364, CAVALHADA, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 04021932 SSP/MT SSP/MT e CPF nº 531.730.821-68, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de ANA LUIZA DE OLIVEIRA EL CHAMY, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para E. M. PEQUENO SÁBIO, (SUBSTITUIÇÃO A PROFESSORA CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA QUE ESTÁ PRESTANDO SERVIÇO NO SME/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO), com a carga horária de 20 horas semanais, , totalizando 20 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista noinciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:

E. M. PEQUENO SÁBIO: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.175,00 (um mil e cento e setenta e cinco reais) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas:
3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

ANA LUIZA DE OLIVEIRA EL CHAMY
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:5C373960

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0111/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, DOMINGAS ORTIZ RAMOS, brasileira, residente e domiciliada na RUA JOSÉ DO PATROCÍNIO, 6, SANTA CRUZ, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 726138 SSP/MT SSP/MT e CPF nº 804.448.061-72, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de DOMINGAS ORTIZ RAMOS, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para E. M. JARDIM PARAÍSO, (SUBSTITUIÇÃO À PROFESSORA HERMENEGILDA PARABÁ VELOSO, QUE ESTÁ NA COORDENAÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO), com a carga horária de 20 horas semanais, , totalizando 20 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
E. M. JARDIM PARAÍSO: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.175,00 (um mil e cento e setenta e cinco reais) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.
Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas:
3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

DOMINGAS ORTIZ RAMOS
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:C4633796

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0112/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhor, JOSÉ SÉRGIO DOS SANTOS VICENTE, brasileiro, residente e domiciliado na AVENIDA TRANCREDO NEVES 1360, JARDIM PADRE PAULO, CÁCERES - MT, portador do RG nº 11686260 SJ/MT SSP/MT e CPF nº 691.767.441-91, daqui por diante denominado Contratado, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de JOSÉ SÉRGIO DOS SANTOS VICENTE, no cargo de Professor Licenciado em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para E. M. VILA IRENE / E. M. PROVÍNCIA DE

AREZZO, (SUBSTITUIÇÃO A PROFESSORA THELMA DO CARMO CARVALHO DE OLIVEIRA QUE ESTÁ NA DIREÇÃO), com a carga horária de 20 horas semanais, , totalizando 20 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:

E. M. VILA IRENE / E. M. PROVÍNCIA DE AREZZO: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.175,00 (um mil e cento e setenta e cinco reais) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas:

3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.

Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

JOSÉ SÉRGIO DOS SANTOS VICENTE
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:7AD9F3B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0113/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhor, GREGORIO PEREIRA LEITE, brasileiro, residente e domiciliado na RUA SENEGAL - QD 1 - LT 2, VILA MARIANA, CÁCERES - MT, portador do RG nº 06183727 SEJSP/MT SSP/MT e CPF nº 442.600.161-72, daqui por diante denominado Contratado, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de GREGORIO PEREIRA LEITE, no cargo de Professor Licenciado em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para E. M. JARDIM PARAÍSO, (SUBSTITUIÇÃO À PROFESSORA EVANIR DA GUIA BATISTA REDEZ, QUE ESTÁ NA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA), com a carga horária de 20 horas semanais, , totalizando 20 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:

E. M. JARDIM PARAÍSO: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.175,00 (um mil e cento e setenta e cinco reais) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas:

3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.

Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

GREGORIO PEREIRA LEITE
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:9C953144

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0114/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, ANA PAULA DE OLIVEIRA, brasileira, residente e domiciliada na RUA D, QD 06, Nº 16 RESIDENCIAL AROLDO FANAIA, JARDIM GUANABARA, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 17483581 SSP/MT SSP/MT e CPF nº 744.210.001-59, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de ANA PAULA DE OLIVEIRA, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para NÚCLEO CAIC - CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, (VAGA LVRE), com a carga horária de 20 horas semanais, , totalizando 20 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
NÚCLEO CAIC - CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.175,00 (um mil e cento e setenta e cinco reais) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.
Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas:
3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

ANA PAULA DE OLIVEIRA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:64F956E5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0115/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, FERNANDA APARECIDA DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA, brasileira, residente e domiciliada na RUA 4 - DIDI PROFETA, SANTA CRUZ, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 14099381 SSP/MT SSP/MT e CPF nº 001.814.661-98, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de FERNANDA APARECIDA DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para NÚCLEO CAIC - E. M. GOTINHAS DE SABER, (VAGA LIVRE), com a carga horária de 20 horas semanais, , totalizando 20 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
NÚCLEO CAIC - E. M. GOTINHAS DE SABER: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.175,00 (um mil e cento e setenta e cinco reais) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.
Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas:
3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

FERNANDA APARECIDA DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:DF7D31C1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0116/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, RENILDES BUENO DA SILVA MARCALO, brasileira, residente e domiciliada na RUA TAQUARI L10 QD12, JARDIM POPULAR, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 993630 SSP/MT SSP/MT e CPF nº 880.579.501-10, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de RENILDES BUENO DA SILVA MARCALO, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para E. M. NOVO ORIENTE, (SUBSTITUIÇÃO A PROFESSORA JANI CLAUDIA PEREIRA QUE ESTÁ NA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA), com a carga horária de 20 horas semanais, , totalizando 20 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
E. M. NOVO ORIENTE: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.175,00 (um mil e cento e setenta e cinco reais) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.
Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas:
3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

RENILDES BUENO DA SILVA MARCALO
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:D47CD337

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0117/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, ISAURA DO PRADO ALMEIDA, brasileira, residente e domiciliada na RUA D, 5 - QD 19, VITÓRIA RÉGIA, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 0722935-6 SSP/MT SSP/MT e CPF nº 626.820.751-34, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo

Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de ISAURA DO PRADO ALMEIDA, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para E. M. VITÓRIA RÉGIA, (SUBSTITUIÇÃO À PROFESSORA MARIA DE FÁTIMA PEREIRA COUTO, QUE ESTÁ NA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA), com a carga horária de 20 horas semanais, , totalizando 20 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
E. M. VITÓRIA RÉGIA: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.175,00 (um mil e cento e setenta e cinco reais) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.
Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas:
3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

ISAURA DO PRADO ALMEIDA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:C981686E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0118/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, JOCILENE APARECIDA DE ALMEIDA BRAUNAS, brasileira, residente e domiciliada na RUA DO CRUZEIRO Nº 06, VILA IRENE, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 10796061 SJ/MT SSP/MT e CPF nº 788.315.041-34, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de JOCILENE APARECIDA DE ALMEIDA BRAUNAS, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para E. M. TANCREDO NEVES, (SUBSTITUIÇÃO A PROFESSORA REINALDA CARNEIRO GUIMARAES DE LIMA QUE ESTÁ NA COORDENAÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO), com a carga horária de 20 horas semanais, , totalizando 20 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
E. M. TANCREDO NEVES: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.175,00 (um mil e cento e setenta e cinco reais) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas:
3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual

teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

JOCILENE APARECIDA DE ALMEIDA BRAUNAS
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:2A53F067

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0119/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, SILVIA FRANCISCA ALMEIDA SILVA, brasileira, residente e domiciliada na RUA DOS FERREIROS, 867, CAVALHADA, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 0653513-5 SSP/MT SSP/MT e CPF nº 408.702.512-87, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de SILVIA FRANCISCA ALMEIDA SILVA, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para E. M. PROFA. ERENICE SIMÃO ALVARENGA, (SUBSTITUIÇÃO À PROFESSORA IGNIS MARCIELLE VIEIRA SOBRAL MACEDO, QUE ESTÁ CEDIDA PARA O PROJETO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA), com a carga horária de 20 horas semanais, , totalizando 20 horas
semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
E. M. PROFA. ERENICE SIMÃO ALVARENGA: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.175,00 (um mil e cento e setenta e cinco reais) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.
Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas: 3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

SILVIA FRANCISCA ALMEIDA SILVA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:D41E9232

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0120/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, IZAILDA MARIA CARNEIRO GERALDES, brasileira, residente e domiciliada na RUA DOS CORBELINO, QD 24, Nº 01, COHAB NOVA, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 0504071-0 SSP/MT SSP/MT e CPF nº 615.849.591-34, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de IZAILDA MARIA CARNEIRO GERALDES, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para E. M. VILA IRENE / E. M. PROVÍNCIA DE AREZZO, (VAGA LIVRE), com a carga horária de 20 horas semanais, , totalizando 20 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
E. M. VILA IRENE / E. M. PROVÍNCIA DE AREZZO: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.175,00 (um mil e cento e setenta e cinco reais) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.
Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas: 3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

IZAILDA MARIA CARNEIRO GERALDES
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:7FA8722C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0121/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, SILVIA MARIA SOARES, brasileira, residente e domiciliada na RUA DOS KURI - QD 2 - C 7, COHAB NOVA, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 725.344 SSP/MT SSP/MT e CPF nº 488.707.221-04, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de SILVIA MARIA SOARES, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para E. M. FAZENDO ARTE, (SUBSTITUIÇÃO À PROFESSORA DORALICE MARIA SILVA DE OLIVEIRA, QUE ESTÁ EM READAPTAÇÃO), com a carga horária de 20 horas semanais, , totalizando 20 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
E. M. FAZENDO ARTE: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.175,00 (um mil e cento e setenta e cinco reais) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.
Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas:
3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

SILVIA MARIA SOARES
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:AF784A30

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0122/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, MÁRCIA REGINA LADEIA, brasileira, residente e domiciliada na RUA SÃO JORGE, 832, CAVALHADA, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 09151524 SJ/MT SSP/MT e CPF nº 604.038.611-87, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de MÁRCIA REGINA LADEIA, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para E. M. JARDIM PARAÍSO, (SUBSTITUIÇÃO À PROFESSORA RENILDA CONCEIÇÃO DA SILVA RODRIGUES, QUE ESTÁ NA DIREÇÃO ESCOLAR), com a carga horária de 20 horas semanais, , totalizando 20 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:

E. M. JARDIM PARAÍSO: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.175,00 (um mil e cento e setenta e cinco reais) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviçosinstrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas: 3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.

Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

MÁRCIA REGINA LADEIA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:231422AA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0123/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, CALSURAYANA GOMES OLIVEIRA PEREIRA, brasileira, residente e domiciliada na RUA C, QD C, LT 04, SANTA IZABEL, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 39.120049-5 SSP/SP SSP/MT e CPF nº 785.140.101-15, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de CALSURAYANA GOMES OLIVEIRA PEREIRA, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para E. M. FAZENDO ARTE, (SUBSTITUIÇÃO À PROFESSORA MARIA CRISTINA DE ALMEIDA QUE ESTÁ DE AFASTAMENTO SEM ÔNUS ATÉ 04/09/2013), com a carga horária de 20 horas semanais, , totalizando 20 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:

E. M. FAZENDO ARTE: início em 01/03/2013 e término em 04/09/2013, que compreenderá 126 (cento e vinte e seis) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.175,00 (um mil e cento e setenta e cinco reais) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas: 3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

CALSURAYANA GOMES OLIVEIRA PEREIRA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:7161CC81

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0124/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, FABIANA DA SILVA SINÊS BARROS, brasileira, residente e domiciliada na RUA DAS GOIABEIRAS, S/N, RESIDENCIAL LUZ DO SOL, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 2345601-9 SSP/MT SSP/MT e CPF nº 010.662.071-19, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de FABIANA DA SILVA SINÊS BARROS, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para NÚCLEO CAIC - CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, (SUBSTITUIÇÃO À PROFESSORA CLARA TOLEDO, QUE ESTÁ NA DIREÇÃO ESCOLAR), com a carga horária de 20 horas semanais, , totalizando 20 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
NÚCLEO CAIC - CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.175,00 (um mil e cento e setenta e cinco reais) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.
Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas: 3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

FABIANA DA SILVA SINÊS BARROS
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº RG nº
CPF nº CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:63CB76ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0125/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, NIVIA GOMES DA SILVA MIGUEL, brasileira, residente e domiciliada na AVENIDA GETULIO VARGAS 530, CENTRO, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 562.091 SSP/MT SSP/MT e CPF nº 395.366.881-15, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de NIVIA GOMES DA SILVA MIGUEL, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para E. M. DUQUE DE CAXIAS, (SUBSTITUIÇÃO A PROFESORA LILIANE DE OLIVEIRA DO

ESPIRITO SANTO QUE ESTA NA DIREÇÃO DA ESCOLA), com a carga horária de 20 horas semanais, , totalizando 20 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:

E. M. DUQUE DE CAXIAS: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.175,00 (um mil e cento e setenta e cinco reais) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas:

3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.

Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

NIVIA GOMES DA SILVA MIGUEL
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:B497125D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0126/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, MICHELLE KAROLINE MODESTO, brasileira, residente e domiciliada na RUA GENERAL OSÓRIO, 967, CENTRO, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 1419869-0 SJSP/MT SSP/MT e CPF nº 006.414.101-23, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de MICHELLE KAROLINE MODESTO, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para E. M. DUQUE DE CAXIAS, (SUBSTITUIÇÃO À PROFESSORA ETÂNIA APARECIDA BERNARDES GATTASS, QUE ESTÁ PRESTANDO SERVIÇO NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO), com a carga horária de 20 horas semanais, , totalizando 20 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:

E. M. DUQUE DE CAXIAS: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª. DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.175,00 (um mil e cento e setenta e cinco reais) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas: 3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.

Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02(duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

MICHELLE KAROLINE MODESTO
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº RG nº
CPF nº CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:B84C9D74

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0127/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, LINDINALVA DE MOURA MACEDO, brasileira, residente e domiciliada na RUA D, Nº 81, COHAB VELHA, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 418578-1 SEJSP/MT SSP/MT e CPF nº 352.710.191-87, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de LINDINALVA DE MOURA MACEDO, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para E. M. CENTRO EDUCACIONAL DOM MÁXIMO BIENNÉS, (SUBSTITUIÇÃO À PROFESSORA SELMA CRISTINA EGUES, QUE ENCONTRA-SE EM AFASTAMENTO SEM ÔNUS), com a carga horária de 20 horas semanais, , totalizando 20 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
E. M. CENTRO EDUCACIONAL DOM MÁXIMO BIENNÉS: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.175,00 (um mil e cento e setenta e cinco reais) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas:
3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação. Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

LINDINALVA DE MOURA MACEDO
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº RG nº
CPF nº CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:99AC916C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0128/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, JESUINA DE SOUZA PEREIRA, brasileira, residente e domiciliada na RUA BAGDA, Nº 20 QD 83, JARDIM OLIVEIRA, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 10053686-1 SEPC RJ SSP/MT e CPF nº 271.479.832-20, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de JESUINA DE SOUZA PEREIRA, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para E. M. PROF. EDUARDO BENEVIDES LINDOTE, (VAGA LIVRE), com a carga horária de 20 horas semanais, , totalizando 20 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
E. M. PROF. EDUARDO BENEVIDES LINDOTE: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.175,00 (um mil e cento e setenta e cinco reais) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.
Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas: 3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

JESUINA DE SOUZA PEREIRA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº RG nº
CPF nº CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:DA6521A7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0129/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, MARILUCY SILVA, brasileira, residente e domiciliada na PÇA. DUQUE DE CAXIAS, 184, CENTRO, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 462664 SSP/MT SSP/MT e CPF nº 354.142.861-91, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de MARILUCY SILVA, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para E. M. DUQUE DE CAXIAS, (SUBSTITUIÇÃO À PROFESSORA MARIA JORGE DA CUNHA, QUE ESTÁ EM READAPTAÇÃO), com a carga horária de 20 horas semanais, , totalizando 20 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
E. M. DUQUE DE CAXIAS: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.175,00 (um mil e cento e setenta e cinco reais) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.
Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas: 3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

MARILUCY SILVA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante
TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:1D634B89

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0130/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, MARIA DO CARMO SILVA, brasileira, residente e domiciliada na RUA ALMIRANTE BARROSO Nº 299, JARDIM SÃO LUIZ, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 724086 SSP/MT SSP/MT e CPF nº 896.122.721-15, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de MARIA DO CARMO SILVA, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para E. M. PROF. EDUARDO BENEVIDES LINDOTE, (VAGA LIVRE), com a carga horária de 20 horas semanais, , totalizando 20 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do

Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
E. M. PROF. EDUARDO BENEVIDES LINDOTE: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.175,00 (um mil e cento e setenta e cinco reais) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.
Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas:
3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

MARIA DO CARMO SILVA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:011C7E10

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0131/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, THELMA PIRES GERONIMO MOTTA, brasileira, residente e domiciliada na AVENIDA EUROPA QD 43 C 15, VILA REAL, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 1327730-8 SSP/MT SSP/MT e CPF nº 916.073.961-49, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de THELMA PIRES GERONIMO MOTTA, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para NÚCLEO CAIC - CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, (SUBSTITUIÇÃO A PROFESSORA EUNICE DE OLIVEIRA SILVA QUE ESTÁ NA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA), com a carga horária de 20 horas semanais, , totalizando 20 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
NÚCLEO CAIC - CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.175,00 (um mil e cento e setenta e cinco reais) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.
Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas: 3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

THELMA PIRES GERONIMO MOTTA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº RG nº
CPF nº CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:3B4D436E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0132/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, FERNANDA ALVES MANOEL DUTRA, brasileira, residente e domiciliada na RUA DOS VILELAS, 189, JARDIM DO TREVO, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 1109386-2 SSP/MT SSP/MT e CPF nº 911.822.471-72, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de FERNANDA ALVES MANOEL DUTRA, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para E. M. PROFA. ERENICE SIMÃO ALVARENGA, (VAGA LIVRE), com a carga horária de 20 horas semanais, , totalizando 20 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
E. M. PROFA. ERENICE SIMÃO ALVARENGA: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.175,00 (um mil e cento e setenta e cinco reais) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.
Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas:
3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

FERNANDA ALVES MANOEL DUTRA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:2560F970

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0133/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, ELAINE FRANCISCA DE OLIVEIRA, brasileira, residente e domiciliada na AVENIDA MARGINAL S/N, BR 070, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 32.985.002-7 SSP/MT SSP/MT e CPF nº 894.722.171-68, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de ELAINE FRANCISCA DE OLIVEIRA, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para NÚCLEO CAIC - E. M. GOTINHAS DE SABER, (SUBSTITUIÇÃO À PROFESSORA ROSILENE MIRIAN COSTA LEONEL, QUE ESTÁ NA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA), com a carga horária de 20 horas semanais, , totalizando 20 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
NÚCLEO CAIC - E. M. GOTINHAS DE SABER: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.175,00 (um mil e cento e setenta e cinco reais) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.
Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas:
3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

ELAINE FRANCISCA DE OLIVEIRA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:CCF94A83

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0134/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, JAQUELINE AVELINA DA SILVA, brasileira, residente e domiciliada na RUA JOAQUIM MORTINHO Nº 203, CAVALHADA, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 1531831-1 SSP/MT SSP/MT e CPF nº 001.044.611-79, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de JAQUELINE AVELINA DA SILVA, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para E. M. PEQUENO SÁBIO, (SUBSTITUIÇÃO A PROFESSORA MARIA JOSÉ SILVA DA COSTA QUE ESTÁ NA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA), com a carga horária de 20 horas semanais, totalizando 20 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
E. M. PEQUENO SÁBIO: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.175,00 (um mil e cento e setenta e cinco reais) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.
Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas:
3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

JAQUELINE AVELINA DA SILVA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:90DC9915

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0135/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA, brasileira, residente e domiciliada na RUA CRISTO REI, 25, CRISTO REI, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 1052884-9 SJ/MT SSP/MT e CPF nº 737.186.531-68, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para E. M. DUQUE DE CAXIAS, (SUBSTITUIÇÃO À PROFESSORA ANA SUELY GATTASS ALVARES, QUE ESTÁ NA COORDENAÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO - VILA IRENE), com a carga horária de 25 horas semanais, , totalizando 25 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
E. M. DUQUE DE CAXIAS: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.468,74 (um mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e setenta e quatro centavos) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.
Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas:
3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:B0364257

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0136/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, SANDRA ILMARA DA SILVA, brasileira, residente e domiciliada na AVENIDA DOS RAMIRES S/N, DISTRITO INDUSTRIAL, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 1889620-0 SSP/MA SSP/MT e CPF nº 824.195.581-20, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de SANDRA ILMARA DA SILVA, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para E. M. VILA REAL / E. M. GARCÊS, (VAGA LIVRE), com a carga horária de 20 horas semanais, , totalizando 20 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
E. M. VILA REAL / E. M. GARCÊS: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.175,00 (um mil e cento e setenta e cinco reais) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.
Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviçosinstrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas:
3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

SANDRA ILMARA DA SILVA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:76DD4814

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0137/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, EDITE APARECIDA CAMARGO DA SILVA, brasileira, residente e domiciliada na RUA IZOLINA ATALA, 112, JARDIM DO TREVO, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 1118655-0 SJ/MT SSP/MT e CPF nº 850.115.841-00, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de EDITE APARECIDA CAMARGO DA SILVA, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para E. M. JARDIM PARAÍSO, (VAGA LIVRE), com a carga horária de 20 horas semanais, , totalizando 20 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
E. M. JARDIM PARAÍSO: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.175,00 (um mil e cento e setenta e cinco reais) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.
Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas: 3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

EDITE APARECIDA CAMARGO DA SILVA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:4C3A5912

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0138/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, ELISÂNGELA GOMES DA SILVA ALMEIDA, brasileira, residente e domiciliada na RUA DOS VERDUREIROS, 22, CAVALHADA III, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 16333454 - SSP/MT SSP/MT e CPF nº 002.278.091-22, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de ELISÂNGELA GOMES DA SILVA ALMEIDA, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para E. M. SANTOS DUMONT, (SUBSTITUIÇÃO À PROFESSORA ODENISE JARA GOMES, QUE ESTÁ PRESTANDO SERVIÇO NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO), com a carga horária de 20 horas semanais, , totalizando 20 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
E. M. SANTOS DUMONT: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.175,00 (um mil e cento e setenta e cinco reais) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas: 3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

ELISÂNGELA GOMES DA SILVA ALMEIDA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº RG nº
CPF nº CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:21CC0708

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0139/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, ABIGAIL MORAES DE OLIVEIRA, brasileira, residente e domiciliada na RUA CORONEL HENRIQUE Nº 87, MARACANANZINHO, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 06658946 SSP/MT SSP/MT e CPF nº 452.497.501-25, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de ABIGAIL MORAES DE OLIVEIRA, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para NÚCLEO CAIC - CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, (SUBSTITUIÇÃO A PROFESSORA ADAIR PIRES DE MORAES QUE ESTÁ PRESTANDO SERVIÇO NA SECRETARIA DE SAÚDE), com a carga horária de 20 horas semanais, , totalizando 20 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
NÚCLEO CAIC - CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.175,00 (um mil e cento e setenta e cinco reais) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.
Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas:
3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

ABIGAIL MORAES DE OLIVEIRA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:8EA13DC8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0140/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de

Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, JOCILENE MARIA OLANDA SILVA, brasileira, residente e domiciliada na RUA C - QD 07 - RESIDENCIAL AROLDO FANAIA, JARDIM GUANABARA, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 06115420 SSP/MT SSP/MT e CPF nº 429.865.831-72, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de JOCILENE MARIA OLANDA SILVA, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para E. M. DUQUE DE CAXIAS, (SUBSTITUIÇÃO À PROFESSORA JUCYARA COSTA SORTICA DE SOUZA, QUE ESTÁ À DISPOSIÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO), com a carga horária de 20 horas semanais, , totalizando 20 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:

E. M. DUQUE DE CAXIAS: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.175,00 (um mil e cento e setenta e cinco reais) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas:

3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.

Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

JOCILENE MARIA OLANDA SILVA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG nº
CPF nº

_____
RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:1F2DB15E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 0141/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, MARLEI SANTOS DA SILVA, brasileira, residente e domiciliada na RUA COMENDADOR HENRIQUE, S/N, JARDIM PARAÍSO, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 11141700 SSP/MT SSP/MT e CPF nº 828.930.471-49, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de MARLEI SANTOS DA SILVA, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para E. M. JARDIM PARAÍSO, (SUBSTITUIÇÃO À PROFESSORA ELINA MONTEIRO RODRIGUES DE OLIVEIRA, QUE ESTÁ PRESTANDO SERVIÇO NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CMEC), com a carga horária de 20 horas semanais, , totalizando 20 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:

E. M. JARDIM PARAÍSO: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.175,00 (um mil e cento e setenta e cinco reais) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas: 3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

MARLEI SANTOS DA SILVA
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:F04903A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO CONTRATO Nº 0142/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora, ISABEL APARECIDA SILVA DOS SANTOS, brasileira, residente e domiciliada na AVENIDA ARCO ÍRIS S/N, OLHOS D'AGUA, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 924299 SSP/MT SSP/MT e CPF nº 621.772.301-87, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de ISABEL APARECIDA SILVA DOS SANTOS, no cargo de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, para E. M. VILA IRENE / E. M. PROVÍNCIA DE AREZZO, (SUBSTITUIÇÃO A PROFESSORA SUSANA APARECIDA SILVA DE JESUS QUE ESTÁ NA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA), com a carga horária de 20 horas semanais, , totalizando 20 horas semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
E. M. VILA IRENE / E. M. PROVÍNCIA DE AREZZO: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos, exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.175,00 (um mil e cento e setenta e cinco reais) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.
Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas: 3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado - Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

ISABEL APARECIDA SILVA DOS SANTOS
Contratada

NELCI ELIETE LONGHI
Contratante

TESTEMUNHAS:

RG nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:D532EA22

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO CONTRATO Nº 0143/2013 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT., inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária
Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora,
KATIENE APARECIDA DA SILVA COSTA, brasileira, residente e domiciliada na RUA COMANDANTE BALDUÍNO, 1319,
CENTRO, CÁCERES - MT, portadora do RG nº 0827546-7 SSP/MT SSP/MT e CPF nº 570.324.161-87, daqui por diante
denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal,
Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o
presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO
Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato consiste na contratação de KATIENE APARECIDA DA SILVA COSTA, no cargo
de Professora Licenciada em PEDAGOGIA, a que refere o Decreto nº 107, de 01 de março de 2013, por prazo determinado,
em caráter de excepcional interesse público, para E. M. DUQUE DE CAXIAS, (SUBSTITUIÇÃO À PROFESSORA MAIRA DA

SILVA FIGUEIREDO, QUE ESTÁ NA SALA DO AEE), com a carga horária de 20 horas semanais, , totalizando 20 horas
semanais, conforme classificação no Processo Seletivo para Contratação de Professores, Edital nº 001/2012, previsto no art.
65 da Lei Complementar nº 47/2003 e prorrogado através do Decreto nº 079, de 07 de fevereiro de 2013, a fim de cumprir a
carga horária mínima anual prevista no inciso I do art. 24 da Lei de Diretrizes Básicas
DO PRAZO
Cláusula 2ª – A referida Contratação terá o seguinte prazo:
E. M. DUQUE DE CAXIAS: início em 01/03/2013 e término em 20/12/2013, que compreenderá 200 (duzentos) dias letivos,
exigidos no objeto previsto na cláusula 1ª.
DO SALÁRIO
Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.175,00 (um mil e cento e setenta e cinco reais) mensais.
DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas
atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.
Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.
Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.
Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços
instrumento do respectivo Contrato.
Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado,
autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa,
Penal e Civil, no que for cabível.
Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá
obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.
Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer
outras razões de direito que justifiquem a extinção.
Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes Elementos de Despesas:
3.1.90.04.005 – Ficha 517; 3.1.90.04.002 – Ficha 444; 3.1.90.04-002 – Ficha 497 - Contratação por Tempo Determinado -
Secretaria Municipal de Educação.
Para constar e como prova de haverem assim pactuados, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02
(duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.
Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de março de 2013.

_____
KATIENE APARECIDA DA SILVA COSTA
Contratada

_____
NELCI ELIETE LONGHI
Contratante
TESTEMUNHAS:

_____
_____
RG nº RG nº
CPF nº CPF nº

Publicado por:
Regina Ramos dos Santos
Código Identificador:914795FC

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS
PORTARIA Nº 093 DE 18 DE ABRIL DE 2013

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA Sr.ª DALVA CAETANO DOS SANTOSE DÁ, OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Antônio Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:

R E S O L V E

I – Exonerar a **Srª**. **DALVA CAETANO DOS SANTOS**, que exercia o cargo em comissão de **DIRETORA DE DIVISÃO**, junto ao GABINETE DA PRESIDÊNCIA, desta Câmara Municipal de Campinápolis-MT.

II – Revoga em todos os seus termos a Portaria de nº 084 de 02 de Julho de 2012.

III – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos retroativos à 31 de Março de 2013.

IV – Revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal
Campinápolis-MT, 18 de Abril de 2013.

ANTÔNIO RODRIGUES
Presidente

Publicado por:
Aulismar Alves
Código Identificador:747EF862

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS
PORTARIA Nº 094 DE 18 DE ABRIL DE 2013

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA Sr.ª DALVA CAETANDO DOS SANTOS NO CARGO DE CONFIANÇA DE DIRETORA DE DIVISÃO PESSOAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:

R E S O L V E

I – Nomear a **Sr.ª DALVA CAETANDO DOS SANTOS**, para exercer o cargo de confiança de **DIRETOR DE DIVISÃO DE PESSOAL**, junto a SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, desta Câmara Municipal de Campinápolis-MT.
II – Delegar a mesma, todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo acima citado.

III – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos desde de 1º de Abril de 2013.

IV – Revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal
Campinápolis-MT, 18 de Abril de 2013.

ANTÔNIO RODRIGUES
Presidente

Publicado por:
Aulismar Alves
Código Identificador:AB87F8AB

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS
PORTARIA Nº 095 DE 18 DE ABRIL DE 2013

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO Sr.º JOSE CORREIA DA SILVA NO CARGO DE CONFIANÇA DE CHEFE DE PLENÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:

R E S O L V E

I – Nomear a **Sr.º JOSE CORREIA DA SILVA**, para exercer o cargo de confiança de **CHEFE DE PLENÁRIO**, junto a SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, desta Câmara Municipal de Campinápolis-MT.
II – Delegar a mesma, todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo acima citado.

III – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos desde de 1º de Abril de 2013.

IV – Revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal
Campinápolis-MT, 18 de Abril de 2013.

ANTÔNIO RODRIGUES
Presidente

Publicado por:
Aulismar Alves
Código Identificador:902A1296

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI N° 1013 DE 17 DE ABRIL DE 2.013.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO ADQUIRIR IMÓVEIS URBANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT, no uso das atribuições que a Lei Orgânica Municipal lhe confere faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica o Prefeito Municipal autorizado adquirir para fins de interesse Público social os imóveis situados no perímetro urbano assim descritos:

Lote 01 – Locado sob o n° 01 da quadra Nº. 56 do loteamento denominado "SERRA DO RONCADOR", situado na zona urbana do município com área de 456,00 m² (quatrocentos e cinqüenta e seis metros quadrado) limitando a frente com a Rua Ceará.

Lote 02 – Locado sob o n° 02 da quadra nº. 56 do loteamento denominado "SERRA DO RONCADOR", com a área de 456,00 m² (quatrocentos e cinqüenta e seis metros quadrado) limitando a frente com a Rua Ceará.

Lote 03 – Locado sob o n° 03 da quadra 56 do loteamento denominado "SERRA DO RONCADOR" , com área de 456,00 m² (quatrocentos e cinqüenta e seis metros quadrado) limitando a frente com a Rua Ceará.

Lote 04 – Locado sob o n° 04 da quadra Nº. 56 do loteamento denominado "SERRA DO RONCADOR", situado na zona urbana do município com área de 456,00 m² (quatrocentos e cinqüenta e seis metros quadrado) limitando a frente com a Rua Ceará.

Lote 05 – Locado sob o n° 05 da quadra Nº. 56 do loteamento denominado "SERRA DO RONCADOR", situado na zona urbana do município com área de 456,00 m² (quatrocentos e cinqüenta e seis metros quadrado) limitando a frente com a Rua Ceará.

Lote 06 – Locado sob o n° 06 da quadra Nº. 56 do loteamento denominado "SERRA DO RONCADOR", situado na zona urbana do município com área de 587,44 m² (quinhentos e oitenta e sete metros e quarenta e quatro centímetros quadrado) limitando a frente com a Rua 1º de maio.

Lote 07 – Locado sob o n° 07 da quadra Nº. 56 do loteamento denominado "SERRA DO RONCADOR", situado na zona urbana do município com área de 587,25 m² (quinhentos e oitenta e sete metros e vinte e cinco centímetros quadrado) limitando a frente com a Rua 1º de maio.

Lote 08 – Locado sob o n° 08 da quadra Nº. 56 do loteamento denominado "SERRA DO RONCADOR", situado na zona urbana do município com área de 587,81 m² (quinhentos e oitenta e sete metros e oitenta e um centímetros quadrado) limitando a frente com a Rua 1º de maio.

Lote 09 – Locado sob o n° 14 da quadra Nº. 56 do loteamento denominado "SERRA DO RONCADOR", situado na zona urbana do município com área de 587,44 m² (quinhentos e oitenta e sete metros e quarenta e quatro centímetros quadrado) limitando a frente com a Rua Bandeirantes.

Lote 10 – Locado sob o n° 15 da quadra Nº. 56 do loteamento denominado "SERRA DO RONCADOR", situado na zona urbana do município com área de 587,25 m² (quinhentos e oitenta e sete metros e vinte e cinco centímetros quadrado) limitando a frente com a Rua Bandeirantes.

Lote 11 – Locado sob o n° 16 da quadra Nº. 56 do loteamento denominado "SERRA DO RONCADOR", situado na zona urbana do município com área de 587,81 m² (quinhentos e oitenta e sete metros e oitenta e um centímetro quadrado) limitando a frente com a Rua Bandeirantes.

Art. 02 – A Comissão de Avaliação instituída pelo Decreto nº. 2.128 de 04 de março de 2.013, efetuou a avaliação do valor de mercado dos imóveis em R$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais).

Art. 03 – As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
1.054. Aquisição de Imóveis para Construção do Hospital Municipal.
449061.0000 – Aquisição de Imóveis.

Art. 04 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 05 – Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Campinápolis – MT, 17 de Abril de 2013.

JEOVAN FARIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilberto Francisco Ribeiro de Paula
Código Identificador:DD5AA8C0

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO RP 042/2013

ABERTURA: 09 de maio de 2013. **CREDENCIAMENTO:** a partir das **14:00h. INÍCIO DA SESSÃO: 09 de maio de 2013 às 14:00 horas**. **OBJETO**: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos roçadeira, para atender a Secretaria Municipal de Infraestrutura**. **LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME**: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5147 / 5157, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br
Campo Novo do Parecis-MT, 19 de abril de 2013**.**

LEANDRO NERY VARASCHIN
Pregoeiro

Publicado por:
Dalila Pamela Gonçalves Nunes
Código Identificador:63EC625E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS**, através do Pregoeiro juntamente com a equipe de apoio, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade **PREGÃO Nº 024/2013**, destinada **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de material de construção para atender as Secretarias Municipais**, teve como vencedoras as empresas: **PATRICIO MATERIAIS PARA CONSTRUÇAO LTDA com o valor total de R$ 191.945,60 (cento e noventa e um mil novecentos e quarenta e cinco reais e sessenta centavos); MOREIRA E CIA LTDA com o valor total de R$ 165.171,50 (cento e sessenta e cinco mil cento e setenta e um reais e cinquenta centavos); BASEI & BASEI LTDA com o valor total de R$ 124.500,00 (cento e vinte e quatro mil e quinhentos reais)**.

Campo Novo do Parecis-MT, 19 de abril de 2013**.**

LEANDRO NERY VARASCHIN
Pregoeiro

Publicado por:
Dalila Pamela Gonçalves Nunes
Código Identificador:7A239134

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS**, através do Pregoeiro juntamente com a equipe de apoio, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade **PREGÃO Nº 025/2013**, destinada **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de material de pintura para atender as Secretarias Municipais**, teve como vencedoras as empresas: **MOREIRA E CIA LTDA com o valor total de R$ 34.412,00 (trinta e quatro mil e quatrocentos e doze reais); PATRICIO MATERIAIS PARA CONSTRUÇAO LTDA com o valor total de R$ 1.229,00 (um mil duzentos e vinte nove reais); J. C. BAPTISTA FERREIRA GARCIA - ME com o valor total de R$ 1.058,00 (um mil e cinquenta e oito reais)**.

Campo Novo do Parecis-MT, 19 de abril de 2013**.**

LEANDRO NERY VARASCHIN
Pregoeiro

Publicado por:
Dalila Pamela Gonçalves Nunes
Código Identificador:6F6E416A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO RP 043/2013

ABERTURA: 10 de maio de 2013. **CREDENCIAMENTO:** a partir das **08:00h. INÍCIO DA SESSÃO: 10 de maio de 2013 às 08:00 horas**. **OBJETO**: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de material esportivo para atender as Secretarias de Esporte e Lazer**. **LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME**: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5147 / 5157, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br
Campo Novo do Parecis-MT, 19 de abril de 2013**.**

LEANDRO NERY VARASCHIN
Pregoeiro

Publicado por:
Dalila Pamela Gonçalves Nunes
Código Identificador:76697253

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO RP 044/2013

ABERTURA: 11 de maio de 2013. **CREDENCIAMENTO:** a partir das **08:00h. INÍCIO DA SESSÃO: 11 de maio de 2013 às 08:00 horas**. **OBJETO**: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de materiais de informática, para atender o setor de TI da Prefeitura Municipal**. **LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME**: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5147 / 5157, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br
Campo Novo do Parecis-MT, 19 de abril de 2013**.**

LEANDRO NERY VARASCHIN
Pregoeiro

Publicado por:
Dalila Pamela Gonçalves Nunes
Código Identificador:1EAE7BB8

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PREGÃO 027/2013

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público o REGISTRO DEPREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM PROFISSIONAL PARA PODA DE ÁRVORES, na modalidade pregão (presencial) nº 027/2013, no dia **02 de maio de 2013, às 14 horas,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo verde, 19 de Abril de 2013.

ANA CAROLINA S. BRAGA BLUME
Pregoeira

Publicado por:
Fabrícia Rodrigues Zago
Código Identificador:DA637E64

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel(is):

DETRAN/MT requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 01/02 da QUADRA 13, LOCALIZADO NA AVENIDA CURITIBA, LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

Publicado por:
Jeane Antonia Abade
Código Identificador:DC354A96

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel(is):

JOÃO FIDELE DA SILVA requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 09 da QUADRA 14, LOCALIZADO NA RUA CAMPO GRANDE, LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

Publicado por:
Jeane Antonia Abade
Código Identificador:317AC991

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel(is):

FRANCILZA FERNANDES DE CAMPOS requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 11 da QUADRA 11, LOCALIZADO NA RUA CAMPO GRANDE, LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

Publicado por:
Jeane Antonia Abade
Código Identificador:FDCC9164

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel(is):

FRANCILZA FERNANDES DE CAMPOS requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 11 da QUADRA 11, LOCALIZADO NA RUA CAMPO GRANDE, LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

Publicado por:
Jeane Antonia Abade
Código Identificador:558FAC9D

SUPERVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO PREGÃO 011/2013 – REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL, NÍVEL SUPERIOR, PARA DESENVOLVER OFICINAS TERAPÊUTICAS NO CAPS – CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL.

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o resultado do julgamento e classificação das propostas do Pregão 011/2013, que teve como vencedora a Sra. DARLENE ELIANE DA SILVA, CPF Nº 734.607.619-20, com o valor de R$ 27.600,00 (vinte e sete mil e seiscentos reais). Campo Verde – MT, 19 de abril de 2013.

ANA CAROLINA S. BRAGA BLUME
Pregoeira

Publicado por:
Gislene Jesus Lopes
Código Identificador:71168EFA

SUPERVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PREGÃO 012/2013 - Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços para coleta, transporte, armazenamento, tratamento e destinação final de resíduos das unidades de saúde do município de campo verde – MT.
A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público a RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 012/2013, que passa a ter a seguinte redação nos subitens:
6.4.18 Para os grupos A, B e E, apresentar Carta de anuência ou contrato da empresa proprietária do aterro sanitário autorizando a empresa licitante a dispor os resíduos tratados.
6.4.23 Para o Aterro Sanitário, a licitante deverá apresentar a licença de operação emitida pelo órgão ambiental competente do estado sede do aterro, independente de subcontratações. No caso do Aterro Sanitário for subcontratado a licitante deverá apresentar ainda, cópia autenticada do contrato ou da carta de anuência entre a empresa de tratamento e o aterro sanitário, desde que o documento apresentado seja idôneo e que tenha valor jurídico para criar direitos e obrigações compatíveis com o objeto licitado.
Mantém-se inalteradas as demais cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão n° 012/2013, inclusive a data e horário de realização do certame.
Campo Verde, 19 de Abril de 2013

ANA CAROLINA S. BRAGA BLUME
Presidente da CPL/Pregoeira

Publicado por:
Gislene Jesus Lopes
Código Identificador:743EDD77

SUPERVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA E CAIXA DE GORDURA,** na modalidade pregão (presencial) nº 029/2013, no dia **06 de maio de 2013, às 9:00 horas,** na sede da Prefeitura

Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br . Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo verde, 19 de abril de 2013.

ANA CAROLINA S. BRAGA BLUME
Pregoeira

Publicado por:
Ana Carolina Santana Braga Blume
Código Identificador:5162FB6C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 1052/2013

De 9 de abril de 2013

Cria o Conselho e o Fundo Municipal de Turismo de Canarana, revoga lei anterior e dá outras providências.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, como órgão colegiado, deliberativo e fiscalizador, vinculado á Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, destinado a promover e incentivar as ações do Turismo no Município como fator de desenvolvimento social, econômico e cultural.

Art. 2º - O COMTUR tem por objetivo formular a política municipal de turismo, visando criar condições para o incremento e o desenvolvimento da atividade turística no âmbito do Município de Canarana a ser exercida em caráter prioritário pelo Município, compreendendo todas as iniciativas ligadas à indústria do turismo, sejam originárias do setor privado ou público, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse para o desenvolvimento social, econômico e cultural do Município.

Art. 3º - O Poder Executivo Municipal através do Conselho Municipal do Turismo – COMTUR, coordenará todos os programas oficiais com os de iniciativa privada, usando o estímulo às atividades turísticas no Município, na forma desta lei e das normas dela decorrentes.

Art. 4º - O COMTUR, será composto por 8 (oito) membros efetivos e 8 (oito) suplentes, sendo um membro efetivo e um suplente por entidade, indicados para um mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

Art. 5º - O Conselho Municipal de Turismo – COMTUR terá a seguinte composição:

I– Representantes do Executivo Municipal;
II – Representantes dos proprietários de hotéis, pousadas, restaurantes e similares;
III- – Representantes dos estabelecimentos de ensino público ou privado;
IV – Representantes das comunidades indígenas;
V – Representantes do Poder Legislativo.
VI – Representantes da Sociedade Civil Organizada;
VII – Representantes do Centro Cultural;
VIII – Representantes de Associações ou Entidades ligadas a área do Turismo.

§ 1º - O Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Turismo será sempre o Presidente do Conselho

§ 2º O Secretário e um Tesoureiro serão escolhidos entre os membros que compõem o COMTUR, para formarem a diretoria.

§ 3º - As funções de membros do COMTUR não serão remuneradas.

Art. 6º - Ao Conselho Municipal de Turismo – COMTUR compete:

I – formular as diretrizes básicas a serem obedecidas na Política Municipal de Turismo:
II – propor resoluções, atos ou instruções regulamentares necessárias ao pleno exercício de suas funções, bem como modificações ou supressões de exigências administrativas ou regulamentares que dificultem as atividades de turismo;
III – opinar na esfera do Poder Executivo e quando solicitado do Poder Legislativo, sobre Projeto de Lei que se relacionem com o turismo ou adotem medidas que neste possam ter implicações;
IV – desenvolver programas e projetos de interesse turístico visando incrementar o fluxo de turistas à cidade de Canarana;
V – estabelecer diretrizes para um trabalho coordenado entre os serviços públicos municipais e os prestados pela iniciativa privada, com o objetivo de promover a infraestrutura adequada à implantação do turismo;
VI – estudar a forma sistemática e permanente para um adequado controle técnico;
VII – programar e executar amplos debates sobre temas de interesse turístico;
VIII – organizar, cadastrar e disponibilizar todos as informações referentes ao banco de dados dos pontos turísticos, bem como toda a infra-estrutura e logística que envolve o turismo;
IX – promover e divulgar as atividades ligadas ao turismo;
X - promover a realização de congressos, seminários e convenções de relevante interesse para o implemento turístico do Município, com apoio dos governos Municipal, Estadual, da União e de Entidades Privadas;
XI – implementar convênios com órgãos, entidades com o objetivo de proceder intercâmbios de interesse turístico;
XII – propor planos de financiamentos e convênios com instituições financeiras, públicas ou privadas;
XIII – emitir parecer relativo a financiamentos de iniciativas, planos, programas e projetos que visem ao desenvolvimento da indústria turística, na forma que for estabelecida na regulamentação desta Lei;
XIV – examinar, julgar e aprovar as contas que lhe forem apresentadas referentes aos planos e programas de trabalhos executados;
XV – fiscalizar a captação, o repasse e a utilização dos recursos que forem destinados;
XVI – organizar seu Regimento Interno, que será apresentado ao Prefeito para homologar.

Art. 7º - Fica criado o Fundo Municipal de Turismo de Canarana/MT – FUMTUR, de natureza contábil, vinculado à Secretária Municipal Indústria, Comércio e Turismo.

Art. 8º – Os Recursos do Fundo Municipal do Turismo – FUMTUR serão exclusivamente aplicados em:

I – Pagamento pela prestação de serviços de entidades conveniadas, de direito público e privado, para execução de programas e projetos específicos do setor de turismo;
II – Aquisição de material permanente, de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento de programas e projetos diretamente ligados ao turismo;
III – financiar total ou parcialmente programas e projetos de turismo através de convênio;
IV – desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de turismo;
V – aplicação dos recursos em qualquer projeto turístico e de eventos de iniciativa do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR ou da Secretaria Municipal de Industria, Comercio e Turismo;

§ 1º - É vedada a utilização de recursos do FUMTUR/CA em despesas de pessoal e respectivos encargos.

§ 2º - A Secretaria Municipal de Indústria Comércio e Turismo aplicará os recursos do FUMTUR/CA, eventualmente disponíveis no mercado financeiro, revertendo os mesmos seus rendimentos, com referendo do Conselho Municipal de Turismo.

Art. 9º – Constituirão receitas do FUMTUR/C:

I – os preços de cessão de espaços públicos para eventos de cunho turísticos e de negócios e o resultado de suas bilheterias quando não revertidos a título de cachês ou direitos;
II – a venda de publicações turísticas editadas pelo Poder Público;
III – a participação na renda de filmes e vídeos de propaganda turística do Município;
IV – créditos orçamentários ou especiais que lhe sejam destinados;
V – doações de pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, nacionais e estrangeiras;
VI – contribuições de qualquer natureza sejam públicas ou privadas;
VII – recursos provenientes de convênios e contratos de repasses que sejam celebrados;
VIII – produtos de operações de créditos realizados pelo Município, observada a Legislação pertinente e destinadas a este fim específico;
IX – os rendimentos provenientes da aplicação financeira de recursos disponíveis;
X – outras rendas.

Parágrafo Único – Os recursos mencionados neste artigo serão depositados em conta específica do FUMTUR/CA e o seu Plano de Aplicação deverá ser aprovado pelo COMTUR/CA;

Art. 10 – O Executivo Municipal regulamentará através de decreto a presente Lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 11 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei municipal 508/2002 de 19 de agosto de 2002.

Gabinete do Prefeito do Município de Canarana-MT., 9 de abril de 2013.

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:4885A6B8

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 1053/2013

De 9 de abril de 2013.

Autoriza doação de área de terras urbanas.

Evaldo Osvaldo Diehl , Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a doar para a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso - SEDUC, área de terras urbanas a ser desmembrada da matricula 4.988, num montante de 12.608,26 m2(doze mil seiscentos e oito virgula vinte e seis metros quadrados) conforme mapa e memorial descritivo anexos à presente lei.

Parágrafo Único: A doação obedecerá aos termos do Art. 17 da Lei 8.666/93.

Art. 2º A área é destinada para a construção de um Núcleo de Formação Continuada e Educação Profissional para os Povos Indígenas.
Art. 3º O prazo para o início da obra será de 1 (um) ano sob pena de reversão da área doada para o Patrimônio do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a lei 935/2010.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, 9 de abril de 2013.

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:BB915875

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 1054/2013.

De 16 de abril de 2013

Altera Dispositivos da Lei Municipal nº 844/2008.

O Prefeito Municipal de Canarana – MT, Sr. Evaldo Osvaldo Diehl, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O Art. 3º da Lei Municipal nº 844/2008 , de 3 de junho de 2008, que Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Canarana – COMDEMA- e dá outras providências passa a vigorar a seguinte redação:

***"Art. 3º** O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente será integrado pelos seguintes membros;*

I – Do Poder Público
a) Representante do Poder Legislativo;
b) Representante do Setor de Obras Municipal ;
c) Representante da Secretaria Municipal de Educação do Município;
d) Representante da Secretaria Municipal de Agricultura;
e) Representante da Secretaria de Industria, Comércio e Turismo.
f) Representante da Secretaria Municipal de Saúde;

II – Da Sociedade Civil Organizada:

a) Representante do CREA;
b) Representante da Associação Comercial e Empresarial ;
c) Representante do ISA;
d) Representante do IPAM;
e) Representante do Sindicato Rural de Canarana;
f) Representante do IPEAX.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação por afixação no local de costume.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana –MT, em 16 de abril de 2013.

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:65010DC0

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL N°.233/2013

SÚMULA: "NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO DIREITO DA

CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, CMDCA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros titulares e respectivos suplentes, que comporão o Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente –CMDCA.

§ ***SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL***

Ø Titular: Leidiane dos Santos Gomes

Ø Suplente: Leni Monttemezo

§ ***SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO***

Ø Titular: Valter Figueira

Ø Suplente: Maria Verônica da Silva

§ ***SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO***

Ø **Titular**: Cosmo de Souza Santos
Ø **Suplente**: Maria da Conceição Teles

§ ***SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO***

Ø Titular: Ivonete Salete Jacques

Ø Suplente: Érica Marcile Petri de Campos

§ ***LEGISLATIVO MUNICIPAL***

Ø Titular: Maria Augusta Nardo

Ø Suplente: Iliane Roque Leles Gehard

§ ***REPRESENTANTES DO CLUBE DE MÃES***

Ø Titular: Maria Mizukami

Ø Suplente: Sebastiana de Oliveira

§ ***REPRESENTANTES DA APAE***

Ø Titular: Rosilda Dias Soares

Ø Suplente: Kátia Rodrigues de Oliveira Marta

§ ***REPRESENTANTES DO ROTARY***

Ø Titular: Luis Antonio Francisco

Ø Suplente: Gracieli Ap. Perdomo Fernandes

§ ***IGREJA BATISTA NACIONAL***

Ø **Titular**: Maria Duarte da Silva
Ø **Suplente**: Maria Salvadora da Silva

§ ***PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL***

Ø Titular: Antonio Carlos Rua Rocha

Ø Suplente: Ana Leal

Art. 2° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT
Em, 18 de abril de 2013.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salua Gazali
Código Identificador:98C1351B

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL N°.234/2013

SÚMULA: "NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, CMAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros titulares e respectivos suplentes, que comporão o Conselho Municipal de Assistência Social CMAS.

§ ***SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL***

Ø Titular: Queila Aparecida dos Santos

Ø Suplente: Jucimar Cardoso dos Santos

§ ***SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE***

Ø Titular: Gisele Veloso Reis

Ø Suplente: Carmem Bezerra Esquivel

§ ***SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO***

Ø Titular: Lindolfo Ricardo de Oliveira

Ø Suplente: Nair O. Macedo

§ ***SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO***

Ø Titular: João Ribeiro dos Reis

Ø Suplente: Cleverson Coelho

§ ***SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO***

Ø Titular: Ivonete Salete Jaques

Ø Suplente: Erica Marcieli Furlan de Pedri de Campos

Ø REPRESENTANTES DO LEGISLATIVO MUNICIPAL

Ø Titular: Maria Augusta Nardo

Ø Suplente: Iliane Roque Leles Gehard

§ ***REPRESENTANTES DO CLUBE DE MÃES***

Ø Titular: Irene Locca dos Reis

Ø Suplente: Carmem Carissimi Vesolhaski

§ ***REPRESENTANTES DA COOPERLINDA***

Ø Titular: Benedito Costa Araujo

Ø Suplente: Edmilson Ferreira da Costa

§ *REPRESENTANTES DA APAE*

Ø Titular: Kátia Rodrigues de Oliveira Marta

Ø Suplente: Rosilda Dias Soares

§ *REPRESENTANTES DO ROTARY*

Ø Titular: José Pinheiro de Araujo

Ø Suplente: Rosangela Rodrigues da Rosa Campos

§ *REPRESENTANTES DA PASTORAL FAMILIAR*

Ø Titular: Ana Leal

Ø Suplente: Antonio Carlos Rua Rocha

§ *REPRESENTANTES DA FAZENDA ESPERANÇA-BENTO XVI*

Ø Titular: Paulo Cesar Ambrosio

Ø Suplente: Ricardo Alexandre da Silva Araújo

Art. 2° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT
Em, 18 de abril de 2013.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salua Gazali
Código Identificador:9BB6D02E

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL N°236/2013

SÚMULA: "NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS RURAIS E URBANOS PARA FINS DE INCIDÊNCIA E COBRANÇA DO I.T.B.I "INTER VIVOS", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão **para exercer a função de avaliadores de imóveis rurais e urbanos, para fins de incidência e cobrança do I.T.B.I – "inter vivos" as seguintes pessoas:**

I – MARINEIDES NOGUEIRA LEITE DE ARAUJO;
II – COSMO DE SOUZA SANTOS;
III – SERGIO ANANIAS.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando ao DECRETO N°.0226/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT
Em, 18 de abril 2.013.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salua Gazali
Código Identificador:64EA4BE2

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL N°237/2013

SÚMULA: "ATUALIZA TABELA DE VALORES PARA COBRANÇA DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS – ITBI, NO MUNICÍPIO DE CARLINDA".

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica estabelecida tabela de valores para cobrança do **IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS – ITBI,** no Município de Carlinda-MT., conforme segue:

	DISTÂNCIA DA SEDE R$	VALOR VENAL DO IMÓVEL R$
A	01 À 05 KMs	7.000,00
B	06 À 10 KMs	6.000,00
C	11 À 20 KMs	5.000,00
D	21 À 30 KMs	4.500,00
E	31 À 40 KMs	4.000,00
F	41 À 50 KMs	3.000,00
G	51 KMs ACIMA	2.500,00

Artigo. 2° - Considera-se para efeito de cálculo, os valores acima expressos para cada Alqueire Paulista, área de 2.42 hectare ou 24.200,00 m² (vinte e quatro mil e duzentos metros quadrados)

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT
Em, 18 de abril 2.013.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salua Gazali
Código Identificador:0EABC3B2

SECRETARIA MUNICIPAL DE
FINANÇAS/PLANEJAMENTO E PROJETOS
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº. 001/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 01.617.905/0001-78
Gestão 2013 – 2016
Avenida Tancredo de Almeida Neves, s/nº, Cx Postal 45, Centro, CEP 78587-000, Carlinda/MT - Telefax: (66) 3525-2000 site: www.carlinda.mt.gov.br

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2013

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO CARGO DE
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CARLINDA – MT, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 37, INCISOS I, II, III, IV E VIII; CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO ART. 129, INCISOS I, II, III E IV; LEI ORGANICA MUNICIPAL ART. 80, INCISOS I, II, III E IV; A LEI MUNICIPAL Nº 543 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009 ("REGULAMENTA A CONTRATAÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS"), A LEI Nº 266 DE 10 DE MAIO DE 2004 ("DISPÕE SOBRE O REGIME JURIDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT"), A LEI Nº 681 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011 ("DISPÕE SOBRE A
ESTRUTURA ADMINISTRATIVA; PLANO DE CARGOS, CARREIRA E VENCIMENTOS
DOS PROFISSIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE CARLINDA/MT") E ALTERAÇÕE POSTERIORES. NA LEI FEDERAL Nº 11.350, DE 05
DE OUTUBRO DE 2006; LEI MUNICIPAL Nº 725 DE 25 DE JANEIRO DE 2013 ("DISPÕE
SOBRE O VENCIMENTO MINIMO DOS SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2013") E

DETERMINAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO ATRAVÊS DA RC Nº 067/2011.

O Prefeito Municipal de Carlinda/MT, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através Termo de Posse no dia 01 de Janeiro de 2013, vem por meio da Comissão Especial Organizadora do Processo Seletivo Público nomeada pela Portaria nº 046/2013 de 01 de Março de 2013, tornar público que a Prefeitura Municipal de Carlinda realizará Processo Seletivo Público, destinado a admissão de Agente Comunitário de Saúde. Serão abertas as inscrições da referida seleção pública de candidatos para provimento de 01 (um) cargo de Agente Comunitário de Saúde, consoante às instruções específicas reguladoras do Processo Seletivo Público que se regerá pelas instruções do presente Edital de Convocação e demais normas pertinentes.

1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Público será regido por este Edital, por seus anexos e eventuais retificações, e será coordenado pela Comissão Especial Organizadora do Processo Seletivo Público sendo integrada por 03 (três) membros, nomeados por ato do Prefeito Municipal pela Portaria nº 046/2013 de 01 de Março de 2013 e será executado pela Prefeitura Municipal de Carlinda, 1ª etapa – provas objetivas de múltipla escolha, de caráter eliminatório e classificatório; 2ª etapa – prova de títulos de caráter apenas classificatório;

1.1.1. Lei nº 266 de 10 de Maio de 2004, que "Dispõe sobre o Regime Jurídico dos servidores públicos do município de Carlinda – MT; Lei nº 681 de 16 de dezembro de 2011 que "Dispõe sobre a estrutura administrativa; plano de cargos, carreira e vencimentos dos profissionais da administração pública municipal de Carlinda/MT".

1.1.2. Regime Próprio de Previdência Social – PREVCAR.

1.1.3. O Processo Seletivo Público de Provas e Provas e Títulos serão regidos por este Edital e os seguintes anexos:

Anexo I - Vaga; carga horária e remuneração, etc.;

Anexo II - Síntese da atribuição do cargo disputado devidamente discriminado por nível de escolaridade;

Anexo III - Conteúdo programático da prova;

Anexo IV - Dispõe sobre o modelo de procuração;

Anexo V - Dispõe sobre o modelo de Laudo Médico para os candidatos com necessidades especiais;

Anexo VI - Dispõe sobre o modelo do Recurso Administrativo a ser impetrado junto a Comissão
do Processo Seletivo Público, devidamente fundamentado, quando for o caso;

Anexo VII - Dispõe sobre o requerimento da pontuação da Prova de Títulos.

Anexo VIII- Dispõe sobre a previsão de cronogramas dos trabalhos do Processo Seletivo Público.

Anexo IX – Dispõe sobre o modelo da ficha de inscrição.

1.2. O Processo Seletivo Público visa ao provimento de vaga definida no Anexo I deste Edital, ressalvada a possibilidade de acréscimo durante o seu prazo de validade, de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal de Carlinda - MT.

1.2.1 O habilitado no Processo Seletivo Público, nos termos deste Edital vincular-se-á como segurado do Regime Próprio de Previdência Social – PREVCAR.

1.2.2 O habilitado no Processo Seletivo Público que for admitido vincular-se-á ao Regime Jurídico de Trabalho Estatutário praticado pelo Município.

1.3. Para a inscrição no cargo de Agente Comunitário de Saúde, o candidato deverá identificar seu local de residência na área geográfica descrita no Anexo I deste Edital, que está identificada por bairro, localidade e delimitação de parte de logradouro, conforme o caso;

1.4. O candidato deverá residir na área geográfica, desde a data da publicação deste Edital.

1.5. Constituem as áreas geográficas de abrangência das Unidades de Saúde da Família (USF), nos termos do § 2º do art. 6º da Lei Federal nº 11.350, de 2006, as divisões do território do Município compreendidas por bairros ou segmentos destes e por localidades da zona de expansão urbana e da zona rural, subdivididas em micro áreas, de acordo com os parâmetros estabelecidos para a gestão municipal do Sistema Único de Saúde - SUS.

1.6. A seleção de que se trata este Edital será composta de exame de conhecimentos mediante aplicação de provas objetivas de múltipla escolha, sendo de caráter eliminatório e classificatório e de provas de títulos de caráter meramente classificatório, para os candidatos que obtiverem aproveitamento de 50% (cinqüenta) por cento acima.

1.7. Será aceito a comprovação de Títulos sendo certificados de no mínimo 30 horas na área específica da vaga concorrida pelo (a) candidato (a), conforme pontuação disposta no item 12.9 deste Edital, em caráter exclusivamente classificatório.

1.8. No ato da inscrição o candidato poderá ser representado por procurador, através do modelo de procuração com firma reconhecida em cartório, conforme (anexo IV) deste Edital.

1.9. O candidato que for representado por procurador, assumirá todos os riscos pela atuação de seu procurador, não cabendo reclamações à posterior junto à comissão do Processo Seletivo Público.

1.10. Data e Local das provas objetivas e das provas práticas;

1.10.1. As provas objetivas para o cargo será realizada no dia 26 de Maio de 2013 no período matutino, das 08:00 ás 11:00, na seguinte Escola:

Escola Municipal Manoel Bandeira – Endereço Rua das Maravilhas, Bairro Centro, na Cidade de Carlinda - Estado de Mato Grosso.

1.11. A relação de candidatos por sala estará disponível nos endereços eletrônicos www.carlinda.mt.gov.br e www.amm.org.br.

1.12. A perícia médica dos candidatos que se declararem portadores de necessidades especiais
deverá seguir o modelo do (anexo V) deste Edital e deverá ser protocolado junto a Comissão Especial Organizadora do Processo Seletivo Público no ato da inscrição, do dia 22 de Abril a 14 de Maio de 2013. A inscrição será realizada somente presencial na Secretaria Municipal de Saúde no horário das 07:00 ás 11:00 e das 13:00 ás 17:00 de segunda a sexta-feira.

2 – DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o Processo Seletivo Público nº 001/2013, para provimento do cargo objeto deste Edital, estarão abertas no período de 22 de Abril de 2013 a 14 de Maio de 2013. A inscrição será realizada somente presencial na Secretaria Municipal de Saúde no horário das 7:00 ás 11:00 e das 13:00 ás 17:00 de segunda a sexta-feira.

2.2. O (a) candidato (a) interessado em participar do certame deverá:

2.3. Comparecer ao local de inscrição munido das documentações constante no Anexo e realizar sua inscrição.

2.4. As inscrições serão aceitas até o dia 14 de Maio de 2013 até as 17:00 hrs.

2.5. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer este Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos e de que está de acordo com o seu conteúdo.

2.6. O candidato interessado em participar do certame deverá preencher a ficha de inscrição (anexo IX), dessa forma, declara automaticamente ter o conhecimento integral ao conteúdo deste Edital do Processo Seletivo Público.

2.7. Não será aceita a inscrição condicional, seja via postal, via fax e/ou via correio eletrônico.

2.8. Para efetuar a inscrição, são imprescindíveis os números do Cadastro de Pessoa Física (CPF), documento de identidade (RG), comprovante de residência, comprovante de escolaridade e foto 3x4 do candidato.

2.9. As informações prestadas no formulário de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Prefeitura Municipal de Carlinda do direito de excluir do Processo Seletivo Público aquele que não preencher o formulário de forma completa, corretamente.

2.10. As inscrições homologadas serão divulgadas no órgão oficial do Município, nos endereços eletrônicos www.carlinda.mt.gov.br e www.amm.org.br no dia 23 de Maio de 2013.

2.11. As inscrições serão isentas de taxa.

2.12. O Processo Seletivo Público reger-se-á pelo Decreto nº 333/2011, de 23 de novembro de 2011, que dispõe sobre o Regulamento Geral de Processo Seletivo Público para provimentos de cargos no serviço público Municipal de Carlinda e por este Edital.

2.13. Dos procedimentos para a solicitação de atendimento Especial

2.13.1. O candidato que necessitar de atendimento especial para a realização das provas deverá indicar, na solicitação de inscrição, os recursos especiais necessários e, ainda, entregar no ato da inscrição para a Comissão Especial Organizadora do Processo Seletivo Público, cópia simples do CPF e laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) que justifique o atendimento especial solicitado, em envelope fechado com suas respectivas identificações no verso.

2.13.2. O candidato que não requerer a condição especial, no ato da inscrição, não poderá fazê-lo em momento posterior, seja qual for o motivo alegado.
2.13.3. O atendimento as condições solicitadas ficará sujeito à análise da legalidade, viabilidade e razoabilidade do pedido.
2.13.4. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial para tal fim, deverá encaminhar cópia da certidão de nascimento da criança no ato da inscrição à Comissão Especial Organizadora do Processo Seletivo Público e deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará as provas.
2.13.5. A Prefeitura Municipal de Carlinda não disponibilizará acompanhante para guarda de criança.
2.13.6. O laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e a cópia simples do CPF valerão somente para este Processo Seletivo Público, não serão devolvidos e não serão fornecidas cópias desses documentos.
2.13.7. A relação dos candidatos que tiveram o seu atendimento especial deferido será divulgada na Internet, através dos endereços eletrônicos www.carlinda.mt.gov.br e www.amm.org.br.
2.13.8. O candidato disporá de 2 (dois) dias a partir da data de divulgação da relação citada no subitem anterior para impugnar o indeferimento, na Prefeitura Municipal de Carlinda, com a Comissão Especial Organizadora do Processo Seletivo Público, pessoalmente ou por terceiro com procuração, após esse período não serão aceitos pedidos de revisão.
2.13.9. O candidato deverá declarar na solicitação de inscrição, que tem ciência e aceita (caso se aprovado) as atribuições do cargo e que entregará os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo ao qual concorre por ocasião da posse.

3 – CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS (PNE´s)

3.1 Para os candidatos portadores de necessidades especiais (PNE's) são assegurados o direito de inscrição no Processo Seletivo Público para provimento de cargo cuja atribuição seja compatível com a deficiência apresentada através de laudo médico nos termos dos Decretos Federais nº 3.298/99 e 5.296/04 e da Lei Municipal nº 266/2004.
3.2 A Lei Municipal nº 266/2004, Art. 7, § 2º reserva aos portadores de necessidades especiais percentuais não inferiores a 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas.
3.2.1 O Teste Seletivo Público visa preencher 01 (uma) vaga, assim não será aplicada a reserva de vagas aos portadores de deficiência, em razão da impossibilidade de aplicação do percentual máximo fixado na legislação municipal pertinente, assim os PNE's concorrerão em ampla concorrência com demais inscritos.
3.3. No ato da inscrição, o candidato portador de necessidade especial que necessitar de auxílio no dia da prova deverá solicitar através de requerimento protocolado junto a Comissão Especial Organizadora do Processo Seletivo Público nº 001/2013, na Secretaria Municipal de Saúde,
Endereço: Rua Eva Sawaris, S/Nº - Centro - Fone/ fax: (0**66) 3525 - 1187 – CEP: 78.587-000 – Carlinda - MT, no horário de funcionamento da Secretaria, ou seja, das 07h00min as 11h00min e das 13:00h00min as 17:00h00min, conforme o Modelo de Atestado Médico para os portadores de Necessidades Especiais (anexo V).
3.4. Os candidatos que se declararem portadores de necessidades especiais concorrerão em igualdade de condições com os demais candidatos.
3.5. O candidato que se declarar portador de Necessidades Especiais, se aprovado no Processo Seletivo Público, será convocado à submeter-se a perícia médica, a ser realizada por equipe multiprofissional sob responsabilidade do município, por profissionais, que verificarão sobre a sua qualificação como portador de deficiência ou não, bem como, no estágio probatório, sobre a incompatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência apresentada.
3.5.1. O candidato convocado para a perícia médica deverá comparecer na data e horário previsto na convocação.
3.5.2 A não observância do disposto no subitem 3.5, a reprovação na perícia médica ou o não comparecimento à perícia acarretará a perda do direito à vaga pleiteada.
3.6. O candidato portador de necessidades especiais reprovado na perícia médica no decorrer do estágio probatório em virtude de incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo será exonerado sem justa causa.

4 – DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA

4.1. Ser aprovado no Processo Seletivo Público.
4.2. Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal.
4.3. Estar em dia com as obrigações eleitorais e, em caso de candidato do sexo masculino, também com as militares.
4.4. Preencher todos os requisitos exigidos para o exercício do cargo, conforme descrito no (anexo I) deste Edital.
4.5. Ter idade mínima de dezoito anos completos na data da realização da prova do respectivo Processo Seletivo Público.
4.6. Firmar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal.
4.7. Ser considerado apto para o exercício do cargo no exame médico pré -admissional, devendo o candidato apresentar os exames clínicos, os quais correrão à suas expensas.
4.8. O candidato a Agente Comunitário de Saúde deverá residir na área geográfica da comunidade em que atuará, desde a data da publicação deste Edital.
4.9. Cumprir todas as determinações deste Edital.

5 – DAS FASES DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

5.1. O Processo Seletivo Público de que trata este Edital compreenderá as seguintes fases, conforme o que segue descrito abaixo.

5.2. A prova objetiva terá a duração de 4 horas e será aplicada no dia 26 de Maio de 2013, no turno a manhã das 08:00 horas às 12:00 horas.
5.5. O local e o horário de realização das provas objetivas estão mencionados neste Edital e, será de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização da prova e o comparecimento no horário determinado.
5.6. As provas de títulos obedecerão aos critérios previstos no item 12.9 deste Edital de Processo Seletivo Público.
5.7. O resultado das provas, bem como seus gabaritos serão divulgados nos endereços eletrônicos www.carlinda.mt.gov.br, www.amm.org.br e afixado em mural no hall de entrada da Prefeitura Municipal de Carlinda - MT e Secretaria Municipal de Saúde.

6 - DAS PROVAS: OBJETIVA E DE TITULOS

6.1. Candidatos de Nível Fundamental Completo:
6.1.1. A Prova Objetiva de múltipla escolha para os candidatos de Nível Fundamental Completo será composta de 40 (quarenta) questões objetivas com 4 (quatro) alternativas cada.

DISCIPLINAS	QUESTÕES	PESO	PONTUAÇÃO
Lingua Portuguesa	10	0,25	2,50
Matemática	10	0,25	2,50
Conhecimentos Gerais	05	0,25	1,25
Conhecimento Específico ao Cargo	15	0,25	3,75
TOTAL		10 PONTOS	

6.1.1.1. O Conteúdo Programático das Provas estão disponível no (anexo III) deste Edital, devidamente discriminado para o cargo concorrido.
6.1.1.2. Haverá um campo de marcação para cada uma das quatro opções A, B, C e D, sendo que o candidato deverá preencher na folha de respostas apenas aquele correspondente à resposta julgada correta, de acordo com o comando da questão.
6.1.1.3. O candidato deverá, obrigatoriamente, marcar, somente um, dos quatro campos da folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcação indevida.
6.1.1.4. Prova objetiva: para a prova de português, matemática, conhecimentos gerais e conhecimentos específicos do Cargo cada questão terá peso de 0,25 (zero vírgula vinte e cinco
centésimos) totalizando 10 (dez) pontos.
6.1.2. O candidato que zerar (deixar de pontuar) em qualquer disciplina aplicada nas provas, mesmo que na soma geral atinja o

percentual mínimo de 50% (cinqüenta) por cento, estará desclassificado.
6.1.3. Serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5 (cinco) pontos, ficando os demais excluídos do Processo Seletivo Público.
6.1.4. Prova de Títulos: A prova de títulos descrita no item 12.9 deste Edital terá seu resultado adicionado na soma das notas aos candidatos que forem classificados com o mínimo de 50%
(cinqüenta) por cento de aproveitamento às demais provas, em caráter meramente classificatório.
7 - DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E DE CLASSIFICAÇÃO
7.1. A nota em cada questão das provas objetivas, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a ponto positivo, para os acertos e não haverá contagem negativa para os erros.
7.2. Serão reprovados e eliminados do Processo Seletivo Público os candidatos que obtiver aproveitamento inferior a 50% (cinqüenta) na Prova Objetiva múltipla escolha.
7.3. Os candidatos eliminados não terão classificação alguma no Processo Seletivo Público.
7.4. Os candidatos não eliminados serão ordenados de acordo com os valores decrescentes da nota final nas Provas Objetivas e Provas de Títulos.
7.5. Os cálculos por ventura citados neste Edital serão considerados até a primeira casa decimal, arredondando-se o número para cima, se o algarismo da segunda casa decimal for igual ou superior a 5 (cinco) e para baixo se inferior a 5 (cinco).
8. DA NOTA FINAL NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO
8.1. A nota final no Processo Seletivo Público será a SOMA das notas obtidas na prova objetiva e na prova de títulos.
8.2. Os candidatos aprovados serão ordenados de acordo com os valores decrescentes das notas finais no Processo Seletivo Público, de acordo com os critérios de desempate estabelecidos no item 9 deste Edital.
9. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE
9.1. Apurado o total de pontos, na hipótese de empate, serão adotados os seguintes critérios para o desempate, aplicados sucessivamente:
9.1.1. O candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme o parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso. Persistindo o empate, o desempate beneficiará o candidato que, sucessivamente:
9.1.2. Obtiver maior aproveitamento na prova Conhecimentos Específicos ao cargo;
9.1.3. Obtiver maior aproveitamento na prova de Português;
9.1.4. Obtiver maior aproveitamento na prova Matemática;
9.1.5. Persistindo o empate será dada preferência ao candidato de idade mais elevada.
10. DOS RECURSOS
10.1. Caberá recurso a todas as fases do Processo Seletivo Público à Comissão Especial Organizadora em única e última instância desde que interposto dentro de 02 (dois) dias úteis após a divulgação dos atos e, protocolados diretamente na Secretaria Municipal de Saúde de Carlinda-MT:
10.1.1. Ao edital;
10.1.2. Ao processo de inscrição;
10.1.3. Às questões, o gabarito preliminar e o resultado das Provas Objetivas de múltipla escolha;
10.1.4. À pontuação atribuída na Prova de Títulos;
10.1.5. Erros de cálculo das notas e no resultado final.
10.2. O recurso será:
10.2.1. Individual, não sendo aceito recursos coletivos;
10.2.2. Digitado ou datilografado, em duas vias (original e cópia), para cada um dos subitens previstos no item 11.1 contra o qual o candidato pretenda recorrer;
10.2.3. Elaborado com capa para cada item recorrido, da qual conste a identificação precisa do item, o nome do candidato, o seu número de inscrição e o cargo público concorrido e a sua assinatura;
10.2.4. Redigido com argumentação lógica e consistente.
10.3. Os recursos que tenham por objeto as questões, o gabarito e o resultado das provas devem conter a indicação clara do número da questão, da resposta marcada pelo candidato e da resposta divulgada na publicação oficial, além da indicação da bibliografia pesquisada, referente a cada questão recorrida, bem como as razões de seu inconformismo.
10.4. Será rejeitado liminarmente o recurso que:
10.4.1. Não contiver os dados necessários à identificação do candidato ou do item recorrido na capa do recurso;
10.4.2. Não contiver qualquer identificação do candidato no corpo do recurso,
10.4.3. For postado ou protocolado fora do prazo estipulado neste Edital;
10.4.4. Estiver incompleto, obscuro ou confuso;
10.4.5. For encaminhado para endereço diverso do estabelecido;
10.4.6. Não atender às demais especificações deste Edital.
10.5. Se, do exame do recurso, seja por recurso administrativo ou por decisão judicial, resultar em anulação de questão da prova objetiva de múltipla escolha, os pontos correspondentes à questão anulada serão atribuídos a todos os candidatos, ainda que estes não tenham recorrido ou ingressado em juízo.
10.6. Se houver alteração do gabarito oficial, o mesmo será republicado.
10.7. O recurso será interposto no prazo de 02 (dois) dias úteis contados do primeiro dia útil subseqüente à data de publicação do gabarito oficial, nos endereços eletrônicos www.carlinda.mt.gov.br e www.amm.org.br e no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Carlinda -MT. O prazo previsto para a interposição de recurso é preclusivo e comum a todos os candidatos.
10.8. Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, nos endereços eletrônicos www.carlinda.mt.gov.br e www.amm.org.br a partir do dia subseqüente ao da realização das provas teóricas, dia 28 de Maio de 2013.
10.9. Para recorrer contra os gabaritos preliminares das provas objetivas, o candidato deverá utilizar-se do modelo de formulário disposto (anexo VIII).
10.10. Todos os recursos devidamente embasados serão analisados e as justificativas das alterações de gabarito serão divulgadas nos endereços eletrônicos www.carlinda.mt.gov.br e www.amm.org.br.
10.11. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.
10.12. Não será aceito recurso via postal, via fax, via correio eletrônico ou, ainda, intempestivo.
10.12.1. O recurso deverá ser protocolado pessoalmente junto Comissão Especial Organizadora do Processo Seletivo Público, no endereço da Secretaria Municipal de Saúde.
11. DA NOMEAÇÃO, DA POSSE E DO EXERCICIO DO CARGO
11.1. O candidato aprovado no Processo Seletivo Público terá garantido sua vaga para a posse no cargo público, que poderá ocorrer até o final da validade deste concurso. Porém será fator determinante a avaliação médica sobre a saúde física e mental do candidato.
11.1.1. O critério de convocação será pela discricionariedade e necessidade da Administração Municipal e respeitado os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.
11.2. Os candidatos classificados listarão seqüencialmente no rol do resultado final, após o atendimento da vaga em aberto para o candidato aprovado e serão promovidos à este status sempre que vagar o cargo, por desistência do candidato aprovado ou outro fator determinante.
11.2.1. O candidato que compor a lista de classificados não terá direito a convocação para nomeação. Porém, se houver a criação de novas vagas, por conveniência da Administração, estes terão os mesmos direitos dos candidatos aprovados.
11.3. O candidato aprovado para a vaga existente será convocado por meio de publicação no mural da Prefeitura, no Diário Oficial dos Municípios www.amm.org.br e no endereço eletrônico www.carlinda.mt.gov.br.
11.4. O candidato convocado terá até 30 (dias) dias para apresentar a documentação exigida no ato convocatório, que deverá conter no mínimo os seguintes documentos:
11.4.1. Comprovante de escolaridade (original) e 2 (duas) cópias;
11.4.2. Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o candidato tenha residido nos últimos cinco anos;
11.4.3. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;
11.4.4. 2 (duas) fotos 3x4 recentes;
11.4.5. Título eleitoral (original) e 2 (duas) cópias;
11.4.6. Certidão de nascimento ou casamento (original) e 2 (duas) cópias;
11.4.7. Certidão de nascimento dos filhos (original) e 2 (duas) cópias;
11.4.8. Certificado de reservista (original) e 2 (duas) cópias (se masculino);

11.4.9. CPF (original) e 2 (duas) cópias;
11.4.10. Documento de identidade (original) e 2 (duas) cópias;
11.4.11. PIS ou PASEP (original) e 2 (duas) cópias, no caso de já ter sido empregado;
11.4.12. Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio;
11.4.13. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;
11.4.14. Declaração que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.
11.4.15. Comprovação que está quite com as obrigações eleitorais.
11.5 As documentações e declarações acima citadas deverão ser entregues com cópias autenticadas.
11.6. Quando convocado para apresentar a documentação e o candidato não atender no prazo estabelecido será considerado eliminado do Processo Seletivo Público.
11.7. O candidato convocado, que não se apresentar no local e prazo estabelecido será eliminado do Processo Seletivo Público.
11.8. O candidato será submetido à preparação e capacitação para a ocupação do cargo no serviço Público.
12. DAS PROVAS DE TITULOS
12.1. A avaliação da Prova de Títulos, de caráter classificatório, valerá até 10,0 (dez) pontos,
ainda que a soma dos valores dos títulos apresentados seja superior a esse valor.
12.1.1. Os documentos relativos a Prova de Títulos serão entregues no ato da Inscrição no Processo Seletivo Público.
12.1.2. A comprovação dos títulos são de responsabilidade exclusiva do candidato.
12.1.3. Não serão aceitos títulos fora do prazo estabelecido nem a substituição, a qualquer tempo, de títulos já entregues.
12.2. Somente serão avaliados os títulos dos candidatos aprovados nas provas objetivas de múltipla escolha.
12.3. O candidato deverá anexar o Formulário para Entrega de Títulos, conforme modelo constante do (anexo VII) deste Edital, já devidamente preenchido e assinado, declarando os títulos entregues, seu nome e o cargo concorrido, com letra legível ou de forma. O Formulário deve ser entregue dentro do envelope que contiver os títulos.
12.4. Não serão recebidos originais de documentos. Devem ser entregues as cópias e apresentado a original para ser conferida e carimbada pelo responsável pelas inscrições.
12.5. A entrega dos documentos referentes aos títulos não faz, necessariamente, que a pontuação postulada seja concedida. Os documentos serão analisados pela Comissão Especial Organizadora do Processo Seletivo Público de acordo com as normas estabelecidas neste Edital.

12.6. A não apresentação dos títulos importará na atribuição de nota zero ao candidato na fase de avaliação de títulos, que não possui caráter eliminatório, mas somente classificatório.
12.7. Os títulos especificados neste Edital deverão conter timbre, identificação do órgão expedidor, carimbo e assinatura do responsável e data.
12.8. Cada título será considerado uma única vez.
12.9. Os títulos considerados neste Processo Seletivo Público, suas pontuações, o limite máximo por categoria e a forma de comprovação, são assim discriminados:

Categoria	Títulos		Valor de Cada certificado de no mínimo 30 horas	Valor máximo dos certificados
Analise de certificados	Cursos com carga horária de no mínimo 30 horas	Será aceito certificado de cursos realizados que estejam relacionados as atribuições ao cargo pleiteado constantes no anexo 2 deste edital	1	10

12.10. O candidato poderá apresentar tantos títulos quanto desejar. No entanto, os pontos que excederem o valor máximo estabelecido em cada item e o estipulado no subitem 12.9 deste Edital serão desconsiderados, sendo somente avaliados os títulos que tenham correlação direta com o cargo pretendido pelo candidato.
12.11. Não serão aceitos títulos encaminhados via fax e/ou via correio eletrônico.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
13.1. A inscrição do candidato implica no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento, inclusive quanto à realização das provas nos prazos estipulados.
13.2. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, editais e comunicados referentes a este Processo Seletivo Público que sejam publicados no mural da Prefeitura Municipal de Carlinda - MT e nos endereços eletrônicos www.carlinda.mt.gov.br e www.amm.org.br.
13.3. Não serão dadas, por telefone, informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas. O candidato deverá observar rigorosamente o Edital e os comunicados a serem divulgados.
13.4. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de uma hora do horário fixado para o seu início, munido somente de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, do Cartão de Inscrição e do documento de identidade original.
13.4.1. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira e/ou borracha durante a realização das provas.
13.5. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente modelo com foto).
13.5.1. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.
13.5.2. Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo do documento.
13.6. Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida no subitem 13.4 deste Edital, não poderá fazer as provas e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Público.
13.7. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido em no máximo, 30 (trinta) dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.
13.7.1. A identificação especial será exigida, também, ao candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.
13.8. Não serão aplicadas provas em local, data ou horário diferente dos predeterminados em Edital ou em comunicado.
13.9. Não será admitido ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.
13.10. O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização das provas, no mínimo por 01 (uma) hora após o início das provas.
13.10.1. A inobservância do subitem anterior acarretará a não-correção das provas e, conseqüentemente, a eliminação do candidato no Processo Seletivo Público.
13.11. O candidato que se retirar do ambiente de provas não poderá retornar em hipótese alguma.
13.12. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas por desconforto pessoal, para ir aos lavatórios/banheiros devidamente acompanhado de um fiscal credenciado.
13.13. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão do afastamento de candidato da sala de provas.
13.14. Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não comparecimento a estas implicará a eliminação automática do candidato.

13.15. Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e/ou legislação.
13.16. Será eliminado do Processo Seletivo Público, o candidato que, durante a realização das provas, for surpreendido portando aparelhos eletrônicos, tais como bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira/grafite e/ou borracha.
13.16.1. A Organização do Processo Seletivo Público recomenda que o candidato não leve nenhum dos objetos citados no subitem anterior, no dia de realização das provas.
13.16.2. A Organização do Processo Seletivo Público não ficará responsável pela guarda de quaisquer dos objetos supracitados.
13.16.3. A Organização do Processo Seletivo Público não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas, nem por danos neles causados.
13.16.4. Não será permitida a entrada de candidatos no ambiente de provas portando armas. O candidato que estiver armado será encaminhado à coordenação.
13.17. No dia de realização das provas, a Organização do Processo Seletivo Público poderá submeter os candidatos ao sistema de detecção de metal.
13.18. Terá suas provas anuladas e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Público o candidato que, durante a sua realização:
13.18.1. For surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução das provas;
13.18.2. Utilizar-se de livros, máquina de calcular ou similares, dicionário, notas ou impressos que não forem expressamente permitidos ou que se comunicar com outros candidatos;
13.18.3. Faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;
13.18.4. Fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não os permitidos;
13.18.5. Não entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;
13.18.6. Afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
13.18.7. Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a folha de respostas;
13.18.8. Descumprir as instruções contidas no caderno de provas;
13.18.9. Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
13.18.10. Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Processo Seletivo Público;
13.18.11. Não permitir a coleta de sua assinatura;
13.18.12. For surpreendido portando caneta fabricada em material não transparente;
13.18.13. For surpreendido portando anotações em papéis, que não os permitidos;
13.19. No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação destas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao seu conteúdo e/ou aos critérios de avaliação e de classificação.
13.20. Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do concurso público.
13.21. O descumprimento de quaisquer das instruções supracitadas implicará a eliminação do candidato, constituindo tentativa de fraude.
13.22. O prazo de validade do Processo Seletivo Público será de 02 (dois) anos, contado a partir da data de publicação da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período a critério da Administração.
13.23. O resultado final do Processo Seletivo Público será homologado pelo Prefeito Municipal de Carlinda - MT e publicado nos órgãos da imprensa Oficial, imprensa local e nos endereços eletrônicos www.carlinda.mt.gov.br e www.amm.org.br.
13.24. O candidato deverá manter atualizado seu endereço perante a Organização do Processo Seletivo Público, enquanto estiver participando do Processo Seletivo Público, por meio de requerimento a ser enviado à Administração Municipal. São de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não-atualização de seu endereço.
13.25. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo Público.
13.26. As alterações de legislação com entrada em vigor antes da data de publicação deste Edital serão objeto de avaliação pela Organização do Processo Seletivo Público.
13.27. A legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores, não serão objeto de avaliação.
13.28. O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial seu nome, seu número de inscrição e o cargo concorrido e as demais informações.
13.29. Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outra pessoa, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para esta finalidade. Nesse caso, se necessário, o candidato será acompanhado por agente devidamente identificado e autorizado.
13.30. Quaisquer alterações nas regras fixadas neste Edital só poderão ser feitas por meio de outro Edital.
13.31. Não serão considerados aptos a fazerem as provas aqueles candidatos que estejam impossibilitados de comparecer aos locais determinados para a realização das mesmas.
13.32. Nas provas objetivas só serão consideradas, para efeito de pontuação, as anotações constantes do Cartão de Resposta preenchido com caneta esferográfica preta ou azul não porosa.
13.33. No preenchimento do Cartão de Resposta é necessário que o campo correspondente à alternativa correta seja totalmente pintado, sob pena de anulação da questão não preenchida corretamente.
13.34. As questões respondidas incorretamente não anularão as questões respondidas corretamente.
13.35. As questões deixadas em branco, ou com mais de uma resposta, ou com rasuras, ainda que legíveis, serão consideradas nulas.
13.36. O candidato ao terminar as provas deverá entregar ao fiscal o seu caderno de provas e o seu Cartão de Resposta.
13.37. O candidato que permanecer na sala pelo tempo mínimo de 02 (duas) horas poderá levar consigo o caderno de provas.
13.38. O candidato que sair antes do horário acima terá oportunidade de retirar o caderno de
provas no prazo de 02 (dois) dias, a partir do dia seguinte ao da aplicação da prova, na Secretaria Municipal de Saúde de Carlinda – MT, das 07:00h às 11:00h; após este prazo os cadernos que não forem retirados serão incinerados.
13.39. O candidato deverá permanecer no mínimo por 01 (uma) hora em sala após o início das provas, sob pena de eliminação.
13.40. Os 03 (três) últimos candidatos, obrigatoriamente, permanecerão na sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova, assinando ao sair o relatório dos fiscais de sala.

Gabinete do Prefeito Municipal do Município de Carlinda
Estado de Mato Grosso, em 18 de Abril de 2013.

NÍVEA MARIA GOMES DA SILVA
Presidente Da Comissão do Processo Seletivo Público 001/2013

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA
Prefeito Municipal

ANEXO I
INFORMAÇÃO DA VAGA: CARGA HORÁRIA E REMUNERAÇÃO, ETC:
I. QUADRO DE VAGA EM ABERTO PARA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

NÚMERO DA MICRO	DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA DA MICRO ÁREA	NUMERO DE VAGAS	VAGAS PNE´S

ÁREA			
42	Percurso da Fazenda Zonta até a Fazenda Lagoa da Mata e Assentamento São Paulo	01	-

II. QUADRO DE REMUNERAÇÃO E CARGA HORÁRIA		
Função	Carga Horária	Remuneração
Agente Comunitário de Saúde	40 horas semanais	R$ 678,00

ANEXO II
SINTESE DAS ATRIBUIÇÕES PERTINENTES AO CARGO
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO
CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
Atribuições:
O Agente Comunitário de Saúde integra as equipes do PACS e PSF, realiza atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, por meio de ações educativas em saúde nos domicílios e coletividade, em conformidade com as diretrizes do SUS, e estende o acesso às ações e serviços de informação e promoção social e de proteção da cidadania.
Realizar mapeamento de sua área;
Cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro;
Identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco;
Identificar área de risco;
Orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário;
Realizar ações e atividades, no nível de suas competências, na áreas prioritárias da Atenção Básicas;
Realizar, por meio da visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade;
Estar sempre bem informado, e informar aos demais membros da equipe, sobre a situação das família acompanhadas, particularmente aquelas em situações de risco;
Desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças;
Promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras;
Traduzir para a ESF a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites;
Identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possa ser potencializados pela equipe;
Executar tarefas afins e de interesse da municipalidade.

ANEXO III
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
PORTUGUES
Língua Portuguesa: Compreensão de textos. Ortografia: emprego das letras e dos acentos. Sinônimos e antônimos. Formação do feminino e do plural dos substantivos e adjetivos. Conjugação dos verbos regulares. Principais regras de concordância. Observação: Nível de complexidade compatível com o ensino fundamental completo. OBS: Em virtude de ainda não terem sido assimiladas as mudanças ortográfica e de acentuação gráfica pela maioria dos usuários da Língua Portuguesa, não serão consideradas as novas orientações segundo o Acordo.
MATEMÁTICA
Operações aritméticas fundamentais: adição; subtração; multiplicação; divisão; Números Naturais, Inteiros e Racionais: conceito, propriedades, operações e problemas de aplicação; Sistema Legal de Unidades de Medidas: comprimento, superfície, volume, tempo, velocidade, distâncias e peso. Problemas envolvendo medidas.
CONHECIMENTOS GERAIS
Conhecimentos Gerais
I – História de Mato Grosso e Carlinda/MT.
CONHECIMENTOS ESPECIFICOS AO CARGO
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS
Conhecimentos Específicos:
1. Princípios e Diretrizes do Sistema Único de Saúde e a Lei Orgânica da Saúde;
2. Política Nacional de Atenção Básica -PNAB -Portaria n°648/GM/2006;
3. Atribuições e postura profissional do ACS;
4. Cadastramento familiar e Mapeamento: finalidade e instrumentos;
5. Conceito de territorialização, microárea e área de abrangência;
6. Diagnóstico comunitário;
7. Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas;
8. Saúde da criança e da mulher;
9. Abordagem comunitária: mobilização e participação comunitária em saúde;
10. Acolhimento e Vínculo;
11. Visita domiciliar;
12. Estratégia Saúde da Família.
13. Calendário básico de vacinação;
14. Noções Básicas de doença como: Leishmaniose visceral e tegumentar, dengue, esquistossomose, tuberculose, hanseníase, hipertensão arterial, diabetes, dentre outras.
15. Higiene, saúde e prevenção das doenças contagiosas
16. A participação do Agente Comunitário de saúde no PACS e PSF (Lei nº 11.350/2006).
17. Doenças sexualmente transmissíveis;
18. Educação permanente em saúde;
19. Conhecimentos geográficos da área/região/município de atuação;
20. Conceitos e critérios de qualidade de atenção à saúde: acessibilidade, humanização do cuidado, satisfação do usuário e do trabalhador, equidade, outros.
21. Noções Básicas de Epidemiologia, Meio Ambiente e Saneamento

ANEXO IV
MODELO DE PROCURAÇÃO

Eu (nome completo) _____, (nacionalidade) _____, (estado civil) _____, (profissão) _____, nascido (a) em __, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº ___ e do CPF nº ___, residente na Rua/Av. _____, nº _____, Bairro _____, Cidade de _____, Estado
____, CEP ___, Telefone nº ___, NOMEIO E CONSTITUO MEU BASTANTE PROCURADOR (A) o (a) senhor (a) (nome completo) _____, (nacionalidade) _____, (estado civil) _____, (profissão) _____, nascido (a) em __, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº ___ e do CPF nº ___, residente na Rua/Av. _____, nº _____, Bairro
_____, Cidade de _____, Estado ____, CEP ___, Telefone nº __, para o fim específico de assinar o requerimento de inscrição do Processo Seletivo Público nº 001/2013 da Prefeitura
Municipal de Carlinda – MT. _____, _____ de _____ de 2013.
_____

ANEXO V
MODELO DE REQUERIMENTO PARA AUXÍLIO AOS CANDIDATOS
COM NECESSIDADES ESPECIAIS

REQUERIMENTO PARA AUXÍLIO AOS CANDIDATOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS
Nome do Candidato: _____ Cargo: _____, O Candidato supracitado, vem por meio deste REQUERER AUXÍLIO NO DIA DA PROVA, em conformidade com LAUDO MÉDICO (em anexo) com CID (colocar os dados abaixo, com base no laudo): Tipo de deficiência de que é portador: _____. Código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID _ Nome do Médico Responsável pelo Laudo: _____ (OBS: Não serão considerados como deficiência física os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres). Informações especiais para a aplicação das provas: -se não necessitar de prova especial e/ou tratamento especial, marcar com x no local abaixo mencionado: -caso necessite de prova especial e/ou tratamento especial, marcar com x no local abaixo mencionado e discriminar o tipo de prova especial e/ou tratamento especial diferenciado necessário: ( ) não necessita de prova especial e/ou tratamento especial. ( ) necessita de prova especial (discriminar abaixo qual o tipo de prova necessário) ( ) necessita de tratamento especial (discriminar abaixo qual o tipo de prova necessário) _____ Declaro, para os devidos fins, que sou portador da deficiência acima mencionada, e concordo em me submeter, quando convocado, à perícia médica a ser realizada por profissional de saúde da Prefeitura Municipal de Carlinda, a ser definida em regulamento e que terá decisão

terminativa sobre minha qualificação como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo. _____, ___ de _____ de _____.
Assinatura Candidato

ANEXO VI
MODELO RECURSO ADMINISTRATIVO
Á
Comissão do Processo Seletivo Público Referente ao edital nº 001/2013 Prefeitura Municipal de Carlinda – MT

NOME DO CANDIDATO: _____
Nº DE INSCRIÇÃO: _____
CARGO: _____
SALA Nº: _____ TURNO: ____
Marque abaixo o tipo de recurso:
( ) Erro na grafia do nome ou endereço.
( ) Gabarito Oficial: questão/questões nº ___.
( ) Erro ou omissões nos cadernos de provas de múltipla escolha.
( ) Resultado das provas de múltipla escolha.
( ) Erro ou omissão na classificação final.
Digitar ou datilografar a justificativa do recurso, de forma objetiva, com assinatura do candidato.

_____
_____ Data _____/_____/_____
Assinatura: _____

ANEXO VII
REQUERIMENTO DA PONTUAÇÃO DA PROVA DE TITULOS

REQUERIMENTO
Requerente: _____
Cargo: _____
Nº RG: _____ Nº CPF: ___
Requeiro a atribuição da pontuação de _____(__) pontos, referente constante do Item 12.9 do Edital n.º 001/2013 para fins de classificação no Processo Seletivo Público da Prefeitura Municipal de Carlinda/MT.
Nestes termos peço deferimento.
_____/MT, _____ de ___ de 20___.
_____
Assinatura do Requerente
PARA USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO DO CONCURSO
Em cumprimento ao item 12.9 do Edital n.º 001/2013
( ) Deferimos o requerimento;
( ) Deferimos parcialmente o requerimento, atribuindo-lhe _____(_____) pontos;
( ) Indeferimos o requerimento.
Presidente da Comissão
Secretário da Comissão
Membro

ANEXO VIII	
PREVISÃO DO CRONOGRAMA DE EVENTOS	
EVENTOS	DATAS
Publicação do Edital de abertura	19 de Abril de 2013
Período Normal das Inscrições	22 de Abril de 2013 á 14 de Maio de 2013
Homologação das Inscrições	16 de Maio de 2013
Período de recurso para as inscrições não homologadas	17 de Maio de 2013 á 20 de Maio de 2013
Resultado Recursos	22 de Maio de 2013
Homologação das Inscrições	23 de Maio de 2013
Aplicação das Provas Objetivas	26 de Maio de 2013
Divulgação do gabarito preliminar	28 de Maio de 2013
Prazo para recurso contra o gabarito preliminar	29 de Maio de 2013 á 03 de Junho de 2013
Divulgação do resultado preliminar da prova objetiva e análise de títulos	05 de Junho de 2013
Interposição de eventuais recursos quanto a pontuação	06 e 07 de Junho de 2013
Resultado dos recursos interpostos	11 de Junho de 2013

Divulgação do resultado da prova objetiva e análise de títulos	13 de Junho de 2013
Resultado Final dos aprovados	14 de Junho de 2013
Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Público	18 de Junho de 2013

ANEXO IX		
FICHA DE INSCRIÇÃO		
FICHA DE INSCRIÇÃO		
Nome:	Nº inscrição:	
Municipio:	Estado:	
Endereço:		
CPF nº:	Data de Nasc:	
RG nº:	Org. Exp	Data:
Titulo eleitor:	Nacionalidade:	
Micro área de atuação:	Sexo: F ( ) M ( )	
Profissão atual:		
Portador de necessidades especiais	( ) sim ( ) não	

Declaro sob pena da lei, que as informações acima prestadas são absolutamente verdadeiras. Estou ciente de que em qualquer fase do Processo Seletivo Público poderei ser desligado, caso estas informações não sejam verdadeiras.

Carlinda/MT, _____,_____,2013.

_____
Assinatura do candidato
_____
Assinatura do responsável pela inscrição

Destacar e entregar ao candidato	
CARTÃO DE COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO	
Nome:	Nº da inscrição:
RG:	CPF:
Endereço:	Micro área:

_____
Assinatura do responsável
Lembrete: não esquecer de levar documento de identificação (RG) e Caneta de material transparente no dia da prova.

Publicado por:
Elaine Juviniano de Lima
Código Identificador:54C100A4

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS/PLANEJAMENTO E PROJETOS
EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
A Prefeitura Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, de acordo com as disposições da Lei Federal nº. 10.520, Lei nº. 8.666/93 e suas alterações; torna publico que realizará a **LICITAÇÃO** a seguir caracterizada:

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 022/2013
OBJETO DA LICITAÇÃO: "AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS SENDO: EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, MATERIAIS PERMANENTES, E VEÍCULO PICK-UP PARA O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE".

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 02/05/2013
VALOR ESTIMADO: 193.950,00 (Cento e Noventa e Três Mil Novecentos e Cinquenta Reais).
HORÁRIO: 08:00 HORAS.
LOCAL: SALA DE LICITAÇÕES DA PREF. MUN. DE CARLINDA/MT.

ENDEREÇO: AV. TANCREDO A. NEVES S/Nº - CENTRO - CARLINDA/MT.
O edital completo poderá ser obtido pelos interessados no mesmo endereço da Prefeitura, situada na Av. Tancredo de Almeida Neves, s/nº. Cx. Postal 45, Centro, CEP: 78.587-000 Carlinda - MT, das 07:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas ou pelo endereço eletrônico http://www.carlinda.mt.gov.br ou maiores informações pelo telefone (66) 3525-2000.

Carlinda/MT, em 19 de Abril de 2013.

ELAINE JUVINIANO DE LIMA
Pregoeira

Publique-se

Publicado por:
Elaine Juviniano de Lima
Código Identificador:CCDCAE8E

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS/PLANEJAMENTO E PROJETOS
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, de acordo com as disposições de Lei n.º 8.666/93 e suas alterações; torna publico que realizara a **LICITAÇÃO** a seguir caracterizada:
TOMADA DE PREÇO N.º 002/2013
OBJETO DA LICITAÇÃO: "CONSTRUÇÃO DE UM MURO DE DIVISA EM ALVENARIA DE VEDAÇÃO COM FECHAMENTO DE 250M para atender as necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social para o Programa Peti".

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 14/05/2013
VALOR ESTIMADO: R$: 29.000,00 (Vinte e Nove Mil Reais)
HORÁRIO: 09:15 HORAS.
LOCAL: SALA DE LICITAÇÕES DA PREF. MUN. DE CARLINDA/MT.

ENDEREÇO: AV. TANCREDO A. NEVES SN.º - CENTRO – CARLINDA/MT.

EDITAL COMPLETO PODERÁ SER OBTIDO PELOS INTERESSADOS NO ENDEREÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA: AV. TANCREDO DE ALMEIDA NEVES S/Nº. CX POSTAL 45, CEP:78.587-000 CENTRO, CARLINDA – MT, NO HORÁRIO DAS 07:00 ÀS 13:00 HORAS, MAIORES INFORMAÇÕES PELO FONE: (66) 3525-2000 ou prefeituradecarlinda@gmail.com.

Carlinda/MT, em 19 de Abril de 2013.

ELAINE JUVINIANO DE LIMA
Presidente da Cpl

Publique-se

Publicado por:
Elaine Juviniano de Lima
Código Identificador:4E1FC5E7

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 008/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2013

A Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães, sediada à Rua Tiradentes, 166 – Centro, através da senhora Leila Aparecida de Oliveira, Pregoeira, torna publico para conhecimento dos interessados no Pregão Presencial 008/2013 que tem por objetivo **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAQUINARIOS E CAMINHÕES PARA DÁ MANUNTENÇÃO NAS ESTRADAS VICINAIS DESTE MUNICIPIO** do tipo menor preço por item, obteve-se o seguinte resultado: a empresa **MULTIPARK COM. E SERV. REPRESENTAÇÃO LTDA – ME** venceu o certame no item 01 dando um valor global de **R$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais)** e a empresa **LEDA CRISTINA PEREIRA GONÇALES ME** venceu o certame nos itens 02,03 e 04 dando um valor global de **R$312.000,00 (trezentos e doze mil reais)**.

Chapada dos Guimarães/MT, 19 de abril de 2013.

LEILA APARECIDA DE OLIVEIRA
Pregoeiro

Publicado por:
João Paulo de Albuquerque
Código Identificador:18F97D1D

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
EXTRATO CONTRATO 004-2013

Espécie: Contrato de Fornecimento de Combustível Gasolina Comum e Álcool Comum. **Contratante**: CÂMARA MUNICIPAL DE CLAUDIA, **Contratado: TITAN REVENDEDOR DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA** Inscrita no CNPJ nº **13.675.720/0001-07**, representada pelo Sr. **OBERDAN SEGNER**, – RG nº 864.836 SSP/MT, e do CPF nº 651.533.081-20, - **Endereço**: Avenida Marechal Candido Rondon, nº 677, Bairro centro, na cidade de Claudia MT. – **Objeto**: **Aquisição de 7.000 lts (sete mil Litro) de gasolina comum e 1.000 lts (Um mil litros) de Álcool Comum,** para abastecimento do veiculo do Poder Legislativo. **Valor Total**: R$: 23.710,00 (Vinte e Três Mil Setecentos e Dez reais) Sendo R$: 21.630,00 (Vinte e Um Mil Seiscentos e trinta Reais), referente 7.000 (sete Mil) litros de gasolina comum, no valor unitário de R$: 3,09. (Três reais e nove Centavos) e R$: 2.080,00 (Dois Mil e oitenta Reais), referente 1.000 (Um mil) litros de Álcool Comum, no valor unitário R$: 2,08 (Dois Reais e Oito Centavos) o litro vigência: O Presente contrato terá vigência apartir de sua assinatura até 31/12/2013. – **Cód. Dotação Orçamentária**: 01.001.01.031.0001.2001.3390.30000000 (0006). Material de Consumo.

Publicado por:
Davi Schleicher
Código Identificador:E895B654

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO ADESAO DE ATA REGISTRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER
AVISO ADESÃO ATA DO REGISTRO DE PREÇO

A Prefeitura Municipal de Colider, através da Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração, Departamento de Licitação comunica a todos os interessados Aderiu **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 037/2012 DO PREGÃO 020/2012**
Junto a Prefeitura Municipal de **Campo Novo do Parecis – MT**, com a empresa **Ariel Automóveis Várzea Grande Ltda. devidamente inscrita no CNPJ sob nº. 26.793.042/0001-10** – Objeto: Veiculo automotor hatch para 05 passageiro zero quilômetros, ano de fabricação/modelo, 04 porta, bicombustível (etanol /gasolina), com ar condicionado, motorização mínima de 65 cv, 04 cilindros em linha, 08 válvulas, cor branca, com cambio manual de 05 marchas a frente e uma a ré. Sistema de freio, traseiro a tambor e disco ventilado no dianteiro e demais itens exigidos pelo CONTRAN. Maiores informações na sede a Prefeitura Municipal de Colider localizada na Travessas dos Parecis nº 085 – Setor Leste – Centro—Fone (66) 3541 6300 – 08:00 ás 11:00 horas**.**

Colider – MT, 19 de Abril de 2013.

CARLOS ABRAÃO GAIA
Pregoeiro

Publicado por:
Carlos Abraao Gaia
Código Identificador:03121E34

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI 2664/2013

Projeto de Lei nº 022/2013
Autoria: Poder Executivo

> "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DISPONIBILIZAR LOGRADOURO PÚBLICO PARA DIVULGAÇÃO DE PUBLICIDADE MEDIANTE CONTRAPRESTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Excelentíssimo Senhor Nilson José dos Santos, Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a disponibilizar logradouro público para divulgação de publicidade, mediante a observância do artigo 118 da Lei Municipal 2.544/11.

Parágrafo único - Fica limitado a três os locais a serem disponibilizados, sendo o primeiro na Avenida Marechal Rondon, o segundo na Avenida Tancredo Neves e o terceiro na Avenida do Colonizador, tudo para não caracterizar qualquer espécie de poluição visual, não podendo ser edificada a estrutura nos canteiros das rotatórias referidas das referidas avenidas.

Art. 2º - Nos termos do artigo primeiro da presente Lei, as empresas de publicidade que se fizerem interessadas deverão atender a todas as exigências impostas para o deferimento da instalação, tais como, o encaminhamento de requerimento devidamente instruído do interessado, pagamento das taxas, etc., e emissão prévia da respectiva licença.

§ 1º. A divulgação de mensagens publicitárias só poderá ser requerida e executada por pessoa jurídica com comprovada especialização na área de publicidade e que explore essa atividade econômica.
§ 2º. Havendo mais de uma empresa interessada, a escolha deverá ser feita, mediante licitação pública.
§ 3º. O Edital que instruir a licitação conterá, entre outros elementos, a localização dos espaços, tipos de equipamentos que poderão ser instalados, prazos, restrições, bem como as condições gerais que vincularão o ato de permissão de uso, e que 22% (vinte e dois por cento) dos veículos instalados nestes locais serão usados para fins sociais.

Art. 3º - A divulgação se fará por meio de estrutura metálica, com altura mínima de 3 metros, com fixação no canteiro central das avenidas indicadas, observando as diretrizes e regulamentações do departamento de trânsito quanto à segurança, de modo que não venham a prejudicar a sinalização do trânsito ou outros destinadas a orientação pública, ou que causem insegurança ao trânsito de veículos ou pedestres.
Art. 4º - Serão exigidos meios de divulgação de acordo com o que mais há de moderno no mercado, sendo painéis de Led, Lcd ou similares que permitam a divulgação de matérias em vídeo para que seja atendida a finalidade principal da presente Lei, em tamanho não inferior a 4,00 x 1,50 e não superior a 5,00 x 2,50.

Art. 5º - Do espaço publicitário, será resguardado a porção de 30% para a divulgação de campanhas e matérias de interesse social, por parte do Poder Executivo, Legislativo e entidades sociais/assistenciais sem fins lucrativos.

Parágrafo primeiro - Será resguardado para o Poder Executivo o percentual de 15%, para o Poder Legislativo Municipal o percentual de 10% e para as entidades sociais/assistenciais sem fins lucrativos a porção de 05%.

Parágrafo segundo - As matérias e campanhas a serem divulgadas nos termos deste artigo deverão ser encaminhadas em mídia de DVD ou equivalente para a Secretaria de Indústria, Comércio, Emprego, Renda, Cultura e Turismo por meio de ofício, onde deverá ser estipulado o período da divulgação, de modo que a mesma deverá proceder à inclusão da matéria dentro do prazo máximo de 48 horas.

Parágrafo terceiro - Caberá a Secretaria de Indústria, Comércio, Emprego, Renda, Cultura e Turismo a coordenação, divisão e implementação do espaço publicitário reservado ao Município de Colider, devendo criar o regulamento e fiscalizar a atividade.

Art. 6º - Todas as despesas decorrentes dos procedimentos legais e administrativos para efetivação da instalação dos painéis e funcionamento dos mesmos correrão por conta e responsabilidade da empresa que se fizer interessada.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adotar todas as medidas Administrativas, Contábeis e Jurídicas necessárias a fim de atender e cumprir o disposto nos artigos anteriores.

Art. 8º - Eventuais despesas não abrangidas pelo art. 6º da presente Lei, a discricionariedade do Poder Executivo, deverá obrigatoriamente ser aprovado pelo Poder Legislativo, através de Projeto de Lei enviado pelo Poder Executivo Municipal, constando os devidos valores.
Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colider MT, 17 de abril de 2013.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deise da Silva Aragão
Código Identificador:AB341C00

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 046/2013

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO.

O Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, Sr. Nilson José dos Santos, no uso de suas atribuições legais e, considerando o resultado final do Concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital de Concurso nº 001/2012.

DECRETA
Artigo 1º - Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados, a comparecerem ao Edifício Sede desta Prefeitura Municipal, de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Colider-MT, a partir do dia 22.04.2013 a 21.05.2013, munidos dos seguintes documentos, originais e respectivas cópias:
-Documento de escolaridade referente ao cargo que se candidatou;
-Titulo de eleitor;
-Comprovante de quitação eleitoral;
-Comprovante de quitação militar, se do sexo masculino;
-Carteira de identidade (R.G.);
-Cartão do C.P. F;
-Certidão de nascimento ou casamento;
-Cartão do C.P.F. esposo (a), caso seja casado (a);
-02 fotos 3x4 atuais;
-Carteira de trabalho;
-Cartão PIS/PASEP
-CNIS - INSS
-Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos;
-Certidão de inexistência de antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;
-Atestado médico de capacidade física (emitidos por profissionais do SUS);
-Atestado médico de sanidade mental (emitidos por profissionais do SUS);
-Declaração de não infrigência ao inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal, e disponibilidade do tempo para cumprimento da carga horária;
-Comprovante de residência;
-Carteira nacional de habilitação;
-Comprovante se estrangeiro na forma da Lei (naturalizado);
-Registro e Certidão negativa expedida pelo órgão de classe conforme o caso;
-Declaração de bens.
-C/C (Banco do Brasil)
-Outros documentos pertinentes que fizerem necessários.
Parágrafo Único – O não comparecimento do candidato no prazo estipulado neste artigo, implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente da vaga.
Artigo 2º - Os candidatos convocados são os seguintes:

MOTORISTA "CNH D"		
01	SIDNEI DA SILVA	Classificação 8º lugar
02	CLEITON CUSTODIO JORGE	Classificação 9º lugar
03	JOSÉ DA SILVA	Classificação 10º lugar
04	ADILSON JOSÉ DE MENDONÇA	Classificação 11º lugar

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 22 de abril de 2013.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helena Carmem Soares
Código Identificador:0D096184

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 047/2013

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO.

O Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, Sr. Nilson José dos Santos, no uso de suas atribuições legais e, considerando o resultado final do Concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital de Concurso nº 001/2009.
DECRETA
Artigo 1º - Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados, a comparecerem ao Edifício Sede desta Prefeitura Municipal, de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Colider-MT, a partir do dia 22.04.2013 a 21.05.2013, munidos dos seguintes documentos, originais e respectivas cópias:
-Documento de escolaridade referente ao cargo que se candidatou;
-Titulo de eleitor;
-Comprovante de quitação eleitoral;
-Comprovante de quitação militar, se do sexo masculino;
-Carteira de identidade (R.G.);
-Cartão do C.P. F;
-Certidão de nascimento ou casamento;
-Cartão do C.P.F. esposo (a), caso seja casado (a);
-02 fotos 3x4 atuais;
-Carteira de trabalho;
-Cartão PIS/PASEP
-CNIS - INSS
-Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos;
-Certidão de inexistência de antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;
-Atestado médico de capacidade física (emitidos por profissionais do SUS);
-Atestado médico de sanidade mental (emitidos por profissionais do SUS);
-Declaração de não infrigência ao inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal, e disponibilidade do tempo para cumprimento da carga horária;
-Comprovante de residência;
-Carteira nacional de habilitação;
-Comprovante se estrangeiro na forma da Lei (naturalizado);
-Registro e Certidão negativa expedida pelo órgão de classe conforme o caso;
-Declaração de bens.
-C/C (Banco do Brasil)
-Outros documentos pertinentes que fizerem necessários.
Parágrafo Único – O não comparecimento do candidato no prazo estipulado neste artigo, implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente da vaga.
Artigo 2º - síntese das atribuições pertinentes a cada cargo:
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Atividades relacionadas à limpeza e conservação interna e externa dos prédios públicos e de seus móveis e equipamentos, à fiscalização de entrada e saída de pessoas, internamente e externamente, à abertura e fechamento de dependências e prédios; execução de outras atividades correlatas. Atender todos os Departamentos dos órgãos públicos municipais preparando e servindo o que for solicitado.
COZINHEIRA
Envolver-se em atividades de pré-preparo e preparo dos alimentos, dentro das normas de higiene e observando as regras de conservação dos alimentos de acordo com cardápio previamente estabelecido; selecionar os gêneros alimentícios observando a qualidade dos mesmos; executar e manter a limpeza e a ordem do ambiente e equipamentos, além de outras atividades afins e atendendo as normas estabelecidas pela Vigilância Sanitária. Quando o trabalho for realizado em creches, executar as atividades de lactaria, quando solicitado, de acordo com os padrões estabelecidos; comunicar ao coordenador de creche a necessidade de reparos em utensílios e equipamentos da cozinha; organizar e controlar o recebimento, estocagem, conservação e utilização dos gêneros alimentícios; organizar a distribuição das refeições às crianças; executar atividades correlatas determinadas pelo coordenador da creche.
Artigo 3º - Os candidatos convocados são os seguintes:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS		
01	LIDIANE PINTO PENA	SEGUNDA CONVOCAÇÃO
02	ELIANE ALVES PEREIRA DINIZ	SEGUNDA CONVOCAÇÃO
03	MARILZA DALMORO J. PINHEIRO	SEGUNDA CONVOCAÇÃO
04	JANDIRA ALBANO	SEGUNDA CONVOCAÇÃO
05	FABIANA DE MELO DIAS	SEGUNDA CONVOCAÇÃO
06	LUCINEIA T. DIAS DE SOUZA	SEGUNDA CONVOCAÇÃO
07	ROSANGELA MARIM ESCORCIO	SEGUNDA CONVOCAÇÃO
08	DOMINGAS APARECIDA SOARES	SEGUNDA CONVOCAÇÃO
09	FRANCILENE LOPES MORAIS	SEGUNDA CONVOCAÇÃO
10	JOSSIMARA APARECIDA DUARTE	SEGUNDA CONVOCAÇÃO
11	ROSIMEIRE VIEIRA DA SILVA	SEGUNDA CONVOCAÇÃO
12	ALINE ROSILVA BORGES ALVES	SEGUNDA CONVOCAÇÃO
13	LOURDES PEREIRA DOS SANTOS	SEGUNDA CONVOCAÇÃO
14	ANTONIA CAMARGO	SEGUNDA CONVOCAÇÃO
COZINHEIRA		
01	EDILENE MIQUELETTI DA COSTA	SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito, em 22 de abril de 2013.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helena Carmem Soares
Código Identificador:944DE3A8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 045/2013

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO.

O Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, Sr. Nilson José dos Santos, no uso de suas atribuições legais e, considerando o resultado final do Concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital de Concurso nº 001/2009.
DECRETA
Artigo 1º - Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados, a comparecerem ao Edifício Sede desta Prefeitura Municipal, de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Colider-MT, a partir do dia 19.04.2013 a 18.05.2013, munidos dos seguintes documentos, originais e respectivas cópias:
Documento de escolaridade referente ao cargo que se candidatou;
Titulo de eleitor e comprovante de quitação eleitoral;
Comprovante de quitação militar, se do sexo masculino;
Carteira de identidade (R.G.);
Cartão do C.I. C;
Certidão de nascimento ou casamento;
02 fotos 3x4 atuais;
Carteira de trabalho;
Cartão PIS/PASEP
CNIS (retirado no INSS)
Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos;
Certidão negativa de antecedente s criminais dos últimos 05 (cinco) anos;
Comprovante de sanidade física mental;
Declaração de não infrigência ao inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal, e disponibilidade do tempo para cumprimento da carga horária;
Comprovante de residência;
Carteira nacional de habilitação;
Comprovante se estrangeiro na forma da Lei (naturalizado);
Registro e Certidão negativa expedida pelo órgão de classe conforme o caso;
Declaração de bens.
C/C (Banco do Brasil)

Parágrafo Único – O não comparecimento do candidato no prazo estipulado neste artigo, implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente da vaga.
Artigo 2º - Os candidatos convocados são os seguintes:
Zeladora
01. Nasiane Vieira de Barros Classificação 30º lugar
02. Ana Paula da S. de Andrade Classificação 31º lugar
Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 30 de janeiro de 2013, revogando-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito, em 19 de abril de 2013.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helena Carmem Soares
Código Identificador:9FCC4E72

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA
DE LICITAÇÃO Nº 025/2013

Ratifico a ***Dispensa de Licitação nº 025/2013*** em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e Parecer Jurídico, nos termos do **art. 24 Inc. IV, da Lei 8.666/93** e suas atualizações, determino que se proceda a ***Contratação de Empresa para prestação de Serviços com o objetivo de Consertar Equipamentos do Hospital Municipal André Maggi***, por se tratar de serviços de natureza continuada e imprescindível para o município.

Colniza/MT, 18 de abril de 2013.

JOÃO ASSIS RAMOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vánia Orben
Código Identificador:909203FC

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 046/2013

DE 17/04/2013

JEFERSON FERREIRA GOMES, Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Biênio 2013/2014, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei,

R E S O L V E

Art. 1º. Nomear ***Comissão Permanente de LEVANTAMENTO dos Bens Patrimoniais da Câmara Municipal,*** composta pelos seguintes membros:

***Adriana Guimarães Rosa Perroni* – Presidente**
***Ivanir Mendes Rodrigues* – Secretária**
***Roselaine Belussi* – Membro**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e treze.

JEFERSON FERREIRA GOMES
Presidente

Registre-se e Publique-se:

JAIR JOSÉ TEODORO
1º Secretário

Publicado por:
Adriana Guimarães Rosa Perroni
Código Identificador:158ABB7A

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 047/2013

DE 17/04/2013

JEFERSON FERREIRA GOMES, Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Biênio 2013/2014, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei,

R E S O L V E

Art. 1º. Nomear ***Comissão Permanente de REAVALIAÇÃO dos Bens Patrimoniais da Câmara Municipal,*** composta pelos seguintes membros:

***Ivanir Mendes Rodrigues* – Presidente**
***Martha Fontini Catelani* – Secretária**
***Rosa Adriana Dourado* – Membro**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e treze.

JEFERSON FERREIRA GOMES
Presidente

Registre-se e Publique-se:

JAIR JOSÉ TEODORO
1º Secretário

Publicado por:
Adriana Guimarães Rosa Perroni
Código Identificador:65D01243

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 048/2013

DE 17/04/2013

JEFERSON FERREIRA GOMES, Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Biênio 2013/2014, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei,

R E S O L V E

Art. 1º. Nomear ***Comissão Permanente de INVENTÁRIO dos Bens Patrimoniais da Câmara Municipal,*** composta pelos seguintes membros:

***Rosa Adriana Dourado* – Presidente**
***Adriana Guimarães Rosa Perroni* – Secretária**
***Martha Fontini Catelani* – Membro**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e treze.

JEFERSON FERREIRA GOMES
Presidente

Registre-se e Publique-se:

JAIR JOSÉ TEODORO
1º Secretário

Publicado por:
Adriana Guimarães Rosa Perroni
Código Identificador:474D9B8D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EDITAL PP 034/2013

PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO Nº 034/2013

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Maria Aparecida Cavalcanti da Silva, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO n° 034/2013, tendo como objeto: **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS, c**uja abertura ocorrerá às 08:00 horas do dia 03/05/2013, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Espírito Santo nº 199 E – Centro – CEP: 78.310-000 - Comodoro – MT. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Comodoro, sito a Rua Espírito Santo nº199 E, Centro, Comodoro - MT e no site: www.comodoro.mt.gov.br

Comodoro – MT, 19 de abril de 2013.

MARIA APARECIDA CAVALCANTI DA SILVA
Pregoeira

Publicado por:
Maria Aparecida Cavalcanti da Silva
Código Identificador:C6768040

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EDITAL 036/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2013

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Maria Aparecida Cavalcanti da Silva, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n° 036/2013 PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS DE CONSUMO E PERMANENTE PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** cuja abertura ocorrerá às 08:00 horas do dia 06/05/2013, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Espírito Santo nº 199 E – Centro – CEP: 78.310-000 - Comodoro – MT. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Comodoro, sito a Rua Espírito Santo nº199 E, Centro, Comodoro - MT e no site: www.comodoro.mt.gov.br

Comodoro – MT, 19 de abril de 2013.

MARIA APARECIDA CAVALCANTI DA SILVA
Pregoeira

Publicado por:
Maria Aparecida Cavalcanti da Silva
Código Identificador:4E413B4E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 035-2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2013
O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Maria Aparecida Cavalcanti da Silva, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n° 035/2013, **EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, tendo como objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PACIENTES USUÁRIOS DO SUS PARA ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E/OU EMERGÊNCIA, FORA DO DOMICÍLIO, EM OUTRAS LOCALIDADES, COMO EXEMPLO: CÁCERES-MT, CUIABÁ-MT, PONTES E LACERDA-MT E VILHENA/RO, POR KM RODADO**, **EM VEÍCULO AMBULÂNCIA, TIPO SIMPLES REMOÇÃO,** cuja abertura ocorrerá às 10:00 horas do dia 07/05/2013, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Espírito Santo nº 199 E – Centro – CEP: 78.310-000 - Comodoro – MT. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Comodoro, sito a Rua Espírito Santo nº199 E, Centro, Comodoro - MT e no site: www.comodoro.mt.gov.br
Comodoro – MT, 19 de abril de 2013.

MARIA APARECIDA CAVALCANTI DA SILVA
Pregoeira

Publicado por:
Maria Aparecida Cavalcanti da Silva
Código Identificador:00A03766

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO
CPL 62/2012

Objeto: Alterar a Cláusula terceira, item 3.1 do Contrato 62/2012 de 20 de junho de 2012, realizado segundo os termos do processo licitatório nº 84/2012 na modalidade de Tomada de Preço nº 003/2012 que passa a ter a seguinte redação:
1.2 Para a execução total da obra, fica contratado o preço global de R$ 811.892,79 (oitocentos e onze mil, oitocentos e noventa e dois reais e setenta e nove centavos), conforme planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e quadro de composição dos investimentos.
Contratada: **LL Construtora LTDA**
Contratante: **Prefeitura de Confresa - Gaspar Domingos Lazari**

Publicado por:
Adila de Oliveira Nogueira
Código Identificador:0505CCC9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CANCELAMENTO CC 001/2013

A Prefeitura de Confresa-MT, através da Comissão Permanente de Licitações, instituída pela portaria 039/2013 de 04 de Janeiro de 2013, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento de todos os interessados, o **CANCELAMENTO**, da Concorrência Pública 001/2013, destinado a Contratação de empresa para Construção de Unidades Habitacionais Rurais (PNHR) no Municipio de Confresa, em razão de interesse administrativo.

Confresa-MT, 19 de Abril de 2013.

JOSÉ CARNEIRO DA SILVA
Presidente da CPL.

Publicado por:
Iranizo Matos Rodrigues
Código Identificador:6476C767

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2013

A Prefeitura De Confresa, Estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro, comunica que será aberta licitação na modalidade Pregão Presencial, Menor Preço 019/2013 no dia 02/05/2013 às 08:00 para O Registro de Preços para possível e eventual aquisição de aparelhos de

Ar-condicionado, conforme Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93. O Edital está a disposição no setor de licitações no horário das 07:00 as 13:00.
Confresa, 19 de Abril de 2013

JOSÉ CARNEIRO DA SILVA
Pregoeiro.

Publicado por:
Iranizo Matos Rodrigues
Código Identificador:67B92537

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 001/2013 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DEFINITIVO

EDITAL COMPLEMENTAR 001/2013 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DEFINITIVO

A Presidente da Comissão Organizadora do processo seletivo simplificado nº 001 /2013, da prefeitura municipal de Confresa – MT, no uso de suas atribuições legais faz saber aos interessados que após o julgamento dos recursos impetrados referente à divulgação dos gabaritos, divulga o resultado definitivo de classificados e desclassificados, o presente edital e seus anexos será afixado no mural da Prefeitura Municipal de Confresa, na pagina www.amm.org.br e no site WWW.assepublica.com.br.

Confresa - MT 19 de Abril de 2013.

LÚCIA GERALDO RIBEIRO
Presidente da Comissão de Organizadora

Publicado por:
Ana Célia de Souza Lima
Código Identificador:262E10D1

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

PREVI-COTRI
PORTARIA Nº 016/2013 - CONCESSÃO DE APOSENTADORIA

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez em favor da servidora Sra. Cleide da Luz de Araújo".

*O Diretor Executivo do **PREVI-COTRI**, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 6-A, § único, da Emenda Constituição n.º 41, com redação determinada pela Emenda Constitucional de n.º 70, de 29 de Março de 2012, Art. 64, da Lei Municipal nº. 019/2005, de 16 de dezembro de 2005, Art. 12, inciso "I", alínea "a" da Lei Municipal n.º 692/2011, de 02 de maio de 2011.*

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de **Aposentadoria por Invalidez** a servidora **Sra. CLEIDE DA LUZ DE ARAUJO**, portadora do RG: 7.664.994-40 SSP/PR, CPF: 005.567.531-00 e da cédula eleitoral de n.º 214294718/21, zona 035, seção 0162, efetiva no cargo de SERVENTE, Nível "III", Classe "b", contando com um total de 3.314 dias, 09 (nove) anos e 29 (vinte e nove) dias, lotada na **Secretaria Municipal de Assistência Social**, com **proventos proporcionais**, conforme o processo do PREVI-COTRI n.º 208949/2011-TCE a partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo a partir de 02 de Maio de 2011, revogam-se ainda, os efeitos da portaria n.º 017/2011.

Registre, publique e cumpra-se.

Cotriguaçu - MT, 19 de Abril de 2013.

ANDERSON PAULO CALIXTO
Diretor Geral do Previ

HOMOLOGO:

ROSÂNGELA APARECIDA NERVIS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Anderson Paulo Calixto
Código Identificador:BC27CFED

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 036/2013

PRORROGA A DATA DO VENCIMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO, ESTADO DE MATO GROSSO**, Sr. **JUVIANO LINCOLN,** no uso das atribuições que lhe conforme o artigo 324 da Lei Complementar nº 001/2001 – Código Tributário Municipal, e

Considerando o atraso no final da entrega dos carnês de pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU.

DECRETA:

Art. 1º **-** Fica prorrogado o vencimento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para o dia **30 de abril de 2013**.

Art. 2º **-** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Palácio Parecis, Diamantino, 19 de abril de 2013.

JUVIANO LINCOLN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juçara Ramos Magalhães
Código Identificador:C52AE12C

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ADITIVO DO CONTRATO Nº 060/2013

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 060/2013
CONTRATANTE: Município de Diamantino - MT
CONTRATADO: DEMILDES BARBOSA MESSIAS
OBJETO: Fica alterada a Cláusula Quarta do Contrato a que se refere o presente **TERMO,** passando o vencimento para o valor de R$ 1.348,07 (Um Mil Trezentos e Quarenta e Oito Reais e Sete Centavos), a partir de 01 de março de 2013.
SECRETARIA DE ORIGEM: Secretaria Municipal de Educação e Cultura
DESPESA DA DOTAÇÃO: Contratação por tempo determinado 3.1.90.04.00.00.00.00.0999
DATA DO ADITIVO DO CONTRATO: 01/03/2013
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 14/12/2013
VALOR DO CONTRATO: R$ 1.348,07

Publicado por:
Alexandrino Rodrigues da Cruz
Código Identificador:F8624B4B

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ADITIVO DO CONTRATO Nº 062/2013

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 062/2013
CONTRATANTE: Município de Diamantino - MT
CONTRATADO: MARILZA DE LARA

OBJETO: Fica alterada a Cláusula Quarta do Contrato a que se refere o presente **TERMO,** passando o vencimento para o valor de R$ 1.348,07 (Um Mil Trezentos e Quarenta e Oito Reais e Sete Centavos), a partir de 01 de março de 2013.
SECRETARIA DE ORIGEM: Secretaria Municipal de Educação e Cultura
DESPESA DA DOTAÇÃO: Contratação por tempo determinado 3.1.90.04.00.00.00.00.0999
DATA DO ADITIVO DO CONTRATO: 01/03/2013
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 14/12/2013
VALOR DO CONTRATO: R$ 1.348,07

Publicado por:
Alexandrino Rodrigues da Cruz
Código Identificador:F50EA69D

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ADITIVO DO CONTRATO Nº 063/2013

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 063/2013
CONTRATANTE: Município de Diamantino - MT
CONTRATADO: MARINA AUXILIADORA DE ARRUDA MAGALHÃES
OBJETO: Fica alterada a Cláusula Quarta do Contrato a que se refere o presente **TERMO,** passando o vencimento para o valor de R$ 1.348,07 (Um Mil Trezentos e Quarenta e Oito Reais e Sete Centavos), a partir de 01 de março de 2013.
SECRETARIA DE ORIGEM: Secretaria Municipal de Educação e Cultura
DESPESA DA DOTAÇÃO: Contratação por tempo determinado 3.1.90.04.00.00.00.00.0999
DATA DO ADITIVO DO CONTRATO: 01/03/2013
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 14/12/2013
VALOR DO CONTRATO: R$ 1.348,07

Publicado por:
Alexandrino Rodrigues da Cruz
Código Identificador:03A01EAC

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ADITIVO DO CONTRATO Nº 064/2013

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 064/2013
CONTRATANTE: Município de Diamantino - MT
CONTRATADO: CLEIDE CRISTINA PEREIRA LOPES
OBJETO: Fica alterada a Cláusula Quarta do Contrato a que se refere o presente **TERMO,** passando o vencimento para o valor de R$ 1.348,07 (Um Mil Trezentos e Quarenta e Oito Reais e Sete Centavos), a partir de 01 de março de 2013.
SECRETARIA DE ORIGEM: Secretaria Municipal de Educação e Cultura
DESPESA DA DOTAÇÃO: Contratação por tempo determinado 3.1.90.04.00.00.00.00.0999
DATA DO ADITIVO DO CONTRATO: 01/03/2013
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 14/12/2013
VALOR DO CONTRATO: R$ 1.348,07

Publicado por:
Alexandrino Rodrigues da Cruz
Código Identificador:7BA686C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ADITIVO DO CONTRATO Nº 065/2013

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 065/2013
CONTRATANTE: Município de Diamantino - MT
CONTRATADO: EVELYN CHIRSTIAN RÉGIS LOPES
OBJETO: Fica alterada a Cláusula Quarta do Contrato a que se refere o presente **TERMO,** passando o vencimento para o valor de R$ 1.348,07 (Um Mil Trezentos e Quarenta e Oito Reais e Sete Centavos), a partir de 01 de março de 2013.
SECRETARIA DE ORIGEM: Secretaria Municipal de Educação e Cultura
DESPESA DA DOTAÇÃO: Contratação por tempo determinado 3.1.90.04.00.00.00.00.0999
DATA DO ADITIVO DO CONTRATO: 01/03/2013
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 14/12/2013
VALOR DO CONTRATO: R$ 1.348,07

Publicado por:
Alexandrino Rodrigues da Cruz
Código Identificador:98A250DB

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ADITIVO DO CONTRATO Nº 067/2013

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 067/2013
CONTRATANTE: Município de Diamantino - MT
CONTRATADO: LUCI NELY AGRIPINA DE BARROS
OBJETO: Fica alterada a Cláusula Quarta do Contrato a que se refere o presente **TERMO,** passando o vencimento para o valor de R$ 1.348,07 (Um Mil Trezentos e Quarenta e Oito Reais e Sete Centavos), a partir de 01 de março de 2013.
SECRETARIA DE ORIGEM: Secretaria Municipal de Educação e Cultura
DESPESA DA DOTAÇÃO: Contratação por tempo determinado 3.1.90.04.00.00.00.00.0999
DATA DO ADITIVO DO CONTRATO: 01/03/2013
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 14/12/2013
VALOR DO CONTRATO: R$ 1.348,07

Publicado por:
Alexandrino Rodrigues da Cruz
Código Identificador:3CABD722

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D´OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004

CONCURSO PÚBLICO 001/2012

De 19 de Abril de 2013.

"Dispõe sobre a Convocação de Candidatos classificados no Concurso Público nº 001/2012 da Prefeitura Municipal de Figueirópolis D´Oeste-MT"

O prefeito do Município de Figueirópolis D´Oeste-MT, Estado de Mato Grosso, Sr**. LINO CUPERTINO TEIXEIRA**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, considerando o interesse público e a necessidade da Administração Pública e considerando ainda o Edital do Concurso Público 001/2012.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam convocados para admissão no cargo público os candidatos classificados no Concurso Público nº 001/2012, conforme relação abaixo:

07. CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇAO
00473	JUNIOR CEZAR ARRUDA	7,00	3º
00910	ALINE DE PAULA RIBEIRO	7,00	4º

Art. 2º Os candidatos classificados e ora convocados neste Edital deverão comparecer à sede da prefeitura Municipal – Supervisão de Recursos Humanos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste, para que sejam empossados nos cargos a que foram aprovados.

Art. 3º Para a tomada de posse no cargo público, o aprovado deverá apresentar a seguinte documentação:

Originais e/ou fotocópias:
a. Comprovante de Escolaridade exigida para o cargo o qual foi aprovado;
b. Ter registro no conselho da respectiva categoria, quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo o comprovante de quitação de anuidade;
c. Carteira nacional de Habilitação (cargo de motorista)

d. Ter idade mínima exigida para o cargo;
e. Certidão negativa de antecedentes criminais dos últimos cincos anos
f. Certidão negativa de débitos com o município (Gerência de Tributação);
g. Comprovante de sanidade física e mental, medicante apresentação dos exames complementares constates **no item 7.6 do Edital** de Concurso Público 001/2012;
h. Titulo de eleitor e os 02 (dois) últimos comprovante de votação ou certidão expedida pelo TER;
i. Comprovante de Serviços Militar (sexo masculino)
j. 01 (uma) foto 3x4 colorida e recente;
k. Cédula de Identidade – RG;
l. Cadastro de Pessoa Física – CPF;
m. Certidão de nascimento/casamento ou declaração de união estável;
n. Certidão de nascimento dos filhos e dependentes;
o. Carteira de vacinal dos filhos menores de 05 (cinco) anos
p. Comprovante de inscrição no PIS/PASEP (se possuir);
q. Declaração de não acúmulo de cargo público;
r. Declaração de disponibilidade de tempo para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;
s. Declaração de bens;
t. Comprovação de residência.

Art. 4º A nomeação será feita exclusivamente no regime Estatutário e a jornada de trabalho será aquela constante no Edital nº 001/2012.

Parágrafo único – O candidato que não comparecer no prazo estabelecido será considerado desistente.

Art. 5º. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Figueirópolis D´Oeste-MT, em 19 de Abril de 2013.

LINO CUPERTINO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Aparecida de Oliveira Souza
Código Identificador:4D75D15A

SUPERVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2013

Pelo presente instrumento o MUNICIPIO DE FIGUEIROPOLIS D'OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Santa Catarina, nº 146, Centro, Figueirópolis D'Oeste - MT, inscrito no CNPJ 01.367.762/0001-93, doravante denominado CONTRATANTE neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Lino Cupertino Teixeira, brasileiro, casado, portador da RG. 229.042 SSP/MT e CPF: 327.996.081-91, RESOLVE registrar os preços da empresa A.C ARAÚJO AGÊNCIA DE NOTICIAS E PUBLICAÇÕES – EPP LTDA, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002 e Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. O presente instrumento tem por objetivo o Registro de Preços para futura e eventual contratação da empresa A.C ARAÚJO AGÊNCIA DE NOTICIAS E PUBLICAÇÕES – EPP LTDA especializada em prestação de serviço de publicação atos de expediente administrativo pessoal, editais, avisos, dispensa, inexigibilidade de licitação entre outros exigidos por lei em jornal oficial do estado de mato grosso, diário oficial da união e Jornal de grande circulação, conforme Termo de Referência Anexo I e a proposta apresentada pela empresa.

2. DA LICITAÇAO

2.1 Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 003/2013, com fundamento nas Leis nº. 10.520/02, nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1 Empresa A.C ARAÚJO AGÊNCIA DE NOTICIAS E PUBLICAÇÕES – EPP LTDA, detentora do registro de preços deverá realizar a prestação de serviços de publicação atos de expediente administrativo pessoal, editais, avisos, dispensa, inexigibilidade de licitação entre outros exigidos por lei em jornal oficial do estado de mato grosso, diário oficial da união e Jornal de grande circulação. Indicados no objeto deste Instrumento, conforme especificado no Termo de Referência.

3.2 O objeto deste registro de preços deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial 003/2013 e seus anexos, que são parte integrante desta Ata.

4. DA EMPRESA VENCEDORA E DOS PREÇOS REGISTRADOS

Nome de Fantasia: DMT-DIARIO OFICIAL	
Razão Social A.C ARAÚJO AGÊNCIA DE NOTICIAS E PUBLICAÇÕES – EPP LTDA	
CNPJ: 02.033.384/0001-74	
Endereço: Rua Voluntário da Pátria, N° 350, Sala 36	
Bairro: Centro Norte	**Cidade: Cuiabá - MT**
CEP: 78.005-180	**E-MAIL: dmtjornais@terra.com.br/publicar@dmt.com.br**
Telefone: (65) 3052-2600	**Fax:(65)3052-2601**
Representante Legal: ANTONIO CARLOS ARAÚJO	
RG: 05589100 SSP/MT	**CPF: 291.930.101-25**

4.2. Descrição, Quantidade e Preços Registrados:

SEQ..	UNIDADE	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	TOTAL
1	CM	PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS NO DIÁRIO DE CUIABÁ (JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO)	800	FOLHA DO ESTADO	4,00	3.200,00
					TOTAL GERAL	**3.200,00**

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 Comparecer quando convocado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, para assinatura do Instrumento Contratual, sob pena de multa de 2% ao dia.

5.2 Prestação de serviço para contratados dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Figueirópolis D'Oeste, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.3 Publicar os serviços no local (jornal) especificado na solicitação de publicação.

5.4 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de Figueirópolis D'Oeste, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

5.5 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da prestação de serviço, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.6 Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal de Figueirópolis D'Oeste qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

5.7 Fiscalizar o perfeito cumprimento da prestação do serviço a que se obrigou, cabendo lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.8 Indenizar terceiros e/ou esta Prefeitura mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.9 A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.10 Fiscalizar a prestação de serviço conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.11 Todos os encargos sociais, de frete e impostos da equipe, inclusive os trabalhistas, deverão ser de responsabilidade da empresa contratada;

5.12 A contratada fica obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste edital;

6.2 Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

6.3 Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos materiais;

6.4 Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos.

6.5 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de **12 (doze) meses**, contados a partir dada data de sua assinatura.

7.2 A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

8. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 A gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo da Secretaria de Compras, Licitações e Contratos, desta Prefeitura.

9. DO PAGAMENTO

9.1 O pagamento será após a apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pela Secretaria de Compras, acompanhada dos relatórios mensais do fornecimento realizado.

9.2 A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição e quantitativo dos produtos entregues, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento;

9.2.1 Caso seja constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/fatura, estas serão devolvidas à contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas ficais/fatura;

9.2.2 Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos serviços prestados.

9.3 O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

9.4 As despesas bancárias decorrentes de transferências de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

10. DOS REAJUSTES DE PREÇOS

10.1 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente. Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

10.1.1 Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei nº. 8.666/93, serão concedidos após decorridos meses da vigência do contrato, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados por esta Prefeitura.

10.2 Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.3 Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

10.4 Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata e registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

10.5 Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

11. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações;

11.1.1 Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;
11.1.2 Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
11.1.3 Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;
11.1.4 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
11.1.5 Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado;

11.2 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios – AMM, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4 A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5 Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

11.6 Caso a PREFEITURA não utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12. DAS PENALIDADES

12.1 Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei 8.666/93, incidente sobre a quantidade que deveria ter sido entregue, contado a partir da solicitação de entrega encaminhada pela Administração.
12.1.1 A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Figueirópolis D'Oeste – MT e poderá cumular com as demais sanções administrativas.

12.2 Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá aplicar à Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.
12.2.1 Advertência por escrito;
12.2.3 Multa Administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato.
12.2.4 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Figueirópolis D'Oeste, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

12.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº. 8.666/93, c/c art. 7º da Lei nº 10.520/02.

12.3 Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Figueirópolis D'Oeste, o respectivo valor descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pelo Fórum comarca de Jauru – MT.

12.3.1 Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.4 Serão Publicadas no Jornal Oficial dos Municípios – AMM as sanções administrativas deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, objeto deste instrumento, correrão pela seguinte dotação orçamentária:

04 - Secretaria Municipal de Administração
001 - Gabinete do Secretario
04.122.0013.2008 – Manutenção e Encargos com a Secretaria de Administração.
3.3.90.39.00.00.00 - Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica
Código Reduzido: 0093

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições;

I – todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ou apostilamento ao presente contrato.

II – vinculam-se a esta ata de registro de preços, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 003/2013, seus anexos e as propostas da contratada.

III – é vedado caucionar ou utilizar a presente ata de registro de preços para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Figueirópolis D'Oeste – MT.

15. DA PUBLICAÇÃO

15.1 Para eficácia do presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Figueirópolis D'Oeste providenciará a publicação do seu extrato no Jornal Oficial dos Municípios – AMM, conforme Lei nº 10.520/02.

15.2 – A integra dessa Ata será disponibilizada no site www.figueiropolisdoeste.mt.gob.br.

16. DO FORO

16.1 As partes contratantes elegem o foro de Jauru – MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Figueirópolis D'Oeste – MT, 27 de Fevereiro de 2013.

MUNICIPIO DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE – MT

LINO CUPERTINO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

A.C ARAÚJO AGÊNCIA DE NOTICIAS E PUBLICAÇÕES EPP LTDA ANTONIO CARLOS ARAÚJO
Socio Proprietario

Publicado por:
Vanessa Resende de Oliveira
Código Identificador:963C87AE

SUPERVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2013

Pelo presente instrumento o MUNICIPIO DE FIGUEIROPOLIS D'OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Santa Catarina, nº 146, Centro, Figueirópolis D'Oeste - MT, inscrito no CNPJ 01.367.762/0001-93, doravante denominado CONTRATANTE neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Lino Cupertino Teixeira, brasileiro, casado, portador da RG. 229.042 SSP/MT e CPF: 327.996.081-91, RESOLVE registrar os preços da empresa GIBBOR BRASIL PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA - EPP, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes

nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002 e Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. O presente instrumento tem por objetivo o Registro de Preços para futura e eventual contratação da empresa GIBBOR BRASIL PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA - EPP especializada em prestação de serviço de publicação atos de expediente administrativo pessoal, editais, avisos, dispensa, inexigibilidade de licitação entre outros exigidos por lei em jornal oficial do estado de mato grosso, diário oficial da união, conforme Termo de Referência Anexo I do pregão presencia 003/2013 e a proposta apresentada pela empresa.

2. DA LICITAÇAO

2.1 Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 003/2013, com fundamento nas Leis nº. 10.520/02, nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1 Empresa GIBBOR BRASIL PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA - EPP, detentora do registro de preços deverá realizar a prestação de serviços de publicação atos de expediente administrativo pessoal, editais, avisos, dispensa, inexigibilidade de licitação entre outros exigidos por lei em jornal oficial do estado de mato grosso, diário oficial da união. Indicados no objeto deste Instrumento, conforme especificado no Termo de Referência.

3.2 O objeto deste registro de preços deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial 003/2013 e seus anexos, que são parte integrante desta Ata.

4. DA EMPRESA VENCEDORA E DOS PREÇOS REGISTRADOS

Nome de Fantasia: GIBBOR BRASIL PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA - EPP	
Razão Social: GIBBOR BRASIL PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA - EPP	
CNPJ: 08.329.433/0001-05	
Endereço: Rua Celso Egídio Souza Santos, N° 342 - Jardim Chapadão – Campinas-SP	
Bairro: Jardim Chapadão	**Cidade: Campinas - SP**
CEP: 13.070 - 057	**E-MAIL: alexandre@gibborbrasil.com.br**
Telefone: (19)3242-4505	**Fax:(19) 3213-3037**
Representante Legal: Alexandre da Silva Bandetini	
RG: 22.005.115-x	

4.2. Descrição, Quantidade e Preços Registrados:

SEQ..	UNIDADE	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	TOTAL
1	CM	PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO.	1.500	DOE	9.00	13.500,00
2	CM	PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO	800	DOU	33,00	26.400,00
					TOTAL GERAL	**39.900,00**

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 Comparecer quando convocado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, para assinatura do Instrumento Contratual, sob pena de multa de 2% ao dia.

5.2 Prestação de serviço para contratados dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Figueirópolis D'Oeste, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.3 Publicar os serviços no local (jornal) especificado na solicitação de publicação.

5.4 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de Figueirópolis D'Oeste, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

5.5 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da prestação de serviço, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.6 Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal de Figueirópolis D'Oeste qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

5.7 Fiscalizar o perfeito cumprimento da prestação do serviço a que se obrigou, cabendo lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-ão independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.8 Indenizar terceiros e/ou esta Prefeitura mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.9 A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.10 Fiscalizar a prestação de serviço conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.11 Todos os encargos sociais, de frete e impostos da equipe, inclusive os trabalhistas, deverão ser de responsabilidade da empresa contratada;

5.12 A contratada fica obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste edital;

6.2 Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

6.3 Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos materiais;

6.4 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de **12 (doze) meses**, contados a partir dada data de sua assinatura.

7.2 A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

8. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 A gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo da Secretaria de Compras, Licitações e Contratos, desta Prefeitura.

9. DO PAGAMENTO

9.1 O pagamento será após a apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pela Secretaria de Compras, acompanhada dos relatórios mensais do fornecimento realizado.

9.2 A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição e quantitativo dos produtos entregues, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento;

9.2.1 Caso seja constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/fatura, estas serão devolvidas à contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas ficais/fatura;

9.2.2 Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos serviços prestados.

9.3 O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

9.4 As despesas bancárias decorrentes de transferências de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

10. DOS REAJUSTES DE PREÇOS

10.1 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente. Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

10.1.1 Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei nº. 8.666/93, serão concedidos após decorridos meses da vigência do contrato, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados por esta Prefeitura.

10.2 Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.3 Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

10.4 Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata e registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

10.5 Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

11. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações;

11.1.1 Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

11.1.2 Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

11.1.3 Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

11.1.4 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

11.1.5 Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.2 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios – AMM, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4 A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5 Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

11.6 Caso a PREFEITURA não utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12. DAS PENALIDADES

12.1 Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei 8.666/93, incidente sobre a quantidade que deveria ter sido entregue, contado a partir da solicitação de entrega encaminhada pela Administração.

12.1.1 A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Figueirópolis D'Oeste – MT e poderá cumular com as demais sanções administrativas.

12.2 Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá aplicar à Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

12.2.1 Advertência por escrito;

12.2.3 Multa Administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato.

12.2.4 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Figueirópolis D'Oeste, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

12.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº. 8.666/93, c/c art. 7º da Lei nº 10.520/02.

12.3 Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Figueirópolis D'Oeste, o respectivo valor descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pelo Fórum comarca de Jauru – MT.

12.3.1 Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.4 Serão Publicadas no Jornal Oficial dos Municípios – AMM as sanções administrativas deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, objeto deste instrumento, correrão pela seguinte dotação orçamentária:

04 - Secretaria Municipal de Administração
001 - Gabinete do Secretario
04.122.0013.2008 – Manutenção e Encargos com a Secretaria de Administração.
3.3.90.39.00.00.00 - Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica
Código Reduzido: 093

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições;

I – todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ou apostilamento ao presente contrato.

II – vinculam-se a esta ata de registro de preços, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 003/2013, seus anexos e as propostas da contratada.

III – é vedado caucionar ou utilizar a presente ata de registro de preços para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Figueirópolis D'Oeste – MT.

15. DA PUBLICAÇÃO

15.1 Para eficácia do presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Figueirópolis D'Oeste providenciará a publicação do seu extrato no Jornal Oficial dos Municípios – AMM, conforme Lei nº 10.520/02.

15.2 – A integra dessa Ata será disponibilizada no site www.figueiropolisdoeste.mt.gob.br.

16. DO FORO

16.1 As partes contratantes elegem o foro de Jauru – MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Figueirópolis D'Oeste – MT, 27 de Fevereiro de 2013.

MUNICIPIO DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE – MT

LINO CUPERTINO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

GIBBOR BRASIL PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA - EPP
ALEXANDRE DA SILVA BANDETINI
Proprietario

Publicado por:
Vanessa Resende de Oliveira
Código Identificador:887547C7

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2013

O Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e de acordo com o resultado final da sessão que se realizou na data de 20/02/2013 na modalidade de Pregão Presencial, Menor Preço por Lote, torna público para conhecimento dos interessados o **AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO**, na modalidade pregão presencial, que teve por objeto a **AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE PUBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE-MT,** por razões de interesse público motivado pela **FALTA DE ECONOMICIDADE**.

Gaúcha do Norte, 19 de Abril de 2.013.

NILSON FRANCISCO ALÉSSIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandro Ap. Medina Ubeda
Código Identificador:3D42ABC3

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO 025/2013 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 09

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO - MT
CNPJ: **03.503.612/0001-95**
Adm. 2013-2016
Decreto Municipal N° 025 de 16 de abril de 2013

Sumula: Aprova a Instrução Normativa SPO N° 009/2013, que estabelece normas e procedimentos para o cumprimento e segmento do Sistema de Projetos e Obras Publicas, do Departamento de Engenharia, Contratos, Secretaria Municipal de Administração e das Demais Secretarias, aprovado por esta Instrução Normativa da Unidade de Controle Interno – UCI, deste município.

MAGALI AMORIM VILELA DE MORAES, Prefeita Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e objetivando a operacionalização do Sistema de Controle Interno do Município, no âmbito do Poder Executivo,

Decreta:

Art. 1º O Sistema de Projetos e Obras Publicas, do Departamento de Engenharia, Contratos, Secretaria Municipal de Administração e as Demais Secretarias, obedecerão todos os procedimentos estabelecidos na Instrução Normativa SPO nº 09 / 2013, aprovada por este decreto.

Art. 2º Os órgãos e entidades da administração indireta, como unidades executoras do Sistema de Controle Interno, sujeitam – se, no que couber, à referida Instrução Normativa.

Art. 3º Caberá a Unidade de Controle Interno – UCI, prestar os esclarecimentos e orientações a respeito da aplicação dos dispositivos deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete da Prefeita Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso.

16 de abril de 2013.

MAGALI AMORIM VILELA DE MORAES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marly Francisca Moreno
Código Identificador:50210231

PREFEITURA MUNICIPAL
INSTRUÇÃO NORMATIVA 009/2013

	PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO – MT **CNPJ: 03.503.612/0001-95** **CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL**		
INSTRUÇÃO NORMATIVA: SPO Nº 009/2013	***VERSÃO: 001***	***APROVADO EM: 15/04/2013***	***ATO DE APROVAÇÃO: IN SPO N° 09/2013***
ASSUNTO: Sistema de Projetos e Obras Publicas			
SETORES ENVOLVIDOS: Departamento de Engenharia, Contratos, Secretaria Municipal de Administração e Demais Secretarias			

I – FINALIDADE
Dispor sobre a produção de Instruções Normativas a respeito das rotinas de trabalho a serem observadas pelas diversas unidades da estrutura do Município, objetivando a implantação de Procedimentos de controle.

II – ABRANGÊNCIA
Abrange todas as unidades da estrutura organizacional, da Prefeitura Municipal de General Carneiro, quer como executoras de tarefas, quer como fornecedoras ou recebedoras de dados e informações em meio documental ou informatizado.

III – CONCEITOS

1. INSTRUÇÃO NORMATIVA
Documento que estabelece os procedimentos a serem adotados objetivando a padronização na execução das atividades e rotinas de trabalho.

2. MANUAL DE ROTINAS INTERNAS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLE
Coletânea de Instruções Normativas.

3. FLUXOGRAMA
Demonstração gráfica das rotinas de trabalho relacionada a cada sistema administrativo, com a identificação das unidades executoras.

4. SISTEMA
Conjunto de ações que coordenadas, concorrem para um determinado fim.

5. SISTEMA ADMINISTRATIVO
Conjunto de atividades afins, relacionadas às funções finais ou de apoio, distribuídas em diversas unidades da organização e executadas sob a orientação técnica do respectivo órgão central, com o objetivo de atingir algum resultado.

6. PONTO DE CONTROLE
Aspectos relevantes em um sistema administrativo, integrantes das rotinas de trabalho ou na forma de indicadores, sobre os quais, em função de sua importância, grau de risco ou efeitos posteriores, deva haver algum procedimento de controle.

7. PROCEDIMENTOS DE CONTROLE
Procedimentos inseridos nas rotinas de trabalho com o objetivo de assegurar a conformidade das operações inerentes a cada ponto de controle, visando restringir o cometimento de irregularidades ou ilegalidades e/ou preservar o patrimônio público.

8. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Conjunto de procedimentos de controle inseridos nos diversos sistemas administrativos, executados ao longo da estrutura organizacional sob a coordenação, orientação técnica e supervisão da unidade responsável pela coordenação do controle interno.

IV - BASE LEGAL E REGULAMENTAR
A presente Instrução Normativa integra o conjunto de ações, de responsabilidade da Prefeita
Municipal de General Carneiro – MT, no sentido da implementação do Sistema de Controle Interno do Município, sobre o qual dispõem os artigos 31 da Constituição Federal, 59 da Lei Complementar n.º 101/2000 e 8.º da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, além da Lei Municipal n.º 577 de 30 de outubro de 2007, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Município.

V – RESPONSABILIDADES

1. Da Unidade Responsável pela Instrução Normativa:
1.1 promover discussões técnicas com as unidades executoras e com a unidade responsável pela coordenação do controle interno, para definir as rotinas de trabalho identificar os pontos de controle e respectivos procedimentos de controle, objetos da Instrução Normativa a ser elaborada;
1.2 obter a aprovação da Instrução Normativa, após submetê-la à apreciação da unidade de controle interno e promover sua divulgação e implantação;
1.3 manter atualizada, orientar as áreas executoras e supervisionar a aplicação da Instrução Normativa.

2. Das Unidades Executoras:
2.1 atender às solicitações da unidade responsável pela Instrução Normativa na fase de sua elaboração fornecendo informações e participando do processo;
2.2 alertar a unidade responsável pela Instrução Normativa sobre alterações que se fizerem necessárias nas rotinas de trabalho, objetivando sua melhoria, tendo em vista, principalmente, o aprimoramento dos procedimentos de controle e o aumento da eficiência operacional;
2.3 manter a Instrução Normativa à disposição de todos os funcionários da unidade, zelando pelo fiel cumprimento da mesma;
2.4 cumprir fielmente as determinações da Instrução Normativa, em especial quanto aos procedimentos de controle e quanto à padronização dos procedimentos na geração de documentos, dados e informações.

3. Da Unidade Responsável pela Coordenação do Controle Interno:
3.1 prestar o apoio técnico na fase de elaboração das Instruções Normativas e em suas atualizações, em especial no que tange à identificação e avaliação dos pontos de controle e respectivos procedimentos de controle;
3.2 através da atividade de auditoria interna, avaliar a eficácia dos procedimentos de controle inerentes a cada sistema administrativo, propondo alterações nas Instruções Normativas para aprimoramento dos controles ou mesmo a implantação de novas Instruções Normativas;
3.3 organizar e manter atualizado o manual de procedimentos, em meio documental e/ou em base de dados, de forma que contenha sempre a versão vigente de cada Instrução Normativa.

VI - OBJETIVO:
1. Disciplinar e normalizar procedimentos na Gestão de Obras Públicas;
2. Definir os principais passos para implantação de obras públicas (Projeto Básico e Projeto Executivo);
3. Normalizar a administração dos contratos;
4. Normalizar procedimentos de controle na execução de obras.

VII - DOS PROCEDIMENTOS:

1. Do Projeto Básico:
1.1 O projeto básico deverá apresentar o estudo de viabilidade, estudos geotécnicos e ambientais, plantas e especificações técnicas, orçamento detalhado do custo global da obra subsidiada para montagem do plano de licitação e gestão da obra.
1.2 O projeto básico deverá ter Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), do(s) responsável (is) pela sua elaboração, conforme dispõem os arts. 1º e 2º da Lei nº. 6.496/77;
1.3 O projeto básico deve ser aprovado pela autoridade competente, conforme o disposto no inciso I do § 2º do artigo 7º da Lei nº. 8.666/93;
1.4 Deverá ser considerado no projeto básico principalmente os seguintes requisitos, conforme dispõe o artigo 12 da Lei nº. 8.666/93: segurança; funcionalidade; e adequação ao interesse público; economia na execução, conservação e operação; possibilidade de emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologia e matérias primas existentes no local da execução, conservação e operação; impacto ambiental.

2. Do Projeto Executivo:
2.1 É fundamental que se apresente coerente com o projeto básico, de um modo que seja respeitado o
vínculo do objeto com o processo licitatório;
2.2 Qualquer alteração efetuada no projeto executivo (em relação ao projeto básico) deve estar tecnicamente justificada e aprovada pela autoridade competente;
2.3 O projeto executivo deverá ter Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), do(s) responsável (is) pela sua elaboração, conforme dispõem os arts. 1º e 2º da Lei nº. 6.496/77;
2.4 O projeto executivo deverá ser elaborado contendo todos os elementos necessários à completa execução da obra, conforme disposto no inciso X do artigo 6º da Lei nº. 8.666/93;

2.5 As técnicas de construção previstas e os materiais especificados no projeto executivo deverão ser os mesmos previstos no projeto básico.
2.6 Qualquer alteração deverá haver justificativa técnica para essa modificação.

3. Dos Contratos

3.1 Todo aditivo de contrato deverá obrigatoriamente ser bem fundamentado e justificado tecnicamente pela autoridade competente, não podendo ultrapassar os 25% do valor inicial atualizado do contrato. O Aditivo de contrato deve ser encaminhado com antecedência mínima de 15 dias do seu vencimento, para ao setor responsável.
3.2 Todos os pagamentos efetuados deverão ser conforme com o previsto no projeto básico, no cronograma físico-financeiro e com as medições de serviços realizados.
3.3 O reajuste do contrato deverá ser o mesmo previsto no edital de licitação;
3.4 As especificações técnicas para execução da obra, constantes do contrato, deverão ser as mesmas estabelecidas no projeto básico e/ou executivo.

4. Da Execução Física da Obra

4.1 A execução da obra deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da administração especialmente designado, conforme dispõe o art. 67 da Lei nº. 8.666/93;
4.2 A obra deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas no contrato, conforme dispõe o art. 66 da Lei nº. 8.666/93;
4.3 Os materiais aplicados e os serviços executados na obra devem ser inspecionados pela fiscalização, com vistas a se constar o atendimento às especificações, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº. 8.666/93;

5. Das Medições, Pagamentos e Controle

5.1 A fiscalização deverá proceder à rigorosa medição das etapas já concluídas, para a liberação de pagamento de parcelas da obra.
5.2 Os serviços executados serão pagos após a emissão dos laudos de medição realizados pela fiscalização, conforme o contrato, ou seja, após sua regular liquidação;
5.3 As medições acumuladas deverão ser compatíveis com o cronograma físico-financeiro da obra.
5.4 O representante da Administração, responsável pela fiscalização da obra, deverá manter anotação em registro próprio de todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, conforme dispõe o § 1º do art. 67 da Lei nº. 8.666/93;
5.5 O representante da Administração, responsável pela fiscalização da obra, deverá encaminhar relatórios à autoridade competente, comunicando ocorrências que venham a ensejar sanções ao contratado e alteração de projeto, custo ou prazo da obra, conforme dispõe o § 2º do art. 67 da Lei nº 8.666/93.
5.6 Todas as medições e termo de recebimento (provisório e definitivo) das obras deverão ser arquivados pelo responsável pela fiscalização.
5.7 O representante da Administração responsável pelas obras, deverá lançar todos os dados das obras exigidos no sistema informatizado de controle de obras da Prefeitura Municipal de General Carneiro. Esses lançamentos digitais, nos sistemas de controle de obras, deverão ser realizados em no máximo 10 dias depois de ocorrido seus fatos geradores.
5.8 O representante da Administração responsável pelas obras, deverá fornecer as informações e arquivos referentes às obras ao servidor responsável pelo sistema on-line GEO OBRAS do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso - TCE / MT.
5.9 O servidor responsável pelo sistema on-line GEO OBRAS do TCE, deverá efetuar os devidos
lançamentos no sistema obedecendo aos prazos do TCE.

6. Do Recebimento Provisório e Definitivo das Obras

6.1. O recebimento provisório da obra deve ser feito pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado, conforme art. 73 da lei 8.666/93.
6.2. O recebimento definitivo da obra deve ser feito por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art.69 da Lei nº. 8.666/93. O prazo máximo de assinatura entre o termo provisório e o termo definitivo não deverá ser maior que 90 (noventa) dias.

VII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

1. O representante da Administração responsável pelas obras deverá realizar o cadastro e acompanhamento de todas as obras, preenchendo todos os campos solicitados nos sistemas de controles de obras da Prefeitura Municipal de General Carneiro e Tribunal de contas do Estado de Mato Grosso – TCE / MT.
2. Esta em anexo a esta Instrução Normativa o modelo de formulário de recebimento provisório e definitivo de obras (uma via deverá ser repassada ao setor de Contabilidade/Patrimônio para os devidos registros).

A presente Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

General Carneiro – MT, 15 de abril de 2013

MARLY FRANCISCA MORENO
Controladora Interna

MAGALI AMORIM VILELA DE MORAES
Prefeita Municipal

Rua: Dr. João Ponce de Arruda, s/nº - Centro - Fone: (066) 3416-1153 – Fax: (66) 3416-1215 CEP: 78.620-000
General Carneiro - Mato Grosso
1

Publicado por:
Marly Francisca Moreno
Código Identificador:C7D40A32

PREFEITURA MUNICIPAL
MODELO DE FORMULARIO DE RECEBIMENTO PROVISORIO DE OBRAS DA INST NORM. 009

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO - MT
***CNPJ:* 03.503.612/0001-95**
Adm. 2013-2016
MODELO DE FORMULÁRIO DE RECEBIMENTO PROVISORIO DE OBRAS

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISORIO Nº. _____ DATA_____/_____/_____

Protocolo nº	
Instrumento Contratual N°	Tipo de Execução (Direta Indireta)
Executor	
Valor	
Município	
Endereço obra	
Bairro	Complemento
Natureza Obra: ( )Construção ( ) Reforma ( ) Ampliação	
Detalhe Natureza: ( ) Escola ( ) Posto de Saúde ( ) Outros	
Dimensão	
Prazo de execução	
Data de inicio	Data de termino

RECEBIMENTO PROVISÓRIO: Considerando que os serviços executados estão de acordo com as cláusulas contratuais, os serviços ficam provisoriamente recebidos, no aguardo do prazo legal de 90 (noventa) dias, para o efetivo recebimento definitivo dos serviços conforme art. 73 da Lei nº. 8.666/93.

General Carneiro – MT, _____ / ____ / _____

_____
Responsável Técnico
Crea

_____
Executor da Obra

_____
Repres. Executivo

Publicado por:
Marly Francisca Moreno
Código Identificador:BAF2D90F

PREFEITURA MUNICIPAL
MODELO DE FORMULARIO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE OBRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO - MT
***CNPJ:* 03.503.612/0001-95**
Adm. 2013-2016

MODELO DE FORMULÁRIO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE OBRAS

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO Nº. _____ DATA____/____/_____

Protocolo nº	
Instrumento Contratual N°	Tipo de Execução (Direta Indireta)
Executor	
Valor	
Município	
Endereço obra	
Bairro	Complemento
Natureza Obra: ( )Construção ( ) Reforma ( ) Ampliação	
Detalhe Natureza: ( ) Escola ( ) Posto de Saúde ( ) Outros	
Dimensão	
Prazo de execução	
Data de inicio	Data de termino

RECEBIMENTO DEFINITIVO: Considerando que os serviços executados estão de acordo com as cláusulas contratuais, e verificando que o objeto se encontra em perfeitas condições, a fiscalização aceita a obra/serviços em caráter definitivo. As partes interessada, por seus representantes abaixo assinado, firmam o presente em quatro vias de igual teor, para que se produzam os devidos efeitos legais.

General Carneiro – MT, _____ / ____ / _____

Publicado por:
Marly Francisca Moreno
Código Identificador:9EFE4AAD

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 119/2013

CONTRATO Nº 119/2013
OBJETO: contratação emergencial de locação de caminhão prancha para levar as máquinas pesadas de propriedade do MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela Prefeitura Municipal até os locais para retirada de cascalhos objetivando a recuperação de 2.000 km estimados de estradas vicinais existentes no município, tendo em vista à situação de emergência decretada no município, através do DECRETO Nº16/2013 de 18/02/2013 publicado na imprensa oficial em 14/03/2013, bem como decretado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional pela portaria nº29 de 26 de fevereiro de 2013 publicado em 27/02/2013 no Diário Oficial da União seção 1 pg98.
DATA: 18/04/2013
CONTRATADA: JOÃO BATISTA BORGES ME
VALOR R$ 11.000,00

Guarantã do Norte, 19 de ABRIL de 2013.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Catia Pertussatti
Código Identificador:FCA8EE0A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 120/2013

CONTRATO Nº 120/2013
OBJETO: Contratação de empresa habilitada para prestação de serviços de publicações oficiais, atos de expediente administrativo de pessoal, editais, avisos, resultados de processos licitatórios, ratificações de dispensas e de inexigibilidade de licitações e outros exigidos por lei, CONSTANTES NO ANEXO 01-TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL, TUDO EM CONFORMIDADE COM AS DISPOSIÇÕES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, QUE O INTEGRAM E COMPLEMENTAM, PARA TODOS OS EFEITOS JURÍDICOS LEGAIS.
DATA: 18/04/2013
CONTRATADA: A. C. ARAUJO AGENCIA DE NOTICIAS E PUBLICAÇÃO LTDA EPP
VALOR R$ 88.670,00

Guarantã do Norte, 19 de ABRIL de 2013.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Catia Pertussatti
Código Identificador:8D9EA9D8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RETIFICAÇÃO DE NUMERO DE CONTRATO

FICA RETIFICADO O NUMERO DO CONTRATO DO SERVIDOR FERNANDO PEREIRA SANDIN JUNIOR

ONDE LÊ-SE

RESUMO DE CONTRATO – AGENTE DE INSPEÇÃO AUXILIAR – MARÇO/2013
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTA DO NORTE – MT

Nº CONTRATO	NOME	OBJETIVO	VALOR	VIGENCIA	CARGA HORÁRIA
215/2013	FERNANDO PEREIRA SANDIN JUNIOT	O Objetivo da contratação temporária é com base na Lei Municipal 662/2008, na função de Agente de Inspeção Auxiliar a ser desempenhada junto a Secretaria de Agricultura na área de inspeção Sanitária e Industrial de produtos de origem animal.	R$ 1.259,71	20/03/2013 à 31/12/2013	40 H.

PASSA A SER LIDO NA SEGUINTE REDAÇÃO

RESUMO DE CONTRATO – AGENTE DE INSPEÇÃO AUXILIAR – MARÇO/2013
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTA DO NORTE – MT

Nº CONTRATO	NOME	OBJETIVO	VALOR	VIGENCIA	CARGA HORÁRIA
216/2013	FERNANDO PEREIRA SANDIN JUNIOR	O Objetivo da contratação temporária é com base na Lei Municipal 662/2008, na função de Agente de Inspeção Auxiliar a ser desempenhada junto a Secretaria de Agricultura na área de inspeção Sanitária e Industrial de produtos de origem animal.	R$ 1.259,71	20/03/2013 à 31/12/2013	40 H.

Publicado por:
Clara Angélica de Andrade Santos
Código Identificador:0C0966A0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 269-13 DE 19-03-13

"EXONERA MOTORISTA CATEGORIA "B" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - EXONERAR, o senhor **MAURI RODRIGUES DOS SANTOS,** brasileiro, portador do CIRG Nº 1639540 SSP/MT e do CPF Nº 706.632.119-72, residente e domiciliado nesta cidade e município de Guarantã do Norte, do Cargo de **MOTORISTA CATEGORIA "B"**, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02/01/2013.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos (19) dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada Nesta Secretaria Afixada no Mural do Paço Municipal E Publicado no Site da Prefeitura Municipal, em 19/03/2013.
Np 315/2013.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:A8AC7B0D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 134/2013

"NOMEIA SERVIDOR PARA MOVIMENTAR CONTA BANCÁRIA E ASSINAR CHEQUES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - NOMEAR, o senhor **ANTONIO AÉCIO LEMOS DOURADO**, brasileiro, portador do CIRG n° 354390 SSP/MT e do CPF n° 329.027.351-20, residente e domiciliado nesta cidade e município de Guarantã do Norte e o Sr. **ALACIR MARIA**, brasileiro, portador do CIRG n° 546623 SSP/MT e do CPF n° 299.278.381-15, residente e domiciliado nesta cidade e município de Guarantã do Norte, e a Prefeita Municipal **SANDRA MARTINS,** para emitir cheques, abrir contas de deposito, utilizar o credito aberto na forma e condições, receber, passar recibo e dar quitação, solicitar saldos e extratos, requisitar talonários de cheques, autorizar debito em conta relativo a operações, retirar cheques devolvidos, endossar cheque, efetuar **transferências/pagamentos,** sustar/contra-ordenar cheques, cancelar cheques, baixar cheques, efetuar resgates/aplicações financeiras, cadastrar, alterar e desbloquear senhas, efetuar pagamentos por meio eletrônico, efetuar transferências por meio eletrônico, efetuar pagamentos, efetuar transferências, efetuar movimentação financeira no RPG, consultar contas/aplic.programas repasse recursos feder –RPG, liberar arquivos de pagamentos no ger. financeiro/AASP, solicitar saldos/extratos,exceto investimentos e op. Credito, solicitar saldos/extratos de investimentos, solicitar saldos/extratos de operações de credito, emitir comprovantes, efetuar transferência p/ mesma titularidade- meio eletrônico, encerrar contas de deposito, consultar obrigações do debito direto autorizado – DDA, receber, passar recibo e dar quitação, efetuar acordos, assinar proposta de empréstimo/financiamento, receber ordens de pagamento, junto a quaisquer instituições bancarias.

ARTIGO 2° - A emissão de documentos elencados no Artigo 1º deverá conter obrigatoriamente 02 (duas) assinaturas, abaixo relacionadas.

ASSINATURA 1:	**ASSINATURA 2:**
Sandra Martins – Prefeita Municipal	**Antônio Aécio Lemes Dourado** – Secretário de Administração e Finanças
Sandra Martins – Prefeita Municipal	**Alacir Maria** – Coordenador de Contabilidade e Finanças
Antônio Aécio Lemes Dourado – Secretário de Administração e Finanças	**Alacir Maria** – Coordenador de Contabilidade e Finanças

ARTIGO 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos vinte e três dias do mês de janeiro do ano de dois mil e treze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada Nesta Secretaria Afixada no Mural do Paço Municipal E Publicado no Site da Prefeitura Municipal, em 23/01/2013.
Np 145/2013.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:F3EF6348

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 204/2013

"NOMEIA MEMBROS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

***SANDRA MARTINS*, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESNTE PORTARIA,**

R E S O L V E :
Artigo 1º - Nomear por esta Portaria os Membros Titulares e Suplentes para Compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, como segue a baixo.

Segmento	**Membros Titulares**	**RG/CPF**
Secretaria Municipal de Educação	Sergio Cervieri	RG: 10917756 SSP/MT CPF: 799.792.541-49
	Diane Tonon Caovilla	RG: 09178236 SSP/MT CPF: 631.391.971-87
Professores da Educação Básica Pública	Astor Klement	RG: 12666980 SSP/MT CPF: 384.326.509-78
Diretores das Escolas Básicas Públicas	Omar Passos Amorin	RG: 05689031 SSP/MT CPF: 411.626.091-68
Servidores Técnicos Administrativos das Escolas Básicas Públicas	Habby Venturoso Alves	RG: 12462560 SSP/MT CPF: 976.164.351-49
Pais de Estudantes da Educação Básica Pública	Marisabel Meyer Sales	RG: 03610896 SSP/MT CPF: 345.794.601-97
	Solange Leite	RG: 17062756 SSP/MT CPF: 001.472.691-21
Estudantes da Educação Básica Pública	Tiago Sousa	RG: 20618492 SSP/MT CPF: 030.610.401-61
	Raimunda Elias da Costa	RG: 10931830 SJ/MT CPF: 779.263.821-91
Conselho Tutelar	Maristela Maria Mergem Antoniazzi	RG: 06506623 SJ/MT CPF: 808.865.741-53
Segmento	**Membros Suplentes**	**RG/CPF**
Secretaria Municipal de Educação	Cleonice Terezinha Sroczynski	RG: 912258 SSP/MT CPF: 571.462.331-20
	Vilmar Calisto	RG: 11296097 SJ/MT CPF: 429.084.260-72
Professores da Educação Básica Pública	Maria Dalva Jardim Pissinelli	RG: 7320710 SSP/SP CPF: 571.928.631-49
Diretores das Escolas Básicas Públicas	Terezinha Lindacir Perin Bussolaro	RG: 138312155 SSP/SC CPF: 183.016.739-15
Servidores Técnicos Adm. Das Escolas Básicas Públicas	Edineiva Aparecida Pardinho	RG: 17062888 SSP/MT CPF: 008.051.541-08
Pais de Estudantes da Educação Básica Pública	Fabiana Eugênio Eufrásia	RG: 21096902 SSP/MT CPF: 021.770.851-01
	Selvino Mendes de Oliveira	RG: 13731890 SSP/MT CPF: 550.668.526-20
Estudantes da Educ. Básica Pública	Elisabete Machado	RG: 7051701014 SSP/RS CPF: 609.233.500-04
	Danilo da Costa Pereira	RG: 23397128 SSP/MT

		CPF: 047.171.331-70
Conselho Tutelar	Eliane de Freitas Nascimento	RG: 000658606 SSP/MS CPF: 765.323.331-20

Artigo 2º- Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 27/03/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada Nesta Secretaria Afixada no Mural do Paço Municipal E Publicado no Site da Prefeitura Municipal, em 22/02/2013.
Np 225/2013.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:3EEFB6F3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 228/2013

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA.

RESOLVE:

ARTIGO 1º – CONCEDER FÉRIAS, a servidora abaixo relacionada.

SERVIDOR:	**ORAIDE BORGES**
CARGO:	**AUXILIAR DE ENFERMAGEM**
Período de:	**04/03/2013 A 18/03/2013 (15 DIAS)**
Referente ao ano:	**2009/2010**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos (04) quatro dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada Nesta Secretaria Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no Site da Prefeitura Municipal, em 04/03/2013.
Np 251/2013.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:0BC9E1F0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 233/2013

"NOMEIA COORDENADOR DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS – PAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - NOMEIA, o senhor **SÉRGIO CERVIERI**, brasileiro, portador do CIRG nº 10917756 SSP/MT e do CPF nº 799.792.541-49, residente e domiciliado nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para o cargo de **COORDENADOR DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR**, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.
ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos (04) quatro dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada Nesta Secretaria Afixada no Mural do Paço Municipal E Publicado no Site da Prefeitura Municipal, em 04/03/2013.
Np 256/2013.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:F7473954

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 246/2013

"NOMEIA MEMBROS TITULARES E SUPLENTES PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

***SANDRA MARTINS*, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESNTE PORTARIA,**

R E S O L V E:
Artigo 1º - Nomear por esta Portaria os Membros Titulares e Suplentes para Compor o Conselho Municipal de Cultura, como segue a baixo.

Categoria	Membro Titular	Membro Suplente
Segmento Artístico Cultural	Nabson Natan Lourenço Pires	Mauro Souto Silva
Segmento Artístico Cultural	Givanete Gomes	Wanda Freitas
Sociedade Civil	Lúcio Luiz Deo	Célio Ribeiro
Sociedade Civil	Ana Carla dos Santos Moreira	Maria Antônia Sousa
Poder Executivo	José Renã Teodorio	Vilmar Calisto
Poder Legislativo	Adriano César Frider	David Marques Silva

Artigo 2º- Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 07/03/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos (11) onze dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada Nesta Secretaria Afixada no Mural do Paço Municipal E Publicado no Site da Prefeitura Municipal, em 11/03/2013.
Np 272/2013.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:6CE8B4D4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 260/2013

"NOMEIA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - NOMEIA, a senhora **CRISTIANE MACHADO ROMEIRO**, brasileira, portador do CIRG n° 1342250-2 SSP/MT e do CPF nº 936.613.551-04, residente e domiciliada nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para o Cargo de **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos (14) quatorze dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada Nesta Secretaria Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no Site da Prefeitura Municipal, em 14/03/2013.
Np 287/2013.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:970D2F39

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 156/2013

"NOMEIA COORDENADOR DE SERVIÇOS URBANOS E RURAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - NOMEIA, o senhor **CALEBE BEJAMIN DA SILVA**, brasileiro, portador do CIRG nº 5157287 SPT/GO e do CPF nº 015.833.121-45, residente e domiciliado nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para o cargo de **COORDENADOR DE SERVIÇOS URBANOS E RURAIS**, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.
ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada Nesta Secretaria Afixada no Mural do Paço Municipal E Publicado no Site da Prefeitura Municipal, em 05/02/2013.
Np 170/2013.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:BF5AA5A8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 194/2013

"NOMEIA CHEFE DE DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - NOMEIA, o senhor **ISIDORO FELISBINO ALVES**, brasileiro, portador do CIRG nº 1659446 SSP/PR e do CPF nº 563.853.152-15, residente e domiciliado nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para o cargo de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 14/02/2013.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada Nesta Secretaria Afixada no Mural do Paço Municipal E Publicado no Site da Prefeitura Municipal, em 18/02/2013.
Np 211/2013.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:9D955499

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 195/2013

"NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO DE APOIO EDUCACIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - NOMEIA, o senhor **ROGÉRIO APARECIDO PIASSE**, brasileiro, portador do CIRG nº 2474629-0 SSP/MT e do CPF nº 928.247.819-04, residente e domiciliado nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para o cargo de **CHEFE DE DIVISÃO DE APOIO EDUCACIONAL,** da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada Nesta Secretaria Afixada no Mural do Paço Municipal E Publicado no Site da Prefeitura Municipal, em 18/02/2013.
Np 212/2013.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:227A6FC8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 316/2013

"DESIGNA RESPONSÁVEL PELO SETOR DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - DESIGNA, o senhor **LEANDRO BATISTA BORGES SILVA**, brasileiro, portador do CIRG n° 21898359 SSP/MT e do CPF nº 900.211.341-20, residente e domiciliado nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para o cargo de **RESPONSÁVEL PELO SETOR DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL**, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.
ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos (08) oito dias do mês de abril do ano de dois mil e treze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada Nesta Secretaria Afixada no Mural do Paço Municipal E Publicado no Site da Prefeitura Municipal, em 08/04/2013.
Np 381/2013.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Np 381/2013.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:0F4A1E42

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 123/2013

"NOMEIA CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - NOMEIA, o senhor **LUIZ CARLOS GOLDACH**, brasileiro, portador do CIRG nº 9009500039 SSP/PR e do CPF nº 848.501.679-34, residente e domiciliado nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para o cargo de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA**, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.
ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e treze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 09/01/2013. NP 134/2013.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:28A0FEBE

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1036/2013

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PARTICIPAR DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO VALE DO PEIXOTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a participação do Município de Guarantã do Norte/MT, no CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO sendo constituído pelos Municípios de Guarantã do Norte, Matupá, Novo Mundo, Peixoto de Azevedo e Terra Nova do Norte com as seguintes finalidades:

I – Garantir implantação das diretrizes do Sistema Único de Saúde nos municípios consorciados, em conformidade com os Artigos 196, 197, 198, 199 e 200 da Constituição Federal, Leis nº 8.080, 8.142, 11.107, Protocolo de Intenção celebrado entre o município e o CISVP, bem como as demais normas conjugadas aos serviços de assistência à saúde a ser realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Vale do Peixoto, junto as Unidades Hospitalares dos Municípios, dentre outros.

II – Os serviços de assistencia à saúde dentre outros a serem realizados pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Vale do Peixoto que ficaram definidas através da reunião Presidida pelo Conselho Diretor.

III – Promover formas articuladas de planejamento e execuções de ações e serviços de saúde com vistas ao cumprimento dos princípios da integralidade e universalidade do atendimento.

IV – Representar o conjunto dos municípios que o integram, em assunto de interesse comum, perante quaisquer outras entidades de direito público e privado, nacionais e internacionais.

V – Desenvolver serviços e atividades de interesse dos municípios consorciados de acordo com ações de trabalho aprovadas pelo Conselho Diretor.

VI – Integrar pessoa jurídica, se assim for deliberado e convir ao bom andamento do consórcio.

ARTIGO 2º - Fica ainda o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar a importância de R$ 664.649,76 (Seiscentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e nove reais e setenta e seis centavos), os quais serão destinados a Contratação de Especialidades na Área de Anestesiologista, Cardiologia, Cirurgia Geral, Neurologia e Ortopedia; pagamento de serviços de leitos para usuários do SUS fora do domicílio na Casa de Amparo Irmã Adelis; para fazer a coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final dos resíduos da Saúde Pública e despesas para o funcionamento do Laboratório de Controle de Qualidade da Água.

ARTIGO 3º - As despesas decorrentes desta Lei serão cobertas pela seguinte rubrica orçamentária 05.01.10.302.1123.2054.3371.41 – Contribuições.

ARTIGO 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de 2013.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e
Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 26/02/2013
NP 0230/2013

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:8DD2A92C

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1041/2013

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica aberto no Orçamento Anual da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, no exercício Financeiro de 2013, Crédito Adicional Suplementar no valor total de R$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), destinados a Secretaria Municipal de Saúde, na rubrica:

05.01.10.301.1035.2224.44.90.51 – Construção Academia Intermediária	R$:	100.000,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Art. 43, § 1º, Inciso I e § 2º, da Lei Federal nº 4.320/64, os provenientes de superávit financeiro do exercício financeiro de 2012.

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos quinze dias do mês de março do ano de 2013.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada Nesta Secretaria Afixada no Mural do Paço Municipal E Publicado no Site da Prefeitura Municipal, em 15/03/2013
Np 0292/2013

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:9E54A73A

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1033/2013

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica aberto no Orçamento Anual da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, no exercício Financeiro de 2013, Crédito Adicional Especial no valor total de R$ 54.000,00 (Cinquenta e Quatro Mil Reais), destinados a Secretaria Municipal de Assistência Social, nas rubricas:

08.01.08.244.1081.1329.33.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física PBV III	R$:	26.500,00
08.01.08.244.1081.1329.33.90.30 – Material de Consumo – PBV III	R$:	27.500,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, autorizadas à realização de transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, para atender exclusivamente ao conteúdo desta Lei.

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de 2013.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 21/02/2013
NP 0221/2013

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:9044E096

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1034/2013

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica aberto no Orçamento Anual da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, no exercício Financeiro de 2013, Crédito Adicional Especial no valor total de R$ 179.000,00 (Cento e Setenta e Nove Mil Reais), destinados a Secretaria Municipal de Assistência Social, na rubrica:

08.01.08.122.1031.1330.44.90.93 – Indenizações e Restituições – Devolução Saldo Convênios	R$:	179.000,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Art. 43, § 1º,

Inciso I e § 2º, da Lei Federal nº 4.320/64, os provenientes de superávit financeiro do exercício financeiro de 2012.

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de 2013.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 21/02/2013
NP 0222/2013

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:A1D37EBE

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1035/2013

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA REDAÇÃO DO ARTIGO 2º DA LEI MUNICIPAL Nº 959/2011, DE 21/12/2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - O artigo 2º da Lei Municipal nº 959/2011, de 21/12/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

***ARTIGO 2º** - O valor global do Convênio importa em R$ 36.000,00 (Trinta e Seis Mil Reais), serão repassadas em 11 (onze) meses, 01 (uma) parcela de R$ 4.000,00 (Quatro Mil Reais) e 10 (dez) parcelas de R$ 3.200,00 (Três Mil e Duzentos Reais), sendo vencíveis até o 6º dia do mês subsequente, devendo a primeira parcela ser repassada em 28 de fevereiro de 2013.*

ARTIGO 2º - Os demais artigos permanecem inalterados.

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de 2013.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 21/02/2013.
NP 0223/2013.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:E649E754

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1037/2013

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica aberto no Orçamento Anual da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, no exercício Financeiro de 2013, Crédito Adicional Especial no valor total de R$ 34.000,00 (Trinta e Quatro Mil Reais), destinados a Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, na rubrica:

09.01.20.601.1307.1332.44.90.52 – Patrulha Agrícola Mecanizada – Equipamentos e Material Permanente	R$:	34.000,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Art. 43, § 1º, Inciso I e § 2º, da Lei Federal nº 4.320/64, os provenientes de superávit financeiro do exercício financeiro de 2012.

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos cincos dias do mês de março do ano de 2013.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 05/03/2013
NP 0266/2013

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:B8588742

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1039/2013

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica aberto no Orçamento Anual da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, no exercício Financeiro de 2013, Crédito Adicional Especial no valor total de R$ 530.000,00 (Quinhentos e Trinta Mil Reais), destinados a Secretaria Municipal de Saúde, na rubrica:

05.01.10.301.1035.1333.44.90.51 – Reforma de UBS	R$:	530.000,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Art. 43, § 1º, Inciso I e § 2º, da Lei Federal nº 4.320/64, os provenientes de superávit financeiro do exercício financeiro de 2012.

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos quinze dias do mês de março do ano de 2013.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada Nesta Secretaria Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no Site da Prefeitura Municipal, em 15/03/2013
Np 0290/2013

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:D5187C82

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1038/2013

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica aberto no Orçamento Anual da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, no exercício Financeiro de 2013, Crédito Adicional Especial no valor total de R$ 34.000,00 (Trinta e Quatro Mil Reais), destinados a Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, na rubrica:

09.01.20.601.1307.1332.44.90.52 – Patrulha Agrícola Mecanizada – Equipamentos e Material Permanente	R$:	34.000,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Art. 43, § 1º, Inciso I e § 2º, da Lei Federal nº 4.320/64, os provenientes de superávit financeiro do exercício financeiro de 2012.

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos cincos dias do mês de março do ano de 2013.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 05/03/2013
NP 0266/2013

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:4ACF1E9A

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1040/2013

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica aberto no Orçamento Anual da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, no exercício Financeiro de 2013, Crédito Adicional Suplementar no valor total de R$ 75.000,00 (Setenta e Cinco Mil Reais), destinados a Secretaria Municipal de Saúde, na rubrica:

05.01.10.301.1035.2225.44.90.51 – Ampliação de UBS	R$:	75.000,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Art. 43, § 1º, Inciso I e § 2º, da Lei Federal nº 4.320/64, os provenientes de superávit financeiro do exercício financeiro de 2012.

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos quinze dias do mês de março do ano de 2013.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada Nesta Secretaria Afixada no Mural do Paço Municipal E Publicado no Site da Prefeitura Municipal, em 15/03/2013
Np 0291/2013

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:95296E86

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1042/2013

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica aberto no Orçamento Anual da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, no exercício Financeiro de 2013, Crédito Adicional Suplementar no valor total de R$ 345.000,00 (Trezentos e Quarenta e Cinco Mil Reais), destinados a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, nas rubricas:

04.05.12.361.1031.2036.33.90.30 – Manutenção FUNDEB 40%	R$:	245.000,00
04.05.12.365.1031.2038.33.90.30 – Manut. e Enc. Educação Infantil FUNDEB 40%	R$:	100.000,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Art. 43, § 1º, Inciso I e § 2º, da Lei Federal nº 4.320/64, os provenientes de superávit financeiro do exercício financeiro de 2012.

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos quinze dias do mês de março do ano de 2013.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 15/03/2013
NP 0293/2013

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:96CF8CE1

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1043/2013

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica aberto no Orçamento Anual da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, no exercício Financeiro de 2013, Crédito Adicional Especial no valor total de R$ 400.000,00 (Quatrocentos Mil Reais), destinados a Secretaria Municipal de Saúde, na rubrica:

05.01.10.301.1035.1346.44.90.51 – Construção de 02 UBS	R$:	400.000,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Art. 43, § 1º, Inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, os provenientes de excesso de arrecadação, através de repasse fundo a fundo, Proposta de UBS nº 13817.611000/1120-01 e Proposta de UBS nº 03239.0190002/10-001, não previsto no orçamento inicial.

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos quinze dias do mês de março do ano de 2013.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 15/03/2013
NP 0294/2013

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:576ACFEE

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1044/2013

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica aberto no Orçamento Anual da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, no exercício Financeiro de 2013, Crédito Adicional Especial no valor total de R$ 160.000,00 (Cento e Sessenta Mil Reais), destinados a Secretaria Municipal de Infraestrutura, na rubrica:

06.01.04.122.2227.1347.44.90.52 – Aquisição de Caminhão e Prancha	R$:	160.000,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, autorizadas à realização de transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão.

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos quinze dias do mês de março do ano de 2013.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 15/03/2013
NP 0295/2013

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:5AC03B75

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1045/2013

"ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 366/2001 QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE GUARANTÃ DO NORTE – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I
DA FINALIDADE BÁSICA DO CONSELHO

ARTIGO 1º- Fica instituído como órgão de deliberação e assessoramento ao Departamento de Cultura, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, o Conselho Municipal de Cultura com a finalidade básica de formular a política e incentivar as atividades culturais e artísticas no município de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO

ARTIGO 2º - São competências específicas do Conselho:

I – definir as prioridades da cultura no âmbito municipal;

II – formular e propor políticas de investimento na cultura municipal;

III – aprovar a programação anual do Município no campo da cultura;

IV – elaborar o projeto do Plano Municipal de Cultura relativo ao ano seguinte, para que seja considerado pelo Governo Municipal e assegurados os meios necessários à sua execução;

V – atuar na formulação de estratégias e na avaliação da execução da política cultural do Município;

VI – propor prioridades para aplicação de recursos municipais destinados à cultura do Município;

VII – propor critérios para a concessão de subvenção, auxílio ou qualquer outro tipo de ajuda financeira para fins culturais e artísticos;

VIII – prestar informações sobre a situação e o funcionamento de instituições de caráter artístico-cultural, com vistas à concessão de auxílios e subvenções dos Governos Municipal, Estadual ou Federal, e de outras esferas do Poder Público;

IX – promover ou prestigiar a realização de pesquisas visando o levantamento do patrimônio artístico-cultural do município de Guarantã do Norte;

X – estimular o culto e o respeito aos grandes vultos e personalidades que enriquecem a História do Município;

XI – incentivar a criação, o amparo, e o estímulo de instituições às atividades culturais e artísticas existentes no Município;

XII – promover a realização de estudos relativos à história, letras, artes, folclore, e outros campos da cultura, inclusive no que se refere à documentos existentes em cartórios, igrejas e outras instituições, visando o seu cadastramento e a sua preservação, e a criação de acervo cultural para tal fim;

XIII – emitir pareceres sobre assuntos ou questões de natureza cultural e artística que lhes sejam submetidos pelas Chefias do Poder Executivo ou Poder Legislativo Municipal;

XIV – encaminhar a(o) Prefeita(o) Municipal resoluções, indicações, sugestões e propostas referentes a assuntos de natureza cultural e artística;

XV – elaborar o calendário de eventos culturais e artísticos do Município;

XVI – manter articulação com outros Conselhos Municipais e com os Conselhos Estadual e Federal de Cultura, objetivando a necessária colaboração, bem como uma ação integrada e harmoniosa do processo de desenvolvimento artístico-cultural e socioeconômico do Município;

XVII – participar da elaboração da proposta orçamentária do Município no campo da cultura;

XVIII – acompanhar a execução orçamentária dos recursos destinados à Cultura Municipal;

XIX – elaborar seu Regimento Interno;

CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO

ARTIGO 3º - O Conselho Municipal de Cultura terá a seguinte composição:

I – membro do Poder Executivo Municipal:

a) 01 (um) representante da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto;

II – membro do Poder Legislativo Municipal:

a) 01 (um) representante da Câmara Municipal.

III – membros da Categoria:

a) 02 (dois) representantes do segmento de artistas e/ou produtores culturais do município de Guarantã do Norte – MT.

IV – membros da Sociedade Civil:

a) 02 (dois) representantes da sociedade civil,

Parágrafo Único - A cada titular do Conselho Municipal de Cultura corresponderá um suplente.

ARTIGO 4º - Os membros efetivos e suplentes serão nomeados pelo Prefeito Municipal.

§ 1º - O membro do Poder Legislativo Municipal será indicado, pelo Presidente da Câmara.

§ 2º - O representante do Governo Municipal será de livre escolha do(a) Prefeito(a).

§ 3º - Os membros e suplentes da Categoria e da Sociedade Civil serão eleitos e aprovados pela assembleia do Fórum Municipal de Cultural.

§ 4º - O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, permitida a recondução de sua totalidade, uma única vez.

ARTIGO 5º - O Conselho reger-se-á, no que se refere aos seus membros, pelas seguintes disposições:

I – o exercício da função de Conselheiro não será remunerado, sendo considerado como serviço público relevante;

II – os membros poderão ser substituídos, a qualquer tempo, mediante solicitação da entidade ou autoridade responsável por sua indicação, apresentada pelo(a) Prefeito(a) Municipal;

III – ficará extinto o mandato do Conselheiro que deixar de comparecer, sem justificativa, a 03 (três) reuniões consecutivas ou 06 (seis) reuniões intercaladas no período de um ano.

Parágrafo Único - O prazo para justificar sua ausência é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da reunião em que se verificou o fato.

ARTIGO 6º - O Conselho Municipal de Cultura terá seu funcionamento regido pelas seguintes normas:

I – o órgão de deliberação máxima é o Plenário;

II – as sessões plenárias serão abertas ao público, salvo deliberação em contrário de 2/3 (dois terços) dos Conselheiros, e ocorrerão ordinariamente uma vez a cada dois meses, e extraordinariamente, quando convocadas por seu Presidente ou por requerimento da maioria de seus membros;

III – para a realização das sessões será necessária a presença da maioria absoluta dos membros do Conselho, que deliberará através da maioria dos votos dos presentes.

IV – cada Conselheiro terá direito a um único voto na sessão plenária;

V – as decisões do Conselho serão consubstanciadas em resoluções.

Parágrafo Único - A convite do Presidente do Conselho ou indicação de qualquer membro poderão tomar parte das reuniões, com direito a voz e não a voto, pessoas cuja audiência seja considerada útil para fornecer esclarecimentos e informações.

ARTIGO 7º - Para melhor desempenho de suas funções o Conselho poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

I – poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o Conselho em assuntos específicos;

II – poderão ser criadas comissões internas, constituídas por entidades-membro do Conselho e outras instituições, para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos.

ARTIGO 8º - A Secretaria de Educação, Cultura e Desporto prestará o apoio administrativo necessário ao funcionamento do Conselho;

ARTIGO 9º - As sessões plenárias ordinárias e extraordinárias do Conselho deverão ter ampla divulgação.

Parágrafo Único - As resoluções do Conselho, bem como os temas tratados em plenário, reuniões da diretoria e comissões deverão ser registrados em ata e amplamente divulgados pelo público.

CAPÍTULO IV
DAS SUBVENÇÕES E AUXÍLIOS

ARTIGO 10 - O Município só poderá conceder subvenção, auxílio ou qualquer tipo de ajuda financeira às entidades promotoras de Cultura que se enquadrem dentro dos critérios e orientações estabelecidas pelo Conselho Municipal de Cultura.

ARTIGO 11 - O pedido de subvenção ou de auxílio formulado pelas entidades mencionadas no artigo anterior deverá ser acompanhado de circunstanciada exposição e justificativa de sua necessidade, acrescida de documentos, que atendam aos seguintes requisitos:

I – ter personalidade jurídica;

II – destinar-se às práticas culturais amadoras;

III – não receber qualquer outra subvenção ou auxílio financeiro do Município;

IV – ter patrimônio ou renda regulares;

V – não dispor de recursos próprios suficientes para manutenção e/ou ampliação dos seus serviços;

VI – estar registrada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, através do Departamento de Cultura.

ARTIGO 12 - As instituições que receberem subvenções ou auxílio financeiro do Município apresentarão, anualmente, ao Conselho Municipal de Cultura para recebimento de qualquer nova contribuição, os seguintes documentos:

I – prestação de contas do montante recebido no ano anterior, acompanhada de relatório circunstanciado do emprego da subvenção;

II – declaração da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto do Município de que a entidade cumpriu todos os compromissos assumidos em decorrência da concessão da subvenção ou do auxílio recebido no exercício anterior, bem como prestou todas as contas que lhe foram solicitadas.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 13 - O Conselho elaborará seu Regimento Interno, a ser baixado por Decreto do Prefeito Municipal, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após a promulgação desta Lei.

ARTIGO 14 - As reuniões do Conselho serão secretariadas por servidor do município de Guarantã do Norte, indicado pelo Diretor do Departamento de Cultura.

Parágrafo Único - As atividades executadas pelo servidor a que se refere o *caput* deste artigo não serão remuneradas, considerando-se o seu exercício prestação de serviços de relevante interesse público.

ARTIGO 15 - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Municipal correrão por conta de dotação própria constante do Orçamento vigente destinado ao Departamento de Cultura.

ARTIGO 16 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos dezoito dias do mês de março do ano de 2013.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 18/03/2013
NP 0303/2013

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:D13E3FCD

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1046/2013

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica aberto no Orçamento Anual da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, no exercício Financeiro de 2013, Crédito Adicional Especial no valor total de R$ 74.100,00 (Setenta e Quatro Mil e Cem Reais), destinados a Secretaria Municipal de Saúde, na rubrica:

05.01.10.302.1123.1334.33.90.39 – Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	R$:	74.100,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Art. 43, § 1º, Inciso I e § 2º, da Lei Federal nº 4.320/64, os provenientes de superávit financeiro do exercício financeiro de 2012.

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos dezenove dias do mês de março do ano de 2013.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 19/03/2013
NP 0304/2013

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:435630AD

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1047/2013

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica aberto no Orçamento Anual da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, no exercício Financeiro de 2013, Crédito Adicional Especial no valor total de R$ 86.600,00 (Oitenta e Seis Mil e Seiscentos Reais), destinados a Secretaria Municipal de Saúde, na rubrica:

05.01.10.301.1034.1335.44.90.52 – Aquisição de Veículo para CER	R$:	86.600,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Art. 43, § 1º, Inciso I e § 2º, da Lei Federal nº 4.320/64, os provenientes de superávit financeiro do exercício financeiro de 2012.

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos dezenove dias do mês de março do ano de 2013.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 19/03/2013
NP 0305/2013

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:D529C951

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1049/2013

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica aberto no Orçamento Anual da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, no exercício Financeiro de 2013, Crédito Adicional Especial no valor total de R$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais), destinados a Secretaria Municipal de Saúde, na rubrica:

05.01.10.301.1033.1337.44.90.52 – Aquisição de Equipamentos	R$:	15.000,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Art. 43, § 1º, Inciso I e § 2º, da Lei Federal nº 4.320/64, os provenientes de superávit financeiro do exercício financeiro de 2012.

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos dezenove dias do mês de março do ano de 2013.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 19/03/2013
NP 0307/2013

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:F95E16AA

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1050/2013

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica aberto no Orçamento Anual da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, no exercício Financeiro de 2013, Crédito Adicional Especial no valor total de R$ 22.300,00 (Vinte e Dois Mil e Trezentos Reais), destinados a Secretaria Municipal de Saúde, nas rubricas:

05.01.10.302.1123.1338.33.90.30 – Material de Consumo	R$:	12.300,00
05.01.10.302.1123.1338.33.90.39 – Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	R$:	10.000,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Art. 43, § 1º, Inciso I e § 2º, da Lei Federal nº 4.320/64, os provenientes de superávit financeiro do exercício financeiro de 2012.

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos dezenove dias do mês de março do ano de 2013.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 19/03/2013
NP 0308/2013

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:44BC792F

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1051/2013

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica aberto no Orçamento Anual da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, no exercício Financeiro de 2013, Crédito Adicional Especial no valor total de R$ 75.600,00 (Setenta e Cinco Mil e Seiscentos Reais), destinados a Secretaria Municipal de Saúde, nas rubricas:

05.01.10.305.1127.1339.44.90.52 – Aquisição de Equipamentos	R$:	37.000,00

05.01.10.305.1127.1339.33.90.30 – Material de Consumo	R$:	20.000,00
05.01.10.305.1127.1339.33.90.39 – Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	R$:	10.000,00
05.01.10.305.1127.1339.33.90.36 – Serviços de Terceiros Pessoa Física	R$:	8.600,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Art. 43, § 1º, Inciso I e § 2º, da Lei Federal nº 4.320/64, os provenientes de superávit financeiro do exercício financeiro de 2012.

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos dezenove dias do mês de março do ano de 2013.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 19/03/2013
NP 0309/2013

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:182AFD50

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1052/2013

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica aberto no Orçamento Anual da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, no exercício Financeiro de 2013, Crédito Adicional Especial no valor total de R$ 69.000,00 (Sessenta e Nove Mil Reais), destinados a Secretaria Municipal de Saúde, nas rubricas:

05.01.10.305.1127.1340.44.90.52 – Aquisição de Equipamentos	R$:	16.500,00
05.01.10.305.1127.1340.33.90.39 – Material de Consumo	R$:	28.000,00
05.01.10.305.1127.1340.33.90.30 – Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	R$:	24.500,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Art. 43, § 1º, Inciso I e § 2º, da Lei Federal nº 4.320/64, os provenientes de superávit financeiro do exercício financeiro de 2012.

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos dezenove dias do mês de março do ano de 2013.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 19/03/2013
NP 0310/2013

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:2D4F94CE

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1053/2013

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica aberto no Orçamento Anual da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, no exercício Financeiro de 2013, Crédito Adicional Especial no valor total de R$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais), destinados a Secretaria Municipal de Saúde, nas rubricas:

05.01.10.305.1127.1341.44.90.52 – Aquisição de Equipamentos	R$:	3.000,00
05.01.10.305.1127.1341.33.90.39 – Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	R$:	45.000,00
05.01.10.305.1127.1341.33.90.30 – Material de Consumo	R$:	9.000,00
05.01.10.305.1127.1341.33.90.36 – Serviços de Terceiros Pessoa Física	R$:	3.000,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Art. 43, § 1º, Inciso I e § 2º, da Lei Federal nº 4.320/64, os provenientes de superávit financeiro do exercício financeiro de 2012.

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos dezenove dias do mês de março do ano de 2013.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 19/03/2013
NP 0311/2013

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:30582E4A

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1054/2013

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica aberto no Orçamento Anual da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, no exercício Financeiro de 2013, Crédito Adicional Especial no valor total de R$ 13.500,00 (Treze Mil e Quinhentos Reais), destinados a Secretaria Municipal de Saúde, na rubrica:

05.01.10.305.1034.1342.44.90.52 – Aquisição de Equipamentos de Informática	R$ 13.500,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Art. 43, § 1º, Inciso I e § 2º, da Lei Federal nº 4.320/64, os provenientes de superávit financeiro do exercício financeiro de 2012.

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos dezenove dias do mês de março do ano de 2013.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e
Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 19/03/2013
NP 0312/2013

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:DE46546C

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1055/2013

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica aberto no Orçamento Anual da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, no exercício Financeiro de 2013, Crédito Adicional Suplementar no valor total de R$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), destinados a Secretaria Municipal de Saúde, na rubrica:

05.01.10.302.1123.1029.44.90.52 – Aquisição de Equipamentos Hospitalares	R$:	100.000,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Art. 43, § 1º, Inciso I e § 2º, da Lei Federal nº 4.320/64, os provenientes de superávit financeiro do exercício financeiro de 2012.

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos dezenove dias do mês de março do ano de 2013.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 19/03/2013
NP 0313/2013

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:15A3F701

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1056/2013

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR CESSÃO DE USO COM ÔNUS PARA A ENTIDADE CENTRO DE RECUPERAÇÃO MISSÃO COLUNA DE BETEL DE VEÍCULO TIPO VAN FIAT DUCATO 10 PLACA JYV-3462, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, com amparo no Artigo 20 da Lei Orgânica Municipal, autorizado a efetuar Cessão de Uso de Bem Público do Patrimônio Municipal, um veículo tipo VAN FIAT DUCATO 10, placa JYV-3462, com ônus para a Cessionária, entidade Centro de Recuperação Missão Coluna de Betel, inscrita no CNPJ sob nº 06.241.207/0001-34, com sede neste município de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

Parágrafo Único – A presente cessão de uso com ônus será feita mediante termo de cessão, ficando assegurado à concedente o domínio do bem concedido e à cessionária apenas a transferência de seu uso, podendo retorná-lo a qualquer momento ou ao término do prazo da Cessão de Uso.

ARTIGO 2º - O prazo da referida Cessão de Uso com ônus é de 12 meses, e poderá ser prorrogado, havendo interesses de ambas as partes pelo mesmo período ou outro período diverso do estipulado.

ARTIGO 3º - A presente cessão de uso não importa em ônus à Prefeitura Municipal pela utilização do veículo, cabendo ao Centro de Recuperação Missão Coluna de Betel a manutenção do veículo, com peças, pneus, combustível, documentos, e demais materiais necessários ao funcionamento e a conservação do veículo.

ARTIGO 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos dezenove dias do mês de março do ano de 2013.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e
Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 19/03/2013
NP 0314/2013

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:45131585

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1057/2013

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CRIAR PROGRAMA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE CADEIA PRODUTIVA DA AQUICULTURA FAMILIAR, BEM COMO UTILIZAR RECURSOS NA PROMOÇÃO DE AÇÕES DE APOIO E INCENTIVO À ATIVIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar, bem como utilizar recursos da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio para promover ações de apoio e incentivo à atividade da piscicultura na fase de implantação (construção de tanques), visando aumentar a produção e agregar renda às famílias rurais mediante projetos específicos.

ARTIGO 2°- Os recursos utilizados deverão ser ressarcidos ao município pelos produtores na forma de óleo diesel utilizado na construção dos tanques de piscicultura.

ARTIGO 3° - Os beneficiários do programa deverão ser produtores proprietários ou arrendatários de estabelecimentos rurais, assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais, pescadores artesanais e comunidades indígenas, localizados no Município de Guarantã do Norte-MT. .

ARTIGO 4º - Os agricultores que desejarem participar do programa devem se enquadrar nos parâmetros de classificação do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) do Governo Federal.

ARTIGO 5° - Cada produtor terá direito a 30 (trinta) horas de máquinas para o mínimo de 0,5 (meio) hectare, a 60 (sessenta) horas máquinas para o máximo de 1,0 (um) hectare, sendo utilizado o equipamento da prefeitura para a construção e adequação dos tanques.

ARTIGO 6º - Os valores cobrados serão estipulados através do preço do óleo diesel no mercado, considerando um consumo médio de 20 (vinte) litros por hora máquina.

§ 1º – Os valores estipulados no artigo 7º poderão sofrer alteração conforme o valor de mercado dos produtos utilizados para implantação ou adequação da atividade.

§ 2º – O valor cobrado corresponderá somente ao óleo diesel utilizado no serviço, não sendo computado o tempo utilizado de hora/máquina.

ARTIGO 7º - Os produtores inscritos no programa passarão por uma seleção onde um Comitê Gestor Municipal, de forma isonômica, definirá quais famílias serão beneficiadas, e também avaliará se o referido serviço não causará danos ao meio ambiente.

Parágrafo Único - O Comitê Gestor Municipal será constituído pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

ARTIGO 8º - Os recursos que comporão o programa referido serão oriundos do projeto de atividade de desenvolvimento da piscicultura do município, previsto no Orçamento Municipal e de recursos conveniados com outros entes federados.

Parágrafo Único - O número de produtores beneficiados será estipulado conforme disponibilidade de recursos que comporão o programa.

ARTIGO 9º - Como forma de incentivo aos produtores, a Prefeitura Municipal oferecerá um curso profissionalizante na área da piscicultura e aqueles que tiverem sua presença confirmada através de certificado com frequência mínima de 90% (noventa por cento), terão um desconto de 25% (vinte e cinco por cento) na subvenção dos custos de implantação ou adequação do projeto, na devolução do recurso utilizado.

ARTIGO 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos oito dias do mês de abril do ano de 2013.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e
Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 08/04/2013
NP 0364/2013

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:9C15D699

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1058/2013

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, AUTORIZA LOCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica aberto no Orçamento Anual do Município de Guarantã do Norte, a favor da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, no exercício Financeiro de 2013, Crédito Adicional Especial no valor total de R$ 40.500,00 (Quarenta Mil e Quinhentos Reais), destinados a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e Secretaria Municipal de Assistência Social, nas rubricas:

04.01.13.392.1031.1344.33.90.36 – Locação Imóvel Departamento Cultura	R$ 22.500,00
08.01.08.122.1031.1345.33.90.36 – Locação Imóvel Assistência Social	R$ 18.000,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, autorizadas à realização de transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, para atender exclusivamente ao conteúdo desta Lei.

ARTIGO 3º - Fica, através desta lei, o Município de Guarantã do Norte autorizado a locar imóvel para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e a Secretaria Municipal de Assistência Social.

ARTIGO 4º - Para os orçamentos futuros, fica sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e a Secretaria Municipal de Assistência Social, a inclusão no PPA, LDO e LOA.

ARTIGO 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos oito dias do mês de abril do ano de 2013.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e
Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 08/04/2013
NP 0365/2013

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:5E2AAB9B

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1060/2013

"DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL E ANUAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO PODER LEGISLATIVO, DE QUE TRATA O ART. 37, INCISO X, DA CONSTITUIÇÃO, E ART. 45 DA RESOLUÇÃO 001/2009 C/C ART. 24 LEI MUNICIPAL 121/1994, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica reajustada, seguindo o INPC/IBGE estatuído pela lei municipal 121/1994, em 6,57% (seis virgula cinquenta e sete por cento), a partir do mês de abril de 2013, a remuneração dos servidores públicos municipais do Poder Legislativo.

ARTIGO 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos onze dias do mês de abril do ano de 2013.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e
Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 11/04/2013
NP 0385/2013

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:65A944D8

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1061/2013

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA VERBA DE NATUREZA INDENIZATÓRIA NO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PARLAMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica instituída verba de natureza indenizatória no exercício da atividade parlamentar, para os vereadores no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais), e para o Presidente da Câmara no valor de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), nos termos do artigo 37, § 11 da Constituição Federal, destinada exclusivamente ao ressarcimento das despesas relacionadas ao desempenho externo da atividade parlamentar.
Parágrafo Único - A verba de natureza indenizatória de que trata o *caput* deste artigo será paga mensalmente aos vereadores e Presidente da Câmara Municipal de Guarantã do Norte-MT, ao não recebimento de diárias, conforme o total dos gastos do parlamentar**.**

ARTIGO 2° - Para receber a verba de natureza indenizatória o vereador deverá apresentar Relatório Técnico das metas alcançadas, comprovando o valor total das despesas, junto ao Departamento Financeiro desta Casa de Leis.

Parágrafo Único - Este relatório deverá, obrigatoriamente, ser entregue até o dia 25 de cada mês, sob pena de o Vereador perder o direito de receber a verba do respectivo mês.

ARTIGO 3° - A verba indenizatória será paga do dia 30 até o dia 05 do mês subseqüente e não fará parte do limite de gasto com pessoal, cujo pagamento será efetuado através da dotação orçamentária 33.90.93 – Indenização e restituição.

ARTIGO 4° - A verba deverá ser gasta com o efetivo exercício da atividade parlamentar, sendo as despesas relativas a:

I - locomoção do parlamentar dentro do território do Estado, compreendendo passagens, hospedagem e locação de meios de transporte;

II - combustíveis e lubrificantes;

III - contratação, para fins de apoio à atividade parlamentar, de consultoria, assessorias (exceto jurídica), pesquisas e trabalhos técnicos de pessoa jurídica;

IV - serviços postais, aéreos, assinaturas de jornais, revistas e publicações;

V - alimentação, exclusivamente em nome do Vereador;

VI - peças e acessórios para veículos a serviço do gabinete do parlamentar tais como baterias, pneus, câmaras-de-ar e válvulas, entre outras;

VII - cópias heliográficas de documentos de interesse do gabinete;

VIII - despesas com telefone móvel em nome do parlamentar.

§1° - Não se admitirão gastos com propaganda eleitoral de qualquer espécie.

§ 2° - As contratações, serviços e aquisições realizadas com os recursos de que se trata serão de exclusiva responsabilidade do parlamentar, sendo que a inadimplência do contratante com referência a estas despesas, em especial, com referência a aluguéis, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, não transfere à Câmara Municipal ou ao Município a responsabilidade pelo seu pagamento.

ARTIGO 5° - O parlamentar titular do mandato perderá o direito à verba de que trata esta Lei quando:

I – investido em cargo previsto no inciso I, do ARTIGO 40 da Lei Orgânica Municipal, mesmo quando tenha optado pela remuneração do mandato;
II – afastado para tratar de interesse particular, sem remuneração;

III - o respectivo suplente encontrar-se no exercício do mandato.

ARTIGO 6º - A verba indenizatória não se incorpora ou integra à remuneração, aos subsídios ou proventos para qualquer fim.
ARTIGO 7° - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos onze dias do mês de abril do ano de 2013.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e
Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 11/04/2013
NP 0386/2013

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:534B3BDE

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1062/2013

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica aberto no Orçamento Anual da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, no exercício Financeiro de 2013, Crédito Adicional Especial no valor total de R$ 4.500,00 (Quatro Mil e Quinhentos Reais), destinados a Secretaria Municipal de Assistência Social, na rubrica:

08.01.08.243.1045.1343.33.90.36 – Locação Imóvel - Serviços de Terceiros Pessoa Física	R$ 4.500,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, autorizadas à realização de transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, para atender exclusivamente ao conteúdo desta Lei.

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos dezesseis dias do mês de abril do ano de 2013.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e
Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 16/04/2013
NP 0402/2013

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:1A72FCFB

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1063/2013

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica aberto no Orçamento Anual do Município de Guarantã do Norte, a favor da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, no exercício Financeiro de 2013, Crédito Adicional Especial no valor total de R$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais), destinados a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, na rubrica:

04.02.12.361.1035.1350.44.90.51 – Construção Alambrado EMPG Novo Horizonte	R$:	50.000,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Art. 43, § 1º, Inciso I e § 2º, da Lei Federal nº 4.320/64, os provenientes de superávit financeiro do exercício financeiro de 2012.

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos dezesseis dias do mês de abril do ano de 2013.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 16/04/2013
NP 0403/2013

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:0FB8C92F

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1064/2013

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica aberto no Orçamento Anual do Município de Guarantã do Norte, a favor da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, no exercício Financeiro de 2013, Crédito Adicional Especial no valor total de R$ 214.000,00 (Duzentos e Quatorze Mil Reais), destinados a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, na rubrica:

04.02.12.361.1032.1349.44.90.51 – Reforma da EMPG Santa Ana	R$:	214.000,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Art. 43, § 1º, Inciso I e § 2º, da Lei Federal nº 4.320/64, os provenientes de superávit financeiro do exercício financeiro de 2012.

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos dezesseis dias do mês de abril do ano de 2013.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 16/04/2013
NP 0404/2013

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:E8E7D670

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1065/2013

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica aberto no Orçamento Anual do Município de Guarantã do Norte, a favor da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, no exercício Financeiro de 2013, Crédito Adicional Suplementar no valor total de R$ 143.000,00 (Cento e Quarenta e Três Mil Reais), destinados a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, na rubrica:

04.01.12.361.1032.1115.44.90.51 – Construção de Garagem para Frota Escolar	R$:	143.000,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Art. 43, § 1º, Inciso I e § 2º, da Lei Federal nº 4.320/64, os provenientes de superávit financeiro do exercício financeiro de 2012.

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos dezesseis dias do mês de abril do ano de 2013.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 16/04/2013
NP 0405/2013

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:410EE7DF

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1066/2013

"DECLARA COMO ENTIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE BOA ESPERANÇA (APRUBE), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica declarada como Entidade de Utilidade Pública Municipal a ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE BOA ESPERANÇA (APRUBE), estabelecida neste município de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso, Associação Civil, com personalidade jurídica, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 00.290.566/0001-03.

ARTIGO 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos dezesseis dias do mês de abril do ano de 2013.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 16/04/2013
NP 0406/2013

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:69666078

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL Nº 1048/2013

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica aberto no Orçamento Anual da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, no exercício Financeiro de 2013, Crédito Adicional Especial no valor total de R$ 64.100,00 (Sessenta e Quatro Mil e Cem Reais), destinados a Secretaria Municipal de Saúde, nas rubricas:

05.01.10.301.1034.1336.44.90.52 – Aquisição de Veículo para PSE	R$:	30.000,00
05.01.10.301.1122.1336.33.90.39 – Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	R$:	10.000,00
05.01.10.301.1034.1336.44.90.52 – Aquisição de Equipamentos	R$:	3.000,00
05.01.10.301.1122.1336.33.90.30 – Material de Consumo	R$:	21.100,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Art. 43, § 1º, Inciso I e § 2º, da Lei Federal nº 4.320/64, os provenientes de superávit financeiro do exercício financeiro de 2012.

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos dezenove dias do mês de março do ano de 2013.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 19/03/2013
NP 0306/2013

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:41A64221

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL Nº 1059/2013

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR CESSÃO DE USO PARA A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO VALE DO XV DE MÁQUINA PESADA TIPO

PATROLA CATERPILLAR 120B, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, com amparo no Artigo 20 da Lei Orgânica Municipal, autorizado a efetuar Cessão de Uso de Bem Público do Patrimônio Municipal, de máquina pesada tipo PATROLA CATERPILLAR 120B, para a Cessionária, Associação dos Produtores Rurais do Vale do XV, inscrita no CNPJ sob nº 01.330.554/0001-10, com sede neste município de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

Parágrafo Único – A presente cessão de uso será feita mediante termo de cessão, ficando assegurado à concedente o domínio do bem concedido e à cessionária apenas a transferência de seu uso, podendo retorná-lo a qualquer momento ou ao término do prazo da Cessão de Uso.

ARTIGO 2º - O prazo da referida Cessão de Uso é de 04 (quatro) meses, e poderá ser prorrogado, havendo interesses de ambas as partes pelo mesmo período ou outro período diverso do estipulado.

ARTIGO 3º - A presente cessão de uso importará em ônus à Associação dos Produtores Rurais do Vale do XV e à Prefeitura Municipal nos seguintes termos:
I – À Associação dos Produtores Rurais do Vale do XV caberá a contratação do operador da máquina, alimentação e hospedagem; além de gastos com manutenção do equipamento até o valor de R$ 1.000.00 (Hum Mil Reais) por mês.

II – À Prefeitura Municipal caberá o fornecimento de 3.500 (Três Mil e Quinhentos) litros de combustível por mês; além de gastos com manutenção do equipamento que ultrapassarem o valor constante no inciso anterior.

ARTIGO 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos onze dias do mês de abril do ano de 2013.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 11/04/2013
NP 0384/2013

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:B97CD52F

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003/2013

BIOQUIMICO – 40 HORAS

Contrato Administrativo Prestação de Serviço Temporário que entre si celebram o MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE/MT e o Srº. ROBERTO TAFFAREL, com base no Art. 37, Inc. IX da Constituição Federal e a teor do disposto na Lei Municipal Nº 234/2009.

Contrato Administrativo de Prestação de Serviço Temporário de Excepcional Interesse Público que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE/MT,** Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua dos Girassóis, nº.387, centro, na cidade de Ipiranga do Norte/MT, CNPJ Nº. 07.209.245/0001-72, representada neste ato por seu Prefeito Municipal **Sr.PEDRO FERRONATTO,** brasileiro, casado, Agricultor, portador do CPF Nº. 345.727.169-00, residente e domiciliado nesta cidade de Ipiranga do Norte/MT, de ora em diante simplesmente denominado de **MUNICÍPIO,** e, de outro lado, a Srº. **ROBERTO TAFFAREL,** brasileiro, SOLTEIRO, maior, Farmacêutico, Carteira de Identidade Civil RG. 3.187.888-1 SSP/SC, e CPF Nº. 036429049-80, residente e domiciliado na Rua CARTOLA, Nº. 341, NA cidade de Sorriso, Estado de Mato Grosso, de ora em diante designado de **CONTRATADO,** os quais têm justos e contratados entre si, os serviços pessoais de Bioquímico, que ocorrerá de acordo com as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

De conformidade com o que estabelece a Lei Municipal Nº. 234/2009, em concordância com o disposto no Art. 37, Inc. IX da Constituição Federal, o **CONTRATADO** trabalhará para o **MUNICÍPIO** no cargo de Bioquímico (a), para o qual foi aprovado no Processo Seletivo Simplificado realizado conforme Edital Nº. 003/2013 da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte, executando todas as atividades atinentes e de responsabilidade do seu cargo, em especial as descritas no respectivo Anexo a Lei Municipal Nº. 054/2005 correspondente ao Cargo de Bioquímico (a), ficando subordinado a Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA

O **CONTRATADO** desempenhará os serviços ora contratados durante 40 (Quarenta) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Municipal Nº. 054/2005 e nos termos do Processo Seletivo Simplificado - Edital Nº. 003/2013 e demais Legislações correlatas em vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA

Pelos serviços acima mencionados, ora contratados e efetivamente prestados, o **CONTRATADO** perceberá a quantia Global de R$.(21.637,26) Vinte e hum mil seiscentos e trinta e sete reais e vinte e seis centavos, sendo o valor mensal de R$ 3.606,21 (Três mil seiscentos e seis reais e vinte e hum centavos), bem como dos demais adicionais previstos na legislação vigente.

CLÁUSULA QUARTA

O presente Contrato vigorará pelo prazo de 06 (seis), meses, a partir da presente data, podendo ser prorrogado por igual período, havendo necessidade e interesse público, conforme disposto na Lei Municipal Nº. 234/2009.

CLÁUSULA QUINTA

O presente contrato será sumariamente rescindido pelo **MUNICÍPIO**, sem que o **CONTRATADO** caiba qualquer reparação pecuniária, exceto dias trabalhados até então, se esta incidir em qualquer das faltas arroladas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município ou no seu Regime Jurídico como puníveis com pena de demissão.

CLÁUSULA SEXTA

O Contrato será rescindido no término do prazo previsto.

CLÁUSULA SÉTIMA

Os direitos e os deveres do **CONTRATADO**, inclusive as parcelas rescisórias, são os definidos pela Lei do Regime Jurídico e pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município, Leis Municipais Nº. 007/2005 e 008/2005, Respectivamente.

Sub-cláusula única - As situações e casos não expressamente contidos neste Contrato regem-se pelo disposto na Legislação Municipal vigente.

CLÁUSULA OITAVA

O presente Contrato é de natureza Administrativa, ficando assegurado o **CONTRATADO** os direitos e deveres previstos na Legislação Municipal, e o sistema previdenciário será o do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.

CLÁUSULA NONA

As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária, no exercício de 2013.

08.002.10.301.0043.2035.319004 -Contratação por Tempo Determinado

CLÁUSULA DÉCIMA

As partes elegem o Foro da Comarca de Sorriso/MT, para dirimir possíveis dúvidas ou questões que porventura resultarem deste Contrato.
E, por estarem justos e contratados, assinam o presente Instrumento Contratual em 3 (três) vias de igual forma e teor na presente das testemunhas, para o único fim nele exposto.
IPIRANGA DO NORTE/MT, 18 de Abril de 2013.

PEDRO FERRONATTO
Prefeito Municipal

ROBERTO TAFFAREL
Contratado

TESTEMUNHAS
1ª_____
C.P.F
R.G
2ª_____
C.P.F
R.G

Publicado por:
Annye Crhistine Leimann
Código Identificador:C321056D

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 222/2013, DE 18 DE ABRIL DE 2013.

SÚMULA: "Dispõe sobre a Exoneração do Senhor Lucas Pedrozo da Silva, do cargo em comissão de Supervisor de Área, Lotado na Secretaria Municipal de Obras de Ipiranga do Norte/MT, e dá outras providências".

O Senhor **PEDRO FERRONATTO**, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando o pedido, resolve:
Art. 1º - Exonerar o Senhor **Lucas Pedrozo da Silva**, do cargo em Comissão de **Supervisor de Area**, Lotado na Sec. Municipal Obras de Ipiranga do Norte/MT, nomeado através da Portaria nº. 192/2013 de 01 de abril de 2013.
Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário em especial a Portaria nº. 192/2013.
Gabinete do Prefeito, Ipiranga do Norte/MT, 18 de Abril de 2013.
Registre-se e Publique-se
Data Supra

PEDRO FERRONATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Annye Crhistine Leimann
Código Identificador:22A191E3

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 221/2013, DE 18 DE ABRIL DE 2013.

SÚMULA: "NOMEIA O SENHOR DIRCEU MARTINELLI, PARA OCUPAR O CARGO/FUNÇÃO DE ENCARREGADO DE SETOR JUNTO A SECRETARIA DE OBRAS".

O Senhor **PEDRO FERRONATTO**, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade administrativa,
RESOLVE:
Art. 1º - Nomear O Senhor **DIRCEU MARTINELLI,** brasileiro, Portadora do R.G. sob nº. 2120640-6 SSP/MT e CPF nº. 231332010-34, residente em Ipiranga do Norte/MT, para exercer o cargo/função de **Encarregado de setor,** junto a Secretaria de Obras, da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte/MT.
Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte/MT, 18 de abril de 2013.

PEDRO FERRONATTO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Data Supra

Publicado por:
Annye Crhistine Leimann
Código Identificador:7B3B597D

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA

CÂMARA MUNICIPAL
RESULTADO DE JULGAMENTO

MODALIDADE: CARTA CONVITE
PROCESSO Nº: 001/2013.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚBA – MT,** através de sua Comissão de Permanente de Licitação, em cumprimento aos termos da Lei n. º 8.666/93 e últimas alterações torna público que conforme Edital da Carta Convite N. º 001/2013, Sagrou-se Vencedora do Certame Licitatório a Empresa: ***ZEFERINO & STECCA ADVOGADOS ASSOCIADOS.***

ITAÚBA – MT, 19 de abril de 2.013.

RAFAEL LHEWICHESKI
Presidente da Comissão de Licitação

PUBLIQUE - SE

Publicado por:
Otavio Luiz Fiel
Código Identificador:39C898A1

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS

Contrato de Prestação de Serviços nº 004/2013
Data Assinatura: 23/03/2013
Credor: Agenda Assessoria Planejamento e Informática Ltda
Objeto: Prestação de Serviços de Calculo Atuarial
Valor: 5.000,00
Data da Vigência: 23/04/2013

Publicado por:
Cláudia Núbia Preira de Souza
Código Identificador:3D35626B

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 005/2013

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 005/2013

OBJETO: Contratação de *show* artístico com **A DUPLA SERTANEJA KLEO DIBAH E RAFAEL** a realizar-se no dia 19 de abril de 2013, no Município de Jauru, por ocasião da realização do VIi Rally Turístico do Município. FAVORECIDO: **BEZERRA & FERNANDES LTDA - ME**, no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta Mil Reais), PERIODO/PRAZO: 19 de abril de 2013. FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25, Inciso III da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

PROCESSO Nº. 00985/2013 Ratifico a presente Inexigibilidade de licitação nos termos do Artigo 26 da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores e de conformidade com o Parecer Jurídico e justificativa em anexo.

Gabinete da Prefeita, Paço Municipal Presidente "Tancredo de Almeida Neves" em Jauru – MT 18 de abril de 2013.

ENERCIA MONTEIRO DOS SANTOS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Anderson Pavini
Código Identificador:60833398

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 798/2013

O Prefeito Municipal de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso de sua atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear os Senhores (as), abaixo relacionados para comporem a Comissão de Coordenação, aplicação e fiscalização das provas do Teste Seletivo Simplificado nº **001/2013**, da Prefeitura Municipal de Juina, o qual será realizado no dia **20/04/2013** (sábado), a partir das 07:00 horas, na **Escola Estadual Padre Ezequiel Ramin, Escola Municipal Padre José de Anchieta e Escola Municipal Paulo Freire**.

01	Alan Rafael Guterres	Departamento de Esporte
02	Ana Claudia do Nascimento	CEI Cristóvão
03	Ana Maria de Souza	CEI São Cristóvão
04	Andréia de Fátima dos Santos	CEI arco-íris
05	Andréia Rosa de Souza	CEI Criança Feliz
06	Adriana de Lima Campos	Escola Paulo Freire
07	Adriana Márcia Berté	Secretaria de Educação
08	Adriana Patrícia Duarte de Melo	Casa da Cultura
09	Aparecida Érika Domingos dos Santos	CEI Criança Feliz
10	Ângela Ramos Cordeiro	CEI Vasco Papa
11	Ângela dos Santos Mercês	Secretaria de Educação
12	Ângela Renata Rodrigues	CEI São Cristóvão
13	Camilo Fernando da Silva	Departamento de Esporte
14	Cátia Cristina da Silva	Departamento de Esporte
15	Cleia de Almeida	Secretaria de Educação
16	Clarice Karling	CEI Criança Feliz
17	Carla Leite Gomes	Casa da Cultura
18	Cleiton do Nascimento Henrique	Escola Padre José de Anchieta
19	Cleonice Gonçalves Rocha	CEI arco-íris
20	Cristiana Gonçalves Rocha	Secretaria de Educação
21	Cristiane Silva Rocha	CEI Luiz Felipe
22	Cristiane Ferreira dos Santos	CEI Bruno Leonardo
23	Carlos França Maciel	Secretária
24	Denilza Alves da Cunha	Casa da Cultura
25	Dilma Munaretto Bagatin	CEI Bruno Leonardo
26	Dina Vitorino de Souza	CEI arco-íris
27	Dirlei Maria	CEI São Cristóvão
28	Edemicio Alexandre	Departamento de Esporte
29	Eliane Galupo	Escola M. Paulo Freire
30	Edilaine Gomes Lopes	Secretária de Educação
31	Eidiane dos Santos Celestino	CEI Vasco Papa
32	Edna Oliveira Baraldi	CEI arco-íris
33	Edinéia Augustinho Sena	CEI São Cristovão
34	Edwirges Braga de Oliveira Cardoso	Secretaria de Educação
35	Elisangela Sumaio Braz	Departamento de Esporte
36	Fátima Morais da Silva	CEI São Cristóvão
37	Fernanda Stumm	Departamento de Esporte
38	Geny Marçal Brandão	CEI arco-íris
39	Genivaldo Alves da Silva	Departamento de Esporte
40	Geraldo Dias Flores	Secretaria de Educação
41	Hermínia Mauricia da Silva	CEI arco-íris
42	Ivaneusa de Souza Gascho	CEI Menino Jesus
43	Ivani Martins dos Santos Aguiar	CEI Luiz Felipe
44	Izabel Zaniolo Alencar	Secretária de Educação
45	Iranildo de Oliveira Nery	Secretária de Educação
46	Jaci de Fátima Marcel	Secretaria de Educação
47	Jane Miranda Batista	CEI Bruno Leonardo
48	Janecleia da Silva Rodrigues	CEI Luiz Felipe
49	Joyce Mara dos Santos Benites	CEI Luiz Felipe
50	João Apolinário de Souza	Departamento de Esporte
51	Juscelene Ferreira de Souza Amarilha	CEI Menino Jesus
52	Lucineia Maria Silva Maciel	CEI Bruno Leonardo
53	Lucinei Ferreira Santana	CEI São Cristóvão
54	Luiz Carlos Cabrera Machado	Departamento de Esporte
55	Luzia Moreira Aguiar	CEI arco-íris
56	Magali Renata Pretto	Casa da Cultura
57	Marcia Ferreira Padilha	CEI Criança Feliz
58	Marcia Cristine Zaviczki	CEI São Cristóvão
59	Maria Danacy de Jesus de Souza	CEI Bruno Leonardo
60	Maria Aparecida Gomes Alves	Escola Padre José de Anchieta
61	Maria Barboza Montiel	Escola Padre José de Anchieta01
62	Maria Luisa Domingues Ferreira	UAB
63	Maria José Marcel	CEI Bruno Leonardo
64	Maria de Fatima Santos	CEI Luiz Felipe
65	Maria de Fátima Barbosa dos Santos Faria	CEI Dom Franco
66	Maria Glória Vilela Salton	CEI Criança Feliz
67	Maria Socorro de Andrade Santos	CEI Criança Feliz
68	Mirian Pereira da Silva	CEI Dom Franco
69	Mirieli Cordeiro	CEI Menino Jesus
70	Natally Jordana da Silva	CEI Menino Jesus
71	Narleth Gabriel da Silva	CEI Dom Franco
72	Nelma Cristina R. Belentani	Secretária de Educação
73	Noemi de Quadros Bittencourt	CEI Criança Feliz
74	Rosalina Soares Goulart	Escola M. Paulo Freire
75	Rogério Fernandes	Secretaria de Educação
76	Regina Domingas de Oliveira	CEI arco-íris
77	Regina Fátima Andrioli de Oliveira	Escola Padre José de Anchieta
78	Rosana Calixto Machado	CEI Luiz Felipe
79	Rosirene da Silva	CEI Luiz Felipe
80	Rosimeiry Aparecida da Silva	CEI Criança Feliz
81	Rosineia Antonio da Silva Ferreira	CEI Bruno Leonardo
82	Rosa Cardoso Mendes	CEI arco-íris
83	Susi Mara Alves	CEI Bruno Leonardo
84	Susymar Ferreira de Miranda	CEI Bruno Leonardo
85	Pollyana Dias Sales	Secretária de Educação
86	Valéria da Silva C. Basto	Escola M. Paulo Freire
87	Valmir Roberto Volpato	Secretaria de Educação
88	Zenaide dos Santos	Departamento de Esporte

Art. 2º - Os nomeados deverão comparecer no dia **20** de **Abril** de **2013**, as 07:00 horas nos locais das provas.

Art. 3º - Os serviços prestados por essa comissão serão remunerados.

Parágrafo único – A remuneração que trata o artigo anterior será de R$ 30,00 (trinta reais), por fiscal e por coordenador que será incluída na folha de pagamento competência **Abril** de **2013** da Prefeitura Municipal de Juina.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **17** de **abril** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:2BC57ED5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ATA DO REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2013

PREGÃO PRESENCIAL: N° 017/2013 - REGISTRO DE PREÇOS

O **MUNICÍPIO DE JUÍNA**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º **15.359.201/0001-57**, com sede administrativa na Travessa Emmanuel, nº.605, Centro, na cidade de Juína-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, , **HERMES LOURENÇO BERGAMIM**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade n.º **2003502-0-SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **340.434.891-53**, residente e domiciliado na Avenida 09 de Maio, n.º

451, Centro, na cidade de Juína-MT, RESOLVE registrar os preços da empresa HANNELIESE REITER PATTIS ME, inscrita no CNPJ sob n° 10.638.136/0001-85, com sede a Avenida Historiador Rubens de Mendonça n°.1919, Bairro Alvorada, em Cuiabá-MT, neste ato representada pelo seu Representante Legal, Sr Josenildo G. de Souza, portador do RG n.º17.357 SSP/MT, CPF n.º 019.598.951-17, doravante denominada simplesmente **FORNECEDOR**, nos termos do **Pregão Presencial nº. 017/2013**, ao **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual aquisição de **pneus e câmaras para uso dos diversos veículos das secretarias do Município de Juína, estado de mato grosso,** atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Lei n. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preço para futura e eventual aquisição de **pneus e câmaras para uso dos diversos veículos das secretarias do Município de Juína, Estado de Mato Grosso,** atender esta Prefeitura, conforme especificações e condições constantes nesta Ata de Registro de Preço:

HANNELIESE REITER PATTIS ME - 10.638.136/0001-85							
LOTE 01 - AQUISICAO DE PNEUS E CAMARAS.							
Seq.	Código	Decrição	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Total
1	7142	CAMARA DE AR 175 X 25	UNIDADE	MAGNUM	30	160	R$ 4.800,00
2	7141	CAMARA DE AR 900 X 20 - BICO ROSQUEADO	UNIDADE	MAGNUM	70	65	R$ 4.550,00
3	4929	CAMARA DE AR 1000 X 20	UNIDADE	MAGNUM	126	65	R$ 8.190,00
4	8871	CAMARA DE AR 14000X24	UN	MAGNUM	18	155	R$ 2.790,00
5	34026	CAMARA DE AR 175X13	UNIDADE	MAGNUM	8	30	R$ 240,00
6	97797	CAMARA DE AR 235X80 R16	UNIDADE	MAGNUM	4	45	R$ 180,00
7	97440	CAMARA DE AR 7.50X16 (BICO LONGO)	UNIDADE	MAGNUM	10	47	R$ 470,00
8	85640	CAMARA DE AR 90 X 90 - 18	UNIDADE	MAGNUM	2	35	R$ 70,00
9	7137	CAMARA DE AR GR-13	UNIDADE	MAGNUM	12	30	R$ 360,00
10	7140	CAMARA DE AR GR-15	UNIDADE	MAGNUM	4	45	R$ 180,00
11	11485	CAMARA DE AR GR-18	UN	LEVORIN	8	35	R$ 280,00
12	11234	CAMARA DE AR/MOTO TITAN	UN	LEVORIN	4	35	R$ 140,00
13	44168	PNEU 1000 X 20 - LISO 16 LONAS	UNIDADE	FATE	2	830	R$ 1.660,00
14	44169	PNEU 1000 X 20 - BORRACHUDO 16 LONAS	UNIDADE	FATE	4	1.090,00	R$ 4.360,00
15	85611	PNEU 110X90 - 17 TRAS	UNIDADE	LEVORIN	2	170	R$ 340,00
16	85636	PNEU 12.5 X 80 - 18	UNIDADE	AUSTONE	4	830	R$ 3.320,00
17	7687	PNEU 1300X24 - BORRACHUDO	UNIDADE	RUNKING	8	1.500,00	R$ 12.000,00
18	60032	PNEU 14.9 - 26 - LISO	UNIDADE	FATE	4	1.300,00	R$ 5.200,00
19	60015	PNEU 1400X24 12 LONAS	UNIDADE	AUSTONE	24	1.650,00	R$ 39.600,00
20	8859	PNEU 17.X 5 X 25 - BORRACHUDO	UNIDADE	RUNKING	32	2.120,00	R$ 67.840,00
21	42841	PNEU 175 X 70 R-13	UNIDADE	FATE	44	142	R$ 6.248,00
22	60031	PNEU 18.4 - 30 12 LONAS - BORRACHUDO	UNIDADE	FATE	10	1.650,00	R$ 16.500,00
23	42839	PNEU 185 R-14	UNIDADE	FATE	18	265	R$ 4.770,00
24	8866	PNEU 185X13	UN	FATE	12	162	R$ 1.944,00
25	85431	PNEU 2.75.18 DIANT	UNIDADE	FATE	2	80	R$ 160,00
26	42840	PNEU 205X70 R 15	UNIDADE	FATE	12	300	R$ 3.600,00
27	96558	PNEU 205X75 R 16	UNIDADE	FATE	24	475	R$ 11.400,00
28	42155	PNEU 215 X 80 R 16 - LISO	UNIDADE	FATE	24	389,1667	R$ 9.340,00
29	8856	PNEU 215/75 R.17.5 - RADIAL LISO	UNIDADE	FATE	138	520	R$ 71.760,00
30	96820	PNEU 215X75 MM ARO 17,5	UNIDADE	FATE	100	520	R$ 52.000,00
31	42836	PNEU 225X75 R-15	UNIDADE	FATE	20	380	R$ 7.600,00
32	97796	PNEU 235/70 R16	UNIDADE	FATE	4	490	R$ 1.960,00
33	8826	PNEU 235/75 R15	UNIDADE	FATE	28	385	R$ 10.780,00
34	42555	PNEU 265/70 R16 -	UNIDADE	TERRAMAX	8	450	R$ 3.600,00
35	85638	PNEU 750 X 18 (PNEU AGRICOLA)	UNIDADE	FATE	2	400	R$ 800,00
36	8845	PNEU 750X16 BORRACHUDO	UNIDADE	FATE	10	450	R$ 4.500,00
37	8844	PNEU 750X16 LISO 12 LONAS	UNIDADE	FATE	4	420	R$ 1.680,00
38	85619	PNEU 80 X 100 X 18 TRAS	UNIDADE	LEVORIN	4	135	R$ 540,00
39	85639	PNEU 90 X 90 - 18 DIANT	UNIDADE	VIPAL	3	70	R$ 210,00
40	85433	PNEU 90 X 90 - 18 TRAS	UNIDADE	VIPAL	3	70	R$ 210,00
41	8860	PNEU 900X20 BORRACHUDO	UN	FATE	38	800	R$ 30.400,00
42	8861	PNEU 900X20 LISO	UN	FATE	20	710	R$ 14.200,00
43	85612	PNEU 90X90 - 19 DIANT	UNIDADE	VIPAL	2	90	R$ 180,00
44	97490	PNEU NACIONAL 1ª LINHA 10.00-20 BORRACHUDO 16 LONAS CAP. CARGA 3000/2725 PROFUNDIDADE DOS SULCOS 20,5MM.	UNIDADE	FATE	100	1.040,00	R$ 104.000,00
45	97491	PNEU NACIONAL 1ª LINHA 10.00-20 LISO 16 LONAS CAP. CARGA 3000/2725 PROFUNDIDADE DOS SULCOS 12,9MM.	UNIDADE	FATE	20	830	R$ 16.600,00
46	97493	PNEU NACIONAL 1ª LINHA 11.00-22 BORRACHUDO CONVENCIONAL 16 LONAS CAP. CARGA 3350/3000 PROFUNDIDADE DOS SULCOS21,3MM.	UNIDADE	FATE	6	1.210,00	R$ 7.260,00
47	97489	PNEU NACIONAL 1ª LINHA 11.00R22 RADIAL BORRACHUDO 16 LONAS CAP. CARGA 3450/3075 PROFUNDIDADE DOS SULCOS 26,2M EXCLUSIVAMENTE P/ SERVIÇOS MISTOS.	UNIDADE	PIRELLI	8	1.440,00	R$ 11.520,00
48	97501	PNEU NACIONAL 1ª LINHA 12.16.5 DIANTEIRO	UNIDADE	PIRELLI	4	760	R$ 3.040,00
49	97500	PNEU NACIONAL 1ª LINHA 18.4.34	UNIDADE	FATE	2	2.300,00	R$ 4.600,00
50	97502	PNEU NACIONAL 1ª LINHA 19.5 L 24	UNIDADE	PIRELLI	4	3.310,00	R$ 13.240,00
51	97495	PNEU NACIONAL 1ª LINHA 275/80R22.5 LISO RADIAL 16 LONAS CAP. CARGA 3250/3000 PROFUNDIDADE DOS SULCOS14,2MM	UNIDADE	FATE	20	1.150,00	R$ 23.000,00
52	97498	PNEU NACIONAL 1ª LINHA 7.50-16 LISO CONVENCIONAL 12 LONAS CAP. CARGA 1450/1400 PROFUNDIDADE DOS SULCOS11.2MM	UNIDADE	FATE	6	470	R$ 2.820,00
53	97499	PNEU NACIONAL 1ª LINHA 7.50-16BORRACHUDO CONVENCIONAL 10 LONAS CAP. CARGA 1205/1180 PROFUNDIDADE DOS SULCOS15,4MM	UNIDADE	FATE	8	490	R$ 3.920,00
54	97496	PNEU NACIONAL 1ª LINHA 9.00-20 BORRACHUDO CONVENCIONAL 14 LONAS CAP. CARGA 2500/2300 PROFUNDIDADE DOS SULCOS20,0MM	UNIDADE	FATE	20	840	R$ 16.800,00
55	97497	PNEU NACIONAL 1ª LINHA 9.00-20 LISO CONVENCIONAL 14 LONAS CAP. CARGA 2500/2300 PROFUNDIDADE DOS SULCOS 12,4MM	UNIDADE	FATE	10	740	R$ 7.400,00
56	97492	PNEU NACIONAL 1ª LINHA CONVENCIONAL 11.00-22 LISO 16 LONAS CAP. CARGA3350/3000 PROFUNDIDADE DOS SULCOS 13,8MM.	UNIDADE	FATE	6	1.140,00	R$ 6.840,00
57	97494	PNEU NACIONAL 1ª LINHA275/80R22.5 BORRACHUDO RADIAL 16 LONAS CAP. CARGA 3250/3000 PROFUNDIDADE DOS SULCOS 20.6MM	UNIDADE	FATE	50	1.247,16	R$ 62.358,00
58	11221	PNEU TRAS.P/ MOTO TITAN	UN	LEVORIN	3	70	R$ 210,00
59	11238	PNEU TRAS.P/ MOTO	UN	LEVORIN	3	70	R$ 210,00

		XLR					
60	11239	PNEU TRAS.P/ MOTO XTZ	UN	LEVORIN	6	135	R$ 810,00
61	5437	PROTETOR DE PNEU 20R	UNIDADE	ABC	156	20	R$ 3.120,00
62	52255	PROTETOR P/ CAMARA - 900 X 20	UNIDADE	ABC	50	22	R$ 1.100,00
63	52262	PROTETOR P/ CAMARA 750 X 16	UNIDADE	ABC	10	20	R$ 200,00
				TOTAL			**R$ 700.000,00**

1.2 Este instrumento não obriga o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 A presente Ata terá validade por 12 meses, contados a partir de sua assinatura, conforme Decreto Municipal n. 142/2010;
2.2 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem, conforme estipulado no Decreto Municipal n. 142/2010.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA FISCALIZAÇÃO.

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Juína-MT, por meio do Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Juína, devendo ser observado o aspecto operacional e jurídico, assim como o acompanhamento e a fiscalização da presente Ata de Registro de Preços que também será realizado pelo Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Juína-MT.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO

4.1 A entrega dos materiais deverá ser imediatamente após o recebimento contados da ordem de fornecimento (requisição) nas quantidades nela especificadas, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo Fornecedor e acatado por esta Prefeitura, sem nenhum custo adicional;
4.2 O local para a entrega dos materiais será nas Secretarias e Departamentos deste Município, sendo a entrega diária, conforme a necessidade das Secretarias e Departamentos Municipais de Juína, e solicitação do Departamento de Compras da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente;
5.2 As aquisições dos produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através de Requisição (Ordem de Fornecimento), emitida pela Prefeitura Municipal de Juína, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega;
5.3 Os produtos deverão ser de primeira qualidade e com o período de validade de no mínimo 90 (noventa) dias para produtos não perecíveis. Os produtos perecíveis (hortifrutigranjeiros) deverão ser entregues semanalmente, frescos, saudáveis e de boa qualidade.
5.4 Os materiais licitados serão verificados em relação à conformidade, qualidade e quantidade de acordo com o Edital, após o recebimento dos mesmos e apresentação de nota fiscal;
5.5 Os materiais deverão ser entregues juntamente com sua Nota Fiscal, obedecendo rigorosamente o solicitado;
5.6 O recebimento não excluirá a Adjudicatária da responsabilidade civil, nem ético-profissional, pelo perfeito fornecimento do objeto, dentro dos limites estabelecidos pela Lei 8.666/93;
5.7 A Adjudicatária ficará obrigada a corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta Ata de Registro de Preços em que se verificar vícios ou incorreções resultantes dos materiais fornecidos;
5.8 A Prefeitura Municipal de Juína rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento dos materiais em desacordo com a ordem de fornecimento e com as normas deste Edital;
5.9 Os materiais devem ser transportados de maneira que cheguem às Secretarias em boas condições de conservação e limpos.
5.10 O Fornecedor responsabilizar-se-á pelas despesas com impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fretes e demais despesas eventuais, que porventura sobrevier do presente objeto.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1 O Fornecedor deverá entregar os materiais registrados em Ata imediatamente após emissão da ordem de fornecimento nas quantidades nela especificadas, conforme estipulado nas cláusulas anteriores, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante/Fornecedor e acatado por esta Prefeitura, sem nenhum custo adicional;
6.2 A empresa se obrigará em um prazo máximo de 03 (três) dias corridos, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartadas o uso inadequado;
6.3 O Fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;
6.4 São obrigações do FORNECEDOR, além das demais previstas nesta Ata e no Edital**:**
I - executar o fornecimento dos materiais dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata de Registro de Preços, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
II - cumprir a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;
III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo **Órgão**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;
IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;
V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;
VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento dos materiais a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **Prefeitura**;
X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o Fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
XI – não transferir, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação;
XII - manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação;

XIII - indicar o preposto e seu substituto, que ficará responsável pelo controle das solicitações, bem como pelos esclarecimentos de dúvidas quando da execução contratual;
XIV - Ser responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscal, comercial, frete e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento dos produtos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.1 São responsabilidades do FORNECEDOR:
I - todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;
II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ATA, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao Fornecedor, o valor correspondente.
7.2 O fornecedor autoriza ao Órgão/Entidade, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO ORGÃO/ENTIDADE

8.1 A Prefeitura Municipal de Juina, obriga-se a:
I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos;
II - receber os produtos nos termos, prazos e condições estabelecidas no edital;
II - permitir ao pessoal do Fornecedor, acesso ao local da entrega dos materiais desde que observadas as normas de segurança;
III - notificar o Fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;
IV - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ATA;
V - fiscalizar a entrega do objeto licitado;
VI - notificar a licitante vencedora, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
VII - aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.
8.2 Caberá à Prefeitura promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
8.3 Caberá à Prefeitura receber o bem adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste edital;
8.4 O recebimento provisório dar-se-á pela Prefeitura Municipal de Juína, por meio de seu responsável, no ato da entrega do bem e da nota fiscal pela adjudicatária, sendo que este recebimento não implica a sua aceitação;
8.5 O recebimento definitivo dar-se-á após a verificação do cumprimento das especificações dos produtos, nos termos do presente edital;
8.6 O objeto adjudicado será recusado se não for condizente com o solicitado pelo Departamento de Compras da Secretaria Municipal de Juína;
8.7 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado;
8.8 Caso haja a intenção de adesão ao registro de preço por outro órgão não participante – "Caronas", estes deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecidos a ordem de classificação;
8.8.1 Caberá ao Órgão Gerenciador, Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Juína, buscar oficialmente, junto ao fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços, sobre a aceitação ou não do fornecimento, condicionado ainda ao não prejuízo das obrigações anteriormente assumidas;
8.8.2 Em todos os casos as quantidades adicionais adquiridas/contratadas não poderão exceder a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, conforme estabelecido no § 1º art. 65 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

9.1 As despesas decorrentes do Registro de Preços, objeto desta Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias próprias e constantes no orçamento de **2013:**

03	Secretaria Municipal de Finanças e Administração
003	Departamento de Tributação
04.123.0004.2008	Manutenção do Departamento de Tributação
3390.30	Material de Consumo

03	Secretaria Municipal de Finanças e Administração
005	Departamento de Compras, Material e Licitações
04.122.0006.2010	Manutenção e Enc. com o Dep. de Compras, Material e Licitações
3390.30	Material de Consumo

04	Secretaria Municipal de Planejamento
001	Departamento de Planejamento
04.122.0012.2015	Manutenção Encargos Departamento de Planejamento
3390.30	Material de consumo

04	Secretaria Municipal de Planejamento
002	Departamento de Controle Urbano
04.122.0013.2016	Manutenção de Departamento de Controle Urbano
3390.30	Material de consumo

05	Secretaria Municipal de Saúde
002	Fundo Municipal de Saúde
10.304.0075.2023	Manut. e Enc. com a Vigilância Sanitária, Epidemiológica e Ambiental
3390.30	Material de consumo

05	Secretaria Municipal de Saúde
002	Fundo Municipal de Saúde
10.302.0075.2030	Manut. e Enc. com o Fundo Municipal de Saúde
3390.30	Material de consumo

05	Secretaria Municipal de Saúde
002	Fundo Municipal de Saúde
10.305.0075.2019	Manutenção e Enc. com Epidemiologia e Controle de Doenças
3390.30	Material de consumo

05	Secretaria Municipal de Saúde
002	Fundo Municipal de Saúde
10.302.0075.1069	Manut. do SAMU
3390.30	Material de consumo

06	Secretaria Municipal de Assistência Social
001	Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0081.2031	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
3390.30	Material de consumo

06	Secretaria Municipal de Assistência Social
001	Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0081.1083	Serviço Prot. e Atendim. Esp. Família e Indiv. - PAEFI
3390.30	Material de consumo

06	Secretaria Municipal de Assistência Social
002	Fundo Municipal dos Dir. Criança e Adolescente
08.243.0082.2033	Manutenção do Fundo Municipal dos Dir. da Criança e Adolescente
3390.30	Material de consumo

07	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
001	Departamento de Educação
12.361.0042.2039	Manutenção e Encargos com o Ensino Fundamental
3390.30	Material de consumo

07	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
004	FUNDEB
12.361.0043.2040	Manutenção do Transporte Escolar
3390.30	Material de Consumo

08	Secretaria Municipal de Agricultura, Mineração e Meio Ambiente.
001	Departamento de Agricultura
20.122.0018.2047	Manutenção e Encargos c/Depto. de Agricultura e Pecuária
3390.30	Material de consumo

09	Secretaria Municipal de Infra-Estrutura
002	Departamento de Estradas e Rodagens
26.122.0059.2051	Manutenção e Encargos com o Departamento de Estradas e Rodagens
3390.30	Material de consumo

11	Secretaria Municipal de Esporte , Lazer e Turismo
001	Departamento de Desporto
27.812.0046.2054	Manutenção Encargos Departamento de Desporto
3390.30	Material de consumo

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento ao FORNECEDOR será realizado mensalmente, de acordo com a entrega dos materiais solicitados, sempre entre dos dias 20 e 30 do mês subsequente à entrega do objeto e emissão de Nota Fiscal, através de depósito bancário ou transferência para a conta do Fornecedor.
10.2 No preço a ser pago deverão estar inclusas todas as despesas inerentes a: impostos, encargos sociais, tributários, trabalhistas e comerciais, fretes, enfim todas as despesas necessárias ao fornecimento dos produtos;
10.3 Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao Fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;
10.4 Para cada Ordem de Fornecimento (requisição) o Fornecedor deverá emitir **uma única nota fiscal/fatura;**
10.5 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento dos materiais;
10.6 A Prefeitura não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "*factoring*";
10.7 As despesas bancárias decorrentes de transferências de valores para outras praças serão de responsabilidade da adjudicatária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93, desde que devidamente comprovado;
11.2 Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;
11.3 Caso o preço registrado se tornar superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo, conforme art. 13 do Decreto Municipal n. 142/2010;
11.3.1 Havendo negociação para fins de revisão de preço, deverá aguardar o prazo mínimo de 90 (noventa) dias e o preço alterado somente estará em vigor após a publicação do ato, respeitando o tramite descrito no referido Decreto Municipal.
11.4 Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Juina-MT;
11.5 A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

12.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:
a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços;
b) quando o Fornecedor não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
d) em qualquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;
e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

12.2 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente ATA;
12.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação;
12.4 A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata;
12.5 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do produtos;
12.6 Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBSTITUIÇÃO DE ITEM
13.1 O Fornecedor poderá solicitar a substituição do bem registrado em Ata por outro de mesma espécie e gênero, porém, de outra marca, no caso de ocorrência de fato superveniente, devidamente comprovado, que independe de sua vontade, sem qualquer acréscimo no valor anteriormente registrado;
13.2 Caberá ao órgão gerenciador a análise técnica e jurídica quanto à possibilidade de atender a substituição do produto registrado;
13.3 Havendo a substituição do produto, conforme itens anteriores, o produto substituído somente estará em vigor após aditivo à Ata de Registro de Preço.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

14.1 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93, e na Lei n. 10.520/2002, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:
I) advertência, nas hipóteses de execução irregular do Registro de Preços, que não resulte prejuízo para o serviço desta administração;
II) multa de 10% do valor da Ata;
III) suspensão temporária para licitar e contratar com este Órgão, por período de até 02 (dois) anos, nas hipóteses e nos termos dos artigos 7º da Lei n. 10.520/2002;
IV) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicar a penalidade, nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei n. 8.666/93.
14.2 A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo à Prefeitura e à terceiros que necessitem do produto registrado na presente Ata, e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município;
14.3 O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de **1% (um por cento)** incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, por dia de atraso injustificado, limitado esta a **10 (dez)** dias, após o qual será considerado inexecução da Ata de Registro de Preços;

14.4 Caso o fornecedor não solucione quaisquer problemas advindos da aquisição dos materiais sofrerá multa, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei n**o** 8.666/93 e alterações posteriores, da seguinte forma:
a) atraso até 2 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);
b) a partir do 3o (terceiro) até o limite do 5o (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6o (sexto) dia de atraso.
14.5 A partir do 6º (sexto) dia de atraso, caracterizar-se-á a inexecução total da obrigação, e poderá a Prefeitura, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o Fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos;
14.6 A multa, eventualmente imposta ao Fornecedor, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a Fornecedor não tenha nenhum valor a receber desta Prefeitura, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa;
14.7 As multas previstas nesta seção não eximem o Fornecedor da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração;
14.8 Se o Fornecedor não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com esta Prefeitura, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pelo Município de Juína-MT;
14.9 A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com esta Prefeitura pelo prazo de até 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento total ou parcial da obrigação, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à Prefeitura ou terceiros;
14.10 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:
a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao Órgão/Entidade;
b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;
c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.
14.11 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a multa;
14.12 A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal;
14.13 A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá o FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços;
II - integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial nº 006/2013 e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

As partes contratantes elegem o foro de Juína/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando duas vias arquivadas na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Juina-MT, 01 de Abril de 2013.
Município de Juína-mt
Cnpj 15.359.201/0001-57

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Hanneliese Reiter Pattis Me,
Cnpj 10.638.136/0001-85,
JOSENILDO G. DE SOUZA
Cpf N.º 019.598.951-17
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

_____
NOME:
RG/CPF:

_____
NOME:
RG/CPF:

Publicado por:
Yoana Lays Beserra da Luz
Código Identificador:3D421986

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ATA DO REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2013

PREGÃO PRESENCIAL: N° 018/2013 - REGISTRO DE PREÇOS

O **MUNICÍPIO DE JUÍNA**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º **15.359.201/0001-57**, com sede administrativa na Travessa Emmanuel, nº.605, Centro, na cidade de Juína-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **HERMES LOURENÇO BERGAMIM**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade n.º **2003502-0-SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **340.434.891-53**, residente e domiciliado na Avenida 09 de Maio, n.º 451, Centro, na cidade de Juína-MT, RESOLVE registrar os preços da empresa Imporcate Comércio de Peças para Tratores Ltda, inscrita no CNPJ sob n° 00.885.566/0004-90, com sede a Rua Colonizador Enio Pipino n°.1254, Bairro Setor Industrial, em Sinop-MT, neste ato representada pelo seu Representante Legal, Sr Valdir Jair da Silva, portador do RG n.º 1.001.609 SSP/PR, CPF n.º 010.284.999-49, doravante denominada simplesmente **FORNECEDOR**, nos termos do **Pregão Presencial nº. 018/2013**, ao **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual aquisição de **materiais de desgaste para uso da Secretaria de Infra-Estrutura do Município de Juína, Estado de Mato Grosso,** atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Lei n. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preço para futura e eventual aquisição de **materiais de Desgaste para uso da Secretaria de Infra-Estrutura do Município de Juína, Estado de Mato Grosso,** atender esta Prefeitura, conforme especificações e condições constantes nesta Ata de Registro de Preço:

IMPORCATE COMERCIO DE PECAS PARA TRATORES LTDA -							
LOTE 01							
Seq.	Código	Decrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unit.R$	Total R$
1	90907	ARRUELA DE PRESSAO 10517471	INAP	UNIDADE	25	1,91	47,66
2	90900	BORDA	USETRACTOR	UNIDADE	4	122,45	489,80

		CORTANTE DA CONCHA 205-7074180					
3	90901	BORDA CORTANTE DA CONCHA 205-7074190	USETRACTOR	UNIDADE	4	122,45	489,80
4	90886	CANTO LAMINA 12745093	USETRACTOR	UNIDADE	4	79,43	317,71
5	90887	CANTO LAMINA 75241478	USETRACTOR	UNIDADE	12	125,76	1.509,12
6	90910	CANTO RETO LAMINA DIREITO 75254387D	USETRACTOR	UNIDADE	2	198,57	397,14
7	90909	CANTO RETO LAMINA ESQUERDO 75254388E	USETRACTOR	UNIDADE	2	198,56	397,12
8	90896	DENTE CENTRAL JCB 332/C4388	USETRACTOR	UNIDADE	16	38,39	614,24
9	85280	DENTE E157559	USETRACTOR	UNIDADE	320	72,81	23.298,63
10	97187	DENTE LATERAL DIREITO JCB 332/4390	USETRACTOR	UNIDADE	4	66,19	264,76
11	97188	DENTE LATERAL ESQUERDO JCB 332/4389	USETRACTOR	UNIDADE	4	66,19	264,76
12	97183	LAMINA 13 FUROS 5 J6970	USETRACTOR	UNIDADE	60	228,35	13.701,19
13	90885	LAMINA 15 FUROS 5J6973	USETRACTOR	UNIDADE	22	307,78	6.771,17
14	90906	LAMINA CENTRAL FD9 - 6 FUROS 8294271	USETRACTOR	UNIDADE	2	211,81	423,61
15	90905	LAMINA CENTRAL FD9-5 FUROS 76005429	USETRACTOR	UNIDADE	25	182,02	4.550,51
16	97181	PARAFUSO 1' - DENTE PA 812928	FEY	UNIDADE	100	8,60	860,46
17	90903	PARAFUSO BORDA CORTANTE 208-32-11231	FEY	UNIDADE	24	17,87	428,91
18	97184	PARAFUSO DA LAMINA 3F 5108	FEY	UNIDADE	640	1,32	847,22
19	90908	PARAFUSO DA LAMINA 8282270	FEY	UNIDADE	25	1,99	49,64
20	90891	PINO TRAVANTE DA UNHA 75257674	FORTRACTOR	UNIDADE	50	10,59	529,51
21	97189	PORCA BORDA CORTANTE 0183-02228 PC138/160	FORTRACTOR	UNIDADE	24	1,99	47,66
22	90911	PORCA DA LAMINA 12164321	FEY	UNIDADE	25	1,16	28,96
23	97182	PORCA DENTE PA 213507	FEY	UNIDADE	100	1,89	188,64
24	85946	PORCA LAMINA 4K0367/3	FEY	UNIDADE	640	0,66	423,61
25	90894	SUPORTE DO ESCARIFICADOR 70677256	FORTRACTOR	UNIDADE	15	76,12	1.141,77
26	90895	SUPORTE DO ESCARIFICADOR 9F5124	FORTRACTOR	UNIDADE	8	54,94	439,50
27	90902	TRAVA DA UNHA 09244-02496	USETRACTOR	UNIDADE	50	11,91	595,70
28	90899	UNHAS ESCARIFICADOR 20Y-70-K4030	USETRACTOR	UNIDADE	30	33,09	992,84
29	90892	UNHAS ESCARIFICADOR 70062160	USETRACTOR	UNIDADE	20	15,22	304,47
30	90890	UNHAS ESCARIFICADOR 75251673	USETRACTOR	UNIDADE	150	20,52	3.077,80
31	97186	UNHAS ESCARIFICADOR 8110	USETRACTOR	UNIDADE	8	89,36	714,84
32	97185	UNHAS ESCARIFICADOR 8111	USETRACTOR	UNIDADE	24	15,89	381,25
					TOTAL R$		**64.590,00**

1.2 Este instrumento não obriga o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 A presente Ata terá validade por 12 meses, contados a partir de sua assinatura, conforme Decreto Municipal n. 142/2010;

2.2 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem, conforme estipulado no Decreto Municipal n. 142/2010.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA FISCALIZAÇÃO.

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Juína-MT, por meio da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, devendo ser observado o aspecto operacional e jurídico, assim como o acompanhamento e a fiscalização da presente Ata de Registro de Preços que também será realizado pela Secretaria Municipal de Infra-Estrutura.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO

4.1 A entrega dos materiais e medicamentos deverá ser realizada em até 10 (dez) dias corridos, contados da data da emissão da ordem de fornecimento (requisição) nas quantidades nela especificadas, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo Fornecedor e acatado por esta Prefeitura, sem nenhum custo adicional;

4.2 O local para a entrega dos materiais será designado pela Secretaria Municipal de Infra-Estrutura de Juína-MT, nos dias úteis no horário das 07:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente;

5.2 As aquisições dos produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Juína, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega;

5.3 Os materiais licitados serão verificados em relação à conformidade, qualidade e quantidade de acordo com o Edital, após o recebimento dos mesmos e apresentação de nota fiscal;

5.4 Os materiais deverão ser entregues juntamente com sua Nota Fiscal, obedecendo rigorosamente o solicitado;

5.5 O recebimento não excluirá a Adjudicatária da responsabilidade civil, nem ético-profissional, pelo perfeito fornecimento do objeto, dentro dos limites estabelecidos pela Lei 8.666/93;

5.6 A Adjudicatária ficará obrigada a corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta Ata de Registro de Preços em que se verificar vícios ou incorreções resultantes dos materiais fornecidos;

5.7 A Secretaria Municipal de Infra-Estrutura rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento dos materiais em desacordo com a ordem de fornecimento e com as normas deste Edital;

5.8 Os materiais os devem ser transportados de maneira que cheguem à Secretaria em boas condições de conservação

5.9 O Fornecedor responsabilizar-se-á pelas despesas com impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fretes e demais despesas eventuais, que porventura sobrevier do presente objeto.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1 O Fornecedor deverá entregar os materiais registrados em Ata imediatamente após emissão da ordem de fornecimento nas quantidades nela especificadas, conforme estipulado nas cláusulas anteriores, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante/Fornecedor e acatado por esta Prefeitura, sem nenhum custo adicional;

6.2 A empresa se obrigará em um prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartadas o uso inadequado;

6.3 O Fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.4 São obrigações do FORNECEDOR, além das demais previstas nesta Ata e no Edital**:**

I - executar o fornecimento dos materiais dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata

de Registro de Preços, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
II - cumprir a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;
III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo **Órgão**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;
IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;
V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;
VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento dos materiais a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **Prefeitura**;
X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o Fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
XI – não transferir, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação;
XII - manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação;
XIII - indicar o preposto e seu substituto, que ficará responsável pelo controle das solicitações, bem como pelos esclarecimentos de dúvidas quando da execução contratual;
XIV - Ser responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscal, comercial, frete e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento dos produtos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.1 São responsabilidades do FORNECEDOR:
I - todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;
II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ATA, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao Fornecedor, o valor correspondente.
7.2 O fornecedor autoriza ao Órgão/Entidade, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO ORGÃO/ENTIDADE

8.1 A Prefeitura Municipal de Juina, obriga-se a:
I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos;
II - receber os produtos nos termos, prazos e condições estabelecidas no edital;
II - permitir ao pessoal do Fornecedor, acesso ao local da entrega dos materiais desde que observadas as normas de segurança;
III - notificar o Fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;
IV - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ATA;
V - fiscalizar a entrega do objeto licitado;
VI - notificar a licitante vencedora, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
VII - aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.
8.2 Caberá à Prefeitura promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
8.3 Caberá à Prefeitura receber o bem adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste edital;
8.4 O recebimento provisório dar-se-á pela Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, por meio de seu responsável, no ato da entrega do bem e da nota fiscal pela adjudicatária, sendo que este recebimento não implica a sua aceitação;
8.5 O recebimento definitivo dar-se-á após a verificação do cumprimento das especificações dos produtos, nos termos do presente edital;
8.6 O objeto adjudicado será recusado se não for condizente com o solicitado pela Secretaria Municipal de Infra-Estrutura;
8.7 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado;
8.8 Caso haja a intenção de adesão ao registro de preço por outro órgão não participante – "Caronas", estes deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecidos a ordem de classificação;
8.8.1 Caberá ao Órgão Gerenciador, Secretaria Municipal de Saúde, buscar oficialmente, junto ao fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços, sobre a aceitação ou não do fornecimento, condicionado ainda ao não prejuízo das obrigações anteriormente assumidas;
8.8.2 Em todos os casos as quantidades adicionais adquiridas/contratadas não poderão exceder a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, conforme estabelecido no § 1º art. 65 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

9.1 As despesas decorrentes do Registro de Preços, objeto desta Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias próprias e constantes no orçamento de **2013:**

09	Secretaria Municipal de Infra-Estrutura
002	DEPARTAMENTO DE Estradas e Rodagem
339030	Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento ao FORNECEDOR será realizado mensalmente, de acordo com a entrega dos materiais solicitados, sempre entre dos dias 20 e 30 do mês subseqüente à entrega do objeto e emissão de Nota Fiscal, através de depósito bancário ou transferência para a conta do Fornecedor.
10.2 No preço a ser pago deverão estar inclusas todas as despesas inerentes a: impostos, encargos sociais, tributários, trabalhistas e comerciais, fretes, enfim todas as despesas necessárias ao fornecimento dos produtos;
10.3 Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao Fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;
10.4 Para cada Nota de Empenho, o Fornecedor deverá emitir **uma única nota fiscal/fatura;**

10.5 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento dos materiais;
10.6 A Prefeitura não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "*factoring*";
10.7 As despesas bancárias decorrentes de transferências de valores para outras praças serão de responsabilidade da adjudicatária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
11.1 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93, desde que devidamente comprovado;
11.2 Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;
11.3 Caso o preço registrado se tornar superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo, conforme art. 13 do Decreto Municipal n. 142/2010;
11.3.1 Havendo negociação para fins de revisão de preço, deverá aguardar o prazo mínimo de 90 (noventa) dias e o preço alterado somente estará em vigor após a publicação do ato, respeitando o tramite descrito no referido Decreto Municipal.
11.4 Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Juina-MT;
11.5 A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
12.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:
a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços;
b) quando o Fornecedor não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
d) em qualquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;
e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

12.2 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente ATA;
12.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação;
12.4 A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata;
12.5 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do produtos;
12.6 Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBSTITUIÇÃO DE ITEM
13.1 O Fornecedor poderá solicitar a substituição do bem registrado em Ata por outro de mesma espécie e gênero, porém, de outra marca, no caso de ocorrência de fato superveniente, devidamente comprovado, que independe de sua vontade, sem qualquer acréscimo no valor anteriormente registrado;
13.2 Caberá ao órgão gerenciador a análise técnica e jurídica quanto à possibilidade de atender a substituição do produto registrado;
13.3 Havendo a substituição do produto, conforme itens anteriores, o produto substituído somente estará em vigor após aditivo à Ata de Registro de Preço.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES
14.1 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93, e na Lei n. 10.520/2002, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:
I) advertência, nas hipóteses de execução irregular do Registro de Preços, que não resulte prejuízo para o serviço desta administração;
II) multa de 10% do valor da Ata;
III) suspensão temporária para licitar e contratar com este Órgão, por período de até 02 (dois) anos, nas hipóteses e nos termos dos artigos 7º da Lei n. 10.520/2002;
IV) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicar a penalidade, nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei n. 8.666/93.
14.2 A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo à Prefeitura e à terceiros que necessitem do produto registrado na presente Ata, e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município;
14.3 O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de **1% (um por cento)** incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, por dia de atraso injustificado, limitado esta a **10 (dez)** dias, após o qual será considerado inexecução da Ata de Registro de Preços;
14.4 Caso o fornecedor não solucione quaisquer problemas advindos da aquisição dos medicamentos sofrerá multa, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei n**o** 8.666/93 e alterações posteriores, da seguinte forma:
a) atraso até 2 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);
b) a partir do 3o (terceiro) até o limite do 5o (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6o (sexto) dia de atraso.
14.5 A partir do 6º (sexto) dia de atraso, caracterizar-se-á a inexecução total da obrigação, e poderá a Prefeitura, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o Fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos;
14.6 A multa, eventualmente imposta ao Fornecedor, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a Fornecedor não tenha nenhum valor a receber desta Prefeitura, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa;
14.7 As multas previstas nesta seção não eximem o Fornecedor da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração;
14.8 Se o Fornecedor não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com esta Prefeitura, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pelo Município de Juína-MT;
14.9 A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com esta Prefeitura pelo prazo de até 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda

descumprimento total ou parcial da obrigação, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à Prefeitura ou terceiros;
14.10 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:
a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao Órgão/Entidade;
b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;
c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.
14.11 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a multa;
14.12 A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal;
14.13 A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá o FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
15.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços;
II - integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial nº 018/2013 e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO
As partes contratantes elegem o foro de Juína/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando duas vias arquivadas na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Juina-MT, 01 de abril de 2013.

Município de Juína-mt
Cnpj 15.359.201/0001-57

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Imporcate Comércio de Peças Para Tratores Ltda.
Cnpj 00.885.566/0004-90
VALDIR JAIR DA SILVA
010.284.999-49
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

_____
NOME:
RG/CPF:

_____
NOME:
RG/CPF:

Publicado por:
Yoana Lays Beserra da Luz
Código Identificador:029A01B4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ATA DO REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2013

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 006/2013

PREGÃO PRESENCIAL: N° 019/2013 - REGISTRO DE PREÇOS

O **MUNICÍPIO DE JUÍNA**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º **15.359.201/0001-57**, com sede administrativa na Travessa Emannuel, 605 - Centro, na cidade de Juína-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **HERMES LOURENÇO BERGAMIM**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade n.º **2003502-0-SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **340.434.891-53**, residente e domiciliado na Avenida 09 de Maio, n.º 451, Centro, no Município de Juína - MT, RESOLVE registrar os preços da empresa Maria Cristina Mattei EPP, inscrita no CNPJ sob n°. 03.727.710/0001-06, com sede a avenida Gabriel Muller n°331, Setor Exp. AR-01, em Juína – MT, neste ato representada pelo seu Representante Legal, Sr. Wanderlei Ferrari, portador do RG n.º 4.121.459-7 SSP/PR, CPF n.º 550.012.119-72, doravante denominada simplesmente **FORNECEDOR**, nos termos do **Pregão Presencial nº. 019/2013**, ao **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual aquisição de **relógio ponto biométrico com leitora biométrica - portaria 1510/MTE, Bobina térmica e Cartão, atendendo as necessidades de diversas secretarias no Município de Juína, Estado de Mato Grosso,** atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Lei n. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1 Registro de Preço para futura e eventual aquisição de relógio ponto biométrico com leitora biométrica -portaria 1510/MTE, Bobina térmica e Cartão, atendendo as necessidades de diversas secretarias no Município de Juína, Estado de Mato Grosso, conforme especificações e condições constantes nesta Ata de Registro de Preço:
1.2

MARIA CRISTINA MATTEI - EPP - CNPJ. 03.727.710/0001-06							
LOTE 01 - RELOGIO PONTO, BOBINA E CARTAO							
Seq.	Código	Decrição	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Total
1	97579	BOBINA TERMICA 300 MTS	UNIDADE		99	20,59	2.038,41
2	97578	CARTAO DE PROXIMIDADE PADRAO 125 KHZ	UNIDADE		113	2,5709	290,51
3	97577	RELOGIO PONTO BIOMETRICO COM LEITORA BIOMETRICA - PORTARIA 1510/MTE	UNIDADE		27	1.710,04	46.171,08
			TOTAL				**R$ 48.500,00**

O Relogio Ponto deverá atender as especificações a seguir:
- Relógio Ponto Eletrônico com leitora biométrica com capacidade mínima de armazenamento para 1.900 digitais e leitora de Cartão de Proximidade (RFID);
-Os equipamentos deverão atender a Portaria nº 1510/2009 do TEM;
-Utilizar sistema embarcado de gerenciamento, sem necessidade de instalação de software na máquina cliente, fornecer interface de controle através de navegador web;
-Possuir sistema de impressão com velocidade de 90 mm/s com corte parcial e total do papel, com troca rápida de bobina;
-A impressão deverá ter durabilidade mínima de 5 anos, respeitando os requisitos de conservação do fabricante do papel;
-Os dados devem ser gravados em memória não volátil tanto para a memória de trabalho (MT) como para a memória de registro permanente (MRP);
- Permitir o cadastro das informações do empregador, local de trabalho e funcionários;
-Armazenar na MRP todos os eventos: registro do empregador, marcação de ponto, alteração de data e hora e cadastro de funcionário;
-Capacidade de gerenciamento de até 15.000 colaboradores na memória de trabalho (MT);
-Capacidade para armazenamento de registros em memória (MRP): 8.000.000;

-Calendário perpétuo, com opção de ajuste da data e hora e configuração do horário de verão;
-Possuir botão para relação da emissão instantânea dos eventos de ponto realizados nas 24 horas precedentes;
-Para maior segurança das configurações do equipamento, deve utiliza uma senha, configurável, de segurança no menu;
-Capacidades de armazenamento de digitais: 1.900 digitais;
-Operar com Auto On (biometria com recurso de toque único), função que permite realizar a identificação da digital somente colocando o dedo no sensor, sem a necessidade de digitar a matricula, utilizar o crachá;
-Possuir porta fiscal USB para coleta do arquivo AFD para auditoria dos dados do equipamento;
-Sistema de importação e exportação de dados via segunda porta USB. Através desta porta podem ser realizadas as configuração do equipamento, do empregador, de colaboradores, de biometrias e coleta de eventos;
-Sistema de identificação de status e eventos no equipamento: pelo próprio equipamento, aplicativo embarcado ou software gerenciador;
-Possuir sistema de gerenciamento inteligente. Valida as informações recebidas e as salva se precisar, dessa forma otimiza a utilização da memória, não gravando eventos desnecessários;
-Possuir sensor de papel que indica através de mensagem no display, aviso sonoro e até mesmo no software gerenciador caso o papel esteja acabando;
-Possuir contador de tickets restantes (valor aproximado), de forma que o empregador saiba quantos tickets ainda podem ser impressos com determinada bobina de papel;
-Modo da verificação das digitais: 1:1 (reconhecimento feito com a prévia informação da matrícula e em seguida colocando o dedo no sensor biométrico) e 1:N (reconhecimento feito apenas colocando o dedo no sensor biométrico);
-Leitor de proximidade: lê no padrão 125 kHz Unique;
-Mecanismo impressor térmico com capacidade de impressão de 38 caracteres por linha;
-Possuir autonomia para mais de 8.500 bilhetes;
-Impressora de alta resolução com opção de corte parcial e total do papel via menu do relógio;
-Modos de comunicação: trabalhar somente em modo off-line, usando os dados contidos na MT para autenticação no equipamento;
-Tipos de comunicação: serial RS 232, TCP/IP 10/100 MBits e USB nativos;
-Velocidade de comunicação (Serial RS 232) : 9.600 bps ou 115.200 bps;
-Possuir segunda entrada USB, por onde é possível a coleta por filtros de registros, configurar o equipamento, cadastrar empregador, colaboradores e digitais;
-Teclado: 18 teclas sendo 10 em padrão telefônico e 8 teclas adicionais de função;
-Utiliza display de cristal líquido de 16 caracteres x 2 linhas com backlight (iluminação do display);
-Calendário perpétuo: gerencia a passagem da hora, minuto, segundo, dia, mês e ano. Possui uma bateria de lítio com capacidade de manter a data e hora correta por 1.440 horas, ou seja, 2 meses no caso de desligamento total do mesmo;
-Sistema de proteção contra violação: o equipamento é dotado de sensores que bloqueiam o equipamento em qualquer tentativa de violação do mesmo;
-O relógio licitado deverá possibilitar a integração com o sistema da Agili Softwares p/ Areas Publicas Ltda.

1.2 Este instrumento não obriga o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do objeto, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 A presente Ata terá validade por 12 meses, contados a partir de sua assinatura, conforme Decreto Municipal n. 142/2010;
2.2 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem, conforme estipulado no Decreto Municipal n. 142/2010.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA FISCALIZAÇÃO.

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Juína-MT, por meio do Departamento de Compras Municipal, devendo ser observado o aspecto operacional e jurídico, assim como o acompanhamento e a fiscalização da presente Ata de Registro de Preços que também será realizado pelo Departamento de Compras Municipal.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO

4.1 A entrega dos materiais deverá ser feita, em até 10 (dez) dias corridos, contados da data da emissão da Nota de Autorização de Despesas – NAD, nas quantidades nela especificadas, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo Fornecedor e acatado por esta Prefeitura, sem nenhum custo adicional;
4.2 A entrega dos materiais deverá ser feita nos locais e horários indicados pelo Departamento de Compras da Prefeitura deste Município, em dias úteis.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente;
5.2 As aquisições dos produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Juína, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega;
5.3 Os materiais licitados serão verificados em relação à conformidade, qualidade e quantidade de acordo com o Edital, após o recebimento dos mesmos e apresentação de nota fiscal;
5.4 Os materiais deverão ser entregues juntamente com sua Nota Fiscal, obedecendo rigorosamente o solicitado;
5.5 O recebimento não excluirá a Adjudicatária da responsabilidade civil, nem ético-profissional, pelo perfeito fornecimento do objeto, dentro dos limites estabelecidos pela Lei 8.666/93;
5.6 A Adjudicatária ficará obrigada a corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta Ata de Registro de Preços em que se verificar vícios ou incorreções resultantes dos materiais fornecidos;
5.7 A Prefeitura Municipal de Juína rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento dos materiais em desacordo com a Nota de Autorização de Despesas e com as normas deste Edital;
5.8 O Fornecedor responsabilizar-se-á pelas despesas com impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fretes e demais despesas eventuais, que porventura sobrevier do presente objeto.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1 O Fornecedor deverá entregar os itens registrados em Ata imediatamente após emissão da Nota de Autorização de Despesas, nas quantidades nela especificadas, conforme estipulado nas cláusulas anteriores, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante/Fornecedor e acatado por esta Prefeitura, sem nenhum custo adicional;
6.2 A empresa se obrigará em um prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartadas o uso inadequado;
6.3 O Fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;
6.4 São obrigações do FORNECEDOR, além das demais previstas nesta Ata e no Edital**:**
I - executar o fornecimento dos materiais dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata de Registro de Preços, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;
III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo **Órgão**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;
IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;
V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;
VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento dos materiais a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **Prefeitura**;
X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o Fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
XI – não transferir, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação;
XII - manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação;
XIII - indicar o preposto e seu substituto, que ficará responsável pelo controle das solicitações, bem como pelos esclarecimentos de dúvidas quando da execução contratual;
XIV - Ser responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscal, comercial e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento do produto.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.1 São responsabilidades do FORNECEDOR:
I - todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;
II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ATA, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao Fornecedor, o valor correspondente.
7.2 O fornecedor autoriza ao Órgão/Entidade, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO ORGÃO/ENTIDADE

8.1 A Prefeitura Municipal de Juina, obriga-se a:
I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos;
II - receber os produtos nos termos, prazos e condições estabelecidas no edital;
II - permitir ao pessoal do Fornecedor, acesso ao local da entrega dos materiais desde que observadas as normas de segurança;
III - notificar o Fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;
IV - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ATA;
V - fiscalizar a entrega do objeto licitado;
VI - notificar a licitante vencedora, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
VII - aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.
8.2 Caberá à Prefeitura promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
8.3 Caberá à Prefeitura receber o bem adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste edital;
8.4 O recebimento provisório dar-se-á pela Prefeitura Municipal de Juina, por meio de seu responsável, no ato da entrega do bem e da nota fiscal pela adjudicatária, sendo que este recebimento não implica a sua aceitação;
8.5 O recebimento definitivo dar-se-á após a verificação do cumprimento das especificações do bem, nos termos do presente edital, no prazo máximo de 90 (noventa) dias;
8.6 O objeto adjudicado será recusado se não for condizente com o solicitado pela Prefeitura Municipal de Juína;
8.7 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado;
8.8 Caso haja a intenção de adesão ao registro de preço por outro órgão não participante – "Caronas", estes deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecidos a ordem de classificação;
8.8.1 Caberá ao Órgão Gerenciador, Prefeitura Municipal de Juína, buscar oficialmente, junto ao fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços, sobre a aceitação ou não do fornecimento, condicionado ainda ao não prejuízo das obrigações anteriormente assumidas;
8.8.2 Em todos os casos as quantidades adicionais adquiridas não poderão exceder a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, conforme estabelecido no § 1º art. 65 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

9.1 As despesas decorrentes do Registro de Preços, objeto desta Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias próprias e constantes no orçamento de 2012:

03	Secretaria Municipal de Finanças e Administração
002	Departamento de Administração
412200031012	Aquisição de Material Permanente
449052	Equip e Material Permanente

03	Secretaria Municipal de Finanças e Administração
002	Departamento de Administração
412200032007	Manuten e encargos c/ Dep. Administração
339030	Material de Consumo

05	Secretaria Municipal de Saude
002	Fundo Mun de Saude
1030100752022	Manutenção e encargos com o CAPS
339030	Material de consumo

05	Secretaria Municipal de Saude
002	Fundo Mun de Saude
1030100752022	Manutenção e encargos com o CAPS
449052	Equip e Material Permanente

05	Secretaria Municipal de Saude
002	Fundo Mun de Saude
1030200751068	Manutenção UPAS
339030	Material de Consumo

05	Secretaria Municipal de Saude
002	Fundo Mun de Saude
1030200751068	Manutenção UPAS

449052	Equi e Material Permanente

05	Secretaria Municipal de Saude
002	Fundo Mun de Saude
1030200752026	Manutenção e encargos com o PSF
339030	Material de consumo

05	Secretaria Municipal de Saude
002	Fundo Mun de Saude
1030200752026	Manutenção e encargos com o PSF
449052	Material Permanente

05	Secretaria Municipal de Saude
002	Fundo Mun de Saude
1030200752030	Manutenção e encargos com o Fundo mun de Saude
339030	Material de Consumo

05	Secretaria Municipal de Saude
002	Fundo Mun de Saude
1030200752030	Manutenção e encargos com o Fundo mun de Saude
449052	Material Permanente

05	Secretaria Municipal de Saude
002	Fundo Mun de Saude
1030400752023	Manutenção e encargos com Vigilancia Sanit.Epid.Amb e de Saude
339030	Material de Consumo

05	Secretaria Municipal de Saude
002	Fundo Mun de Saude
1030400752023	Manutenção e encargos com Vigilancia Sanit.Epid.Amb e de Saude
449052	Material Permanente

05	Secretaria Municipal de Saude
002	Fundo Mun de Saude
1030400752023	Manutenção e encargos com DST/AIDS
339030	Material de Consumo

05	Secretaria Municipal de Saude
002	Fundo Mun de Saude
1030400752023	Manutenção e encargos com DST/AIDS
449052	Material Permanente

06	Secretaria Municipal de Assistencia Social
001	Fundo Mun de Assist. Social
08244008110854	Fundo Mun de Assistencia Social
449052	Material Permanente

06	Secretaria Municipal de Assistencia Social
001	Fundo Mun de Assist. Social
08244008110854	Manutenção do fundo Mun de Assistencia Social
339030	Material de Consumo

06	Secretaria Municipal de Assistencia Social
002	Fundo Mun de Dir criança e Adolescente
08243008211054	Aquisão de Mat Permanente
449052	Material Permanente

06	Secretaria Municipal de Assistencia Social
002	Fundo Mun de Dir criança e Adolescente
08243008203333	Manute fundo Mun de Criança e Adolecente
339030	Material de Consumo

08	Secretaria Municipal de Agricultura Pec e Meio Ambiente
001	Departamento de Agricultura
20122001811764	Equip e Material Permanente
449052	Material Permanente

08	Secretaria Municipal de Agricultura Pec e Meio Ambiente
001	Departamento de Agricultura
20122001811764	Manutenç e Enc C/Dep Agric. E Pecuária
339030	Material Consumo

09	Secretaria Municipal de Infra Estrutura
001	Departamento de Serviços urbanos
15451005820503	Manut. e Encargos Depart de Obras e serv urbanos
339030	Material de Consumo

11	Secretaria Municipal de Esport. Lazer e Turismo
001	Departamento de Desporto
27812004612524	Aquisição de Equip e Material Permanente
449052	Material Permanente

11	Secretaria Municipal de Esport. Lazer e Turismo
001	Departamento de Desporto
27812004612524	Manut. e Encargos com Depart de Desporto
339030	Material de Consumo

09	Secretaria Municipal de Infra Estrutura
001	Departamento de Serviços urbanos
15451005812214	Aquisição de equip e material permanente
449052	Material Permanente

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento ao FORNECEDOR será realizado entre os dias 20 e 30 de cada mês, conforme entrega dos produtos, sendo aproximadamente 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais e apresentação de Nota Fiscal, através de depósito bancário ou transferência para a conta do Fornecedor.

10.2 No preço a ser pago deverão estar inclusas todas as despesas inerentes a: impostos, encargos sociais, tributários, trabalhistas e comerciais, fretes, enfim todas as despesas necessárias ao fornecimento dos produtos;

10.3 Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao Fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

10.4 Para cada Nota de Autorização de Despesa, o Fornecedor deverá emitir **uma única nota fiscal/fatura;**

10.5 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento dos materiais;

10.6 A Prefeitura não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "*factoring*";

10.7 As despesas bancárias decorrentes de transferências de valores para outras praças serão de responsabilidade da adjudicatária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93, desde que devidamente comprovado;

11.2 Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

11.3 Caso o preço registrado se tornar superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo, conforme art. 13 do Decreto Municipal n. 142/2010;

11.3.1 Havendo negociação para fins de revisão de preço, deverá aguardar o prazo mínimo de 90 (noventa) dias e o preço alterado somente estará em vigor após a publicação do ato, respeitando o tramite descrito no referido Decreto Municipal.

11.4 Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Juina-MT;

11.5 A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

12.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em qualquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;
e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

12.2 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente ATA;
12.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação;
12.4 A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata;
12.5 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do produtos;
12.6 Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBSTITUIÇÃO DE ITEM
13.1 O Fornecedor poderá solicitar a substituição do bem registrado em Ata por outro de mesma espécie e gênero, porém, de outra marca, no caso de ocorrência de fato superveniente, devidamente comprovado, que independe de sua vontade, sem qualquer acréscimo no valor anteriormente registrado;
13.2 Caberá ao órgão gerenciador a análise técnica e jurídica quanto à possibilidade de atender a substituição do produto registrado;
13.3 Havendo a substituição do produto, conforme itens anteriores, o produto substituído somente estará em vigor após aditivo à Ata de Registro de Preço.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES
14.1 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93, e na Lei n. 10.520/2002, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:
I) advertência, nas hipóteses de execução irregular do Registro de Preços, que não resulte prejuízo para o serviço desta administração;
II) multa de 10% do valor da Ata;
III) suspensão temporária para licitar e contratar com este Órgão, por período de até 02 (dois) anos, nas hipóteses e nos termos dos artigos 7º da Lei n. 10.520/2002;
IV) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicar a penalidade, nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei n. 8.666/93.
14.2 A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo à Prefeitura e à terceiros que necessitem do produto registrado na presente Ata, e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município;
14.3 O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de **1% (um por cento)** incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, por dia de atraso injustificado, limitado esta a **10 (dez)** dias, após o qual será considerado inexecução da Ata de Registro de Preços;
14.4 Caso o fornecedor não solucione quaisquer problemas advindos da aquisição dos medicamentos sofrerá multa, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, da seguinte forma:
a) atraso até 2 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);
b) a partir do 3o (terceiro) até o limite do 5o (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6o (sexto) dia de atraso.
14.5 A partir do 6º (sexto) dia de atraso, caracterizar-se-á a inexecução total da obrigação, e poderá a Prefeitura, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o Fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos;
14.6 A multa, eventualmente imposta ao Fornecedor, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a Fornecedor não tenha nenhum valor a receber desta Prefeitura, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa;
14.7 As multas previstas nesta seção não eximem o Fornecedor da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração;
14.8 Se o Fornecedor não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com esta Prefeitura, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pelo Município de Juína-MT;
14.9 A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com esta Prefeitura pelo prazo de até 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento total ou parcial da obrigação, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à Prefeitura ou terceiros;
14.10 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:
a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao Órgão/Entidade;
b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;
c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.
14.11 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a multa;
14.12 A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal;
14.13 A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá o FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
15.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços;
II - integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial nº 019/2013 e seus anexos e as propostas da empresas classificadas..

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO
As partes contratantes elegem o foro de Juína/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E, por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando duas vias arquivadas na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Juina-MT, 03 de abril de 2013

Município de Juína-mt
Cnpj 15.359.201/0001-57

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Maria Cristina Mattei - Epp
Cnpj. 03.727.710/0001-06
WANDERLEI FERRARI
Cpf N.º 550.012.119-72
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

_____
NOME:
RG/CPF:

_____
NOME:
RG/CPF:

Publicado por:
Yoana Lays Beserra da Luz
Código Identificador:ABB248C4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ATA FO REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2013

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 007/2013
PREGÃO PRESENCIAL: N° 020/2013 - REGISTRO DE PREÇOS

O **MUNICÍPIO DE JUÍNA**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º **15.359.201/0001-57**, com sede administrativa na Travessa Emmanuel, nº.605, Centro, na cidade de Juína-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, , **HERMES LOURENÇO BERGAMIM**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade n.º **2003502-0-SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **340.434.891-53**, residente e domiciliado na Avenida 09 de Maio, n.º 451, Centro, na cidade de Juína-MT, RESOLVE registrar os preços da empresa **Univida Veículos Especiais Ltda**, inscrita no CNPJ sob n. 07.517.130/0001-45, com sede a Rua Cyrienne n°321, Bairro Vila Rui Barbosa, em Contagem-MG, neste ato representada pelo seu Representante Legal, Sr Alon Jones Teixeira Costa, portador do RG n.º 6.672.923 SSP/MG, CPF n.º 039.483.626-02, doravante denominada simplesmente **FORNECEDOR**, nos termos do **Pregão Presencial nº. 020/2013**, ao **REGISTRO DE PREÇOS,** para **futura e eventual aquisição de 02(dois) veículos transformados em AMBULÂNCIAS de atendimento pré-hospitalar e de transporte inter-hospitalar, para a Secretaria Municipal de Saúde,** atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Lei n. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preço para futura e eventual **aquisição de 02(dois) veículos transformados em AMBULÂNCIAS de atendimento pré-hospitalar e de transporte inter-hospitalar, para a Secretaria Municipal de Saúde,** atender esta Prefeitura, conforme especificações e condições constantes nesta Ata de Registro de Preço:

Univida Veículos Especiais Ltda
07.517.130/0001-45

Item	Especificação	MARCA	Unidade	Qtde	Valor Unitário R$	Valor Estimado R$
01		CITROEN	UN	02	135.000,00	270.000,00

ESPECIFICAÇÕES DO VEÍCULO
1.1 - Dimensões
ü Veículo: TIPO FURGÃO CITROEN JUMPER TETO ALTO 2.3 JTD - ZERO QUILOMETRO;
ü Marca: CITROEN;
ü Ano/modelo: 2012/2013;
ü Cor: Branco Banchisa original de fábrica;
ü Pintura: Sólida;
ü Posição do motor: Dianteiro Transversa 4 cilindros; turbo com intercooler ;
ü Motor: Diâmetro 2.8;
ü Reservatório de combustível: 80 (oitenta) litros;
ü Potência máxima (ABNT) / regime: 127,0 cv turbointercooler diesel;
ü Cilindradas: 2.287 cc;
ü Torque: 32,6 a 1.800 rpm
ü Número de cilindros: 04 em linha;
ü Nº de válvulas por cilindro: 02
ü Ignição: Tipo de ignição: Eletrônica
ü Combustível: Diesel
ü Injeção Eletrônica: Eletrônica – Bosch – Common Rail
ü Equipado com protetor de carter e câmbio
ü Freios com sistema ABS (sistema anti-bloqueio)
ü Suspensão dianteira independente, com barra estabilizadora.
ü Suspensão traseira: o veículo deverá estar equipado com conjuntos compatíveis de molas, barras de torção ou suspensão pneumática ou hidráulica. Os componentes deverão possuir um dimensionamento que exceda a carga imposta em cada membro. Para a melhor qualidade de dirigibilidade, as molas do veículo deverão ser as de menor deflexão. Somente serão permitidas correções aprovadas pelo fabricante de chassi, para compensar deflexões indevidas além das tolerâncias permitidas. Não serão permitidas correções devido ao desbalanceamento. O veículo deverá ser entregue balanceado. Suspensão pneumática no caso de veículo com chassi, para assegurar uma condução leve, altura constante do solo e visar a estabilidade no transporte do paciente.
ü Obs: O conjunto das suspensões dianteira e traseira deverá possuir eficácia/eficiência satisfatórias quanto à redução das vibrações/trepidações originadas da irregularidade da via de circulação e/ou carroceria, reduzindo adequadamente, as injúrias que por ventura viriam a acometer o paciente transportado;
ü Tração: Dianteira com juntas homocinéticas;
ü Direção hidráulica com pinhão e cremalheira;
ü Dimensões externas: Comprimento 5599,0 mm; largura 1.998 mm e altura 2.451 mm. Dimensões do compartimento de atendimento: Comprimento 3360 mm, largura1.1808 mm e altura 1.881 mm;
ü Capacidade mínima de carga = 1.540 kg
ü Distância entre-eixos: 3700,0 mm;
ü Cambio: mecânico de 05 (cinco) marchas sincronizadas a frente e 01 (uma) a ré;
ü Freios com sistema ABS (sistema anti-bloqueio)
ü Suspensão dianteira independente, com barra estabilizadora.
ü Tacômetro (conta-giros do motor)
ü Limpador de pára-brisa dianteiro com temporizador
ü Espelhos retrovisores esquerdo e direito externos
ü Indicador do nível de combustível
ü Marcador de temperatura de motor
ü Isolamento termo-acústico do compartimento do motor;
ü Cintos de segurança para todos os passageiros, considerando sua lotação completa, sendo todos de três pontos, conforme a normatização vigente;
ü Ventilador/desembaçador com ar quente;
ü Faróis de neblina originais ou homologados pela fábrica;
ü Acendedor de 12 V, no painel para recarga de bateria de celular ou outro equipamento compatível com a voltagem.
ü Garantia do veículo:12 meses livre de quilometragem conforme manual do fabricante em língua portuguesa obedecidas as revisões constantes no livrete de garantia a partir da emissão da Nota Fiscal;
ü Garantia dos componentes e acessórios fornecidos com a ambulância são de: 12 meses;
ü Assistência Técnica do veículo: Toda rede de concessionária citroen espalhada pelo território nacional conforme manual assistencial;
CABINE / CARROCERIA
A estrutura da cabine e da carroceria será original do veículo, construída em aço. Excepcionalmente, nos veículos com teto original com fibra ou resina, é indispensável um reforço estrutural adicional em aço para fins de aumentar a segurança do veículo.
Altura interna mínima de 1.800 mm no salão de atendimento (compartimento de carga), com capacidade volumétrica não inferior a 10 (dez) metros cúbicos no total, servido com duas portas traseiras com abertura horizontal mínima em duas posições (de 90 e 180 graus ou 90 e 270 graus), tendo como altura mínima 1.650 mm, com dispositivo automático para mantê-las abertas, impedindo seu fechamento espontâneo no caso do veículo estacionar em desnível.

Dotada de estribo sob as portas, para facilitar a entrada de passageiros, estribo este de dimensões compatíveis com o veículo de acordo com norma da ABNT. Portas em chapa, com revestimento interno em poliuretano, com fechos, tanto interno como externo, resistentes e de aberturas de fácil acionamento.
Essas portas deverão ter o reforço que garanta a qualidade sem que haja aumento de peso que comprometa as dobradiças, causando dificuldades no fechamento das portas com o uso.
O suporte de fixação para manter as portas traseiras abertas deverá ter um reforço para evitar que se risque a lataria do veículo com o uso.
Porta lateral de correr, com altura mínima de 1.320 mm, com um reforço adicional na porção onde está fixada a trava da porta, para evitar danos à lataria com o uso.
Na carroceria, o revestimento interno entre as chapas (metálica - externa e laminado - interna) será em poliuretano, com espessura mínima de 4 cm, com finalidade de isolamento termo-acústico, não devendo ser utilizado para este fim fibra de vidro ou isopor.
A intercomunicação entre a cabine e o salão de atendimento deverá se dar por meio de abertura que possibilite a passagem de uma pessoa, de forma confortável ergonomicamente, sendo a abertura com altura mínima de 1.400 mm, sem porta, com acabamento sem arestas ou pontos cortantes. Deverá ser dotada de degrau ou estribo para acesso ao salão de atendimento na porta traseira da ambulância com previsão para entrada da maca retrátil, sempre que a distância do solo ao piso do salão de atendimento for maior que 50 cm para entrada da maca; com dimensões compatíveis com o veículo de acordo
com as normas da ABNT.
OBS: A altura interna do veículo deverá ser original de fábrica, sem que seja alterada a parte construtiva da ambulância. O pneu estepe não deverá ser acondicionado no salão de atendimento.
1.9 - Sistema Elétrico Será o original do veículo, com montagem de bateria adicional.
A alimentação deverá ser feita por duas baterias, sendo a do chassi original do fabricante e uma outra, independente, para o compartimento de atendimento. Essa segunda bateria deverá ser do tipo ciclo profundo e ter no mínimo 115 A , do tipo sem manutenção, 12 volts, instalada em local de fácil acesso, devendo possuir uma proteção para evitar corrosão caso ocorra vazamento de solução da mesma.
O sistema elétrico deverá estar dimensionado para o emprego simultâneo de todos os itens especificados (do veículo e equipamentos), quer com a viatura em movimento quer estacionada, sem risco de sobrecarga no alternador, fiação ou disjuntores.
O veículo deverá ser fornecido com alternador, original de fábrica, com capacidade de carregar ambas as baterias a plena carga simultaneamente, para alimentar o sistema elétrico do conjunto.
Deverá haver um sistema que bloqueie automaticamente o uso da bateria do motor para alimentar o compartimento de atendimento e as luzes adicionais de emergência, quando o veículo estiver com o motor desligado.
O compartimento de atendimento e o equipamento elétrico secundário devem ser servidos por circuitos totalmente separados e distintos dos circuitos do chassi da viatura.
A fiação deve ter códigos permanentes de cores ou ter identificações com números/letras de fácil leitura, dispostas em chicotes ou sistemas semelhantes. Eles serão identificados por códigos nos terminais ou nos pontos de conexão. Todos os chicotes, armações e fiações devem ser fixados ao compartimento de atendimento ou armação por braçadeiras plásticas isoladas a fim de evitar ferrugem e movimentos que podem resultar em atritos, apertos, protuberâncias e danos.
Todas as aberturas na viatura devem ser adequadamente calafetadas para passar a fiação. Todos os itens usados para proteger ou segurar a fiação devem ser adequados para utilização e ser padrão automotivo, aéreo, marinho ou eletrônico. Todos componentes elétricos, terminais e pontos devem ter uma alça de fio que possibilitem pelo menos duas substituições dos terminais da fiação.
Todos os circuitos elétricos devem ser protegidos por disjuntores principais ou dispositivos eletrônicos de proteção à corrente (disjuntores automáticos ou manuais de rearmação), e devem ser de fácil remoção e acesso para inspeção e manutenção.
Os diagramas e esquemas de fiação em português, incluindo códigos e listas de peças padrão, deverão ser fornecidos em separado.
Todos os componentes elétricos e fiação devem ser facilmente acessíveis através de quadro de inspeção, pelo qual se possam realizar verificações e manutenção. As chaves, dispositivos indicadores e controles devem estar localizados e instalados de maneira a facilitar a remoção e manutenção. Os encaixes exteriores das lâmpadas, chaves, dispositivos eletrônicos e peças fixas, devem ser a prova de corrosão e de intempéries. O sistema elétrico deve incluir filtros, supressores ou protetores, a fim de evitar radiação eletromagnética e a consequente interferência em rádios e outros equipamentos eletrônicos. Central elétrica composta de disjuntor térmico e automático, reles, base de fusíveis e chave geral instalado na parte superior do armário. Inversor de corrente contínua (12V) para alternada (110/220V) com capacidade de 1.000W de potência. O painel elétrico interno, localizado na parede sobre a bancada próxima à cabeceira do paciente, deverá possuir uma régua integrada com no mínimo seis tomadas, sendo quatro tripolares 2P+T) de 110V(AC) e duas para 12V(DC), além de interruptores com teclas do tipo “iluminadas”.
As tomadas elétricas deverão manter uma distância mínima de 31 cm de qualquer tomada de Oxigênio.
Uma tomada tripolar (2P+T) de 110V(AC) montada na parede oposta, na altura da região torácica do paciente secundário assento da tripulação).
Tomada externa (tripolar) para captação de energia instalada na parte inferior do lado esquerdo do veículo. Deverá ser acompanhada por um fio de extensão de elevada resistência às intempéries e compatível com o sistema de plugues, tendo no mínimo 20 metros de comprimento. Essa tomada deverá estar protegida contra intempéries, estando em uso ou não.
Um transformador automático ligado à tomada de captação, que permita o carro ser ligado a uma rede elétrica tanto de 110 como de 220 VCA e que forneça sempre 110 VCA para as tomadas internas.
1.10 - Iluminação
A iluminação do compartimento de atendimento do veículo deve ser de dois tipos:
Natural - mediante iluminação fornecida pelas janelas do veículo (cabine e carroceria), com vidros jateados com três faixas transparentes no compartimento de atendimento.
Artificial - deverá ser feita por no mínimo seis luminárias, instaladas no teto, com diâmetro mínimo de 200 mm, em base estampada em alumino cor branca em modelo LED,possuir no mínimo 50 Leds de alta eficiência luminosa, tendo cada LED intensidade luminosa mínima de 7.000 mc e ângulo de abertura
70° (categoria alto brilho) com lente em policarbonato translúcido, com acabamento corrugado para difusão da luz, distribuídas de forma a iluminar todo o compartimento do paciente, segundo padrões mínimos estabelecidos pela ABNT. As mesmas deverão ser dimensionadas para duas intensidades,
sendo que para a primeira intensidade deverá ter 50% da intensidade total.
Deverá possuir, também, duas luminárias com foco dirigido sobre a maca, com lâmpadas em modelo LED, com no mínimo 12 LEDs de alta eficiência luminosa, tendo cada LED intensidade luminosa mínima de 7.000 mc e ângulo de abertura 120° (categoria alto brilho) com lente em policarbonato translúcido.
Os acionamentos devem estar dispostos no painel de comando, dentro do salão de atendimento, com interruptores de teclas com visor luminoso individual de acionamento. A iluminação externa deverá contar com holofotes na parte traseira e nas laterais da carroceria, com potência mínima de 50 Watts cada, com acionamento independente e foco direcional ajustável 180º na vertical.
1.11 - Sinalização Acústica e Luminosa de Emergência
Deverá possuir um sinalizador tipo barra em formato de arco ou similar, com módulo único e lente inteiriça, com comprimento mínimo de 1.000 mm e máximo de 1.300 mm, largura mínima de 250 mm e máxima de 500 mm e altura mínima de 70 mm e máxima de 110 mm, instalada no teto da cabine do veículo. Estrutura da barra em ABS reforçado com alumínio extrudado, ou alumínio extrudado na cor preta, cúpula injetada em policarbonato na cor vermelha, resistente a impactos e descoloração, com tratamento UV.
Conjunto luminoso composto por mínimo de 250 diodos emissores de luz (led) próprios para iluminação (categoria alto brilho) na cor vermelha, de alta freqüência (mínimo de 240 flashes por minuto) distribuídos eqüitativamente por toda a extensão da barra, sem pontos cegos de luminosidade, com consumo máximo de 6 A. Adicionalmente, deverá possuir luz de serviço lateral frontal (luz de beco). Este equipamento deverá possuir sistema de gerenciamento de

carga automático, gerenciando a carga da bateria quando o veículo não estiver ligado, desligando automaticamente o sinalizador se necessário, evitando assim a descarga total da bateria e possíveis falhas no acionamento do motor do veículo. Sinalizador acústico com amplificador de potência mínima de 100 W RMS @13,8 Vcc, mínimo de quatro tons distintos, sistema de megafone com ajuste de ganho e pressão sonora a 01 (um) metro de no mínimo 100 dB @13,8 Vcc; Estes equipamentos não poderão gerar ruídos eletromagnéticos ou qualquer outra forma de sinal que interfira na recepção de sinais de rádio ou telefonia móvel. Deverá ser fornecido laudo que comprove o atendimento à norma SAE J575, no que se refere aos ensaios contra vibração, umidade, poeira, corrosão e deformação. Três sinalizadores pulsantes intercalados, de cada lado da carroceria da ambulância, sendo dois vermelhos e um central na cor cristal, com freqüência mínima de 90 “flashes” por minuto. Dois sinalizadores na parte traseira da ambulância na cor vermelha, com freqüência mínima de 90 “flashes” por minuto, operando mesmo com as portas traseiras abertas e permitindo a visualização da sinalização de emergência no trânsito, quando acionado.

Deverá ter 02 sinalizadores estroboscópicos intercalados nos faróis dianteiros.

Deverá ter sinalizador acústico de ré.

Os comandos de toda a sinalização visual e acústica deverão estar localizados em painel único, na cabine do motorista, permitindo sua operação por ambos os ocupantes da cabine, e o funcionamento independente do sistema visual e acústico, e será dotado de:

- controle para quatro tipos de sinalização (para uso em não emergências; para uso em emergências; para uso em emergências durante o atendimento com o veículo parado; para uso em emergências durante o deslocamento);
- botão liga-desliga para a sirene;
- botão sem retenção para sirene, para “toque rápido”;
- botão para comutação entre os quatro tipos de toque de sirene;
- microfone para utilização da sirene como megafone;
- controle de volume do megafone.

1.12 - Sistema de Oxigênio

O veículo deverá possuir um sistema fixo de Oxigênio e ar comprimido, além de ser acompanhado por um sistema portátil de oxigenação.

Sistema fixo de Oxigênio e ar comprimido (redes integradas ao veículo): contendo dois cilindros de oxigênio e um cilindro de ar comprimido de no mínimo 16 litros cada, localizados na traseira da viatura, do lado esquerdo, entre o armário e a porta traseira, em suportes individuais para os cilindros, com cintas reguláveis e mecanismo confiável resistente a vibrações, trepidações e/ou capotamentos, possibilitando receber cilindros de capacidade diferentes, equipado com válvula pré-regulada para 3,5 a 4,0 kgf/cm2 e manômetro interligado; de maneira que se possa utilizar qualquer dos cilindros sem a necessidade de troca de mangueira ou válvula de um cilindro para o outro. Todos os componentes desse sistema deverão respeitar as normas de segurança (inclusive veicular) vigentes e aplicáveis.

Os suportes dos cilindros não poderão ser fixados por meio de rebites. Os parafusos fixadores deverão suportar impactos sem se soltar. As cintas de fixação dos torpedos deverão ter ajuste do tipo “catraca”. As cintas não poderão sofrer ações de alongamento, deformidade ou soltar-se com o uso, devendo suportar capacidade de tração de peso superior a dois mil kg.

As mangueiras deverão passar através de conduítes, embutidos na parede lateral do salão de atendimento, para evitar que sejam danificadas e para facilitar a substituição ou manutenção.

O compartimento de fixação dos cilindros, deverá ser revestido no piso e nas paredes por borracha ou outro material de características adequadas para proteção da pintura do cilindro e para se evitar a ocorrência de ranhuras e desgaste no piso.

Na região da bancada, ao lado da cabeceira do paciente deverá existir uma régua quádrupla com duas saídas de oxigênio e duas saídas de ar comprimido, oriundo dos cilindros fixos, composta por estrutura metálica resistente, com fechamento automático, roscas e padrões conforme ABNT. Tal régua

deverá ser afixada em painel removível para melhor acesso ao sistema de tubulação para manutenção. A régua quádrupla deverá possuir: fluxômetro, umidificador para O2 e aspirador tipo venturi para ar comprimido, com roscas padrão ABNT. O chicote deverá ser confeccionado em nylon verde, conforme

especificações da ABNT e, juntamente com a máscara de O2, em material atóxico.

O projeto do sistema fixo de Oxigênio deverá ter laudo de aprovação da empresa habilitada, distribuidora dos equipamentos.

Sistema portátil de Oxigênio completo: contendo cilindro de Oxigênio de alumínio de no mínimo 0,5 m3, válvula redutora com manômetro, fluxômetro, saída para aspiração com válvula reguladora e circuito do paciente (frasco, chicote, nebulizador e máscara). Este cilindro deve ser de alumínio, a fim de facilitar o transporte. Todo o sistema deverá ser integrado em um estojo ou estrutura de suporte, com alça para transporte, confeccionado em material resistente e lavável, e deverá possuir um dispositivo de fixação dentro da cabine do paciente, seguro e de fácil remoção quando seu uso for necessário.

Os sistemas fixo e portátil de Oxigênio deverão possuir componentes com as seguintes características:

• Válvula reguladora de pressão: corpo em latão cromado, válvula de alívio calibrada, manômetro aneróide de 0 a 300 kgf/cm², pressão de trabalho calibrada para aproximadamente 3,5 kgf/cm². Conexões de acordo com ABNT.

Umidificador de Oxigênio: somente para sistema fixo. Frasco em PVC atóxico ou similar, com capacidade de no mínimo 250 ml, graduado, de forma a permitir uma fácil visualização.

Tampa de rosca e orifício para saída do Oxigênio em plástico resistente ou material similar, de acordo com as normas da ABNT. Borboleta de conexão confeccionada externamente em plástico ou similar, e internamente em metal, que proporcione um perfeito encaixe, com sistema de selagem, para evitar vazamentos.

Sistema borbulhador (ou difusor) composto em metal na parte superior e tubo condutor de PVC atóxico ou similar.

Extremidade da saída do fluxo de oxigênio em PVC atóxico ou similar, com orifícios de tal maneira a permitir a umidificação homogênea do Oxigênio.

Fluxômetro para rede de Oxigênio e ar comprimido:

fluxômetro de 0-15 l/min, constituído de corpo em latão cromado, guarnição e tubo de medição em policarbonato cristal, esfera em aço inoxidável. Vazão máxima de 15 l/min a uma pressão de 3,5 kgf/cm². Sistema de regulagem de vazão por válvula de agulha. Porca de conexão de entrada, com abas para permitir montagem manual. Escala com duplo cônico. Conexões de entrada e saída normatizadas pela ABNT.

Fluxômetro para sistema portátil de oxigenoterapia: o fluxômetro do equipamento portátil não poderá ser do tipo que controla o fluxo pela esfera de aço, mas deverá ser do tipo que controla o fluxo por chave giratória, com furos précalibrados que determinam as variações no fluxo, de zero (fluxômetro totalmente fechado) até um máximo de 15 l/min, com leitura da graduação do fluxo feitas em duas pequenas aberturas (lateral e frontal) no corpo do fluxômetro, com números gravados na própria parte giratória, permitindo o uso do cilindro na posição deitada ou em pé, sem que a posição cause interferência na regulagem do fluxo. Deverá ser compatível com acessórios nacionais, conforme normas da ABNT. Aspirador tipo Venturi: para uso com ar comprimido, baseado no princípio venturi. Frasco transparente, com capacidade de 500 ml e tampa em corpo de nylon reforçado com fibra de vidro. Válvula de retenção desmontável com sistema de regulagem por agulha. Selagem do conjunto frasco-tampa com a utilização de um anel (o-ring) de borracha ou silicone. Conexões de entrada providas de abas para proporcionar um melhor aperto. Conexões de entrada e saída e bóia de segurança normatizadas pela ABNT, com alta capacidade de sucção.

• Mangueira para oxigênio e ar comprimido: com conexão fêmea para oxigênio, com 1,5 metros de comprimento, fabricada em 3 camadas com nylon trançado, PVC e polietileno. Conexões de entrada providas de abas de alta resistência e normatizadas pela ABNT. Com seção transversal projetada para permitir flexibilidade, vazão adequada e resistência ao estrangulamento acidental. Borboleta de conexão confeccionada externamente em plástico ou similar, e internamente em metal, de forma a proporcionar um perfeito encaixe, com sistema de selagem para evitar vazamentos.

• Máscara facial com bolsa reservatório: formato anatômico, com intermediário para conexão em PVC ou similar, atóxico, transparente, leve, flexível, provido de abertura para evitar a concentração de CO^2

em seu interior. Dotada de presilha elástica para fixação na parte posterior da cabeça do paciente.

1.13 - Ventilação

A adequada ventilação do veículo deverá ser proporcionada por janelas e ar condicionado.

A climatização do salão de atendimento deverá permitir o resfriamento e o aquecimento.

Todas as janelas do compartimento de atendimento deverão propiciar ventilação, dotadas de sistema de abertura e fechamento. O compartimento do motorista deverá ser fornecido com o sistema original do fabricante do chassi para ar condicionado, ventilação, aquecedor e desembaçador.

Para o compartimento do paciente, deverá ser fornecido um sistema de ar condicionado, aquecimento e ventilação nos termos do item 5.12 da NBR 14.561.

1.14 - Bancos

Todos os bancos, tanto da cabine quanto do salão de atendimento, devem ter projeto ergonômico, sendo dotados de encosto estofado, apoio de cabeça e cinto de segurança de três pontos;

No salão de atendimento, paralelamente à maca, um banco lateral escamoteável, tipo baú, revestido em curvim, de tamanho que permita o transporte de no mínimo de três pacientes assentados ou uma vítima imobilizada em prancha longa, dotado de três cintos de segurança e que possibilite a fixação da vítima na prancha longa ao banco. A prancha longa deve ser acondicionada com segurança sobre este banco com sistemas de fixação que impeçam sua movimentação. A fim de acomodar com segurança a segunda prancha longa, caso seja necessário o transporte simultâneo de 2 (dois) pacientes imobilizados, a distância mínima entre o batente da porta lateral e o batente da porta traseira da ambulância deve ser de 1800mm. O encosto do banco baú deverá ter no máximo 70 mm de espessura. Este banco tipo baú deve conter um orifício com tampa, na base inferior, que permita escoamento de água quando da lavagem de seu interior.

No interior deste banco baú deverá ter uma lixeira de fácil acesso para uso e remoção, para colocação de sacos de lixo de aproximadamente 5 litros. O acesso a lixeira deverá ser vertical e com tampa, de modo a reduzir a contaminação e facilitar o manuseio dos resíduos.

Na cabeceira da maca, localizado entre a cabine e a maca, ao longo do eixo desta, voltado para a traseira do veículo, deverá haver um banco, de projeto ergonômico, com sistema giratório de 360 graus e com travamento de pelo menos 6 posições eqüidistantes a fim de promover total segurança ao ocupante, em nível e distância adequado para permitir que um profissional de saúde ofereça cuidados à vítima incluindo acesso a vias aéreas.

1.15 - Maca

Maca retrátil, totalmente confeccionada em duralumínio; instalada longitudinalmente no salão de atendimento; com no mínimo 1.800 mm de comprimento e 550mm de largura, com a cabeceira voltada para frente do veículo; com pés dobráveis, sistema escamoteável; provida de rodízios confeccionados em materiais resistentes a oxidação, com pneus de borracha maciça e sistema de freios; com trava de segurança para evitar o fechamento involuntário das pernas da maca quando na posição estendida, projetada de forma a permitir a rápida retirada e inserção da vítima no compartimento da viatura, com a utilização de um sistema de retração dos pés acionado pelo próprio impulso da maca para dentro e para fora do compartimento, podendo ser manuseada por apenas uma pessoa. Esta maca deve dispor de três cintos de segurança fixos à mesma, equipados com travas rápidas, que permitam perfeita segurança e desengate rápido, sem riscos para a vítima. Deve ser provida de sistema de elevação do tronco do paciente em pelo menos 45 graus. Uma vez dentro do veículo, esta maca deve ficar adequadamente fixa à sua estrutura, impedindo sua movimentação lateral ou vertical quando do deslocamento do mesmo. Quando montada fora da ambulância deverá ter uma altura máxima de 1.100 mm.

Deverá ter um espaço de no mínimo 150 mm entre a maca e a porta traseira da ambulância.

O sistema que fixa a maca ao assoalho da ambulância deverá ser montado de maneira a permitir o escoamento de líquidos no assoalho abaixo da maca evitando-se o seu acúmulo. Acompanham: colchonete, confeccionado em espuma ou similar, revestido por material resistente e impermeável, sem costuras ou pontos que permitam entrada de fluidos ou secreções; demais componentes ou acessórios necessários a sua perfeita utilização.

1.16 – Cadeira de Rodas

Cadeira de rodas, dobrável; para pacientes adultos; estrutura confeccionada em alumínio; com estrutura reforçada; assento e encosto destacáveis para limpeza, confeccionados em material resistente e impermeável; rodas com pneus de borracha.

Deverá ser alojada no compartimento traseiro junto à divisória no lado esquerdo, em compartimento específico no armário, por um sistema de fixação seguro e que permita a fácil colocação e remoção.

Medidas aproximadas quando fechada: 105 x 45 x 15 cm. A posição da cadeira de rodas acima sugerida poderá ser modificada pelo fornecedor, desde que atenda os princípios de fácil acessibilidade, não interfira com a movimentação das pessoas dentro da ambulância, e não seja ponto de riscos para

acidentes.

2 - DESIGN INTERNO E EXTERNO

A distribuição dos móveis e equipamentos no salão de atendimento deverá considerar os seguintes aspectos:

2.1 - Design Interno

Deve dimensionar o espaço interno da ambulância, visando posicionar, de forma acessível e prática, a maca, bancos, equipamentos e aparelhos a serem utilizados no atendimento às vítimas. Os materiais fixados na carroceria da ambulância (armários, bancos, maca) deverão ter uma fixação reforçada de maneira que, em caso de acidentes, os mesmos não se soltem.

A instalação do rádio UHF ou VHF deverá incluir alto-falante (com controle de volume) e microfone instalados, tanto na cabina como no salão de atendimento.

• Paredes: As paredes internas deverão dispor de isolamento termo-acústico e deverão ser revestidas de material lavável e resistente aos processos de limpeza e desinfecção comuns às superfícies hospitalares.

As arestas, junções internas, pontos de oxigênio fixados na parede do interior do salão de atendimento deverão ter um sistema de proteção, evitando as formações pontiagudas, a fim de aumentar a segurança e favorecer a limpeza. Deverá ser evitado o uso de massa siliconizadas ou outras para os acabamentos internos.

• Balaústre: Deverá ter um pega-mão no teto do salão de atendimento. Posicionado sobre a borda lateral direita da maca, sentido traseira-frente do veículo. Confeccionado em alumínio de 1 polegada de diâmetro, com 3 pontos de fixação no teto, instalados sobre o eixo longitudinal do compartimento, através de parafusos e com dois sistemas de suporte de soro deslizável, devendo possuir dois ganchos cada para frascos de soro.

• Piso: Deverá ser resistente a tráfego pesado, revestido com material tipo vinil ou similar em cor clara, de alta resistência, lavável, impermeável, antiderrapante mesmo quando molhado. Sua colocação deverá ser feita nos cantos de armários, bancos, paredes e rodapés, de maneira continuada até 10 cm de altura destes para evitar frestas. Sem emendas ou com emendas fundidas com o próprio material, instalado sobre piso de madeira compensado naval, com aproximadamente 15 mm de

espessura, ou sobre material de mesma resistência e durabilidade ou superior que o compensado naval. Deverão ser fornecidas proteções em aço inoxidável nos locais de descanso das rodas da maca no piso e nos locais (pára-choque e soleira da porta traseira), onde os pés da maca raspem, para proteção de todos estes elementos.

•Janelas: Com vidros translúcidos, jateados e corrediços em todas as 3 portas de acesso ao compartimento traseiro, que permitam ventilação e que também possam ser fechadas por dentro, de maneira que não possam ser abertas pela parte externa.

• Armários: Conjunto de armários para a guarda de todo o material de emergência utilizado no veículo. Armários com prateleiras internas, laterais em toda sua extensão em um só lado da viatura (lado esquerdo). Deverá ser confeccionado em compensado naval revestido interna e externamente em material impermeável e lavável (fórmica ou similar). O projeto dos móveis deve contemplar o seu adequado posicionamento no veículo, visando o máximo aproveitamento de espaço, a fixação dos equipamentos e a assepsia do veículo.

As portas dos armários deverão ser corrediças em policarbonato, bipartidas. Todas as gavetas e portas devem ser dotadas de trinco para impedir a abertura espontânea das mesmas durante o deslocamento do veículo. Os trincos devem ser de fácil acionamento, possibilitando sua abertura com apenas uma leve pressão. As gavetas devem ter limitações de abertura, para impedir que sejam retiradas,

acidentalmente, durante sua utilização. Todas as prateleiras deverão ter batentes frontais, até mesmo nos armários com portas, a fim de dificultar que os materiais caiam quando o veículo estiver em movimento. O compartimento para guarda dos 2 cilindros de oxigênio e 1 cilindro de ar comprimido, instalados na parte traseira do compartimento do paciente, deverá ter uma porta com trava e um visor. Bancada para acomodação dos equipamentos, confeccionada em material antiderrapante, permitindo a fixação e o acondicionamento adequado dos equipamentos, com batente frontal e lateral de no mínimo 50 mm e borda arredondada. Os materiais auxiliares confeccionados em metal, tais como: pregos, dobradiças, parafusos e etc., deverão ser protegidos com material antiferrugem. Os puxadores terão que ser embutidos ou semi-embutidos.
O Anexo I mostra apenas uma orientação a respeito da distribuição interna dos armários, sendo que deverá prevalecer o descritivo deste edital:
- 01 armário para guarda de materiais com portas corrediças em policarbonato, bipartidas, com batente frontal de 50 mm , medindo 1,00 m de comprimento
por 0,40 m de profundidade, com uma altura de 0,375m;
- 01 armário para guarda de materiais com divisórias tipo prateleiras, com tirantes em nylon de retenção, para evitar que o material ali acomodado caia durante o deslocamento, com batente frontal de 50 mm. Medindo, cada prateleira, 1,00 m de comprimento por 0,40 m de profundidade, com uma altura de 0,375 m;
- 01 armário tipo bancada para acomodação de equipamentos com batente frontal de 50 mm, com duas gavetas, para apoio de equipamentos e medicamentos, com 1,60 m de comprimento por 0,40 m de profundidade, com uma altura de 0,75 m; 01 bagageiro superior para materiais leves, com no mínimo 1,50 m de comprimento, 0,40 m de largura.
02 Extintores de Pó ABC de 6 kg

TOTAL	**R$270.000,00**

1.2 Este instrumento não obriga o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 A presente Ata terá validade por 12 meses, contados a partir de sua assinatura, conforme Decreto Municipal n. 142/2010;
2.2 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem, conforme estipulado no Decreto Municipal n. 142/2010.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA FISCALIZAÇÃO.

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Juína-MT, por meio do Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Juína, devendo ser observado o aspecto operacional e jurídico, assim como o acompanhamento e a fiscalização da presente Ata de Registro de Preços que também será realizado pelo Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Juína-MT.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO

4.1. O prazo de início do fornecimento dos materiais será a partir da data de assinatura da Ata de Registro de Preços;

4.2. Prazo de entrega:

4.2.1. O prazo de entrega deverá ser conforme tabela abaixo, a partir da data da emissão da NAD (Nota de Autorização de Despesas). **LOTE 1**	**QUANTITATIVO DE AMBULÂNCIAS**
Em até 60 dias após a solicitação	02

4.2.2. A solicitação do pedido do item para entrega será de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde baseado na demanda do município.

4.2.3. O item licitado deverá estar à disposição da Prefeitura Municipal, no pátio da Secretaria de Infraestrutura da Prefeitura Municipal de Juina-MT.
4.3. A licitante vencedora ficará obrigada a trocar as suas expensas o material com fornecimento que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação**.**

4.4. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos materiais fornecidos**.**

4.5. A licitante vencedora fica obrigada a entregar produtos de boa qualidade

4.6. As Notas Fiscais e a entrega dos materiais deverão ser feitas separadamente de acordo com cada solicitação emitida. O não cumprimento desta solicitação implicara em devolução das Notas Fiscais, ou materiais, responsabilizando-se o emitente por impostos, fretes ou qualquer outra taxa, incidente sobre a irregularidade.

4.7. Os produtos deverão ser entregues no pátio da Secretaria Municipal de Infraestrutura do Município de Juina-MT.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente;
5.2 As aquisições dos produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através de Requisição (Ordem de Fornecimento), emitida pela Prefeitura Municipal de Juína, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega;
5.3 Os produtos deverão ser de primeira qualidade e com o período de validade de no mínimo 90 (noventa) dias para produtos não perecíveis. Os produtos perecíveis (hortifrutigranjeiros) deverão ser entregues semanalmente, frescos, saudáveis e de boa qualidade.
5.4 Os materiais licitados serão verificados em relação à conformidade, qualidade e quantidade de acordo com o Edital, após o recebimento dos mesmos e apresentação de nota fiscal;
5.5 Os materiais deverão ser entregues juntamente com sua Nota Fiscal, obedecendo rigorosamente o solicitado;
5.6 O recebimento não excluirá a Adjudicatária da responsabilidade civil, nem ético-profissional, pelo perfeito fornecimento do objeto, dentro dos limites estabelecidos pela Lei 8.666/93;
5.7 A Adjudicatária ficará obrigada a corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta Ata de Registro de Preços em que se verificar vícios ou incorreções resultantes dos materiais fornecidos;
5.8 A Prefeitura Municipal de Juína rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento dos materiais em desacordo com a ordem de fornecimento e com as normas deste Edital;
5.9 Os materiais devem ser transportados de maneira que cheguem às Secretarias em boas condições de conservação e limpos.
5.10 O Fornecedor responsabilizar-se-á pelas despesas com impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fretes e demais despesas eventuais, que porventura sobrevier do presente objeto.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1 O Fornecedor deverá entregar os materiais registrados em Ata imediatamente após emissão da ordem de fornecimento nas quantidades nela especificadas, conforme estipulado nas cláusulas anteriores, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante/Fornecedor e acatado por esta Prefeitura, sem nenhum custo adicional;
6.2 A empresa se obrigará em um prazo máximo de 03 (três) dias corridos, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja

devidamente documentada pela unidade e descartadas o uso inadequado;
6.3 O Fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;
6.4 São obrigações do FORNECEDOR, além das demais previstas nesta Ata e no Edital**:**
I - executar o fornecimento dos materiais dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata de Registro de Preços, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
II - cumprir a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;
III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo **Órgão**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;
IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;
V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;
VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento dos materiais a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **Prefeitura**;
X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o Fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
XI – não transferir, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação;
XII - manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação;
XIII - indicar o preposto e seu substituto, que ficará responsável pelo controle das solicitações, bem como pelos esclarecimentos de dúvidas quando da execução contratual;
XIV - Ser responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscal, comercial, frete e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento dos produtos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.1 São responsabilidades do FORNECEDOR:
I - todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;
II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ATA, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao Fornecedor, o valor correspondente.
7.2 O fornecedor autoriza ao Órgão/Entidade, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO ORGÃO/ENTIDADE

8.1 A Prefeitura Municipal de Juina, obriga-se a:
I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos;
II - receber os produtos nos termos, prazos e condições estabelecidas no edital;
II - permitir ao pessoal do Fornecedor, acesso ao local da entrega dos materiais desde que observadas as normas de segurança;
III - notificar o Fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;
IV - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ATA;
V - fiscalizar a entrega do objeto licitado;
VI - notificar a licitante vencedora, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
VII - aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.
8.2 Caberá à Prefeitura promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
8.3 Caberá à Prefeitura receber o bem adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste edital;
8.4 O recebimento provisório dar-se-á pela Prefeitura Municipal de Juína, por meio de seu responsável, no ato da entrega do bem e da nota fiscal pela adjudicatária, sendo que este recebimento não implica a sua aceitação;
8.5 O recebimento definitivo dar-se-á após a verificação do cumprimento das especificações dos produtos, nos termos do presente edital;
8.6 O objeto adjudicado será recusado se não for condizente com o solicitado pelo Departamento de Compras da Secretaria Municipal de Juína;
8.7 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado;
8.8 Caso haja a intenção de adesão ao registro de preço por outro órgão não participante – "Caronas", estes deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecidos a ordem de classificação;
8.8.1 Caberá ao Órgão Gerenciador, Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Juína, buscar oficialmente, junto ao fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços, sobre a aceitação ou não do fornecimento, condicionado ainda ao não prejuízo das obrigações anteriormente assumidas;
8.8.2 Em todos os casos as quantidades adicionais adquiridas/contratadas não poderão exceder a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, conforme estabelecido no § 1º art. 65 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

9.1 As despesas decorrentes do Registro de Preços, objeto desta Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias próprias e constantes no orçamento de **2013:**

Serão utilizadas as dotações do Orçamento Vigente no ano de 2013.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento ao FORNECEDOR será realizado mensalmente, de acordo com a entrega dos materiais solicitados, sempre entre dos dias 20 e 30 do mês subsequente à entrega do objeto e emissão de Nota

Fiscal, através de depósito bancário ou transferência para a conta do Fornecedor.
10.2 No preço a ser pago deverão estar inclusas todas as despesas inerentes a: impostos, encargos sociais, tributários, trabalhistas e comerciais, fretes, enfim todas as despesas necessárias ao fornecimento dos produtos;
10.3 Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao Fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;
10.4 Para cada Ordem de Fornecimento (requisição) o Fornecedor deverá emitir **uma única nota fiscal/fatura;**
10.5 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento dos materiais;
10.6 A Prefeitura não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "*factoring*";
10.7 As despesas bancárias decorrentes de transferências de valores para outras praças serão de responsabilidade da adjudicatária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93, desde que devidamente comprovado;
11.2 Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;
11.3 Caso o preço registrado se tornar superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo, conforme art. 13 do Decreto Municipal n. 142/2010;
11.3.1 Havendo negociação para fins de revisão de preço, deverá aguardar o prazo mínimo de 90 (noventa) dias e o preço alterado somente estará em vigor após a publicação do ato, respeitando o tramite descrito no referido Decreto Municipal.
11.4 Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Juina-MT;
11.5 A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

12.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:
a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços;
b) quando o Fornecedor não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
d) em qualquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;
e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

12.2 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente ATA;
12.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação;
12.4 A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata;
12.5 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do produtos;
12.6 Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBSTITUIÇÃO DE ITEM

13.1 O Fornecedor poderá solicitar a substituição do bem registrado em Ata por outro de mesma espécie e gênero, porém, de outra marca, no caso de ocorrência de fato superveniente, devidamente comprovado, que independe de sua vontade, sem qualquer acréscimo no valor anteriormente registrado;
13.2 Caberá ao órgão gerenciador a análise técnica e jurídica quanto à possibilidade de atender a substituição do produto registrado;
13.3 Havendo a substituição do produto, conforme itens anteriores, o produto substituído somente estará em vigor após aditivo à Ata de Registro de Preço.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

14.1 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93, e na Lei n. 10.520/2002, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:
I) advertência, nas hipóteses de execução irregular do Registro de Preços, que não resulte prejuízo para o serviço desta administração;
II) multa de 10% do valor da Ata;
III) suspensão temporária para licitar e contratar com este Órgão, por período de até 02 (dois) anos, nas hipóteses e nos termos dos artigos 7º da Lei n. 10.520/2002;
IV) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicar a penalidade, nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei n. 8.666/93.
14.2 A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo à Prefeitura e à terceiros que necessitem do produto registrado na presente Ata, e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município;
14.3 O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de **1% (um por cento)** incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, por dia de atraso injustificado, limitado esta a **10 (dez)** dias, após o qual será considerado inexecução da Ata de Registro de Preços;
14.4 Caso o fornecedor não solucione quaisquer problemas advindos da aquisição dos materiais sofrerá multa, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei n**o** 8.666/93 e alterações posteriores, da seguinte forma:
a) atraso até 2 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);
b) a partir do 3o (terceiro) até o limite do 5o (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6o (sexto) dia de atraso.
14.5 A partir do 6º (sexto) dia de atraso, caracterizar-se-á a inexecução total da obrigação, e poderá a Prefeitura, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o Fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos;
14.6 A multa, eventualmente imposta ao Fornecedor, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a Fornecedor não tenha nenhum valor a receber desta Prefeitura, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município,

podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa;
14.7 As multas previstas nesta seção não eximem o Fornecedor da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração;
14.8 Se o Fornecedor não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com esta Prefeitura, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pelo Município de Juína-MT;
14.9 A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com esta Prefeitura pelo prazo de até 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento total ou parcial da obrigação, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à Prefeitura ou terceiros;
14.10 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:
a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao Órgão/Entidade;
b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;
c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.
14.11 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a multa;
14.12 A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal;
14.13 A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá o FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços;
II - integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial nº 006/2013 e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

As partes contratantes elegem o foro de Juína/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando duas vias arquivadas na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Juina-MT, 18/04/2013

MUNICÍPIO DE JUÍNA-MT
CNPJ 15.359.201/0001-57

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

UNIVIDAS VEÍCULOS ESPECIAIS LTDA
07.517.130/0001-45

ALON JONES TEIXEIRA COSTA
CPF 039.483.626.02

TESTEMUNHAS:

ANTONIO DE OLIVEIRA
CPF:349.413.808-78

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
CPF:771.046.411.49

Publicado por:
Yoana Lays Beserra da Luz
Código Identificador:918BA9F0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 001/2013.

CONTRATADO (A): ANA CELIA GONCALVES PERPETUO FAULA
OBJETO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA EM SUBSTITUIÇÃO A MARIA APARECIDA DA SILVA FRANÇA – ATUANDO NA COORDENAÇÃO ESCOLAR DA C.E.I MENINO JESUS, NO CARGO PROFESSOR CLASSE B - 30 HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 05/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 2.210,47.

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:D3EC1362

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 002/2013.

CONTRATADO (A): APARECIDA FATIMA DE LIMA
OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO EM SUBSTITUICAO A MARIA APARECIDA DA SILVA FRANCA - ATUANDO NA COORDENACAO ESCOLAR DA C.E.I MENINO JESUS, NO CARGO DE PROFESSOR CLASSE B - 30 HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 05/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 2.210,47.

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:9273A688

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 003/2013.

CONTRATADO (A): ARMINDA MARIA DOS ANJOS
OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO EM SUBSTITUICAO A IZABEL DONATO ISIDORO - ATESTADO MEDICO, NO CARGO DE PROFESSOR CLASSE A - 30 HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 22/02/2013 **VIGÊNCIA:** 23/03/2013 **VALOR:** R$ 678,00.

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:4D0C8D3C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 004/2013.

CONTRATADO (A): CLEUSA SILVA VIEIRA
OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO - PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCACAO, NO CARGO DE REGENTE MÉDIO - 30 HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 05/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 3.868,34

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:62E4853F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 005/2013.

CONTRATADO (A): CRISLEI RODRIGUES MACHADO

OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO EM SUBSTITUICAO A LUCINEIA NOGUEIRA DA SILVA - LICENCA MATERNIDADE, NO CARGO DE REGENTE MÉDIO - 30 HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 25/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 791,00.

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:3EF01160

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 006/2013.

CONTRATADO (A): DAIANE CRISTINA NUNES DE SÁ
OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO - TURMA LIVRE, NO CARGO DE AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL SEM PROFISSIONALIZAÇÃO - 20 HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 18/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 949,20

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:66658CED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 007/2013.

CONTRATADO (A): DAYHANA DIAS SALES
OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO EM SUBTITUICAO A IRANILDO DE OLIVEIRA NERY - ATUANDO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, NO CARGO DE PROFESSOR CLASSE B - 30 HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 04/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 3.199,38.

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:91564794

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 008/2013.

CONTRATADO (A): DEUZENIR FAUSTINA LIMA MOREIRA DA CRUZ
OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO EM SUBTITUICAO A IRANILDO DE OLIVEIRA NERY - ATUANDO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, NO CARGO DE PROFESSOR CLASSE B - 30 HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 05/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 3.315,72.

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:879B471C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 009/2013.

CONTRATADO (A): DIONILIA FERNANDES VARGES SOARES
CONTRATADO (A): CONTRATO TEMPORARIO EM SUBSTITUICAO A ADEMIR MOREIRA DA SILVA - ATUANDO NA COORDENACAO PEDAGOGICA DO C.E.I INFANTIL ARCO IRIS, NO CARGO DE PROFESSOR CLASSE A - 30 HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 05/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 2.210,47.

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:DAC4DEAC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 010/2013.

CONTRATADO (A): DEUZENIR FAUSTINA LIMA MOREIRA DA CRUZ
OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO EM SUBTITUICAO A IRANILDO DE OLIVEIRA NERY - ATUANDO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, NO CARGO DE PROFESSOR CLASSE B - 30 HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 05/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 3.315,72

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:E2E676BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 011/2013.

CONTRATADO (A): EDINEI VICENTE DA COSTA
OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO EM SUBSTITUICAO A MARIA LUIZA DOMINGUES FERREIRA, NO CARGO DE PROFESSOR CLASSE B - 30 HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 04/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 3.315,72.

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:B950718A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 012/2013.

CONTRATADO (A): EDNA CORTEZ OLIVEIRA
OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO - TURMA LIVRE, NO CARGO DE AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - 20 HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 05/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 1.417,02.

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:A226665D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 013/2013.

CONTRATADO (A): ELFRIDA SCHIELKE
OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO EM SUBSTITUICAO A JOICE SCHIELKE LOFFI - LICENCA MATERNIDADE, NO CARGO DE PROFESSOR CLASSE B - 30 HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 04/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 3.315,72.

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:14BB4350

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 014/2013.

CONTRATADO (A): EURÍPEDES MATIAS DOS ANJOS BORGES
OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO EM SUBSTITUICAO A MARIA JOSE OLIVEIRA - ARTICULACAO PEDAGOGICA - ESCOLA PAULO FREIRE, NO CARGO DE REGENTE MÉDIO - 30 HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 04/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 1.911,87.

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:5DD0813F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 015/2013.

CONTRATADO (A): FERNANDA QUEIROZ DE SOUZA
OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO EM SUBTITUICAO A GENILDA GOMES DOS SANTOS MACHADO - COORDENACAO PEDAGOGICA C.E.I MENINO JESUS, NO CARGO DE PROFESSOR CLASSE B - 30 HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 05/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 3.315,73.

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:63DF5974

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 016/2013.

CONTRATADO (A): GENY HENRIQUE MARTINS RIBEIRO
OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO EM SUBTITUICAO A ANDREIA ASOIA BERTONCINI DE ALMEIDA, NO CARGO DE PROFESSOR CLASSE A - 30HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 05/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 2.210,48.

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:FB740FC7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 017/2013.

CONTRATADO (A): FERNANDA QUEIROZ DE SOUZA
OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO EM SUBSTITUICAO A MARIA SILVANI VIEIRA DE SANTANA, NO CARGO DE PROFESSOR CLASSE A - 30HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 04/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 2.249,26.

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:2AA5295A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 018/2013.

CONTRATADO (A): IVETE VALÉRIA BATTISTI PESCADOR
OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO EM SUBSTITUICAO A ALBA MARIA KOHLER - ATUANDO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA, NO CARGO DE PROFESSOR CLASSE C - 20HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 05/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 2.578,89.

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:DC15743D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 019/2013.

CONTRATADO (A): IVONE CONCHY
OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO EM SUBSTITUICAO A FERNANDA APARECIDA DA CRUS, NO CARGO DE AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - 20 HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 08/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 2.210,48.

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:DEA19452

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 020/2013.

CONTRATADO (A): JANDINEIA SANTOS
OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO EM SUBSTITUICAO A ANGELA BARBOSA DOS SANTOS RIGUI - DIRECAO ESCOLAR C.E.I NOSSO LAR, NO CARGO DE PROFESSOR CLASSE A - 30 HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 05/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 2.210,48.

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:E01D3629

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 021/2013.

CONTRATADO (A): JANDIRENE TEIXEIRA RIATO
OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO EM SUBSTITUICAO A ELIZEU MARTINS DE OLIVEIRA - COORDENACAO PEDAGOGICA DA ESCOLA PAULO FREIRE, NO CARGO DE PROFESSOR CLASSE A - 30 HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 05/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 2.171,70.

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:E38D6748

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 022/2013.

CONTRATADO (A): JESSYCA MAYARA DA ROSA
OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO EM SUBSTITUICAO A MERIAN APARECIDA DIVINO - ATESTADO EM ACOMPANHAMENTO DA MAE, NO CARGO DE AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL SEM PROFISSIONALIZAÇÃO - 20HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 05/02/2013 **VIGÊNCIA:** 28/02/2013 **VALOR:** R$ 519,80.

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:79F42F6E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 023/2013.

CONTRATADO (A): JANDIRENE TEIXEIRA RIATO
OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO EM SUBSTITUICAO A DARCY JOSE PAZZA - DIRECAO ESCOLAR PAULO FREIRE, NO CARGO DE PROFESSOR CLASSE A - 30HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 06/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 2.171,70.

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:BDDD4731

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 024/2013.

CONTRATADO (A): JOICE SIMONE KORALESKI
OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO - TURMA LIVRE, NO CARGO DE AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL SEM PROFISSIONALIZAÇÃO - 20HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 05/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 1.288,20.

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:71B7377D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 025/2013

CONTRATADO (A): JOICE SIMONE KORALESKI
OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO - CEDIDA PARA O CEFAPRO, NO CARGO DE PROFESSOR CLASSE B 20HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 18/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 1.706,32.

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:5ED0C564

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 026/2013.

CONTRATADO (A): LETYCIA FERNANDA BESPALHOK
OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO EM SUBSTITUICAO A POLLYANA DIAS SALES - ATUANDO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUC. E CULTURA, NO CARGO DE PROFESSOR CLASSE B 30HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA

MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 05/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 3.315,73.

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:78665965

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 027/2013

CONTRATADO (A): LUCINEIA APARECIDA SANCHES KSIOSEK
OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO EM SUBSTITUICAO A ALICE CORDEIRO DOS SANTOS - ATESTADO MEDICO DE ACOMPANHAMENTO, NO CARGO DE PROFESSOR CLASSE C 30HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 05/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 3.368.34

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:89F1494C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 028/2013.

CONTRATADO (A): LUCINEIA DIAS DE SOUZA CARVALHO
OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO TURMA LIVRE, NO CARGO DE PROFESSOR CLASSE B 30HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 05/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 3.315.73.

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:271BE532

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 029/2013.

CONTRATADO (A): MARCILENE SANTOS DA GRAÇA
OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO EM SUBTITUICAO A MARIA LUCIA DE OLIVEIRA TEODORO - DIRECAO ESCOLAR - C.E.I VASCO PAPA, NO CARGO DE PROFESSOR CLASSE A 30HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 05/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 2.210,48.

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:C1BA59B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 030/2013.

CONTRATADO (A): MARIA ALVES NOGUEIRA
OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO EM SUBSTITUICAO A ELENICE ROSA BRUGNERA - DIRECAO ESCOLAR C.E.I BRUNO LEONARDO DE CAMPOS, NO CARGO DE PROFESSOR CLASSE A 30HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 05/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 2.210,48.

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:4315CCA2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 031/2013.

CONTRATADO (A): MARIA APARECIDA DA SILVA RAMOS
OBJETO: CONTRATO CONTRATO TEMPORARIO EM SUBSTITUICAO A APARECIDA FERNANDES AGUIAR - LICENCA MATERNIDADE, NO CARGO DE PROFESSOR CLASSE A 30HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 25/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 2.210,48.

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:51123019

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 032/2013.

CONTRATADO (A): MARIA APARECIDA DIAS ROCHA
OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO EM SUBSTITUICAO A MARCIA APARECIDA BRAZ DE LIMA CAMPOS - DIRECAO ESCOLAR C.E.I ARCO IRIS, NO CARGO DE PROFESSOR CLASSE C 30HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 05/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 2.511,03.

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:513E4365

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 033/2013.

CONTRATADO (A): MARIA APARECIDA FERREIRA
OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO EM SUBSTITUICAO A MARICLENE BERTUCCI AZENHA HENEMAM - DIRECAO ESCOLAR C.E.I SAO CRISTOVAO, NO CARGO DE PROFESSOR CLASSE A 30HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 05/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 2.210,48.

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:11C5CD55

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 034/2013.

CONTRATADO (A): MARIA APARECIDA PEREIRA DA ROCHA
OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO EM SUBSTITUICAO A MARIA LOSANGELES ARAUJO SILVA - CEDIDA COOPERACAO TECNICA, NO CARGO DE PROFESSOR CLASSE C 20HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 05/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 2.578,89.

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:90A0A3A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 035/2013.

CONTRATADO (A): MARIA APARECIDA PEREIRA DA ROCHA
OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO EM SUBSTITUICAO A NAMIRTES SOARES TEIXEIRA - COORDENACAO C.E.I NOSSO LAR, NO CARGO DE PROFESSOR CLASSE A 30HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 05/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 2.210.48.

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:F4BEF10C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 036/2013.

CONTRATADO (A): MARISA APARECIDA DA SILVA
OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO EM SUBSTITUICAO A ELISANGELA FRIORE MARQUES - COORDENACAO PEDAGOGICA C.E.I CRIANCA FELIZ, NO CARGO DE PROFESSOR CLASSE A 30HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 05/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 3.315,73.

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:16114022

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 037/2013.

CONTRATADO (A): MARLEI VIEIRA
OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO TURMA LIVRE, NO CARGO DE PROFESSOR CLASSE C 30HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 05/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 3.868,34

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:CA94A0E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 038/2013.

CONTRATADO (A): MARLENE BALASSONI VOLPATO
OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO - CEDIDA CEFAPRO, NO CARGO DE PROFESSOR CLASSE C 20HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 04/02/2013 **VIGÊNCIA:** 15/02/2013 **VALOR:** R$ 497,68

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:2A65CCF5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 039/2013.

CONTRATADO (A): MARLI DE BORBA SILVA
OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO EM SUBSTITUICAO A SILMARA SALETE BOSCATO - COORDENACAO PEDAGOGICA - C.E.I LUIZ FELIPE, NO CARGO DE PROFESSOR CLASSE B 30HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 05/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 3.315,73

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:E44779E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 040/2013.

CONTRATADO (A): MARLI HELENA RIBEIRO
OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO EM SUBSTITUICAO A ANEILZA SANTOS DUARTE - COORDENACAO DO PROGRAMA MAIS EDUCACAO, NO CARGO DE PROFESSOR CLASSE B 30HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 04/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 3.373,90

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:DEB4C8F2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 041/2013.

CONTRATADO (A): MIGUELINA ALVES DE ABREU
OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO - ATÉ POSSE DE EFETIVO, NO CARGO DE AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL SEM PROFISSIONALIZAÇÃO 20HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 18/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 3.315,73

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:E8C2031A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 042/2013.

CONTRATADO (A): NILVA MARTINS RIBEIRO
OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO EM SUBSTITUICAO A ANDRELZA COSTA DE CARVALHO, NO CARGO AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL SEM PROFISSIONALIZAÇÃO 20HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 05/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 1.288,20

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:1DA58E91

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 043/2013.

CONTRATADO (A): ROSANE RITA DE MORAES
OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO EM SUBSTITUICAO A MARINES TEREZINHA DE SOUZA - COORDENACAO PEDAGOGICA - C.E.I VASCO PAPA, NO CARGO DE PROFESSOR CLASSE A 30HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 05/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 2.210,48

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:4E3E2748

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 044/2013.

CONTRATADO (A): ROSANGELA BERTALIA DE OLIVEIRA
OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO - TURMA LIVRE, NO CARGO DE AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL SEM PROFISSIONALIZAÇÃO 20HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 05/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 1.288,20

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:F0C5EB27

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 045/2013.

CONTRATADO (A): ROSINEIS ROCHA LOPES
OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO - TURMA LIVRE, NO CARGO DE REGENTE MÉDIO 30HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 18/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 1.450,39

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:42FF0A93

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 047/2013.

CONTRATADO (A): RUTHNEIA BRAGA DE OLIVEIRA
OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO EM SUBSTITUICAO A EDINEIA MARTINS BRUCH - CEDIDA CEFAPRO, NO CARGO DE PROFESSOR CLASSE C 30HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 05/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 2.171,68

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:592E3DBE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 048/2013.

CONTRATADO (A): RUTHNEIA BRAGA DE OLIVEIRA
OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO EM SUBSTITUICAO A ALESSANDRA DE SOUZA OLIVEIRA - LICENCA MATERNIDADE - PREVI JUINA, NO CARGO DE PROFESSOR CLASSE C 30HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 05/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 3.800,48

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:CB8D47DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 049/2013

CONTRATADO (A): SIDINEI VICENTE DA COSTA

OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO EM SUBSTITUICAO A ANA MARIA LUPIS GIROTTO - ATESTADO MEDICO - PREVI JUINA, NO CARGO DE PROFESSOR CLASSE C 30HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 05/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 3.868,34

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:0B07A2CB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 050/2013.

CONTRATADO (A): SIRLEIA RIBEIRO
OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO EM SUBSTITUICAO A ALESSANDRA DE SOUZA OLIVEIRA - LICENCA MATERNIDADE - PREVI JUINA, NO CARGO DE PROFESSOR CLASSE A 30HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 05/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 2.210,48

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:EBD33790

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 051/2013.

CONTRATADO (A): SOLANGE ANDRADE DOS SANTOS
OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO EM SUBSTUTUICAO A SILVANA ALVES DE ALMEIDA - DIRECAO ESCOLAR C.E.I CRIANCA FELIZ, NO CARGO DE PROFESSOR CLASSE B 30HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 05/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ .3.15,73

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:7858AF3E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 052/2013.

CONTRATADO (A): ZENITA PIRES FAGUNDES
OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO EM SUBSTITUICAO A MARIA APARECIDA CASARIM - COORDENACAO ESCOLAR - ESCOLA PAULO FREIRE, NO CARGO DE PROFESSOR CLASSE A 30HS, LOTADO (A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **DATA:** 05/02/2013 **VIGÊNCIA:** 01/04/2013 **VALOR:** R$ 2.249,26

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:6889EAE2

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2013

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2013

A Senhora **MARIA MANEA DA C**RUZ, Prefeita do Município de Lambari D'Oeste-MT, no uso das atribuições legais, e em atendimento aos Editais de Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2013 e 005/2013, bem como do Decreto nº 005/2013, resolve:

CONVOCAR

Os candidatos abaixo relacionados, aprovados e classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2013, homologado através do DECRETO Nº 005/2013 para, no período de **22 a 26 de ABRIL de 2013**, apresentarem os documentos, junto a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, nos termos do Edital nº 002/2013 e legislação municipal em vigor, conforme abaixo especificado:

 -ter nacionalidade brasileira ou no caso de nacionalidade estrangeira, estar regularmente habilitado para o exercício do cargo público;
 -estar quite com as obrigações eleitorais, para os candidatos de ambos os sexos;
 - estar quite com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
 - não estar incompatibilizado para a contratação no cargo;
- comprovar a escolaridade exigida para o exercício do cargo para o qual se inscreveu, conforme disposto em legislação própria;
-ter aptidão física e mental e não apresentar deficiência que o incapacite para o exercício das funções do cargo para o qual concorre;
- ter idade mínima 18 anos ou a idade mínima exigida para o cargo, conforme disposto em legislação própria;
-comprovação de sanidade física e mental para o perfeito exercício das funções inerentes ao cargo, emitida por médico através de atestado, considerando-se que a inaptidão para o exercício do cargo implica automática eliminação do(a) candidato(a) do Processo Seletivo;
 -comprovação de compatibilidade de horário, em caso de acumulação legal.
 - certidão Negativa de Distribuição de feitos Cíveis e Criminais dos últimos 05 (cinco) anos da Justiça (Estadual e Federal) da cidade e comarca de origem;

 -cópia da cédula de identidade;
-cópia do cadastro de pessoa física - CPF;
-cópia do título de eleitor e certidão de quitação eleitoral Comprovando a votação das três últimas eleições que antecedem a contratação;
-cópia do reservista ou documento equivalente (quando do sexo masculino);
 -cópia da certidão de casamento ou nascimento;
-cópia da certidão de nascimento dos filhos;
-cópia da carteira de vacinação dos filhos de 0 a 7 anos e declaração de frequência escolar dos filhos acima de 07 anos até 14 anos;
-cópia do certificado de escolaridade exigida pelo cargo;
-cópia da carteira profissional no caso de profissão regulamentada;
-cópia do comprovante de inscrição no PIS/PASEP, exceto se nunca fora inscrito;
-atestado médico admissional;
-cópia do comprovante de residência.
- não ter infringido as Leis que fundamentaram este Edital;
- declaração Negativa de Acúmulo de Cargos Públicos, ou quando for o caso de acumulação legal, documento a ser preenchido na Secretaria de Administração e Planejamento;
- 01 foto 3x4;
- declaração de bens e valores, documento a ser preenchido no ato da apresentação dos documentos, junto a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;
- apresentar outros documentos, caso seja exigido no ato da Contratação.

Clas.	Nome	Cargo
3º	CASSIANO DE SOUZA SOARES	Agente Administrativo
7º	MARIA APARECIDA NOVAES	Artífice em copa e cozinha

Gabinete da Prefeita, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos dezenove dias do mês de abril do ano de dois mil e treze.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

MARIA MANEA DA CRUZ
Prefeita Municipal

Publicado por:
Amós Medeiros dos Santos
Código Identificador:C580532D

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE LUCAS DO RIO VERDE
PORTARIA 092/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício SALÁRIO-MATERNIDADE à servidora Sra. GLICIA KNEIP DUQUE DALMASO."

A Sra. **ANDRESSA LUCIANA FRIZZO,DiretoraExecutiva do PREVILUCAS** - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de LUCAS DO RIO VERDE, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos Artigos 33 e 34, da Lei Municipal n.º 1.383/2007, de 28 de Março de 2007, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **SALÁRIO-MATERNIDADE**, à servidora Sra. **GLICIA KNEIP DUQUE DALMASO,** efetiva no cargo de **MEDICA DE PSF 40 HS**, lotada na **SECRETARIA MUN. DE SAÚDE**, com vencimentos integrais, a partir de **05 de ABRIL de 2013 e término em 02 de AGOSTO de 2013**, conforme processo administrativo do PREVILUCAS, n.º **2013.08.00060P .**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de **05/04/2013**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

LUCAS DO RIO VERDE - MT, 17/04/2013

ANDRESSA LUCIANA FRIZZO
Diretora Executiva do Previlucas

Publicado por:
Simone Ferreira Dias Garbossa
Código Identificador:5BE0C6E4

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE LUCAS DO RIO VERDE
PORTARIA 093/2013

PORTARIA N.º 093/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA da servidora ELISIANE SOLANGE MUHLBEIER.*"*

A Sra. **ANDRESSA LUCIANA FRIZZO Diretora Executiva do PREVILUCAS** - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de LUCAS DO RIO VERDE, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 32, da Lei Municipal nº. 1383/2007, de 28 de Março de 2007, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **AUXÍLIO-DOENÇA**, a servidora Sra. **ELISIANE SOLANGE MUHLBEIER**, efetiva no cargo de **MONITORA CRECHE**, lotada na **SECRETARIA MUN. DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO**, com vencimentos integrais, a partir de **16 de ABRIL de *2013* e término em 03 de JULHO de 2013**, conforme processo administrativo do **PREVILUCAS**, n.º **2013.05.00171R1**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de **16/04/2013**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

LUCAS DO RIO VERDE - MT, 18/04/2013.

ANDRESSA LUCIANA FRIZZO
Diretora Executiva do PREVILUCAS

Publicado por:
Simone Ferreira Dias Garbossa
Código Identificador:D4CDB8D8

PREFEITURA MUNICIPAL
CONCORRÊNCIA PÚBLICA – 02/2013 EXTRATO DE RESULTADO

O Município de Lucas do Rio Verde, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 24.772.246/0001-40 em cumprimento ao que determina o artigo 10 da Lei Federal N. 12.232/2010 informa o resultado do sorteio dos profissionais da Comissão Tecnica de Julgamento das Propostas do Edital de Concorrência Publica 02/2013, que trata da CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE o qual seja:
Profissionais da Comissão Tecnica de Julgamento das Propostas do Edital de Concorrência Publica 02/2013
Ley Magalhães
Carolina Beatriz Matter
Marcelo Alexandro de Lima Paulino

Publicado por:
Jéssica Regina Wohlemberg
Código Identificador:9C459631

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2013

Objeto do Pregão: Aquisição de material elétrico a ser utilizado na manutenção da iluminação das vias públicas do Município de Lucas do Rio Verde – MT.
Data:19/04/2013
Empresa Vencedora: Lote 0001 a empresa: PAULO SERGIO PICOLI ME, com o valor total de R$ 1.040,00 (um mil e quarenta reais); Lote 0002 a empresa: FORÇA SERVIÇOS ELETRICOS LTDA, com o valor total de R$ 1.275,00 (um mil e duzentos e setenta e cinco reais); Lote 0003 a empresa: COXIPO MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME, com o valor total de R$ 40.680,00 (quarenta mil e seiscentos e oitenta reais); Lote 0004 a empresa: ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME, com o valor total de R$ 37.700,00 (trinta e sete mil e setecentos reais); Lote 0005 a empresa: PAULO SERGIO PICOLI ME, com o valor total de R$ 2.050,00 (dois mil e cinquenta reais); Lote 0006 a empresa: PAULO SERGIO PICOLI ME, com o valor total de R$ 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais); Lote 0007 a empresa: 3M COM. MAT. ELETRICOS CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA ME, com o valor total de R$ 4.494,00 (quatro mil e quatrocentos e noventa e quatro reais); Lote 0008 a empresa: ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME, com o valor total de R$ 6.274,00 (seis mil e duzentos e setenta e quatro reais); Lote 0009 a empresa: ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME, com o valor total de R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais); Lote 0010 a empresa: PETEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA, com o valor total de R$ 15.700,00 (quinze mil e setecentos reais); Lote 0011 a empresa: ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME, com o valor total de R$ 22.900,00 (vinte e dois mil e novecentos reais); Lote 0012 a empresa: ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME, com o valor total de R$ 25.800,00 (vinte e cinco mil e oitocentos reais); Lote 0013 a empresa: PAULO SERGIO PICOLI ME, com o valor total de R$ 900,00 (novecentos reais); Lote 0014 a empresa: PETEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA, com o valor total de R$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais); Lote 0015 a empresa: PETEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA, com o valor total de R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais); Lote 0016 a empresa: PAULO SERGIO PICOLI ME, com o valor total de R$ 2.850,00 (dois mil e oitocentos e cinquenta reais); Lote 0017 a empresa: 3M COM. MAT. ELETRICOS CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA ME, com o valor total de R$ 7.462,00 (sete mil e quatrocentos e sessenta e dois reais); Lote 0018 a empresa: 3M COM. MAT. ELETRICOS CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA ME, com o valor total de R$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais); Lote 0019 a empresa: PETEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA, com o valor total de R$ 4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais); Lote 0020 a empresa: ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME, com o valor total de R$ 658,40 (seiscentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos); Lote 0021 a empresa: ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME, com o valor total de R$ 253,25 (duzentos e cinquenta e três reais e vinte e cinco centavos); Lote 0022 a empresa: FORÇA SERVIÇOS ELETRICOS LTDA, com o valor total de R$

1.452,00 (um mil e quatrocentos e cinquenta e dois reais); Lote 0023 a empresa: FORÇA SERVIÇOS ELETRICOS LTDA, com o valor total de R$ 3.024,00 (três mil e vinte e quatro reais); Lote 0024 a empresa: PAULO SERGIO PICOLI ME, com o valor total de R$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais); Lote 0025 a empresa: FORÇA SERVIÇOS ELETRICOS LTDA, com o valor total de R$ 3.885,00 (três mil e oitocentos e oitenta e cinco reais); Lote 0026 a empresa: PETEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA, com o valor total de R$ 1.644,00 (um mil e seiscentos e quarenta e quatro reais); Lote 0027 a empresa: PETEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA, com o valor total de R$ 261,00 (duzentos e sessenta e um reais); Lote 0028 a empresa: PAULO SERGIO PICOLI ME, com o valor total de R$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais); Lote 0029 a empresa: COXIPO MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME, com o valor total de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais); Lote 0030 a empresa: ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME, com o valor total de R$ 710,00 (setecentos e dez reais); Lote 0031 a empresa: COXIPO MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME, com o valor total de R$ 2.160,00 (dois mil e cento e sessenta reais); Lote 0032 a empresa: PAULO SERGIO PICOLI ME, com o valor total de R$ 1.520,00 (um mil e quinhentos e vinte reais).
Lucas do Rio Verde MT, 19 de Abril de 2013.

JÉSSICA REGINA WOHLEMBERG
Pregoeira

Publicado por:
Jéssica Regina Wohlemberg
Código Identificador:06EDD507

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2013

Objeto do Pregão: Aquisição de materiais para construção da ampliação da Vara do Trabalho- TRT de Lucas do Rio Verde.
Data:18/04/2013
Empresas Vencedoras: Lote 0001 a empresa: MARISA CLAUDIA JACOMETO DURANTE EPP, com o valor total de R$ 7.897,50 (sete mil, oitocentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos);
Lote 0002 a empresa: MARISA CLAUDIA JACOMETO DURANTE EPP, com o valor total de R$ 800,00 (oitocentos reais); Lote 0003 a empresa: MARISA CLAUDIA JACOMETO DURANTE EPP, com o valor total de R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais); Lote 0004 a empresa: GELLER & GELLER LTDA, com o valor total de R$ 5.286,50 (cinco mil, duzentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos); Lote 0005 a empresa: MARISA CLAUDIA JACOMETO DURANTE EPP, com o valor total de R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais); Lote 0006 a empresa: MARISA CLAUDIA JACOMETO DURANTE EPP, com o valor total de R$ 2.350,00 (dois mil e trezentos e cinquenta reais); Lote 0007 a empresa: CONCRELUCAS CONCRETOS USINADOS LTDA, com o valor total de R$ 13.616,00 (treze mil e seiscentos e dezesseis reais); Lote 0008 a empresa: MARISA CLAUDIA JACOMETO DURANTE EPP, com o valor total de R$ 2.100,00 (dois mil e cem reais); Lote 0009 a empresa: GABIATTI E GABIATTI LTDA, com o valor total de R$ 19.000,00 (dezenove mil reais); Lote 0010 a empresa: MARISA CLAUDIA JACOMETO DURANTE EPP, com o valor total de R$ 3.000,00 (três mil reais); Lote 0011 a empresa: MARISA CLAUDIA JACOMETO DURANTE EPP, com o valor total de R$ 16.800,00 (dezesseis mil e oitocentos reais); Lote 0014 a empresa: MARISA CLAUDIA JACOMETO DURANTE EPP, com o valor total de R$ 720,00 (setecentos e vinte reais); Lote 0016 a empresa: MARISA CLAUDIA JACOMETO DURANTE EPP, com o valor total de R$ 1.330,00 (um mil e trezentos e trinta reais); Lote 0017 a empresa: MARISA CLAUDIA JACOMETO DURANTE EPP, com o valor total de R$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais); Lote 0018 a empresa: MARISA CLAUDIA JACOMETO DURANTE EPP, com o valor total de R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais); Lote 0019 a empresa: MARISA CLAUDIA JACOMETO DURANTE EPP, com o valor total de R$ 79,00 (setenta e nove reais); Lote 0022 a empresa: MARISA CLAUDIA JACOMETO DURANTE EPP, com o valor total de R$ 6.591,00 (seis mil e quinhentos e noventa e um reais); Lote 0024 a empresa: MARISA CLAUDIA JACOMETO DURANTE EPP, com o valor total de R$ 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais); Lote 0025 a empresa: MARISA CLAUDIA JACOMETO DURANTE EPP, com o valor total de R$ 1.030,00 (um mil e trinta reais);Lote 0026 a empresa: MARISA CLAUDIA JACOMETO DURANTE EPP, com o valor total de R$ 170,00 (cento e setenta reais); Lote 0027 a empresa: PAULO SERGIO PICOLI ME, com o valor total de R$ 1.650,00 (um mil e seiscentos e cinquenta reais); Lote 0028 a empresa: PAULO SERGIO PICOLI ME, com o valor total de R$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais); Lote 0029 a empresa: COXIPO MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME, com o valor total de R$ 3.450,00 (três mil e quatrocentos e cinquenta reais); Lote 0030 a empresa: PAULO SERGIO PICOLI ME, com o valor total de R$ 1.280,00 (um mil e duzentos e oitenta reais); Lote 0031 a empresa: PAULO SERGIO PICOLI ME, com o valor total de R$ 1.170,00 (um mil e cento e setenta reais); Lote 0032 a empresa: VOLMIR GOBBI & GOBBI LTDA ME, com o valor total de R$ 3.380,00 (três mil e trezentos e oitenta reais).
Lucas do Rio Verde MT, 19 de Abril de 2013

JÉSSICA REGINA WOHLEMBERG
Pregoeira

Publicado por:
Jéssica Regina Wohlemberg
Código Identificador:65A8F5B6

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2013

OBJETO DO PREGÃO: Aquisição de 1.000 toneladas de Pedra brita Nº01 – Preta Calcítica e 1.000 toneladas de Pedra brita nº00 (pedrisco) – Preta Calcítica, para serem utilizados em serviços de tapa buraco das ruas e avenidas pavimentadas do Município de Lucas do Rio Verde - MT.
DATA DA REALIZAÇÃO:19/03/2013.
EMPRESAS VENCEDORAS: Lote 0001 a empresa: COPACEL IND.COM.DE CALC. E CER.LTDA, com o valor total de R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais); Lote 0002 a empresa: COPACEL IND.COM.DE CALC. E CER.LTDA, com o valor total de R$ 23.000,00 (vinte e três mil reais).
Lucas do Rio Verde MT, 19 de Abril de 2013

JÉSSICA REGINA WOHLEMBERG
Pregoeira

Publicado por:
Jéssica Regina Wohlemberg
Código Identificador:726898BE

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº07 /2013 - CREDENCIAMENTO 02/2013

O Prefeito Municipal de Lucas do Rio Verde, Sr. Otaviano Olavo Pivetta, torna público, que tendo concordado com a justificativa apresentada pela Assessoria Jurídica, no processo de Inexigibilidade de Licitação Nº 07/2013/Credenciamento Nº 02/2013, para contratar prestação de serviços para realização de consultas de ortopedia e procedimentos ortopédicos de forma complementar a assistência dos serviços prestados pela rede Municipal de Saúde/Sistema Único de Saúde, com as Empresas: Schweidson & Tomasi Ltda ME inscrita no CNPJ sob nº 10.767.592/0001-25, Luiz Antonio Zanotelli Zanella inscrito no CNPJ sob nº 15.506.259/0001-86 , Clinica Santa Monica Sociedade Simples Ltda, inscrita no CNPJ sob nº17.411.639/0001-62, pelo prazo de 12(doze) meses, em conformidade com as disposições contratuais, onde formulou-se expediente de Inexigibilidade de Licitação com fulcro nas disposições do art. 25 da Lei 8.666/93, **RATIFICA** a justificativa apresentada e autoriza a contratação referida.

Lucas do Rio Verde MT, 19 de Abril de 2013

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jéssica Regina Wohlemberg
Código Identificador:7FC497A1

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
EDITAL DE PREGÃO Nº 058/2013

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de coleta de residuos domésticos (lixo) no Município de Lucas do Rio Verde-MT.
Dia: 06 de maio de 2013.
Entrega dos Envelopes: Das 15:00 às 15:30 horas, do dia 06 de maio de 2013.
Edital Completo: Afixado no endereço Av. América do Sul, Nº 2500, Bairro Loteamento Parque dos Buritis, Lucas do Rio Verde MT.CEP: 78455-000 – Fone: 65 3549 8300 e na Internet, site www.lucasdorioverde.mt.
Da abertura dos Envelopes: As 15:30 horas do dia 06 de maio de 2013.
Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).
Lucas do Rio Verde MT, 19 de abril de 2013.

JÉSSICA REGINA WOHLEMBERG
Pregoeira

Publicado por:
Jéssica Regina Wohlemberg
Código Identificador:C0D28C86

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
RETIFICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2013 – REGISTRO DE PREÇO 011/2013

O SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE LUCAS DO RIO VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO, C.N.P.J. nº 01.377.043/0001-53, localizada na Av. Mato Grosso, nº 547-E – Centro, por meio de sua comissão de Pregão, designada pela Portaria nº 001/2013, torna público para conhecimento de quem possa interessar a retificação ao edital do Pregão 019 – Registro de Preço 011/2013 cujo objeto é a Futura e eventual contratação de pessoa jurídica para fornecimento de pneus, lubrificantes, câmara de ar, protetores e produtos de limpeza para manutenção da frota de veículos e máquinas do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Lucas do Rio Verde – MT, sofreu alterações nas especificações dos seguintes termos
DA RETIFICAÇÃO
Onde se lê:

34	**OLEO LUBRIFICANTE 15W40 CI 4**	**UN**	**40**

Leia-se:

34	**OLEO LUBRIFICANTE 15W40 CI 4, Balde de 20 lts**	**UN**	**40**

Onde se lê:

35	**GRAXA CHAZE LAGM BALDE 20 KG**	**UN**	**05**

Leia-se:

35	**GRAXA COMUM MP2 , para múltiplas aplicações, BALDE 20 KG**	**UN**	**05**

Permanecem inalteradas todas as demais condições do edital original.
Lucas do Rio Verde - MT, 19 de abril de 2013

SÔNIA ALVES DUARTE BUENO
Pregoeira.

Publicado por:
Sonia Alves Duarte Bueno
Código Identificador:A8481426

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 257/2013

Dispõe sobre a nomeação de candidata aprovada em Concurso Público, para a admissão no serviço Público Municipal.

O Sr. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei, e, considerando o resultado final do Concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital de Concurso nº 001/2011 realizado em 27 de fevereiro de 2011 e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal e,

Considerando a realização do Concurso Público em 27 de fevereiro de 2011, para preenchimento dos cargos e provimento efetivo desta Prefeitura estabelecido no Edital nº 001/2011;
Considerando a Homologação do mencionado Concurso, através do Decreto de nº 23/2011de 21 de março de 2011, do Prefeito Municipal.
Considerando o termo aditivo de n° 001/2013 de 21 de janeiro de 2013, tem por objeto a prorrogação da vigência do Concurso Publico 001/2011, por um período de mais 02 anos (igual período), iniciando-se em 21 de março de 2013 e findando-se em 21 de março de 2015.
Considerando a existência de vagas no órgão da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;
Considerando o Edital de Convocação de Candidatos nº 005/2013, de 15 de março de 2013.
Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho;
R E S O L V E:

Artigo 1º - Fica nomeada em caráter efetivo, a candidata Sra. **Luciana Sommerfeld,** para exercer o cargo de **Zeladora,** 5ª Classificada, com carga horária de 40 horas semanal, lotada junto a Secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania, a partir de 21 de março de 2013.
Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Marcelândia MT, 21 de março de 2013.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

MARLEY PEREIRA DE ANDRADE
Sec. de Ação Social e Cidadania
Registre-se, afixe-se

Publicado por:
Gislaine Prudenciano da Silva
Código Identificador:6FA9F398

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
T E R M O D E P O S S E:

Termo de posse que assina **Luciana Sommerfeld,** nomeada para o cargo de **Zeladora**, 5ª Classificada, conforme portaria de nº 257/2013 de 21 de março de 2013, lotada junto a Secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania.

Perante o Exmo Sr. **Arnóbio Vieira de Andrade,** Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, para exercer em caráter **efetivo** o presente termo, comprometido o desempenhar Fiel e Honradamente os deveres inerentes ao Cargo, foi lhe dado Posse, para os efeitos do disposto do Artigo 12 da Lei Complementar 004/2005 de 05 de julho de 2005 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Marcelândia – Estado de Mato Grosso).

Paço Municipal, em 21 de março de 2013.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Empossada: **Luciana Sommerfeld**

Obs: A Empossada apresentou no ato da posse, os documentos solicitados no edital de convocação 005/2013 de 15 de março de 2013.

Publicado por:
Gislaine Prudenciano da Silva
Código Identificador:1ED970B7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 259/2013.

Dispõe sobre a nomeação de candidata aprovada em Concurso Público, para a admissão no serviço Público Municipal.

O Sr. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei, e, considerando o resultado final do Concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital de Concurso nº 001/2011 realizado em 27 de fevereiro de 2011 e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal e,

Considerando a realização do Concurso Público em 27 de fevereiro de 2011, para preenchimento dos cargos e provimento efetivo desta Prefeitura estabelecido no Edital nº 001/2011;
Considerando a Homologação do mencionado Concurso, através do Decreto de nº 23/2011de 21 de março de 2011, do Prefeito Municipal.
Considerando o termo aditivo de n° 001/2013 de 21 de janeiro de 2013, tem por objeto a prorrogação da vigência do Concurso Publico 001/2011, por um período de mais 02 anos (igual período), iniciando-se em 21 de março de 2013 e findando-se em 21 de março de 2015.
Considerando a existência de vagas no órgão da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;
Considerando o Edital de Convocação de Candidatos nº 005/2013, de 15 de março de 2013.
Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho;
R E S O L V E:

Artigo 1º - Fica nomeada em caráter efetivo, a candidata Sra. **Laura Martins da Rocha Silva,** para exercer o cargo de **Zeladora,** 6ª Classificada, com carga horária de 40 horas semanal, lotada junto a Secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Marcelândia MT, 22 de março de 2013.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

MARLEY PEREIRA DE ANDRADE
Sec. de Ação Social e Cidadania

Publicado por:
Gislaine Prudenciano da Silva
Código Identificador:21B2B9BD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
T E R M O D E P O S S E:

Termo de posse que assina **Laura Martins da Rocha Silva,** nomeada para o cargo de **Zeladora**, 6ª Classificada, conforme portaria de nº 259/2013 de 22 de março de 2013, lotada junto a Secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania.

Perante o Exmo Sr. **Arnóbio Vieira de Andrade,** Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, para exercer em caráter **efetivo** o presente termo, comprometido o desempenhar Fiel e Honradamente os deveres inerentes ao Cargo, foi lhe dado Posse, para os efeitos do disposto do Artigo 12 da Lei Complementar 004/2005 de 05 de julho de 2005 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Marcelândia – Estado de Mato Grosso).

Paço Municipal, em 22 de março de 2013.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Empossada: **Laura Martins da Rocha Silva**

Obs: A Empossada apresentou no ato da posse, os documentos solicitados no edital de convocação 005/2013 de 15 de março de 2013.

Publicado por:
Gislaine Prudenciano da Silva
Código Identificador:D1EB542B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 280/2013.

Dispõe sobre a nomeação de candidata aprovada em Concurso Público, para a admissão no serviço Público Municipal.

O Sr. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei, e, considerando o resultado final do Concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital de Concurso nº 001/2011 realizado em 27 de fevereiro de 2011 e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal e,

Considerando a realização do Concurso Público em 27 de fevereiro de 2011, para preenchimento dos cargos e provimento efetivo desta Prefeitura estabelecido no Edital nº 001/2011;
Considerando a Homologação do mencionado Concurso, através do Decreto de nº 23/2011de 21 de março de 2011, do Prefeito Municipal.
Considerando o termo aditivo de n° 001/2013 de 21 de janeiro de 2013, tem por objeto a prorrogação da vigência do Concurso Publico 001/2011, por um período de mais 02 anos (igual período), iniciando-se em 21 de março de 2013 e findando-se em 21 de março de 2015.
Considerando a existência de vagas no órgão da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;
Considerando o Edital de Convocação de Candidatos nº 005/2013, de 15 de março de 2013.
Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho;
R E S O L V E:

Artigo 1º - Fica nomeada em caráter efetivo, a candidata Sra. **Gislaine Larissa Godinho Saraiva,** para exercer o cargo de **Assistente de Controle Administrativo,** 4ª Classificada, com carga horária de 40 horas semanal, lotada junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças.
Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Marcelândia MT, 01 de Abril de 2013.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

MARCELO RICARDO CORDEIRO
Sec. de Administração e Finanças

Publicado por:
Gislaine Prudenciano da Silva
Código Identificador:F8E3767E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
T E R M O D E P O S S E:

Termo de posse que assina **Gislaine Larissa Godinho Saraiva,** nomeada para o cargo de **Assistente de Controle Administrativo**, 4ª Classificada, conforme portaria de nº 280/2013 de 01 de abril de 2013, lotada junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Perante o Exmo Sr. **Arnóbio Vieira de Andrade,** Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, para exercer em caráter **efetivo** o presente termo, comprometido o desempenhar Fiel e

Honradamente os deveres inerentes ao Cargo, foi lhe dado Posse, para os efeitos do disposto do Artigo 12 da Lei Complementar 004/2005 de 05 de julho de 2005 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Marcelândia – Estado de Mato Grosso).

Paço Municipal, em 01 de Abril de 2013.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Empossada: **Gislaine Larissa Godinho Saraiva**

Obs: A Empossada apresentou no ato da posse, os documentos solicitados no edital de convocação 005/2013 de 15 de março de 2013.

Publicado por:
Gislaine Prudenciano da Silva
Código Identificador:0F1E3BA5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 282/2013.

Dispõe sobre a nomeação de candidato aprovado em Concurso Público, para a admissão no serviço Público Municipal.

O Sr. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei, e, considerando o resultado final do Concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital de Concurso nº 001/2011 realizado em 27 de fevereiro de 2011 e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal e,

Considerando a realização do Concurso Público em 27 de fevereiro de 2011, para preenchimento dos cargos e provimento efetivo desta Prefeitura estabelecido no Edital nº 001/2011;
Considerando a Homologação do mencionado Concurso, através do Decreto de nº 23/2011de 21 de março de 2011, do Prefeito Municipal.
Considerando o termo aditivo de n° 001/2013 de 21 de janeiro de 2013, tem por objeto a prorrogação da vigência do Concurso Publico 001/2011, por um período de mais 02 anos (igual período), iniciando-se em 21 de março de 2013 e findando-se em 21 de março de 2015.
Considerando a existência de vagas no órgão da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

Considerando o Edital de Convocação de Candidatos nº 006/2013, de 19 de março de 2013.
Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho;

R E S O L V E:

Artigo 1º - Fica nomeado em caráter efetivo, o candidato Sr. **Reinaldo Castilhos Pawlak,** para exercer o cargo de **Agente de Fiscalização Municipal, 4º Classificado**, com carga horária de 40 horas semanal, lotado junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Marcelândia MT, 01 de abril de 2013.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

MARCELO RICARDO CORDEIRO
Sec. de Administração e Finanças
Registre-se, afixe-se

Publicado por:
Gislaine Prudenciano da Silva
Código Identificador:5C8F2A81

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
T E R M O D E P O S S E:

Termo de posse que assina **Reinaldo Castilhos Pawlak,** nomeado para o cargo de **Agente de Fiscalização Municipal**, 4º Classificado, conforme portaria de nº 282/2013 de 01 de abril de 2013, lotado junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Perante o Exmo Sr. **Arnóbio Vieira de Andrade,** Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, para exercer em caráter **efetivo** o presente termo, comprometido o desempenhar Fiel e Honradamente os deveres inerentes ao Cargo, foi lhe dado Posse, para os efeitos do disposto do Artigo 12 da Lei Complementar 004/2005 de 05 de julho de 2005 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Marcelândia – Estado de Mato Grosso).

Paço Municipal, em 01 de abril de 2013.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Empossado: **Reinaldo Castilhos Pawlak**

Obs: O Empossado apresentou no ato da posse, os documentos solicitados no edital de convocação 006/2013 de 19 de março de 2013.

Publicado por:
Gislaine Prudenciano da Silva
Código Identificador:7289298A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP N° 286/2013

Data: 01 de abril de 2013.

SÚMULA:.... Dispõe sobre progressão por tempo de serviço de servidora efetiva em Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Marcelândia – MT, – Artigo 10 da Lei Complementar 001/2005 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, Sr. Arnóbio Vieira de Andrade, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas por lei e,

R E S O L V E:

Art. 1°. Fica concedido a servidora Pública Municipal, Sra. **Aparecida Ferreira Godinho**, o percentual de progressão relativo á ascensão funcional, de 5% (cinco por cento) a ser aplicado sobre o vencimento do cargo efetivo, por tempo de permanência de 5(cinco) anos ininterruptos de efetivo exercício, cargo **Atendente de Enfermagem , Nível 03**- C**lasse "B" para Classe "C".**

Art 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 01 de abril de 2013.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

LUCIANE DANTAS MONTENEGRO DE ARAUJO
Secretária de Saúde e Saneamento

Registre-se e afixe-se

Publicado por:
Gislaine Prudenciano da Silva
Código Identificador:0879CFE9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP Nº 293/2013

DATA: 03 de abril de 2013.

SÚMULA: Exonerar Servidora Pública Municipal Regime Jurídico Efetivo, e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - A pedido Exonerar a Sra **Dorilane Gauna Rodrigues,** Brasileira, portadora do RG sob nº 001080883 SSP/MS, inscrito no CPF sob n° 006.947.631-44, do Cargo de **Auxiliar Administrativo,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, a partir de 01 de abril de 2013.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 03 de abril de 2013.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

LUCIANE DANTAS MONTENEGRO DE ARAUJO
Secretária de Saúde e Saneamento

Registre-se e afixe-se

Publicado por:
Gislaine Prudenciano da Silva
Código Identificador:A804EEF3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP Nº 294/2013

DATA: 03 de Abril de 2013.

Dispõe sobre a nomeação de candidata aprovada em Concurso Público, para a admissão no serviço Público Municipal.

O Sr. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei, e, considerando o resultado final do Concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital de Concurso nº 001/2011 realizado em 27 de fevereiro de 2011 e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal e,

Considerando a realização do Concurso Público em 27 de fevereiro de 2011, para preenchimento dos cargos e provimento efetivo desta Prefeitura estabelecido no Edital nº 001/2011;
Considerando a Homologação do mencionado Concurso, através do Decreto de nº 23/2011de 21 de março de 2011, do Prefeito Municipal.
Considerando o termo aditivo de n° 001/2013 de 21 de janeiro de 2013, tem por objeto a prorrogação da vigência do Concurso Publico 001/2011, por um período de mais 02 anos (igual período), iniciando-se em 21 de março de 2013 e findando-se em 21 de março de 2015.
Considerando a existência de vagas no órgão da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;
Considerando o Edital de Convocação de Candidatos nº 005/2013, de 15 de março de 2013.
Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho;
R E S O L V E:

Artigo 1º - Fica nomeada em caráter efetivo, a candidata Sra. **Dorilane Gaúna Rodrigues,** para exercer o cargo de **Assistente de Controle Administrativo,** 1ª Classificada, com carga horária de 40 horas semanal, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, a partir de 02 de abril de 2013.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Marcelândia MT, 03 de Abril de 2013.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

LUCIANE DANTAS MONTENEGRO DE ARAUJO
Secretária de Saúde e Saneamento.

Publicado por:
Gislaine Prudenciano da Silva
Código Identificador:F5D68C17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
T E R M O D E P O S S E:

Termo de posse que assina **Dorilane Gaúna Rodrigues,** nomeada para o cargo de **Assistente de Controle Administrativo**, 1ª Classificada, conforme portaria de nº 294/2013 de 03 de abril de 2013, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, a partir de 02 de abril de 2013.

Perante o Exmo Sr. **Arnóbio Vieira de Andrade,** Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, para exercer em caráter **efetivo** o presente termo, comprometido o desempenhar Fiel e Honradamente os deveres inerentes ao Cargo, foi lhe dado Posse, para os efeitos do disposto do Artigo 12 da Lei Complementar 004/2005 de 05 de julho de 2005 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Marcelândia – Estado de Mato Grosso).

Paço Municipal, em 03 de abril de 2013.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Empossada: **Dorilane Gaúna Rodrigues.**

Obs: A Empossada apresentou no ato da posse, os documentos solicitados no edital de convocação 005/2013 de 15 de março de 2013.

Publicado por:
Gislaine Prudenciano da Silva
Código Identificador:12E149FA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP Nº 297/2013

DATA: 08 de abril de 2013.

SÚMULA: Nomeia Servidora Pública Municipal, Regime Jurídico em Cargo de Comissão, e dá outras providências.

O SR. **Arnóbio Vieira de Andrade**, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - Nomear a Sra **Fernanda de Lurdes Leles,** Brasileira, portadora do RG sob nº 2505658-1 SSP/MT inscrita no CPF sob n° 086.841.156-60, para exercer em Comissão o Cargo de **Chefe de Divisão de Licitação,** lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a partir de 08 de abril de 2013.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 08 de abril de 2013.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

MARCELO RICARDO CORDEIRO
Secretario de Administração e Finanças

Registre-se e afixe-se

Publicado por:
Gislaine Prudenciano da Silva
Código Identificador:192A76F4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP Nº 298/2013

DATA: 08 de abril de 2013.

SÚMULA: Dispõe sobre Designação de Servidora Pública Municipal, Regime Jurídico Estatutário Efetivo e dá outras providências.

O SR. **Arnóbio Vieira de Andrade**, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - Designar a Servidora Pública Municipal Sra **Dorilane Gauna Rodrigues,** Assistente de Controle Administrativo, para exercer a função de **Chefe Deptº da Saúde Pública**, com adicional de 85% do salário base, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, a partir de 02 de abril de 2013.

ART. 2° - Fica Revogada a Portaria de n° 184/2013 de 25 de fevereiro de 2013.
ART. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 08 de abril de 2013.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

LUCIANE DANTAS MONTENEGRO DE ARAUJO
Secretária de Saúde e Saneamento

Registre-se e afixe-se

Publicado por:
Gislaine Prudenciano da Silva
Código Identificador:B7AB3BE5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 308/2013.

Dispõe sobre a nomeação de candidata aprovada em Concurso Público, para a admissão no serviço Público Municipal.

O Sr. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei, e, considerando o resultado final do Concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital de Concurso nº 001/2011 realizado em 27 de fevereiro de 2011 e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal e,

Considerando a realização do Concurso Público em 27 de fevereiro de 2011, para preenchimento dos cargos e provimento efetivo desta Prefeitura estabelecido no Edital nº 001/2011;
Considerando a Homologação do mencionado Concurso, através do Decreto de nº 23/2011de 21 de março de 2011, do Prefeito Municipal.
Considerando o termo aditivo de n° 001/2013 de 21 de janeiro de 2013, tem por objeto a prorrogação da vigência do Concurso Publico 001/2011, por um período de mais 02 anos (igual período), iniciando-se em 21 de março de 2013 e findando-se em 21 de março de 2015.
Considerando a existência de vagas no órgão da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

Considerando o Edital de Convocação de Candidatos nº 007/2013, de 25 de março de 2013.
Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho;

R E S O L V E:

Artigo 1º - Fica nomeada em caráter efetivo, a candidata **Graziele dos Santos Falcão,** para exercer o cargo de **Enfermeira, 4ª Classificada**, com carga horária de 40 horas semanal, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, a partir de 15 de abril de 2013.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Marcelândia MT, 15 de abril de 2013.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

LUCIANE DANTAS MONTENEGRO DE ARAUJO
Secretária de Saúde e Saneamento
Registre-se, Afixe-se

Publicado por:
Gislaine Prudenciano da Silva
Código Identificador:2D72DEDB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
T E R M O D E P O S S E:

Termo de posse que assina **Graziele dos Santos Falcão,** nomeada para o cargo de **Enfermeira**, 4ª Classificada, conforme portaria de nº 308/2013 de 15 de abril de 2013, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Perante o Exmo Sr. **Arnóbio Vieira de Andrade,** Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, para exercer em caráter **efetivo** o presente termo, comprometido o desempenhar Fiel e Honradamente os deveres inerentes ao Cargo, foi lhe dado Posse, para os efeitos do disposto do Artigo 12 da Lei Complementar 004/2005 de 05 de julho de 2005 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Marcelândia – Estado de Mato Grosso).

Paço Municipal, em 15 de abril de 2013.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Empossada: **Graziele dos Santos Falcão**

Obs: A Empossada apresentou no ato da posse, os documentos solicitados no edital de convocação 007/2013 de 25 de março 2013.

Publicado por:
Gislaine Prudenciano da Silva
Código Identificador:3D22DBFA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP Nº 297/2013.

DATA: 08 de abril de 2013.

SÚMULA: Nomeia Servidora Pública Municipal, Regime Jurídico em Cargo de Comissão, e dá outras providências.

O SR. **Arnóbio Vieira de Andrade**, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - Nomear a Sra **Fernanda de Lurdes Leles,** Brasileira, portadora do RG sob nº 2505658-1 SSP/MT inscrita no CPF sob n° 086.841.156-60, para exercer em Comissão o Cargo de **Chefe de Divisão de Licitação,** lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a partir de 08 de abril de 2013.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 08 de abril de 2013.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

MARCELO RICARDO CORDEIRO
Secretario de Administração e Finanças

Registre-se e afixe-se

Publicado por:
Gislaine Prudenciano da Silva
Código Identificador:4186E2F0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP Nº 204/2013

DATA: 01 de março de 2013.

SÚMULA: Transferência de Secretaria de Servidora Pública Municipal Regime Jurídico Efetivo, e dá outras providências.

O SR. **Arnóbio Vieira de Andrade**, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - Transferir a Sra **Rosangela Quaglio de Aguiar,** Professora "20" horas, da Secretaria de Educação, Cultura Desporto e Lazer – Fundeb 60% para Secretaria de Saúde e Saneamento, a partir de 01 de março de 2013.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 01 de março de 2013.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

SONIA MARTINIS
Sec.Edc.C.D.Lazer

Registre-se e afixe-se

Publicado por:
Gislaine Prudenciano da Silva
Código Identificador:95318FED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP Nº 203/2013

DATA: 01 de março de 2013.

SÚMULA: Transferência de Secretaria de Servidora Pública Municipal Regime Jurídico Efetivo, e dá outras providências.

O SR. **Arnóbio Vieira de Andrade**, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - Transferir a Sra **Cleide Ribeiro Alves,** Professora "30" horas, da Secretaria de Educação, Cultura Desporto e Lazer – Fundeb 60% para Secretaria de Ação Social e Cidadania, a partir de 01 de março de 2013.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 01 de março de 2013.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

SONIA MARTINIS
Sec.Edc.C.D.Lazer

Registre-se e afixe-se

Publicado por:
Gislaine Prudenciano da Silva
Código Identificador:DE3BE91A

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº. 029/2013

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Equipe de Pregoeiro, comunica a todos os interessados que realizou no dia 12 de Abril de 2013, às 08:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal, o Pregão Presencial SRP nº 029/2013 – cujo objeto é PREGAO PRESENCIAL SRP PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MANUTENÇÃO DAS MAQUINAS PESADAS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMOS E TRANSPORTES..– conforme Edital nº 040/2013, onde se consagrou vencedor o licitante*:* TARUMA AUTO MECANICA E TERRAPLANAGEM LTDA - ME – com valor de R$ 119.862,00. Maiores informações junto a sede da Prefeitura Municipal de Matupá, localizada na av. Hermínio Ometto, nº 101, ZE-022.

Matupá/MT, 19 de Abril de 2013.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Alexsandra Tosta Batista
Código Identificador:C90F7224

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
ERRATA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 128 DE 17 DE ABRIL DE 2013

Na publicação da Lei Complementar nº 128 de 17 de abril de 2013, publicada no jornal do dia 19 de abril de 2013, pág. 91,

ONDE SE LÊ:
Coordenador da Seção de Gestão de Materiais, Logística e Almoxarifado
Coordenador dos Programas PACS e PSF
Coordenador dos Programas de Assistência Social

LEIA-SE:
Encarregado da Seção de Gestão de Materiais, Logística e Almoxarifado
Encarregado dos Programas PACS e PSF
Encarregado dos Programas de Assistência Social

Publicado por:
Suelene de Fatima Pratinha Delbone
Código Identificador:E597BAE5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
TERMO DE RESCISÃO

RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO nº 068/2013

Pelo presente termo de Rescisão Contratual, de um lado o município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, detentor do CNPJ n. 03.755.477/0001-75 neste ato representado pelo Sr. **ELIAS LEAL MENDES FILHO**, portador do RG 04979486 SEJSP/MT e CPF 354.096.061.91, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a Sra**. DAGMAR ROSANA PEREIRA,** brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta Cidade de Mirassol D'Oeste-MT, portadora do RG 973.424 SSP/MT e CPF 595.075.941-91, neste ato denominada contratada, resolvem de comum acordo, por iniciativa da contratada, rescindir a partir de 18/04/2013 o contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Tempo Determinado nº 068/2013, contratada ao cargo de Professora em substituição a Professora ***Luciana Alves da Costa*** que se encontra de licença prêmio, conforme portaria nº 77/2013, tendo em vista a solicitação de rescisão de contrato nº 016/2013 da servidora Aparecida Roseli Pereira da Silva conforme protocolo nº 2464/2013.
E por estarem de pleno acordo, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Mirassol D'Oeste, 18 de abril de 2013

ELIAS MENDES LEAL FILHO
Contratante

DAGMAR ROSANA PEREIRA
Contratada

Testemunhas:

ALCILENA C. QUEIROZ BOTELHO
RG: 375911 SSP/MT
CPF 303.820.681-49

RODRIGO DONIZETE TERRADAS
RG: 1982516-1 SSP/MT
CPF: 024.713.901-70

Publicado por:
Alcilena Castilho Queiroz Botelho
Código Identificador:8454ADF5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
DECRETO 2551 - RECADASTRAMENTO ON_LINE

DECRETO N.º 2551 DE 19 DE ABRIL DE 2013.

SÚMULA: Dispõe sobre o recadastramento das empresas prestadoras de serviços, do comércio, da indústria, bem como sociedades, autônomos, profissionais liberais e outros, já possuidores de alvarás de localização e funcionamento.

O Prefeito Municipal de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de atribuições que lhe são conferidas, especialmente o Art. 437 da LC N.º 046/2005 e Considerando:
A necessidade de atualização dos dados constante no Cadastro de Empresas e Prestadores de Serviços Autônomos do Município, mantido e gerenciado pela Secretaria Municipal Fazenda;
A importância de elaboração do perfil empresarial do Município para um melhor e adequado planejamento tributário e socioeconômico;
A oportunidade de fomentar o desenvolvimento socioeconômico e produzir índices que possam avaliar adequadamente este desenvolvimento;
A necessidade de atualização das atividades efetivamente desenvolvidas pelos agentes econômicos e sociais estabelecidos no Município,

DECRETA:

Art. 1.º As pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, que desenvolvam atividades de comércio, indústria, prestação de serviços em geral, profissionais liberais, autônomos, bem como as sociedades ou associações civis, instituições, fundações, autarquias e outras de qualquer natureza, com ou sem estabelecimento fixo neste Município, deverão efetuar seu recadastramento de atividades junto à Secretaria Municipal Fazenda, através do endereço eletrônico do Município.
§ 1º Incluem-se no caput deste artigo todas as pessoas isentas ou que gozem de imunidade, nas formas previstas na Constituição federal e no Código Tributário do Município de Mirassol D´Oeste.
§ 2º O recadastramento será efetuado por estabelecimento individualizado, seja matriz, filial, agência, sucursal, escritório, posto avançado, cabine de auto-serviço, depósito ou assemelhado.

Art. 2.º O recadastramento é obrigatório para todas as atividades elencadas no Art. 1.º, devendo ser efetuado através de sistema eletrônico de dados, conforme programa homologado pela Secretaria Municipal da Fazenda.

§ 1.º O programa de recadastramento eletrônico está disponível na internet pelo endereço: **mirasssoldoeste.mt.gov.br**
§ 2.º Os dados exigidos para o recadastramento deverão ser informados pelos contribuintes, através do preenchimento *on line* do formulário de recadastramento.
§ 3º O recadastramento será considerado concluído quando for analisada e aprovada pela Secretaria Municipal de Fazenda.
§ 4º O contribuinte será informado da aprovação de seu respectivo recadastramento pelo endereço eletrônico fornecido como e-mail de contato, ou, na falta desse, por via postal.

Art. 3.º O recadastramento das atividades deve ser realizado no período compreendido entre os dias 10 de Maio a 10 de Junho de 2013.

Art. 4.º A Fiscalização Fazendária Municipal intimará aqueles contribuintes que, eventualmente, realizarem o recadastramento com informações incorretas e ou divergentes com as Leis Municipais.

Art. 5.º As inscrições econômicas que estejam em situação de paralisação de atividades estão obrigadas a efetuar o recadastramento.

Art. 6º O contribuinte que não efetuar o recadastramento no prazo estabelecido será considerado irregular perante o Fisco Municipal, ficando impedido de:
I - receber certidão de regularidade;
II - renovar alvará de funcionamento;
III - receber incentivos e benefícios fiscais;
IV - efetuar qualquer transação com o Poder Público Municipal.

Parágrafo único. Além das penalidades acimas a não realização do recadastramento, no prazo estabelecido, sujeitará, por ato do Secretário Municipal da Finanças, a suspensão da inscrição municipal por até 60 (sessenta) dias e, após, a exclusão de ofício daqueles não recadastrados.

Art. 5º O descumprimento da obrigação acessória decorrente da presente convocação ensejará, além das restrições elencadas no artigo anterior, aplicação de multa no valor de 50 (cinqüenta) vezes a UFM (Unidade Fiscal de Mirassol D'Oeste), nos termos em que dispõe o Inciso II do Art. 344 do Código Tributário Municipal,

Art. 6º A critério do Fisco Municipal, na hipótese de necessidade de complementação da documentação exigida, os documentos deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias.

Art. 7º Fica a Secretaria Municipal de Fazenda autorizada a publicar instruções para complementar este decreto no que couber.

Art. 8º No preenchimento do ramo atividade, quando da realização do recadastramento, o contribuinte deverá se enquadrar aos itens disponíveis pelo sistema e selecionar o item que correspondente, ou seja, mais similar ao ramo de atividade exercida.
§ 1º. O contribuinte deverá selecionar, tantos itens forem necessários até que contemple todas as atividades exercidas pelo estabelecimento ou profissional (liberal ou autônomo).
§ 2º. A modalidade de tributação está condicionada a atividade declarada.

Art. 8º No final da declaração será disponibilizado o protocolo de comprovação do recadastramento, listando os campos movimentados e as respectivas informações declaradas.

Art. 9º Ocorrendo qualquer fato que impeça a finalização do procedimento, bem como da emissão do respectivo protocolo, o declarante deverá comunicar à Central de Atendimento da Prefeitura.

Art. 10 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho em 19 de abril de 2013.

ELIAS MENDES LEAL FILHO
Prefeito

Publicado por:
Suelene de Fatima Pratinha Delbone
Código Identificador:45BA147D

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 111/2013

O Prefeito Municipal de Nortelândia, Sr**. NEURILAN FRAGA**, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no artigo 40, I e 41, *caput*, do Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Nortelândia (Lei Complementar nº 021/2005),

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a partir desta data, o servidor Rorion Bruno de Souza Rosa, portador do RG nº 21485429 SSP/MT, e CPF sob n° 033.992.051-39, admitido em 01/12/2011, no Cargo de Agente Fiscal de Tributação, lotado no Departamento de Tributação da Secretaria de Finanças, Fiscalização e Contabilidade da Prefeitura Municipal de Nortelândia - MT.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 19º dia do mês de abril de 2013, 60º da Emancipação Político-Administrativa. 19.1.2013

NEURILAN FRAGA
Prefeito Municipal

EDIVALDO DE SÁ TEIXEIRA
Secretário de Administração, Planejamento e Gestão.

Publicado por:
Marcia Deungaro Fernandes
Código Identificador:E7B9CD97

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA N° 094/2013

Carlos Roberto da Costa, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, nomeia **Genivaldo Firmino de Oliveira,** para o Cargo em Comissão de Contador Chefe, **DAS – 5, a partir de 11/04/2013.**

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 11 de Abril de 2013.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:40B27EA1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA N° 095/2013

Carlos Roberto da Costa, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, nomeia **José Carlos Ribeiro,** para o Cargo em Comissão de Coordenador, **DAS – 3,** na Secretaria Municipal de Obras a partir de 12/04/2013.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 12 de Abril de 2013.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:891DE74D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2013

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, nomeada pela Portaria 010/2013, publicada no Jornal da AMM 08/01/2013, vem a público divulgar o Resultado Final do **Pregão Presencial Nº 008/2013**, processo administrativo 2756/2013, cujo objeto é o "Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviço para **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa PARA FORNECIMENTO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS E LIMPEZA, PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS**, com sessão realizada no dia 28 de março de 2013.

Nossa Senhora do Livramento/MT, 12 de abril de 2013.

LEONILDES FÁTIMA DA SILVA BENEVIDES
Pregoeira

O Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, no uso de suas atribuições, **HOMOLOGA** o procedimento licitatório nº 2756/2013, na modalidade de **Pregão Presencial Nº 008/2013**, cujo objeto é Contratação de empresa para execução da "Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa PARA FORNECIMENTO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS E LIMPEZA, PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS**, com sessão realizada no dia 28 de março de 2013.
.
Nossa Senhora do Livramento/MT, 12 de abril de 2013.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:3908B661

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2013

A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, através da Pregoeira Oficial, torna público o RESULTADO do PREGÃO PRESENCIAL 009/2013, cujo objeto é: **PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2013**, para **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação** de reagentes bioquímicos com cessão em regime comodato de um analisador automático de análises bioquímicas**, para atender a Secretaria Municipal de Saúde do município,** onde se sagrou vencedora a empresa **LABINBRAZ COMERCIAL LTDA–** CNPJ: **73.008.682/0001-52**, totalizando **R$**

77.299,20 (setenta e sete mil duzentos e noventa e nove reais e vinte centavos).

Nossa Senhora do Livramento - MT, 12 de abril de 2013.

LEONILDES F. DA S. BENEVIDES
Pregoeira Oficial

O Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, no uso de suas atribuições, **HOMOLOGA** o procedimento licitatório nº 2775/2013, na modalidade de **Pregão Presencial Nº 009/2013**, cujo objeto é Contratação de empresa de **PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2013**, para **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação** de reagentes bioquímicos com cessão em regime comodato de um analisador automático de análises bioquímicas, com sessão realizada no dia 01 de abril de 2013.

Nossa Senhora do Livramento/MT, 12 de fevereiro de 2013.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:95252DE5

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

PREFEITURA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 01/2013

" Aprovar o Relatório Anual de Gestão (RAG) referente ao ano de 2012"

O plenário de Conselho Municipal de Saúde em sua 47ª Reunião Ordinária, realizada no dia 19 de Abril de 2013, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Relatório Anual de Gestão (RAG) do Município de Nova Bandeirantes referente ao ano de 2012.
Art. 2º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

ROSÁLIA CHIOTTI
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

HOMOLOGO a Resolução nº 01/2013, do Conselho Municipal de Saúde de nova Bandeirantes/MT, no uso de suas competências legais, publicado no Diário Oficial do Município no dia 19 de Abril de 2013.

JAIR HABOWSKI
Sec. Mun. de Saúde

Publicado por:
Jucilene Frassetto Schmoller
Código Identificador:C37AA402

SECRETARIA DE SERVIÇO SOCIAL
EDITAL 006/2013 CMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Nova Bandeirantes /MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas pelo Estatuto da Criança e Adolescente (Lei Federal nº. 8069/90) e pela Lei Municipal nº. 418/2005, através deste ato, informar para devidos fins e efeitos legais, resultado da avaliação psicológica para **dos candidatos a Conselheiro Tutelar.**

Resultado da Avaliação Psicológica:

N° de Inscrição NOME RESULTADO
001 Juliana Garcia Alves Apto
002 Ana Paula dos Santos Carvalho Apto
007 Daniela Cristina Alves Costa Apto
009 Carlos Alencar da Silva Martins Apto

Todo o processo será fiscalizado pelo (MP) Ministério Publico.
Os casos omissos neste edital serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - **CMDCA**.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Bandeirantes– MT, 19 de Abril de 2013.

KELEN FERNANDA DA SILVA
Presidente do Cmdca

Publicado por:
Kelen Fernanda da Silva
Código Identificador:AF21FAE3

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2012

MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE – MT
FORNECEDOR: NT COMÉRCIO DE PEÇAS PARA MÁQUINAS PESADAS LTDA - ME
OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra-identificadas, de comum acordo, resolvem prorrogar o prazo de vigência mencionado na "Cláusula Segunda" da Ata de Registro de Preços nº 029/2012, que tem como o objeto o seguinte: Registro de Preços para Futura e Eventual "AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MÁQUINAS PESADAS PARA ATENDER A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL", conforme Pregão Presencial nº 021/2012. Fica acrescentada a Cláusula Segunda - Da validade do Registro de Preço, o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, terminando o prazo de vigência da Ata de Registro de Preço em 20 de Outubro de 2013.

Data da Assinatura: 19 de Abril de 2013.
Data da Vigência: 20 de Outubro de 2013.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Crislaine Tavares dos Santos
Código Identificador:5DA6AA7A

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2012

MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE – MT
FORNECEDOR: CARIMAQ COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA - ME
OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra-identificadas, de comum acordo, resolvem prorrogar o prazo de vigência mencionado na "Cláusula Segunda" da Ata de Registro de Preços nº 030/2012, que tem como o objeto o seguinte: Registro de Preços para Futura e Eventual "AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MÁQUINAS PESADAS PARA ATENDER A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL", conforme Pregão Presencial nº 021/2012. Fica acrescentada a Cláusula Segunda - Da validade do Registro de Preço, o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, terminando o prazo de vigência da Ata de Registro de Preço em 20 de Outubro de 2013.

Data da Assinatura: 19 de Abril de 2013.
Data da Vigência: 20 de Outubro de 2013.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Crislaine Tavares dos Santos
Código Identificador:EA6E51AC

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2012

MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE – MT
FORNECEDOR: TRICATE COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA
OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra-identificadas, de comum acordo, resolvem prorrogar o prazo de vigência mencionado na "Cláusula Segunda" da Ata de Registro de Preços nº 031/2012, que tem como o objeto o seguinte: Registro de Preços para Futura e Eventual "AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MÁQUINAS PESADAS PARA ATENDER A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL", conforme Pregão Presencial nº 021/2012. Fica acrescentada a Cláusula Segunda - Da validade do Registro de Preço, o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, terminando o prazo de vigência da Ata de Registro de Preço em 20 de Outubro de 2013.

Data da Assinatura: 19 de Abril de 2013.
Data da Vigência: 20 de Outubro de 2013.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Crislaine Tavares dos Santos
Código Identificador:B28F7BD5

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2012

MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE – MT
FORNECEDOR: REPRI COMERCIO DE PECAS PARA MAQUINAS LTDA - EPP
OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra-identificadas, de comum acordo, resolvem prorrogar o prazo de vigência mencionado na "Cláusula Segunda" da Ata de Registro de Preços nº 032/2012, que tem como o objeto o seguinte: Registro de Preços para Futura e Eventual "AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MÁQUINAS PESADAS PARA ATENDER A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL", conforme Pregão Presencial nº 021/2012. Fica acrescentada a Cláusula Segunda - Da validade do Registro de Preço, o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, terminando o prazo de vigência da Ata de Registro de Preço em 20 de Outubro de 2013.

Data da Assinatura: 19 de Abril de 2013.
Data da Vigência: 20 de Outubro de 2013.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Crislaine Tavares dos Santos
Código Identificador:6C5F33A0

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 023/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE – MT
Contratado: LAURA CRISTINA HERMES – ME
Objeto: Prestação de serviços de assessoria para apuração do índice e participação do município de Nova Canaã Do Norte/MT arrecadação do icms, cota parte 25% a vigorar no ano de 2014, no valor R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)

As despesas com a execução do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação:
Código: 125
Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Finanças.
Unidade: 001– Secretaria Municipal de Finanças.
Projeto/Atividade: 2008 – Manutenção das Atividades Secretaria de Finanças;
Elemento de Despesa: 3390.39.00.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica

Vigência: 31 de Agosto de 2013.
Data Da Assinatura: 02 de Abril de 2013.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Crislaine Tavares dos Santos
Código Identificador:1A04108D

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 024/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE – MT
Contratado: RICARDO AMBROSIO GONCALVES JUNIOR 00862190142
Objeto: Prestação de serviços de desenvolvimento, criação em português, hospedagens, suporte técnico, manutenção e locação de um novo site oficial e implantação do portal transparência para a prefeitura municipal de Nova Canaã Do Norte/MT, no valor r$ 5.850,00 (cinco mil oitocentos e cinquenta e oito reais)

As despesas com a execução do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação:
Código: 087
Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.
Unidade: 001– Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.
Projeto/Atividade: 2009 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração;
Elemento de Despesa: 33.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Vigência: 31 de Dezembro de 2013.
Data Da Assinatura: 02 de Abril de 2013.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Crislaine Tavares dos Santos
Código Identificador:16E3AB22

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 025/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE – MT
Contratado: DOLORES APARECIDA MOLINA – ME
Objeto: Aquisição de materiais de expediente para manutenção das atividades das diversas secretarias do município de Nova Canaã do Norte – MT, no valor R$ 19.225,46 (dezenove mil duzentos e vinte e cinco reais e quarenta e seis centavos). O presente contrato é decorrente da Ata de Registro de Preços nº 004/2013, oriunda do Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 004/2013.

As despesas com a execução do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação:
Código: 047
Órgão: 03 – Gabinete do Prefeito.
Unidade: 001 – Gabinete do Prefeito.
Projeto/Atividade: 2003 – Manutenção e Encargos do Gabinete do Prefeito.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 062
Órgão: 03 – Gabinete do Prefeito.

Unidade: 001 – Gabinete do Prefeito.
Projeto/Atividade: 2005 – Manutenção e Encargos da Junta de Serviço Militar.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 071
Órgão: 03 – Gabinete do Prefeito.
Unidade: 001 – Gabinete do Prefeito.
Projeto/Atividade: 2003 – Atividades a Cargo da Controladoria Interna.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 083
Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.
Unidade: 001 – Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.
Projeto/Atividade: 2009 – Manutenção das Atividades Secretaria de Administração;
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 119
Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Finanças.
Unidade: 001 – Secretaria Municipal de Finanças.
Projeto/Atividade: 2008 – Manutenção das Atividades Secretaria Municipal de Finanças.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 156
Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Assistência Social.
Unidade: 001 – Fundo Municipal de Assistência Social.
Projeto/Atividade: 2042 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 139
Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Assistência Social.
Unidade: 001 – Fundo Municipal de Assistência Social.
Projeto/Atividade: 2045 – Ações do PETI e Profissionalização do Adolescente.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 165
Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Assistência Social.
Unidade: 001 – Fundo Municipal de Assistência Social.
Projeto/Atividade: 2044 – Manutenção dos Programas Assistenciais.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 189
Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Educação.
Unidade: 001 – Gabinete do Secretario e Departamento de Educação.
Projeto/Atividade: 2018 – Manutenção da Secretaria de Educação.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 336
Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Saúde.
Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde.
Projeto/Atividade: 2030 – Atividades e Cargo do Fundo Municipal de Saúde.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 438
Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Transporte.
Unidade: 001 – Secretaria de Obras, Serviços Públicos e Transporte.
Projeto/Atividade: 2047 – Manutenção do Departamento de Obras e Transporte.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 528
Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.
Unidade: 001 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.
Projeto/Atividade: 2039 – Manutenção do Departamento de Agricultura.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 546
Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo.
Unidade: 001 – Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo.
Projeto/Atividade: 2040 – Manutenção do Departamento de Industria e Comércio.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Vigência: 31 de Dezembro de 2013.
Data Da Assinatura: 02 de Abril de 2013.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Crislaine Tavares dos Santos
Código Identificador:1054CA89

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 026/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE – MT
Contratado: MILLENIUM PAPELARIA E MAT. DE INFORMÁTICA LTDA – EPP
Objeto: Aquisição de materiais de expediente para manutenção das atividades das diversas secretarias do município de Nova Canaã do Norte – MT, no valor R$ 35.518,32 (trinta e cinco mil quinhentos e dezoito reais e trinta e dois centavos). O presente contrato é decorrente da Ata de Registro de Preços nº 004/2013, oriunda do Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 004/2013.

As despesas com a execução do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação:

Código: 047
Órgão: 03 – Gabinete do Prefeito.
Unidade: 001 – Gabinete do Prefeito.
Projeto/Atividade: 2003 – Manutenção e Encargos do Gabinete do Prefeito.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 062
Órgão: 03 – Gabinete do Prefeito.
Unidade: 001 – Gabinete do Prefeito.
Projeto/Atividade: 2005 – Manutenção e Encargos da Junta de Serviço Militar.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 083
Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.
Unidade: 001 – Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.
Projeto/Atividade: 2009 – Manutenção das Atividades Secretaria de Administração;
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 119
Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Finanças.
Unidade: 001 – Secretaria Municipal de Finanças.
Projeto/Atividade: 2008 – Manutenção das Atividades Secretaria Municipal de Finanças.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 156
Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Assistência Social.
Unidade: 001 – Fundo Municipal de Assistência Social.
Projeto/Atividade: 2042 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 139
Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Assistência Social.
Unidade: 001 – Fundo Municipal de Assistência Social.
Projeto/Atividade: 2045 – Ações do PETI e Profissionalização do Adolescente.

Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 165
Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Assistência Social.
Unidade: 001 – Fundo Municipal de Assistência Social.
Projeto/Atividade: 2044 – Manutenção dos Programas Assistenciais.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 189
Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Educação.
Unidade: 001 – Gabinete do Secretario e Departamento de Educação.
Projeto/Atividade: 2018 – Manutenção da Secretaria de Educação.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo
Código: 336
Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Saúde.
Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde.
Projeto/Atividade: 2030 – Atividades e Cargo do Fundo Municipal de Saúde.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 438
Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Transporte.
Unidade: 001 – Secretaria de Obras, Serviços Públicos e Transporte.
Projeto/Atividade: 2047 – Manutenção do Departamento de Obras e Transporte.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 528
Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.
Unidade: 001 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.
Projeto/Atividade: 2039 – Manutenção do Departamento de Agricultura.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 546
Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo.
Unidade: 001 – Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo.
Projeto/Atividade: 2040 – Manutenção do Departamento de Industria e Comércio.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Vigência: 31 de Dezembro de 2013.
Data Da Assinatura: 02 de Abril de 2013.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Crislaine Tavares dos Santos
Código Identificador:F8C9B2C3

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 027/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE – MT
Contratado: PAPELARIA PANTANAL LTDA – EPP
Objeto: Aquisição de materiais de expediente para manutenção das atividades das diversas secretarias do município de Nova Canaã do Norte – MT, no valor R$ 23.506,35 (vinte e três mil quinhentos e seis reais e trinta e cinco centavos). O presente contrato é decorrente da Ata de Registro de Preços nº 004/2013, oriunda do Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 004/2013.

As despesas com a execução do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação:

Código: 047
Órgão: 03 – Gabinete do Prefeito.
Unidade: 001 – Gabinete do Prefeito.
Projeto/Atividade: 2003 – Manutenção e Encargos do Gabinete do Prefeito.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo
Código: 062
Órgão: 03 – Gabinete do Prefeito.
Unidade: 001 – Gabinete do Prefeito.
Projeto/Atividade: 2005 – Manutenção e Encargos da Junta de Serviço Militar.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 071
Órgão: 03 – Gabinete do Prefeito.
Unidade: 001 – Gabinete do Prefeito.
Projeto/Atividade: 2003 – Atividades a Cargo da Controladoria Interna.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 083
Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.
Unidade: 001 – Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.
Projeto/Atividade: 2009 – Manutenção das Atividades Secretaria de Administração;
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 119
Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Finanças.
Unidade: 001 – Secretaria Municipal de Finanças.
Projeto/Atividade: 2008 – Manutenção das Atividades Secretaria Municipal de Finanças.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 156
Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Assistência Social.
Unidade: 001 – Fundo Municipal de Assistência Social.
Projeto/Atividade: 2042 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 139
Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Assistência Social.
Unidade: 001 – Fundo Municipal de Assistência Social.
Projeto/Atividade: 2045 – Ações do PETI e Profissionalização do Adolescente.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 165
Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Assistência Social.
Unidade: 001 – Fundo Municipal de Assistência Social.
Projeto/Atividade: 2044 – Manutenção dos Programas Assistenciais.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 189
Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Educação.
Unidade: 001 – Gabinete do Secretario e Departamento de Educação.
Projeto/Atividade: 2018 – Manutenção da Secretaria de Educação.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo
Código: 336
Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Saúde.
Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde.
Projeto/Atividade: 2030 – Atividades e Cargo do Fundo Municipal de Saúde.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 438
Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Transporte.
Unidade: 001 – Secretaria de Obras, Serviços Públicos e Transporte.
Projeto/Atividade: 2047 – Manutenção do Departamento de Obras e Transporte.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 528
Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.
Unidade: 001 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.
Projeto/Atividade: 2039 – Manutenção do Departamento de Agricultura.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Vigência: 31 de Dezembro de 2013.
Data Da Assinatura: 02 de Abril de 2013.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Crislaine Tavares dos Santos
Código Identificador:3AEFC0BC

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 028/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE – MT
Contratado: SUPREMA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
Objeto: Aquisição de materiais de expediente para manutenção das atividades das diversas secretarias do município de Nova Canaã do Norte – MT, no valor R$ 60.434,30 (sessenta mil quatrocentos e quatro reais e trinta centavos). O presente contrato é decorrente da Ata de Registro de Preços nº 004/2013, oriunda do Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 004/2013.

As despesas com a execução do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação:

Código: 047
Órgão: 03 – Gabinete do Prefeito.
Unidade: 001 – Gabinete do Prefeito.
Projeto/Atividade: 2005 – Manutenção e Encargos da Junta de Serviço Militar.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 062
Órgão: 03 – Gabinete do Prefeito.
Unidade: 001 – Gabinete do Prefeito.
Projeto/Atividade: 2003 – Manutenção e Encargos do Gabinete do Prefeito.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 071
Órgão: 03 – Gabinete do Prefeito.
Unidade: 001 – Gabinete do Prefeito.
Projeto/Atividade: 2003 – Atividades a Cargo da Controladoria Interna.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 083
Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.
Unidade: 001 – Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.
Projeto/Atividade: 2009 – Manutenção das Atividades Secretaria de Administração;
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 119
Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Finanças.
Unidade: 001 – Secretaria Municipal de Finanças.
Projeto/Atividade: 2008 – Manutenção das Atividades Secretaria Municipal de Finanças.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 156
Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Assistência Social.
Unidade: 001 – Fundo Municipal de Assistência Social.
Projeto/Atividade: 2042 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 139
Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Assistência Social.
Unidade: 001 – Fundo Municipal de Assistência Social.
Projeto/Atividade: 2045 – Ações do PETI e Profissionalização do Adolescente.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 165
Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Assistência Social.
Unidade: 001 – Fundo Municipal de Assistência Social.
Projeto/Atividade: 2044 – Manutenção dos Programas Assistenciais.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 189
Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Educação.
Unidade: 001 – Gabinete do Secretario e Departamento de Educação.
Projeto/Atividade: 2018 – Manutenção da Secretaria de Educação.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo
Código: 336
Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Saúde.
Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde.
Projeto/Atividade: 2030 – Atividades e Cargo do Fundo Municipal de Saúde.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 438
Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Transporte.
Unidade: 001 – Secretaria de Obras, Serviços Públicos e Transporte.
Projeto/Atividade: 2047 – Manutenção do Departamento de Obras e Transporte.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 528
Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.
Unidade: 001 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.
Projeto/Atividade: 2039 – Manutenção do Departamento de Agricultura.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 546
Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo.
Unidade: 001 – Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo.
Projeto/Atividade: 2040 – Manutenção do Departamento de Industria e Comércio.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Vigência: 31 de Dezembro de 2013.
Data Da Assinatura: 02 de Abril de 2013.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Crislaine Tavares dos Santos
Código Identificador:E9302476

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 029/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE – MT
Contratado: VERA CRUZ COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS E MÓVEIS EIRELI - ME
Objeto: Aquisição de camisetas e bonés para as equipes de organização e voluntários, bem como para os participantes do evento denominado corrida de rua do costelão e relógios comemorativos ao 27º aniversário de emancipação político administrativa e 16ª festa do costelão que será realizado no município de Nova Canaã do Norte/MT, no valor R$ 58.720,00 (Cinqüenta e Oito Mil Setecentos e Vinte Reais). O presente contrato é oriundo do Processo Licitatório Modalidade Convite nº 002/2013.

As despesas com a execução do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação:

Código: 589
Órgão: 12 – Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Cultura.
Unidade: 002 – Cultura
Projeto/Atividade: 2058 – Apoio a Eventos Folclóricos, Religiosos e Outros;
Elemento de Despesa: 339030.00.00 – Material de Consumo

Vigência: 31 de Maio de 2013.
Data Da Assinatura: 02 de Abril de 2013.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Crislaine Tavares dos Santos
Código Identificador:5AF3708C

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 030/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE – MT
Contratado: AMARAL PEÇAS PARA VEÍCULOS LTDA
Objeto: Aquisição de óleos lubrificantes, graxa e materiais de consumo para manutenção da frota de veículos e máquinas de diversas secretarias do município de Nova Canaã do Norte – MT, no valor R$ 29.487,20 (vinte e nove mil quatrocentos e oitenta e sete reais e vinte centavos). O presente contrato é decorrente da Ata de Registro de Preços nº 007/2013, oriunda do Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 008/2013.

As despesas com a execução do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação:

Código: 156
Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Assistência Social.
Unidade: 001 – Fundo Municipal de Assistência Social.
Projeto/Atividade: 2042 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 189
Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Educação.
Unidade: 001 – Gabinete do Secretario e Departamento de Educação.
Projeto/Atividade: 2018 – Manutenção da Secretaria de Educação.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 336
Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Saúde.
Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde.
Projeto/Atividade: 2030 – Atividades e Cargo do Fundo Municipal de Saúde.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 438
Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Transporte.
Unidade: 001 – Secretaria de Obras, Serviços Públicos e Transporte.
Projeto/Atividade: 2047 – Manutenção do Departamento de Obras e Transporte.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 528
Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.
Unidade: 001 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.
Projeto/Atividade: 2039 – Manutenção do Departamento de Agricultura.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Vigência: 31 de Dezembro de 2013.
Data Da Assinatura: 10 de Abril de 2013.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Crislaine Tavares dos Santos
Código Identificador:F3D4FCA9

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 031/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE – MT
Contratado: COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS COLIDER LTDA
Objeto: Aquisição de óleos lubrificantes, graxa e materiais de consumo para manutenção da frota de veículos e máquinas de diversas secretarias do município de Nova Canaã do Norte – MT, no valor R$ 35.466,90 (trinta e cinco mil quatrocentos e sessenta e seis reais e noventa centavos). O presente contrato é decorrente da Ata de Registro de Preços nº 007/2013, oriunda do Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 008/2013.

As despesas com a execução do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação:

Código: 156
Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Assistência Social.
Unidade: 001 – Fundo Municipal de Assistência Social.
Projeto/Atividade: 2042 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 189
Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Educação.
Unidade: 001 – Gabinete do Secretario e Departamento de Educação.
Projeto/Atividade: 2018 – Manutenção da Secretaria de Educação.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 220
Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Educação.
Unidade: 001 – Gabinete do Secretario e Departamento de Educação.
Projeto/Atividade: 2019 – Manutenção do Transporte Escolar.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 336
Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Saúde.
Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde.
Projeto/Atividade: 2030 – Atividades e Cargo do Fundo Municipal de Saúde.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 438
Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Transporte.
Unidade: 001 – Secretaria de Obras, Serviços Públicos e Transporte.
Projeto/Atividade: 2047 – Manutenção do Departamento de Obras e Transporte.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 528
Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.
Unidade: 001 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.
Projeto/Atividade: 2039 – Manutenção do Departamento de Agricultura.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Vigência: 31 de Dezembro de 2013.
Data Da Assinatura: 10 de Abril de 2013.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Crislaine Tavares dos Santos
Código Identificador:AC840357

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 032/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE – MT
Contratado: POSTO 10 LIMITADA
Objeto: Aquisição de óleos lubrificantes, graxa e materiais de consumo para manutenção da frota de veículos e máquinas de diversas secretarias do município de Nova Canaã do Norte – MT, no valor R$ 55.756,50 (cinquenta e cinco mil setecentos e cinquenta e seis reais e

cinquenta centavos). O presente contrato é decorrente da Ata de Registro de Preços nº 007/2013, oriunda do Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 008/2013.

As despesas com a execução do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação:

Código: 189
Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Educação.
Unidade: 001 – Gabinete do Secretario e Departamento de Educação.
Projeto/Atividade: 2018 – Manutenção da Secretaria de Educação.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 336
Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Saúde.
Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde.
Projeto/Atividade: 2030 – Atividades e Cargo do Fundo Municipal de Saúde.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 438
Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Transporte.
Unidade: 001 – Secretaria de Obras, Serviços Públicos e Transporte.
Projeto/Atividade: 2047 – Manutenção do Departamento de Obras e Transporte.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Código: 528
Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.
Unidade: 001 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.
Projeto/Atividade: 2039 – Manutenção do Departamento de Agricultura.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

Vigência: 31 de Dezembro de 2013.
Data Da Assinatura: 10 de Abril de 2013.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Crislaine Tavares dos Santos
Código Identificador:2BE7FF86

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 033/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE – MT
Contratado: FORÇA SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA
Objeto: Aquisição de materiais elétricos para manutenção da iluminação dos logradouros públicos do município de Nova Canaã do Norte – MT, no valor R$ 3.393,75 (três mil trezentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos). O presente contrato é decorrente da Ata de Registro de Preços nº 006/2013, oriunda do Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 007/2013.

As despesas com a execução do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação:

Código: 424
Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Transporte.
Unidade: 001– Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Transporte.
Projeto/Atividade: 2049 – Manutenção da Iluminação Pública.
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00.00 – Materiais de Consumo

Vigência: 31 de Dezembro de 2013.
Data Da Assinatura: 11 de Abril de 2013.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Crislaine Tavares dos Santos
Código Identificador:113C584B

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 034/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE – MT
Contratado: MÁXIMA AMBIENTAL SERVIÇOS GERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA - EPP
Objeto: prestação de serviços de operação e manutenção das atividades de coleta, transporte, armazenamento, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos de serviços de saúde (RSSS) oriund os das fontes geradoras do município de Nova Canaã do Norte/MT, em conformidade com o disposto no edital de Pregão Presencial nº 013/2013 e seus anexos., no valor R$ 26.820,00 (Vinte e Seis Mil Oitocentos e Vinte Reais). O presente contrato é oriundo do Processo Licitatório sob Modalidade Pregão Presencial nº 013/2013.

As despesas com a execução do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação:

Código: 340
Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Saúde.
Unidade: 001– Fundo Municipal de Saúde.
Projeto/Atividade: 2030 – Atividades a Cargo Fundo Municipal de Saúde
Elemento de Despesa: 3390.39.00.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica

Vigência: 31 de Dezembro de 2013.
Data Da Assinatura: 17 de Abril de 2013.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Crislaine Tavares dos Santos
Código Identificador:8B662927

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA PORTARIA 013/SLC/2013

Nomear, o servidor, CLODOALDO ALVES MARANI, Matrícula nº 161 (Titular), e suplente o servidor, BRUNO BUDKE LAGE, Matrícula nº 1734 (Suplente), Fiscais do Contrato de Prestação de Serviços nº 023/2013 para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA PARA APURAÇÃO DO ÍNDICE E PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA CANAÃ DO NORTE/MT ARRECADAÇÃO DO ICMS, COTA PARTE 25% A VIGORAR NO ANO DE 2014, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Instrução Normativa SCL nº 002/2011 de 30 de Junho de 2011.

Valor do Contrato nº 023/2013:
R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).
CONTRATADO: LAURA CRISTINA HERMES – ME
VIGÊNCIA: 31 de Dezembro 2013.

Nova Canaã do Norte-MT, em 02 de Abril de 2013.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Crislaine Tavares dos Santos
Código Identificador:A6B39B11

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA PORTARIA 014/SLC/2013

Nomear, o servidor, ELES MONTEIRO DE CARVALHO FILHO, Matrícula nº 105 (Titular), e suplente o servidor, EDERSON PANINI

MARQUES, Matrícula nº 1954, Fiscais do Contrato de Prestação de Serviços nº 024/2013 para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO, CRIAÇÃO EM PORTUGUÊS, HOSPEDAGENS, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE UM NOVO SITE OFICIAL E IMPLANTAÇÃO DO PORTAL TRANSPARÊNCIA PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE/MT., que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Instrução Normativa SCL nº 002/2011 de 30 de Junho de 2011.

Valor do Contrato nº 024/2013:
R$ 5.850,00 (Cinco Mil Oitocentos e Cinquenta e Oito Reais)
CONTRATADO: RICARDO AMBROSIO GONCALVES JUNIOR 00862190142
VIGÊNCIA: 31 de Dezembro 2013.

Nova Canaã do Norte-MT, em 02 de Abril de 2013.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Crislaine Tavares dos Santos
Código Identificador:5C7A42B3

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA PORTARIA 015/SLC/2013

Nomear, o servidor, ALLISON VINICIUS OLIVEIRA DA SILVA, Matrícula nº 1733 (Titular), e suplente o servidor, BRUNO BUDKE LAGE, Matrícula nº 1734, Fiscais dos Contratos de Prestação de Serviços nº 025, 026, 027 e 028 de 2013 para o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA CANAÃ DO NORTE – MT, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Instrução Normativa SCL nº 002/2011 de 30 de Junho de 2011.

Valor do Contrato nº 025/2013:
R$ 19.225,46 (dezenove mil duzentos e vinte e cinco reais e quarenta e seis centavos).
CONTRATADO: DOLORES APARECIDA MOLINA – ME
VIGÊNCIA: 31 de Dezembro 2013.

Valor do Contrato nº 026/2013:
R$ 35.518,32 (trinta e cinco mil quinhentos e dezoito reais e trinta e dois centavos).
CONTRATADO: MILLENIUM PAPELARIA E MAT. DE INFORMÁTICA LTDA – EPP
VIGÊNCIA: 31 de Dezembro 2013.

Valor do Contrato nº 027/2013:
R$ 23.506,35 (vinte e três mil quinhentos e seis reais e trinta e cinco centavos).
CONTRATADO: PAPELARIA PANTANAL LTDA – EPP
VIGÊNCIA: 31 de Dezembro 2013.

Valor do Contrato nº 028/2013:
R$ 60.434,30 (sessenta mil quatrocentos e quatro reais e trinta centavos).
CONTRATADO: SUPREMA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
VIGÊNCIA: 31 de Dezembro 2013.

Nova Canaã do Norte-MT, em 02 de Abril de 2013.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Crislaine Tavares dos Santos
Código Identificador:65D4840B

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA PORTARIA 016/SLC/2013

Nomear, o servidor, ELOIZ CARLOS DE FARIA JUNIOR Matrícula nº 1623 (Titular), e suplente o servidor, Izaru Belarmino Leite, Matrícula nº 1492, Fiscais do Contrato de Prestação de Serviços nº 029/2013 para a AQUISIÇÃO DE CAMISETAS E BONÉS PARA AS EQUIPES DE ORGANIZAÇÃO E VOLUNTÁRIOS, BEM COMO PARA OS PARTICIPANTES DO EVENTO DENOMINADO CORRIDA DE RUA DO COSTELÃO E RELÓGIOS COMEMORATIVOS AO 27º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA E 16ª FESTA DO COSTELÃO QUE SERÁ REALIZADO NO MUNICÍPIO DE NOVA CANAÃ DO NORTE/MT, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Instrução Normativa SCL nº 002/2011 de 30 de Junho de 2011.

Valor do Contrato nº 029/2013:
R$ 58.720,00 (Cinqüenta e Oito Mil Setecentos e Vinte Reais).
CONTRATADO: VERA CRUZ COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS E MÓVEIS EIRELI - ME
VIGÊNCIA: 31 de Maio 2013.

Nova Canaã do Norte-MT, em 02 de Abril de 2013.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Crislaine Tavares dos Santos
Código Identificador:738233B2

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA PORTARIA 017/SLC/2013

Nomear, o servidor, ALEX JUNIOR PIMENTEL Matrícula nº 683 (Titular), e suplente o servidor, JOALDO FURTUNATO DE SOUSA PIRES, Matrícula nº 1500, Fiscais dos Contratos de Prestação de Serviços nº 030, 031 e 032 de 2013 para a aquisição de óleos lubrificantes, graxa e materiais de consumo para manutenção da frota de veículos e máquinas de diversas secretarias do município de Nova Canaã do Norte – MT, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Instrução Normativa SCL nº 002/2011 de 30 de Junho de 2011.

Valor do Contrato nº 030/2013:
R$ 29.487,20 (VINTE E NOVE MIL QUATROCENTOS E OITENTA E SETE REAIS E VINTE CENTAVOS).
CONTRATADO: AMARAL PEÇAS PARA VEÍCULOS LTDA
VIGÊNCIA: 31 de Dezembro 2013.

Valor do Contrato nº 031/2013:
R$ 35.466,90 (TRINTA E CINCO MIL QUATROCENTOS E SESSENTA E SEIS REAIS E NOVENTA CENTAVOS).
CONTRATADO: COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS COLIDER LTDA
VIGÊNCIA: 31 de Dezembro 2013.

Valor do Contrato nº 032/2013:
R$ 55.756,50 (CINQUENTA E CINCO MIL SETECENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).
CONTRATADO: POSTO 10 LIMITADA
VIGÊNCIA: 31 de Dezembro 2013.

Nova Canaã do Norte-MT, em 10 de Abril de 2013.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Crislaine Tavares dos Santos
Código Identificador:00352807

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA PORTARIA 018/SLC/2013

Nomear, o servidor, DINEI GOMES DAMACENA Matrícula nº 940 (Titular), e suplente o servidor, ABRÃO ANGELO BARBOZA, Matrícula nº 1562, Fiscais do Contrato de Prestação de Serviços nº 033/2013 para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NOVA CANAÃ DO NORTE – MT, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Instrução Normativa SCL nº 002/2011 de 30 de Junho de 2011.

Valor do Contrato nº 033/2013:
R$ 3.221,25(três mil duzentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos).
CONTRATADO: FORÇA SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA
VIGÊNCIA: 31 de Dezembro 2013.

Nova Canaã do Norte-MT, em 10 de Abril de 2013.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Crislaine Tavares dos Santos
Código Identificador:E2E7FB8B

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA PORTARIA 019/SLC/2013

Nomear, o servidor, Izaru Belarmino Leite, Matrícula nº 1492 (Titular), e suplente a servidora, FABIANA GARCIA, Matrícula nº 1535, Fiscais do Contrato de Prestação de Serviços nº 034/2013 para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE COLETA, TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSSS) ORIUNDOS DAS FONTES GERADORAS DO MUNICÍPIO DE NOVA CANAÃ DO NORTE/MT, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Instrução Normativa SCL nº 002/2011 de 30 de Junho de 2011.

Valor do Contrato nº 034/2013:
R$ 26.820,00 (VINTE E SEIS MIL OITOCENTOS E VINTE REAIS)
CONTRATADO: MÁXIMA AMBIENTAL SERVIÇOS GERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA - EPP
VIGÊNCIA: 31 de Dezembro 2013.

Nova Canaã do Norte-MT, em 10 de Abril de 2013.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Crislaine Tavares dos Santos
Código Identificador:DEEDF846

SETOR DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2013 - SRP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE/MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Eletrônico nº 011/2013, cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de consumo laboratoriais, visando o atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Canaã do Norte/MT. Sagraram-se vencedora as empresas:

EMPRESAS	ITENS	VLR. TOTAL ADJUDICADO
CONCEITUAL COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA - ME	18, 53	7.805,00
CQC TECNOLOGIA EM SISTEMAS DIAGNÓSTICOS LTDA	78	2.272,50
M.S. DIAGNÓSTICA LTDA	03, 08, 29, 61, 86, 103	966,086
MAXLAB PRODUTOS PARA DIAGNÓSTICOS E PESQUISAS LTDA – EPP	02, 04, 10, 11, 12, 15, 17, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 32, 33, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 56, 58, 59, 60, 62, 63, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 82, 84, 87, 88, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100	34.497,63
DISTRIBUIDORA PARANHOS ARTIGOS PARA LABORATÓRIOS LTDA – EPP	01, 05, 06, 07, 09, 16, 27, 34, 35, 36, 37, 41, 55, 57, 64, 66, 76, 77, 83, 85, 90, 91, 101, 102, 104, 105	19.074,71

A Ata Integral de Registro de Preços dos itens das empresas acima citadas, se encontram à disposição dos interessados nos autos do referido processo licitatório na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte – sito na Av. Brasil, 27 – Bairro Centro – CEP 78.515-000 e no site www.novacanaadonorte.mt.gov.br (Ícone: Licitação)

Nova Canaã do Norte/MT, em 19 de Abril de 2013

EDUARDO DA SILVA GUILHERME
Pregoeiro Oficial

Publique-se

Publicado por:
Crislaine Tavares dos Santos
Código Identificador:B756CEBA

SETOR DE LICITAÇÃO
EDITAL DE COMUNICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2013

O SENHOR VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, comunica a quem possa interessar que em razão dos fatos apurados no competente Processo; RATIFICOU a Dispensa de Licitação para contratação do Dr. Osvaldo Amâncio Medeiros, do Dr. Bolívar Alejandro Novoa Almeira e da Dra. Fúlvia Palácio Tavares Stábile, para realizar atendimentos de consultas clinicas, de urgência e emergência no Hospital Municipal Bom Jesus e no Posto do PSF I do município de Nova Canaã do Norte/MT, nos períodos diurno e noturno em sistema de plantões de 12 horas consecutivas.

Nova Canaã do Norte/MT, 19 de Abril de 2013.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Crislaine Tavares dos Santos
Código Identificador:4321441B

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
PREGÃO PRESENCIAL 020/2013

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 20/2013

À Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, torna público que fará realizar Pregão Presencial 20/2013.
ABERTURA: 06 de maio de 2013 ás 8:30 horas;
CREDENCIAMENTO: das 08:00 ás 08:20 horas;
OBJETO: Registro de preços para Contratação de empresa para prestação de serviços mensal de locação de veículo leve, com

motorista, combustível e seguro total de forma continuada, por demanda, para percorrer o total de 1.033 Km por mês, no transporte de alunos da zona rural (Gleba Ouro Verde x São Francisco).
LOCAL: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, sala de licitações, sito na Rua 16 de Julho, 815, Centro, Nova Lacerda- MT.
Os interessados em adquirir o Edital completo e maiores informações (65) 3259-4045 ou no site: novalacerda.mt.gov.br.

Nova Lacerda-MT 19 de abril de 2013.

JOSÉ CARLOS MONTEIRO JÚNIOR
Pregoeiro

Publicado por:
José Carlos Monteiro Júnior
Código Identificador:F70D1540

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N° 647/2013

EMENTA: Autoriza o Poder Legislativo de Nova Marilândia-MT a celebrar Convênio com Instituição Financeira Pública ou Privada, objetivando permitir aos servidores Públicos do Legislativo Municipal, a obtenção de empréstimos bancários sob consignação e dá outras providências.

WENER KLESLEY DOS SANTOS, Prefeito do Município de Nova Marilândia – MT, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público, a constituição federal, a lei orgânica municipal, faz saber que a câmara municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado celebrar Convênio com Instituição Financeira Pública ou Privada, objetivando proporcionar ao Servidor Público Municipal, empréstimos com descontos programados em folha de pagamento obedecendo aos critérios e as normas do Agente Financeiro, conforme convênio a ser formalizado.
Parágrafo Único – Os contratos de empréstimos serão firmados exclusivamente entre a instituição financeira e o próprio funcionário do legislativo sob a garantia da consignação em folha de pagamento.

Art. 2º - A responsabilidade pela concessão do financiamento é exclusiva da Instituição Pública ou Privada, não se responsabilizando o Poder Legislativo pelas obrigações assumidas pelo servidor junto à instituição financeira e nem pelas informações prestadas por ocasião da solicitação do crédito, nem pela autenticidade da assinatura do financiado/servidor.

Art. 3º - A contratação dar-se-á quando o requerente não tiver restrições financeiras e atender as exigências do Agente Financeiro, tendo ainda a homologação do Poder Legislativo por meio de seu presidente do desconto em folha de pagamento.

Art. 4º - São beneficiários da presente lei todas as pessoas físicas pertencentes ao quadro de servidores públicos do Poder Legislativo Municipal que ocupe cargo efetivo,eletivo ou comissionado.

Art. 5º - O valor do empréstimo a ser disponibilizado é de caráter individual, por beneficiário, estando condicionado ao limite de margem consignável, ou seja, 30% (trinta por cento) do salário/ remuneração do servidor. O valor da prestação mensal paga pelo beneficiário não poderá ultrapassar o limite disponível de margem consignável em folha de pagamento.

Art. 6º - Se ocorrer demissão do funcionário durante a vigência do contrato, por ocasião do desligamento (demissão, exoneração, falecimento, dispensa, aposentadoria ou perda do mandato) a Câmara Municipal por meio de seu presidente promoverá o desconto da parcela vincenda e comunicará o banco com antecedência de 03 (três) dias úteis da data do pagamento do salário/remuneração, para que o mesmo possa adotar as medidas cabíveis a satisfação de seu crédito, cessando consequentemente, a obrigação da Câmara Municipal de promover os descontos em folha de pagamento das parcelas subsequentes.

Art. 7º- Eventuais atrasos na folha de pagamento dos servidores não repercutirão, sob nenhuma forma, nas obrigações a cargo da Câmara Municipal.

Art. 8º - Fica autorizado ao Poder Legislativo Municipal a regulamentar a presente lei, no que couber através de Resolução, no prazo de 30 (trinta) dias após a sua publicação, e a tomar todas as demais providências administrativas e jurídicas necessárias ao seu cumprimento.

Art. 9º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA–MT, AOS 19 DIAS DO MÊS DE ABRIL ANO DE 2013.

WENER KLESLEY DOS SANTOS
Prefeito de Nova Marilandia - MT

Publicado por:
Devanira Leite Souto
Código Identificador:7AE210D3

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

ASSESSORIA JURIDICA
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 018/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Avenida Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, na cidade de Nova Maringá/MT, inscrito no CNPJ/MF sob nº 37.464.831/0001-24, representado neste ato pelo Prefeito Municipal **JOÃO BRAGA NETO**, brasileiro, casado, portador do CPF: 424.993.729-15 e RG n.º 3026855 SESP-PR, filiação: Eugenio Braga e Jacira Orcese Braga, natural de Cianorte/PR, residente e domiciliado no município de Nova Maringá/MT, doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE,** e do outro lado **ADELÍCIO ZAMBONI**, portador da Cédula de Identidade RG nº 41.642 SSP/SC inscrito no CPF/MF sob nº 076.446.399-34, residente e domiciliado na Fazenda Zamboni, MT 160, Distrito de Brianorte, município de Nova Maringá-MT, doravante simplesmente denominado **CONTRATADO**, pactuam conforme as seguintes cláusulas e condições:
OBJETO: O presente Contrato tem como objeto a Indenização de Benfeitorias úteis e necessárias, edificadas nos Lotes 01, 02, 03, 14, 15, 16 da QD 04, perfazendo uma área total de 2.596,00 m2, com as seguintes benfeitorias: um barracão construído de alvenaria com uma área de 248.88 m2, um barracão aberto com colunas de concreto moldurado cobertura de zinco, com uma área de 300.00 m2, uma casa de alvenaria com 06 cômodos com uma área de 93.60 m2, com fundos para o lote 14, com frente para a Av. Amos Bernardino Zanchet, e Lote 01 da QD 09, com frente para Rua Joice, esquina com a Rua Julia, com uma área total de 1.189, 00 m2, com as seguintes benfeitorias: um barracão aberto com colunas de concreto pré-moldados, cobertura de zinco, com uma área de 225,00 m2, ambos localizados no Bairro Jardim Tropical, do município de Nova Maringá. O imóvel será utilizado para funcionamentos da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas no art. 24, inciso X da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94, alterações posteriores e neste instrumento e pelas convenções estabelecidas no Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 08/2013, autorizado pelas Leis Municipais n.º 732/2013 e n.º 733/2013.
DA VIGENCIA: prazo do presente instrumento contratual é de 19 (dezenove) meses, iniciando a vigência na data de sua assinatura, com seu término em 30/11/2014, podendo ser prorrogado na forma da Lei, desde que haja manifestação das partes com antecedência mínima de 03 (três) dias do término do Contrato.

DO PREÇO: O valor global do presente Contrato, importa em R$ 250.000,00 (duzentos e cinqüenta mil reais).
O valor será pago ao Contratado em 02 (duas) parcelas iguais, cujo valor da primeira parcela será de 50% do valor global na assinatura do contrato e o restante 50%, na data de 20/11/2014, diretamente na tesouraria da Prefeitura ou através de crédito em conta corrente do Contratado.
DOTAÇÂO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta de recursos do Orçamento Programa do Município à conta da seguinte rubrica orçamentária: 06. 001. 15. 451. 0026. 1.202. 44.90.93.00.00.00

ASSINAM:

Município de Nova Maringá
JOÃO BRAGA NETO
Contratante

ADELÍCIO ZAMBONI
Contratado

Publicado por:
Vanessa Cristine Caetano da Rosa
Código Identificador:323F062A

ASSESSORIA JURIDICA
LEI Nº 737 / 2013 / 18 DE ABRIL DE 2013

Súmula: *"Autoriza o poder executivo municipal a criar o programa municipal de desenvolvimento da cadeia produtiva da aquicultura familiar, bem como utilizar recursos na promoção de ações de apoio e incentivo à atividade."*

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 47, IV da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.
Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aqüicultura Familiar, bem como utilizar recursos da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, para promover ações de apoio e incentivo a atividade da piscicultura na fase de implantação (construção de tanques), visando aumentar a produção e agregar renda às famílias rurais mediante a projetos específicos.
Art. 2°- Os recursos utilizados deverão ser ressarcidos ao município pelos produtores na forma de (devolução integral em espécie; devolução percentual em espécie; em produto para instituições municipais; em óleo diesel, etc), após o primeiro ciclo de produção.
Art. 3° - Esses valores retornarão aos cofres públicos e formarão um fundo para utilização de outros produtores na continuidade do programa.
Art. 4º - O valor utilizado pelos produtores terá um custo (juros) de 3,0 % (por cento) ao ano.
Art. 5º - Os beneficiários do programa deverão ser produtores proprietários ou arrendatários de estabelecimentos rurais, assentamentos, pescadores, localizados no Município de Nova Maringá/MT.
Art. 6º - Os agricultores que desejarem participar do programa devem se enquadrar nos parâmetros de classificação do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) do Governo Federal**.**
Art. 7° - Cada produtor terá direito a 20 (vinte) horas de máquinas, sendo utilizado o equipamento da prefeitura para a construção e adequação dos tanques.
Art. 8º - Os valores cobrados serão estipulados através do preço do óleo diesel no mercado, considerando um consumo médio de 10 (dez) litros por hora.
§1º – Os valores estipulados no artigo 7º poderão sofrer alteração conforme o valor de mercado dos produtos utilizados para implantação ou adequação da atividade.
§2º – O valor cobrado corresponderá somente ao óleo diesel utilizado no serviço, não sendo computado o tempo utilizado de horas/máquina.(Observar artigo 4°)
Art. 9º - Os produtores inscritos no programa passarão por uma seleção onde um comitê gestor municipal, de forma isonômica, definirá quais famílias serão beneficiadas, e também avaliará se o referido serviço não causará danos ao meio ambiente.
Parágrafo Único - O comitê gestor municipal será constituído pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável – CMDRS, Prefeitura Municipal e entidade de extensão rural (ou similar), e entidades representativas do setor.
Art. 10º - Os recursos que comporão o programa referido, serão oriundos do projeto de atividade de desenvolvimento da piscicultura do município, previsto no Orçamento Municipal e de recursos conveniados com outros entes federados.
Parágrafo Único - O número de produtores beneficiados será estipulado conforme disponibilidade de recursos que comporão o programa.
Art. 11º - Como forma de incentivo aos produtores, a Prefeitura Municipal oferecerá um curso profissionalizante na área da piscicultura e aqueles que tiverem sua presença confirmada através de certificado com freqüência mínima de 90% (noventa por cento), terão um desconto de 25% (vinte e cinco por cento) na subvenção dos custos de implantação ou adequação do projeto, na devolução do recurso utilizado.
Art. 12° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BRAGA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Cristine Caetano da Rosa
Código Identificador:E7B4BF42

ASSESSORIA JURIDICA
DECRETO Nº 20/2013/GAPRE NOVA MARINGÁ, 08 DE ABRIL DE 2013.

Súmula: "Dispõe sobre os membros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB – CACS e dá outras providências."

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 47, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, a Reunião Extraordinária do Conselho Municipal do FUNDEB realizada na data de 04 de fevereiro de 2013 e Portaria FNDE nº 430, de 10 de dezembro de 2008;

RESOLVE:

Artigo 1º - Homologar os nomes dos membros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB – CACS, do Município de Nova Maringá-MT, pelo período de 2 (dois) anos, que será composto pelos seguintes nomes acompanhados de seus respectivos cargos;

I – Poder Executivo Municipal - Secretaria Municipal de Educação:
Titular – Alcione Sávio Ribeiro
Suplente – Marcos Dione de Souza Reis

II – Poder Executivo Municipal:
Titular – Rosa Lice Leite
Suplente – João Batista Rodrigues.

III – Professores da Educação Básica Pública:
Titular - Rosana Faria Leite
Suplente – Luzia Marinalva Coradi Braga

IV – Diretores das escolas:
Titular - Solange Garcia Harala Faria
Suplente – Inês Aparecida Kemp

V – Servidores Técnico-administrativos das escolas:
Titular - Bruna Elizangela Ribeiro dos Santos
Suplente – Dinalva Alves de Santana Sanfelice

VI – Pais de Alunos da Educação Básica Pública:

Titular – Francisca Quelma do Nascimento Souza
Suplente – Dislene Souza Silva

Titular – Vilma Alves de Oliveira
Suplente – Manoela Afonso da Silva Oliveira

VII – Estudantes da Educação Básica Pública:
Titular – Neuza da Silva
Suplente – Eunice Nunes de Brito

VIII – Conselho Tutelar:
Titular – Silvana Harala Dias
Suplente – Alcione Rodrigues de Barros

IX – Conselho Municipal de Educação:
Titular – Hortencia Salete da Silva
Suplente – Silvia Maria Arantes do Pinho

Art. 2° - Homologar a Diretoria do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB – CACS do Município de Nova Maringá, que terá a seguinte composição:

I – Presidente – Rosana Faria Leite

II - Vice Presidente – Solange Garcia Harala Farias

III - Secretária – Rosa Lice Leite

Artigo 3º - Os membros constantes neste decreto são declarados empossados, entrando de imediato no uso de sua funções e respectivos cargos.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 09 de abril de 2013.

JOÃO BRAGA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Cristine Caetano da Rosa
Código Identificador:59EC5256

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

PREFEITURA MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 16/2013

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Eu, **ARION SILVEIRA**, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, após efetuar a competente análise, **HOMOLOGO** nesta data o Processo Licitatório Sob Modalidade **Pregão Presencial nº. 16/2013**, cujo objeto trata-se de REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS E AQUISIÇÃO DOS ITENS NECESSÁRIOS PARA BOMBEAMENTO DE ÁGUA PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, conforme negociações feitas na sessão pública pela equipe de pregão do município e acatando sem ressalvas a conclusão final da Pregoeira que adjudicou vencedora do certame licitatório a empresa RIBEIRO DA SILVA E ALVES LTDA ME, CNPJ: 08.862.481/0001-56 no valor total de R$ 121.078,00 (cento e vinte um mil e setenta e oito reais) e determino que se tomem as devidas providências para assinatura da respectiva ata de registro de preços.

Nova Monte Verde-MT, 19 de abril de 2013.

ARION SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karla Beatriz Bernatzky
Código Identificador:C1151CC2

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 16/2013

EDITAL DE PUBLICAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2013
PROCESSO Nº. 1399/2013
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS E AQUISIÇÃO DOS ITENS NECESSÁRIOS PARA BOMBEAMENTO DE ÁGUA PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE
A Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, nomeada através da Portaria nº. 15/2013 de 03 de janeiro de 2013 torna público aos interessados que conforme Edital de Licitação de Pregão Presencial nº. 16/2013 sagrou-se vencedora do Certame Licitatório as Empresas:
RIBEIRO DA SILVA E ALVES LTDA ME, CNPJ: 08.862.481/0001-56 no valor total de R$ 121.078,00 (cento e vinte um mil e setenta e oito reais) para futuras e eventuais contratações;

Nova Monte Verde-MT, 19 de abril de 2013.

KARLA BEATRIZ BERNATZKY
Pregoeira

Publicado por:
Karla Beatriz Bernatzky
Código Identificador:CB4BBF0E

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N. 155-2013- FISCAL DE CONTRATOS

PORTARIA N.º 155/2013
12 de abril de 2013

Súmula: Nomeia Fiscal Administrativo Para o Contrato Nº 33/2013/depto/adm/compras.

Arion Silveira, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no Uso Das Atribuições Que Lhe São Conferidas Pelo Art. 90, Inciso Viii da Lei Orgânica do Município, E

Considerando Que a Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, em Seu Art. 67, Exige Que a Execução Dos Contratos Seja Acompanhada e Fiscalizada Por um Representante da Administração Pública;

Considerando Que o Decreto Nº 141, de 03 de Novembro de 2011 Definiu e Regulamentou as Atribuições do Fiscal de Contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e Deu Outras Providências;

Resolve:
Art. 1º - Nomear os Servidores Abaixo Indicados Para, em Observância à Legislação Vigente, Atuarem Como Fiscais Administrativos do Contrato Nº 33/2013/dpto/adm/compras, Celebrado Entre o Município de Nova Monte Verde e Vera Cruz Comércio de Eletrônicos e Móveis Eireli Me.
Contrato Nº: 33/2013/dpto/adm/compras
Processo Administrativo Nº: 1305/2013
Objeto: Aquisição de Materiais Permanentes Para Atender a Casa de Apoio, o Conselho Tutelar e o Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde
Data da Assinatura: 12 de Abril de 2013.
Vigência: de 12 de Abril a 31 de Dezembro de 2013.
Valor: R$ 6.725,00 (seis Mil Setecentos e Vinte e Cinco Reais)

Fiscal Titular: Célia Das Graças Tizo Maltezo
Rg Nº: 358.935 Ssp/mt
Cpf Nº 328.732.631.72

Cargo: Secretária Municipal de Assist. Social, Trabalho e Cidadania
Lotação: Secretaria Mun. de Assist. Social, Trabalho e Cidadania
Matrícula Nº: 2458

Fiscal Substituto: Roseli Souza Porto de Paula
Rg Nº: 10204237 Ssp/mt
Cpf Nº: 762.014.811-68
Cargo: Assis. de Controle Administrativo
Lotação: Sec. Mun. de Planej., Administração e Finanças
Matrícula Nº: 68

Art. 2º - a Presente Portaria Entra em Vigor na Data de Sua Publicação, Revogadas as Disposições em Contrário.

Nova Monte Verde/mt, 12 de Abril de 2013.

ARION SILVEIRA
Prefeito Municipal

Termo de Compromisso

Declaro Estar Ciente de Minha Designação Para Atuar Como Fiscal Administrativo do Contrato Nº 33/2013/depto/adm/compras Referente ao Processo Administrativo Nº 1305/2013, Comprometendo-me a Cumprir as Disposições Contidas no Decreto Nº 141/2011.

Nova Monte Verde, 12 de Abril de 2013.

CÉLIA DAS GRAÇAS TIZO MALTEZO
Secretária Municipal de Assist. Social, Trabalho e Cidadania
Matrícula Nº. 2458

Publicado por:
Karla Beatriz Bernatzky
Código Identificador:99DB0049

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N. 156-2013- FISCAL DE CONTRATOS

PORTARIA N.º 156/2013
12 de abril de 2013

SÚMULA: Nomeia fiscal administrativo para o Contrato nº 34/2013/DEPTO/ADM/COMPRAS.

ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:
Art. 1º - Nomear os servidores abaixo indicados para, em observância à legislação vigente, atuarem como Fiscais Administrativos do Contrato nº 34/2013/DPTO/ADM/COMPRAS, celebrado entre o **MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE** e **BEATRIZ NAGEL ME.**
CONTRATO Nº: 34/2013/DPTO/ADM/COMPRAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 1305/2013
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA ATENDER A CASA DE APOIO, O CONSELHO TUTELAR E O DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE
DATA DA ASSINATURA: 12 de abril de 2013.
VIGÊNCIA: de 12 de abril a 31 de dezembro de 2013.
VALOR: R$ 254,00 (duzentos e cinquenta e quatro reais)

FISCAL TITULAR: CÉLIA DAS GRAÇAS TIZO MALTEZO
RG Nº: 358.935 SSP/MT
CPF Nº 328.732.631.72
CARGO: Secretária Municipal de Assist. Social, Trabalho e Cidadania
LOTAÇÃO: Secretaria Mun. de Assist. Social, Trabalho e Cidadania
MATRÍCULA Nº: 2458

FISCAL SUBSTITUTO: ROSELI SOUZA PORTO DE PAULA
RG Nº: 10204237 SSP/MT
CPF Nº: 762.014.811-68
CARGO: Assis. de Controle Administrativo
LOTAÇÃO: Sec. Mun. de Planej., Administração e Finanças
MATRÍCULA Nº: 68

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Monte Verde/MT, 12 de abril de 2013.

ARION SILVEIRA
Prefeito Municipal

TERMO DE COMPROMISSO

Declaro estar ciente de minha designação para atuar como Fiscal Administrativo do Contrato nº 34/2013/DEPTO/ADM/COMPRAS referente ao Processo Administrativo nº 1305/2013, comprometendo-me a cumprir as disposições contidas no Decreto nº 141/2011.

Nova Monte Verde, 12 de abril de 2013.

CÉLIA DAS GRAÇAS TIZO MALTEZO
Secretária Municipal de Assist. Social, Trabalho e Cidadania
Matrícula nº**.** 2458

Publicado por:
Karla Beatriz Bernatzky
Código Identificador:C9CD4D5E

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N. 157-2013- FISCAL DE CONTRATOS

PORTARIA N.º 157/2013
12 de abril de 2013

SÚMULA: Nomeia fiscal administrativo para o Contrato nº 35/2013/DEPTO/ADM/COMPRAS.

ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:
Art. 1º - Nomear os servidores abaixo indicados para, em observância à legislação vigente, atuarem como Fiscais Administrativos do Contrato nº 35/2013/DPTO/ADM/COMPRAS, celebrado entre o **MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE** e **PAPELARIA PANTANAL LTDA EPP.**
CONTRATO Nº: 35/2013/DPTO/ADM/COMPRAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 1305/2013
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA ATENDER A CASA DE APOIO, O CONSELHO TUTELAR E O DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE
DATA DA ASSINATURA: 12 de abril de 2013.
VIGÊNCIA: de 12 de abril a 31 de dezembro de 2013.

VALOR: R$ 5.385,60 (cinco mil trezentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos)

FISCAL TITULAR: CÉLIA DAS GRAÇAS TIZO MALTEZO
RG Nº: 358.935 SSP/MT
CPF Nº 328.732.631.72
CARGO: Secretária Municipal de Assist. Social, Trabalho e Cidadania
LOTAÇÃO: Secretaria Mun. de Assist. Social, Trabalho e Cidadania
MATRÍCULA Nº: 2458

FISCAL SUBSTITUTO: ROSELI SOUZA PORTO DE PAULA
RG Nº: 10204237 SSP/MT
CPF Nº: 762.014.811-68
CARGO: Assis. de Controle Administrativo
LOTAÇÃO: Sec. Mun. de Planej., Administração e Finanças
MATRÍCULA Nº: 68

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Monte Verde/MT, 12 de abril de 2013.

ARION SILVEIRA
Prefeito Municipal

TERMO DE COMPROMISSO

Declaro estar ciente de minha designação para atuar como Fiscal Administrativo do Contrato nº 35/2013/DEPTO/ADM/COMPRAS referente ao Processo Administrativo nº 1305/2013, comprometendo-me a cumprir as disposições contidas no Decreto nº 141/2011.

Nova Monte Verde, 12 de abril de 2013.

CÉLIA DAS GRAÇAS TIZO MALTEZO
Secretária Municipal de Assist. Social, Trabalho e Cidadania
Matrícula nº**.** 2458

Publicado por:
Karla Beatriz Bernatzky
Código Identificador:1576215F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESUMO CONTRATO 096/2013/DEPTO/RH

CONTRATO Nº. 096/2013
1.PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde e Natiele Letícia Kempfer Tomimatsu
2.OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFESSOR, CUJAS ATRIBUIÇÕES ESTÃO ELENCADAS NA LEI QUE DISCIPLINA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.
3. DATA ASSINATURA: 01 de abril de 2013.
4.VIGÊNCIA: 20 de dezembro de 2013.
5.VALOR: R$ 6.463,60 (seis mil quatrocentos e sessenta e três reais e sessenta centavos)

Publicado por:
Mirian Barbosa Camargo Maciel
Código Identificador:C31D1F14

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESUMO CONTRATO 097/2013/DEPTO/RH

CONTRATO Nº. 097/2013
1.PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde e Ivo Escorsin Filho
2.OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA, CUJAS ATRIBUIÇÕES ESTÃO ELENCADAS NA LEI QUE DISCIPLINA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.
3. DATA ASSINATURA: 01 de abril de 2013.
4.VIGÊNCIA: 20 de dezembro de 2013.
5.VALOR: R$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)
6. PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO: Nº. 001/2013

Publicado por:
Mirian Barbosa Camargo Maciel
Código Identificador:A7C2FD43

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESUMO CONTRATO 098/2013/DEPTO/RH

CONTRATO Nº. 098/2013
1.PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde e Eliseu Rodrigues dos Santos
2.OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA, CUJAS ATRIBUIÇÕES ESTÃO ELENCADAS NA LEI QUE DISCIPLINA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.
3. DATA ASSINATURA: 04 de abril de 2013.
4.VIGÊNCIA: 20 de dezembro de 2013.
5.VALOR: R$ 7.680,00 (sete mil seiscentos e oitenta reais)
6. PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO: Nº. 001/2013

Publicado por:
Mirian Barbosa Camargo Maciel
Código Identificador:747DC6CA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESUMO CONTRATO 099/2013/DEPTO/RH

CONTRATO Nº. 099/2013
1.PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde e Lucineia Alves Barbosa
2.OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFESSOR, CUJAS ATRIBUIÇÕES ESTÃO ELENCADAS NA LEI QUE DISCIPLINA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.
3. DATA ASSINATURA: 05 de abril de 2013.
4.VIGÊNCIA: 05 de junho de 2013.
5.VALOR: R$ 1.780,70 (hum mil setecentos e oitenta reais e setenta centavos)

Publicado por:
Mirian Barbosa Camargo Maciel
Código Identificador:6B1CE5F6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESUMO CONTRATO 100/2013/DEPTO/RH

CONTRATO Nº. 100/2013
1.PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde e Angela Maria de Oliveira
2.OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFESSOR, CUJAS ATRIBUIÇÕES ESTÃO ELENCADAS NA LEI QUE DISCIPLINA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.
3. DATA ASSINATURA: 05 de abril de 2013.
4.VIGÊNCIA: 20 de dezembro de 2013.
5.VALOR: R$ 12.487,17 (doze mil quatrocentos e oitenta e sete reais e dezessete centavos)
6. PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO: Nº. 001/2013

Publicado por:
Mirian Barbosa Camargo Maciel
Código Identificador:41269B61

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESUMO CONTRATO 101/2013/DEPTO/RH

CONTRATO Nº. 101/2013
1.PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde e Vanessa Luiza Mendes
2.OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO, CUJAS

ATRIBUIÇÕES ESTÃO ELENCADAS NA LEI QUE DISCIPLINA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.
3. DATA ASSINATURA: 08 de abril de 2013.
4.VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2013.
5.VALOR: R$ 5.943,80 (cinco mil novecentos e quarenta e três reais e oitenta centavos)
6. PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO: Nº. 001/2013

Publicado por:
Mirian Barbosa Camargo Maciel
Código Identificador:59E5A8F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESUMO CONTRATO 102/2013/DEPTO/RH

CONTRATO Nº. 102/2013
1.PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde e João Joarez dos Santos
2.OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGIA, CUJAS ATRIBUIÇÕES ESTÃO ELENCADAS NA LEI QUE DISCIPLINA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.
3. DATA ASSINATURA: 08 de abril de 2013.
4.VIGÊNCIA: 08 de junho de 2013.
5.VALOR: R$ 1.356,00 (hum mil trezentos e cinqüenta e seis reais)

Publicado por:
Mirian Barbosa Camargo Maciel
Código Identificador:041F9F45

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESUMO CONTRATO 103/2013/DEPTO/RH

CONTRATO Nº. 103/2013
1.PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde e Edilson Dilallo
2.OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGIA, CUJAS ATRIBUIÇÕES ESTÃO ELENCADAS NA LEI QUE DISCIPLINA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.
3. DATA ASSINATURA: 08 de abril de 2013.
4.VIGÊNCIA: 08 de junho de 2013.
5.VALOR: R$ 1.356,00 (hum mil trezentos e cinqüenta e seis reais)

Publicado por:
Mirian Barbosa Camargo Maciel
Código Identificador:85DDCB84

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESUMO CONTRATO 104/2013/DEPTO/RH

CONTRATO Nº. 104/2013
1.PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde e Aldo Aparecido dos Santos
2.OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE LIMPEZA URBANA, CUJAS ATRIBUIÇÕES ESTÃO ELENCADAS NA LEI QUE DISCIPLINA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.
3. DATA ASSINATURA: 15 de abril de 2013.
4.VIGÊNCIA: 15 de junho de 2013.
5.VALOR: R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais)

Publicado por:
Mirian Barbosa Camargo Maciel
Código Identificador:F5D36905

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESUMO CONTRATO 105/2013/DEPTO/RH

CONTRATO Nº. 105/2013
1.PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde e Romildo Terres Marcondes
2.OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGIA, CUJAS ATRIBUIÇÕES ESTÃO ELENCADAS NA LEI QUE DISCIPLINA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.
3. DATA ASSINATURA: 15 de abril de 2013.
4.VIGÊNCIA: 15 de junho de 2013.
5.VALOR: R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais)

Publicado por:
Mirian Barbosa Camargo Maciel
Código Identificador:012DA9BB

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 035, DE 9 DE ABRIL DE 2013.

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), no orçamento vigente e dá outras providências".

O Sr. **Adriano Xavier Pivetta,** Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, atendendo o contido da Lei Municipal nº 1.655, de 9 de abril de 2013, em consonância com a Lei Federal nº 4.320/64.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar, nos termos do Art. 41, Inciso I da Lei Federal nº 4.320/64, para reforço das dotações consignadas no orçamento do Município, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) às seguintes rubricas orçamentárias:

DOTAÇÃO A SUPLEMENTAR		
10.	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	
10.001.	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	
10.001.27.	Desporto e Lazer	
10.001.27.813.	Lazer	
10.001.27.813.0017.	Esporte e Saúde	
10.001.27.813.0017.2176.	Manut. de Conv. Ass. o Mutum de Esp.–AMESPORTES	
3350.43.00.00.00. 397	Subvenções Sociais	R$ 15.000,00
TOTAL A SUPLEMENTAR		**R$ 15.000,00**

Art. 2º. Para fazer face ao crédito aberto no artigo anterior, será anulado as dotações orçamentárias, nos termos do Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, consignados no orçamento vigente aos códigos:

DOTAÇÃO A REDUZIR		
10.	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	
10.001.	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	
10.001.27.	Desporto e Lazer	
10.001.27.812.	Desporto Comunitário	
10.001.27.812.0017.	Esporte e Saúde	
10.001.27.812.0017.1032.	Elab. Proj. Const. de Est. e Mini Est. de Futebol	
4490.51.00.00.00 (390)	Obras e Instalações	R$ 15.000,00
TOTAL A REDUZIR		**R$ 15.000,00**

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 9 de abril de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ADRIANO XAVIER PIVETTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Duarte Dutra
Código Identificador:D29F5999

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 036, DE 12 DE ABRIL DE 2013.

"Fecha estabelecimento comercial que menciona e dá outras providências".

O Sr. **Adriano Xavier Pivetta**, Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, atendendo especialmente ao Capitulo I, Art. 246 § 1º e 2º da Lei Complementar nº 089, de 18 de dezembro de 2012.

DECRETA:

Artigo 1º. Fica decretado o fechamento, por prazo indeterminado o estabelecimento comercial, **Ademir Mariano da Silva- Disk Latinha**, sob o C.P.F. nº 651.552.701-20, localizada na Rua das Seringueiras, esquina com Av. dos Pavões, nº 997-W, Jardim Imperial, neste Município, com atividade de **Comércio Atacadista e Varejista de Bebidas em Geral.**

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 12 de abril de 2013.

Registre-se, Afixe-se e Cumpra-se.

ADRIANO XAVIER PIVETTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Duarte Dutra
Código Identificador:2F6FB0CF

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 037, DE 12 DE ABRIL DE 2013.

"Retoma ao Poder Público Municipal a área que menciona e dá outras providências".

O Sr. **Adriano Xavier Pivetta**, Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, atendendo o contido da Lei Municipal nº 771/2003 de 18/11/2003 e suas alterações Lei Municipal nº 1.208 de 25/11/2009 e Ata do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Industrial de Nova Mutum.

DECRETA:

Art. 1º. Fica retomado ao Município de Nova Mutum – MT, a área abaixo relacionada, localizada no Loteamento Residencial das Palmeiras, cedido à empresa Eco Entulhos Locação de Caçambas Ltda ME, inscrita no CNPJ nº 11.350.255/0001-09

I. Lote nº 14, Quadra A – Perimetral das Samambaias;
II. Lote nº 28, Quadra A – Rua das Avencas.

Art. 2º. A retomada se dá em virtude do não cumprimento dos prazos de início e conclusão do investimento, estabelecidos pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Industrial de Nova Mutum, conforme decidido pelo CMDEINM, em julgamento do Processo Administrativo referente ao imóvel objeto do presente Decreto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 12 de abril de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ADRIANO XAVIER PIVETTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Duarte Dutra
Código Identificador:10ADDF2F

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 042, DE 19 DE ABRIL DE 2013.

"Dispõe sobre a realização de Exame Médico Dermatológico, para os candidatos aprovados no Concurso Público nº 001/2012 e dá outras providências.

O Sr. **Adriano Xavier Pivetta**, Prefeito de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento ao Art. 60, inciso VI da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Para a realização de Exame Médico Dermatológico de que trata esse decreto, os candidatos aprovados no concurso nº 001/2012, deverão realizar agendamento no Departamento de Recursos Humanos, onde os interessados serão informados sobre o local e data da realização do mesmo.

Art. 2º. Os candidatos que já realizaram o Exame Médico Dermatológico deverão protocolar na Secretaria Municipal de Administração, requerimento de ressarcimento do valor juntamente com o comprovante de pagamento, sendo que o reembolso será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 19 de abril de 2013.

ADRIANO XAVIER PIVETTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Duarte Dutra
Código Identificador:53F98623

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO 003/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2013
CONVITE N. º 002/2013
EDITAL Nº 007

TIPO:
Prestação de Serviços

CONTRATANTE:
Câmara Municipal de Nova Olímpia - MT

CONTRATADA:
GONÇALVES CORDEIRO PROPAGANDA E MARKETING LTDA

OBJETO:
Contratação de serviços publicitários, de forma contínua, relativos a produção e distribuição para veiculação de programas de campanhas institucionais, de publicidade e de atos oficiais, acrescido dos serviços de radiodifusão das sessões da instituição durante as três primeiras terças-feiras de cada mês e extraordinárias a qualquer dia e horário.

VALOR:
R$ 28.000,00 (trinta e seis mil reais) global

DOTAÇÃO
01 00100 01 031 0001.2001.3.3.90.39.00.00

ASSINATURA
16 de abril de 2013

SIGNATÁRIO
José Pires de Moraes Neto

JOSIMAR SILVA LIMA
Presidente Cpl

Publicado por:
Valdino Carlos Rodrigues
Código Identificador:B9E36F95

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 023/2013 AVISO

REGISTRO DE PREÇOS

ENCONTRA-SE ABERTA, NO SETOR DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA, SITUADO À AVENIDA MATO GROSSO, 175, CENTRO, CEP: 78.370-000, NOVA OLÍMPIA-MT, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL SRP, DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, COM FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTAS PARA ***PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE PINTURAS, FAIXAS DE RAFIA, LOGOMARCAD E LETREIROS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS PRÉDIOS, PARA AS: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DESENVOLVIMENTO RURAL,SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUN. DE SAÚDE, SEC. MUN. AÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL E SEC. MUN. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICIPIO DE NOVA OLÍMPIA-MT.*** CUJAS ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ENCONTRAM-SE EM ANEXO ACOMPANHANDO O EDITAL DA LICITAÇÃO.

REGEM A PRESENTE LICITAÇÃO, A LEI FEDERAL 10.520/02, O DECRETO MUNICIPAL N.º 034/2011, SUBSIDIARIAMENTE, A LEI N.º 8.666/93 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS.

A ABERTURA DESTA LICITAÇÃO OCORRERÁ NO DIA 06 (seis) DE MAIO DE 2013, ÀS 10: 00 (dez) HORAS, SALA DE LICITAÇÕES, QUANDO OS INTERESSADOS DEVERÃO APRESENTAR OS ENVELOPES N.º 01 – PROPOSTA DE PREÇOS E N.º 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A PREGOEIRA, BEM COMO A DECLARAÇÃO, EM SEPARADO DOS ENVELOPES ACIMA MENCIONADOS, DANDO CIÊNCIA DE QUE PREENCHEM PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO ESTABELECIDOS NO ATO CONVOCATÓRIO DO CERTAME.

AS EMPRESAS INTERESSADAS, ATRAVÉS DE SEUS REPRESENTANTES LEGAIS, PODERÃO CREDENCIAR-SE, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO PRÓPRIO, JUNTO A PREGOEIRA, À PARTIR DAS 07:00 (sete) HORAS DO DIA ESPECIFICADO NO PARÁGRAFO ANTERIOR.

PODERÃO PARTICIPAR DA LICITAÇÃO PESSOAS JURÍDICAS QUE ATUAM NO RAMO PERTINENTE AO OBJETO LICITADO, OBSERVADAS AS CONDIÇÕES CONSTANTES DO EDITAL.

O EDITAL COMPLETO PODERÁ SER OBTIDO PELOS INTERESSADOS NO SETOR DE LICITAÇÕES DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, NO HORÁRIO DE 07:00 ÀS 11:00 E DAS 13:00 AS 17:00 HORAS, OU E NO SITE **www.novaolimpia.mt.gov.br**.

QUAISQUER DÚVIDAS CONTATAR PELO TELEFONE (65) 3332-1130.

NOVA OLÍMPIA-MT, 19 DE ABRIL DE 2013.

MARIA PAIXÃO DE SOUZA GUEDES
Pregoeira

Publicado por:
Sonia Senhorinha Ribeiro
Código Identificador:67014D78

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 024/2013 AVISO

ENCONTRA-SE ABERTA, NO SETOR DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA, SITUADO À AVENIDA MATO GROSSO, 175, CENTRO, CEP: 78.370-000, NOVA OLÍMPIA-MT, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL SRP, DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, COM FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTAS PARA ***CONTRATACAO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, MATERIAL ELÉTRICO, MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA, MAQ. UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS, DESTINADOS A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS PRÉDIOS, PARA AS: SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUN. DE SAÚDE, SEC. MUN. AÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL E SEC. MUN. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICIPIO DE NOVA OLÍMPIA-MT.*** CUJAS ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ENCONTRAM-SE EM ANEXO ACOMPANHANDO O EDITAL DA LICITAÇÃO.

REGEM A PRESENTE LICITAÇÃO, A LEI FEDERAL 10.520/02, O DECRETO MUNICIPAL N.º 034/2011, SUBSIDIARIAMENTE, A LEI N.º 8.666/93 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS.

A ABERTURA DESTA LICITAÇÃO OCORRERÁ NO DIA 06 (seis) DE MAIO DE 2013, ÀS 10: 00 (dez) HORAS, SALA DE LICITAÇÕES, QUANDO OS INTERESSADOS DEVERÃO APRESENTAR OS ENVELOPES N.º 01 – PROPOSTA DE PREÇOS E N.º 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A PREGOEIRA, BEM COMO A DECLARAÇÃO, EM SEPARADO DOS ENVELOPES ACIMA MENCIONADOS, DANDO CIÊNCIA DE QUE PREENCHEM PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO ESTABELECIDOS NO ATO CONVOCATÓRIO DO CERTAME.

AS EMPRESAS INTERESSADAS, ATRAVÉS DE SEUS REPRESENTANTES LEGAIS, PODERÃO CREDENCIAR-SE, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO PRÓPRIO, JUNTO A PREGOEIRA, À PARTIR DAS 07:00 (sete) HORAS DO DIA ESPECIFICADO NO PARÁGRAFO ANTERIOR.

PODERÃO PARTICIPAR DA LICITAÇÃO PESSOAS JURÍDICAS QUE ATUAM NO RAMO PERTINENTE AO OBJETO LICITADO, OBSERVADAS AS CONDIÇÕES CONSTANTES DO EDITAL.

O EDITAL COMPLETO PODERÁ SER OBTIDO PELOS INTERESSADOS NO SETOR DE LICITAÇÕES DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, NO HORÁRIO DE 07:00 ÀS 11:00 E DAS 13:00 AS 17:00 HORAS, OU E NO SITE **www.novaolimpia.mt.gov.br**.

QUAISQUER DÚVIDAS CONTATAR PELO TELEFONE (65) 3332-1130.

NOVA OLÍMPIA-MT, 19 DE ABRIL DE 2013.

MARIA PAIXÃO DE SOUZA GUEDES
Pregoeira

Publicado por:
Sonia Senhorinha Ribeiro
Código Identificador:A6E25875

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 025/2013 AVISO

ENCONTRA-SE ABERTA, NO SETOR DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA, SITUADO À AVENIDA MATO GROSSO, 175, CENTRO, CEP: 78.370-000, NOVA OLÍMPIA-MT, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL SRP, DO TIPO MAIOR DESCONTO POR

LOTE COM FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTAS PARA **Objeto:** *Pregão (Registro de preços) para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para* **fornecimento de material** *para manutenção de veículos genuínos e originais de primeira linha para automóveis leves, camionetes, ambulâncias, ônibus, caminhões, motos e máquinas agrícolas e pesadas, independente de marca e categoria, e para* **prestação de serviços** *referente a manutenção e conservação de veículos, máquinas e equipamentos, destinado ao atendimento da frota deste município*. CUJAS ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ENCONTRAM-SE EM ANEXO ACOMPANHANDO O EDITAL DA LICITAÇÃO.

REGEM A PRESENTE LICITAÇÃO, A LEI FEDERAL 10.520/02, O DECRETO MUNICIPAL N.º 034/2011, SUBSIDIARIAMENTE, A LEI N.º 8.666/93 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS.

A ABERTURA DESTA LICITAÇÃO OCORRERÁ NO DIA 07 (sete) DE MAIO DE 2013, ÀS 08: 00 (Oito) HORAS, SALA DE LICITAÇÕES, QUANDO OS INTERESSADOS DEVERÃO APRESENTAR OS ENVELOPES N.º 01 – PROPOSTA DE PREÇOS E N.º 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A PREGOEIRA, BEM COMO A DECLARAÇÃO, EM SEPARADO DOS ENVELOPES ACIMA MENCIONADOS, DANDO CIÊNCIA DE QUE PREENCHEM PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO ESTABELECIDOS NO ATO CONVOCATÓRIO DO CERTAME.

AS EMPRESAS INTERESSADAS, ATRAVÉS DE SEUS REPRESENTANTES LEGAIS, PODERÃO CREDENCIAR-SE, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO PRÓPRIO, JUNTO A PREGOEIRA, À PARTIR DAS 07:00 (sete) HORAS DO DIA ESPECIFICADO NO PARÁGRAFO ANTERIOR.

PODERÃO PARTICIPAR DA LICITAÇÃO PESSOAS JURÍDICAS QUE ATUAM NO RAMO PERTINENTE AO OBJETO LICITADO, OBSERVADAS AS CONDIÇÕES CONSTANTES DO EDITAL.

O EDITAL COMPLETO PODERÁ SER OBTIDO PELOS INTERESSADOS NO SETOR DE LICITAÇÕES DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, NO HORÁRIO DE 07:00 ÀS 11:00 E DAS 13:00 AS 17:00 HORAS, OU E NO SITE **www.novaolimpia.mt.gov.br**.

QUAISQUER DÚVIDAS CONTATAR PELO TELEFONE (65) 3332-1130.

NOVA OLÍMPIA-MT, 19 DE ABRIL DE 2013.

MARIA PAIXÃO DE SOUZA GUEDES
Pregoeira

Publicado por:
Sonia Senhorinha Ribeiro
Código Identificador:BE821B4C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

UBIRATÃ PREVI
PORTARIA 013/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez em favor da Sra. ELIANA FERNANDES".

A Diretora Executiva do ***UBIRATÃ - PREVI*** *- Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 6-A, § único, da Emenda Constituição n.º 41, com redação determinada pela Emenda Constitucional de n.º 70, de 29 de Março de 2012, Art. 12, inciso "I", alínea "a", combinado com o Art. 14 e § único, da Lei Municipal n.º 048/2011, de 13 de Junho de 2011, anexo "XII" da Lei Complementar n.º 012/2006, de 08 de Fevereiro de 2006.*
Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de **Aposentadoria Por Invalidez** em favor da **Sra. ELIANA FERNANDES,** portadora do RG nº. 21.624.875 SSP/SP CPF. Nº. 251.312.988-14 e da Cédula Eleitoral de nº. 9693400183, Zona. 043, Seção 0120, servidora Efetiva no cargo de **Zeladora, Referencia "04", Classe "B", Nível "IV",** contando com um total de **3.316 dias líquidos de serviços prestados, ou seja, 09 (nove) anos e 01 (um) mês e 01 (um) dia**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, com **Proventos Integrais**, conforme o processo do UBIRATÃ-PREVI n.º 001/2012, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo a partir de 01 de Setembro de 2011, revogam-se ainda, os efeitos da portaria n.º 049/2011.

Registre, publique e cumpra-se.

Nova Ubiratã /MT, 18 de Abril de 2013.

FRANCINE OLIVEIRA
Diretora Executiva

HOMOLOGO**:**

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francine Oliveira
Código Identificador:F459D9E2

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

DIVISAO DE PESSOAL
TERMO ADITIVO DE CONTRATO 005/2013

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de Direito Publico Interno, sediada no Paço Municipal, na Avenida Expedição Roncador Xingu, nº 249, inscrita no CNPJ 15.024.45/0001-73, representada pelo seu Prefeito Municipal Sr. **GERCINO CAETANO ROSA**, brasileiro casado e domiciliado neste município, inscrito no RG nº 512.814 SSP/MT e no CPF nº 280.677.891.34, ora denominado CONTRATANTE e do outro lado (a) Sr(a) **JOHN LENNON ALVES DIAS**, inscrito(a) no **RG n.º 21343888 SSP/MT e do CPF/MF n.º 035.038.801.60**, neste ato denominado **CONTRATADO(a),** na qualidade de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL ,** detentores do contrato celebrado entre si em **04 DE FEVEREIRO DE 2013**, resolvem celebrar o 1º Termo Aditivo ao contrato nº **005/2013:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

1.1 Este Aditivo será por prazo determinado, com inicio no dia **04 DE FEVEREIRO DE 2013** e término dia **31 DE MAIO DE 2013,** comprometendo-se o (a) contratado (a) a cumprir 40 (quarenta) horas semanais, levando-se em conta o horário determinado para o exercício de sua função na respectiva Secretaria onde está lotado(a).

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÕES

3.1. Ficam inteiramente ratificadas em todos os seus termos, cláusulas e condições, as disposições contratuais originais, no que não tiverem sido retificadas, alteradas ou modificadas pelo presente TERMO, que fica fazendo parte integrante e inseparável do Contrato nº **005/2013.**

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

NOVA XAVANTINA-MT, 02 DE ABRIL DE 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

JOHN LENNON ALVES DIAS
Contratado(a)

Publicado por:
Daniella Sehnem
Código Identificador:1060226E

DIVISAO DE PESSOAL
PORTARIA DE EXONERAÇÃO

EXTRATO DE EXONERAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2012

NOME	CARGO	Nº PORTARIA DE EXONERAÇÃO
NAGELLA THAYSA BIER DE SOUSA.	ENFERMEIRA	5.656 DE 06/02/2013

Publicado por:
Daniella Sehnem
Código Identificador:41741016

DIVISAO DE PESSOAL
TERMO ADITIVO DE CONTRATO 039-2013

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 039/2013.

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de Direito Publico Interno, sediada no Paço Municipal, na Avenida Expedição Roncador Xingu, nº 249, inscrita no CNPJ 15.024.45/0001-73, representada pelo seu Prefeito Municipal Sr. **GERCINO CAETANO ROSA**, brasileiro casado e domiciliado neste município, inscrito no RG nº 512.814 SSP/MT e no CPF nº 280.677.891.34, ora denominado CONTRATANTE e do outro lado (a) Sr(a) **NELDI DORIS STANKE**, inscrito(a) no **RG n.º 690.801 SSP/MT e do CPF/MF n.º 474.560.511.00**, neste ato denominado **CONTRATADO(a),** na qualidade de **PROFESSORA,** detentores do contrato celebrado entre si em **06 DE FEVEREIRO DE 2013**, resolvem celebrar o 1º Termo Aditivo ao contrato nº **039/2013:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

1.1 Este Aditivo será por prazo determinado, com inicio no dia **06 DE FEVEREIRO DE 2013** e término dia **03 DE JUNHO DE 2013,** comprometendo-se o (a) contratado (a) a cumprir 40 (quarenta) horas semanais, levando-se em conta o horário determinado para o exercício de sua função na respectiva Secretaria onde está lotado(a).

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÕES

3.1. Ficam inteiramente ratificadas em todos os seus termos, cláusulas e condições, as disposições contratuais originais, no que não tiverem sido retificadas, alteradas ou modificadas pelo presente TERMO, que fica fazendo parte integrante e inseparável do Contrato nº **039/2013.**

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

NOVA XAVANTINA-MT, 04 DE ABRIL DE 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

NELDI DORIS STANKE
Contratado(a)

Publicado por:
Daniella Sehnem
Código Identificador:800692D1

DIVISAO DE PESSOAL
DISTRATO DE CONTRATO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 006/2012

Distratada a pedido da Servidora TACILA ZUCHETTO do cargo de Auxiliar de Educação Infantil do contrato de nº **009/2013** em 05 de março de 2013.

Nova Xavantina, 22 de abril de 2013.

ENI MARIA TRICHES NUNES
Divisão de Gestão de Pessoa.

Publicado por:
Daniella Sehnem
Código Identificador:B5BECFF7

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N.º 1.706, DE 04 DE MARÇO DE 2013.

Revoga em todos os seus termos a Lei Municipal n.º 1.102/2004, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º Fica revogada em todos os seus termos a Lei Municipal n.º 1.102, de 13 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a concessão pública dos serviços afetos ao Matadouro Municipal de Nova Xavantina e dá outras providências.
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 04 de março de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:646A3FA6

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N.º 1.707, DE 04 DE MARÇO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio objetivando o repasse mensal de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a Associação dos Universitários de Nova Xavantina - MT, inscrita no CNPJ n.º 17.514.470/0001-76, com sede na Avenida Marechal Eurico Gaspar Dutra, s/n, Deus é Amor, nesta cidade, conforme minuta que integra a presente Lei.
Parágrafo único. O Convênio de que trata o caput deste artigo, terá vigência até o dia 31 de dezembro de 2013, podendo ser prorrogado por mais 01(um) ano.
Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária:
Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Unidade: 004 – Divisão de Orientação Educacional
Função: 12 – Educação
Subfunção: 364 – Ensino Superior
Programa: 0113 – Ensino Superior
Projeto/Atividade: 2035 – Manutenção do Ensino Superior
Elemento: 3350430000 – Subvenções Sociais.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 04 de março de 2013.

Gercino Caetano Rosa
Prefeito Municipal
TERMO DE CONVÊNIO Nº 2013
Termo de Convênio que entre si celebram o Município de Nova Xavantina – MT e a Associação dos Universitários de Nova Xavantina – MT, para fins que especifica.
O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº 15.024.045/0001-73, com sede administrativa a Av. Expedição Roncador Xingu, 249, Centro do Setor Xavantina, representado pelo

Prefeito Municipal, Sr. Gercino Caetano Rosa, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade, RG n.º 512.814-SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.º 280.677.891-34, residente e domiciliado na Rua Sergipe nº 214, Centro do Setor Nova Brasília, nesta cidade, designados neste ato como sendo CONCEDENTE e do outro lado a ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE NOVA XAVANTINA - MT, inscrita no CNPJ n.º 17.514.470/0001-76, com sede na Avenida Marechal Eurico Gaspar Dutra, s/n, Deus é Amor, representada pelo Sr. Gilvany Caetano de Brito, brasileiro, funcionário público estadual, inscrito no CPF sob o n.º 568.080.541-34, residente e domiciliado na Av. Marechal Eurico Gaspar Dutra, s/n – Nova Xavantina - MT, designado neste ato como sendo CONVENENTE, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio sob a égide da Lei Municipal n.º 1.707, 04 de março de 2013 e no que couber, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas atualizações e IN SCV Nº 001/2010, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto o repasse de recursos financeiros pelo município para custear parte das despesas inerentes ao transporte exclusivo de acadêmicos - residentes no Município de Nova Xavantina-MT, compreendendo o itinerário Nova Xavantina – Barra do Garças e vice-versa.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Como forma mútua de cooperação na execução do objeto deste convênio, são obrigações das partes:

I – DA CONCEDENTE

a) Efetuar a transferência dos recursos financeiros previstos para a execução deste Convênio;
b) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do presente convênio;
c) Analisar e aprovar o relatório de prestação de contas;
d) Adotar e garantir as medidas necessárias à efetiva execução deste Convênio;
e) Prestar contas ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, segundo suas normas e regimento.

II – DA CONVENENTE

a) Não utilizar os recursos recebidos da CONCEDENTE em finalidade diversa da estabelecida neste convênio, notadamente, para despesas havidas antes de sua assinatura;
b) Prestar contas dos recursos recebidos, na forma da cláusula quarta, fazendo juntar o relatório de pagamentos efetuados.
c) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciária, decorrentes dos recursos humanos utilizados nos trabalhos, bem como, por todos os ônus tributários e extraordinários que incidam sobre o presente convênio;
d) Movimentar os recursos financeiros em conta especifica para o convênio;
e) Manter os recursos financeiros quando não utilizados em aplicação financeira, poupança ou fundo de renda fixa em instituição financeira oficial;
f) Restituir o eventual saldo de recursos financeiros, incluídos os rendimentos de aplicação financeira, ao Tesouro Municipal;
g) Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos, por 05 anos, relativos ao presente convênio;
h) Permitir livre acesso de Servidores do Controle Interno da Prefeitura, quando em missão de fiscalização e auditoria;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O Valor do presente Convênio é de R$ ..... (.....) que serão repassados pela CONCEDENTE, a quantia mensal de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) todo dia 20 à COVENENTE e correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Unidade: 004 – Divisão de Orientação Educacional
Função: 12 – Educação
Subfunção: 364 – Ensino Superior
Programa: 0113 – Ensino Superior
Projeto/Atividade: 2035 – Manutenção do Ensino Superior
Elemento: 3350430000 – Subvenções Sociais.

CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas deverá ser produzida em 02 (duas) vias, devendo uma delas, ser encaminhada à CONCEDENTE e a via original arquivada, por 05 anos, pela CONCEDENTE.
§ 1º. A prestação de contas deverá ser elaborada conforme Relação de Pagamentos Efetuados, Anexo I, acompanhada de cópia dos documentos fiscais e/ou outros e do extrato bancário da conta do convênio;
§ 2º. Os documentos fiscais e/ou quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome da ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE NOVA XAVANTINA;
§ 3º. A não apresentação da prestação de contas, com seus respectivos documentos, no prazo de até 30 dias, após o recebimento de cada parcela, acarretará a suspensão da liberação das parcelas vincendas.

CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO

Com exceção de seu objeto, o presente Convênio poderá ser alterado através de Termo Aditivo, quando houver interesse e concordância das partes, sendo tal fato solicitado com antecedência de 30 (trinta) dias do término do Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DO CONVÊNIO

A vigência do Convênio será no período de .... de ..... de 2013 a 31 de dezembro de 2013, sendo este o período estipulado para a realização das despesas objeto do convênio.

CLÁUSULA SETIMA - DA RESCISÃO

Este Convênio será rescindido, unilateralmente, por descumprimento de qualquer de suas Cláusulas, ou, ainda, por acordo das partes ou pela superveniência de normas legais que impeçam a sua execução.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Xavantina MT., para dirimir as dúvidas oriundas da execução do presente Convênio.
E por estarem de acordo com os termos pactuados, as partes firmam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor, diante das testemunhas abaixo identificadas.
Nova Xavantina – MT, ... de .....de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

GILVANY CAETANO DE BRITO
Associação dos Estudantes Universitários de Nova Xavantina

Testemunhas:
1._____
Assinatura e CPF
2._____
Assinatura e CPF

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:22347145

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N.º 1.708, DE 11 DE MARÇO DE 2013.

Autoriza a criação de categorias funcionais, abertura de vagas e altera dispositivos da Lei Municipal n.º 533/1993 e Lei Municipal n.º 1449/2010, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar novas Categorias Funcionais e abrir Vagas no Quadro Geral de Cargos de Provimento Efetivo da Prefeitura, para realização de Concurso Público.
Art. 2º Ficam criadas, no Quadro Geral de Cargos de Provimento Efetivo do Município de Nova Xavantina, as seguintes categorias funcionais de acordo com a descrição que segue:

Categorias Funcionais	Tabela	Nível	Classe	Vagas
Motorista de Veículo de Emergência	Anexo I (Lei 533/93)	1 a 25	D	01
Técnico de Informática	Anexo I (Lei 533/93)	1 a 25	G	01
Médico ginecologista/obstetra	XI (Lei 1449/10)	1 a 12	A	01
Médico neurologista	XI (Lei 1449/10)	1 a 12	A	01
Médico pediatra	XI (Lei 1449/10)	1 a 12	A	01
Médico Estratégia de Saúde da Família	XIII (Lei 1449/10)	1 a 12	A	01

Parágrafo único. Constam nos Anexos I a VI, integrantes a presente Lei, a descrição das atividades, atribuições e competências das categorias funcionais de que trata esse artigo.
Art. 3º altera o número de vagas das categorias funcionais constantes do Anexo I, da Lei Municipal n.º 533/1993, de acordo com o que se segue:
Anexo – I

Nº Ordem	Categorias Funcionais	Classe	Nível	Total Vagas
01	Agente Administrativo	B	1 a 25	33
02	Agente de Promoção Social	B	1 a 25	4
03	Agente de Vigilância	A	1 a 25	20
04	Agente Sanitário	B	1 a 25	2
05	Assessor Jurídico	F	1 a 25	1
06	Assistente Administrativo	C	1 a 25	32
07	Atendente	A	1 a 25	49
08	Auditor Publico Interno	G	1 a 25	1
09	Auxiliar de Enfermagem	A	1 a 25	Em extinção
10	Auxiliar Escritório	A	1 a 25	3
11	Auxiliar Serviços Gerais	A	1 a 25	93
12	Bioquímico/Farmacêutico	G	1 a 25	3
13	Eletricista	E	1 a 25	2
14	Enfermeiro Padrão	G	1 a 25	8
15	Engenheiro Civil	F	1 a 25	1
16	Fiscal de Obras e Engenharia	C	1 a 25	1
17	Fiscal de Tributos	D	1 a 25	3
18	Fiscal Sanitário	D	1 a 25	5
19	Fiscal de Serviços Públicos	D	1 a 25	6
20	Gari	A	1 a 25	50
21	Lanterneiro	F	1 a 25	1
22	Maqueiro	F	1 a 25	1
23	Mecânico	C	1 a 25	4
24	Medico			20
25	Medico Traumato-Ortopedista	H	1 a 25	2
26	Motorista	C	1 a 25	16
27	Odontólogo	G	1 a 25	5
28	Operador de Maquinas	B	1 a 25	10
29	Operador Maquinas Pesada	C	1 a 25	8
30	Pedreiro	C	1 a 25	9
31	Procurador Jurídico	H	1 a 25	1
32	Técnico de Vigilância Epidemiológica	F	1 a 25	2
33	Técnico de Vigilância Sanitária	F	1 a 25	1
34	Técnico em Construção Civil	F	1 a 25	1
35	Técnico em Contabilidade	E	1 a 25	1
36	Técnico Manutenção Equip. Hospitalar	H	1 a 25	1

Parágrafo único. Consta no Anexo VII, integrante a presente Lei, a descrição das atividades, atribuições e competências da categoria funcional - Maqueiro.
Art. 4º O artigo 2º da Lei Municipal n.º 1449, de 05 de abril de 2010, passa a vigorar com a seguinte alteração:

N.º ORDEM	CATEGORIAS FUNCIONAIS	TABELA	CLASSE/NÍVEL	VAGAS
01	Assistente Social	VI	A/1 a E/12	2
02	Auxiliar de Laboratório e Analise	II	A/1 a E/12	2
03	Auxiliar de Saúde Bucal	II	A/1 a E/12	5
04	Biólogo	VIII	A/1 a E/12	1
05	Biomédico	IX	A/1 a E/12	1
06	Fisioterapeuta	VIII	A/1 a E/12	6
07	Fonoaudiólogo	VIII	A/1 a E/12	2
08	Nutricionista	IX	A/1 a E/12	2
09	Operador Escavadeira Hidráulica	VIII	A/1 a E/12	1
10	Psicólogo	IX	A/1 a E/12	3
11	Técnico de Enfermagem	III	A/1 a E/12	26
12	Técnico em Radiologia (Rx)	IV	A/1 a E/12	3
13	Técnico em Saúde Bucal	III	A/1 a E/12	1
14	Terapeuta Ocupacional	VIII	A/1 a E/12	1

Art. 5º Continuam em vigor os demais dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 533, de 15 de outubro de 1993 e Lei Municipal n.º 1449, de 05 de abril de 2010.
Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente.
Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 11 de março de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

ANEXO – I
I – CATEGORIA FUNCIONAL: MOTORISTA DE VEÍCULO DE EMERGÊNCIA
II – CLASSE: D
III- NÍVEL: 1
IV- ESCOLARIDADE: Ensino Médio, Carteira Nacional de Habilitação Categoria D ou superior, Curso para transporte de emergência e transporte coletivo de passageiros.
V - RECRUTAMENTO: Concurso Público
VI – ATIVIDADES: Dirigir e exercer com autonomia e responsabilidade as atividades descritas no item VII.
VII – DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES
· Dirigir veículos de emergência, obedecendo aos dispositivos constantes no Código Nacional de Trânsito;
· Cumprir escala de trabalho previamente determinada pelo superior hierárquico;
· Transportar doentes e acidentados, auxiliando os mesmos a se acomodarem nas macas; Providenciar reposição de materiais médico e hospitalares utilizados na ambulância em casos de emergência.
· Vistoriar o veículo diariamente, antes e após sua utilização, verificando o estado dos pneus, nível de combustível, óleo do cárter, bateria, freios, faróis, parte elétrica para certificar-se das condições de trafegabilidade;
· Verificar funcionamento de equipamentos de sinalização sonoros e luminosos.
· Requisitar a manutenção dos veículos quando apresentarem qualquer irregularidade;
· Observar a sinalização e zelar pela segurança dos passageiros, transeuntes e demais veículos;
· Realizar reparos de emergência;
· Manter o veículo limpo, interna e externamente e em perfeitas condições;
· Zelar pelas ferramentas, acessórios e documentos do mesmo;
· Observar e comunicar ao superior hierárquico, os períodos de revisão e manutenção recomendados preventivamente, para assegurar a plena condição de utilização;
· Informar-se sobre o itinerário de viagens municipais e inter municipais.
· Realizar anotações, segundo as normas estabelecidas e orientações recebidas, da quilometragem, viagens realizadas, pessoas transportadas, itinerários percorridos, além de outras ocorrências, a fim de manter a boa organização e o controle da administração;
· Recolher o veículo após a utilização, em local previamente determinado, deixando-o corretamente estacionado e fechado;
· Fazer uso de equipamentos de proteção individual, quando necessário;
· Ter disponibilidade para viagens fora do município e em situações normais e de emergência;
· Executar outras tarefas afins;
Anexo – II
I – CATEGORIA FUNCIONAL: TÉCNICO EM INFORMATICA
II – CLASSE: G
III- NÍVEL: 1
IV- ESCOLARIDADE: Qualquer curso superior (Licenciatura, Bacharel e/ou Tecnólogo) na área de informática.
V - RECRUTAMENTO: Concurso Público.
VI – ATIVIDADES: Desempenhar serviços de informática com autonomia e responsabilidade, exercer as funções de planejar, coordenar e executar projetos de sistemas operacionais, dar suporte técnico e de manutenção de equipamentos de informática.
VII – DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES
· Planejar, coordenar e executar projetos de sistemas de informação que envolva informática e/ou a utilização de recursos de informática;
· Elaborar orçamentos e definições operacionais e funcionais de projetos e sistemas para processamento de dados, informativa e automação;
· Definir, estruturar, testar e simular programas e sistemas de informações para atendimento das necessidades dos serviços públicos municipais;
· Executar projetos de hardware;
· Elaborar e codificar programas e hardware;
· Proceder a estudos de viabilidade técnica e financeira para implantação de projetos e sistemas de informação, assim como máquinas e aparelhos de informática e automação;
· Dar suporte técnico e consultoria especializada em informática e automação a todos os órgãos e departamentos da Prefeitura;
· Proceder a estudos, análises, avaliações, vistorias, emitir pareceres, perícias e auditorias de projetos e sistemas de informação/informática;

· Executar a manutenção de equipamentos de informática e suporte em softwares diversos a todos os órgãos e departamentos da Prefeitura;
· Elaborar e implantar sistemas de ambiente de rede;
· Orientar, coordenar e controlar atividades relativas aos equipamentos de informática;
· Analisar, avaliar a viabilidade e desenvolver sistemas de informações, utilizando metodologia e procedimentos adequados para sua implantação, visando racionalizar e/ou automatizar processos e rotinas de trabalho dos diversos departamentos do município.
· Pesquisar e avaliar sistemas disponíveis no mercado e sua aplicabilidade para o município, analisando a relação custo/benefício de sua aquisição.
· Participar do levantamento de dados e da definição de métodos e recursos necessários para implantação de sistemas e/ou alteração dos já existentes.
· Analisar o desempenho dos sistemas implantados, reavaliar rotinas, manuais e métodos de trabalho, verificando se atendem ao usuário, sugerindo metodologias de trabalho mais eficazes.
· Realizar auditorias para assegurar que os padrões operacionais e procedimentos de segurança estejam sendo seguidos.
· Elaborar estudos sobre a criação e/ou alteração de metodologias e procedimentos necessários ao desenvolvimento de sistemas.
· Analisar e avaliar sistemas manuais, propondo novos métodos de realização do trabalho ou sua automação, visando otimizar a utilização dos recursos humanos e materiais disponíveis.
· Estudar, pesquisar, desenvolver e aperfeiçoar projetos de banco de dados, promovendo a melhor utilização de seus recursos, facilitando o seu acesso pelas áreas que deles necessitem.
· Elaborar, especificar, desenvolver, supervisionar e rever modelos de dados, visando implementar e manter os sistemas relacionados.
· Pesquisar e selecionar novas ferramentas existentes no mercado, visando aprimorar o trabalho de desenvolvimento e atender necessidades dos usuários dos sistemas.
· Pesquisar, levantar custos e necessidades e desenvolver projetos de segurança de dados.
· Elaborar manuais dos sistemas ou projetos desenvolvidos, facilitando a utilização e entendimento dos mesmos.
· Treinar e acompanhar os usuários na utilização dos sistemas desenvolvidos ou adquiridos de terceiros, visando assegurar o correto funcionamento dos mesmos.
· Realizar a instalação, manutenção e recuperação de equipamentos de informática do município.
· Realizar atividades afins pertinentes a área.

Anexo – IV

I – CATEGORIA FUNCIONAL: MÉDICO NEUROLOGISTA
II – CLASSE: A Tabela XI
III- NÍVEL: 1
IV- ESCOLARIDADE: Ensino Superior completo, com especialização em Neurologia com registro no Conselho Regional de Medicina de Mato Grosso (CRM / MT).
V - RECRUTAMENTO: Concurso Público
VI – ATIVIDADES: Realizar atendimento na área de neurologia; Desempenhar funções de medicina preventiva e curativa; Realizar consultas eletivas e emergenciais, exames, diagnóstico, terapêutica e acompanhamento dos pacientes, bem como executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e a área.
VII – DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES:
· Realizar consultas eletivas e emergenciais em pacientes com problemas neurológicos, requisitar exames complementares para fins de diagnóstico e acompanhamento clínico;
· Cuidar e tratar dos pacientes, responsabilizando-se pela continuidade dos procedimentos, de forma integral e humanizada, assegurando comunicação efetiva com equipe multidisciplinar da qual o paciente foi referenciado;
· Atuar como médico especialista em casos emergenciais e eletivos no Hospital;
· Participar de atividades multidisciplinares de pesquisa e ou projetos que visam à melhoria e resolutividade dos serviços de saúde ofertados a população;
· Preencher de forma correta e legível, formulários, notificações, laudos e pareceres necessários à alimentação de programas obrigatórios assim como os de interesse estatístico.
· Participar do planejamento, execução e avaliação de ações de vigilância em saúde, em situações de risco e ou endêmica.
· Realizar atendimentos médicos baseados nos princípios da Política Nacional de Humanização;
· Preencher o prontuário do paciente, registrando todos os procedimentos realizados e todas as decisões tomadas;
· Participar das reuniões clínicas realizadas pela Coordenação e/ou outras lideranças médicas, quando convocado;
· Estabelecer conduta com base nas diretrizes do SUS;
· Executar outras atividades afins.

Anexo – III

I – CATEGORIA FUNCIONAL: MÉDICO GINECOLOGISTA/ OBSTETRA
II – CLASSE: A Tabela XI
III- NÍVEL: 1
IV- ESCOLARIDADE: Ensino Superior completo, com especialização em Ginecologia e Obstetrícia com registro no Conselho Regional de Medicina de Mato Grosso (CRM/MT).
V - RECRUTAMENTO: Concurso Público
VI – ATIVIDADES: Realizar consultas eletivas e emergenciais, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos e outras formas de tratamento das afecções do aparelho reprodutor feminino e órgãos anexos; atender as mulheres no período gravídico-puerperal; prestar assistência médica específica; empregar tratamento clínico-cirúrgico, para preservação da vida da mãe e do filho; executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e a área.
VII – DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES:
· Realizar exames ginecológicos que incluem exames de mama e exame especular, diagnosticando anomalias e infecções existentes;
· Realizar e ou acompanhar a coleta de material para exames de diagnóstico de câncer de colo útero e mama;
· Acompanhar as consultas e os exames de pré-natal das gestantes de risco;
· Realizar consulta pós-parto indicando método contraceptivo;
· Realizar consultas eletivas e procedimentos ambulatoriais e cirúrgicos de urgência e emergência;
· Cuidar e tratar dos pacientes, responsabilizando-se pela continuidade dos procedimentos, de forma integral e humanizada, assegurando comunicação efetiva com equipe multidisciplinar da qual o paciente foi referenciado;
· Atuar como médico especialista em casos emergenciais envolvendo crianças e adolescentes, tanto no âmbito da Unidade Básica em Saúde da Família, quanto no Hospital;
· Realizar consultas eletivas, requisitar exames complementares para fins de diagnóstico e acompanhamento clínico;
· Participar de atividades multidisciplinares de pesquisa e ou projetos que visam a melhoria e resolutividade dos serviços de saúde ofertados a população;
· Preencher de forma correta e legível, formulários, notificações, laudos e pareceres necessários a alimentação de programas obrigatórios assim como os de interesse estatístico.
· Participar do planejamento, execução e avaliação de ações de vigilância em saúde, em situações de risco e ou endêmica.
· Realizar atendimentos médicos baseados nos princípios da Política Nacional de Humanização;
· Preencher o prontuário do paciente, registrando todos os procedimentos realizados e todas as decisões tomadas;
· Participar das reuniões clínicas realizadas pela Coordenação e/ou outras lideranças médicas, quando convocado;
· Estabelecer conduta com base nas diretrizes do SUS;
· Executar outras atividades afins.

Anexo V

I – CATEGORIA FUNCIONAL: MEDICO PEDIATRA
II – CLASSE: A - Tabela XI
III- NÍVEL: 1
IV- ESCOLARIDADE: Ensino Superior completo, com especialização em pediatria com registro no Conselho Regional de Medicina de Mato Grosso (CRM/MT).
V - RECRUTAMENTO: Concurso Público
VI – ATIVIDADES: Profissional responsável pelo bem estar da criança, desde a fase da concepção até a adolescência. Desenvolver ações de prevenção, promoção, manutenção e recuperação à saúde;

executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e a área.
VII – DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES:
· Acompanhar o desenvolvimento físico e psíquico da criança, através de ações educativas coletivas e consultas periódicas.
· Identificar situação de risco da criança e propor mudanças juntamente com a ESF e Familiares;
· Atuar como médico especialista em casos emergenciais envolvendo crianças e adolescentes, tanto no âmbito das UBSF, quanto no Hospital;
· Realizar consultas eletivas, requisitar exames complementares para fins de diagnóstico e acompanhamento clínico;
· Participar de atividades multidisciplinares de pesquisa e ou projetos que visam a melhoria e resolutividade dos serviços de saúde ofertados a população;
· Preencher de forma correta e legível, formulários, notificações, laudos e pareceres necessários a alimentação de programas obrigatórios assim como os de interesse estatístico.
· Participar do planejamento, execução e avaliação de ações de vigilância em saúde, em situações de risco e ou endêmica.
· Realizar atendimentos médicos baseados nos princípios da Política Nacional de Humanização;
· Preencher o prontuário do paciente, registrando todos os procedimentos realizados e todas as decisões tomadas;
· Participar das reuniões clinicas realizadas pela Coordenação e/ou outras lideranças médicas, quando convocado;
· Executar outras atividades afins.
Anexo VI
I – CATEGORIA FUNCIONAL: MÉDICO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA
II – CLASSE: A tabela XIII
III- NÍVEL: 1
IV- ESCOLARIDADE: Ensino Superior completo, com especialização em Estratégia em Saúde da Família e registro no Conselho Regional de Medicina de Mato Grosso (CRM/MT).
V - RECRUTAMENTO: Concurso Público
VI – ATIVIDADES: Realizar consultas médicas eletivas e emergenciais no âmbito da Unidade Básica de Saúde da Família, assim como participar de ações de prevenção, promoção, manutenção e recuperação da saúde, na unidade e junto a comunidade, participar efetivamente de estudos de casos e levantamento de diagnóstico na identificação de situação de risco a população adstrita.
VII – DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES:
· realizar atenção a saúde aos indivíduos sob sua responsabilidade;
· realizar consultas clínicas, pequenos procedimentos cirúrgicos, atividades em grupo na UBS e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc);
· realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea;
· encaminhar, quando necessário, usuários a outros pontos de atenção, respeitando fluxos locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário;
· indicar, de forma compartilhada com outros pontos de atenção, a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento do usuário;
· contribuir, realizar e participar das atividades de Educação Permanente de todos os membros da equipe;
· garantir da atenção a saúde buscando a integralidade por meio da realização de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde e prevenção de agravos; e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas, coletivas e de vigilância à saúde;
· participar do acolhimento dos usuários realizando a escuta qualificada das necessidades de saúde, procedendo a primeira avaliação (classificação de risco, avaliação de vulnerabilidade, coleta de informações e sinais clínicos) e identificação das necessidades de intervenções de cuidado, proporcionando atendimento humanizado, se responsabilizando pela continuidade da atenção e viabilizando o estabelecimento do vínculo;
· realizar busca ativa e notificar doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local;
· responsabilizar-se pela população adscrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros pontos de atenção do sistema de saúde;
· praticar cuidado familiar e dirigido a coletividades e grupos sociais que visa propor intervenções que influenciem os processos de saúde doença dos indivíduos, das famílias, coletividades e da própria comunidade;
· realizar reuniões de equipes a fim de discutir em conjunto o planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis;
· acompanhar e avaliar sistematicamente as ações implementadas, visando à readequação do processo de trabalho;
· garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas de informação na Atenção Básica;
· realizar trabalho interdisciplinar e em equipe, integrando áreas técnicas e profissionais de diferentes formações;
· realizar ações de educação em saúde a população adstrita, conforme planejamento da equipe;
· participar das atividades de educação permanente;
· promover a mobilização e a participação da comunidade, buscando efetivar o controle social;
· identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersetoriais;
· realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais;
· outras atribuições específicas dos profissionais da Atenção Básica poderão constar de normatização do município;
· executar outras atividades afins.
Anexo – VII
I – CATEGORIA FUNCIONAL: MAQUEIRO
II – CLASSE: F
III- NÍVEL: 1
IV- ESCOLARIDADE: Ensino médio
V - RECRUTAMENTO: Concurso Público
VI – ATIVIDADES: Transporte de pacientes em dependências internas e externas das unidades de saúde tal e hospital municipal, bem como auxiliá-los na sua colocação e retirada de veículos que os transportem.
VII – DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES:
· Executa o transporte de pacientes em macas, cadeiras de rodas ou apoio de muletas desde a entrada no Complexo Hospitalar até salas de atendimentos, enfermarias e centro cirúrgico.
· Realizar o transporte de paciente nas dependências internas do hospital, para internação e ou exames complementares quando necessário em maca ou cadeira de rodas.
· Ajudar na contenção de pacientes psiquiátricos em caso de surto dentro das unidades de saúde e ou hospital municipal.
· Zelar pela manutenção das macas, camas e cadeiras de rodas do hospital avisando o superior hierárquico quando detectado um problema.
· Auxiliar as equipes de técnica de enfermagem em procedimento de higienização de pacientes internados.
Executar atividades afins.

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:E75054B7

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N.º 1.709, DE 11 DE MARÇO DE 2013.

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar convênio com o Instituto Lions da Visão, e dá outras providências"

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Instituto Lions da Visão, entidade filantrópica, assistencial, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.984.624/0001-89, com sede à Rua Pedro de Oliveira Guimarães, n.º 100, bairro Baú, Cuiabá – MT, conforme minuta que integra a presente Lei.
Parágrafo único. No decorrer da vigência do convênio de que trata o caput deste artigo, havendo necessidade, poderá ser firmado termo aditivo para o bom desempenho das finalidades pactuadas.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução do convênio de que trata a presente Lei, correrão por conta de dotações consignadas no Orçamento Geral Anual do Município.
Art. 3º O presente convênio estará sob a responsabilidade e execução da Secretaria Municipal de Saúde, para acompanhamento e fiscalização da aplicabilidade dos recursos liberados.
Art. 4º Revoga-se as disposições em contrário.
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 11 de março de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

CONVÊNIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º ...../2013.
Convênio de prestação de serviços que entre si celebram o Município de Nova Xavantina – MT, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, e o Instituto Lions de Visão.
Pelo presente instrumento, de um lado o Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, com sede na Avenida Mestre Venâncio de Oliveira, n.º ....., setor Xavantina, nesta cidade, neste ato representado por seu Secretário Municipal de Saúde, Sr. Ednaldo Fragas da Silva, brasileiro, solteiro, portador do CI/RG n.º ....., inscrito no CPF sob o n.º ....., residente e domiciliado em Nova Xavantina – MT, doravante denominado CONVENIENTE e do outro lado o Instituto Lions da Visão, entidade filantrópica e sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ n.º 03.984.624/0001-89, com sede à Rua Pedro de Oliveira Guimarães, n.º 100, bairro Baú, Cuiabá – MT, considerada de Utilidade Pública do Estado de Mato Grosso, sob a Lei n.º 7.405, de 27/04/2001 e Utilidade Pública Federal, através da Portaria n.º 1.745, de 19/10/2007, cadastrada como entidade de Assistência Social no Conselho Municipal de Cuiabá – MT, sob o n.º 004/2001 e no Conselho Nacional de Assistência Social, sob o n.º R0350/2003, neste ato representado pelo Sr. Whady Lacerda, brasileiro, casado, Procurador do Estado, portador do CI/RG n.º 11537-SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.º 007.560.406-04, doravante denominado CONVENIADO, resolvem firmar o presente Convênio de Prestação de Serviços, que será regido pelas cláusulas e condições que se seguem:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Convênio tem por objetivo a prestação de serviços oftalmológicos, de acordo a Portaria n.º 2.318, de 30 de setembro de 2011 (Ministério da Saúde), que redefine a estratégia para a ampliação do acesso aos procedimentos cirúrgicos eletivos, que passará a contar com três componentes, com financiamento específico.
CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA
Em cumprimento às suas obrigações, cabe a CONVENIADA, além das obrigações estabelecidas na legislação referente ao SUS, as seguintes:
I – garantir atendimento adequado aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS;
II – dispor, por razões de planejamento das atividades assistenciais, de informação oportuna sobre o local de residência dos pacientes atendidos ou que lhe sejam referenciados para atendimento, registrando o município de residência e, para os residentes em nova Xavantina, o registro dos bairros onde residem;
III – prestar a todos os pacientes encaminhados pelo CONVENIENTE, serviços como consultas e exames especializados em oftalmologia, consultas, exames e laudos cardiológicos, cirurgias de catarata, estrabismo, glaucoma, pterígio e outras, desde que previstas e constantes na tabela de procedimentos do Sistema Único de Saúde;
IV – em relação ao serviço, informar, semanalmente, à Secretaria Municipal de Saúde, o número de vagas disponíveis, a fim de manter atualizadas as informações do Departamento de Controle de Regulação Controle de Avaliação;
V – em casos de serviços ambulatoriais, integrar o serviço de marcação de consultas instituído pela Secretaria Municipal de Saúde, através da Divisão de Regulação;
VI – responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao paciente ao seu representante, por profissional emprego ou preposto, em razão da execução deste Convênio;
VII – manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, ressalvados os prazos previstos em lei;
VIII – manter atualizado e fornecer relatórios e arquivos digitalizados para a Secretaria Municipal de Saúde – Divisão de Regulação, utilizando os sistemas preconizados pelo Datasus – MS;
IX – atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-os sempre a qualidade na prestação dos serviços;
X – afixar avisos em lugar visível de sua condição de entidade qualificada ao atendimento SUS;
XI – esclarecer os pacientes sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;
XII – respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;
XIII – garantir confidencialidade dos dados e informações relativas aos pacientes;
XIV – assegurar aos pacientes o direito de serem assistidos, religiosamente e espiritualmente por ministro de qualquer culto religioso;
XV – fornecer ao paciente atendido, por ocasião de sua saída, seja no Ambulatório ou unidade Hospitalar, relatório circunstanciado do atendimento prestado, denominado "INFORMAÇÕES DO ATENDIMENTO", do qual devem constar no mínimo, os seguintes dados: nome do paciente, nome da unidade de atendimento, motivo de atendimento (CID-10), data da admissão e da alta (em caso de internação) e procedimento realizado e tipo de órtese, prótese e/ou materiais empregados, quando for o caso;
XVI – colher assinatura do paciente, ou de seus representantes legais, na segunda via do relatório a que se refere o item anterior desta cláusula, arquivando-a no prontuário do paciente;
XVII – garantir o atendimento ao munícipe de Nova Xavantina somente quando estiver devidamente regulado através da Divisão de Regulação – Secretaria Municipal de Saúde de Nova Xavantina – MT;
XVIII – apresentar obrigatoriamente, a cada semestre, Relatório de Atividades que demonstre quantitativa e qualitativamente o atendimento do objeto deste convênio.
CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Para a execução dos serviços objeto do presente Convênio, a Secretaria Municipal de Saúde obriga-se a:
I – prover a CONTRATADA dos meios necessários à execução do objeto deste convênio;
II – programar no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde, nos exercícios subseqüentes ao da assinatura do presente Convênio, os recursos necessários, nos elementos financeiros específicos para custear a execução do objeto, de acordo com o sistema de pagamento previsto;
III – executar os procedimentos de auditoria médica de acordo com as normas do Conselho Federal de Medicina e do Denasus;
IV – analisar, sempre que necessário e, no mínimo semestralmente, a capacidade e as condições de prestação de serviços comprovadas por ocasião da qualificação de entidade sem fins lucrativos, para verificar se a mesma ainda dispõe de suficiente nível técnico-assistencial para a execução do objeto do presente convênio;
V – os medicamentos a serem utilizados pelos pacientes são de responsabilidade da CONVENIENTE;
VI – ao fazer uso dos leitos, deverá doar para o CONVENIADO uma cesta básica para cada cinco pacientes ocupantes de leitos.
CLÁUSULA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO
A execução do presente convênio será acompanhada pela Divisão de Regulação, através do disposto neste convênio e dos instrumentos por ele definidos.
CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA
O prazo de vigência do presente convênio será até o dia 31 de dezembro de 2013, tendo por termo inicial a data da sua assinatura, podendo ser renovado, após demonstrada a consecução dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas e havendo concordância de ambas as partes.
CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Pela prestação dos serviços objetos deste convênio, a Secretaria Municipal de Saúde repassará ao Instituo Lions da Visão os valores

dos procedimentos constantes no SIGTAP – Tabela de Procedimentos do Sistema Único de Saúde, conforme segue:

Programação	Quantidade	Valor médio (R$)	Total (R$)
Cirurgias de catarata			
TOTAL			

As despesas oriundas deste Convênio correrão por conta da dotação orçamentária .....

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O somatório dos valores a serem repassados fica estimado em R$ ..... (.....) mensais, sendo que a transferência será efetivada mediante a liberação de parcelas mensais de acordo com a produção, provenientes dos recursos federais destinados ao bloco da média e alta complexidade, desde que justificado por produção no mês subseqüente, de acordo com cronograma de faturamento.

CLÁUSULA OITA – DA ALTERAÇÃO DO CONVÊNIO

O presente convênio poderá ser aditado, alterado, parcialmente ou totalmente, mediante prévia justificativa por escrito que conterá a declaração de interesse de ambas as partes e deverá ser autorizado pela Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

O convênio poderá ser rescindido unilateralmente ou bilateralmente, sendo o primeiro caso somente por parte do MUNICÍPIO, atendida a conveniência administrativa dos serviços públicos e/ou em decorrência do descumprimento das obrigações da CONVENIADA, devidamente justificados sem qualquer ônus para a CONVENIENTE, e no segundo caso por interesse das partes, com antecedência mínima de até 60 (sessenta) dias antes do termino de sua vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICIDADE

A CONVENIADA publicará extrato do presente convênio no Jornal Oficial dos Município – AMM, no prazo de até 30 (trinta) dias da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Xavantina – MT, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões deste convênio, que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, ... de ..... de 2013

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Conveniente
Ednaldo Fragas da Silva
Secretário Municipal de Saúde
Conveniente
Whady Lacerda
Instituto Lions da Visão
Conveniado
Testemunhas:

_____
Nome:
CPF n.º

_____
Nome:
CPF n.º

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:42CDD0FD

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N.º 1.710, DE 11 DE MARÇO DE 2013.

Altera dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.601/2011, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1° O art. 18 da Lei Municipal n.º 1.601, de 22 de agosto de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 18. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, composto de 05 (cinco) membros titulares e 05 (cinco) membros suplentes, podendo os conselheiros tutelares e quem houver sucedido ou substituídos no curso do mandado ser reeleitos para um único mandato subsequente.

§ 1º Em nenhuma hipótese será admitido o exercício de três mandatos consecutivos por conselheiro tutelar, exceto o previsto no § 8º deste artigo.

§ 2º O conselheiro que exerceu dois mandatos consecutivos, poderá se candidatar novamente após o intervalo de 04 anos.

§ 3º O processo eleitoral para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a fiscalização do Ministério Público, nos termos do artigo 139 da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, com redação introduzida pela Lei Federal n.º 8.242, de 12 de outubro de 1991 e de acordo com a Lei Federal n.º 12.696, de 25 de julho de 2012.

§ 4º O processo de escolha dos conselheiros tutelares, atendidos os requisitos estabelecidos em Lei Municipal, ocorrerá a cada 04 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subseqüente ao da eleição presidencial, e a posse ocorrerá no dia 10 (dez) de janeiro do ano seguinte.

§ 5º Para que o processo de escolha dos conselheiros tutelares seja adequado ao calendário nacional fica estabelecido mandato de transição – 2013/2015, de modo a ajustar aos prazos previstos na legislação federal.

§ 6º Os conselheiros tutelares eleitos no pleito de outubro de 2013, excepcionalmente, terão mandato de transição, até a posse daqueles escolhidos no primeiro processo unificado, que ocorrerá no ano de 2016.

§ 7º O processo nacional unificado de escolha de conselheiros tutelares, ocorrerá no dia 04 de outubro de 2015 e a posse no dia 10 de janeiro de 2016.

§ 8º O mandato dos conselheiros tutelares empossados no ano de 2013, cuja duração ficará prejudicada, não terão este computado para fins de participação no processo de escolha que ocorrerá em 2015.

§ 9º O mandato de 04 (quatro) anos, conforme prevê o art. 132 combinado com as disposições previstas no art. 139, ambos da Lei Federal n.º 8.069/1990, alterados pela Lei Federal n.º 12.696/12, vigorará para os conselheiros tutelares escolhidos a partir do processo de escolha unificado que ocorrerá em 2015.

Art. 2º Continuam em vigor os demais dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.601, de 22 de agosto de 2011.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 11 de março de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:B9A87101

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N.º 1.711, DE 11 DE MARÇO DE 2013

Altera dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 920/2001, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Quadro de Vagas para provimento efetivo dos Profissionais da Educação do Município, constante do art. 1º da Lei Municipal n.º 920, de 03 de dezembro de 2001, passa a vigorar acrescido da seguinte redação:

IX	Professor de matemática zona rural	B	1	01

Art. 2º Continuam em vigor os demais dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 920, de 03 de dezembro de 2001.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 11 de março de 2001.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:79D8FFC0

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N.º 1.712, DE 25 DE MARÇO DE 2013.

Dispõe sobre a criação da Ouvidoria do Município, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º Fica criada a Ouvidoria do Município de Nova Xavantina – MT, tendo por objetivo assegurar, de modo permanente e eficaz, a preservação dos princípios de legalidade, moralidade e eficiência dos atos dos agentes da Administração Direta e Indireta, inclusive das empresas públicas e sociedades nas quais o Município detenha capital majoritário e entidades privadas de qualquer natureza que operem com recursos públicos, na prestação de serviços à população.
Art. 2º A Ouvidoria será o canal de comunicação direta entre a sociedade e a Administração Municipal, recebendo reclamações, denúncias, sugestões e elogios, de modo a estimular a participação do cidadão no controle e avaliação dos serviços prestados e na gestão dos recursos públicos.
Art. 3º Compete à Ouvidoria do Município de Nova Xavantina – MT:
I. Receber denúncias, reclamações e representações sobre atos considerados arbitrários, desonestos, indecorosos, ilegais, irregulares ou que violem os direitos individuais ou coletivos, praticados por servidores civis da Administração Pública Municipal direta e indireta e daquelas entidades referidas no artigo 1º desta Lei;
II. Receber sugestões de aprimoramento, criticas, elogios e pedidos de informação sobre as atividades da Administração Pública Municipal;
III. Diligenciar junto ás unidades administrativas competentes, para que prestem informações e esclarecimentos a respeito das comunicações mencionadas no inciso anterior;
IV. Manter o cidadão informado a respeito das averiguações e providências adotadas pelas unidades administrativas, excepcionados os casos em que necessário for o sigilo, garantindo o retorno dessas providências a partir de sua intervenção e dos resultados alcançados;
V. Elaborar e divulgar, trimestral e anualmente, relatórios de suas atividades, bem como, permanentemente, os serviços da Ouvidoria do Município junto ao público, para conhecimento, utilização continuada e ciência dos resultados alcançados;
VI. Promover a realização de pesquisas, seminários e cursos sobre assuntos relativos ao exercício dos direitos e deveres do cidadão perante a administração pública;
VII. Organizar e manter atualizado arquivo da documentação relativa às denúncias, reclamações e sugestões recebidas.
§1º A Ouvidoria manterá sigilo sobre denúncias e reclamações que receber, bem como sobre sua fonte, assegurando a proteção dos denunciantes, quando requerer o caso ou assim for solicitado.
§ 2º A Ouvidoria manterá serviço telefônico gratuito, destinado a receber as denúncias e reclamações, garantindo o sigilo da fonte de informação.
§ 3º A Ouvidoria disponibilizará ainda, com vista a garantir a acessibilidade, os seguintes meios de comunicação:
I - nos órgãos e/ou setores da Administração Municipal direta e indireta, inclusive das empresas públicas e sociedades nas quais o Município detenha capital majoritário e entidades privadas de qualquer natureza que operem com recursos públicos, na prestação de serviços à população, formulário físico para preenchimento e caixas tipo "urna", local destinado ao deposito do referido documento;
II – pela internet no Portal e/ou site oficial do Município, formulário eletrônico, destinado ao cidadão para requerer informações, esclarecimentos, dar sugestões de aprimoramento, criticas, elogios, etc.
§ 4º A abertura da caixa tipo "urna", formulário eletrônico e/ou termo lavrado através do disque "Ouvidoria", ficará sob a responsabilidade do Ouvidor Geral.
Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal n.º 1075, de 28 de junho de 2004.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 25 de março de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:FDC254E4

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N.º 1.713, DE 25 DE MARÇO DE 2013

Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar, bem como utilizar recursos na promoção de ações de apoio e incentivo à atividade, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor, FAZ SABER que, ouvido o Plenário, a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte:
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aqüicultura Familiar, bem como utilizar recursos da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio para promover ações de apoio e incentivo à atividade da piscicultura na fase de implantação (construção de tanques), visando aumentar a produção e agregar renda às famílias rurais mediante projetos específicos.
Art. 2° Os recursos utilizados deverão ser ressarcidos ao município pelos produtores na forma de óleo diesel, após o primeiro ciclo de produção.
Art. 3° Esses valores retornarão aos cofres públicos e formarão um fundo para utilização de outros produtores na continuidade do programa.
Art. 4º O valor utilizado pelos produtores terá um custo de 1% (um por cento) ao mês.
Art. 5º Os beneficiários do programa deverão ser produtores proprietários, arrendatários e/ou comodatários de estabelecimentos rurais, assentamentos, pescadores, localizados no Município de Nova Xavantina – MT.
Art. 6º Os agricultores que desejarem participar do programa devem se enquadrar nos parâmetros de classificação do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) do Governo Federal.
Art. 7° Cada produtor terá direito a até 30 (trinta) horas de máquinas, sendo utilizado o equipamento da prefeitura para a construção e adequação dos tanques.
Art. 8º Os valores cobrados serão estipulados através do preço do óleo diesel no mercado, considerando um consumo médio de 10 (dez) litros por hora.
§ 1º Os valores de que trata o caput deste artigo, poderão sofrer alteração conforme o valor de mercado dos produtos utilizados para implantação ou adequação da atividade.
§ 2º O valor cobrado corresponderá somente ao óleo diesel utilizado no serviço, não sendo computado o tempo utilizado de horas/máquina.
Art. 9º Os produtores inscritos no programa passarão por uma seleção onde um comitê gestor municipal, de forma isonômica, definirá quais famílias serão beneficiadas, e também avaliará se o referido serviço não causará danos ao meio ambiente.

Parágrafo único. O comitê gestor municipal será constituído pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, Prefeitura Municipal e entidade de extensão rural e entidades representativas do setor agropecuário.
Art. 10. Os recursos que comporão o programa referido, serão oriundos do projeto de atividade de desenvolvimento da piscicultura

do município, previsto no Orçamento Municipal e de recursos conveniados com outros entes federados.
Parágrafo único. O número de produtores beneficiados será estipulado conforme disponibilidade de recursos que comporão o programa.
Art. 11. Como forma de incentivo aos produtores, a Prefeitura Municipal oferecerá um curso profissionalizante na área da piscicultura e aqueles que tiverem sua presença confirmada através de certificado com freqüência mínima de 90% (noventa por cento), terão um desconto de 25% (vinte e cinco por cento) na subvenção dos custos de implantação ou adequação do projeto, na devolução do recurso utilizado.
Art. 12. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado regulamentar através de Decreto demais normas regulamentadoras.
Art. 13. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 25 de março de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:2B2FC69D

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N.º 1.714, DE 01 DE ABRIL DE 2013.

Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES
Art. 1º Esta Lei regulamenta o direito constitucional de acesso à informação, a fim de garantir sua efetividade, consoante previsto no inciso XXXIII do artigo 5º, no inciso II, do § 3º do artigo 37 e no § 2º, do artigo 216, da Constituição Federal, bem como os regramentos encartados na Lei n.º 12.527/2011.
Art. 2º A informação pública deverá estar acessível a todos, adotando este Município as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência.
CAPÍTULO II
DO ACESSO A INFORMAÇÃO E DA SUA DIVULGAÇÃO
Art. 3º O acesso à informação compreende os direitos de obter orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada.
§ 1º Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.
§ 2º Informado do extravio da informação solicitada, poderá o interessado requerer ao Prefeito Municipal, a imediata abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação.
§ 3º Verificada a hipótese prevista no § 2º deste artigo, o responsável pela guarda da informação extraviada deverá, no prazo de 10 (dez) dias, justificar o fato e indicar os meios de provas cabíveis.
Art. 4º É dever do Município promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral, produzidas ou custodiadas pelo órgão.
§ 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo:
I. registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;
II. registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;
III. registros de despesas;
IV. informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;
V. dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras; e,
VI. respostas a perguntas mais freqüentes da sociedade.
§ 2º As informações constantes dos incisos do § 1º, deverão estar disponíveis no Portal Transparência do Município.
Art. 5º O acesso a informações públicas será assegurado mediante:
I. criação de Serviço de Informações ao Cidadão, vinculado à Ouvidoria do Município de Nova Xavantina, em local com condições apropriadas para:
a) atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;
b) informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;
c) protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações.
CAPÍTULO III
DO PROCEDIMENTO DE ACESSO A INFORMAÇÃO
Seção I
Do Pedido de Acesso
Art. 6º Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informação ao Município por qualquer meio legitimo.
§ 1º O pedido de acesso a informação deve observar os seguintes requisitos:
I. ter como destinatário o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, junto a Ouvidoria do Município de Nova Xavantina;
II. conter a identificação do requerente (nome, RG, CPF, endereço, e-mail e telefone) e a especificação da informação requerida;
III. ser efetuado preferencialmente por meio do preenchimento de formulário eletrônico disponibilizado no Portal Transparência do Município; e,
IV. alternativamente, ao inciso III, ser formulado ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) junto à Ouvidoria por intermédio dos demais canais de comunicação.
§ 2º Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação.
§ 3º São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.
Art. 7º O pedido de acesso à informação será atendido pela equipe da Ouvidoria de imediato, sempre que possível.
§ 1º Caso não seja possível atender de imediato ao pedido, haverá comunicação ao interessado, fixando-se o prazo para resposta não superior a 20 (vinte) dias, admitida prorrogação por 10 (dez) dias, nos termos da Lei Federal nº 12.527/2011.
§ 2º A eventual prorrogação será devidamente justificada ao requerente, se este assim solicitar.
§ 3º A informação armazenada em formato digital será assim fornecida, ressalvado pedido expresso do requerente.
§ 4º Quando não for autorizado o acesso por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição, devendo, ainda, ser-lhe indicada a autoridade competente para sua apreciação.
Art. 8º Não serão atendidos pedidos de acesso a informação:
I. genéricos;
II. desproporcionais ou desarrazoados; ou
III. que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade.
Parágrafo único. Na hipótese do inciso III do caput, o órgão ou entidade deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.
Seção II
Da Tramitação Interna
Art. 9º O pedido de informação formulado pelo interessado será encaminhado ao Serviço de Informação do Cidadão – SIC, vinculado à Ouvidoria do Município de Nova Xavantina, o qual disciplinará acerca das demais etapas de tramitação, bem como prazos a serem respeitados, dentro do órgão.
Seção III
Dos Recursos

Art. 10. Negado o acesso a informação o requerente poderá recorrer contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência à Ouvidoria do Município, se:
I. o acesso a informação não classificada como sigilosa for negado;
II. a decisão de negativa de acesso a informação total ou parcialmente classificada como sigilosa não indicar a autoridade classificadora ou a hierarquicamente superior a quem possa ser dirigido pedido de acesso ou desclassificação;
III. os procedimentos de classificação de informação sigilosa, estabelecidos nesta Lei, não tiverem sido observados; e
IV. estiverem sendo descumpridos prazos ou outros procedimentos previstos nesta Lei.
§ 1º O recurso previsto neste artigo somente poderá ser dirigido à Ouvidoria do município depois de submetido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão impugnada.

§ 2º Verificada a procedência das razões do recurso, a Ouvidoria do município determinará ao órgão ou entidade que adote as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto nesta Lei.
Art. 11. Aplica-se subsidiariamente, no que couber, a Lei nº 7.692, de 1º de julho de 2002, ao procedimento de que trata este Capítulo.
CAPÍTULO IV
DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO A INFORMAÇÃO
Seção I
Das Disposições Gerais
Art. 12. Não poderá se negado acesso a informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.
Parágrafo único. As informações ou documentos que versam sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos, praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas, não poderão ser objeto de restrição de acesso.
Art. 13. O disposto nesta Lei não exclui as demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça, nem as hipóteses de segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo estado ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer vínculo com o Poder Público.
Seção II
Das Informações Pessoais
Art. 14. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.
§ 1º As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem:
I. terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de cem anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; e
II. poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que eles se referirem.
§ 2º Aquele que obtiver acesso as informações de que trata este artigo responsbiliza-se pelo seu uso indevido:
§ 3º O consentimento referido no inciso II do § 1º não será exigido quando as informações forem necessárias:
I. à prevenção e diagnostico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização única e exclusivamente para o tratamento médico;
II. à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem;
III. ao cumprimento de ordem judicial; ou
IV. à proteção do interesse público e geral preponderante.
§ 4º Observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, a restrição de acesso a informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que estiver envolvida ou ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância.
CAPÍTULO V
DAS RESPONSABILIDADES
Art. 15. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público:
I. recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;
II. utilizar indevidamente, bem como subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda, ou a que tenha acesso ou conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;
III. agir com dolo ou má-fé na análise das solicitações de acesso a informação;
IV. divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal;
V. impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;
VI. ocultar da revisão de autoridade superior competente informação sigilosa para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e
VII. destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.
Art. 16. Os órgãos e entidades públicas respondem diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou informações pessoais, assegurado o direito de apurar responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa.
Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se á pessoa física ou entidade privada que, em virtude de qualquer vínculo com a administração direta e indireta, inclusive das empresas públicas e sociedades nas quais o Município detenha capital majoritário e entidades privadas de qualquer natureza que operem com recursos públicos, na prestação de serviços à população, tenha acesso a informação sigilosa ou pessoal e a submeta a tratamento indevido.
CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
Art. 17. No prazo de sessenta dias, a contar da vigência desta Lei, o dirigente máximo de cada órgão ou entidade da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional designará autoridade que lhe seja diretamente subordinada para, no âmbito do respectivo órgão ou entidade, exercer as seguintes atribuições:
I. assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso a informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos desta Lei;
II. monitorar a implementação do disposto nesta Lei e apresentar relatórios periódicos sobre o seu cumprimento;
III. recomendar as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas e procedimentos necessários ao correto cumprimento do disposto nesta Lei; e
IV. orientar as respectivas unidades no que se refere ao cumprimento do disposto nesta Lei e seus regulamentos.
Art. 18. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei no prazo de cento e vinte dias a contar da data de sua publicação.
Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 20. Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 01 de abril 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:A0A7F64E

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N.º 1.715, DE 01 DE ABRIL DE 2013

Disciplina as nomeações para cargos em comissão e funções gratificadas no âmbito do município do Poder Executivo e Legislativo de Nova Xavantina, e dá outras providencias.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art. 1° Esta Lei, cognominada “Lei Ficha Limpa Municipal”, estabelece critérios para o provimento de cargos de comissão e

funções gratificadas com o intuito de proteger a moralidade administrativa, evitar o abuso do poder econômico e político, aplicando-se de forma complementar aos demais critérios gerais e especiais de provimento estabelecidos nas legislações municipal, estadual e federal.
Art. 2° Fica vedado a nomeação para cargos em comissão ou função gratificada, no âmbito dos órgãos do Poder Executivo e Legislativo do Município de Nova Xavantina-MT de cidadão enquadrado nas seguintes hipóteses:
I – Os que têm contra si julgado procedente representação formulada perante a Justiça eleitoral, em decisão transitada e julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político desde a decisão até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos;
II – O condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes:
a) contra economia popular, a fé publica, a administração pública e o patrimônio público;
b) contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência;
c) contra o meio ambiente e a saúde pública;
d) eleitorais, para qual a lei comine pena privativa de liberdade;
e) de abuso de autoridade, nos casos que houver condenação a perda de cargo ou a inabilitação para exercício de função pública;
f) de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;
g) de tráfego de entorpecentes e drogas, racismo, tortura, terrorismo e hediondos;
h) de redução a condição a de escravo;
i) contra a vida e a dignidade sexual;
j) praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando.
III – os declarados indignos do oficialato, ou com ele incompatíveis, pelo prazo de 8 (oito) anos;
IV – os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, que forem condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a decisão até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos;
V – os condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanha eleitorais que impliquem cassação do registro do diploma, desde a decisão até o transcurso do prazo de 8 (oito)anos;
VI – os que forem condenados a suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferido por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena;
VI – os que forem excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prezo de 8(oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo poder judiciário;
VIII – os que forem demitidos do serviço publico em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contados da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo poder judiciário ou pela própria administração;
IX – os servidores do Poder Executivo e Legislativo, que forem aposentados compulsoriamente por decisão sancionatória, e que tenham perdido o cargo por sentença ou que tenham exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 8 (oito) anos.
Parágrafo único: A vedação prevista no inciso II do artigo antecedente não se aplica aos crimes culposos, aqueles definidos em Lei como de menor potencial ofensivo, nem aos crimes de ação penal privada.
Art. 3° Todos os atos efetuados em desobediência as vedações previstas nessa Lei serão considerados nulos a partir da entrada em vigor desta Lei.
Art. 4° Caberá ao Poder Executivo Municipal e ao Poder Legislativo, de forma individualizado, a fiscalização de seus atos em obediência a presente Lei, com a possibilidade de requerer aos órgãos competentes informações e documentos que entenderem necessários para o cumprimento de suas disposições.
Art. 5° O nomeado e/ou designado para cargo em comissão ou função gratificada, obrigatoriamente antes da investidura, terá ciência das restrições aqui prevista, devendo declarar por escrito sob as penas da Lei e apresentar certidões afins, não se encontrar inserido nas vedações do artigo 1° desta Lei.
Art. 6° As autoridades competentes, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação da Lei, promoverão a exoneração dos ocupantes de cargos de provimento em comissão ou função gratificada que se enquadrem nas situações previstas no artigo 1° desta Lei sob pena de responsabilidade.
Parágrafo único. Os atos de exoneração produzirão efeito a contar de suas respectivas publicações.
Art. 7° As denúncias de descumprimento da presente Lei poderão ser formuladas por quaisquer pessoas, por escrito e/ou verbalmente, caso em que deverão ser reduzidas a termo, sendo vedado, todavia, o anonimato.
§ 1° A denúncia deverá ser processada mesmo se vier desacompanhada de prova e/ou indicação da forma como obtê-la, não podendo ser desconsiderada em qualquer hipótese, salvo quando demonstrada de plano sua inveracidade, ou quando de má-fé do denunciante.
§ 2° Encaminhada à denúncia para funcionário incompetente para conhecê-la, esta será imediatamente enviada para a autoridade competente, sob pena de responsabilidade.
§ 3° A autoridade que não tomar as providências cabíveis, ou de qualquer forma, frustrar a aplicação das disposições da presente Lei, responderá pelo ato na forma da legislação municipal.
Art. 8° A apuração administrativa a que se refere o artigo 7° não excluirá a atuação do Ministério Público, das autoridades policiais e demais legitimadas para o questionamento do ato respectivo.
Art. 9° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação
Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 01 de abril de 2013

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:85B92F42

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N.º 1.716, DE 01 DE ABRIL DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito adicional especial, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Especial no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), que será empenhado na seguinte dotação:
Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 011 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: 0117 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial
Projeto/Atividade: 2066 – Bl Média e Alta Complexidade – Ativ. Atenção Amb. Hosp.
Elemento: 3350.43.00 – Subvenções Sociais:.....60.000,00
Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Especial de que trata o artigo 1º, no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), serão utilizados recursos provenientes do cancelamento parcial da seguinte dotação orçamentária, do orçamento em curso:
Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 001 – Divisão de Saúde
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 301 – Atenção Básica
Programa: 0121 – Investimentos na Rede de Serviços de Saúde
Projeto/Atividade: 1035 – Construção ou Reforma das Unid. de Saúde e PSFs
Elemento: 4490.51.00.00.00 – Obras e Instalações

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 01 de abril de 2013

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:C20BAA33

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N.º 1.717, DE 01 DE ABRIL DE 2013.

"Autoriza o Poder Executivo Municipal celebrar convênio com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, e dá outras providências"

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Empresa Pública Federal, vinculada ao Ministério das Comunicações, criada pelo Decreto - Lei nº 509, de 20 de março de 1969, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.028.316/0001-03, com sede em Brasília/DF, situada no Setor Bancário Norte (SBN), Quadra 1, Conjunto 03, Bloco "A", conforme minuta que integra a presente Lei.
Parágrafo único. No decorrer da vigência do convênio de que trata o caput deste artigo, havendo necessidade, poderá ser firmado termo aditivo para o bom desempenho das finalidades pactuadas.
Art. 2º O convênio de que trata esta Lei, tem por objetivo proporcionar atendimento de serviços postais à população das seguintes localidades: setor Xavantina (zona urbana) e Distrito de União do Leste (zona rural – PA Banco Safra), através de Agência de Correios Comunitária - AGC, mediante prestação de serviços e a comercialização de produtos oferecidos pela ECT.
Art. 3º As despesas decorrentes da execução do convênio de que trata a presente Lei, correrão por conta de dotações consignadas no Orçamento Geral Anual do Município.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 01 de abril de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

TERMO DE CONVÊNIO – AGC N.º _ _ _ / _ _
TERMO DE CONVÊNIO PARA AGÊNCIA DE CORREIOS COMUNITÁRIA
A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, Empresa Pública Federal, vinculada ao Ministério das Comunicações, criada pelo Decreto - Lei Nº 509, de 20 de março de 1969, inscrita no CGC/MF sob o Nº 34.028.316/0001-03, com sede em Brasília/DF, situada no Setor Bancário Norte (SBN), Quadra 1, Conjunto 03, Bloco "A", doravante denominada simplesmente ECT, representada, neste ato, por seu Diretor Regional, DR.....,Carteira de Identidade n.º.....(órgão expedidor/unidade da federação), CPF (n.º.) ....., e a.....(razão social da pessoa jurídica credenciada), inscrita no CGC/MF sob o n.º ....., com sede na cidade....., estado/UF....., situada a (rua, n.º, CEP) ....., doravante denominada simplesmente de CONVENENTE, neste ato representada por seu(s).....(cargo) ....., Sr(a)....., CI n.º..... (número e órgão expedidor), CPF n.º....., e Sr(a) (idem),
RESOLVEM acordar, por força do presente instrumento, com fulcro na Lei 8.666/93, na Portaria nº 566, de 29 de dezembro de 2011, do Ministério das Comunicações, e tendo ainda como referência legislativa, no que couber, o Decreto 6.170/07 e a Portaria interministerial nº 507, de 24 novembro de 2011, o presente TERMO DE CONVÊNIO para a Agência de Correios Comunitária, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E SUAS CARACTERÍSTICAS
1.1 Pelo presente instrumento de Convênio e na melhor forma de direito, a ECT e a CONVENENTE acordam em conjugar esforços, no intuito de proporcionar ATENDIMENTO DE SERVIÇOS POSTAIS à população da localidade de ....., através de Agência de Correios Comunitária (doravante denominada simplesmente AGC), mediante prestação de serviços e a comercialização de produtos oferecidos pela ECT (doravante denominados simplesmente "SERVIÇOS"), na forma que lhe forem autorizados, conforme descrição constante do Plano de Trabalho parte integrante do presente Instrumento, de acordo com as orientações que lhe forem fornecidas e sob a supervisão da ECT.
1.2 Além das atividades de comercialização de produtos e da prestação de serviços da ECT, na forma autorizada pela ECT, a CONVENENTE poderá executar outras atividades e prestar serviços afins e não concorrentes com a atividade postal, previamente autorizadas pela ECT e indicadas no Plano de Trabalho.
CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E DA PARTICIPAÇÃO DA ECT.
2.1 Ministrar treinamento inicial de qualificação para operação da unidade, inclusive, por ocasião da implantação de novos serviços ou introdução de novos procedimentos, bem como promover, cursos de reciclagem quando houver rotatividade de seus servidores, empregados ou prepostos.
2.2 A ECT fornecerá à CONVENENTE os produtos necessários à prestação dos SERVIÇOS, os formulários e materiais de uso exclusivo da ECT, necessários a sua execução, as Tarifas e Tabelas de Preços correspondentes e as orientações necessárias, atualizando-as sempre que ocorrer qualquer alteração nos procedimentos.
2.3 Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço, as cláusulas do Convênio e as normas legais, supervisionando, periodicamente, os aspectos operacionais e comerciais da CONVENENTE.
2.4 Regulamentar o serviço e fiscalizar permanentemente a sua prestação.
2.5 Intervir na prestação dos serviços, nos casos e nas condições que contrariem os dispositivos previstos em lei, regulamento ou neste instrumento.
2.6 Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados das providências tomadas nos prazos previstos nos regulamentos internos dos serviços e na legislação vigente.
CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E DA PARTICIPAÇÃO DA CONVENENTE.
3.1 Iniciar os serviços objeto deste Convênio, imediatamente após a autorização formal da ECT.
3.2 Cumprir as instruções e as normas da ECT.
3.3 Obter, junto a ECT, os produtos necessários para a operação da Unidade, requisitando-os sempre que preciso, à unidade coordenadora, de forma a manter sempre um estoque suficiente à prestação dos serviços.
3.4 Obter junto a ECT os materiais exclusivos e adquirir de terceiros, desde que autorizada, outros materiais necessários confeccionados segundo especificações técnicas e orientações fornecidas pela ECT.
3.5 Prestar todos os SERVIÇOS autorizados pela ECT, bem como receber e tratar os objetos, previamente selados, mesmo que os selos ou as fórmulas de franquia utilizadas não tenham sido adquiridos na AGC, garantindo que todos os objetos postados e/ou recebidos, na AGC, sejam encaminhados à ECT, conforme estabelecido no Plano de Trabalho, conforme cláusula sétima deste Termo de Convênio.
3.6 Solicitar, por escrito autorização da ECT para prestação de serviços não constantes do mix de serviços autorizados no PLANO DE TRABALHO, parte integrante do presente Termo.
3.7 Providenciar a instalação, a manutenção e a operação de todos os equipamentos necessários à AGC, conforme instruções fornecidas pela ECT e nos prazos acordados.
3.8 Cobrar, pela prestação dos SERVIÇOS autorizados, estritamente, os valores constantes de Tarifas e Tabelas fornecidas pela ECT.
3.9 Não delegar a terceiros a prestação dos SERVIÇOS da ECT, objeto deste Termo.

3.9.1 Entende-se por delegar a terceiros os casos em que o convenente tenha um contrato com alguma outra empresa e subdelegue a operação da AGC a ela.
3.10 As Agências de Correios Comunitárias deverão ter horários de funcionamento compatíveis com os do estabelecimento responsável pela sua operacionalização. Caso a Agência de Correios Comunitária opere em área exclusiva, os horários de atendimento a serem adotados deverão obedecer aos mesmos critérios estabelecidos para as Agências de Correios, conforme 1/2 – Anexo 14 do MANCAT.
3.10.1 A Agência de Correios Comunitária poderá permanecer fechada durante o tempo necessário à execução da atividade de distribuição domiciliária, desde que assegurado o horário mínimo de atendimento.
3.10.1.1 Deverá ser afixado em local visível ao público cartaz informativo divulgando ao público em geral os horários e dias em que será efetuada a distribuição externa.
3.11 Efetuar o registro do servidor, empregado ou estagiário e manter em dia os pagamentos correspondentes a todas as obrigações civis, fiscais, trabalhistas e previdenciárias, apresentando periodicamente, conforme solicitação da ECT, informações cadastrais e/ou certidões negativas que comprovem a regularidade jurídico fiscal.
3.11.1 Na hipótese de contratação de pessoa física com a finalidade de desempenhar o serviço, objeto de operação da AGC, a Convenente deverá solicitar prévia autorização da ECT e apresentar o comprovante da designação dos empregados ou prepostos envolvidos.
3.12 Providenciar para que participem do treinamento todos aqueles que irão trabalhar na AGC, os quais deverão possuir idade mínima de 18 anos e escolaridade de ensino fundamental (mínimo de 5º ano, antiga 4ª série primária). Na falta de documentação comprobatória quanto à escolaridade, suprirá tal exigência, declaração assinada e datada, realizada pelo empregado e no qual confirme que possui dito requisito.
3.12.1 Custear as despesas de manutenção (passagens, hospedagem, alimentação e outras) decorrentes de qualquer tipo de treinamento dos operadores da AGC.
3.13 Manter a Agência comunitária operando exclusivamente no endereço autorizado, sendo vedada sua alteração, sem o prévio conhecimento da ECT.
3.14 Assegurar a inviolabilidade e o sigilo das correspondências sob sua guarda, em conformidade com a Constituição Federal e a Lei Postal 6.538 /1978..
3.15 Fornecer à ECT as informações por ela solicitadas a respeito da operação da unidade.
3.16 Manter sob sua guarda os bens materiais, produtos e equipamentos, de propriedade da ECT, porventura cedidos e relacionados no Termo de Permissão de Uso, durante a vigência do presente Termo, e zelar pela integridade dos objetos que lhe forem confiados pelos usuários.
3.16.1 Responsabilizar-se por danos causados à ECT e ou terceiros, por culpa ou dolo decorrente de ato praticado por seu servidor, empregado e/ou preposto.
3.16.2 Indenizar à ECT de acordo com as normas que regem os SERVIÇOS, nos valores correspondentes, em decorrência de danos, extravios, furtos, espoliação de objetos, causados por inobservância das normas, culpa ou dolo por parte ou servidor, empregado ou preposto sob sua responsabilidade. Os casos fortuitos e de força maior não excluem a responsabilidade do Convenente, podendo a ECT, motivadamente, assumir os prejuízos adventos desses eventos.
3.17 Autorizar a ECT a realizar inspeção e inventário, em qualquer situação de impedimento à continuidade do Convênio, ficando obrigada a devolver imediatamente, sob pena de indenização, caso não o faça, todos os materiais e equipamentos recebidos para a consecução do Convênio.
3.18 Manter registros que permitam à ECT comprovar os serviços prestados ou colocados à disposição do Convênio, as aquisições dos produtos comercializados e outros elementos que permitam a avaliação dos resultados obtidos com o programa.
3.19 Permitir a fiscalização da ECT, com relação aos SERVIÇOS executados pela AGC, sob sua responsabilidade, autorizando que empregados e prepostos da ECT procedam a supervisões e inspeções periódicas na AGC.
3.20 Prestar contas à ECT, conforme mencionado na Cláusula 4.2 e no PLANO DE TRABALHO, parte integrante do presente Termo.
3.21 Registrar ocorrência policial nos casos de roubo ou extravio de objetos postais sob sua guarda e responsabilidade, comunicando o fato à ECT no prazo máximo de 24 horas.
3.22 Observar e manter rigorosamente os padrões de atendimento, atuais e futuros, estabelecidos pela ECT, para a prestação dos SERVIÇOS.
3.23 Comunicar por escrito à ECT, assim que tiver conhecimento, do uso indevido por terceiros das marcas e denominações, objeto deste Termo.
3.24 Utilizar, durante a vigência deste Termo, somente o material promocional e de propaganda desenvolvido pela ECT, não permitindo que se façam cópias deste material ou de qualquer informação da ECT.
3.25 Comprometer-se, por si, seus servidores, empregados ou prepostos, a manter a mais estreita confidencialidade em relação ao conteúdo das normas ou de quaisquer outras informações que vier a receber da ECT.
3.26 Preservar a integridade física dos objetos e proceder, quando devidamente autorizada pela ECT, a distribuição postal de correspondências em domicílio e/ou Caixas Postais Comunitárias, de acordo com a freqüência e os horários estabelecidos.
3.27 Garantir o horário mínimo de atendimento previsto nas normas da ECT, ainda que necessário o fechamento da agência para a execução da atividade de distribuição domiciliária.
3.28 Manter continuamente a prestação dos serviços descritos nos subitens 3.2.1.1, 3.2.1.3, 3.2.2.1 e 3.2.2.2 do Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RENDAS, DO REPASSE DE VALOR E DO ACERTO DE CONTAS.

4.1 A convenente auferirá para manutenção e custeio da AGC os valores provenientes do repasse fornecido pela ECT, por meio de parcela única e mensal, para custeio dos serviços prestados nas atividades descritas no subitem 3.2.1.2 do Plano de Trabalho, parte integrante do presente Termo de Convênio.
4.2 O acerto de contas será efetuado junto à Agência Vinculadora, diretamente ou por via postal, quando viável e autorizado pela Diretoria Regional, nas seguintes formas:
4.2.1 Através de pagamento à vista para os produtos constantes dos subítens 3.2.1.1 e 3.2.2.1 do Plano de Trabalho, parte integrante deste Termo de Convênio.
4.2.1.1 Para os produtos em consignação descritos no subitem 3.2.2.1.2 do Plano de Trabalho, por meio da apresentação do Demonstrativo de Arrecadação da AGC, comprovação do repasse desta arrecadação à ECT e comprovantes da prestação de serviços, se houver, será mensal no primeiro dia útil subseqüente ao encerramento do mês relativo à sua comercialização.
4.2.1.1.1 No término do prazo de comercialização destes produtos, o acerto de contas dos produtos comercializados será efetuado no dia subseqüente, por meio da apresentação do Demonstrativo de Arrecadação da AGC, comprovação do repasse desta arrecadação à ECT e comprovantes da prestação de serviços, inclusive com a devolução dos produtos não comercializados.
4.2.2 Através da apresentação do Demonstrativo de Arrecadação da AGC, da comprovação do repasse desta arrecadação à ECT e dos comprovantes da prestação de serviços, relativos aos subítens 3.2.1.3 e 3.2.2.2 do Plano de Trabalho, nas seguintes periodicidades:
a) diário, no dia útil subseqüente ao da prestação do serviço, para o serviço de Vale Postal Eletrônico - pagamento, somente comprovantes conforme subitem 3.2.1.3.2 do Plano de Trabalho, e Título de Capitalização – resgate, somente comprovante conforme subitem 3.2.2.2.3 do Plano de Trabalho.
b) conforme cronograma estabelecido no Anexo 3 do Plano de Trabalho - Relação dos Contratos Autorizados de Recebimento de Contas, Inscrições, Recebimento de Impostos, Taxas e Multas - para os serviços de Recebimento de Contas , Inscrições, Recebimento de Impostos, Taxas e Multas e de acordo com o subitem 3.2.2.2.4 do Plano de Trabalho.
c) mensal, nos dois últimos dias úteis do mês no qual ocorreu a prestação do serviço, para os demais serviços.
4.2.3 Mediante o envio, no primeiro dia útil do mês subseqüente ao da prestação do serviço, de atesto à Agência Vinculadora, comprovando a execução de todas as atividades e serviços descritos no subitem 3.2.1.2 do Plano de Trabalho.

4.2.4 O reembolso à AGC dos valores relativos ao Título de Capitalização – resgate será efetuado pela Agência Vinculadora no primeiro dia útil subseqüente ao recebimento dos Títulos resgatados.

4.3 No ato do fornecimento dos produtos serão emitidos os respectivos Comprovantes, discriminando os produtos adquiridos.

4.4 É permitida a consignação dos produtos relacionados no subitem 3.2.2.1.2 do Plano de Trabalho, se autorizados, até o limite máximo mensal equivalente ao valor referente ao subitem 3.2.1.2 do mesmo - Atividades inclusas no repasse financeiro.
4.5 Deverá ser emitido um único Demonstrativo de Arrecadação da AGC para cada data de acerto de contas, consolidando todas as informações envolvidas.
CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA
5.1 O Presente Termo de Convênio tem prazo de vigência de 05 anos (sessenta meses), com início em ...../...../..... e término em ...../...../.....
5.1.1 O presente Convênio poderá ser denunciado ou rescindido a qualquer tempo, imputando-se as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenham vigido e creditando-se igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período, conforme descrito na Cláusula Nona.
CLÁUSULA SEXTA – DA INSTALAÇÃO DA AGC
6.1 A CONVENENTE instalará sua unidade em estabelecimento aprovado pela ECT e prestará os SERVIÇOS exclusivamente neste estabelecimento.
6.2 O CONVENENTE deverá apresentar no Processo de Habilitação, uma declaração formal onde contenha informações do imóvel quanto a sua propriedade, locação ou cessão, área construída, endereço e a finalidade a que se destina (instalação da AGC). Devem ser anexas à esta declaração o Documento de Propriedade do Imóvel ou Contrato de Locação ou Termo de Cessão de Uso para a instalação de AGC.
6.3 A CONVENENTE deverá efetuar, às suas expensas, a instalação da AGC, devendo seguir as recomendações da Área Gestora do Convênio da ECT quanto à organização interna e identificação externa da agência, no momento prévio a sua instalação, assim como nas ocasiões de visitas dos supervisores da ECT.
6.4 Os equipamentos, utensílios e mobiliários que vierem a ser adotados pelas AGC, deverão obedecer os padrões fixados pela ECT e somente serão utilizados nas AGC após a expressa concordância da ECT.
6.4.1 A ECT fornecerá equipamentos intrínsecos à atividade postal, na forma relacionada no Termo de Permissão de Uso, que será anexado ao Plano de Trabalho.
CLÁUSULA SÉTIMA - DO PLANO DE TRABALHO
7.1 O Plano de Trabalho é parte integrante do presente Termo de Convênio, independentemente de transcrição, atendendo os requisitos exigidos pelo art. 116 da Lei 8.666/93.
CLÁUSULA OITAVA - DO REPASSE FINANCEIRO E DOS BENS
8.1 O PLANO DE TRABALHO, elaborado, no que couber, nos termos do artigo 116 da Lei 8.666/93, disciplina a transferência de recursos financeiros pela ECT.
8.2 Os bens, equipamentos, utensílios e mobiliários, que sejam adquiridos pela ECT e colocados à disposição da CONVENENTE, por meio de Permissão de Uso, constam do Termo de Permissão de Uso, anexo ao Plano de Trabalho.
8.3 Obrigatoriamente, quando da extinção do Convênio, os bens, equipamentos, utensílios e mobiliários - reverterão ao patrimônio da ECT, e constarão de Termo de Restituição de Bens Móveis.
8.4 A Permissão de Uso constitui ato unilateral, discricionário e precário, sempre revogável e modificável unilateralmente pela ECT, não gerando, em hipótese nenhuma, direito a indenizações ou qualquer outro ônus oponível.
CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO
9.1 Constitui motivo para rescisão do convênio, o descumprimento de quaisquer das cláusulas pactuadas.
9.2 O presente Termo poderá ser rescindido, por qualquer das partes, mediante prévio aviso, por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, sem compor perdas e danos, direitos e indenizações, para qualquer das partes, ressalvando o direito de acerto de contas e recebimentos devidos.
9.3 A ECT poderá considerar rescindido o presente Termo, de imediato, independente de notificação ou interpelação, na ocorrência de qualquer dos seguintes eventos:
9.3.1 Se a CONVENENTE executar atividades consideradas concorrentes às da ECT, através da AGC ou de outro estabelecimento comercial.
9.3.2 Se a CONVENENTE divulgar junto à imprensa, qualquer assunto relativo aos SERVIÇOS, sem que haja prévia autorização, por escrito, da ECT.
9.3.3 Se a CONVENENTE conceder descontos, a terceiros, quando da prestação dos SERVIÇOS, sem que haja prévia autorização, por escrito, da ECT.
9.3.4 Se a CONVENENTE sonegar, dificultar, subfaturar ou omitir informações à ECT, que afetem o regular acerto de contas estabelecido no Plano de Trabalho.
9.3.5 Se a CONVENENTE descumprir quaisquer obrigações de natureza fiscal, trabalhista ou previdenciária.
9.3.6 Se a CONVENENTE não mantiver os padrões de qualidade e atendimento estabelecidos pela ECT, na prestação dos SERVIÇOS.
9.3.7 Se a CONVENENTE não apresentar os comprovantes do atendimento, e quando for o caso, os relatórios de execução físico-financeira e da prestação de contas, nos prazos estabelecidos.
9.3.8 Se a Convenente, de alguma forma, infringir o estabelecido no item 3.26 deste Termo de Convênio.
9.3.9 Se a Convenente não proceder a instalação da unidade, em um prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de vigência deste Termo de Convênio.
9.4 No término ou na rescisão deste Termo, por qualquer motivo que seja, a CONVENENTE deverá devolver à ECT todos e quaisquer documentos e publicações que lhe tiverem sido entregues, em decorrência do presente Convênio, bem como deixará, imediatamente, de fazer uso das MARCAS e de usar quaisquer meios que a relacionem à ECT, em especial da placa/luminoso, que identifica a AGC.
9.5 No término ou na rescisão do presente Termo, todos os pagamentos devidos pela CONVENENTE, à ECT, nos termos deste, ficarão com seus vencimentos, automaticamente, antecipados para a data de seu término ou rescisão.
CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
10.1 As despesas decorrentes do objeto deste Termo de Convênio correrão através da(s) seguinte(s) classificação (ões) orçamentária (s):
PROJETO: Metas de Universalização de Serviços de Atendimento
CONTA(S): 44406.010010
DESCRIÇÃO DA CONTA : Remuneração Fixa – Agências Comunitárias
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL
11.1 O presente Convênio fundamenta-se, no que couber, do Decreto n.º 6.170/07, e da Portaria Ministerial nº 507, de 24 novembro de 2011, no artigo 116, da Lei 8.666/93 e na Instrução Normativa n.º 01 da SSP/MC, de 14 de dezembro de 2000.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES GERAIS
12.1 A ECT exercerá a normatização de todas as atividades inerentes ao Serviço Postal, com supremacia de poder, e exercerá o controle e a fiscalização dos mesmos nos termos do que estiver estabelecido neste instrumento, na legislação vigente e em suas normas internas.
12.2 A ECT poderá assumir a execução dos serviços autorizados, por seus próprios meios, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade do serviço.
12.3 É expressamente vedado utilizar os recursos em finalidade diversa da estabelecida no objeto do convênio, devendo os recursos serem aplicados em estrita observância do "PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS" definido no PLANO DE TRABALHO.
12.4 A CONVENENTE será a única responsável, em todos os aspectos, pela admissão, demissão, controle e orientação de seus servidores, empregados ou prepostos.
12.5 Nem a CONVENENTE, nem seus servidores, empregados, estagiário ou prepostos, estão autorizados a representar a ECT.
12.6 A CONVENENTE se obriga a indenizar, defender e isentar a ECT de qualquer responsabilidade em relação a ações, danos, custos e despesas, de qualquer natureza, inclusive honorários advocatícios, provenientes de quaisquer reclamações trabalhistas de seus servidores, empregados ou prepostos.

12.7 A CONVENENTE deverá ressarcir à ECT todas as despesas, atualizadas monetariamente, que a mesma vier a suportar, decorrentes de penalidades impostas, judicial ou administrativamente, por infrações às leis penais e civis ou a normas e regulamentos baixados pelas autoridades competentes, advindas de ações ou omissões de seus servidores, empregados ou prepostos.
12.8 A eventual aceitação, por parte da ECT, da inexecução, pela CONVENENTE de quaisquer cláusulas ou condições deste Convênio, a qualquer tempo, não importa em novação, permanecendo íntegras todas as demais cláusulas e condições.
12.9 Qualquer notificação entre as partes deverá ser feita por escrito.
12.10 O presente Termo não poderá ser alterado, salvo mediante documento devidamente assinado por ambas as partes.
12.11 A ECT autoriza a CONVENENTE, neste ato, a utilizar marcas e logotipos de sua propriedade, bem como as que vierem a ser criadas pela ECT (doravante denominadas simplesmente "MARCAS"), exclusivamente na AGC, durante o período de vigência do presente Convênio.
12.12 A ECT autoriza a CONVENENTE a utilizar as técnicas para prestação dos SERVIÇOS e operação da AGC, fornecendo treinamento e supervisão à CONVENENTE, bem como prestando-lhe assessoria, conforme previsto neste Convênio.
12.13 Na hipótese de não pagamento de quaisquer quantias devidas à ECT, nas condições e nos prazos estabelecidos neste Termo de Convênio, a CONVENENTE deverá pagar as referidas quantias à ECT, acrescidas de:
a) correção monetária, com base na variação do IGP/M (Índice Geral de Preços do Mercado) ou pelo índice oficial que vier a substituí-lo, ocorrida entre a data do vencimento da obrigação e a data de seu efetivo pagamento;
b) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sobre o valor corrigido; e
c) multa de 10% (dez por cento), sobre o valor corrigido.
Fica eleito o Foro da Justiça Federal da cidade de Nova Xavantina, do Estado de Mato Grosso para dirimir as questões deste Convênio porventura surgidas em decorrência de sua execução e que não puderem ser decididas pela via administrativa, renunciando, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes este Instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma.
_____, _____ de _____ de _____
(Local) (Dia) (Mês) (Ano)
Pela ECT: _____
(Assinatura)
Pela CONVENENTE: _____
(Assinatura)
Testemunha 1: _____
(Assinatura)
Testemunha 2: _____
(Assinatura)

TERMO DE CONVÊNIO N.º /2013
PLANO DE TRABALHO
1. OBJETO: CONVÊNIO ENTRE A ECT E A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA PARA OPERAÇÃO DA AGÊNCIA DE CORREIOS COMUNITÁRIA
CONVENENTE:

CGC/CNPJ:
1.1 Dados da unidade executora (Agência de Correios Comunitária)
AGC Código do ERP/MC-MCU
(Nome)
Data Criação:
Endereço:
(Bairro/Município/UF)
Localidade: x Sede de município – setor Xavantina – Nova Xavantina - MT
x Distrito de União do Leste – zona rural/PA Banco Safra – Nova Xavantina.
Povoado _____o
Obs.: Se estiver em povoado, informar na linha Distrito/Vila o nome do distrito.
1.2 Unidade vinculadora da AGC:
NOME: CÓDIGO ERP/MC-MCU :
ENDEREÇO:
REGIÃO OPERACIONAL:
2 METAS A SEREM ATINGIDAS
Prestar os Serviços Postais, vender produtos e executar as atividades descritas no item 3 deste Plano de Trabalho, de acordo com o estabelecido neste Termo de Convênio.
3 ETAPAS DE EXECUÇÃO / PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS
3.1 Regime da prestação dos serviços
Efetivo Mínimo Previsto: ( ) pessoas com as quais possua vínculo formal
Horário de Atendimento: 2.ªs. às 6.ªs. Feiras: de : às : h e, de : às : h
Sábados: de : h às : h
Domingos: de : h às : h
Freqüência de expedição de malas: ..... vez(es) por semana.
Transportador: .....
Modalidade de distribuição postal:
(X) Em domicílio
( ) Em CPC
( ) Em Posta Restante
Freqüência de distribuição postal: no mínimo .....
3.2 Atividades e “serviços” autorizados
3.2.1 Grupo 1 – Mix Obrigatório:
3.2.1.1 Produto:

Itens	
X	Selos Ordinários e Comemorativos
X	Aerograma Nacional, Internacional e Social
X	Telegrama Pré-Taxado

(*) Assinalar com um “X”, os itens autorizados para a unidade. Os que não estiverem autorizados assinalar com um “ – “. Orientação válida somente Telegrama Pré-Taxado, pois os demais são obrigatórios.
3.2.1.1.1 O acerto de contas para os produtos constantes do subitem 3.2.1.1. será efetuado através de pagamento a vista, junto à Agência Vinculadora, diretamente ou por via postal, quando viável e autorizado pela Diretoria Regional.
3.2.1.1.2 São inerentes ao serviço de venda de produto a prestação dos seguintes serviços:
a) postagem/entrega interna de objetos simples e registrados;
b) Serviços Postais Adicionais: aviso de recebimento, registros e outros que possam ser franqueados por meio de selos;
c) outros serviços inerentes aos produtos relacionados no subitem 3.2.1.1, desde que sejam pré-franqueados/taxados ou possam ser franqueados por meio de selos.
3.2.1.2 Plano de Aplicação dos recursos financeiros

Atividades inclusas no repasse financeiro	Parcela única e mensal (R$)
- Recebimento/Expedição de malas - Preparação de objetos para expedição - Preparação dos objetos em serviços internos - Arquivamento de documentos inerentes às atividades da Agência - Manutenção da unidade em condições de organização e limpeza - Devolução de malas vazias - Transporte de mala entre a unidade e o local de onde a carga é recebida / expedida (parada de ônibus, por exemplo), ou de Agência Vinculadora na inexistência de Linha regular. - Recepção e tratamento de objetos previamente selados, cujos selos não tenham sido adquirido na AGC. - Dispor dos produtos previstos no subitem 3.2.1.1, na agência. - Distribuição dos objetos em Caixa Postal Comunitária e/ou Posta Restante. - Retirada de objetos de Caixa de Coleta. - Distribuição de objetos de correspondência em domicílio, conforme a necessidade e viabilidade de localidade	735,00

3.2.1.2.1 No primeiro dia útil do mês subseqüente ao da prestação do serviço, a Agência Vinculadora enviará atesto comprovando a execução de todas as atividades e serviços descritos no subitem 3.2.1.2, bem como o efetivo pagamento pela Convenente dos valores devidos à ECT para o acerto de contas.

3.2.1.2.2 O repasse financeiro relativo ao subitem 3.2.1.2 será realizado até o 3º dia útil subseqüente ao recebimento da informação do acerto de contas na forma descrita no subitem 3.2.1.2.1 deste Plano de Trabalho, respeitados os prazos de encaminhamento postal.
3.2.1.3 Serviços Obrigatórios

Itens
Vale Postal - pagamento
PAC

3.2.1.3.1 Este grupo de serviços se caracteriza pela necessidade de prestação de contas, a qual deverá ocorrer, não havendo orientação em

contrário, nos dois últimos dias úteis do mês onde ocorreu a prestação do serviço.
3.2.1.3.2 Os comprovantes relativos ao Vale Postal – pagamentos deverão ser repassados à ECT no dia útil subseqüente ao da prestação do serviço, acompanhado do Demonstrativo de Arrecadação da AGC.
3.2.2 Grupo 2 – Mix Expandido:
3.2.2.1 Produto:

Itens	
	Envelope Pré-Selado Carta Mundial
	Caixa de Encomenda
	Títulos de Capitalização - venda

(*) Assinalar com um "X", os itens autorizados para a unidade. Os que não estiverem autorizados assinalar com um " – ".
3.2.2.1.1 O acerto de contas para os produtos constantes do subitem 3.2.2.1. será efetuado através de pagamento a vista, junto à Agência Vinculadora, diretamente ou por via postal, quando viável e autorizado pela Diretoria Regional.
3.2.2.1.2 O fornecimento em consignação, de Título de Capitalização, está condicionado ao atendimento prévio do disposto na Cláusula Quarta, subitem 4.4, do Termo de Convênio e sujeita a Convenente ao disposto no subitem 4.2.1.1.1 da mesma Cláusula.
3.2.2.1.3 O acerto de contas relativo à venda de Título de Capitalização se dará no primeiro dia útil do mês subseqüente ao da comercialização do produto, mediante a apresentação do Demonstrativo de Arrecadação da AGC e da comprovação deste repasse à ECT.
3.2.2.2 Serviço:

Itens	
X	Encomenda Postal Nacional, mediante pagamento à vista · SEDEX
X	Sedex a Cobrar – postagem
X	Documento Econômico/Prioritário Internacional
X	Título de Capitalização – resgate
	Itens
___	Recebimento de Contas (**)
___	Recebimento de Inscrições (**)
___	Recebimento de impostos, taxas e multas (**)
	Itens
X	Caixa Postal – assinatura/renovação com ou sem cessão do equipamento por parte da ECT, incluindo o serviço de distribuição.

(*) Assinalar com um "X", os itens autorizados para a unidade. Os que não estiverem autorizados assinalar com um " – ".
(**) Somente para AGC informatizadas.
3.2.2.2.1 Caso o interessado queira constituir o bloco da caixa postal por conta própria, deverá seguir as especificações adotadas pela ECT, conforme orientação das GEVEN/GERAT.
3.2.2.2.2 O acerto de contas relativo aos serviços do subitem 3.2.2.2 do Plano de Trabalho se dará, mediante a apresentação do Demonstrativo de Arrecadação da AGC, da comprovação do repasse desta arrecadação à ECT e dos respectivos comprovantes da prestação do serviço, nos dois últimos dias úteis do mês onde ocorreu a prestação do serviço.
3.2.2.2.3 Os títulos de capitalização resgatados, quando autorizados, deverão ser repassados diariamente à ECT para reembolso dos valores pagos, mediante a apresentação do Demonstrativo de Arrecadação da AGC.
3.2.2.2.4 O acerto de contas pela prestação do serviço de Recebimento de Contas, Recebimento de Inscrições e Recebimento de Impostos, Taxas e Multas, quando autorizado, se dará, mediante a apresentação do Demonstrativo de Arrecadação da AGC e da comprovação do repasse desta arrecadação à ECT e dos respectivos comprovantes de prestação do serviço, conforme cronograma definido na Relação dos Contratos autorizados de Recebimento de Contas, Anexo 3 do Plano de Trabalho.
3.3 Cronograma de desembolso
3.3.1 Periodicidade
3.3.1.1 Mensal, para os serviços constantes dos subítens 3.2.1.2; 3.2.1.3 e 3.2.2.2. do Plano de Trabalho, observando-se as peculiaridades de cada serviço.
3.3.1.1.1 Também será mensal, para os produtos constantes no subítem 3.2.2.1.3 do Plano de Trabalho, se os mesmos forem fornecidos em consignação.
3.3.1.2 No ato do fornecimento para os produtos constantes dos subítens 3.2.1.1 e 3.2.2.1 do Plano de Trabalho, excluídos os constantes no subitem 3.2.2.1.2 do Plano de Trabalho, se fornecidos em consignação.
Cuiabá, de de 2013

Pela ECT: _____

NILTO DO NASCIMENTO
Diretor Regional Dr/mt

Pela CONVENENTE: _____

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:DA89B611

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N.º 1.718, DE 15 DE ABRIL DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio objetivando o repasse mensal de R$ 2.000,00 (dois mil reais), a Associação da Vila do Tênis de Nova Xavantina, inscrita no CNPJ n.º 15.633.733/0001-30, com sede na R. Vereador Manuel Brito,n.º 18, nesta cidade, conforme minuta que integra a presente Lei.
§ 1º O convênio de que trata esta Lei, tem por objeto atender a 54 (cinquenta e quatro) crianças e adolescentes carentes que correm algum risco social, matriculados na rede municipal de ensino com aulas de tênis no período matutino, na sede da Associação da Vila do Tênis,
§ 2º O Convênio de que trata o caput deste artigo, terá vigência de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período.
Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Unidade: 002 – Divisão de Coordenação Pedagógica
Função: 12 – Educação
Subfunção: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 0111 – Ensino Fundamental
Projeto/Atividade: 2031 – Manutenção das Atividades do Ens. Fundamental
Elemento: 3350430000 – Subvenções Sociais.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 15 de abril de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

TERMO DE CONVÊNIO Nº 2013
Termo de Convênio que entre si celebram o Município de Nova Xavantina – MT e a Associação da Vila do Tênis de Nova Xavantina - MT, para fins que especifica.
O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº 15.024.045/0001-73, com sede administrativa a Av. Expedição Roncador Xingu, 249, Centro do Setor Xavantina, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Gercino Caetano Rosa, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade, RG n.º 512.814-SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.º 280.677.891-34, residente e domiciliado na Rua Sergipe nº 214, Centro do setor Nova Brasília, nesta cidade, designados neste ato como sendo CONCEDENTE e do outro lado a ASSOCIAÇÃO DA VILA DO TÊNIS DE NOVA XAVANTINA, inscrita no CNPJ n.º 15.633.733/0001-30, com sede na R. Vereador Manuel Brito, n.º 18, nesta cidade, representada pelo Sr. Cassiano Couto Finatti, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 159.109.218-35, residente e domiciliado na Travessa Taguatinga, Nova Xavantina - MT, designado neste ato como sendo CONVENENTE, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio sob a égide da Lei Municipal n.º ....., de ..... de ..... de 201... e no que couber, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas atualizações e IN SCV Nº 001/2010, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto o repasse de recursos financeiros pelo Município/Secretaria Municipal de Educação a Associação da Vila do Tênis de Nova Xavantina, a fim de atender a 54 (cinquenta e quatro) crianças e adolescentes carentes que correm algum risco social, da rede municipal de ensino com aulas de tênis, a serem ministradas no período matutino, na sede da referida Entidade.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Como forma mútua de cooperação na execução do objeto deste convênio, são obrigações das partes:

I – DA CONCEDENTE

a) Efetuar a transferência dos recursos financeiros previstos para a execução deste Convênio;
b) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do presente convênio;
c) Analisar e aprovar o relatório de prestação de contas;
d) Adotar e garantir as medidas necessárias à efetiva execução deste Convênio;
e) Prestar contas ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, segundo suas normas e regimento.

II – DA CONVENENTE

a) Não utilizar os recursos recebidos da CONCEDENTE em finalidade diversa da estabelecida neste convênio, notadamente, para despesas havidas antes de sua assinatura;
b) Prestar contas dos recursos recebidos, na forma da cláusula quarta, fazendo juntar o relatório de pagamentos efetuados.
c) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciária, decorrentes dos recursos humanos utilizados nos trabalhos, bem como, por todos os ônus tributários e extraordinários que incidam sobre o presente convênio;
d) Movimentar os recursos financeiros em conta especifica para o convênio;
e) Manter os recursos financeiros quando não utilizados em aplicação financeira, poupança ou fundo de renda fixa em instituição financeira oficial;
f) Restituir o eventual saldo de recursos financeiros, incluídos os rendimentos de aplicação financeira, ao Tesouro Municipal;
g) Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos, por 05 anos, relativos ao presente convênio;
h) Permitir livre acesso de Servidores do Controle Interno da Prefeitura, quando em missão de fiscalização e auditoria;
CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR
O Valor do presente Convênio é de R$ ..... (.....) que serão repassados pela CONCEDENTE, a quantia mensal de R$ 2.000,00 (dois mil reais) todo dia 20 à CONVENENTE e correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Unidade: 002 – Divisão de Coordenação Pedagógica
Função: 12 – Educação
Subfunção: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 0111 – Ensino Fundamental
Projeto/Atividade: 2031 – Manutenção das Atividades do Ens. Fundamental
Elemento: 3350430000 – Subvenções Sociais.

CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas deverá ser produzida em 02 (duas) vias, devendo uma delas, ser encaminhada à CONCEDENTE e a via original arquivada, por 05 anos, pela CONCEDENTE.
§ 1º. A prestação de contas deverá ser elaborada conforme Relação de Pagamentos Efetuados, Anexo I, acompanhada de cópia dos documentos fiscais e/ou outros e do extrato bancário da conta do convênio.
§ 2º. Os documentos fiscais e/ou quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome da ASSOCIAÇÃO DA VILA DO TÊNIS DE NOVA XAVANTINA.
§ 3º. A não apresentação da prestação de contas, com seus respectivos documentos, no prazo de até 30 dias, após o recebimento de cada parcela, acarretará a suspensão da liberação das parcelas vincendas.
CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO
Com exceção de seu objeto, o presente Convênio poderá ser alterado através de Termo Aditivo, quando houver interesse e concordância das partes, sendo tal fato solicitado com antecedência de 30 (trinta) dias do término do Convênio.
CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DO CONVÊNIO
A vigência do Convênio compreenderá o período de .... de ..... de 2013 a ..... de ..... de 201....
O presente Convênio terá vigência de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período.
CLÁUSULA SETIMA - DA RESCISÃO
Este Convênio será rescindido, unilateralmente, por descumprimento de qualquer de suas Cláusulas, ou, ainda, por acordo das partes ou pela superveniência de normas legais que impeçam a sua execução.
CLÁUSULA OITAVA - DO FORO
Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Xavantina MT., para dirimir as dúvidas oriundas da execução do presente Convênio.
E por estarem de acordo com os termos pactuados, as partes firmam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor, diante das testemunhas abaixo identificadas.
Nova Xavantina – MT, ... de .....de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

CASSIANO COUTO FINATTI
Associação da Vila do Tênis de Nova Xavantina

Testemunhas:
1._____
Assinatura e CPF
2._____
Assinatura e CPF

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:B8A602A1

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N.º 1.719, DE 15 DE ABRIL DE 2013

Altera dispositivos da Lei Municipal n.º 1.639/2012, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.
Art. 1º A Lei Municipal n.º 1.639, de 16 de abril de 2012, passa a vigorar acrescida da seguinte alteração:
"Art. 2º A Lei Municipal n.º 1.189, de 02 de outubro de 2006, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 14-A:
~~Art. 14-A. A alíquota da contribuição previdenciária de que trata o inciso I do art. 13, é de 13,56% (treze por cento), sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos, sendo 11,56 % (onze por cento), referente ao custo normal e 2% (dois por cento) referente à taxa de administração.~~
Art. 14-A. A alíquota da contribuição previdenciária de que trata o inciso I do art. 13, é de 13,52% (treze ponto cinqüenta e dois por cento), sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos, sendo 11,72 % (onze ponto setenta e dois por cento), referente ao custo normal e 1,8 % (um ponto oito por cento) referente à taxa de administração."
Art. 2º Continuam em vigor os demais dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.639/2012.
Art. 3° Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.
Art. 4º Revogam-se todas as disposições em contrário.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 15 de abril de 2012.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:9DD28BF7

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N.º 1.720, DE 15 DE ABRIL DE 2013

Dispõe sobre valor do aporte para financiamento do Plano de Amortização para equacionamento do déficit atuarial, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.
Art. 1º Fica estabelecido o aporte mensal inicial de R$ 40.012,50 (quarenta mil e doze reais e cinqüenta centavos) que representa o percentual de 5,37% (cinco vírgula trinta e sete por cento), para financiamento do valor do passivo atuarial do Município de Nova Xavantina/MT, avaliado em R$11.770.283,38 (onze milhões e setecentos e setenta mil e duzentos e oitenta e três reais e trinta e oito centavos), conforme indicado no Parecer Atuarial do exercício de 2013, que deverá ser amortizado pelos próximos 35 anos, conforme plano de custeio para amortização do passivo abaixo:

PLANO DE AMORTIZAÇÃO POR APORTE FINANCEIRO		
Ano	Aporte Anual	Aporte Mensal
01/12/2013	480.150,00	40.012,50
01/12/2014	508.052,08	42.337,67
01/12/2015	536.464,18	44.705,35
01/12/2016	565.393,71	47.116,14
01/12/2017	594.848,19	49.570,68
01/12/2018	624.835,22	52.069,60
01/12/2019	655.362,51	54.613,54
01/12/2020	686.437,86	57.203,15
01/12/2021	718.069,18	59.839,10
01/12/2022	750.264,48	62.522,04
01/12/2023	783.031,88	65.252,66
01/12/2024	816.379,60	68.031,63
01/12/2025	850.315,97	70.859,66
01/12/2026	884.849,44	73.737,45
01/12/2027	919.988,54	76.665,71
01/12/2028	955.741,94	79.645,16
01/12/2029	992.118,40	82.676,53
01/12/2030	1.029.126,83	85.760,57
01/12/2031	1.066.776,20	88.898,02
01/12/2032	1.105.075,66	92.089,64
01/12/2033	1.116.126,41	93.010,53
01/12/2034	1.127.287,68	93.940,64
01/12/2035	1.138.560,56	94.880,05
01/12/2036	1.149.946,16	95.828,85
01/12/2037	1.161.445,62	96.787,14
01/12/2038	1.173.060,08	97.755,01
01/12/2039	1.184.790,68	98.732,56
01/12/2040	1.196.638,59	99.719,88
01/12/2041	1.208.604,97	100.717,08
01/12/2042	1.220.691,02	101.724,25
01/12/2043	1.232.897,93	102.741,49
01/12/2044	1.245.226,91	103.768,91
01/12/2045	1.257.679,18	104.806,60
01/12/2046	0,00	
01/12/2047	0,00	

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.
Art. 3º Fica revogada em todos os seus termos a Lei Municipal nº 1.641, de 16 de abril de 2012 e as demais disposições em contrário.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 15 de abril de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:80BD8CDE

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N.º 1.721, DE 15 DE ABRIL DE 2013.

Concede Recomposição Salarial Aos Servidores Públicos Municipais Efetivos, e Dá Outras Providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º Concede 6,20% (seis vírgula vinte por cento) de recomposição salarial sobre os vencimentos dos Servidores Públicos Municipais Efetivos, retroativo a 1º de abril de 2013.
Art. 2º Excluem-se da recomposição salarial de que trata o artigo 1º desta Lei, os Servidores Públicos Municipais Efetivos que recebem o salário mínimo estabelecido pela política salarial do Governo Federal.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina - MT, 15 de abril de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:64C58A12

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 5.682, DE 04 DE MARÇO DE 2013

Dispõe sobre a nomeação de Benedito Bueno Fernandes, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.694/2013, que dispõe sobre a nova Estrutura Administrativa do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências, resolve:
Art. 1º Nomear o Sr. Benedito Bueno Fernandes, para exercer a função comissionada de Secretário Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, junto Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, fazendo jus aos vencimentos pertinentes ao cargo.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 04 de março de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:A2674128

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 5.683, DE 04 DE MARÇO DE 2013

Dispõe sobre a nomeação de Bruna Letícia dos Santos Barbosa, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.694/2013, que dispõe sobre a nova Estrutura Administrativa do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências, resolve:
Art. 1º Nomear a Sra. Bruna Letícia dos Santos Barbosa, para exercer a função comissionada de Chefe da Divisão de Compras e Manutenção da Rede Física – GF-10, junto Secretaria Municipal de Educação, fazendo jus aos vencimentos pertinentes ao cargo.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 04 de março de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:8BC29E69

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 5.684, DE 04 DE MARÇO DE 2013

Dispõe sobre a nomeação de Kátila Cristina de Jesus, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.694/2013, que dispõe sobre a nova Estrutura Administrativa do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências, resolve:
Art. 1º Nomear a Sra. Kátila Cristina de Jesus, para exercer a função comissionada de Chefe da Divisão de Fiscalização – GF-6, junto Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças, fazendo jus aos vencimentos pertinentes ao cargo.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 04 de março de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:AE83367C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 5.685, DE 04 DE MARÇO DE 2013

Dispõe sobre a nomeação de Belmiro Barbosa dos Santos, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.694/2013, que dispõe sobre a nova Estrutura Administrativa do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências, resolve:
Art. 1º Nomear o Sr. Belmiro Barbosa dos Santos, para exercer a função comissionada de Chefe da Divisão de Limpeza Urbana e Paisagismo – GF-23, junto Secretaria Municipal de Limpeza Urbana e Iluminação Pública, fazendo jus aos vencimentos pertinentes ao cargo.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 04 de março de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:742DE028

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 5.686, DE 04 DE MARÇO DE 2013

Dispõe sobre a nomeação de Rosa Mária Mendes da Silva, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.694/2013, que dispõe sobre a nova Estrutura Administrativa do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências, resolve:
Art. 1º Nomear a Sra. Rosa Mária Mendes da Silva, para exercer a função comissionada de Chefe da Divisão de Manutenção de Maquinários e Equipamentos – GF-21, junto Secretaria Municipal de Infra-Eestrutura, fazendo us aos vencimentos pertinentes ao cargo.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 04 de março de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:D485654D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 5.687, DE 04 DE MARÇO DE 2013

Dispõe sobre a nomeação de Edivaldo Celestino Barbosa, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.694/2013, que dispõe sobre a nova Estrutura Administrativa do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências, resolve:
Art. 1º Nomear o servidor público municipal efetivo o Sr. Edivaldo Celestino Barbosa – Matrícula Funcional n.º 79, para exercer a função gratificada de Chefe da Direção de Projetos Sociais – GF-53, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, fazendo jus aos vencimentos pertinentes ao cargo.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 04 de março de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:B28F5CF6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 5.688, DE 04 DE MARÇO DE 2013.

Dispõe sobre a cedência de Célia Cardoso Primo, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal; resolve:
Art. 1º Ceder à servidora pública municipal Sra. Célia Cardoso Primo – Matrícula Funcional n.º 71, Agente Administrativo, para desempenhar as atribuições inerentes ao cargo, junto ao Cartório da 26ª Zona Eleitoral da Comarca de Nova Xavantina - MT.
Parágrafo único. A cedência de que trata o caput deste artigo, será pelo período de 01 (um) ano.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 11 de março de 2013.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 04 de março de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:1716CA1F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 5.689, DE 06 DE MARÇO DE 2013

Torna sem efeitos a Portaria n.º 5.684/2013, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, resolve:
Art. 1º Tornar sem efeitos a Portaria n.º 5.684, de 04 de março de 2013, que dispõe sobre a nomeação da Sra. Kátila Cristina de Jesus, para exercer a função comissionada de Chefe da Divisão de Fiscalização – GF-6, junto Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças, fazendo jus aos vencimentos pertinentes ao cargo.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 06 de março de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:42298A5A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 5.690, DE 06 DE MARÇO DE 2013.

Dispõe sobre a concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com o disposto na Lei n.º 1000/02 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais e suas alterações; resolve:
Art. 1º A pedido, conceder 05 (cinco) dias de licença-prêmio ao servidor público municipal Roberto Marcos Celestino Nascimento - Matrícula Funcional n.º 768, Assistente Administrativo, lotado junto a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças, referente ao período aquisitivo de 10/03/1999 a 10/03/2004.
Parágrafo único. A licença-prêmio de que trata o caput deste artigo, compreenderá o período de 11/03 a 15/03/2013.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 06 de março de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:94C3AEE9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 5.691, DE 06 DE MARÇO DE 2013.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com o disposto na Lei n.º 1000/02 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais e suas alterações posteriores; R E S O L V E:
Art. 1º Conceder licença por motivo de doença em pessoa da família à servidora pública municipal Delmeires Pereira Borges – Matrícula Funcional n.º 986, Auxiliar de Enfermagem, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde.
Parágrafo único. A licença de que trata o caput deste artigo, será para acompanhamento de seu pai - Sr. Manoel da Cruz Pereira, compreendendo o período de 06/02 a 06/03/2013.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 06 de março de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:0344B402

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 5.692, DE 06 DE MARÇO DE 2013.

Dispõe sobre a concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com o disposto na Lei n.º 1000/02 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais e suas alterações; resolve:
Art. 1º A pedido, conceder 60 (sessenta) dias de licença-prêmio ao servidor público municipal Alvando Barbosa da Silva - Matrícula Funcional n.º 66, Professor, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 05/02/2005 a 04/02/2010.
Parágrafo único. A licença-prêmio de que trata o caput deste artigo, compreenderá o período de 06/03 a 04/05/2013.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 06 de março de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:9A470129

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 5.693, DE 06 DE MARÇO DE 2013.

Dispõe sobre a concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com o disposto na Lei n.º 1000/02 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais e suas alterações; resolve:
Art. 1º A pedido, conceder 90 (noventa) dias de licença-prêmio ao servidor público municipal Wilmar Teixeira de Lima - Matrícula Funcional n.º 353, Auxiliar de Serviços Gerais, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 17/07/2002 a 16/02/2007.
Parágrafo único. A licença-prêmio de que trata o caput deste artigo, compreenderá o período de 06/03 a 02/06/2013.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 06 de março de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:CF2352C6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 5.694, DE 13 DE MARÇO DE 2013

Dispõe sobre o retorno de servidora pública municipal, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, combinado com o disposto na Lei n.º 1000/2002 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais e suas alterações posteriores; resolve:
Art. 1º Retornar às atividades junto ao Município a Sra. Maria Aparecida Moreira Pinto – Matrícula Funcional n.º 45, Agente Administrativa, lotada junto a Secretaria Municipal de Administração.
Art. 2º Transferir a servidora de que trata o art. 1º desta Portaria, da Secretaria Municipal de Administração para a Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 5.598/2013.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 13 de março de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:28813412

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 5.695, DE 13 DE MARÇO DE 2013.

Dispõe sobre a concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com o disposto na Lei n.º 1000/02 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais e suas alterações; resolve:
Art. 1º A pedido, conceder 90 (noventa) dias de licença-prêmio ao servidor público municipal Sebastião Reis da Cruz - Matrícula Funcional n.º 411, Auxiliar de Serviços Gerais, lotado junto a Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, referente ao período aquisitivo de 21/06/2007 a 21/06/2012.
Parágrafo único. A licença-prêmio de que trata o caput deste artigo, compreenderá o período de 01/04 a 01/07/2013.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 13 de março de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:C865516E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 5.696, DE 13 DE MARÇO DE 2013.

Dispõe sobre a concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com o disposto na Lei n.º 1000/02 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais e suas alterações; resolve:
Art. 1º A pedido, conceder 60 (sessenta) dias de licença-prêmio a servidora pública municipal Elisângela Martins dos Anjos Oliveira - Matrícula Funcional n.º 752, Atendente, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 09/04/2002 a 09/04/2007.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 13 de março de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:F800DCA7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 5.697, DE 13 DE MARÇO DE 2013.

Dispõe sobre a concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com o disposto na Lei n.º 1000/02 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais e suas alterações; resolve:
Art. 1º A pedido, conceder 90 (noventa) dias de licença-prêmio a servidora pública municipal Carolina Vieira de Lima - Matrícula Funcional n.º 294, Auxiliar de Serviços Gerais, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 15/04/2002 a 15/04/2007.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 13 de março de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:0A9AB346

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 5.698, DE 13 DE MARÇO DE 2013

Dispõe sobre a nomeação de Nelson Zilli, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.694/2013, que dispõe sobre a nova Estrutura Administrativa do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências, resolve:
Art. 1º Nomear o servidor público municipal Sr. Nelson Zilli – Matrícula Funcional n.º 764, para exercer a função gratificada de Chefe da Divisão de Estradas Vicinais – GF-19, junto a Secretaria Municipal de Infra-Estrutura.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 13 de março de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:4BABC3E0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 5.699, DE 13 DE MARÇO DE 2013.

Dispõe sobre a transferência de José Gilberto Rota, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal; resolve:
Art. 1º Ceder o servidor público municipal José Gilberto Rota – Matrícula Funcional n.º 108, Professor/Magistério, da Secretaria Municipal de Educação para a Secretaria Municipal de Desporto e Lazer.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 13 de março de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:921EBC37

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 5.700, DE 15 DE MARÇO DE 2013.

Dispõe sobre a nomeação de Cledina Silva de Lacerda Bairros, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica;

considerando o resultado final do Concurso Público – Edital n.º 001/2010; combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 533, 25 de outubro de 1993, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores da Prefeitura Municipal de Nova Xavantina e dá outras providências, e suas alterações posteriores, e de acordo a Lei Municipal n.º 1000, de 16 de dezembro de 2.002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Nova Xavantina e dá outras providências, e alterações posteriores,; resolve:

Art. 1º Nomear Cledina Silva de Lacerda Bairros, brasileira, portadora da Cédula de Identidade n.º 1656118-0-SJSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 011.396.251-79, para exercer em estágio probatório a função de Atendente , junto a Prefeitura Municipal de Nova Xavantina, fazendo jus ao vencimento inicial da função.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 15 de março de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:1CCBECEA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 5.701, DE 15 DE MARÇO DE 2013.

Dispõe sobre a nomeação de Irene Souza Silva, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica; considerando o resultado final do Concurso Público – Edital n.º 001/2012; combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 533, 25 de outubro de 1993, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores da Prefeitura Municipal de Nova Xavantina e dá outras providências, e suas alterações posteriores, e de acordo a Lei Municipal n.º 1000, de 16 de dezembro de 2.002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Nova Xavantina e dá outras providências, e alterações posteriores,; resolve:

Art. 1º Nomear Irene Souza Silva, brasileira, portadora da Cédula de Identidade n.º 546861-SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 364.918.451-68, para exercer em estágio probatório a função de Técnica de Enfermagem, junto a Prefeitura Municipal de Nova Xavantina, fazendo jus ao vencimento inicial da função.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 15 de março de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:E32F4C5B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 5.702, DE 15 DE MARÇO DE 2013.

Dispõe sobre a concessão do benefício Aposentadoria por Invalidez a servidora Ieda Batista de Souza Marca.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e fundamentado no Art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, combinado com o Artigo 6º - A da Emenda Constitucional nº 41/2003, redação dada pela Emenda Constitucional nº 70/2012; Art. 70, I, § 1º da lei nº 830/2000, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Municipal; Art. 28 § 1º e 6º da Lei Municipal n.º 1189/2006, que rege a previdência municipal, Art. 219 da Lei Municipal n.º1000/2002, que dispõe sobre o regime dos servidores públicos civis do município, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício Aposentadoria por Invalidez, a servidora Ieda Batista de Souza Marca, brasileira, casada, portadora do RG 256 077 SSP/MT, inscrita no CPF nº 327.725.051-20 e portadora do titulo de eleitor 33638918 99, efetiva no cargo de Professora, classe "C" nível "04", Matricula Funcional nº 96, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e contribuiu para o Regime Previdenciário no período de 01 de abril de 1991 a 24 de fevereiro de 1994 e 25 de fevereiro de 1994 a 28 de fevereiro de 2013 para o Fundo Municipal de Previdência Social de Nova Xavantina – MT, totalizando 7.999 dias e com uma dedução por licença de 580 dias, a interessada conta com o tempo de contribuição liquido de 7.419 dias, 20 anos e 04 meses com proventos integrais, conforme processo administrativo do PREVINX, n.º 2013.07.00000001, a partir de 01 de março de 2013, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 15 de março de 2013

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:81BCD406

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 5.703, DE 15 DE MARÇO DE 2013.

Dispõe sobre a cedência de Sheila Pereira Costa, e dá outras providências

.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal; resolve:

Art. 1º Ceder à servidora pública municipal Sheila Pereira Costa – Matrícula Funcional n.º 3606, Assistente Administrativa, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, para desempenhar as atribuições inerentes ao cargo, junto a Universidade Aberta do Brasil - UAB.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 15 de março de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:29BAA45A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 5.704, DE 18 DE MARÇO DE 2013

Dispõe sobre o retorno de servidor público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, combinado com o disposto na Lei n.º 1000/2002 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais e suas alterações posteriores; resolve:

Art. 1º Retornar às atividades junto ao Município o Sr. Wyllsander Duques dos Santos – Matrícula Funcional n.º 779, Auxiliar de Serviços Gerais, lotado junto a Secretaria Municipal de Infra-Estrutura.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 5.628/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 18 de março de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:E7F1C3D4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 5.705, DE 18 DE MARÇO DE 2013

Dispõe sobre o retorno de servidor público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, combinado com o disposto na Lei n.º 1000/2002 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais e suas alterações posteriores; resolve:
Art. 1º Retornar às atividades junto ao Município o Sr. Celso Gilmar Genevro – Matrícula Funcional n.º 171, Operador de Máquinas Pesadas, lotado junto a Secretaria Municipal de Infra-Estrutura.
Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 5.143/2011.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 18 de março de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:EBF4CEDE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 5.706, DE 18 DE MARÇO DE 2013.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratar de interesses particulares, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada o disposto na Lei n.º 1000/02 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município e suas alterações posteriores; R E S O L V E:
Art. 1º A pedido, concede 02 (dois) anos de licença para tratar de interesses particulares ao Sr. Wyllsander Duques dos Santos - Matricula Funcional n.º 779, Auxiliar de Serviços Gerais, lotado junto a Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, sem ônus para o município.
Parágrafo único. A licença de que trata o caput deste artigo, compreenderá o período de 19 de março de 2013 a 08 de março de 2016.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 18 de março de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:3E7EE819

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 5.707, DE 19 DE MARÇO DE 2013.

Dispõe sobre a nomeação de Edna Selma da Silva, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica; considerando o resultado final do Concurso Público – Edital n.º 001/2012; combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 533, 25 de outubro de 1993, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores da Prefeitura Municipal de Nova Xavantina e dá outras providências, e suas alterações posteriores, Lei Municipal n.º 830, de 17 de abril de 2000, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município de Nova Xavantina e dá outras providências, e suas alterações, e de acordo a Lei Municipal n.º 1000, de 16 de dezembro de 2.002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Nova Xavantina e dá outras providências, e alterações posteriores,; resolve:
Art. 1º Nomear Edna Selma da Silva, brasileira, portadora da Cédula de Identidade n.º 3565450-9086730-SESP/GO, inscrita no CPF sob o n.º 823.140.041-91, para exercer em estágio probatório a função de Professora, junto a Prefeitura Municipal de Nova Xavantina, fazendo jus ao vencimento inicial da função.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 19 de março de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:28D1C512

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 5.708, DE 19 DE MARÇO DE 2013.

Dispõe sobre a nomeação de Edna Selma da Silva, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica; considerando o resultado final do Concurso Público – Edital n.º 001/2007; combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 533, 25 de outubro de 1993, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores da Prefeitura Municipal de Nova Xavantina e dá outras providências, e suas alterações posteriores, Lei Municipal n.º 830, de 17 de abril de 2000, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município de Nova Xavantina e dá outras providências, e suas alterações, e de acordo a Lei Municipal n.º 1000, de 16 de dezembro de 2.002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Nova Xavantina e dá outras providências, e alterações posteriores;
- considerando decisão judicial da Quarta Câmara Cível, em 11/12/2012 – Apelação n.º 44331/2012 – Classe CNJ – 1728 – Comarca de Nova Xavantina, resolve:
Art. 1º Nomear Edna Selma da Silva, brasileira, portadora da Cédula de Identidade n.º 3565450-9086730-SESP/GO, inscrita no CPF sob o n.º 823.140.041-91, para exercer em estágio probatório a função de Professora, junto a Prefeitura Municipal de Nova Xavantina, fazendo jus ao vencimento inicial da função.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 19 de março de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:DEEA8BF2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 5.709, DE 19 DE MARÇO DE 2013.

Dispõe sobre a nomeação de Iracy Matos de Andrade, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica; considerando o resultado final do Concurso Público – Edital n.º 001/2007; combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 533, 25 de outubro de 1993, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores da Prefeitura Municipal de Nova Xavantina e dá outras providências, e suas alterações posteriores, Lei Municipal n.º 830, de 17 de abril de 2000, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município de Nova Xavantina

e dá outras providências, e suas alterações, e de acordo a Lei Municipal n.º 1000, de 16 de dezembro de 2.002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Nova Xavantina e dá outras providências, e alterações posteriores;
- considerando decisão judicial da Quarta Câmara Cível, em 11/12/2012 – Apelação n.º 44331/2012 – Classe CNJ – 1728 – Comarca de Nova Xavantina, resolve:
Art. 1º Nomear Iracy Matos de Andrade, brasileira, portadora da Cédula de Identidade n.º 0695519-3-SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 474.436.181-15, para exercer em estágio probatório a função de Professora, junto a Prefeitura Municipal de Nova Xavantina, fazendo jus ao vencimento inicial da função.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 19 de março de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:E87C3E6C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 5.710, DE 25 DE MARÇO DE 2013.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratar de interesses particulares, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada o disposto na Lei n.º 1000/02 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município e suas alterações posteriores; R E S O L V E:
Art. 1º A pedido, concede 02 (dois) anos de licença para tratar de interesses particulares a Sra. Maria Aparecida Bueno de Souza Carvalho - Matricula Funcional n.º 758, Atendente, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, sem ônus para o município.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 25 de março de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:19625900

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 5.711, 25 DE MARÇO DE 2013.

Dispõe sobre a exoneração de Kimberly Daianne Borges dos Santos Toledo, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas através da Lei Orgânica do Município, resolve:
Art. 1º A pedido, exonerar Kimberly Daianne Borges dos Santos Toledo – Matrícula Funcional n.º 3621, brasileira, portadora da Cédula de Identidade n.º 23152133-SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 033.436.121-46, que exercia em estágio probatório a função de Atendente, junto a Prefeitura Municipal de Nova Xavantina.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 5.643/2013.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 25 de março de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:7E0C4C4F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 5.712, DE 25 DE MARÇO DE 2013.

Dispõe sobre a concessão de abono permanência à servidora pública municipal Terezinha de Souza Porto, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal; resolve:
Art. 1º Concede abono permanência à servidora pública municipal Terezinha de Souza Porto - Matricula Funcional n.º 152, Professora, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 25 de março de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:8AA05722

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 5.713, DE 25 DE MARÇO DE 2013.

Dispõe sobre a concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com o disposto na Lei n.º 1000/02 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais e suas alterações; resolve:
Art. 1º A pedido, conceder 90 (noventa) dias de licença-prêmio a servidora pública municipal Ana Maria Nunes Rosa - Matrícula Funcional n.º 64, Atendente, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 29/09/2007 a 25/09/2012.
Parágrafo único. A licença-prêmio de que trata o caput deste artigo, compreenderá o período de 25/03 a 23/06/2013.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 25 de março de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:CC54C97B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 5.714, DE 25 DE MARÇO DE 2013.

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal da Cultura, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 812, de 06 de setembro de 1999 e alterações posteriores; resolve:
Art. 1º Nomear os membros para compor o Conselho Municipal da Cultura, conforme especificação abaixo:
I - REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO
a) Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Airton Lopes Campos
Suplente: Danilo Francisco da Silva
b) Secretaria Municipal de Educação
Titular: Marta Helena da Silva Negrão
Suplente: Kelly Maria Bispo Campos
c) Câmara Municipal de Vereadores
Titular: Alderi Dessoti

Suplente: Eliane Silveira Dias
II - ENTIDADES CULTURAIS
a) Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT
Titular: Rubens José Bedin
Suplente: Moisés Rodrigues dos Santos
b) Sociedade Brasileira de Eubiose - SBE
Titular: Ézio Calanca Garcia
Suplente: Leila Zigrossi Garcia
c) Projeto Desenvolvendo Teatro na Educação
Titular: Gilberto Freitas Correa Filho
Suplente: Edivaldo Moreira Martins
III - SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA
a) Associação dos Artesões do Vale do Araguaia - AVA
Titular: Dinamar Helena dos Santos Portugal
Suplente: Adelina de Freitas Ribeiro
b) Lions Clube
Titular: Maria Aparecida Vaz Andrade
Suplente: Nelci Vieira Barros
c) UNAMB – União das Associações de Moradores de Bairros
Titular: Carlos Roberto de Oliveira
Suplente: Francisco Felipe da Silva
Art. 2º Fica revogada em todos os seus termos a Portaria n. º 4.595, de 30 de setembro de 2009.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, MT, 25 de março de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:BDB2FF87

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 5.715, DE 26 DE MARÇO DE 2013.

Dispõe sobre a nomeação de Wilson Pedrosa Mendanha, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica; considerando o resultado final do Concurso Público – Edital n.º 001/2012; combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 533, 25 de outubro de 1993, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores da Prefeitura Municipal de Nova Xavantina e dá outras providências, e suas alterações posteriores, Lei Municipal n.º 830, de 17 de abril de 2000, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município de Nova Xavantina e dá outras providências, e suas alterações, e de acordo a Lei Municipal n.º 1000, de 16 de dezembro de 2.002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Nova Xavantina e dá outras providências, e alterações posteriores; resolve:
Art. 1º Nomear Wilson Pedrosa Mendanha, brasileiro, portador da Cédula de Identidade n.º 1258201-8-SSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 864.995.211-91, para exercer em estágio probatório a função de Apoio Administrativo Educacional – motorista/zona rural, junto a Prefeitura Municipal de Nova Xavantina, fazendo jus ao vencimento inicial da função.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 26 de março de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:D0E430C4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 5.716, DE 26 DE MARÇO DE 2013.

Dispõe sobre a concessão de licença maternidade, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1000/2002 – que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Civis do Município e alterações posteriores e de acordo com a Lei Municipal n.º 1.377, de 08 de outubro de 2009 – que dispõe sobre licença maternidade no Município de Nova Xavantina e dá outras providências, resolve:
Art. 1º Conceder licença maternidade a servidora pública municipal contratada Katia Regina Batista, Matricula Funcional n.º 3616, Agente Administrativa, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 26 de março de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:312ADFF4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 5.717, DE 26 DE MARÇO DE 2013.

Dispõe sobre a concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com o disposto na Lei n.º 1000/02 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais e suas alterações; resolve:
Art. 1º A pedido, conceder 60 (sessenta) dias de licença-prêmio a servidora pública municipal Shirley Vitorino dos Santos - Matrícula Funcional n.º 1391, Atendente, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 03/04/2006 a 03/04/2011.
Parágrafo único. A licença-prêmio de que trata o caput deste artigo, compreenderá o período de 02/04 a 02/06/2013.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 26 de março de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:59895F79

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 5.718, DE 01 DE ABRIL DE 2013.

Dispõe sobre a nomeação de Sônia Maria Freitas Fernandes, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica; considerando o resultado final do Concurso Público – Edital n.º 001/2012; combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 533, 25 de outubro de 1993, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores da Prefeitura Municipal de Nova Xavantina e dá outras providências, e suas alterações posteriores e de acordo a Lei Municipal n.º 1000, de 16 de dezembro de 2.002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Nova Xavantina e dá outras providências, e alterações posteriores; resolve:
Art. 1º Nomear Sônia Maria Freitas Fernandes, brasileira, portadora da Cédula de Identidade n.º 4051987-SPTC/GO-2ª Via, inscrita no CPF sob o n.º 884.141.321-20, para exercer em estágio probatório a

função de Técnica de Enfermagem, junto a Prefeitura Municipal de Nova Xavantina, fazendo jus ao vencimento inicial da função.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 01 de abril de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:EA716CB9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 5.719, DE 01 DE ABRIL DE 2013.

Dispõe sobre a nomeação de Sindra Lucia Sobrinho Ferreira, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica; considerando o resultado final do Concurso Público – Edital n.º 001/2012; combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 533, 25 de outubro de 1993, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores da Prefeitura Municipal de Nova Xavantina e dá outras providências, e suas alterações posteriores, Lei Municipal n.º 830, de 17 de abril de 2000, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município de Nova Xavantina e dá outras providências, e suas alterações, e de acordo a Lei Municipal n.º 1000, de 16 de dezembro de 2.002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Nova Xavantina e dá outras providências, e alterações posteriores; resolve:
Art. 1º Nomear Sindra Lucia Sobrinho Ferreira, brasileira, portadora da Cédula de Identidade n.º 1056702-0SJ/MT, inscrita no CPF sob o n.º 780.090.811-91 para exercer em estágio probatório a função de Auxiliar de Educação Infantil, junto a Prefeitura Municipal de Nova Xavantina, fazendo jus ao vencimento inicial da função.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 01 de abril de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:395AE1EF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 5.720, DE 01 DE ABRIL DE 2013

Dispõe sobre a nomeação de nova Comissão Permanente de Licitação, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.694/2013, que dispõe sobre a nova Estrutura Administrativa do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências; resolve:
Art. 1º Nomear nova Comissão Permanente de Licitação, composta pelos seguintes membros: Paulo Parreira da Silva – Matrícula Funcional n.º 527 – Presidente – GF-60, Elton Clei Borges Sales – Secretário – GF-61, Walmir Arruda Costa - Matrícula Funcional n.º 58 - Membro – GF-61, Carlos Silvério Ribeiro – Matrícula Funcional n.º 3614 – Membro Suplente – GF-61 e Elisangela Firmino Maia – Matrícula Funcional n.º 82 – Membro Suplente - GF-61.
Parágrafo único. A Comissão de que trata o "caput" deste artigo, sob a Presidência do primeiro procederá aos trabalhos de analise e julgamento das propostas de licitações promovidas através Prefeitura Municipal.
Art. 2º Fica revogada em todos os seus termos a Portaria n.º 5.587, de 07 de janeiro de 2013.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 01 de abril de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:CECB7958

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 5.721, DE 01 DE ABRIL DE 2013.

Dispõe sobre a designação de Pregoeiro e Equipe de Apoio para a realização de licitações na modalidade Pregão, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Decreto Municipal n.º 1.420/2006 e Decreto Municipal n.º 1.778/2009, de acordo com art. 94, Inciso III e art. 95 da lei Municipal n.º 1000/2002, resolve:
Art. 1º Designar o servidor público municipal efetivo Sr. Paulo Parreira da Silva - Matrícula Funcional n.º 527, como Pregoeiro Oficial do Município, responsável pela condução dos trabalhos necessários e inerentes à realização de licitações na modalidade Pregão.
Art. 2º Designar a Equipe de Apoio à realização dos trabalhos de que trata o artigo anterior composta pelos seguintes membros: Elton Clei Borges Sales, Walmir Arruda Costa – Matrícula Funcional n.º 58, Elisângela Firmino Maia – Matrícula Funcional n.º 82 e Carlos Silvério Ribeiro – Matrícula Funcional n.º 3614 - suplente.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 5.606, de 07 de janeiro de 2013.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 01 de abril de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:08FB5BB8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 5.722, DE 01 DE ABRIL DE 2013.

Dispõe sobre a nomeação de Adriano Dalton da Silva, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica; considerando o resultado final do Concurso Público – Edital n.º 001/2012; combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 533, 25 de outubro de 1993, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores da Prefeitura Municipal de Nova Xavantina e dá outras providências, e suas alterações posteriores, Lei Municipal n.º 830, de 17 de abril de 2000, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município de Nova Xavantina e dá outras providências, e suas alterações, e de acordo a Lei Municipal n.º 1000, de 16 de dezembro de 2.002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Nova Xavantina e dá outras providências, e alterações posteriores; resolve:
Art. 1º Nomear Adriano Dalton da Silva, brasileiro, portador da Cédula de Identidade n.º 34.767.121-4-SSJ/SP, inscrito no CPF sob o n.º 224.842.868-56 para exercer em estágio probatório a função de Apoio Administrativo Educacional - motorista – zona rural, junto a Prefeitura Municipal de Nova Xavantina, fazendo jus ao vencimento inicial da função.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 01 de abril de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:36090698

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 5.723, DE 01 DE ABRIL DE 2013.

Dispõe sobre a nomeação de Rudinei Moraes da Silva, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica; considerando o resultado final do Concurso Público – Edital n.º 001/2012; combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 533, 25 de outubro de 1993, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores da Prefeitura Municipal de Nova Xavantina e dá outras providências, e suas alterações posteriores, Lei Municipal n.º 830, de 17 de abril de 2000, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município de Nova Xavantina e dá outras providências, e suas alterações, e de acordo a Lei Municipal n.º 1000, de 16 de dezembro de 2.002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Nova Xavantina e dá outras providências, e alterações posteriores; resolve:
Art. 1º Nomear Rudinei Morais da Silva, brasileiro, portador da Cédula de Identidade n.º 842.019-SSJ/MT, inscrito no CPF sob o n.º 549.843.601-78, para exercer em estágio probatório a função de Apoio Administrativo Educacional - motorista – zona rural, junto a Prefeitura Municipal de Nova Xavantina, fazendo jus ao vencimento inicial da função.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 01 de abril de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:65C82F95

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 5.726, DE 02 DE ABRIL DE 2013.

Dispõe sobre a concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com o disposto na Lei n.º 1000/02 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais e suas alterações; resolve:
Art. 1º A pedido, conceder 90 (noventa) dias de licença-prêmio a servidora pública municipal Maria Francisca de Souza - Matrícula Funcional n.º 795, Apoio Administrativa Educacional, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 15/04/2002 a 15/04/2007.
Parágrafo único. A licença-prêmio de que trata o caput deste artigo, compreenderá o período de 12/04 a 11/07/2013.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 02 de abril de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adao Carvalho Costa
Código Identificador:BC0A8B6B

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO PREVI MUNDO CONTRATO 02/2013

Contratante	Fundo Municipal de Previdência Social de Novo Mundo – PREVI-MUNDO
Contratado	Dr. **Wilson Koiti Tashima,** brasileiro, médico, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.514.858 SSP/SP e do CPF sob o nº 318.001.739-20, e no Conselho de Medicina do Estado de Mato Grosso CRM N°1811 –MT,
Objeto	O objeto do presente contrato de credenciamento é a prestação pelo CREDENCIADO, de serviços médicos periciais nos termos da Resolução do Conselho Curador n.º 001/2010, que é parte integrante do presente instrumento
Valor	O PREVI-MUNDO pagará ao CREDENCIADO, pelos serviços prestados na forma de consultas o valor de 200,00 (DUZENTOS REAIS) em um montante de 3.000,00 (três mil reais)ano..
Vigência do Contrato	De 13/03/2013 a 31/12/2013

Novo Mundo/MT, 13 de março 2013.

LIRIA KURTEN WRONSKI
Diretora Executiva

Publicado por:
Liria Kurten Wronski
Código Identificador:E91624F7

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2013 PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2013 TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, neste ato representada por sua Pregoeira designada pela Portaria nº. 039/2012, de 07/03/2012 e Portaria 162/2012, de 23/07/2012, torna público aos interessados que realizará licitação no dia 03/05/2013, às 08H00, para **Locação e Operacionalização de Veículos para atendimento as necessidades da Secretaria de Educação, Assistência Social, Agricultura e Obras do Município de Novo Mundo – MT**, conforme especificações do Edital de Licitação. A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço desta instituição, sito à Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, nesta cidade, onde poderão obter maiores informações a partir das 07H00min às 11H00min e no site oficial do município: www.novomundo.mt.gov.br.

Novo Mundo, MT, 19 de abril de 2013.

ROBERTA MEZALIRA VENTUROSO
Pregoeira Oficial

JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberta Mezalira Venturoso
Código Identificador:180E87E5

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 018/2013

Novo Santo Antônio – MT, 17 de abril de 2013.

"DISPÕE SOBRE CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO N° 002/2013, PARA ADMISSÃO AO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO PENNO, Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o previsto nos incisos II e IV, do art. 37 da Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal, no Estatuto do Servidor Público

Municipal e ainda no Edital do TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO N° 002 /2013.

DECRETA:
Artigo 1º - Tendo em vista o resultado do Teste Seletivo Simplificado n° 002/2013 para os cargos especificados nos termos do Edital de Abertura do Teste Seletivo Simplificado n° 002/2013 e publicado no Jornal dos Municípios no dia 04 de março de 2013, ficam convocados os abaixo relacionados para comparecerem no Departamento de Recurso Humanos da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio, Estado de Mato Grosso, situada na Avenida 29 de Setembro s/nº, Centro, telefone 66.3548-1140, nos dias 22, 23 e 24 de abril 2013 no horário de expediente das 08h00min às 11h00min, munidos da documentação constante no item 11.3 do Edital 002/2013, para contratação.

Parágrafo Único – O não comparecimento na data prevista neste artigo implica na desclassificação do candidato convocado sendo considerado desistente, de acordo com o item 11.2 do Edital de Abertura do Teste Seletivo Simplificado n° 002/2013.

CARGO: AGENTE AMBIENTAL

NOME DO CANDIDATO
MAURO CAMELO DE OLIVEIRA
SILVILAINE SOARES CARDOSO
VICTOR QUEIROZ DO NASCIMENTO FILHO

CARGO: AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

NOME DO CANDIDATO
DINALDI COSTA ARAUJO

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

NOME DO CANDIDATO
ELISMA SILVA DA COSTA
ADEVANI PEREIRA DOS SANTOS
OSMAR DA SILVA DA COSTA
VANDERLEIA PEREIRA DE SOUZA
SILVIA ELAINE SILVA
LINDALVA PUTENCIO BEZERRA

CARGO: ENFERMEIRO

NOME DO CANDIDATO
BREJAN BILL ROSA DE ARAUJO

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (MASCULINO)

NOME DO CANDIDATO
IONES FERNANDES COSTA
LEANDRO PEREIRA RODRIGUES
ERION FERNANDES DA SILVA
MARIO DIONATA COSTA ALVES
WELISOM COSTA DOS SANTOS
GENEVALDO MIRANDA DE OLIVEIRA
OTAVIANO FERREIRA NUNES

CARGO: FISIOTERAPEUTA

NOME DO CANDIDATO
NATALIA BIANCHIN DE OLIVEIRA

CARGO: NUTRICIONISTA

NOME DO CANDIDATO
MARIA JOSE A. MACEDO

CARGO: PSICÓLOGA

NOME DO CANDIDATO
GEMILA PERALTA JOSER

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

NOME DO CANDIDATO
LUZIA DOS SANTOS ABREU

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE;

Gabinete do Prefeito, em Novo Santo Antônio – MT, 17 de abril de 2013.

EDUARDO PENNO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva
Código Identificador:04C4A144

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL N° 009 DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2013

CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS

A COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, designada pela Portaria nº 052/2013, em cumprimento aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência; em cumprimento à Lei Municipal n° 267/2013 e, ainda, de acordo com o Edital de ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 002/2013 e demais legislações aplicáveis à espécie, após a aplicação e correção das provas pela Comissão Examinadora da Seleção do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2013 composta conforme o Portaria nº 053/2013, torna pública a convocação dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 002/2013, cujo resultado final foi, devidamente, homologado conforme o Decreto nº 018/2013.

CARGO: AGENTE AMBIENTAL

NOME DO CANDIDATO
MAURO CAMELO DE OLIVEIRA
SILVILAINE SOARES CARDOSO
VICTOR QUEIROZ DO NASCIMENTO FILHO

CARGO: AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

NOME DO CANDIDATO
DINALDI COSTA ARAUJO

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

NOME DO CANDIDATO
ELISMA SILVA DA COSTA
ADEVANI PEREIRA DOS SANTOS
OSMAR DA SILVA DA COSTA
VANDERLEIA PEREIRA DE SOUZA
SILVIA ELAINE SILVA
LINDALVA PUTENCIO BEZERRA

CARGO: ENFERMEIRO

NOME DO CANDIDATO
BREJAN BILL ROSA DE ARAUJO

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (MASCULINO)

NOME DO CANDIDATO
IONES FERNANDES COSTA
LEANDRO PEREIRA RODRIGUES
ERION FERNANDES DA SILVA
MARIO DIONATA COSTA ALVES
WELISOM COSTA DOS SANTOS
GENEVALDO MIRANDA DE OLIVEIRA
OTAVIANO FERREIRA NUNES

CARGO: FISIOTERAPEUTA

NOME DO CANDIDATO
NATALIA BIANCHIN DE OLIVEIRA

CARGO: NUTRICIONISTA

NOME DO CANDIDATO
MARIA JOSE A. MACEDO

CARGO: PSICÓLOGA

NOME DO CANDIDATO
GEMILA PERALTA JOSER

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

NOME DO CANDIDATO
LUZIA DOS SANTOS ABREU

Novo Santo Antônio, 17 de abril de 2013.

ANTONIO FERREIRA BRITO

Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2013

Publicado por:
Marcos da Silva
Código Identificador:DE4A53DE

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Administrativo nº. 01/2013
Processo de Administrativo nº. 1/2013
Objeto: Constitui objeto o presente termo CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA NA ÁREA DE LICITAÇÕES PÚBLICAS PARA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM-MT.
Contratante: Câmara Municipal de Novo São Joaquim / Mato Grosso
Contratada: VALBER KENEDY BARBOZA SANDES.
Valor: R$ 8.000,00 (oito mil reais)
Período de vigência: 01/03/2013 à 31/12/2013
Fundamento legal: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.66/93 e alterações posteriores.
Novo São Joaquim, 01 de Março de 2013.

ROBSON CORREIA FARIAS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Bel. Wanderlan Gondim Silveira
Código Identificador:70771D74

DIVISÃO DE CONTABILIDADE
PLENA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM
CNPJ 03.238.581/0001-92

DECLARAÇÃO

PLENA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2012

Declaro, sob as penas da lei, que o município de Novo São Joaquim-MT, instituiu, previu e arrecadou os impostos da plena competência tributária do exercício de 2012, em atendimento ao Parágrafo Único do Artigo 11 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.

Comprometo-me sob as penas da lei, a encaminhar, nesta data, uma via da presente declaração ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Por ser expressão da verdade firmo a presente,

Novo São Joaquim-MT, 19 de abril de 2013.

GERALDO PEREIRA DA SILVA SOBRINHO
Secretário Municipal de Finanças
Portaria Nº 004/2013

Publicado por:
Bel. Wanderlan Gondim Silveira
Código Identificador:54B32DA2

DIVISÃO DE CONTABILIDADE
PUBLICAÇÃO DO RREO 1º BIMESTRE DE 2013

Declaramos aos devidos fins que a publicação do RREO – RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DO 1º BIMESTRE DE 2013 ao atendimento ao disposto no Arts. 52 e 53 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, os relatórios encontram-se publicados no site oficial http://www.prefeituranovosaojoaquim.com.br link contas públicas e no Diário Oficial dos Municípios – AMM e pelo período de 60 (sessenta) dias no mural da Prefeitura Municipal de fácil acesso ao publico.

Por ser expressão da verdade firmo a presente,

Novo São Joaquim-MT, 19 de abril de 2013.

GERALDO PEREIRA DA SILVA SOBRINHO
Secretário Municipal de Finanças
Portaria nº 004/2013

Publicado por:
Bel. Wanderlan Gondim Silveira
Código Identificador:2944218A

DIVISÃO DE CONTABILIDADE
PUBLICAÇÃO DO RGF 3º QUADRIMESTRE DE 2012

Declaro, sob as penas da lei, que o Relatório de Gestão Fiscal de todos os poderes do município de Novo São Joaquim-MT, relativo ao **3º Quadrimestre de 2012**, foi publicado Jornal Oficial dos Municípios - AMM, no SIC – Sistema de Informação ao Cidadão e no mural da Prefeitura pelo de 60 (sessenta) dias, contendo os elementos dispostos nos Artigos 54, 55 e 63, inciso II, alínea "b", da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.

Comprometo-me sob as penas da lei, a encaminhar, nesta data, uma via da presente declaração ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Por ser expressão da verdade firmo a presente,

Novo São Joaquim-MT, 19 de abril de 2013.

GERALDO PEREIRA DA SILVA SOBRINHO
Secretário Municipal de Finanças
Portaria Nº 004/2013

Publicado por:
Bel. Wanderlan Gondim Silveira
Código Identificador:D716B92B

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 036/2013

A Prefeitura Municipal de Paranaíta, através da sua Pregoeira nomeada pelo Decreto Municipal nº. 003/2013, torna público que estará realizando Licitação na Modalidade de Pregão Presencial nº. 036/2013, regido pela Lei nº. 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 153/2009, subsidiada pela Lei nº. 8.666/1993. Objeto: Aquisição de refeições preparadas tipo almoço/janta, marmitas, refrigerantes e água mineral, para atender as necessidades das Secretarias da Prefeitura Municipal de Paranaíta na cidade de Alta Floresta/MT. Início da Sessão: dia 07/05/2013 Horário: 09:00 horas. Credenciamento: das 08:30 às 09:00 horas. Retirada do Edital na Prefeitura e no site: www.paranaita.mt.gov.br, informações pelo telefone: (66) 3563-2700, Local: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Paranaíta, situada a Rua Alceu Rossi, s/ nº. Centro, Paranaíta/MT, CEP: 78.590-000.
Paranaíta/MT, 19 de Abril de 2013.

LUCIANE RAQUEL BRAUWERS
Pregoeira

Publicado por:
Luciane Raquel Brauwers
Código Identificador:D6B924FD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 037/2013

A Prefeitura Municipal de Paranaíta, através da sua Pregoeira nomeada pelo Decreto Municipal nº. 003/2013, torna público que estará realizando Licitação na Modalidade de Pregão Presencial nº.

037/2013, regido pela Lei nº. 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 153/2009, subsidiada pela Lei nº. 8.666/1993. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais e uniformes esportivos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer. Início da Sessão: dia 08/05/2013 Horário: 09:00 horas. Credenciamento: das 08:30 às 09:00 horas. Retirada do Edital na Prefeitura e no site: www.paranaita.mt.gov.br, informações pelo telefone: (66) 3563-2700, Local: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Paranaíta, situada a Rua Alceu Rossi, s/ nº. Centro, Paranaíta/MT, CEP: 78.590-000.
Paranaíta/MT, 19 de Abril de 2013.

LUCIANE RAQUEL BRAUWERS
Pregoeira

Publicado por:
Luciane Raquel Brauwers
Código Identificador:34398B22

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 017/2013

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através de seu pregoeiro nomeado pela portaria 109 de 04 Abril de 2013, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2013**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°481/2009, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto Registro de Preços para Aquisição de Merenda Escolar, Materiais para Copa, Cozinha, Limpeza e outros Materiais de Consumo para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e demais. Data de abertura: 02/05/2013, quinta–feira às 08h. O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga-MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, das 13 às 17h. Informações pelo telefone 66-3573-1329 e e-mail: licitacoesptga@bol.com.br.

Paranatinga-MT, 19 de abril de 2013.

ANDERSON GUSTAVO MELO NASCIMENTO
Pregoeiro

Publicado por:
João Paulo de Almeida da Silva
Código Identificador:30EFE4F9

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Comissão de Licitação, Instituída pela Portaria n° 069/2013 de 11 de Janeiro de 2013, de acordo com a Lei n° 8.666/93 e as alterações que a sucederam, Cumprindo as disposições do art. 109, §3º, torna público que a empresa J S ZORZI COMÉRCIO, inscrita no CNPJ sob nº 07.891.214/0002-25, interpôs recurso no dia 18/04/2013, contra decisão proferida por esta comissão em inabilitá-la, durante o processo de abertura do certame licitatório Tomada de Preço nº 004/2013, ocorrido no dia 12/04/2013.

As razões recursais estão à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, sito Av. Fernando Correa da Costa, 940, Centro, no horário de expediente (13:00h às 17:00h). O prazo para as contrarrazões dos interessados é de 5 (cinco) dias úteis, conforme o art. 109, §3º da Lei federal 8.666/93.

O recurso interposto foi dirigido a Prefeita Municipal para apreciação do mesmo, a qual terá 5 dias úteis para proferir sua decisão.

Publicado por:
Rejane Oliveira Horta Santos
Código Identificador:6686D829

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 079/2013

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRNASPORTE E OBRAS PUBLICAS.
EXTRATO DE CONTRATO Nº 079/2013
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA
CONTRATADA: PNEUS VIA NOBRE LTDA
OBJETO: **CÂMARA DE AR, PROTETOR E PNEUS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS**
VALOR: R$3.940,00
VIGÊNCIA: 60 DIAS

ZENIU APOLONIO DA SILVA
Secretário Municipal de Transporte Obras Públicas

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:B5B359E7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 080/2013

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTES E LAZER
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA
CONTRATADA: PNEUS VIA NOBRE LTDA
OBJETO: **CÂMARA DE AR, PROTETOR E PNEUS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS**
VALOR: R$11.800,00
VIGÊNCIA: 60 DIAS

AIR ANTONIO DO CARMO
Secretário Municipal de Educação, Esportes e Lazer

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:BEEBF1B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 078/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA MT
EXTRATO DE CONTRATO Nº 078/2013
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA
CONTRATADA: CONSTRUTORA SINCOL LTDA-ME
OBJETO: SERVIÇOS TÉCNICOS DE MÃO DE OBRA PARA O LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE PLANALTO DA SERRA-MT.
VALOR: R$14.126,60
VIGÊNCIA: 30(TRINTA) DIAS

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:C8DFD2AC

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2013

A Comissão Permanente de Pregão, da PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria nº 45, de 7/1/2013, torna público, para conhecimento dos interessados, que o vencedor da presente licitação destinada para

TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (KM RODADO) DO MEIO RURAL NO ANO LETIVO DE 2013 - ROTA 01, 02, 03, 04 NUM TOTAL DE 47 LINHAS EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, foi a empresa: **L.T.T TRANSPORTES EIRELI**, inscrita no CNPJ: **17.528.725/0001-50**.

POCONE, 27 de MARÇO de 2013.

ERASMO PAULO DE LIMA
Pregoeiro

Publicado por:
Crislaine do C. Felix da Silva
Código Identificador:E35DD743

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

CÂMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

PORTARIA Nº. 024/2013

"DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO E NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO E DESEMPENHO DA CAMARA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA/MT."

ROMES FERREIRA DE AMURIM, Presidente da Câmara Municipal de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar e nomear a Comissão Permanente de Avaliação e Desempenho, da Câmara Municipal de Pontes e Lacerda/MT, cujos membros são os seguintes:

Presidente: Leila Narciso da Costa
Membro: Rosângela Maria Albéfaro
Membro: Maria Aparecida Evangelista Ferreira Souza

Suplentes: Adriana dos Santos Souza
Luzia Borges Cosme
Fabiana Souza de Jesus

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, aos dezesseis (19) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e treze (2013).

ROMES FERREIRA DE AMURIM
Vereador Presidente

Publicado por:
Tony-hay-nier Carlos Almeida
Código Identificador:A3EC3D30

CÂMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

PORTARIA Nº. 025/2013

"Dispõe sobre a Convocação de Candidato Aprovado no Concurso Público 001/2011, para admissão ao Serviço Público Municipal".

ROMES FERREIRA DE AMURIM, Presidente da Câmara Municipal de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso de atribuições legais, considerando o previsto nos incisos II e IV, do art. 37 da Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal, o Estatuto do Servidor Público Municipal e ainda o Edital do Concurso Público 001/2011:

RESOLVE:

Artigo 1º - Tendo em vista o resultado do Concurso Público n° 001/2011 para os cargos especificados nos termos do Edital nº 011/2011 e publicado no Jornal dos Municípios no dia 12 de setembro de 2011, fica convocado o abaixo relacionado para comparecer na Administração da Câmara Municipal de Pontes e Lacerda – MT, Av. Minas Gerais, nº 1226, Bairro Centro, no período das ***07:00h ás 13:00h*** no prazo máximo de **15 (quinze) dias a partir da data da publicação** desta **Portaria** para apresentar as documentações e posteriormente tomar posse e receber a designação para os respectivos locais de trabalho a partir do dia **07 de maio de 2013**.

Parágrafo Único – **O não comparecimento no prazo previsto neste artigo implica na desclassificação do mesmo sendo considerado desistente.**

Cargo/Inscrição/Nome/Classificação

Sonoplasta (Câmara Municipal) (203)		
Inscrição	**Nome**	**Classificação**
71773-6	JARDEL GOMES DA SILVA	2

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, em 19 de abril de 2013.

ROMES FERREIRA DE AMURIM
Vereador Presidente

Publicado por:
Tony-hay-nier Carlos Almeida
Código Identificador:1674FD60

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 026/2013

Abre Crédito Especial - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2013 do tipo alteração Especial
Data: 01/03/2013

Publicado por:
Dailza Peixoto Aquino de Oliveira
Código Identificador:8824CAD3

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 037/2013

Abre Crédito Especial - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2013 do tipo alteração Especial
Data: 13/03/2013

Publicado por:
Dailza Peixoto Aquino de Oliveira
Código Identificador:738D7DDF

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 038/2013

Abre Crédito Especial - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2013 do tipo alteração Especial
Data: 13/03/2013

Publicado por:
Dailza Peixoto Aquino de Oliveira
Código Identificador:F5C597FF

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 050/2013

Abre Crédito Especial - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2013 do tipo alteração Especial
Data: 11/04/2013

Publicado por:
Dailza Peixoto Aquino de Oliveira
Código Identificador:10EC9583

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 039/2013

"Dispõe sobre a retificação da Portaria nº 42/2012, que versa sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Por Idade à servidora Sra. Maria Augusta de Souza."

O **Prefeito Municipal do Município de Pontes e Lacerda Estado de Mato Grosso,** no uso de suas atribuições legais e;

Fundamentado no art. 40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, combinado com art. 12, inciso III, alínea "b", da Lei Municipal n.º 768 de 09 de novembro de 2004, que rege a Previdência Municipal e anexo I da Lei Complementar n.º 095/2011;

Resolve:

Art. 1º - Conceder o benefício de **Aposentadoria por Idade**, à servidora **Sra. Maria Augusta de Souza**, brasileira, casada, portadora do RG n.º 0593325-0 - SSP/MT, e do CPF sob o n.º 207.626.151-68, residente e domiciliada neste município, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nível "C", referencia "14", lotada na Secretaria Municipal de Fomento e Agropecuária, Indústria e Comércio, devidamente matriculada sob o n.º 00133, com proventos Proporcionais, conforme processo administrativo do PREVI-LACERDA, n.º **2012.02.00015P**, a partir de 01/04/2012, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

PONTES E LACERDA - MT, 16 de abril de 2013.

DONIZETE BARBOSA DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Lopes de Souza
Código Identificador:F06DEB4B

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente fica convocado o candidato abaixo relacionado Classificado no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10/03/2013 a comparecer junto a Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, na Secretaria de Administração entre os dias, 19/04/2013 a 26/04/2013, das 07h00minh às 11h00minh e 13h00minh às 17h00minh, para apresentar a documentação constante do anexo V, do Edital 001/2013, inclusive o Atestado de Saúde Ocupacional, para realização da sua contratação.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.
ESCOLA MUNICIPAL "GUSTAVO ADOLFO WILKE"
CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL 30 HORAS
CONHECIMENTO EM INFORMÁTICA

Insc.	Candidato	Classificação	Port.	Mat.	Conh. Espec.	-	Total
028	DIEGO ARTUR CONSTANTINO	CLASSIFICADO	8	12	48	-	68

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 18 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

ROBERTO MARTIN WILKE
Presidente da Comissão Municipal de Teste Seletivo Simplificado

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:EDD2B401

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 242/2013

De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Thiago Reinaldo Schimaida Schipanski aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Thiago Reinaldo Schimaida Schipanski**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Veterinário** lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Sustentável.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:F5D6E44C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 243/2013

De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Cristiane de Jesus Melo aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Cristiane de Jesus Melo**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Professor C/C – N/1** 20 horas junto a Escola Municipal Gustavo Adolfo Wilke, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:BD3A72AF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 244/2013

PORTARIA Nº. 244/2013
De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Lilian Meire Leite Vieira aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Lilian Meire Leite Vieira**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Professor C/B – N/1** 20 horas junto a Escola Municipal Gustavo Adolfo Wilke, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:A9BE91FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 245/2013

De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Claudia Seraphim Mano Bogo aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Claudia Seraphim Mano Bogo**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Professor C/B – N/1** 20 horas junto a Escola Municipal Gustavo Adolfo Wilke, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:405AC12E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 246/2013

De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Rosangela Camargo Lopes Rodrigues aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Rosangela Camargo Lopes Rodrigues**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Professor C/C – N/1** 20 horas junto a Escola Municipal Gustavo Adolfo Wilke, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:E55F7482

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 247/2013

De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Elisabete Hemsing aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Elisabete Hemsing**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Professor C/B – N/1** 20 horas junto a Escola Municipal Gustavo Adolfo Wilke, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:42E10E9B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 248/2013

De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Soeli Andrade Ronnau aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Soeli Andrade Ronnau**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Professor C/B – N/1** 20 horas junto a Escola Municipal Gustavo Adolfo Wilke, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:C02B6D1E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 249/2013

De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Lenir dos Santos aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Lenir dos Santos**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Professor C/C – N/1** 20 horas junto a Escola Municipal Gustavo Adolfo Wilke, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:BAF46314

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 250/2013

De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Erica Moraes da Rosa aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Erica Moraes da Rosa**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Professor C/B – N/1** 30 horas junto a Escola Municipal Gustavo Adolfo Wilke, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:27FB0E43

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 251/2013

De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Mariluce dos Santos Silva aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Mariluce dos Santos Silva**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Professor C/C – N/1** 40 horas junto a Creche Municipal Pequeno Príncipe, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:B39D750F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 252/2013

De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Marcia Regina Pivato aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Marcia Regina Pivato**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Professor C/C – N/1** 20 horas junto a Creche Municipal Pequeno Príncipe, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:611D1F0A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 253/2013

De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Sebastiana da Costa Baraldi aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Sebastiana da Costa Baraldi**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Professor C/B – N/1** 30 horas junto a Escola Municipal Valsir Andre Ferrarini, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:D1ED3FE5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 254/2013

De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Ivete Erharter aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Ivete Erharter**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Professor C/A – N/1** 30 horas junto a Escola Municipal Valsir Andre Ferrarini, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:1F9D0874

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 255/2013

De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Katia Karina Elliot da Costa aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Katia Karina Elliot da Costa**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Apoio Administrativo Educacional E** 20 horas junto a Escola Municipal Gustavo Adolfo Wilke, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:B454E0AB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 256/2013

De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Wendella Gehring de Sousa aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Wendella Gehring de Sousa**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Apoio Administrativo Educacional E** 20 horas junto a Escola Municipal Gustavo Adolfo Wilke, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:5BC3036D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 257/2013

De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Stefania Rafaela da Silva aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Stefania Rafaela da Silva**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Apoio Administrativo Educacional E** 20 horas junto a Escola Municipal Gustavo Adolfo Wilke, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:7F9D7E65

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 258/2013

De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Maristela Walter Isernhagen aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Maristela Walter Isernhagen**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Apoio Administrativo Educacional E** 20 horas junto a Escola Municipal Gustavo Adolfo Wilke, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:EB63E195

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 259/2013

De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Marcieli Moreira Paulino dos Santos aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Marcieli Moreira Paulino dos Santos**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Monitor Esportivo** 40 horas junto ao Departamento de Esporte, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:CAA794CD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 260/2013

De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Willian Rodrigues de Araujo aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Willian Rodrigues de Araujo**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Monitor Esportivo** 40 horas junto ao Departamento de Esporte, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:5234A8F0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 261/2013

De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Ana Cristina de Oliveira aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Ana Cristina de Oliveira**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Apoio Administrativo Educacional** 30 horas junto a Escola Municipal Gustavo Wilke, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:CDC4848B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 262/2013

De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Adelar Natividade aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Adelar Natividade**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Apoio Administrativo Educacional** 30 horas junto a Escola Municipal Gustavo Wilke, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:05441EDD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 263/2013

De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Leonardo Medeiros Carlos aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Leonardo Medeiros Carlos**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Apoio Administrativo Educacional B** 30 horas junto a Escola Municipal Gustavo Wilke, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:A5A1783E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 264/2013

De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Edivane de Oliveira aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Edivane de Oliveira**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Apoio Administrativo Educacional B** 30 horas junto a Escola Municipal Gustavo Wilke, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:457ABE31

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 265/2013

De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Roselaine Novais Amorim aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Roselaine Novais Amorim**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Apoio Administrativo Educacional B** 30 horas junto a Escola Municipal Gustavo Wilke, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:E2F4F09A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 266/2013

De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Eliana João de Macedo aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Eliana João de Macedo**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Apoio Administrativo Educacional B** 30 horas junto ao Departamento de Esportes, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:A42D10CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 267/2013

De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Alciana Santos de Moraes aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Alciana Santos de Moraes**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Apoio Administrativo Educacional** 30 horas junto a Escola Municipal Valsir Andre Ferrarini, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:5FA09568

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 268/2013

De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Josielton Novais da Trindade aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Josielton Novais da Trindade**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Motorista** 40 horas lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:017ABA3B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 269/2013

De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Everton Luis Pivato aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Everton Luis Pivato**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Motorista** 40 horas lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:A747D670

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 270/2013

De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Laercio Batista da Silva aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Laercio Batista da Silva**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Motorista** 40 horas lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:317CAB6B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 271/2013

De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Lee Clamprs Ribeiro aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Lee Clamprs Ribeiro**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Motorista** 40 horas lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:3F158F84

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 272/2013

De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Leonardo Bertogna aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Leonardo Bertogna**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Motorista** 40 horas lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:0B9D7B3B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 273/2013

De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Silvio Honorato aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Silvio Honorato**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Motorista** 40 horas lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:A8AC1984

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 274/2013

De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Sidnei de Oliveira aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Sidnei de Oliveira**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Gari** 40 horas lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:B165B3EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 275/2013

De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Ademilson Carlos do Nascimento aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Ademilson Carlos do Nascimento**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Auxiliar de Mecânico** 40 horas lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:95D1B419

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 276/2013

De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Ana Carolina Caitano Ortega aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Ana Carolina Caitano Ortega**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Dentista** 40 horas junto ao PSF Arinos lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:E25357FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 277/2013

De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Thais Priscilla Fernandes Zolin aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Thais Priscilla Fernandes Zolin**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Dentista** 40 horas junto ao PSF da Gleba São João lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:99CB8C40

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 278/2013

PORTARIA Nº. 278/2013
De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Janaina Zago de Almeida aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Janaina Zago de Almeida**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Auxiliar de Saúde Bucal** 40 horas junto ao PSF Arinos lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:AAD8557C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 279/2013

De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Solange Pereira da Silva do Nascimento aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Solange Pereira da Silva do Nascimento**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Recepcionista** 40 horas junto ao PSF Arinos lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:3017BAED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 280/2013

De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Luciana de Oliveira Rodrigues da Silva aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Luciana de Oliveira Rodrigues da Silva**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Zeladora** 40 horas junto ao PSF de Novo Paraná lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:0458197B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 281/2013

De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Selma Valeria de Lima aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Selma Valeria de Lima**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Técnico em Enfermagem** 40 horas junto ao Hospital Municipal lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:B9DE25A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 282/2013

PORTARIA Nº. 282/2013
De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Alessandra Dias Ferreira aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Alessandra Dias Ferreira**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Técnico em Enfermagem** 40 horas junto ao Hospital Municipal lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:46D508FC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 283/2013

De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Ana Paula Olivato aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Ana Paula Olivato**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Técnico em Enfermagem** 40 horas junto ao Hospital Municipal lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:20AF5E27

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 284/2013

De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Neuza de Oliveira Santos aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Neuza de Oliveira Santos**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Técnico em Enfermagem** 40 horas junto ao UBS do Rio Engano lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:D4326EE8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 285/2013

PORTARIA Nº. 285/2013
De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Felipe da Silva Domingues aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Felipe da Silva Domingues**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Agente de Saúde Ambiental** 40 horas junto a Vigilância Ambiental lotado na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:BE9B9AFC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 286/2013

PORTARIA Nº. 286/2013
De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Aldo Arnaldo Mendes aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Aldo Arnaldo Mendes**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Motorista** 40 horas junto ao PSF São João lotado na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:ACD301B2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 287/2013

De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Diogo Bernardelli Rau aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Diogo Bernardelli Rau**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Recepcionista** 40 horas junto ao PSF São João lotado na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:AABC23E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 288/2013

PORTARIA Nº. 288/2013
De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Solange de Fátima Ribeiro aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Solange de Fátima Ribeiro**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Cozinheira** 40 horas junto ao Hospital Municipal lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:9EA2C0E8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 289/2013

De: 01 de Abril de 2013

"Nomeia Cristiana Aparecida da Costa aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Cristiana Aparecida da Costa**, a partir de 01 de abril de 2013 no cargo de **Zeladora** 40 horas junto ao Hospital Municipal lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:070D656E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 290/2013

De: 04 de Abril de 2013

"Nomeia Vanessa Lima da Silva aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Vanessa Lima da Silva,** a partir de 04 de abril de 2013 no cargo de **Técnico em Enfermagem** 40 horas junto ao PSF de Novo Paraná lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 04 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:0344690A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 291/2013

De: 08 de Abril de 2013

"Nomeia Dulcineia de Aragão aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Dulcineia de Aragão,** a partir de 08 de abril de 2013 no cargo de **Apoio Administrativo**

Educacional B 30 horas junto a Escola Municipal Gustavo Adolfo Wilke lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 08 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:32352F19

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 292/2013

De: 08 de Abril de 2013

"Nomeia Luciano Pinheiro Godinho aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Luciano Pinheiro Godinho,** a partir de 08 de abril de 2013 no cargo de **Apoio Administrativo Educacional C** 30 horas junto a Escola Municipal Gustavo Adolfo Wilke lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 08 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:EDC2F49B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 293/2012

De: 15 de Abril de 2013

"Nomeia Leandro de Medeiros Carlos aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Leandro de Medeiros Carlos,** a partir de 15 de abril de 2013 no cargo de **Professor C/B – N/1** 20 horas junto a Escola Municipal Gustavo Adolfo Wilke lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 15 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:76B82AA7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 294/2013

De: 15 de Abril de 2013

"Nomeia Letícia Paes Berti e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **Letícia Paes Berti** a partir de 15 de Abril de 2013 no cargo de **Coordenador Administrativo** do Hospital Municipal de Porto dos Gaúchos, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 15 de Abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:98097AEB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 295/2013

De: 16 de Abril de 2013

"Nomeia Silvani Souza do Nascimento aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Silvani Souza do Nascimento,** a partir de 16 de abril de 2013 no cargo de **Motorista** 40 horas lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 16 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:F9B49C08

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 296/2013

De: 16 de Abril de 2013

"Exonera Keiti Lazaro Alvizi e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar **Keiti Lazaro Alvizi** a partir de 16 de Abril de 2013 do cargo de **Encarregado da Junta de Serviço Militar,** lotada junto ao Gabinete do Prefeito Municipal.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 16 de Abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:642AA8E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 297/2013

De: 17 de Abril de 2013

"Nomeia Valdina Rodrigues Souza aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 10 de março de 2013 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Valdina Rodrigues Souza,** a partir de 17 de abril de 2013 no cargo de **Professor C/B – N/1** 20 horas junto a Escola Municipal Gustavo Adolfo Wilke lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 17 de abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:45EF7821

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 298/2013

De: 18 de Abril de 2013

"Nomeia Rosana de Oliveira Piccin e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **Rosana de Oliveira Piccin** a partir de 18 de Abril de 2013 no cargo de **Encarregado da Junta de Serviço Militar,** lotada junto ao Gabinete do Prefeito Municipal.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 18 de Abril de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:093F000E

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Processo Licitatório n°. 22/2013
Pregão Presencial n°. 14/2013

O município de Porto dos Gaúchos/MT torna público a **REVOGAÇÃO** do Processo Licitatório n°. 22/2013 – Pregão Presencial n°. 14/2013; cujo objeto tem por finalidade a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SAÚDE**, a serviço do município durante o exercício de 2013.
Por motivos de revisão e readequações no Processo Licitatório.

Maiores informações na sede da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, Praça Leopoldina Wilke, nº 19, Centro, setor de licitações ou telefone (66) 3526-2000.

Porto dos Gaúchos, 19 de Abril de 2013

HELIELSON TEODORO ALVES
Pregoeiro

Publicado por:
Flavio Rogerio Alves de Oliveira
Código Identificador:C70B13B4

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 022/2013

Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 78.734,23 (Setenta e oito mil setecentos e trinta e quatro reais e vinte e três centavos).

Mauro Andre Businaro, Prefeito Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei nº 4.320/64 e Lei Municipal nº 489/2012 (Que estima a receita e fixa as despesas do Município de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso para o exercício de 2013).

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica aberto, no orçamento município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 78.734,23 (Setenta e oito mil setecentos e trinta e quatro reais e vinte e três centavos)**,** para atender as seguintes dotações :

Suplementação:
01.031.0010.2001- Manter o Gabinete da Presidência da Câmara Municipal
31.90.11.00.00 – Venc. e Vantagens Fixas Pessoal.....R$ 13.562,33
31.90.13.00.00 – Material de Consumo.....R$ 26.762,40
31.90.09.00.00 – Salario Familia.....R$ 411,04
31.90.11.00.00 – Venc. e Vantagens Fixas Pessoal.....R$ 13.562,33
31.90.11.00.00 – Venc. e Vantagens Fixas Pessoal.....R$ 37.406,58
31.91.13.00.00 – Obrigações Patronais.....R$ 591,88

TOTAL .....R$ 78.734,23

Artigo 2º - Para fazer face ao credito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos mencionados no artigo nº 43,§ 1º, III da Lei Federal nº 4.320/64, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentarias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

Anulação:
01 – Poder Legislativo
01.010 – Gabinete do Presidente
01.031 – Ação Legislativa
0010 – Modernização do Poder Legislativo
01.031.0010.1065 – Adquirir um Veículo para o Gabinete
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente .....R$ 25.000,00

01.031.0010.2001 – Manter o Gabinete da Presidência da Câmara Municipal
33.90.4100.00 – Contribuições.....R$ 5.000,00
33.90.30.00.00 – Material de Consumo.....R$ 2.016,46
01.010.0201.122.0010.2002 – Mant. as Ativ. da Secretaria da Câmara Municipal
31.90.13.00.00 – Obrigações Patronais.....R$ 2.112,89
31.90.92.00.00 – Desp. Exerc. Anteriores.....R$ 1.000,00
31.90.92.00.00 – Material de Consumo.....R$ 25.104,88
33.90.36.00.00 – Outros Serv. Pessoa Física.....R$ 3.500,00
01.031.0010.0001.44.90.51.00.00 – Obras e Instalações.....R$ 15.000,00

TOTAL .....R$ 78.734,23

Artigo 3º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto Estrela/MT, 03 de Abril de 2013.

MAURO ANDRE BUSINARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvair da Silva Almeida
Código Identificador:F79E18F8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 123/2.013

(Que dispõe sobre a nomeação do Conselho Previdenciario do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Porto Estrela - PREVI-PORTO).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA, , ESTADO DE MATO GROSSO, MAURO ANDRE BUSINARO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Considerando o artigo 67º, da Lei nº 478/2012 (Altera a Lei Municipal nº 275 de 09 de agosto de 2005, que dispõe sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdencia Social do Município de Porto Estrela/MT e , dá outras providências";

Considerando a Ata de Assembleia Geral dos Servidores do Fundo Municipal de Previdencia Social dos Servidores do Municipio de Porto Estrela, eleição do conselho Previdenciario realizado no dia 27 de Março de 2013;

RESOLVE:

Artigo 1º.- Ficam nomeados os membros do Conselho Previdênciario do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Porto Estrela- PREVI-PORTO, *sendo* os seguintes membros .

• **Representante do Executivo**:

Titular: Elaine Cristina Magalhães Cardoso
Suplente: Maria Tereza da Silva

• **Representante do Legislativo**:

Titular: Luciano Aparecido Papa
Suplente: José Otavio de Campos

• **Representantes dos Segurados:**

Titular: Vilma Aparecida Ferreira dos Santos
Titular: Arnaldo Noronha da Costa
Titular: Robson de Faria
Titular: Sirley Almeida Sene
Suplente: Noeli Luiza da Costa
Suplente: Elizete Ferreira do Rosário Batista

Artigo 2º- O mandato do Conselho Conselho Previdenciario do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Porto Estrela - PREVI-PORTO, sera de 02 (dois) anos a contar da publicação deste ato.
Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativo a partir do dia 01 de Abril de 2013, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 16 de Abril de 2.013.

MAURO ANDRE BUSINARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Claudia Costa Bernardes
Código Identificador:EF179562

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
1º. TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº: 005/2013

Pelo presente instrumento particular e melhor forma de direito, a Prefeitura Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, cadastrada no CNPJ nº - 24.740.268/0001-28, com sede na Avenida Jose Antonio de Faria nº 2.035, centro, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal Sr. **Mauro Andre Businaro**, portador da cédula de Identidade nº. **78.121.681 SSP/SP e CPF nº.: 684.024.148-34,** residente e domiciliado neste Município, Av. José Antônio de Farias – Bairro Beira Rio - Porto Estrela/MT, neste ato denominado o **Locatário do Imóvel**.

De outro lado o **LOCADOR**, sendo o proprietário do **IMÓVEL,** Sr. **Jasso Martins de Freitas**, pessoa física portador da cédula de Identidade nº **832.336 SSP/MT** e **CPF. nº: 206.317.661-20**, residente e domiciliado no Sítio 05 irmãos, na Comunidade Luzia – Porto Estrela/MT, neste ato denominado o **Locador do Imóvel** para a instalação da Escola Infantil, conforme a lei orgânica do Município, as partes acima qualificadas, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO DO CONTRATO, regida sob a égide da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores, pelo qual a CONTRATADA e CONTRATANTE se obriga a cumprir as seguintes cláusulas e condições abaixo descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS BENFEITORIAS - O LOCATÁRIO poderá fazer no imóvel locado, as suas expensas, as modificações necessárias ao exercício das atividades que pretende realizar, desde que estas não afetem sua estrutura, as quais farão parte integrante do imóvel, excetuadas apenas as benfeitorias que sejam removidas, que poderão ser retiradas por ocasião da entrega do imóvel locado.

PARÁGRAFO ÚNICO – O LOCATÁRIO não terá no que atina às benfeitorias que passem a integrar o imóvel, direito a qualquer indenização ou retenção, salvo em relação às benfeitorias necessárias, que serão indenizáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES - Fica ratificadas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original nº.: 005/2013.

E, Assim, por estarem justos e acordados, assinam o Presente Termo Aditivo de Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, nas presenças de 02 (duas) testemunhas, que a tudo assistiram.

Porto Estrela – MT, 18 de Abril de 2013.

MAURO ANDRE BUSINARO JASSO MARTINS DE FREITAS
Prefeito Municipal Locador Contratado
Locatário Contratante

TESTEMUNHAS:

_____
RG:
CPF:

_____
RG:
CPF:

Publicado por:
Silvair da Silva Almeida
Código Identificador:F0FA491E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

O Prefeito Municipal Senhor Gilmar Reinoldo Wentz, juntamente com o Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Querência, tornam Público o Processo de Licitação nº **038/2013**;
MODALIDADE: **Pregão Presencial n. 033/2013.**
OBJETO: Pregão Presencial para registro de preços de Prestação de serviço para coleta, transporte, gerenciamento, tratamento e disposição final de resíduos para uso da Secretaria Municipal de Saúde de Querência- MT.

Data: **06/05/2013.**
HORÁRIO: 9h (horário local)
LOCAL: Sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação e Julgamento.
O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Querência MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min ou e-mail licitação@querencia.mt.gov.br

Querência – MT, 18 de abril de 2013.

GILMAR REINOLDO WENTZ
Prefeito Municipal

DANIEL STEFANELLO
Pregoeiro

Publicado por:
Daniel Stefanello
Código Identificador:934412EC

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N. 002/2013

NOS TERMOS DO EDITAL DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL n. 001/2013, DO **PROCESSO LICITATÓRIO n. 001/2013**
PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ n. 24.772.113/0001-73 e a Empresa Queiroz e Parreira & Cia Ltda CNPJ: 01.304.252/0002-58
CLÁUSULA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO / DO CONTRATO
O itens a ser fornecido terá um acréscimo, conforme fls. 212 nos autos, na seguinte forma:

Diesel, sofrerá um aumento de R$ 0,11 (onze centavos) por litro, passando para R$ 2,41 (dois reais e quarenta e um centavos), por litro de óleo diesel;

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	PREÇO UNIT. DO AUMENTO	PREÇO TOTAL DO AUMENTO
01	232.140,12	L	DIESEL	R$ 0,11	R$ 25.535,41
TOTAL GERAL					**R$ 25.535,41**

CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO / DO CONTRATO
O valor do contrato terá um aumento de R$ 25.535,41 (vinte e cinco mil quinhentos e trinta e cinco reais e quarenta e um centavos), diante disso o valor passará a ser de: R$ 722.443,70 (setecentos e vinte e dois mil quatrocentos e quarenta e três reais e setenta centavos).
CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas do Contrato Original não mencionadas neste Termo Aditivo.
DA ASSINATURA: 07.03.2013
ASSINAM: Patrícia Fernandes de Oliveira Vilela – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT e o Representante Legal Werleik Augusto Parreira

Publicado por:
Ronaldo Martins Pinto
Código Identificador:1437A356

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N. 021/2013

INEXIGIBILIDADE n. 002/2013, DO **PROCESSO n. 016/2013**
PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ n. 24.772.113/0001-73 e O Doutor João Carlos Guimarães Lisbôa Reis CPF: 746.573.487-87
OBJETO:
1. Este contrato tem por objeto:
1.1 Prestação de serviços médicos ao Município de Ribeirão Cascalheira - MT através da Secretaria Municipal de Saúde, visando o atendimento no PSF e no Hospital Cristo Rei, compreendendo:
· Dar toda assistência a internação de clínicas no hospital.
· Realizar um plantão semanal no Hospital.
O profissional deverá exercer demais atividades médico assistenciais em outras unidades/setores da Secretaria Municipal de Saúde.
DA ASSINATURA: 08.03.2013
DO VALOR: R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência / execução de todos os serviços é de 08/03/2013 à 31/12/2013.
ASSINAM: Patrícia Fernandes de Oliveira Vilela – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT e o Doutor João Carlos Guimarães Lisbôa Reis

Publicado por:
Ronaldo Martins Pinto
Código Identificador:BC2A2776

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N. 022/2013

INEXIGIBILIDADE n. 002/2013, DO **PROCESSO n. 016/2013**
PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ n. 24.772.113/0001-73 e O Doutor Dionysio Carvalho Netto CPF: 079.017.980-68
OBJETO:
1. Este contrato tem por objeto:
1.1 Prestação de serviços médicos ao Município de Ribeirão Cascalheira - MT através da Secretaria Municipal de Saúde, visando o atendimento no PSF e no Hospital Cristo Rei, compreendendo:
· Dar toda assistência a internação de clínicas no hospital.
· Realizar um plantão semanal no Hospital.
O profissional deverá exercer demais atividades médico assistenciais em outras unidades/setores da Secretaria Municipal de Saúde.
DA ASSINATURA: 08.03.2013
DO VALOR: R$ 264.620,00 (duzentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e vinte reais)
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência / execução de todos os serviços é de 08/03/2013 à 31/12/2013.
ASSINAM: Patrícia Fernandes de Oliveira Vilela – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT e o Doutor Dionysio Carvalho Netto

Publicado por:
Ronaldo Martins Pinto
Código Identificador:D37FCAA9

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2013 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2013

O Excelentíssimo Sr. Antonio Xavier de Araújo, Prefeito do Município de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital nº 001/2013 do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013 para Cargos de Contrato Temporário, resolve:

CONVOCAR:

Os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Teste Seletivo Simplificado, homologado através do Edital de Homologação de 01 de março de 2013 para, no período de **19 a 21 de Abril de 2013**, apresentarem os documentos dos itens abaixo constantes do Edital nº

001/2013, item do item da Convocação conforme abaixo, junto a Secretaria Municipal de Administração, setor de Recursos Humanos.

11 - Da Convocação, Da Nomeação e Da Posse.

11.4. Para a contratação, o candidato deverá apresentar fotocópia, que comprove o que segue abaixo:
11.4.1. Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 25 (vinte e cinco) anos;
11.4.2. Certidão de Casamento ou Nascimento;
11.4.3. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.
11.4.4. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);
11.4.5. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 07 anos (se for o caso);
11.4.6. Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);
11.4.7. Cartão do PIS/PASEP;
11.4.8. Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederam a contratação;
11.4.9. Título de Eleitor;
11.4.10. Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);
11.4.11. Certidão Negativa de Débitos para com o município de Rio Branco-MT;
11.4.12. Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido de acordo com exigências da Administração Municipal;
11.4.13. 01 (uma) fotos 3x4, coloridas e recentes;
11.4.14. Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);
11.4.15. Comprovante de Escolaridade;
11.4.16. Declaração contendo endereço residencial;
11.4.17. Declaração negativa de acúmulo de cargo público;
11.4.18. Declaração de Bens;

CARGO: PROFESSORA DE PEDAGOGIA

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	Nº RG/CPF	LOTAÇÃO
13	Aide Isabel da Silva	06627471	SEDL

Rio Branco-MT, 19 de Abril de 2013.

ANTONIO XAVIER DE ARAÚJO
- Prefeito -

Publicado por:
Vanderleia Rodrigues Alves
Código Identificador:9E268BFD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENC IAL 014.2013

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

EU, Antonio Xavier de Araújo – Prefeito do Município de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, FAÇO SABER que nesta data fica **"HOMOLOGADO"** o presente processo licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 014/2013 a empresa **UENDER ZANOL–ME, CNPJ nº 02.781.112/0001-52,** representada neste ato pelo seu representante e proprietário o Srº. Uender Zanol, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 1167426-1 SJ/MT e CPF 867199391-49, que sagrou-se vencedor do certame. E portanto, foi adjudicado o respectivo item a respectiva empresa com o **valor global de R$ 19.916,00 (dezenove mil, novecentos e dezesseis reais), c**ujo objeto vem a ser à **"Aquisição de gás GLP acondicionado em botijões de 13 Kg para atender as Secretarias Municipais de Administração, Ação Social, Educação e Secretaria Municipal de Saúde de Rio Branco-MT."**

RIO BRANCO - MT, 19 de Abril de 2013.

ANTONIO XAVIER DE ARAUJO
- Prefeito Municipal -

Publicado por:
Vanderleia Rodrigues Alves
Código Identificador:8F15BA90

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS – ALTO PARAGUAI – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

AVISO DE ADESÃO

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS – ALTO PARAGUAI – MT

A Prefeitura Municipal de Rio Branco – MT, por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que fará adesão a Ata de Registro de Preços de nº 11/2012, proveniente do Pregão Presencial nº 15/2012 da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, que teve como vencedora empresa Brasil Dist. De Produtos para Saúde Ltda – ME, CNPJ/MF nº 07.344.150/0001-61, correspondente aos Lotes 03, 06, 07 e 08, cujo objeto é o Registro de Preços para aquisição de Medicamentos, Materiais Hospitalares, Materiais Odontológicos e Materiais e Equipamentos Destinados a Secretaria de Saúde. Sendo que a Secretaria Municipal de Saúde de Rio Branco – MT, aderiu a todos os itens dos lotes mencionados.

Rio Branco – MT, 15 de Abril de 2013.

ROSANGELA COELHO FERRARI
Presidente da CPL

MARIA CÉLIA ROMA
Secretária Mun. de Saúde

JEOZAFA MORAES DE CASTRO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Vanderleia Rodrigues Alves
Código Identificador:7532E0F0

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 013/2013

(Art. VI, do Art. 43, da Lei 8.666/93 c.c Inc. XXX, da LOM)

Processo Administrativo nº 022/2013 – SEMUSA
Modalidade: Pregão Presencial – Registro de Preço nº 016/2013 da Lei 8.666/1993 e 10.520/2002

Objeto: "Registro de Preço para futura e eventual aquisição de medicamentos farmácia básica, materiais para laboratório, materiais pensos de uso hospitalar e medicamentos de uso hospitalar"

Interessado: Secretaria Municipal de Saúde

Em conformidade com o inciso VI, do Art. 43 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, ADJUDICO a ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 013/2013 – referente à licitação realizada na Modalidade Pregão Presencial sob a forma de Registro de Preço sob o nº 016/2013, através da Ata de Registro de Preço sob o nº 003/2013 em favor das seguintes Pessoas Jurídicas:

1 - Equilíbrio Comércio e Representação Eireli – EPP, CNPJ sob o nº 04.167.190/0001-97, com endereço na Av. Fortaleza, 4633, Bairro Centro – Rolim de Moura – RO:

Lote 01 – Medicamentos da Farmácia Básica, no valor de R$ 207.780,45 (duzentos e sete mil setecentos e oitenta reais e quarenta e cinco centavos);

Lote 02 – Materiais para Laboratório – o valor de R$ 2.126,48 (dois mil cento e vinte e seis reais e quarenta e oito centavos);

Lote 03 – Materiais pensos de uso hospitalar – o valor de R$ 21.599,75 (vinte e um mil quinhentos e noventa e nove reais e setenta e cinco centavos);

Lote 04 – Medicamentos de Uso hospitalar – o valor de R$ 15.340,13 (quinze mil trezentos e quarenta reais e treze centavos);

Valor Global da Empresa: R$ 246.846,81 (duzentos e quarenta e seis mil e oitocentos e quarenta e seis reais e oitenta e um centavos).

2 – Ortomed Produtos e Serviços Hospitalares LTDA CNPJ sob o nº 06.087.679/0001-84, com endereço na Av. Castelo Branco, 18.981, Bairro Liberdade – Cacoal – RO:

Lote 01 – Medicamentos da Farmácia Básica, no valor de R$ 101.554,50 (cento e um mil quinhentos e cinqüenta e quatro reais e cinqüenta centavos);

Lote 02 – Materiais para Laboratório – o valor de R$ 704,00 (setecentos e quatro reais);

Lote 03 – Materiais pensos de uso hospitalar – o valor de R$ 27.164,11 (vinte e sete mil cento e sessenta e quatro reais e onze centavos);

Lote 04 – Medicamentos de Uso hospitalar – o valor de R$ 21.269,65 (vinte e um mil duzentos e sessenta e nove reais e sessenta e cinco centavos).

Valor Global da Empresa: R$ 150.692,26 (cento e cinqüenta mil seiscentos e noventa e dois reais e vinte e seis centavos).

VALOR GLOBAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: R$ 397.539,07 (TREZENTOS E NOVENTA E SETE MIL QUINHENTOS E TRINTA E NOVE REAIS E SETE CENTAVOS).

Com o fim de

HOMOLOGAR A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 013/2013 em favor das empresas vencedoras o valor global da Ata de Registro de Preço 013/2013 de **R$ 397.539,07 (TREZENTOS E NOVENTA E SETE MIL QUINHENTOS E TRINTA E NOVE REAIS E SETE CENTAVOS).**
.....
Dê-se ciência a Secretaria de origem.

Após comunique à Controladoria para anotações e parecer.

Rondolândia – MT, 27 de Março de 2013.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Fabio Frazao Vilanova
Código Identificador:D2761E97

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RESULTADO DE JULGAMENTO

CONVITE Nº 005/2013

OBJETO: "Contratação de empresa Especializada para prestação de serviços para Reformas de Pontes sobre os Córregos: **Córrego Jataí I, Córrego Jataí II, Rio Branco (Lua Nova), Córrego 7 Placas, Córrego Rio Branco (Estância Leda)** e Construção de Ponte **sobre o Córrego Rio Vermelho (Brecho),** de Salto do Céu – MT"

RESULTADO DE JULGAMENTO

A Comissão Permanente de Licitação comunica a todos os interessados, cidadãos e Licitantes que participaram do certame licitatório supramencionado as empresas:

a)AMPLA-CONTRUÇÃO E EMPREENDIMENTOS - LTDA
b)ARNALDO HENRIQUE TAUGINO & CIA LTDA - EPP
c) EMAD CONSTRUTORA LTDA - ME

Do resultado do julgamento sagrou-se vencedora a empresa **AMPLA-CONSTRUÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ 06.936.513/0001-95**; com proposta no valor de R$ 103.733,87 (Cento e Três Mil, Setecentos e Trinta e Três Reais e Oitenta e Sete Centavos).

Informo ainda que o prazo de recurso fica declarado aberto a partir da data deste expediente, ficando os autos dos certames à disposição de qualquer interessado que queira examiná-los.

Maiores informações com a CPL.
Salto do Céu - MT, 18 de Abril de 2013.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA
Presidente Cpl

Publicado por:
Maria Inês Pereira da Silva
Código Identificador:95C51264

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
CONTRATO

CONTRATO N. 018/2013
Objeto:

1 - Entre si firmam o presente **INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**; em caráter de excepcionalidade, depois de certos e ajustados**. A CONTRATADA** exercerá o cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de Salto do Céu - MT, com a carga horária de 10 (dez) horas/aulas semanais.
1.2 - O objeto deste contrato deverá ser executado na Escola Municipal Simão Bororó, situado à Rua Espírito Santo, s/n, centro, Salto do Céu/MT, correndo por conta do contratado as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto.
1.3 - O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com a eficácia e a qualidade requeridas

Contratada: Ana Maria Ferreira
Período: 15/02/2013 à 02/05/2013

Publicado por:
Maria Inês Pereira da Silva
Código Identificador:12A3FFEC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
CONTRATO

CONTRATO N. 019/2013
Objeto:1 - Entre si firmam o presente **INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**; em caráter de excepcionalidade, depois de certos e ajustados**. A CONTRATADA** exercerá o cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de Salto do Céu - MT, com a carga horária de 10 (dez) horas/aulas semanais.
1.2 - O objeto deste contrato deverá ser executado na Escola Municipal Simão Bororó, situado à Rua Espírito Santo, s/n, centro,

Salto do Céu/MT, correndo por conta do contratado as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto.
1.3 - O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com a eficácia e a qualidade requeridas
Contratada: Luzmar Alves de Miranda
Período: 15/02/2013 à 02/05/2013

Publicado por:
Maria Inês Pereira da Silva
Código Identificador:34AFEE85

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
CONTRATO

CONTRATO N. 021/2013
Objeto:1- Prestação de serviços especializados de assessoria, consultoria e monitoramento de propostas nos sistemas SICONV, SIGCON, SIGOB e demais portais do Governo Federal e Estadual, referente a pleitos para atender necessidades de obras do Município de Salto do Céu - MT. Elaborar projetos básicos de engenharia civil, com edificação civil igual ou inferior a 350 metros quadrados, projetos de pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais urbana inferiores a 20.000m², projetos de praças e urbanização considerados de pequeno porte, recuperação de estradas vicinais de terra, esgotamento sanitário e abastecimento de água.
Contratada: Serpra Serviços, Projetos e Assessoria Ltda.
Período: 12/03/2013 à 31/12/2013

Publicado por:
Maria Inês Pereira da Silva
Código Identificador:3520481D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
CONTRATO

CONTRATO N. 024/2013
Objeto:
1- Contratação de Motorista para a Secretaria Municipal de Saúde de Salto do Céu - MT.
1.2- O objeto deste contrato deverá ser executado Secretaria Municipal de Saúde de Salto do Céu - MT, situada à Rua Mato Grosso, centro, Salto do Céu/MT, correndo por conta do contratado as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto.
1.3- O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com a eficácia e a qualidade requeridas.
Contratado: Uziel Rosa da Silva
Período: 15/03/2013 à 02/05/2013

Publicado por:
Maria Inês Pereira da Silva
Código Identificador:F1495F15

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
CONTRATO

CONTRATO N. 025/2013
Objeto:
1.1 - Contratação de Empresa para Prestação de serviços sobre a modalidade de assessoria e consultoria contábil e administrativa, compreendendo o acompanhamento da execução orçamentária da prefeitura, assessoria e consultoria objetivando o preenchimento e envio dos
seguintes sistemas: LRF CIDADÃO, SISTN, SIOPS, SIOPE, SUAS-WEB e DCTF bem como assessoria e consultoria para elaboração dos balancetes mensais, balanços anual compreendendo ainda as defesas junto ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, por um período de 12 meses.

Contratado: Alternativa Assessoria
Período: 25/03/2013 à 25/03/2014

Publicado por:
Maria Inês Pereira da Silva
Código Identificador:218D0CAF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
CONTRATO

CONTRATO N. 026/2013
1- Contratação de Lavadeira para o Hospital Municipal de Salto do Céu - MT.
1.2- O objeto deste contrato deverá ser executado no Hospital Municipal de Salto do Céu - MT, situado à Rua Espírito Santo, centro, Salto do Céu/MT, correndo por conta do contratado as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto.
1.3- O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com a eficácia e a qualidade requeridas.

Contratada: Maria de Fátima Ramos

Período: 27/03/2013 à 27/05/2013

Publicado por:
Maria Inês Pereira da Silva
Código Identificador:D9BB67B6

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
EXTRATO DA ATA PP 11/2013

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO PRESENCIAL N.º 11/2013	
22/04/2013	VALIDADE/TÉRMINO 22/04/2014
PREGÃO PRESENCIAL 11/2013 – SRP	
OBJETO	**REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ATENDENDO AS SOLICITAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.**
Ata de registro de preço 05/2013	
RAZÃO SOCIAL	DELTA SERVICE CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA
CNPJ	12.968.238/0001-94
VALOR TOTAL	**398.223,00** (trezentos e noventa e oito mil duzentos e vinte e três reais).

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
72280	IGNITOR PARA PARTIDA LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO ALTA PRESSÃO ATÉ 400W	500	42,26	21.130,00
72281	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR DE MERCÚRIO USO EXTERNO 220V/400W	100	71,67	7.167,00
72282	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO ALTA PRESSÃO – 220V/250W – USO EXTERNO	700	100,10	70.070,00
73831/001	LÂMPADA DE VAPOR DE MERCÚRIO DE 125W – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	700	13,70	9.590,00
73831/002	LÂMPADA DE VAPOR DE MERCÚRIO DE 250W – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	100	26,02	2.602,00
73831/003	LÂMPADA DE VAPOR DE MERCÚRIO DE 400W/250V – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	100	38,04	3.804,00
73831/004	LÂMPADA MISTA DE 160W – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	50	14,34	717,00
73831/005	LÂMPADA MISTA DE 250W – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	100	18,26	1.826,00
73831/006	LÂMPADA MISTA DE 500W – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	50	38,77	1.938,50
73831/007	LÂMPADA DE VAPOR DE SÓDIO DE 150WX220V – FORNEC. E INSTALAÇÃO	300	37,04	11.112,00
73831/008	LÂMPADA DE VAPOR DE SÓDIO DE 250WX220V – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1000	41,93	41.930,00
73831/009	LÂMPADA DE VAPOR DE SÓDIO DE 400WX220V – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	500	49,69	24.845,00
74231/001	LUMINÁRIA ABERTA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, PARA LÂMPADA DE VAPOR DE MERCÚRIO ATÉ 400W E MISTA ATÉ 500W, COM	200	90,21	18.042,00

	BRAÇO EM TUBO DE AÇO GALV D=50MM PROJ HOR=2.500MM E PROJ VERT= 2.200MM, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO			
74246/001	REFLETOR RETANGULAR FECHADO COM LÂMPADA VAPOR METÁLICO 400W	100	234,85	23.485,00
83399	RELE FOTOELETRICO P/ COMANDO DE ILUMINAÇÃO EXTERNA 220V/1000W – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1500	29,96	44.940,00
83400	BRAÇO P/ ILUMINAÇÃO DE RUAS EM TUBO AÇO GALV 1" COMP = 1,20M E INCLINAÇÃO 25GRAUS EM RELAÇÃO AO PLANO VERTICAL P/ FIXAÇÃO EM POSTE OU PAREDE – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	50	57,20	2.860,00
83401	BRAÇO P/ ILUMINAÇÃO DE RUAS, EM TUBO AÇO GALV 3/4", COMP = 1,5M P/ FIXAÇÃO EM POSTE OU PAREDE – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	50	120,70	6.035,00
83402	ABRAÇADEIRA DE FIXAÇÃO DE BRAÇOS DE LUMINARIAS DE 4" – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	50	28,77	1.438,50
83475	LUMINÁRIA FECHADA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM REATOR DE PARTIDA RÁPIDA COM LÂMPADA A VAPOR DE MERCÚRIO 250W – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	100	268,54	26.854,00
83478	LUMINÁRIA FECHADA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA - LÂMPADAS DE 250/500W – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO (EXCLUINDO LÂMPADAS)	200	183,24	36.648,00
83480	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR DE MERCÚRIO 125W USO EXTERNO	500	56,63	28.315,00
83481	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR DE MERCÚRIO 250W USO EXTERNO	200	64,37	12.874,00
VALOR TOTAL DO LOTE				**398.223,00**

Prefeitura Municipal de Santa Carmem, 22 Abril 2013.

MARCELI TAFAREL
Pregoeira

Publicado por:
Ana Maria Adams
Código Identificador:38FB985A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2013

O Prefeito de Santa Carmem - MT, Srº. **ALESSANDRO NICOLI**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital de Processo Seletivo Simplificado 001/2013.

TORNA PÚBLICA A HOMOLOGAÇÃO

Dos candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2013 realizado no dia 14 de abril de 2013.

Professor Educação Infantil

ORDEM	NOME	SITUAÇÃO	NOTA
1º	Solange Aparecida Puglia Silva	Aprovado	17

Professor de Ensino Fundamental I a IV

ORDEM	NOME	SITUAÇÃO	NOTA
1º	Ivete Schneider Bergamini	Aprovado	15
2º	Leocádia Bianchi de Carvalho	Aprovado	13
3º	Marta Szolomicki	Aprovado	11
	Marlene da Silva Batista	Classificado	10

Professor de Inglês

ORDEM	NOME	SITUAÇÃO	NOTA
1º	Dulcinéia Aparecida Diniz	Aprovado	20
	Robson Leandro Rosa	Classificado	17
	Klesiane Maricley Maurina	Classificado	17
	Silvio Luis Campos Figueira	Classificado	15

Professor de Filosofia

ORDEM	NOME	SITUAÇÃO	NOTA
1º	Keila Dias da Costa	Aprovado	13

Professor de Matemática

ORDEM	NOME	SITUAÇÃO	NOTA
1º	Conceição A. de Menezes Fernandes	Aprovado	16

Psicólogo

ORDEM	NOME	SITUAÇÃO	NOTA
1º	Ruth Nunes de Souza	Aprovado	14
	Adriana Eliane da Silva Saes	Classificado	14

Agente de Vigilância e Manutenção

ORDEM	NOME	SITUAÇÃO	NOTA
1º	Aparecida de Souza	Aprovado	13
	Laércio Stumf Ribeiro	Classificado	11

Operador de Máquinas Pesadas

ORDEM	NOME	SITUAÇÃO	NOTA
1º	Everton Antonio Deotti	Aprovado	15
	Cledir Wronski	Classificado	15

Agente de Manutenção Urbanística

ORDEM	NOME	SITUAÇÃO	NOTA
1º	Vanderlei Bettoni	Aprovado	15

Agente de Limpeza Pública

ORDEM	NOME	SITUAÇÃO	NOTA
1º	Cleuma Fernandes da Costa	Aprovado	12
	Maria Eugenis Martins	Classificado	10

Agente de Combate as Endemias

ORDEM	NOME	SITUAÇÃO	NOTA
1º	Eliane Rodrigues da Silva	Aprovado	15
	Keylane Costa Martins	Classificado	14
	Andréia da Silva	Classificado	12
	Melissa Thabatta Pieronni Rosa	Classificado	12
	Maria Helena Prestes dos Santos	Classificado	10
	Valquíria da Silva Rodrigues	Classificado	10
	Mariele Renata Augustin	Classificado	10
	Antenor Brandani Neto	Classificado	10
	Maria Zilda Pedrozo Leão	Classificado	10
	Natasha Bruna Souza Barbosa	Classificado	10

Publica-se, Registra-se, Cumpra-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM ESTADO DE MATO GROSSO, EM 19 DE ABRIL DE 2013.

ALESSANDRO NICOLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana de Almeida Golo
Código Identificador:F2E1A2A5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
DECLARAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM, nesta ato representada pela Presidente da Comissão de Avaliação do Processo Seletivo Simplificado 001/2013,vem através deste declarar que não houve nenhum registro de recurso interposto contra a Relação de Candidatos Aprovados e Classificados.

Santa Carmem 19 de abril de 2013.

JOSIANE BERTOLINI
Presidente da Comissão

Publicado por:
Juliana de Almeida Golo
Código Identificador:A586FC53

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N° 041/SAD/2013

PORTARIA N° 041/SAD/2013 18 DE ABRIL DE 2013.

"DISPÕE SOBRE A LICENÇA PARTICULAR PARA SERVIDOR EFETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT".

O Prefeito de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, **Sr. MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1° - Fica concedido **Licença** para tratar de assuntos particulares de até 3 (Três) anos a partir de 18/04/2013 para a servidora, a **Sra. Marivania Rempel Carvalho**, nomeada via portaria nº.056/SAD/2008 de 01 de julho de 2008 no cargo ou função de **FISCAL DE VIGILANCIA SANITARIA,** de acordo com o Estatuto do Servidor Público do art. 114 no Município de Santa Cruz do Xingu – MT.

Art. 2°- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL.
EM 18 DE ABRIL DE 2013.

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

ADMIR LOPES RICARDO
Secretario de Administração e Finanças

EDUARDO TROM CARVALHO
Secretario Municipal de Saúde

REGISTRA-SE E
PUBLICA-SE

Publicado por:
Jorcileia Vasconcelos Pinho
Código Identificador:E00356BE

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 040/SAD/2013

PORTARIA Nº. 040/SAD/2013 DE 18 DE ABRIL DE 2013.

''DESIGNA PREGOEIROS E COMPÕE EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM EM LICITAÇÕES NA MODALIDADE DE PREGÃO NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU''.

Marcos de Sá Fernandes da Silva, Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas Gerais de Direito Público, expede a seguinte portaria.

Art. 1º - Designar para atuarem como Pregoeiro em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu, os servidores:
Wilson Pereira da Silva (Pregoeiro Oficial)
Astor Albrecht (Substituto)

Art. 2º - Ficam designados para atuarem como suplentes da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu os servidores:
Dormelindo Lanzarin (1º Membro Oficial)
Edelson José Barreto (2º Membro Oficial)
Dyeissonn Correa Leite (1º Membro Substituto)
Rosângela Pinto Figueiredo (2º Membro Substituto)

Parágrafo único: Em caso de qualquer impedimento legal, de qualquer um dos membros oficias, estes serão substituído pelo 1º ou 2º suplente substituto respectivamente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a portaria 003/SAD/2013 de 02 de janeiro de 2013.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL.
EM 18 DE ABRIL DE 2013.

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

REGISTRA-SE E
PUBLICA-SE

Publicado por:
Jorcileia Vasconcelos Pinho
Código Identificador:BBAA3585

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CÂMARA MUNICIPAL
TERMO DE PRORROGAÇÃO

CARTA CONVITE 001/2013
MODALIDADE TECNICA E PREÇO
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES SANTA RITA DO TRIVELATO-MT – Motivo: Fica prorrogado o prazo de abertura dos envelopes para o dia 25/04/2013, na sede da Câmara de Vereadores, devendo as propostas serem apresentadas até 24:00 horas antes, permanecendo em vigor as demais clausulas do edital.
Santa Rita do Trivelato-MT, 19 de abril de 2013.

ANGELICA LUCIA COLUSSI
Presidente da CPL.

Publicado por:
Moniqui Emanuella Marcanzoni
Código Identificador:DB42C0C1

LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2013 – REGISTRO DE PREÇOS
Aos dezenove dias dias do mês de abril de 2013, a partir das 08 horas na sala do Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato – MT deu-se o julgamento do Pregão Presencial nº 14/2013 tendo como objeto o Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de Pneus Câmaras e Protetores. Fica HOMOLOGADO o Pregão Presencial nº 14/2013, tendo por vencedora as empresas **Casa dos Pneus Ltda** para os itens 01, 03, 05, 06, 09, 18, 19, 20, 25 e 30, totalizando o valor de R$176.684,00 (cento e setenta e seis mil seiscentos e oitenta e quatro reais); **Pneus Via Nobre Ltda** para os itens 02, 04, 07, 08, 11, 14, 21, 22, 23, 27 e 28 totalizando o valor de R$100.380,00 (cem mil, trezentos e oitenta reais) e **Hanneliese Reiter Pattis – EPP** para os itens 10, 12, 13, 15, 16, 17, 24, 26 e 29, totalizando o valor de R$105.863,00 (cento e cinco mil oitocentos e sessenta e três reais).
Santa Rita do Trivelato – MT 19 de abril de 2013.

ARTEMIO SYPERRECK
Pregoeiro

Publicado por:
Caio Fernando Motta Bonin
Código Identificador:6DBDBE94

LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2013 - REGISTRO DE PREÇO
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de calhas, lixeiras, grades, meio fio, postes, telas e outros materiais. Data de abertura: 07/05/2013 às 08:00 horas – Local: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato (Sala de Licitações), localizada à Av. Flavio Luiz, 2201,Centro – Santa Rita do Trivelato-MT. O Edital Completo encontra-se a disposição no mural da Prefeitura Municipal, podendo ser solicitado pelos interessados pelo fone: (65)3529-6161. Santa Rita do Trivelato/MT, 19 de abril de 2013.

ARTEMIO SYPERRECK
Pregoeiro

Publicado por:
Caio Fernando Motta Bonin
Código Identificador:6C60C837

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 092/2013

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL Sr. FABIO LOHMANN PARA O CARGO DE DIRETOR EXECUTIVO DA PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor **HUGO GARCIA SOBRINHO**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Servidor Público Municipal Sr. **FABIO LOHMANN** inscrito sob o RG nº 1678961-0 e CPF nº 019.172.941.82, para o cargo **DE DIRETOR EXECUTIVO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO**, percebendo um adicional mensal equivalente a 3,40 (três vírgula quarenta) unidades de referencia salarial dos Servidores Público Municipal, conforme determina a Lei Complementar 023/2009.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, em 18 de abril de 2013.

HUGO GARCIA SOBRINHO
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.
Afixe-se na data supra.
Chefe de Gabinete.

Publicado por:
Léia Angela da Silva
Código Identificador:29B89805

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 10/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER
MATO GROSSO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 10/2013
REGISTRO DE PREÇOS
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO

A Prefeitura Municipal de Santo Antonio de Leverger - MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que, fará realizar licitação na modalidade de Registro de Preços - Pregão Presencial n° 10/2013, para o seguinte objeto:**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE 1500 (HUM MIL E QUINHENTOS) HIDRÔMETRO UNIJATO PARA ÀGUA FRIA, VAZÃO DE 1,50M³/H, VAZÃO MÁXIMA 3,0M³/H E CONJUNTO EXTREMIDADE CUR./LON.3/4 C/PORCA E ANEL (EQUIPAMENTO COM QUE SE MEDE O CONSUMO DE ÁGUA), PARA SEREM INSTALADAS EM SANTO ANTONIO DO LEVERGER-MT. Com realização prevista para o dia 02 de Maio de 2013 às 08:30 horas. O edital completo estará à disposição a partir do dia 22 de Abril de 2013 na Prefeitura Municipal de Santo Antonio de Leverger. no seguinte endereço: Av. Santo Antonio, n° 245, Centro, Santo Antonio de Leverger - MT, informações pelo telefone (65) 3341-1346 e (65) 3341-1685.**

Santo Antonio de Leverger, 19 de Abril de 2013.

VITÓRIO MASSARU HAYAMA
Presidente/ Pregoeiro da CPL

Publicado por:
Natalina
Código Identificador:84954BAF

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2013

A Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia-MT, torna público aos interessados que realizará Licitação na modalidade de Pregão na forma Presencial n° 011/2013, para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARAS DE AR, PROTETORES E BATERIAS,** PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS QUE COMPÕEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, CONFORME DISCRIMINADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA. Abertura no dia **06 de Maio de 2013**, às 14:00 horas. Os interessados poderão obter informações e o Edital na sede da Prefeitura Municipal no horário de 14:00 ás 17:00 ou pelo telefone (66) 3522-1606 . São Félix do Araguaia - MT, 19 de Abril de 2013/

LIDIA BARBOSA DE BRITO/
Pregoeira/portaria Nº 101/2013

Publicado por:
Lídia Barbosa de Brito
Código Identificador:4D4F0529

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
REVOGAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DO JULGAMENTO DO PREGÃO Nº 008/2013

O Município de São José do Rio Claro – MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para quem possa interessar, que revoga na íntegra, a publicação do resultado do pregão 008/2013, realizada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, na página 213, edição nº 1701, do dia 17 de abril de 2013, código identificador: 7E6C76D4.

São José do Rio Claro – MT, 19 de Abril de 2013.

OSNI RUBENS PUGA LOPES
Pregoeiro

Publicado por:
Geovani Lamera
Código Identificador:32668739

PREVIMUNI - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA 57/2013

"Retifica os Termos da Portaria 114/2012 que dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Por Tempo de Contribuição Especial a Servidora Sr.ª Natalina Maria da Silva Gericó".

O Diretor Executivo do PREVIMUNI, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do **art.6º, Inciso I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº41/2003**; Lei n.º 831 de 22 de Julho de 2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais da Educação Básica do Município de São José do Rio Claro - MT; Art. 12, inciso III, alínea "a" e § 3º combinado com o Art. 103 da Lei n.º 918/2012 de 29 de Julho de 2012, que rege o Regime Próprio de Previdência Social de São José do Rio Claro/MT.
Resolve,
Art. 1º Conceder o benefício de **Aposentadoria Por Tempo de Contribuição** Especial em favor da Sra. **Natalina Maria da Silva Gericó**, portadora do RG nº 441.452 SSP/MT, CPF nº 720.586.411-91, efetiva no cargo de Professor Magistério, Classe "C", Nível "II", **cadastrada sob matricula RE n º 41 e matricula previdenciária nº 455,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a referida servidora conta com 11.256 dias trabalhados, ou seja, 30 anos, 10 meses e 02 dias, com **Proventos Integrais de Contribuição**, conforme o processo do PREVIMUNI n.º 2012.04.00000002.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Registre, publique e cumpra-se.

São José do Rio Claro - MT, 18 de abril de 2013.

ROBERTO BUSCIOLI GRUNOV
Diretor Executivo

HOMOLOGO**:**

NATANAEL CASAVECHIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Buscioli Grunov
Código Identificador:B1279F57

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 180 DE 19 DE ABRIL DE 2013

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARTICULAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

CARLOS ROBERTO BIANCHI, Prefeito deSão José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferi das no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARTICULAR, no período de 19/04/2013 a 18/04/2015, conforme Artigo 122 da Lei Complementar nº 005/2003, ao servidor JOSE ROBSON BEJO XAVIER.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA
PUBLICADA
CUMPRA-SE
PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS
AOS 19 DE ABRIL DE 2013

CARLOS ROBERTO BIANCHI
Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

Publicado por:
João Claret Donadel
Código Identificador:9A5D69A1

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 181 DE 19 DE ABRIL DE 2013

DISPÕE SOBRE CANCELAMENTO DE FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

CARLOS ROBERTO BIANCHI, Prefeito deSão José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferi das no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CANCELAR o pagamento de FUNÇÃO GRATIFICADA – FG 03, ao servidor DOUGLAS SAMPAIO PEREIRA, concedido através da PORTARIA 086 DE 1º DE MARÇO DE 2013.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de primeiro de abril do corrente ano.

REGISTRADA
PUBLICADA
CUMPRA-SE
PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS
AOS 19 DE ABRIL DE 2013

CARLOS ROBERTO BIANCHI
Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

Publicado por:
João Claret Donadel
Código Identificador:983DCC12

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 182 DE 19 DE ABRIL DE 2013

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

CARLOS ROBERTO BIANCHI, Prefeito deSão José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferi das no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - DESIGNAR para exercer o cargo em comissão de CHEFE DE DEPARTAMENTO, responsável pelo Departamento de Regulação o servidor DOUGLAS SAMPAIO PEREIRA, portador do RG nº 1959257-4-SSP/MT e do CPF. 033.133.531-00, fazendo jus aos vencimentos do cargo.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de primeiro de abril do corrente ano.

REGISTRADA
PUBLICADA
CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS
AOS 19 DE ABRIL DE 2012

CARLOS ROBERTO BIANCHI
Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

Publicado por:
João Claret Donadel
Código Identificador:0DF6F604

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 015 DE 25 DE MARÇO DE 2013

Declara Situação de Emergência nas áreas do Município afetadas por inundações e danificações em pontes e estradas vicinais.

CARLOS ROBERTO BIANCHI, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e, **Considerando** os dispostos no Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012;
CONSIDERANDO:
I – Que a cidade de São José dos Quatro Marcos – MT, no período de 15 a 25 de março de 2013, vem sofrendo com muitas chuvas, gerando inundações, danificando várias pontes, tornando estradas vicinais intransitáveis, deixando a população rural ilhada e 03 (três) escolas sem aulas.
II- Que em decorrência dos seguintes danos tem-se mais de 10 (dez pontes) destruídas, 480 (quatrocentas) familias ilhadas sem qualquer tipo de locomoção, 300 (trezentos) quilômetros de estradas vicinais intransitáveis;
DECRETA:
Art. 1º. Fica declarada **Situação de Emergência** nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.
Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Secretaria de Obras, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.
Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Secretaria de Obras.
Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:
I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;
II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.
Art. 5º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.
Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, aos 25 dias do mês de Março de 2013.

CARLOS ROBERTO BIANCHI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Meirivania Alves de Souza
Código Identificador:012E60C2

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PUBLICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PUBLICA Nº. 01/2013
A Prefeita Municipal de São José do Xingu - MT, senhora **RAQUEL CAMPOS COELHO**, no uso das atribuições contidas na Lei Orgânica Municipal, convoca as pessoas interessadas para participarem da Audiência Pública Municipal a realizar-se na data, horário e local abaixo descrito, para tratar de assuntos referentes à elaboração do PPA para o quadriênio de 2014 a 2017 e da LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS para o exercício Financeiro de 2014.

• Segunda - feira (13/05/2013).

Horário: às 14:00 horas.
Local: Câmara Municipal de São José do Xingu-mt

• Segunda - feira (03/06/2013).

Horário: às 19:00 horas.
Local: Escola Municipal Comandante Fontoura Distrito de Santo Antônio do Fontoura.

São José do Xingu - MT, 15 de Abril de 2013.

RAQUEL CAMPOS COELHO
Prefeita Municipal

(PUBLICAR NO MURAL E ENVIAR PARA AMM)

Publicado por:
Aloizio Rodrigues da Silva
Código Identificador:906255C8

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

DEPTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2013 - SRP 045/2013

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP torna público para conhecimento dos interessados que a abertura da sessão prevista para as 16:30 horas (horário de Brasília - DF) do dia 24/04/2013, realizar-se-á as 09:30 horas (horário de Brasília-DF) do dia 08/05/2013, devido a adequações realizadas no edital de licitação.TIPO: menor preço por item; OBJETO: Registro de Preço para futura e Eventual Aquisição de Concreto Betuminoso Usinado a Quente, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos; INTEGRA do EDITAL, no endereço indicado ou por meio do site

www.cidadecompras.com.br e www.prefeituravirtual.com.br; Informações: (66) 3517-5218/5263. SINOP-MT, 19 de abril de 2013.

ADRIANO DOS SANTOS
Pregoeiro
Portaria 280/2013

Publicado por:
Sidelina Rodrigues dos Santos
Código Identificador:15ACA7AA

DEPTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ALTERAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2013
SRP Nº 043/2013

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP/MT torna público para conhecimento dos interessados a alteração efetuada no subitem 8 (Observações) letra 'h' do Edital de Pregão Presencial nº 045/2013, cujo objeto é o Registro de Preços para Aquisição de Medicamentos da Farmácia Básica e Unidade de Pronto Atendimento - UPA, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Saúde. **ONDE SE LÊ:** h) Os documentos exigidos para habilitação, consoante o estabelecido no Título VIII deste edital, não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos que configurem o seu requerimento, ou apresentados por meio de fitas, discos magnéticos e filmes; **LEIA-SE: h)** Os documentos exigidos para habilitação, consoante o estabelecido no Título VIII deste edital, não poderão ser substituídos por protocolos, exceto, para os casos de empresa em trâmite de renovação da AFE, será aceito protocolo de solicitação de renovação, desde que peticionado entre 120 e 30 dias antes do vencimento, devidamente acompanhado da respectiva guia de recolhimento de encargos quitada. Em razão da alteração a abertura da sessão que estava prevista para as 09h30min (horário de Brasília/DF) do dia 22/04/2013, realizar-se-á as 14h30min (horário de Brasília/DF) do dia 08/05/2013. Sinop, 19 de abril de 2013.

ADRIANO DOS SANTOS
Pregoeiro – Portaria nº 280/2013

Publicado por:
Sidelina Rodrigues dos Santos
Código Identificador:F32C419B

DEPTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 057/2013 - SRP 055/2013

A Prefeitura Municipal de Sinop-MT torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 057/2013 - SRP 055/2013; TIPO: menor preço Item. OBJETO: **Contratação de Diárias em Casa de Apoio em Cuiabá/MT., para atender pessoas carentes em tratamento médico na Capital, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde;** ABERTURA da SESSÃO: 03/05/2013 às 15:00horas (horário de Brasília-DF); LOCAL: Secretaria Municipal de Administração, Rua das Avencas, 1.491, Setor Comercial; ÍNTEGRA do EDITAL: no endereço indicado ou por meio do site https:www.cidadecompras.com.br; www.prefeituravirtual.com.br Informações: (66) 3517-5218/5263. Sinop-MT, 19 de abril de 2013.

KELY CRISTINE DE OLIVEIRA
Pregoeira – Portaria 280/2013

Publicado por:
Sidelina Rodrigues dos Santos
Código Identificador:BFCA55A7

DEPTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2013 - SRP 056/2013

A Prefeitura Municipal de Sinop-MT torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2013 - SRP 056/2013; TIPO: menor preço Item. OBJETO: **Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Transporte Rodoviário - Locação de veículos do tipo Micro-ônibus ou Van, com capacidade de 24 a 30 passageiros sentados, para transporte de pacientes em tratamento médico em Cuiabá, itinerário: Sinop/Cuiabá/Sinop, atendendo Secretaria Municipal de Saúde;** ABERTURA da SESSÃO: 03/05/2013 às 17:00horas (horário de Brasília-DF); LOCAL: Secretaria Municipal de Administração, Rua das Avencas, 1.491, Setor Comercial; ÍNTEGRA do EDITAL: no endereço indicado ou por meio do site https:www.cidadecompras.com.br; www.prefeituravirtual.com.br Informações: (66) 3517-5218/5263. Sinop-MT, 19 de abril de 2013.

KELY CRISTINE DE OLIVEIRA
Pregoeira – Portaria 280/2013

Publicado por:
Sidelina Rodrigues dos Santos
Código Identificador:4F20A1B0

DEPTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2013 - SRP 057/2013

A Prefeitura Municipal de Sinop-MT torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2013 - SRP 057/2013; TIPO: menor preço por lote. OBJETO: **Contratação de empresa para fornecimento, execução e instalação de materiais de visualização, para atender as ações das secretarias municipais.** ABERTURA da SESSÃO: 06/05/2013 às 09:30horas (horário de Brasília-DF); LOCAL: Secretaria Municipal de Administração, Rua das Avencas, 1.491, Setor Comercial; ÍNTEGRA do EDITAL: no endereço indicado ou por meio do site https:www.cidadecompras.com.br; www.prefeituravirtual.com.br Informações: (66) 3517-5218/5263. Sinop-MT, 19 de abril de 2013.

ADRIANO DOS SANTOS
Pregoeiro – Portaria 280/2013

Publicado por:
Sidelina Rodrigues dos Santos
Código Identificador:54CFEED2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 276/2013

DATA: 16 de abril de 2013.

SÚMULA: Exonera do quadro comissionado a servidora que menciona.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Exonerar do quadro comissionado a servidora que menciona:

MAT	NOME	CARGO	CC	EXONERAÇÃO
10194	ELENIR MARIA CONTREIRA	ASS. DEPTO. DE ORIENT. E ED. ESPECIAL	06-A	19.03.2013

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 16 de abril de 2013.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:5923FC2D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 281/2013

DATA: 18 de abril de 2013

SÚMULA: Delega responsabilidade pelos informes imediatos de documentos referentes a Concurso Público e a Processos Seletivos à servidora que menciona.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda os termos da Recomendação nº. 002/2013 da Unidade de Controle Interno, em obediência ao preconizado na Resolução Normativa nº. 33/2012 do Tribunal de Contas – TCE/MT, em especial em seu art. 9º;

R E S O L V E:

Art. 1º. Delegar à servidora abaixo relacionada a responsabilidade pelos informes imediatos de documentos referentes à Concursos Públicos e Processos Seletivos, conforme segue:

NOME	MATRÍCULA
Maria Gleiciele Fortunado da Palma	107.72

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 18 de abril de 2013.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:A29D42B8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 282/2013

DATA: 18 de abril de 2013

SÚMULA: Delega responsabilidade pelos informes imediatos de licitações à servidora que menciona.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda os termos da Recomendação nº. 002/2013 da Unidade de Controle Interno, em obediência ao preconizado na Resolução Normativa nº. 33/2012 do Tribunal de Contas – TCE/MT, em especial em seu art. 9º;

R E S O L V E:

Art. 1º. Delegar à servidora abaixo relacionada a responsabilidade pelos informes imediatos de licitações conforme segue:

NOME	MATRÍCULA
Ana Cláudia da Silva Jordan	9060

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 18 de abril de 2013.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal
o

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:0A732605

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 283/2013

DATA: 18 de abril de 2013

SÚMULA: Delega responsabilidade pelo Sistema Administrativo de Contabilidade e envio dos demonstrativos do Sistema LRF – Cidadão à servidora que menciona.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda os termos da Recomendação nº. 002/2013 da Unidade de Controle Interno, em obediência ao preconizado na Resolução Normativa nº. 33/2012 do Tribunal de Contas – TCE/MT, em especial em seu art. 9º;

R E S O L V E:

Art. 1º. Delegar à servidora abaixo relacionada a responsabilidade pelo Sistema Administrativo de Contabilidade e envio dos demonstrativos do Sistema LRF – Cidadão, conforme segue:

NOME	MATRÍCULA
Diná Bordulis	10862

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 18 de abril de 2013.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:09F75CEC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 284/2013

DATA: 18 de abril de 2013

SÚMULA: Delega responsabilidade pelos informes mensais do APLIC ao servidor que menciona.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda os termos da Recomendação nº. 002/2013 da Unidade de Controle Interno, em obediência ao preconizado na Resolução Normativa nº. 33/2012 do Tribunal de Contas – TCE/MT, em especial em seu art. 9º;

R E S O L V E:

Art. 1º. Delegar ao servidor abaixo relacionado a responsabilidade pelos informes mensais do APLIC conforme segue:

NOME	MATRÍCULA
Adilson Cezar Ronconi	10334

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 18 de abril de 2013.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:AD7DCB10

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 285/2013

DATA: 18 de abril de 2013

SÚMULA: Delega responsabilidade pelos informes do Sistema GEOBRAS à servidora que menciona.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda os termos da Recomendação nº. 002/2013 da Unidade de Controle Interno, em obediência ao preconizado na Resolução Normativa nº. 33/2012 do Tribunal de Contas – TCE/MT, em especial em seu art. 9º;

R E S O L V E:

Art. 1º. Delegar à servidora abaixo relacionada a responsabilidade pelos informes do Sistema GEOBRAS, conforme segue:

NOME	MATRÍCULA
Elizabete Cilião Guilherme	8646

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 18 de abril de 2013.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:B2E77C6A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 286/2013

DATA: 18 de abril de 2013

SÚMULA: Delega responsabilidade pelo Sistema Administrativo de Orçamento e Planejamento à servidora que menciona.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda os termos da Recomendação nº. 002/2013 da Unidade de Controle Interno, em obediência ao preconizado na Resolução Normativa nº. 33/2012 do Tribunal de Contas – TCE/MT, em especial em seu art. 9º;

R E S O L V E:

Art. 1º. Delegar à servidora abaixo relacionada a responsabilidade pelo Sistema Administrativo de Orçamento e Planejamento, conforme segue:

NOME	MATRÍCULA
Eliane Aparecida Formágio Braz	000032

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 18 de abril de 2013.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:D858AC2D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 287/2013

DATA: 18 de abril de 2013

SÚMULA: Delega responsabilidade pelo Sistema Administrativo de Recursos Humanos à servidora que menciona.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda os termos da Recomendação nº. 002/2013 da Unidade de Controle Interno, em obediência ao preconizado na Resolução Normativa nº. 33/2012 do Tribunal de Contas – TCE/MT, em especial em seu art. 9º;

R E S O L V E:

Art. 1º. Delegar à servidora abaixo relacionada a responsabilidade pelo Sistema Administrativo de Recursos Humanos, conforme segue:

NOME	MATRÍCULA
Taize Avrella	6615

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 18 de abril de 2013.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:723E18C6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 288/2013

DATA: 18 de abril de 2013

SÚMULA: Delega responsabilidade pelo Sistema Administrativo de Licitações e Contratos ao servidor que menciona.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda os termos da Recomendação nº. 002/2013 da Unidade de Controle Interno, em obediência ao preconizado na Resolução Normativa nº. 33/2012 do Tribunal de Contas – TCE/MT, em especial em seu art. 9º;

R E S O L V E:

Art. 1º. Delegar ao servidor abaixo relacionado a responsabilidade pelo Sistema Administrativo de Licitações e Contratos, conforme segue:

NOME	MATRÍCULA
Adriano dos Santos	4998

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 18 de abril de 2013.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:F32E1C8A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 289/2013

DATA: 18 de abril de 2013

SÚMULA: Delega responsabilidade pelo Sistema Administrativo de Compras à servidora que menciona.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda os termos da Recomendação nº. 002/2013 da Unidade de Controle Interno, em obediência ao preconizado na Resolução Normativa nº. 33/2012 do Tribunal de Contas – TCE/MT, em especial em seu art. 9º;

R E S O L V E:

Art. 1º. Delegar à servidora abaixo relacionada a responsabilidade pelo Sistema Administrativo de Compras, conforme segue:

NOME	MATRÍCULA
Débora da Silva Pereira	10255

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 18 de abril de 2013.

JUAREZ COSTA
Prefeito MunicIpal

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:2A626D14

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 290/2013

DATA: 18 de abril de 2013

SÚMULA: Delega responsabilidade pelo Sistema Administrativo de Transportes ao servidor que menciona.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda os termos da Recomendação nº. 002/2013 da Unidade de Controle Interno, em obediência ao preconizado na Resolução Normativa nº. 33/2012 do Tribunal de Contas – TCE/MT, em especial em seu art. 9º;

R E S O L V E:

Art. 1º. Delegar ao servidor abaixo relacionado a responsabilidade pelo Sistema Administrativo de Transportes, conforme segue:

NOME	MATRÍCULA
Manoel Agostinho do Nascimento Júnior	3764

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 18 de abril de 2013.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:6970686F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 291/2013

DATA: 18 de abril de 2013

SÚMULA: Delega responsabilidade pelo Sistema Administrativo de Convênios e Consórcios à servidora que menciona.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda os termos da Recomendação nº. 002/2013 da Unidade de Controle Interno, em obediência ao preconizado na Resolução Normativa nº. 33/2012 do Tribunal de Contas – TCE/MT, em especial em seu art. 9º;

R E S O L V E:

Art. 1º. Delegar à servidora abaixo relacionada a responsabilidade pelo Sistema Administrativo de Convênios e Consórcios, conforme segue:

NOME	MATRÍCULA
Josiane da Silva	10387

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 18 de abril de 2013.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:5B69EDD9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 292/2013

DATA: 18 de abril de 2013

SÚMULA: Delega responsabilidade pelo Sistema Administrativo de Tesouraria ao servidor que menciona.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda os termos da Recomendação nº. 002/2013 da Unidade de Controle Interno, em obediência ao preconizado na Resolução Normativa nº. 33/2012 do Tribunal de Contas – TCE/MT, em especial em seu art. 9º;

R E S O L V E:

Art. 1º. Delegar ao servidor abaixo relacionado a responsabilidade pelo Sistema Administrativo de Tesouraria, conforme segue:

NOME	MATRÍCULA
Ataídes da Fonseca Neto	10812

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 18 de abril de 2013.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:2853DC39

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 293/2013

DATA: 18 de abril de 2013

SÚMULA: Delega responsabilidade pelo Sistema Administrativo de Comunicação Social à servidora que menciona.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda os termos da Recomendação nº. 002/2013 da Unidade de Controle Interno, em obediência ao preconizado na Resolução Normativa nº. 33/2012 do Tribunal de Contas – TCE/MT, em especial em seu art. 9º;

R E S O L V E:

Art. 1º. Delegar à servidora abaixo relacionada a responsabilidade pelo Sistema Administrativo de Comunicação Social, especialmente a publicação de atos oficiais, conforme segue:

NOME	MATRÍCULA
Dalira Pereira de Souza	10816

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 18 de abril de 2013.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:3E9E9A3F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 294/2013

DATA: 18 de abril de 2013

SÚMULA: Delega responsabilidade pelo Sistema Administrativo de Tecnologia da Informação ao servidor que menciona.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda os termos da Recomendação nº. 002/2013 da Unidade de Controle Interno, em obediência ao preconizado na Resolução Normativa nº. 33/2012 do Tribunal de Contas – TCE/MT, em especial em seu art. 9º;

R E S O L V E:

Art. 1º. Delegar ao servidor abaixo relacionado a responsabilidade pelo Sistema Administrativo de Tecnologia da Informação, conforme segue:

NOME	MATRÍCULA
Daniel José Sepi de Lima	7230

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 18 de abril de 2013.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:FDC837E9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 301/2013

DATA: 19 de abril de 2013

SÚMULA: Constitui Comissão de Sindicância destinada a apurar fatos ocorridos no CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL MONTEIRO LOBATO.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e especialmente o que dispõe o Artigo 211 da Lei nº 254/93, e,

Considerando expediente da Secretaria Municipal de Administração;

R E S O L V E:

Art. 1º. Constituir uma Comissão de Sindicância , composta pelos servidores: Marineide Oliveira Marques, Sara Cristina Priego dos Reis e Dileia Elcimar de Souza para, sob a presidência da primeira, apurarem os fatos ocorridos no CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL MONTEIRO LOBATO.

Art. 2º. Dar a Comissão o prazo de 30 (trinta) dias, para apresentação do relatório de todos os fatos apurados, conforme o que dispõe o art. 216 da Lei nº 254/93.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 19 de abril de 2013.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:37BFA8E9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 302/2013

DATA: 19 de abril de 2013

SÚMULA: Constitui Comissão de Sindicância destinada a apurar fatos ocorridos na ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA ARMANDO DIAS.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e especialmente o que dispõe o Artigo 211 da Lei nº 254/93, e,

Considerando expediente da Secretaria Municipal de Administração;

R E S O L V E:

Art. 1º. Constituir uma Comissão de Sindicância , composta pelos servidores: Marineide Oliveira Marques, Sara Cristina Priego dos Reis e Dileia Elcimar de Souza para, sob a presidência da primeira, apurarem os fatos ocorridos na ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA ARMANDO DIAS.

Art. 2º. Dar a Comissão o prazo de 30 (trinta) dias, para apresentação do relatório de todos os fatos apurados, conforme o que dispõe o art. 216 da Lei nº 254/93.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 19 de abril de 2013.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:5B897446

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 303/2013

DATA: 19 de abril de 2013

SÚMULA: Constitui Comissão de Sindicância destinada a apurar fatos ocorridos na ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA JURANDIR LIBERINO MESQUITA.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e especialmente o que dispõe o Artigo 211 da Lei nº 254/93, e,

Considerando expediente da Secretaria Municipal de Administração;

R E S O L V E:

Art. 1º. Constituir uma Comissão de Sindicância , composta pelos servidores: Marineide Oliveira Marques, Sara Cristina Priego dos Reis e Dileia Elcimar de Souza para, sob a presidência da primeira, apurarem os fatos ocorridos na ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA JURANDIR LIBERINO MESQUITA.

Art. 2º. Dar a Comissão o prazo de 30 (trinta) dias, para apresentação do relatório de todos os fatos apurados, conforme o que dispõe o art. 216 da Lei nº 254/93.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 19 de abril de 2013.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:3818BFB1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 304/2013

DATA: 19 de abril de 2013

SÚMULA: Constitui Comissão de Sindicância destinada a apurar fatos envolvendo a servidora MISS LENE DIAS.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e especialmente o que dispõe o Artigo 211 da Lei nº 254/93, e,

Considerando expediente da Secretaria Municipal de Administração;

R E S O L V E:

Art. 1º. Constituir uma Comissão de Sindicância , composta pelos servidores: Lisia Elen Ott, Joacyr de Jesus Oliveira e Luciana Rodrigues do Nascimento Toninato para, sob a presidência da primeira, apurarem os fatos envolvendo a servidora MISS LENE DIAS.

Art. 2º. Dar a Comissão o prazo de 30 (trinta) dias, para apresentação do relatório de todos os fatos apurados, conforme o que dispõe o art. 216 da Lei nº 254/93.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 19 de abril de 2013.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:CC5218AC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 305/2013

DATA: 19 de abril de 2013

SÚMULA: Constitui Comissão de Processo Administrativo destinada a apurar fatos e responsabilidades envolvendo o servidor ANTONIO CESAR GOMES DA SILVA.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e especialmente o que dispõe o art. 211 da Lei nº 254/93, e,

Considerando expediente da Secretaria Municipal de Administração;

R E S O L V E:

Art. 1º. Constituir uma Comissão de Processo Administrativo, composta pelos servidores: Raquel Lima Veras Mazocco, Fernando Aparecido Formaziere e Sueleide Carvalho Duarte Leão para, sob a presidência da primeira, apurar os fatos e responsabilidades envolvendo o servidor ANTONIO CESAR GOMES DA SILVA.

Art. 2º. Dar a Comissão o prazo de 90 (noventa) dias, para apresentação do relatório de todos os fatos apurados, conforme o que dispõe o art. 223, da Lei nº 254/93.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 19 de abril de 2013.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:8C6DBB20

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 306/2013

DATA: 19 de abril de 2013

SÚMULA: Constitui Comissão de Processo Administrativo destinada a apurar fatos e responsabilidades envolvendo a servidora FABIANE MARIA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e especialmente o que dispõe o art. 211 da Lei nº 254/93, e,

Considerando expediente da Secretaria Municipal de Administração;

R E S O L V E:

Art. 1º. Constituir uma Comissão de Processo Administrativo, composta pelos servidores: Rafael Martins Chaves, Marcia Terezinha da Silva e Leandra Oliveira Kaiser para, sob a presidência da primeira, apurar os fatos e responsabilidades envolvendo a servidora FABIANE MARIA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA.

Art. 2º. Dar a Comissão o prazo de 90 (noventa) dias, para apresentação do relatório de todos os fatos apurados, conforme o que dispõe o art. 223, da Lei nº 254/93.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 19 de abril de 2013.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:186B4B92

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 309/2013

DATA: 19 de abril de 2013

SÚMULA: Nomeia os membros da Comissão de Recebimento Definitivo de Obras.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear os membros da Comissão de Recebimento Definitivo de Obras, conforme segue:

I – Renato Grotto;
II – Eliani Disaró Fangueiro Pereira;
III – Júlio Henrique Verdu Garcia;
IV – Ítalo Guzzo Neto;
V- Raquel Soares dos Reis Mariano.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Feita as anotações, publique-se e afixe-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 19 de abril de 2013

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:72729087

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL N.º 002/2013

A COMISSÃO ELEITORAL ORGANIZADORA, no uso de suas atribuições legais, torna público a lista de candidatos cujas inscrições foram **DEFERIDAS** para o processo de escolha para membros titulares e suplentes do Conselho Tutelar do Município de Sinop/MT.
I – INSCRIÇÕES DEFERIDAS

Número de Inscrição	Nome do Candidato
1	Elineuda Lopes da Silva
2	Simone Vieira da Silva
3	Vanessa da Silva Gaudêncio
4	Paulo Cesar Alberici
5	Sandra Izolda Gomes Pereira
8	Celso Clarindo da Silva
9	André Carlos de Oliveira Filho
10	Helke da Silva Ferreira
11	Jéssica Santos Ortiz
12	Ana Paula Schultze
13	Adelson Leite Neto
14	Stphanie Karen Pereira dos Santos
16	Neuza Maria Barbosa Bertelli
17	Railda Moura dos Santos Beppler
18	Pedro Paulo de Mello
19	Wostton Marcos Moura
20	Elizangela Morais Mocelim
22	Cícero Gomes da Silva Junior
23	Alex Andrade Pio da Coasta
24	Daivid Rafael dos Santos Silva
25	Denise Barboza da Silva
26	Emília Maria Rodrigues da Rocha
28	Diego Rober Souza Borges
29	Pricila Camargo Rozeguini
30	Ana Carolina Danzer
31	ClaudeniceSchenatto
32	Rafaela CristhianeHoring
33	Aline Fernanda de Andrade
34	Juliana Cassia Ferreira Vieira
35	Juliano Oliveira Strege
36	Scheila Adriana de Noronha
37	Manoel Junior dos Reis
39	Dayanne BizerraMaccarini
40	Ademar Baldoinodos Santos
41	Daniane Camargo da Silva Haubert
42	Paulo César Moreira
43	MareniceEmiliana de Resende
44	Eder da Cruz
45	Yolene Joaquina Santana
48	Neiva Patucci Conti
50	Arilce Maria da Cruz
51	Bernadete Damasia da Silva
53	UrsulaEsqelsen
55	Margareth Durks
56	Solange Aparecida Vasconcelos
59	Vilmar da Silva Martins
60	Thiago dos Santos Richoppo
61	Lucimara Ribeiro da Silva
62	Paulina Andreza Carvalho Garção Sobral
63	Rafael Alves Pacheco
64	Reinaldo Maciel dos Santos
65	Eloísa de Souza Lima
66	Fabiola Souza Andreos
67	Uanderson Luiz Francisco da Silva
68	David Antônio Rodrigues de Sales
69	AdilvoSebold
71	Sérgio Menezes dos Santos
72	Janete Sueli Vargas Simm
74	Gedson Silva Mattos
76	Fabyane de Carvalho Rodrigues
77	Neri João Silva
78	Sueli Soares Tuski
79	José Wladimir Nascimento
80	Raquel Ayres Pereira
81	Josiane Pereira de Souza
82	RosimaraVivyianBlasius
83	Silvia Inês Kuhn
84	Nadia Lia Pavan
85	Adriana Rodrigues Vieira da Silva
86	Alesandra de Jesus Ferreira
87	Francielly Amanda Candido Natario
88	Marisangela dos Santos de Brito
89	Edson Ferrari
90	Dilma Alves Andrade
91	Rangel Pablo de Alencar Lima
92	Jaqueline Oliveira Lima
93	Ariene Ferreira Pedro
94	Renan Ogawa dos Santos
95	Gessika Caroline Silva
96	Sande Cardoso de Cardoso
97	Gisele dos Santos Alves
98	LiviaRissia dos Santos
99	Aline Ayres Pereira
100	Márcia Regina Correa Padovan
101	Danubia Silva Domingos Brandão
102	Rodrigo Januário de Moraes
104	Cleudemara dos Santos Velho Rocha
105	Tânia Andrade Guimarães
106	Karina da Silva Ferreira
107	Andreia Rosana de Deus
108	Idaiana Alves de Campos
109	Samilla Karin da Silva
110	Alexandro José Muller
111	Pedro Henrique Rodrigues Nascimento
112	Eveline GracieleRempel
113	Emerson Reis dos Santos
114	Danieli Gabriel
115	Helio Garcia Baptista
116	Willian Luiz de Andrade
117	ZelaineJeizibel Nogueira dos Santos
118	Pamela Pires de Souza Pinheiro
119	Chirley dos Santos Vieira

120	Andreia Rodrigues Walckholz
121	Valdir Ferreira da Silva
123	Thomas JulioGaliari
126	Nilda Debora da Silva Hentges
127	Vera Lucia de Fatima Fanti de Almeida
128	Rodolfo Rodrigues da Rocha
129	João Fernando Foliatti Canabarro
131	Vania Oliveira Borba
132	Rafael Vinicius Alencar de Lima
133	Liane ShimithLelis
134	Luana Mara Machado dos Santos
136	Égide Mônica Vieira
137	Maurilio Xavier Lopes
139	Celma Aparecida Blaschek
140	Laura Dockhorn Rodrigues
142	Jennifer da Conceição de Marco
143	Simone Aparecida da Silva
144	David Willian Pereira
145	Valeria Jaqueline dos Santos
146	Walterson Jones Oliveira
147	Mauricio Francisco Militão

Sinop/MT, 19 de abril de 2013.

THIAGO SILVA MENDES
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:D183F8BC

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL N.º 003/2013

A COMISSÃO ELEITORAL ORGANIZADORA, no uso de suas atribuições legais, torna público a lista de candidatos cujas inscrições foram **preliminarmente INDEFERIDAS** para o processo de escolha para membros titulares e suplentes do Conselho Tutelar do Município de Sinop/MT.

O candidato que teve sua inscrição preliminarmente indeferida deverá dirigir-se pesosalmente até a Casa dos Conselhos, prédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, situada na Rua das Aroeiras, 1.116, Centro para obter o motivo de seu indeferimento.

Conforme item 2.5 do Edital nº 01/2003, os candidatos abaixo arrolados disporão dos dias 22.04.2013 e 23.04.2013, conforme Anexo I do Edital nº 01/2013 para a interposição de recurso à Comissão Eleitoral Organizadora munido de todos os documentos comprobatórios.

I – INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

6	Valdirene dos Santos
7	ClaudemiroDreger
15	Nadia Vanessa Menezes Veras
21	Elton dos Santos Pereira
27	Pedro Balbino de Oliveira Filho
38	Leonardo LuisZakalhuk
46	Arlan Alves Damasceno
47	Jaqueline de Lima Medeiros
49	Vagner Rodrigues
52	Lurdes Eliane Dal Zot
54	Ednalva Marques Rodrigues
57	Luciene Pereira da Silva
58	Eliene Joseph Octave
70	Marcio Silva da Costa
73	EdilseGiachini
75	Daniel Schenfert
103	Josiane dos Santos Cassiano
122	Joselaine de Lima
124	Marcos Jose Colares Tavares
125	Luciana Rosa Basilio
130	IndianaraMaziero
135	Rosemar Pereira da Rocha Nain
138	Silvania Silva Apinages
141	Paulo Klock Neto

Sinop/MT, 19 de abril de 2013.

THIAGO SILVA MENDES
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:410A9246

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N°00217/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **MARIA CRISTINA COELHO**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Cargo: **MÉDICO CLÍNICO GERAL - temporário** Carga horária: **30 horas semanais**
Escolaridade: **3° grau completo**
Local de Trabalho: **Pronto Atendimento Municipal - PAM**
Remuneração Mensal: **R$ 5.470,60 (salário base, acrescido de até 100% produtividade, e insalubridade)**
Vigência: **01.03.2013** a **30.08.2013**
Dotação: **14.0.10.0.0.10.302.0034.2100 - Assistência e Desenvolvimento das Ações do Pronto Atendimento Municipal - PAM**
3.1.90.04.00 - Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 - Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 01.03.2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e MARIA CRISTINA COELHO**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:37CC15AD

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00225/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **FRANCISCO FEITOSA DE ALMEIDA**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado: n° **005/2012**
Cargo: **AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTRUTURA** Carga horária: **40 horas semanais**
Escolaridade: **Ensino Fundamental Completo**
Remuneração Mensal: **R$ 783,44(salário base)**
Vigência: **01.03.2013 a 30.08.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.361.0015.2055 - Ensino Fundamental - (Fundeb 40%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 01 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e FRANCISCO FEITOSA DE ALMEIDA**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:40DA8F8E

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00242/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **SEBASTIANA APARECIDA DA SILVA FLACH**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado: n° **005/2012**
Cargo: **AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTRUTURA** Carga horária: **40 horas semanais**
Escolaridade: **Ensino Fundamental Completo**
Remuneração Mensal: **R$ 783,44(salário base)**

Vigência: **05.03.2013 a 04.09.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.361.0015.2055 - Ensino Fundamental - (Fundeb 40%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 05 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e SEBASTIANA APARECIDA DA SILVA FLACH**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:AB2A95A3

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00226/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **LUCIA TRIQUES DA SILVA**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado: n° **005/2012**
Cargo: **AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTRUTURA** Carga horária: **40 horas semanais**
Escolaridade: **Ensino Fundamental Completo**
Remuneração Mensal: **R$ 783,44(salário base)**
Vigência: **01.03.2013 a 30.08.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.361.0015.2055 - Ensino Fundamental - (Fundeb 40%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 01 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e LUCIA TRIQUES DA SILVA**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:4A07B49B

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00246/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **ALESSANDRA GONCALVES DA CONCEICAO**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado: n° **005/2012**
Cargo: **AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTRUTURA** Carga horária: **40 horas semanais**
Escolaridade: **Ensino Fundamental Completo**
Remuneração Mensal: **R$ 783,44(salário base)**
Vigência: **08.03.2013 a 07.09.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.361.0015.2055 - Ensino Fundamental - (Fundeb 40%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 08 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e ALESSANDRA GONCALVES DA CONCEICAO**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:350E928B

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00247/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **ROZIRENE FERREIRA BARBOSA**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado: n° **005/2012**
Cargo: **AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTRUTURA** Carga horária: **40 horas semanais**
Escolaridade: **Ensino Fundamental Completo**
Remuneração Mensal: **R$ 783,44(salário base)**
Vigência: **08.03.2013 a 07.09.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.361.0015.2055 - Ensino Fundamental - (Fundeb 40%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 08 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e ROZIRENE FERREIRA BARBOSA**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:0A000718

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00249/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **ELIANA APARECIDA INACIO**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado: n° **005/2012**
Cargo: **AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTRUTURA** Carga horária: **40 horas semanais**
Escolaridade: **Ensino Fundamental Completo**
Remuneração Mensal: **R$ 783,44(salário base)**
Vigência: **11.03.2013 a 10.09.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.361.0015.2055 - Ensino Fundamental - (Fundeb 40%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 11 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e ELIANA APARECIDA INACIO**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:CB0EE87D

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00251/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **EDNA MARCIA DOS SANTOS**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado: n° **005/2012**
Cargo: **AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTRUTURA** Carga horária: **40 horas semanais**
Escolaridade: **Ensino Fundamental Completo**
Remuneração Mensal: **R$ 783,44(salário base)**
Vigência: **12.03.2013 a 11.09.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.361.0015.2055 - Ensino Fundamental - (Fundeb 40%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 12 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e EDNA MARCIA DOS SANTOS**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:C94154B6

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00252/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **ROSELEI GARCIA TEODORO**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado: n° **005/2012**
Cargo: **AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTRUTURA** Carga horária: **40 horas semanais**
Escolaridade: **Ensino Fundamental Completo**
Remuneração Mensal: **R$ 783,44(salário base)**
Vigência: **12.03.2013 a 11.09.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.361.0015.2055 - Ensino Fundamental - (Fundeb 40%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 12 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e ROSELEI GARCIA TEODORO**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:4E156F95

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00259/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **ADRIANA COPI RAMOS**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado: n° **005/2012**
Cargo: **AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTRUTURA** Carga horária: **40 horas semanais**
Escolaridade: **Ensino Fundamental Completo**
Remuneração Mensal: **R$ 783,44(salário base)**
Vigência: **14.03.2013 a 13.09.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.361.0015.2055 - Ensino Fundamental - (Fundeb 40%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 14 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e ADRIANA COPI RAMOS**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:4C93026C

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00260/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **INDYANA CAETANO FERREIRA DA SILVA**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado: n° **005/2012**
Cargo: **AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTRUTURA** Carga horária: **40 horas semanais**
Escolaridade: **Ensino Fundamental Completo**
Remuneração Mensal: **R$ 783,44(salário base)**
Vigência: **14.03.2013 a 13.09.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.361.0015.2055 - Ensino Fundamental - (Fundeb 40%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 14 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e INDYANA CAETANO FERREIRA DA SILVA**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:6B1B5904

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00261/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **ANGELINA FATIMA JEZUR**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado: n° **005/2012**
Cargo: **AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTRUTURA** Carga horária: **40 horas semanais**
Escolaridade: **Ensino Fundamental Completo**
Remuneração Mensal: **R$ 783,44(salário base)**
Vigência: **14.03.2013 a 13.09.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.361.0015.2055 - Ensino Fundamental - (Fundeb 40%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 14 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e ANGELINA FATIMA JEZUR**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:0522FE13

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00271/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **SOLANGE DREGER**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado: n° **005/2012**
Cargo: **AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTRUTURA** Carga horária: **40 horas semanais**
Escolaridade: **Ensino Fundamental Completo**
Remuneração Mensal: **R$ 783,44(salário base)**
Vigência: **22.03.2013 a 21.09.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.361.0015.2055 - Ensino Fundamental - (Fundeb 40%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 22 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e SOLANGE DREGER**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:9607FD43

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00272/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **ERICA SABRINA DOS SANTOS BARBOZA**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado: n° **005/2012**
Cargo: **AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTRUTURA** Carga horária: **40 horas semanais**
Escolaridade: **Ensino Fundamental Completo**

Remuneração Mensal: **R$ 783,44(salário base)**
Vigência: **22.03.2013 a 21.09.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.361.0015.2055 - Ensino Fundamental - (Fundeb 40%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 22 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e ERICA SABRINA DOS SANTOS BARBOZA**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:08006AE3

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00273/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **JESSICA MAYARA BABOSA**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado: n° **005/2012**
Cargo: **AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTRUTURA** Carga horária: **40 horas semanais**
Escolaridade: **Ensino Fundamental Completo**
Remuneração Mensal: **R$ 783,44(salário base)**
Vigência: **22.03.2013 a 21.09.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.361.0015.2055 - Ensino Fundamental - (Fundeb 40%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 22 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e JESSICA MAYARA BABOSA**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:B2131887

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00240/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **RUTH DA COSTA BATISTA SILVA**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado: n° **005/2012**
Cargo: **AUXILIAR DE NUTRICAO** Carga horária: **40 horas semanais**
Escolaridade: **Ensino Fundamental Completo**
Remuneração Mensal: **R$ 783,44(salário base)**
Vigência: **05.03.2013 a 04.09.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.361.0015.2055 - Ensino Fundamental - (Fundeb 40%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 05 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e RUTH DA COSTA BATISTA SILVA**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:876B333A

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00241/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **MARIA ROSA IUNG DA SILVA**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado: n° **005/2012**
Cargo: **AUXILIAR DE NUTRICAO** Carga horária: **40 horas semanais**
Escolaridade: **Ensino Fundamental Completo**
Remuneração Mensal: **R$ 783,44(salário base)**
Vigência: **05.03.2013 a 04.09.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.361.0015.2055 - Ensino Fundamental - (Fundeb 40%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 05 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e MARIA ROSA IUNG DA SILVA**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:3A99FC93

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00245/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **HELEN FERNANDA DA SILVA MACHADO**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado: n° **005/2012**
Cargo: **AUXILIAR DE NUTRICAO** Carga horária: **40 horas semanais**
Escolaridade: **Ensino Fundamental Completo**
Remuneração Mensal: **R$ 783,44(salário base)**
Vigência: **08.03.2013 a 07.09.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.361.0015.2055 - Ensino Fundamental - (Fundeb 40%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 08 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e HELEN FERNANDA DA SILVA MACHADO**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:6FC95C00

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00255/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **MIRIAN BEVENUTE GARDAS**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado: n° **005/2012**
Cargo: **AUXILIAR DE NUTRICAO** Carga horária: **40 horas semanais**
Escolaridade: **Ensino Fundamental Completo**
Remuneração Mensal: **R$ 783,44(salário base)**
Vigência: **14.03.2013 a 13.09.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.361.0015.2055 - Ensino Fundamental - (Fundeb 40%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 14 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e MIRIAN BEVENUTE GARDAS**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:E4E79178

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00256/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **LUCELIA DE SOUZA CORDASSO DA COSTA**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado: n° **005/2012**
Cargo: **AUXILIAR DE NUTRICAO** Carga horária: **40 horas semanais**
Escolaridade: **Ensino Fundamental Completo**
Remuneração Mensal: **R$ 783,44(salário base)**
Vigência: **14.03.2013 a 13.09.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.361.0015.2055 - Ensino Fundamental - (Fundeb 40%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 14 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e LUCELIA DE SOUZA CORDASSO DA COSTA**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:6C7789F7

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00257/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **KELLEY VANESSA FALKOSKI**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado: n° **005/2012**
Cargo: **AUXILIAR DE NUTRICAO** Carga horária: **40 horas semanais**
Escolaridade: **Ensino Fundamental Completo**
Remuneração Mensal: **R$ 783,44(salário base)**
Vigência: **14.03.2013 a 13.09.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.361.0015.2055 - Ensino Fundamental - (Fundeb 40%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 14 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e KELLEY VANESSA FALKOSKI**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:DBC5F973

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00258/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **NEUSA VIANA DOS SANTOS**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado: n° **005/2012**
Cargo: **AUXILIAR DE NUTRICAO** Carga horária: **40 horas semanais**
Escolaridade: **Ensino Fundamental Completo**
Remuneração Mensal: **R$ 783,44(salário base)**
Vigência: **14.03.2013 a 13.09.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.361.0015.2055 - Ensino Fundamental - (Fundeb 40%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 14 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e NEUSA VIANA DOS SANTOS**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:53A49980

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00227/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **JUVENAL ANTONIO DE SOUZA**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado: n° **005/2012**
Cargo: **MOTORISTA IV - temporário** Carga horária: **40 horas semanais**
Escolaridade: **Ensino Fundamental Completo**
Remuneração Mensal: **R$ 1.365,76 (salário base)**
Vigência: **01.03.2013 a 30.08.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.361.0015.2046 - Manutenção do Ensino Fundamental - (F.M.E.)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 01 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e JUVENAL ANTONIO DE SOUZA**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:F138B38D

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00262/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **ALCI VALTER BRAUN**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado: n° **005/2012**
Cargo: **MOTORISTA IV - temporário** Carga horária: **40 horas semanais**
Escolaridade: **Ensino Fundamental Completo**
Remuneração Mensal: **R$ 1.365,76 (salário base)**
Vigência: **15.03.2013 a 14.09.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.361.0015.2046 - Manutenção do Ensino Fundamental - (F.M.E.)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 15 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e ALCI VALTER**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:C3C6BCCE

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00229/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **NORANEUZA RODRIGUES LIMA**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado: n° **005/2012**
Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA** Carga horária: **30 horas semanais**
Escolaridade: **3° grau completo**

Remuneração Mensal: **R$ 1.638,93(salário base)**
Vigência: **02.03.2013 a 01.09.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.361.0015.2056 - Ensino Fundamental - (Fundeb 60%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 02 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e NORANEUZA RODRIGUES LIMA**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:708FED6D

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00234/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **KELY ELOIR DE CAMPOS SANTOS**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado: n° **005/2012**
Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA** Carga horária: **30 horas semanais**
Escolaridade: **3° grau completo**
Remuneração Mensal: **R$ 1.638,93(salário base)**
Vigência: **04.03.2013 a 03.09.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.361.0015.2056 - Ensino Fundamental - (Fundeb 60%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 04 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e KELY ELOIR DE CAMPOS SANTOS**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:3174E0CA

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00248/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **ELIZAMARA FEDERLE**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado: n° **005/2012**
Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA** Carga horária: **30 horas semanais**
Escolaridade: **3° grau completo**
Remuneração Mensal: **R$ 1.638,93(salário base)**
Vigência: **11.03.2013 a 10.09.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.361.0015.2056 - Ensino Fundamental - (Fundeb 60%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 11 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e ELIZAMARA FEDERLE**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:3C0D4B3D

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00250/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **ANA PAULA SCHAEDLER ZARTH**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado: n° **005/2012**
Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA** Carga horária: **30 horas semanais**
Escolaridade: **3° grau completo**
Remuneração Mensal: **R$ 1.638,93(salário base)**
Vigência: **12.03.2013 a 11.09.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.361.0015.2056 - Ensino Fundamental - (Fundeb 60%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 12 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e ANA PAULA SCHAEDLER ZARTH**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:C41535B8

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00253/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **LAUDICEIA LISBOA CORREA**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado: n° **005/2012**
Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA** Carga horária: **30 horas semanais**
Escolaridade: **3° grau completo**
Remuneração Mensal: **R$ 1.638,93(salário base)**
Vigência: **13.03.2013 a 12.09.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.361.0015.2056 - Ensino Fundamental - (Fundeb 60%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 13 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e LAUDICEIA LISBOA CORREA**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:18CEA1AA

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00254/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **ROZILDA SOARES VITOR SILVA**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado: n° **005/2012**
Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA** Carga horária: **30 horas semanais**
Escolaridade: **3° grau completo**
Remuneração Mensal: **R$ 1.638,93(salário base)**
Vigência: **13.03.2013 a 12.09.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.361.0015.2056 - Ensino Fundamental - (Fundeb 60%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 13 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e ROZILDA SOARES VITOR SILVA**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:3BC5B477

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00263/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **MARIA LOURDES DOS SANTOS**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado: n° **005/2012**
Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA** Carga horária: **30 horas semanais**
Escolaridade: **3° grau completo**
Remuneração Mensal: **R$ 1.638,93(salário base)**
Vigência: **18.03.2013 a 17.09.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.361.0015.2056 - Ensino Fundamental - (Fundeb 60%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 18 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e MARIA LOURDES DOS SANTOS**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:03505BD0

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00267/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **ANGELA MORAES BARBOSA**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado: n° **005/2012**
Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA** Carga horária: **30 horas semanais**
Escolaridade: **3° grau completo**
Remuneração Mensal: **R$ 1.638,93(salário base)**
Vigência: **21.03.2013 a 20.09.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.361.0015.2056 - Ensino Fundamental - (Fundeb 60%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 21 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e ANGELA MORAES BARBOSA**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:1BE4444A

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00270/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **SANDRA DO NASCIMENTO ARAUJO ALEXANDRIA**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado: n° **005/2012**
Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA** Carga horária: **30 horas semanais**
Escolaridade: **3° grau completo**
Remuneração Mensal: **R$ 1.638,93(salário base)**
Vigência: **22.03.2013 a 21.09.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.361.0015.2056 - Ensino Fundamental - (Fundeb 60%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 22 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e SANDRA DO NASCIMENTO ARAUJO ALEXANDRIA**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:20BE75A0

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00218/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **MARIA APARECIDA RODRIGUES**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado n°: **005/2012**
Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA** Carga horária: **40 horas semanais**
Escolaridade: **3º grau completo**
Remuneração Mensal: **R$ 2.185,23(salário base)**
Vigência: **01.03.2013 a 30.08.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.365.0015.2058 - Educação Infantil (Fundeb 60%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 01 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e MARIA APARECIDA RODRIGUES**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:7CA86848

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00219/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **KATIA DOS SANTOS SANTANA ZANATO**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado n°: **005/2012**
Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA** Carga horária: **40 horas semanais**
Escolaridade: **3º grau completo**
Remuneração Mensal: **R$ 2.185,23(salário base)**
Vigência: **01.03.2013 a 30.08.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.365.0015.2058 - Educação Infantil (Fundeb 60%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 01 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e KATIA DOS SANTOS SANTANA ZANATO**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:2F28EEE8

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00220/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **LUCIANI MARIA NERI DA SILVA**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado n°: **005/2012**

Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA** Carga horária: **40 horas semanais**
Escolaridade: **3º grau completo**
Remuneração Mensal: **R$ 2.185,23(salário base)**
Vigência: **01.03.2013 a 30.08.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.365.0015.2058 - Educação Infantil (Fundeb 60%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 01 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e LUCIANI MARIA NERI DA SILVA**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:87ADBEF3

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00221/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **JACQUELINE DE ALMEIDA ALVES**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado n°: **005/2012**
Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA** Carga horária: **40 horas semanais**
Escolaridade: **3º grau completo**
Remuneração Mensal: **R$ 2.185,23(salário base)**
Vigência: **01.03.2013 a 30.08.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.365.0015.2058 - Educação Infantil (Fundeb 60%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 01 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e JACQUELINE DE ALMEIDA ALVES**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:B6AF7DF3

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00222/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **LENIR GUEDES**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado n°: **005/2012**
Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA** Carga horária: **40 horas semanais**
Escolaridade: **3º grau completo**
Remuneração Mensal: **R$ 2.185,23(salário base)**
Vigência: **01.03.2013 a 30.08.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.365.0015.2058 - Educação Infantil (Fundeb 60%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 01 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e LENIR GUEDES**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:CA7F00B2

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00223/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **LUCIA GALESKI ZORNITTA**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado n°: **005/2012**
Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA** Carga horária: **40 horas semanais**
Escolaridade: **3º grau completo**
Remuneração Mensal: **R$ 2.185,23(salário base)**
Vigência: **01.03.2013 a 30.08.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.365.0015.2058 - Educação Infantil (Fundeb 60%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 01 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e LUCIA GALESKI ZORNITTA**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:1A98DABB

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00224/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **KATIANE ASMANN**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado n°: **005/2012**
Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA** Carga horária: **40 horas semanais**
Escolaridade: **3º grau completo**
Remuneração Mensal: **R$ 2.185,23(salário base)**
Vigência: **01.03.2013 a 30.08.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.365.0015.2058 - Educação Infantil (Fundeb 60%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 01 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e KATIANE ASMANN**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:91B95CEA

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00230/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **NILSELAINE FERREIRA RIBEIRO**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado n°: **005/2012**
Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA** Carga horária: **40 horas semanais**
Escolaridade: **3º grau completo**
Remuneração Mensal: **R$ 2.185,23(salário base)**
Vigência: **04.03.2013 a 03.09.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.365.0015.2058 - Educação Infantil (Fundeb 60%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 04 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e NILSELAINE FERREIRA RIBEIRO**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:E5DEB2F9

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00231/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **LAURA BEATRIZ DA SILVA BORGES**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado n°: **005/2012**
Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA** Carga horária: **40 horas semanais**
Escolaridade: **3º grau completo**
Remuneração Mensal: **R$ 2.185,23(salário base)**
Vigência: **04.03.2013 a 03.09.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.365.0015.2058 - Educação Infantil (Fundeb 60%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 04 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e LAURA BEATRIZ DA SILVA BORGES**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:AC874C77

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00232/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **ARACI OMIZZOLO PEREIRA ROSA**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado n°: **005/2012**
Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA** Carga horária: **40 horas semanais**
Escolaridade: **3º grau completo**
Remuneração Mensal: **R$ 2.185,23(salário base)**
Vigência: **04.03.2013 a 03.09.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.365.0015.2058 - Educação Infantil (Fundeb 60%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 04 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e ARACI OMIZZOLO PEREIRA ROSA**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:BEB0B396

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00233/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **ROSALBA BARCELO LOUREDO**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado n°: **005/2012**
Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA** Carga horária: **40 horas semanais**
Escolaridade: **3º grau completo**
Remuneração Mensal: **R$ 2.185,23(salário base)**
Vigência: **04.03.2013 a 03.09.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.365.0015.2058 - Educação Infantil (Fundeb 60%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 04 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e ROSALBA BARCELO LOUREDO**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:1B765643

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00235/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **SILENE CANDIDO DA SILVA**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado n°: **005/2012**
Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA** Carga horária: **40 horas semanais**
Escolaridade: **3º grau completo**
Remuneração Mensal: **R$ 2.185,23(salário base)**
Vigência: **05.03.2013 a 04.09.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.365.0015.2058 - Educação Infantil (Fundeb 60%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 05 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e SILENE CANDIDO DA SILVA**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:80B280F4

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00236/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **ROSANGELA RIBEIRO DE ARAUJO JESUS**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado n°: **005/2012**
Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA** Carga horária: **40 horas semanais**
Escolaridade: **3º grau completo**
Remuneração Mensal: **R$ 2.185,23(salário base)**
Vigência: **05.03.2013 a 04.09.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.365.0015.2058 - Educação Infantil (Fundeb 60%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 05 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e ROSANGELA RIBEIRO DE ARAUJO JESUS**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:34351112

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00237/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **ELIZETE POLETI DE OLIVEIRA**

Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado n°: **005/2012**
Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA** Carga horária: **40 horas semanais**
Escolaridade: **3º grau completo**
Remuneração Mensal: **R$ 2.185,23(salário base)**
Vigência: **05.03.2013 a 04.09.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.365.0015.2058 - Educação Infantil (Fundeb 60%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 05 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e ELIZETE POLETI DE OLIVEIRA**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:4CDE1DC1

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00238/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **CLARA EUGENIA SALTON**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado n°: **005/2012**
Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA** Carga horária: **40 horas semanais**
Escolaridade: **3º grau completo**
Remuneração Mensal: **R$ 2.185,23(salário base)**
Vigência: **05.03.2013 a 04.09.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.365.0015.2058 - Educação Infantil (Fundeb 60%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 05 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e CLARA EUGENIA SALTON**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:3EC6F216

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00239/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **ADRIANE DALLA VECCHIA**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado n°: **005/2012**
Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA** Carga horária: **40 horas semanais**
Escolaridade: **3º grau completo**
Remuneração Mensal: **R$ 2.185,23(salário base)**
Vigência: **05.03.2013 a 04.09.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.365.0015.2058 - Educação Infantil (Fundeb 60%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 05 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e ADRIANE DALLA VECCHIA**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:55DFDA8D

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00244/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **FRANCINEIDE DE SOUSA MIRANDA FERREIRA**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado n°: **005/2012**
Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA** Carga horária: **40 horas semanais**
Escolaridade: **3º grau completo**
Remuneração Mensal: **R$ 2.185,23(salário base)**
Vigência: **06.03.2013 a 05.09.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.365.0015.2058 - Educação Infantil (Fundeb 60%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 06 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e FRANCINEIDE DE SOUSA MIRANDA FERREIRA**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:363DFAC2

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00264/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **IVONETE RIBEIRO**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado n°: **005/2012**
Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA** Carga horária: **40 horas semanais**
Escolaridade: **3º grau completo**
Remuneração Mensal: **R$ 2.185,23(salário base)**
Vigência: **20.03.2013 a 19.09.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.365.0015.2058 - Educação Infantil (Fundeb 60%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 20 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e IVONETE RIBEIRO**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:0FA7E542

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00265/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **MARLENE ALMEIDA DE ARAUJO**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado n°: **005/2012**
Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA** Carga horária: **40 horas semanais**
Escolaridade: **3º grau completo**
Remuneração Mensal: **R$ 2.185,23(salário base)**
Vigência: **20.03.2013 a 19.09.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.365.0015.2058 - Educação Infantil (Fundeb 60%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais

Data da Assinatura**: 20 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e MARLENE ALMEIDA DE ARAUJO**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:D2915381

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00266/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **LAURETE MARIA DE SOUZA**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado n°: **005/2012**
Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA** Carga horária: **40 horas semanais**
Escolaridade: **3º grau completo**
Remuneração Mensal: **R$ 2.185,23(salário base)**
Vigência: **20.03.2013 a 19.09.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.365.0015.2058 - Educação Infantil (Fundeb 60%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 20 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e LAURETE MARIA DE SOUZA**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:83A5BB07

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00268/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **LUCIA MARIA DA SILVA**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado n°: **005/2012**
Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA** Carga horária: **40 horas semanais**
Escolaridade: **3º grau completo**
Remuneração Mensal: **R$ 2.185,23(salário base)**
Vigência: **22.03.2013 a 21.09.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.365.0015.2058 - Educação Infantil (Fundeb 60%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 22 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e LUCIA MARIA DA SILVA**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:34C701C5

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00269/2013.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado: **SOLANGE DA SILVA CAVALCANTE MOREIRA**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**
Processo Seletivo Simplificado n°: **005/2012**
Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA** Carga horária: **40 horas semanais**
Escolaridade: **3º grau completo**
Remuneração Mensal: **R$ 2.185,23(salário base)**
Vigência: **22.03.2013 a 21.09.2013**
Dotação: **11.0.20.0.0.12.365.0015.2058 - Educação Infantil (Fundeb 60%)**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outros benefícios previdenciários
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 22 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e SOLANGE DA SILVA CAVALCANTE MOREIRA**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:E00D8DDC

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO DO

PROGRAMA FEDERAL PROJOVEM URBANO N° **00228/2013.**
Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado **SANTINA RODRIGUES KOHLER**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011, para o *Programa Projovem Urbano* – Resolução CD/FNDE n° 60, de 09/11/2011.**
Cargo: **EDUCADOR DE ACOMP E ACOLH DE CRIANCAS - temporário** Carga horária: **40 horas semanais**
Remuneração Mensal: **R$ 741,08 (salário base)**
Vigência: **01.03.2013 a 10.02.2014**
Dotação: **11.0.10.0.0.12.366.0015.2049 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outras obrigações previdenciárias
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 01 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e SANTINA RODRIGUES KOHLER**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:E75F550F

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO DO

PROGRAMA FEDERAL PROJOVEM URBANO N° **00243/2013.**
Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**
Contratado **LUCIMAR FRITSCH DA SILVA**
Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011, para o *Programa Projovem Urbano* – Resolução CD/FNDE n° 60, de 09/11/2011.**
Cargo: **EDUCADOR DE ACOMP E ACOLH DE CRIANCAS - temporário** Carga horária: **40 horas semanais**
Remuneração Mensal: **R$ 741,08 (salário base)**
Vigência: **05.03.2013 a 10.02.2014**
Dotação: **11.0.10.0.0.12.366.0015.2049 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
3.1.90.05.00 – Outras obrigações previdenciárias
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Data da Assinatura**: 05 de Março de 2013**
Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e LUCIMAR FRITSCH DA SILVA**

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:23BD2411

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001/2013 DA CHAMADA PÚBLICA Nº001/2013 PARA SELEÇÃO DE TUTORES DO PROGRAMA PROINFO INTEGRADO/MEC/SME SINOP-MT

A Secretaria Municipal de Educação, através da Coordenadoria de Programas e Projetos e Núcleo Tecnológico Municipal *"Maria Tereza da Silveira Gava"*, no uso de suas atribuições, com o objetivo de dar maior transparência aos atos da Administração Pública;

Altera o item **"4.1",** que passa a vigorar com a seguinte redação:

"4.1. Dar-se-à mediante a demanda exposta na Tabela 01, observando a quantidade máxima de meses/pagamentos, conforme Tabela 02:

TABELA 02

CURSOS	*Qtde. máxima de meses/ pagamentos bolsas*	
Introdução à Educação Digital (IED) – 60 horas	*06 meses*	
Tecnologias na Educação: Ensinando e Aprendendo com as TIC (TIC) – 60 horas	*06 meses*	
Elaboração de Projetos: Projeto integrado de Tecnologia no Currículo (PITEC) – 40 horas	*04 meses no 1ºsem.*	*04 meses no 2º sem.*
Redes de Aprendizagem (RA) – 40 horas	*04 meses no 1ºsem.*	*04 meses no 2º sem."*

Sinop-MT, 19 de Abril de 2013.

RAIMUNDO HEDVALDO COSTA
Secretário Municipal de Educação

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal de Sinop

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:E69418F0

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 034/2013

O MUNICÍPIO DE SORRISO – MT, através da Pregoeira Oficial, torna público para o conhecimento dos interessados, que foram vencedoras do certame as empresas: **ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DE PREVENÇÃO ASSISTÊNCIA E REABILITAÇÃO DOS USUÁRIOS DE DROGAS - CNPJ N.º 08.644.920/0001-54, Item 1, Valor Total Anual R$ 1.152.000,00 / ROHDEN & REIS DE ARAUJO E SILVA LTDA - ME, CNPJ N.º 11.675.509/0001-50, Item 02, Valor Total Anual R$ 870.000,00 .**
Sorriso - MT, 19 de abril de 2013.

DANIELA MOSCON ZAMIGNAN PELIZON
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:9EC469DF

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

ASSESSORIA JURÍDICA
ERRATA DE PUBLICAÇÃO – EXTRATO DO CONTRATO Nº 00010000016/2013/ADM/2013

Errata de Publicação -CONTRATO Nº 00010000016/2013/ADM/2013- OVANDIR BATISTA & CIA LTDA-ME/ REFERENTE AO REAJUSTE DE PREÇOS DO CONTRATO Nº 016/ADM/2013-Publicado dia 17/04/2013 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Página 226. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através da Assessoria Jurídica, torna público a errata de publicação do contrato acima, nos seguintes termos: Onde se lê: R$ 18.059,18 Leia-se : R$ 16.894,06 , Onde se lê: 14/03/2013, Leia-se: 18/03/2013.

Publicado por:
Caruline Fernando Ribeiro
Código Identificador:4F172EA2

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EDITAL COMPLEMENTAR N°. 032/2013 - CONVOCAÇÃO SEMEC PROC SELETIVO 03/2012

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 032/2013

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 003/2012

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o presente edital para convocar os candidatos aprovados do Processo Seletivo n°. 003/2012, destinado ao preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Secretaria Municipal de Assistência Social.

1. Para que compareçam na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, situada a Avenida Brasil nº 376-E Centro, conforme abaixo relacionados para atribuição de aulas e/ou turmas e local de trabalho:

I - Dia 22/04 às 7h30:

CARGO: 578-ADI-AUX. DESEN. INFANTIL-LEI 126/07						
N°.	**INSC. N°.**	**NOME**	**PROVA DE TÍTULOS**	**PROVA OBJETIVA**	**TOTAL**	**RESULTADO**
54	197298	SOIARA DE ARAUJO DE OLIVIERA	17,00	27,50	44,50	CLASSIFICADO

2. Os candidatos acima relacionados deverão comparecer na Secretaria Municipal de Educação e Cultura - Departamento de Gestão de Pessoas situado à Avenida Brasil nº 376-E - Centro, nos dias 23/04/2013 e 24/04/2013 das 09:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 munidos com cópia e original dos documentos abaixo relacionados:
a) Comprovante de Escolaridade;
b) Atestado Pré-admissional (aptidão física e mental), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho;
c) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);
d) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;
e) Certidão de Reservista, (quando do sexo-masculino);
f) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);
g) Comprovante de residência;
h) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Cartão do PIS/PASEP;
i) Declaração de não acúmulo de cargo público;
j) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos, (se dependente);
k) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos, (se for o caso);
l) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos;
m) CPF dos filhos maiores de 14 anos;
n) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);
o) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;
p) Declaração de Imposto de Renda (ano base 2011);
q) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo a existência ou inexistência de Débitos municipais (Setor de Tributação);
r) Declaração de bens;
s) Declaração de parentesco conforme emenda a Lei Orgânica nº 068/2012;
t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 5 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;
u) Para os cargos da zona indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade na qual pretende trabalhar;

v) Declaração emitida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura que o candidato não foi penalizado pela prática de qualquer ato de inexecução contratual com o município, no ano letivo de 2012, conforme previsto no Edital de Abertura do Processo Seletivo nº 007/2011.

3. O prazo de apresentação segue o item 2 deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subseqüente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo referido deste edital.

4. Será desclassificado o candidato que:
a) – não comparecer na data estipulada;
b) – não apresentar a documentação exigida no item 2. do presente Edital;
c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 19 de Abril de 2013.

PROF. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA
Prefeito Municipal

JOSÉ PEREIRA FILHO
Secretário Municipal de Administração

JOSÉ JUNIOR PIMENTA DE SOUSA
Secretário Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Andrea Cristina Trentini
Código Identificador:31EB4250

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EDITAL COMPLEMENTAR 002/2013 - HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO 001/2013

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 001/2013

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Prof. Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO a homologação das inscrições do Processo Seletivo n°. 001/2013, destinado ao preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Saúde.

1 Divulgar a homologação das inscrições deferidas e indeferidas:

Inscrições deferidas:

CARGO: 510 - ASSISTENTE DE GESTÃO - FARMACIA POPULAR			
N°.	**N°. INSCRIÇÃO**	**NOME DO CANDIDATO**	
1	300666	BRUNA RAFAELA DE CASTRO	DEFERIDO
2	300998	CAIO FERNANDO GONCALVES NOVATO	DEFERIDO
3	300524	CELMIRA APARECIDA SCAMPARINI	DEFERIDO
4	300086	CRISTIANE DINNEBIER	DEFERIDO
5	300755	EDINEYA SALES DA SILVA	DEFERIDO
6	300074	EDMARCIO GOMES DA SILVA	DEFERIDO
7	300981	ELIANA MARIA DE CARVALHO ROSA	DEFERIDO
8	300560	ELIANE APARECIDA FLORENCIO	DEFERIDO
9	300351	ELISA FERNANDA DE ALMEIDA VIEIRA	DEFERIDO
10	301068	EUNICE VEIGA DA COSTA	DEFERIDO
11	300183	FATIMA PEREIRA DA SILVA	DEFERIDO
12	300479	IONARA PEREIRA BORGES SAMPAIO	DEFERIDO
13	301084	JANETE LOPES DA SILVA	DEFERIDO
14	000028	JAQUELINE PATRICIA DA SILVA	DEFERIDO
15	300866	JONES VENANCIO DA SILVA PAESANO	DEFERIDO
16	300845	KAROLINY SUSAN DE FRANÇA SILVA	DEFERIDO
17	300867	KETHNY CRISTINA DA SILVA FERREIRA	DEFERIDO
18	300138	LARISSA SANTOS GOMES	DEFERIDO
19	300702	LEANDRO DE CENA ARTUZO	DEFERIDO
20	301036	LEILA RAMOS BATISTA	DEFERIDO
21	300402	LOISANE REGINA AMES	DEFERIDO
22	300449	LUCIANE PEREIRA	DEFERIDO
23	300577	LUIS VALNEI DEL SANT	DEFERIDO
24	300924	LUIZ GUSTAVO FIGUEIREDO BRIDI	DEFERIDO
25	300350	MAGNO APARECIDO DOS SANTOS	DEFERIDO
26	300418	MAICON ALVES FRANCISCO	DEFERIDO
27	300261	MARIA ALINE FELIX MOTA	DEFERIDO
28	300345	MARIA APARECIDA DOS SANTOS COZER	DEFERIDO
29	301140	MICHELE MENDES DA SILVA	DEFERIDO
30	300237	NATALIA REIS SILVA	DEFERIDO
31	300894	NICOLLE MELISSA DE UNGARO SANTANA	DEFERIDO
32	300495	PAOLO PEGO OLIVEIRA	DEFERIDO
33	300487	PAULA DIAS GUIMARÃES	DEFERIDO
34	300384	PAULA SUELEN HONORATO DA SILVA	DEFERIDO
35	300397	REGIANE APARECIDA SOUZA ALMEIDA	DEFERIDO
36	301098	RENATA DIAS DE ALMEIDA	DEFERIDO
37	300312	ROSANGELA BETANIN SANTOS DA SILVA	DEFERIDO
38	300882	ROSIETE PEREIRA MENEZES	DEFERIDO
39	300294	ROSILEIA DA SILVA PAULA	DEFERIDO
40	301078	ROSINEIA ALVES JARDIM	DEFERIDO
41	301053	SELMA APARECIDA SMITH	DEFERIDO
42	300340	TASSIA MAYARA MOTTA BARBOSA	DEFERIDO
43	300486	VERA LUCIA FIGUEIREDO	DEFERIDO
44	300246	ZULEMA SALETE DENGO	DEFERIDO

CARGO: 511 - AUXILIAR DE GESTÃO - FARMACIA POPULAR			
N°.	**N°. INSCRIÇÃO**	**NOME DO CANDIDATO**	
1	300570	ADOLFO LUCAS AGENOR DOS SANTOS	DEFERIDO
2	301147	ADRIANA MARTINS DE MORAES	DEFERIDO
3	300929	ADRIELLE CRISTINE GUTJAHR ROSA	DEFERIDO
4	300784	ADRYEW TENUTES CAMARGO DA SILVA	DEFERIDO
5	300187	ALANA FLORES DOS SANTOS	DEFERIDO
6	300236	ALENICE GOMES CLARINDO COELHO	DEFERIDO
7	301023	ALESSANDRA DA SILVA CAVALCANTE	DEFERIDO
8	300705	ALINE MACHADO DE SOUZA	DEFERIDO
9	300862	ALINE MENDES DE SOUZA	DEFERIDO
10	300700	ALTAYSIA GRAZIELLA DE SOUZA FERREIRA	DEFERIDO
11	300161	ALZEMARY ANDREIA CUSTODIO DA COSTA	DEFERIDO
12	300035	ANA MARIA BEZERRA FERREIRA	DEFERIDO
13	300832	ANDERSON ROQUE CORREIA	DEFERIDO
14	300148	ANDREIA DOS SANTOS	DEFERIDO
15	301119	ANDREIA GOULART RODRIGUES	DEFERIDO
16	300192	ANGELA DA SILVA APOLINARIO	DEFERIDO
17	300736	ANGELITA SONEGO	DEFERIDO
18	301018	ANGELO LAURINDO GOMES	DEFERIDO
19	300052	ARLETE APARECIDA SAMPAIO	DEFERIDO
20	301005	ARMANDO CARLOS RIZO FILHO	DEFERIDO
21	300754	BENEDITA VALERIANA DA CRUZ	DEFERIDO
22	300715	BIANCA JARDIM GARCIA	DEFERIDO
23	300278	BILMA ALGARANHA CESARI	DEFERIDO
24	300348	BRUNA DE ALENCAR GONÇALVES	DEFERIDO
25	300781	BRUNA DE SOUZA RAMOS BARROS	DEFERIDO
26	300721	BRUNA MARIA NUNES RODRIGUES	DEFERIDO
27	300130	BRUNO PEREIRA NASCIMENTO	DEFERIDO
28	300410	CAMILA CRISTINA FERREIRA DA SILVA	DEFERIDO
29	300066	CARLA AUGUSTA DA SILVA	DEFERIDO
30	300302	CARLA FERNANDA TOLOI FERREIRA	DEFERIDO
31	300760	CARLOS EDUARDO B. ABELHA	DEFERIDO
32	300299	CAROLINA HONORATO	DEFERIDO
33	300025	CATIANE SCOTINI DO NASCIMENTO	DEFERIDO
34	300366	CINTIA DE SOUSA ARQUELHO	DEFERIDO
35	300372	CLARICE MEURER	DEFERIDO
36	300289	CLAUDIA DA PAZ TOMASI	DEFERIDO
37	300335	CLAUDIA OHANA DE SOUZA	DEFERIDO
38	301017	CLAUDINEIA GOMES DA ROCHA	DEFERIDO
39	301135	CLAUDINEIA MARCELA DE SOUZA	DEFERIDO
40	300389	CLEIDE PEREIRA DE SOUZA	DEFERIDO
41	300259	CLEONICE AMARAL DO NASCIMENTO	DEFERIDO
42	300342	CRISTIANA KAGUEIAMA	DEFERIDO
43	300601	CRISTINA COSTA BENTO	DEFERIDO
44	300042	DAIANA MOREIRA MARTINS	DEFERIDO
45	300359	DAIANE DE OLIVEIRA GONÇALVES	DEFERIDO
46	300686	DAIZE FERREIRA VIDAL DE SOUZA	DEFERIDO
47	300426	DANIELLE GOMES DA SILVA	DEFERIDO
48	300079	DÁRIO DOUGLAS DA SILVA	DEFERIDO
49	300160	DAYANE MAYARA SANTOS	DEFERIDO
50	301002	DEBORA DUARTE DOS SANTOS	DEFERIDO
51	300085	DEBORA DUARTE MENDES	DEFERIDO
52	300602	DEBORA EVELIN PIRES CINTRA	DEFERIDO
53	301062	DEJANIRA ALVES PEREIRA	DEFERIDO
54	300953	DEOCLECIANO BATISTA DE SOUZA	DEFERIDO
55	300478	DIONE CAMILO DANTAS	DEFERIDO
56	300363	DIVINA NATALICE FERNANDES MARTINS	DEFERIDO
57	300165	DOUGLAS DA SILVA	DEFERIDO
58	301130	ÉDISON ROQUE CORREIA	DEFERIDO
59	300011	EDNA MARIA DOS SANTOS	DEFERIDO
60	300171	EDNA ROGERIA DE ALMEIDA	DEFERIDO
61	300101	EDUARDO BROCK	DEFERIDO
62	301000	ELIANE APARECIDA DE ALMEIDA	DEFERIDO
63	300708	ELIANE SILVA BRITO	DEFERIDO
64	300185	ELIENE DA SILVA DEODATO	DEFERIDO
65	300318	ELISANDRA RODRIGUES DE QUEIROS	DEFERIDO
66	300939	ELISANGELA DOS SANTOS I	DEFERIDO
67	300141	ELISANGELA PIRES	DEFERIDO
68	300326	ELISANGELA VIEIRA FERREIRA	DEFERIDO
69	301020	ELIZANGELA CAVALCANTE DOS SANTOS	DEFERIDO

70	300088	EVELYN DAYANE DE OLIVEIRA	DEFERIDO
71	300657	EVENILTON DIAS DE SOUZA	DEFERIDO
72	300377	FABIA HELENA SILVA DA RESSURREICAO	DEFERIDO
73	300096	FABIANA CRISTINA DOS SANTOS	DEFERIDO
74	300004	FABIANA DUARTE FELISBERTO	DEFERIDO
75	300477	FABILLA FERREIRA ARAUJO	DEFERIDO
76	300706	FRANCI LIDIA MOURA DANTAS	DEFERIDO
77	300872	FRANCIELE SEDANO DE PONTES	DEFERIDO
78	300516	GEISEBEL CAMARGO DOS SANTOS	DEFERIDO
79	300112	GEISIMARA LIMA DE ARRUDA	DEFERIDO
80	301141	GEISLI FERNANDES DOS SANTOS	DEFERIDO
81	300539	GESLAINE RIBEIRO DE SOUZA	DEFERIDO
82	300816	GICELE FERREIRA DA ROCHA VENTURA	DEFERIDO
83	300083	GILMAR CABRAL DE OLIVEIRA	DEFERIDO
84	300075	GIOVAN PADILHA DA SILVA COSTA	DEFERIDO
85	300382	GISLAINE FORTUNATO	DEFERIDO
86	300314	GUILHERME DIAS SOARES	DEFERIDO
87	300564	HÉRICA CRISTINA PEREIRA	DEFERIDO
88	300683	IVANIR RODRIGUES	DEFERIDO
89	300313	IVONETE MELO LIMA RODRIGUES COSTA	DEFERIDO
90	300087	IZANETE SILVA SANTOS	DEFERIDO
91	300840	IZETE SILVA	DEFERIDO
92	300145	JADINA SUELIN THEISEN	DEFERIDO
93	300731	JAIR PAZ	DEFERIDO
94	300951	JANAINA FERNANDES DE OLIVEIRA	DEFERIDO
95	300323	JANAINA SOUZA CRUZ	DEFERIDO
96	300008	JEISYLA PRYSCILLA SANTOS RODRIGUES DE BERNARDES	DEFERIDO
97	300016	JESSICA MACIEL COSTA	DEFERIDO
98	300974	JESSICA ROSA ORLANDO DE MORAIS	DEFERIDO
99	300712	JÉSSICA TÂMILA GONÇALVES	DEFERIDO
100	300009	JEYSE MAYRA DE SIMIÃO MATIAS	DEFERIDO
101	301115	JHANIFER COSTA LOPES	DEFERIDO
102	300771	JOSE CARLOS FABIANO JUNIOR	DEFERIDO
103	300460	JOSE DE OLIVEIRA NETO	DEFERIDO
104	300805	JOSE RIBAMAR DE SOUSA FILHO	DEFERIDO
105	300453	JOSÉ SILVIO GOMES LIMA	DEFERIDO
106	300053	JOSELIA ANTUNES DE FRANÃA	DEFERIDO
107	300173	JOYCE MARA DOS SANTOS LIMA	DEFERIDO
108	000029	JULIANA DUARTE FELISBERTO	DEFERIDO
109	300188	JULIANA LIMA FERNANDES PEREIRA	DEFERIDO
110	300129	JUNIOR PEREIRA DE ARAUJO	DEFERIDO
111	300062	KARINE FERREIRA PEDROSA	DEFERIDO
112	300639	KASSIA GLAZYELE SERRANO DALLA ROSA	DEFERIDO
113	300213	LEANDRO VIEIRA DE MELO	DEFERIDO
114	300995	LEIDIANE RAMOS DE MELO	DEFERIDO
115	300238	LEONORA NICACIA MOREIRA TEIXEIRA	DEFERIDO
116	300779	LETICIA DA SILVA SOUZA	DEFERIDO
117	300548	LUAM ROBSON ALENCAR OLIVEIRA	DEFERIDO
118	301060	LUANA CARDOSO NUNES	DEFERIDO
119	300615	LUCAS SANTOS DE ALMEIDA	DEFERIDO
120	300856	LUCINEIA BENA	DEFERIDO
121	300036	LUZIA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA	DEFERIDO
122	300758	MAGNUM DE FIGUEIREDO MARISCO	DEFERIDO
123	300059	MANUELA RODRIGUES ALVES	DEFERIDO
124	300704	MARCELA MENDES BORGES	DEFERIDO
125	300248	MARCIA DEL BEL	DEFERIDO
126	300826	MARCIA LEITE PORFIRIO	DEFERIDO
127	300324	MARCOS ANTONIO VIEIRA DA COSTA	DEFERIDO
128	300272	MARIA APARECIDA DOS SANTOS ARANTES	DEFERIDO
129	300464	MARIA DE FßTIMA RODRIGUES	DEFERIDO
130	300184	MARIA DE LOURDES PEREIRA DA SILVA	DEFERIDO
131	301061	MARIA EUNICE DIAS DA SILVA	DEFERIDO
132	300102	MARIA MADALENA DA SILVA	DEFERIDO
133	300150	MARIA MADALENA DA SILVA DIAS	DEFERIDO
134	300180	MARIA MARGARIDA DE ALENCAR GONÇALVES	DEFERIDO
135	300798	MARIA ZILDA NETO DE SOUZA	DEFERIDO
136	300777	MARIANA RODRIGUES PEREIRA	DEFERIDO
137	300698	MARILIA GABRIELA DE FIGUEIREDO MARISCO	DEFERIDO
138	301097	MARILZA DE QUEIROZ CALAZANS	DEFERIDO
139	300234	MARIVONE FERREIRA BERTOLDO	DEFERIDO
140	301047	MARIZETE DEOLIVEIRA SOARES	DEFERIDO
141	300355	MARTA LUCAS DOS SANTOS DE SOUZA	DEFERIDO
142	300455	MATHEUS HENRIQUE PADILHA DE ALMEIDA	DEFERIDO
143	301104	MAURICIO DA SILVA	DEFERIDO
144	300391	MAYARA ZUCCHETTO	DEFERIDO
145	300473	MAYNARA CRISLEY DE SOUZA ANDRADE	DEFERIDO
146	300724	MELAYNE APARECIDA ABATI GOMES	DEFERIDO
147	300606	MICAELLE LIMA DIAS DA SILVA	DEFERIDO
148	300015	MILCA NALINI DA SILVA	DEFERIDO
149	300408	MIRIAN FRANCIELI DOS SANTOS	DEFERIDO
150	300358	MONICA APARECIDA BURGOS ALEXANDRE PINTO	DEFERIDO
151	300223	MÔNICA DOS REIS GUIMARÃES	DEFERIDO
152	300263	NAIR DE SOUZA PUHL	DEFERIDO
153	300021	NATALIE CRISTINA RIBEIRO DE MACEDO	DEFERIDO
154	301006	NATHALIA SZIMANSKI TOLEDO	DEFERIDO
155	300018	NEIDE VIEIRA DA SILVA	DEFERIDO
156	300921	NEUSELI BARBOSA DE SOUZA	DEFERIDO
157	300922	NILSIMAR FERREIRA	DEFERIDO
158	300281	NILVANIA CRISTINA DOS REIS	DEFERIDO
159	300073	NOEMI CRISTINA DE LIMA BARBOSA	DEFERIDO
160	300001	NÚBIA CAROLINE MARTINS	DEFERIDO
161	300972	PATRICIA CARLA PALADINO	DEFERIDO
162	300699	PATRICIA DE UNGARO SANTANA	DEFERIDO
163	300320	PATRICIA MENDES DOS SANTOS AZEVEDO	DEFERIDO
164	300750	PAULO ROBERTO DE JESUS SANTOS	DEFERIDO
165	300860	PRISCILA LANDIN LEDIS	DEFERIDO
166	300157	PRISCILA RIBEIRO DE FARIAS	DEFERIDO
167	300644	PRISCILA SOUZA DE OLIVEIRA	DEFERIDO
168	300361	RAFAELA MARCOLINO GOMES	DEFERIDO
169	300549	RAYRA GASPARINE CASSIA	DEFERIDO
170	300256	REGIANE EUGENIO	DEFERIDO
171	000013	REGIMAR MOREIRA DA COSTA	DEFERIDO
172	300827	REGINALDO DE OLIVEIRA FERREIRA	DEFERIDO
173	300265	REGINALDO GOMES DE AMORIM	DEFERIDO
174	300341	REINALDO DA SILVA DUARTE	DEFERIDO
175	300792	RENAN ALVES PEREIRA	DEFERIDO
176	300142	RENATA CRISTINA FARIA	DEFERIDO
177	300803	RENATA INOMATA	DEFERIDO
178	300034	REYTTER VIEIRA DE FREITAS	DEFERIDO
179	300772	ROBSON MACHADO	DEFERIDO
180	300216	RODRIGO APARECIDO DE ALMEIDA	DEFERIDO
181	301096	ROGER SERVILHA PEREIRA	DEFERIDO
182	300787	ROSANGELA VITORINO DA SILVA	DEFERIDO
183	300002	ROSICLÉIA GONÇALVES DE SOUZA	DEFERIDO
184	300823	ROSILENE FREITAS DE SOUZA	DEFERIDO
185	300491	ROSIRAN DE LIMA DOS SANTOS	DEFERIDO
186	300519	SANDRA NATALI MARCELINO	DEFERIDO
187	300349	SANDRA SUEIDE SEVERINO MARTINS	DEFERIDO
188	300084	SIMONE AUXILIADORA SOBRINHO	DEFERIDO
189	300058	SIMONE DOS SANTOS ARANTES	DEFERIDO
190	300250	SIRENE ANDRADE DE SOUZA	DEFERIDO
191	300530	SIRLEI NOGUEIRA LOPES	DEFERIDO
192	300727	SIRLENE VIEIRA DA SILVA	DEFERIDO
193	300327	SOLANGE MOREIRA DOS SANTOS	DEFERIDO
194	300958	SOLANGE PEREIRA COUTO	DEFERIDO
195	300537	TACYANE NOGUEIRA RAMOS DE SOUZA	DEFERIDO
196	300140	TALYTHA BEZERRA PAIVA GONÇALVES	DEFERIDO
197	300275	THAIS CUNHA OLIVEIRA	DEFERIDO
198	300696	THALIS RODRIGUES DA SILVA	DEFERIDO
199	300151	THIAGO FAGUNDES DE SOUZA	DEFERIDO
200	300843	ULIENE DA SILVA	DEFERIDO
201	300952	VALDILEINE DIAS DA SILVA	DEFERIDO
202	300467	VANAIDE AZEVEDO DE SOUZA	DEFERIDO
203	300254	VANILDA APARECIDA DA SILVA	DEFERIDO
204	300444	VERA LUCIA WEBER	DEFERIDO
205	300613	WAGNER LUIZ FAQUINETI	DEFERIDO
206	300452	WANDERSON HELDER DE LIMA SILVA	DEFERIDO
207	300123	WÉLVIS CLEITON DA SILVA MELO	DEFERIDO
208	300337	WESLEY FERNANDES DA COSTA ROCHA	DEFERIDO
209	300854	WISLAINE CRISTINA DA SILVA	DEFERIDO
210	300780	YALLEN SANTANA PESSOA	DEFERIDO

CARGO: 705 - COZINHEIRA - LEI 3340/2010

Nº.	Nº. INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	
1	300503	ANDREIA RITA DE OLIVEIRA SANTOS	DEFERIDO
2	300825	DALVINA MELATO	DEFERIDO
3	300131	DILMA ALVES DOS SANTOS	DEFERIDO
4	300104	EDILEUZA GOMES DA SILVA	DEFERIDO
5	301133	GILDA BELTRAO DA SILVA	DEFERIDO
6	300806	MARIA AMELIA CARDOSO BARBOSA SKITTBERG	DEFERIDO
7	301127	SOLANGE SIMÊO XAVIER	DEFERIDO

CARGO: 712 - COZINHEIRA - SAMU

Nº.	Nº. INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	
1	300381	ADRIANA DOS SANTOS AGUILAR	DEFERIDO
2	300631	ANTONIA DE FATIMA MOREIRA	DEFERIDO
3	300979	DOLORES MARIA DA SILVA FERNANDES	DEFERIDO
4	301121	EDILEIA PINHO DE CASTRO	DEFERIDO
5	300354	FRANCISCA VALDENICE BEZERRA COSTA	DEFERIDO
6	300768	JAKELINA SCOTINI	DEFERIDO
7	300330	LEILA FRANCISCA DE LIMA	DEFERIDO
8	000014	MARCIA SIMOES BARBOSA	DEFERIDO
9	300352	MARIA FRANCISCA VIEIRA	DEFERIDO
10	300718	MARIA GUALBERTO DA SILVA	DEFERIDO
11	300558	MARIZA ARAÚJO SOARES	DEFERIDO
12	300484	MARLENE GOMES	DEFERIDO
13	300284	MARLENE MACHADO DA SILVA	DEFERIDO
14	301037	OBEDES FERREIRA DE CAMPOS	DEFERIDO
15	300468	ROSA PIRES MOURA	DEFERIDO
16	300887	ROSILENE DE JESUS PATRICIA	DEFERIDO
17	300714	SENHORINHA BOURET DE MATOS	DEFERIDO
18	300563	SILVANIA FERREIRA RAIA	DEFERIDO
19	300191	VALDIRENE PAIVA MIRANDA	DEFERIDO
20	300574	VERA BATISTA DE LIMA	DEFERIDO

CARGO: 708 - ENFERMEIRO - SAMU

Nº.	Nº. INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	
1	300875	ALANDA LUCIANA OLIVEIRA NOVAES	DEFERIDO
2	301065	ALESSANDRA OSTETTI SANCHES	DEFERIDO

3	300431	ALESSANDRO JUSTINO FERREIRA	DEFERIDO
4	300212	ALICE CRISTINA BAGGIO	DEFERIDO
5	300692	ALINE MARCOLINO TEODORO	DEFERIDO
6	300322	ALINNE MARTINS CONSERVA	DEFERIDO
7	300007	AMANDA DOS SANTOS BERNARDES	DEFERIDO
8	300274	ANDERSON LINS FERREIRA FORMIGHIERI	DEFERIDO
9	300583	ANDREIA SOARES DOS SANTOS	DEFERIDO
10	300407	ANDRESA CRISTINA GNOATTO	DEFERIDO
11	300069	ANGÉLICA MARQUES SENTURION	DEFERIDO
12	300125	ANTONIA ODENIVIA PEREIRA SOARES	DEFERIDO
13	300463	ARIELLI MARTINS WASSELAI	DEFERIDO
14	300153	CAMILA OLIVEIRA DOS PASSOS	DEFERIDO
15	300582	CAMILLA YASMYNE DOMINGUES MONTANI	DEFERIDO
16	300911	CARLOS EDUARDO SCAGLIA ROSA	DEFERIDO
17	300022	CLARICE LUIZA SILVA DE LIMA	DEFERIDO
18	301093	CRISTINA SANTOS PEREIRA	DEFERIDO
19	300110	CRISTYANE APARECIDA COSTA BAEZ	DEFERIDO
20	300722	DAIANE RIBEIRO FERREIRA	DEFERIDO
21	300012	DANIELA PARDIM BELLAVER	DEFERIDO
22	301139	DANIELA STIVAL MACHADO	DEFERIDO
23	300024	DANIELLE JOST STRALIOTTO	DEFERIDO
24	301094	DANILA PEQUENO SANTANA	DEFERIDO
25	300604	DAYANA DE SOUSA SILVA	DEFERIDO
26	300800	DEBORA DOS SANTOS	DEFERIDO
27	300496	DEBORAH CRISTINA VENEZIANO	DEFERIDO
28	300931	DIENEFER JAQUELINE MAGALHAES FEIX	DEFERIDO
29	300208	DILMA CANAVERDE DE AMORIM	DEFERIDO
30	300776	EDY CARLOS SANTOS DE SOUZA	DEFERIDO
31	300709	ELAINE CRISTINA OENNING LUZ	DEFERIDO
32	301090	ELIZÂNGELA MARA SIKÓRA	DEFERIDO
33	300325	ESLAINE DIAS DOS SANTOS	DEFERIDO
34	300362	ESTEFANIA CONCEIÇÃO CARMO SOUSA	DEFERIDO
35	300454	FABIANE DA CRUZ ALBARELLO	DEFERIDO
36	300690	FERNANDA PEREIRA DE ANDRADE	DEFERIDO
37	300841	FRANCIELE LEONILDA DELGADO	DEFERIDO
38	300904	GISELE CRISTIANE FERREIRA LIMA	DEFERIDO
39	300367	GLEYCIELLE ALMEIDA MARQUES	DEFERIDO
40	300347	GRASIELE CRISTINA LUCIETTO	DEFERIDO
41	300143	GRASIELE MATUCHAKE REZENDE	DEFERIDO
42	300725	GRAZIELLE GOMES FARIA	DEFERIDO
43	300746	HALLYNE LESSA	DEFERIDO
44	300026	HANDRESSA BATISTA DA SILVA LOPES	DEFERIDO
45	300393	HUMBERTO FERNANDES DUARTE	DEFERIDO
46	301134	ISABELA CAROLINE SANCHES MIGUEL	DEFERIDO
47	301003	IVENS DIEGO MAGALHÃES PINHEIRO RABELLO	DEFERIDO
48	300398	JACKELINE LAZOREK SALDANHA DA SILVA	DEFERIDO
49	300612	JAQUELINE COSTA	DEFERIDO
50	300815	JELLY ANE DE SOUZA RAMOS BARROS	DEFERIDO
51	300934	JENNIFER DA COSTA SOUZA	DEFERIDO
52	300989	JÉSSICA ROSA MENDONÇA	DEFERIDO
53	300824	JORCILENE JOSÉ ALCÂNTARA SILVA	DEFERIDO
54	300163	JUAREZ COIMBRA ORMONDE JUNIOR	DEFERIDO
55	300870	JUSCILENE GONÇALVES SILVA CAVALCANTI	DEFERIDO
56	301051	KARINA CÁRMEN FIGUEROA LANDIM	DEFERIDO
57	300221	KATIANE MARTINES DA SILVA	DEFERIDO
58	300336	LAURIANA STASIAK	DEFERIDO
59	300940	LORENA KAUHANY COSTA SANTOS	DEFERIDO
60	300373	LUCIANA RODRIGUES FINOTTO	DEFERIDO
61	300556	LUCIANO BATISTA DOS SANTOS	DEFERIDO
62	300338	LUCIENE CARLOS VIEIRA DUARTE	DEFERIDO
63	300080	LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO	DEFERIDO
64	300077	LUIZA ALEIXO ALBERTIN	DEFERIDO
65	300884	MARCIANI KONRAD	DEFERIDO
66	300938	MARCIO DA SILVA LEITE	DEFERIDO
67	300375	MARIANE MATUCHAKI	DEFERIDO
68	300241	MARICEIA MACHADO DOS SANTOS	DEFERIDO
69	300321	MARILENE SILVA NASCIMENTO	DEFERIDO
70	300134	MERIELLE APARECIDA CUSTODIO	DEFERIDO
71	300752	MERIELLY CRISTINA NANTES	DEFERIDO
72	300178	MICHELE BECKER MAYER	DEFERIDO
73	300413	NEVAIR APARECIDA ALVES GUIA DE FREITAS	DEFERIDO
74	300422	NUBIA DE ARAUJO CARDOSO	DEFERIDO
75	300821	ORLANDINA VICENTE PROENÇA DE BARROS	DEFERIDO
76	300512	PAOLA MARQUES DA COSTA SANTOS	DEFERIDO
77	300344	PRISCILA AGUIAR MENDES	DEFERIDO
78	300680	PRISCILA APARECIDA BIROLI DA SILVA	DEFERIDO
79	300206	RAFAELA DE LAURA SANTOS OLIVEIRA	DEFERIDO
80	300799	RAQUEL JORGE CABRAL	DEFERIDO
81	300158	RAQUIEL NAIELE RAMOS FELIPE	DEFERIDO
82	300357	REGIANE DE OLIVEIRA LIMA	DEFERIDO
83	300152	REILLY PEREIRA MELO	DEFERIDO
84	300600	RITA DE CASSIA ALVES PESSOA BENTO	DEFERIDO
85	300430	ROMULO CEZAR RIBEIRO DA SILVA	DEFERIDO
86	300343	RONDINELE AMARAL DA SILVA	DEFERIDO
87	300713	SCHARLENE DE SOUZA RODRIGUES	DEFERIDO
88	300028	SELMA ARAUJO DANTAS	DEFERIDO
89	300257	SILVIA SOARES DOS SANTOS	DEFERIDO
90	300156	SIMONE APARECIDA BEITUM	DEFERIDO
91	300893	SONIA CRISTINA RODRIGUES RISSI	DEFERIDO
92	300189	SONIA VALADARES DOS SANTOS	DEFERIDO
93	301114	SUEYD SZIMANSKI SILVA	DEFERIDO
94	300276	SUSANNE AMORIM SANTANA	DEFERIDO
95	300695	TAMARA FERNANDA CRISPIM FERREIRA	DEFERIDO
96	000024	THIAGO TAGLIACOZZI	DEFERIDO
97	300456	VANESSA FERREIRA FAUSTINO	DEFERIDO
98	300909	VANESSSA MALACRIDA DE MORAIS	DEFERIDO
99	300301	VIRGINIA LUIZA SILVA COSTA	DEFERIDO
100	301081	YLDERKARLA MACHADO SOUZA	DEFERIDO

CARGO: 696 - FARMACEUTICO

Nº.	Nº. INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	
1	300394	CRISTIANE VEGINI	DEFERIDO
2	301001	GEDRIAN LOPES SANTANA	DEFERIDO
3	300970	ISADORA DE MELO MONTEIRO	DEFERIDO
4	300229	MARIANA RAFFAELLI GIRARDI	DEFERIDO
5	301041	NÚBIA SANTOS DA CUNHA	DEFERIDO
6	300980	STELAMAR DE SOUZA SILVA	DEFERIDO
7	000032	WELLINGTON AMAURILIO VIEIRA MENEZES	DEFERIDO

CARGO: 509 - FARMACEUTIVO FARMACIA POPULAR

Nº.	Nº. INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	
1	300542	ALEXSANDRA SIBELE DA SILVA DO NASCIMENTO	DEFERIDO
2	301030	ANDRESSA DE OLIVEIRA MACHADO	DEFERIDO
3	300624	ANIELY LOIZA PEDROZO	DEFERIDO
4	301122	CAMILA APARECIDA MOREIRA ESPINDOLA	DEFERIDO
5	300810	CAROLINE BRASILIENSE ZANINI	DEFERIDO
6	300848	EDILSON ARANDA DE OLIVEIRA	DEFERIDO
7	300000	ELISABET LUIZA PAS YAMAMOTO	DEFERIDO
8	300627	EUSLEY FREITAS DE QUEIROZ	DEFERIDO
9	300633	FABIANA CRISTINA FURQUIM	DEFERIDO
10	300476	FERNANDA DE MATTOS	DEFERIDO
11	300038	IEDA VAGNA SOUSA	DEFERIDO
12	300682	ISABELLA SILVA SANTOS	DEFERIDO
13	300948	JANAINA ELIZA FRANQUINI	DEFERIDO
14	300819	JANIS FELIPPE ANDRADE	DEFERIDO
15	300292	JÉSSICA RAMOS	DEFERIDO
16	300693	JÉSSICA RODRIGUES DA SILVA	DEFERIDO
17	300111	JESSICA RODRIGUES QUATRIN	DEFERIDO
18	300987	LARISSA RODRIGUES DA SILVA	DEFERIDO
19	300635	LARYSSA MARTINS DURAN	DEFERIDO
20	300095	MANOELA SILVEIRA CRISPIM	DEFERIDO
21	300109	MAYRA RIBEIRO PONCONI	DEFERIDO
22	301007	NATHALIA GEORGEA DE CASTRO	DEFERIDO
23	300857	NATHALIA PEREIRA DE ASSIS	DEFERIDO
24	300831	RAQUELL PROENÇA ARANTES	DEFERIDO
25	300648	RODRIGO RAISSON LEMES DE QUEIROZ	DEFERIDO
26	300716	ROSANGELA HERRERO DONINI	DEFERIDO
27	300144	STEFANIE RODRIGUES LAURINI	DEFERIDO
28	300610	TAVIA NEVES CORREA OSTETTI	DEFERIDO
29	300691	THIAGO ALVES DA FONSECA	DEFERIDO
30	300937	VANESSA LETÍCIA DE OLIVEIRA RAMOS	DEFERIDO
31	300717	WALLAS FABRI SILVA	DEFERIDO

CARGO: 707 - MEDICO INTERVENCIONISTA - SAMU

Nº.	Nº. INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	
1	000025	DANIEL AUGUSTO DOS SANTOS	DEFERIDO
2	300660	DEMETRIO LOPES RODRIGUES	DEFERIDO
3	300984	FÁBIO LYON MOREIRA	DEFERIDO
4	300522	INGRID IARA RODRIGUES DA SILVA	DEFERIDO
5	300623	JOENY DE CAMPOS	DEFERIDO
6	300399	JOSE DE ALMEIDA BANDEIRA	DEFERIDO
7	300663	RODRIGO DE JESUS RODRIGUES DA SILVA	DEFERIDO
8	300723	SOFIA NEMESIA TORRICO MENDEZ DUTRA	DEFERIDO

CARGO: 706 - MEDICO REGULADOR - SAMU

Nº.	Nº. INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	
1	300785	ALINE CRISTINA DE OLIVEIRA OKAZAKI	DEFERIDO
2	300994	CARLOS CESAR ACHAVAL RIVERO	DEFERIDO
3	300836	CARLOS LEONARDO ABI RACHED	DEFERIDO
4	300796	DANILO AUGUSTO OLIANI GIROTO	DEFERIDO
5	300992	DILVANA VIEIRA DE ACHAVAL	DEFERIDO
6	300545	EVALDO GENER RODRIGUES DA SILVA	DEFERIDO
7	300936	IARA FERNANDA OLIANI GIROTO	DEFERIDO
8	301111	LEDIONEY CUNHA SIQUEIRA	DEFERIDO
9	301095	RODINEIA DE FATIMA MACIEL DUTRA	DEFERIDO

CARGO: 504 - MOTORISTA - SAMU

Nº.	Nº. INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	
1	301100	ADALBERTO FARIAS DOS SANTOS	DEFERIDO
2	300729	ADAUTO ROGERIO GOMES FERREIRA	DEFERIDO
3	000031	ADEMIR PEREIRA RAMOS	DEFERIDO
4	300544	ALEX SILVA RUIZ	DEFERIDO
5	300674	AMAURI ANTONIO PINTO	DEFERIDO
6	300677	ANDERSON GUSTAVO DIAS	DEFERIDO
7	300471	ANDRE ALVES RODRIGUES	DEFERIDO
8	300485	ANTONIO FRANCISCO SANTANA	DEFERIDO
9	300959	BRENO SCOLARI	DEFERIDO
10	300514	BRUNO ROBERTO BATISTÃO	DEFERIDO
11	300315	CARLINHO RAFAEL	DEFERIDO
12	300661	CICERO INACIO DE SOUZA	DEFERIDO
13	300822	DAMIAO GOMES FURTADO	DEFERIDO
14	300874	DEBERSON ADRIANO BARBOSA	DEFERIDO
15	300124	DIONE ANDRÉ DA SILVA FRANCISCO	DEFERIDO

16	300483	DORGIVAL RODRIGUES DA SILVA	DEFERIDO
17	301110	EDIVALDO CARDOSO DE ARAUJO	DEFERIDO
18	300475	EDMAR FELIX DA SILVA	DEFERIDO
19	300116	EDMILSON AVELINO PORFIRIO	DEFERIDO
20	301045	EDNILDO MAGALHÃES DE FRANÇA	DEFERIDO
21	300070	ELISEU VALERIO DA SILVA	DEFERIDO
22	300955	ERIVALDO DE SOUZA BEZERRA	DEFERIDO
23	300093	ERONILDES ALVES DE LIMA	DEFERIDO
24	300304	EVANDRO VARGAS CACHO	DEFERIDO
25	301031	FABIO JOSE DE ALMEIDA	DEFERIDO
26	300164	FRANCISCO LENILSON DOS SANTOS	DEFERIDO
27	300013	FRANQUISLAND OLIMPIO RAMOS	DEFERIDO
28	300128	GENECI ANTONIO DE ARAUJO	DEFERIDO
29	300043	GENIVALDO FERREIRA DA CRUZ	DEFERIDO
30	300401	GEVERSON PEREIRA DA SILVA	DEFERIDO
31	300732	GLEIDSOM LINO DE FREITAS	DEFERIDO
32	300956	ISAIAS VALDINER DA SILVA	DEFERIDO
33	300533	JAMIL SILVERIO DO NASCIMENTO	DEFERIDO
34	300271	JIMMY CARTER GUERRA	DEFERIDO
35	301109	JOSIANE DE LIMA SOUZA	DEFERIDO
36	300494	JULIANO CÉSAR GONÇALVES DA SILVA	DEFERIDO
37	300195	LUCAS RODRIGUES LOPES	DEFERIDO
38	300946	LUCILENE STATUTI GODOI	DEFERIDO
39	301102	LUIZ CARLOS DA SILVA	DEFERIDO
40	300557	MARCOS ANTONIO MUNIZ PONTES	DEFERIDO
41	300169	MAURICIO DA SILVA	DEFERIDO
42	300252	MAURICIO DE BARROS CAMARGO	DEFERIDO
43	300260	NAZIR MENDONCA DE MELO	DEFERIDO
44	300262	NILSON ANDRADE DE ABREU	DEFERIDO
45	301025	NILSON VAZ MENDES	DEFERIDO
46	300656	NILTON ROBERTO BRITO DA SILVA	DEFERIDO
47	300873	NIVALDO FERREIRA DA SILVA	DEFERIDO
48	301074	PEDRO RENILDO ANTON	DEFERIDO
49	300795	REGERIO FELIX DA SILVA	DEFERIDO
50	300283	REINALDO PEREIRA DE SOUZA	DEFERIDO
51	300474	REINATO COSTA MATIAS	DEFERIDO
52	300662	RENATO NUNES RODRIGUES	DEFERIDO
53	301029	RICARDO FLAUSINO DIAS	DEFERIDO
54	300975	ROBSON DA SILVA PEREIRA	DEFERIDO
55	301103	RODRIGO FERNANDO BRUM	DEFERIDO
56	300360	RODRIGO VIEIRA DE OLIVEIRA	DEFERIDO
57	301105	ROGERIO DE OLIVEIRA	DEFERIDO
58	301108	ROGERIO PRADO DE MORAES	DEFERIDO
59	300515	RONALDO SANTANA LACERDA	DEFERIDO
60	300653	RONEI RAMOS DO NASCIMENTO	DEFERIDO
61	301057	SANDRO CORREIA DE OLIVEIRA	DEFERIDO
62	301035	SIDINEY PEREIRA	DEFERIDO
63	300287	UANDERSON ARAGAO NABUCO	DEFERIDO
64	300552	VALDEIR FRANCISCO	DEFERIDO
65	300098	VALDENIR DOS SANTOS	DEFERIDO
66	300670	VANDERLEI PIMENTA DA SILVA	DEFERIDO

CARGO: 512 - SERVIÇOS GERAIS-FARMACIA POPULAR

Nº.	Nº. INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	
1	300470	ANGELINA DA SILVA	DEFERIDO
2	300245	AUGUSTA APARECIDA DA SILVA SOUSA	DEFERIDO
3	301027	ELIDERNEIA GOMES DE OLIVEIRA	DEFERIDO
4	300251	ELIETHE ANTONIA BENTO ESPERANCA	DEFERIDO
5	300392	FERNANDA FERREIRA MARTINS	DEFERIDO
6	300964	GABRIELA SIQUEIRA DA COSTA	DEFERIDO
7	300807	GEANE DE SOUZA FRANCISCO	DEFERIDO
8	300990	INGLED KELLY DA SILVA LIMA	DEFERIDO
9	300851	IVONETE RODRIGUES DA SILVA	DEFERIDO
10	000017	JÉSSICA NUNES DA COSTA	DEFERIDO
11	300684	LUCIENE APARECIDA PARO	DEFERIDO
12	300876	LUCIENE GONCALVES	DEFERIDO
13	300678	LUZIA MARTINS DE SOUZA BENTO	DEFERIDO
14	300916	MARCIANO BORKENHAGEN	DEFERIDO
15	300853	MARIA REGINA BENA	DEFERIDO
16	300788	MARILENE DO NASCIMENTO	DEFERIDO
17	300769	REGIANE DE OLIVEIRA DE SOUZA	DEFERIDO
18	300528	ROBERTA LUIZA DE JESUS	DEFERIDO
19	300434	ROSELI DE LOURDES DA MOTTA BARBOSA	DEFERIDO
20	300249	SONIA SOUZA DE ANDRADE DIAS	DEFERIDO

CARGO: 773 - TECNICO DE ENFERMAGEM-SAMU

Nº.	Nº. INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	
1	300719	ADOLFO FERREIRA PINTO NETO	DEFERIDO
2	300555	ADRIANA APARECIDA POVODENIAK	DEFERIDO
3	300597	ADRIANA PEREIRA DE SOIZA	DEFERIDO
4	300703	ALESSANDRA TEODORA DE OLIVEIRA	DEFERIDO
5	300527	ARIANY RODRIGUES PIOVEZAN	DEFERIDO
6	300388	ARLETE DA CRUZ DE MIRANDA	DEFERIDO
7	300745	AZELIA NAIR DA SILVA	DEFERIDO
8	300521	BERENICE MARTINS CASSEMIRO DE OLIVEIRA	DEFERIDO
9	300445	BRUNO DA CONCEICAO RODRIGUES	DEFERIDO
10	301144	CELINA RODRIGUES DE PAULA	DEFERIDO
11	300942	CRISTIANI CALDEIRA	DEFERIDO
12	300415	DEBORAH KOEHLER	DEFERIDO
13	300175	EDI CARLOS FERREIRA	DEFERIDO
14	300839	EDISEL PEREIRA DOS SANTOS	DEFERIDO
15	300957	ELIANE ANTUNES GARCIA	DEFERIDO
16	300621	EMERSSON NUNES LIMA	DEFERIDO
17	300877	ETHIENE PEREIRA SALES	DEFERIDO
18	300978	EURIDES FERREIRA MIRANDA	DEFERIDO
19	300441	FERNANDA DE PAULA MARQUES	DEFERIDO
20	300595	GISELLE GRIPP DA SILVA	DEFERIDO
21	300513	HIASMIN MARQUES CARDOSO	DEFERIDO
22	300863	ITAGENE PEDROSO DE BARROS JUNIOR	DEFERIDO
23	300878	IVONE DOS SANTOS	DEFERIDO
24	300443	IZABEL FEITOSA DELMONDES	DEFERIDO
25	300932	IZABEL TEREZA DE ALMEIDA	DEFERIDO
26	301077	JANAINA PESSOA SOARES	DEFERIDO
27	300962	JOANITA MARIA MENDES DA SILVA	DEFERIDO
28	300943	JOYCE DUTRA DA SILVA	DEFERIDO
29	300547	JUSTINA MARIA DE FREITAS	DEFERIDO
30	300568	KAREN ROSELLA	DEFERIDO
31	300559	KEDMA DAYSA MARTINS SOUZA	DEFERIDO
32	300634	LEILA KATIA VIAN	DEFERIDO
33	301085	LUCILENE VIEIRA	DEFERIDO
34	300581	LUCY MARINA DE SOUZA	DEFERIDO
35	300532	LUIZ CARLOS RODRIGUES II	DEFERIDO
36	300844	MAILA HIROE GONCALVES DUTRA	DEFERIDO
37	300846	MAILZA CANDIDA DE OLIVEIRA	DEFERIDO
38	300416	MARCIA MIRIAN PONCE PEREIRA	DEFERIDO
39	300930	MARCO ANTONIO DA SILVA	DEFERIDO
40	300829	MARIA APARECIDA ABREU DO ESPIRITO SANTO	DEFERIDO
41	300925	MARIA CLEONICE DE OLIVEIRA	DEFERIDO
42	300701	MARIA D CARMO DA SILVA	DEFERIDO
43	300954	MARIA DE SOUZA BENITES	DEFERIDO
44	300414	MARIA GLEIS MONTANINI	DEFERIDO
45	301024	MARIA JOSE FIRMINO ARAUJO	DEFERIDO
46	300520	MARIA SUELI DA SILVA OLIVEIRA	DEFERIDO
47	301117	MARLENE MARTINS DE AGUIAR	DEFERIDO
48	301054	MIRIAN FERNANDES DOS SANTOS	DEFERIDO
49	300433	MONICA PIZZATTO	DEFERIDO
50	300551	PATRICIA APARECIDA DA SILVA	DEFERIDO
51	301042	PRISCILA DA SILVA VIEIRA	DEFERIDO
52	300353	RICO MARCELO AGUILAR	DEFERIDO
53	300317	ROSANGELA APARECIDA GONCALVES	DEFERIDO
54	300268	ROSINEIDE BEZERRA DA CRUZ	DEFERIDO
55	301013	SEBASTIANA APARECIDA REIS	DEFERIDO
56	300371	SILVANA TEIXEIRA DE SOUZA	DEFERIDO
57	300918	SIRLENE GOMES	DEFERIDO
58	301026	VALDECI AGUIAR MARTINS	DEFERIDO
59	300228	VALDIRENE BARBOSA DA SILVA GRIBLER	DEFERIDO
60	300908	ZAINE QUESIA GODOI DA SILVA	DEFERIDO

CARGO: 699 - TÉCNICO DE RAIO - X - LEI 3340/2010

Nº.	Nº. INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	
1	300794	ADELC PEREIRA DA SILVA	DEFERIDO
2	301107	ALESSANDRO MASCARENHAS RIOS	DEFERIDO
3	300329	ANIELLI MEIRA SEGATTO	DEFERIDO
4	300448	DAIANE ALVES MARTINI	DEFERIDO
5	300305	EDSON ROBERTO FERREIRA BUECHEN LEMOS	DEFERIDO
6	300508	JAQUELINE VALÉRIA DE ARAÚJO	DEFERIDO
7	300369	JOABSON GOMES TITO	DEFERIDO
8	300880	JOÃO BATISTA FERREIRA NETO	DEFERIDO
9	300834	JOAO BOSCO GONCALVES	DEFERIDO
10	300735	LUCINEIA AGOSTINHO PEREIRA	DEFERIDO

CARGO: 711 - TELEFONISTA AUX. REG. MÉDICA (TARMS)

Nº.	Nº. INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	
1	300370	ACIMAR GRECIO REZENDE	DEFERIDO
2	300168	ADRIANA FERNANDES SANTOS DE LIRA	DEFERIDO
3	300671	ADRIANA SOAERS DOS SANTOS	DEFERIDO
4	300885	ADRIELE DE MACEDO ISTENHARTE	DEFERIDO
5	300928	ADSLEYANE RAMOS DE FRANÇA	DEFERIDO
6	301123	AMANDA JESUS AZEVEDO MENDES	DEFERIDO
7	000016	AMANDA SIMOES DE SOUZA	DEFERIDO
8	300482	ANDREA SUELY VINHAS QUEIROZ	DEFERIDO
9	300190	ANGELA LOPES DE LIMA	DEFERIDO
10	300641	ANNA PAULA FERREIRA FOGAÇA SCHEFFLER	DEFERIDO
11	301040	BRENDA MICHELE DOS ACCO SANTOS	DEFERIDO
12	300917	BRUNA CORDEIRO SILVA	DEFERIDO
13	300177	BRUNA FAGUNDES DE SOUZA	DEFERIDO
14	300749	BRUNO MACHADO DE PAULA	DEFERIDO
15	300868	CLAUDELINA PACHECO MARQUES	DEFERIDO
16	300020	CLAUDIO JOSÉ SOBRINHO	DEFERIDO
17	000009	DANIELE BEZERRA CORREIRA	DEFERIDO
18	300091	DAYANI ALVES DA SILVA	DEFERIDO
19	301132	DEBORA MARIA SANTIAGO	DEFERIDO
20	300679	DENER PEREIRA RICCI	DEFERIDO
21	300100	EDGAR MARCOS LIMA DE BRITO	DEFERIDO
22	301055	EDILAYNE DE OLIVEIRA ARRUDA	DEFERIDO
23	300162	EDNA MARIA GOMES PEREIRA GRANVILLE.	DEFERIDO
24	300895	ELAINE MARINHO DA SILVA	DEFERIDO
25	300665	ELIANE NERI DA SILVA	DEFERIDO
26	300243	ELOIZA ARAUJO DE MATOS TEIXEIRA	DEFERIDO
27	301128	ERICA PEREIRA BARBOSA	DEFERIDO
28	300518	ÉRICA RODRIGUES OLIVEIRA	DEFERIDO

29	300380	ERIKA CELIS PEREIRA POLICARPO	DEFERIDO
30	300097	EVELYN DAYANE DA SILVA LIMA	DEFERIDO
31	300993	FABIANA DO CARMO CORREA DAMASIO	DEFERIDO
32	300550	FELIPE AUGUSTO NESSO CARDOSO	DEFERIDO
33	300968	FRANCINY FERNANDES FELIX	DEFERIDO
34	300976	FRANCISCO JANAINA FREIRE RODRIGUES	DEFERIDO
35	300282	GISELDA SIMAO DA SILVA	DEFERIDO
36	300898	GISLAINE APARECIDA RODRIGUES	DEFERIDO
37	300540	HELAINE DOMINGOS SEGUNDO	DEFERIDO
38	300273	HELENA DA CRUZ RAFAEL ARAUJO	DEFERIDO
39	300965	HELLEN CARLA DA SILVA FILES	DEFERIDO
40	300576	HELLEN THAYNA DA SILVA	DEFERIDO
41	300306	INES SCAMPARINI	DEFERIDO
42	300618	ISABEL CRISTINA ESQUIVE DE SOUZA	DEFERIDO
43	300578	ISAQUE NUNES DE SOUZA	DEFERIDO
44	300437	JANAINA GONÇALVES DOS SANTOS	DEFERIDO
45	300061	JANDIRA GONÇALVES DE LIMA	DEFERIDO
46	300231	JANDIRA MOREIRA DA SILVA	DEFERIDO
47	300135	JANIELLE FRANCA ORMONDE	DEFERIDO
48	300006	JAQUELINE DA SILVA GOMES	DEFERIDO
49	300572	JISELI DE SOUZA BARBOSA	DEFERIDO
50	300117	JOCENIR JANCEM DA SILVA	DEFERIDO
51	300636	JOSÉ LUIS DOS SANTOS	DEFERIDO
52	300982	KÁTIA WALÉRIA CARVALHO COUTO	DEFERIDO
53	300681	KELEN DAIANE DA SILVA	DEFERIDO
54	300019	KELLY ANDRESSA DE JESUS SANTOS	DEFERIDO
55	300889	KESIA GOMES GONTIJO	DEFERIDO
56	300858	LEIDINÉIA SOARES DIAS	DEFERIDO
57	300202	LEONARDO ALVES RODRIGUES DOS SANTOS	DEFERIDO
58	300883	LIDIANE VALERIANA DOS SANTOS	DEFERIDO
59	301032	LILIANE GOMES FELIPE	DEFERIDO
60	300919	LILIANE SILVA E LIMA	DEFERIDO
61	300664	LORENA NACACIA DOS SANTOS MORAIS	DEFERIDO
62	300759	LUCELIA FERREIRA DA SILVA	DEFERIDO
63	300892	LUCIA PEREIRA DA SILVA ALMEIDA	DEFERIDO
64	301058	LUCINEIDE PEREIRA DE CARVALHO	DEFERIDO
65	300561	MAIARA BENTES PARENTE DE MOURA	DEFERIDO
66	300546	MARA DIAS DA SILVA	DEFERIDO
67	300277	MARCIA FREITAS LEÊO	DEFERIDO
68	300742	MARCIA VIVIANE REICHERT	DEFERIDO
69	301076	MARCONDES TAVARES PRIMO JUNIOR	DEFERIDO
70	300886	MARIA SOARES DE SOUZA DE ARRUDA	DEFERIDO
71	301038	MARIANA APARECIDA BONFIM	DEFERIDO
72	300258	MARILDETE GOMES DOS SANTOS BARNABE	DEFERIDO
73	300266	MARLIENE SANTOS DE SOUZA	DEFERIDO
74	300675	MARLUCIA DE MELLO	DEFERIDO
75	300888	MAYARA DAIANE PEREIRA BARROS	DEFERIDO
76	300847	MIRLENE GONTIJO	DEFERIDO
77	301075	NATALINA RIBEIRO	DEFERIDO
78	300913	NEIA CRISTINA GOMES	DEFERIDO
79	300493	NEUZA DA SILVA SANTOS	DEFERIDO
80	300654	NILZALINA FERREIRA BALBUENA	DEFERIDO
81	300529	ONEIDA MAY NASCIMENTO DE OLIVEIRA	DEFERIDO
82	300770	OZANA DE PAULA AMORIM	DEFERIDO
83	300365	PATRICIA LIMA DA SILVA	DEFERIDO
84	300899	PAULO HENRIQUE ALVES FERREIRA	DEFERIDO
85	300632	RAFAELA LUIZA DA SILVA	DEFERIDO
86	301080	REGIANE APARECIDA ELER	DEFERIDO
87	300466	ROSANA FERREIRA MARTINS	DEFERIDO
88	000023	ROSANE APARECIDA RODRIGUES DA SILVA	DEFERIDO
89	000018	ROSEANE BEZERRA COSTA	DEFERIDO
90	300307	SANDRA BORGES PEREIRA	DEFERIDO
91	300697	SANDRA PESSOA	DEFERIDO
92	300720	SILVANA REGINA DA SILVA	DEFERIDO
93	301125	SILVANE DA SILVA	DEFERIDO
94	300935	SILVONE ALVES FERNANDES	DEFERIDO
95	300063	SIMONE FARIAS DA SILVA	DEFERIDO
96	300850	SIRLEI CRISTINA PONTES RAMOS	DEFERIDO
97	300331	SUELI ROSA GRANADA	DEFERIDO
98	300450	SUELLY QUIRINO FERREIRA PINTO	DEFERIDO
99	301039	TATIANE DEOTI PELISSARI	DEFERIDO
100	300295	TIAGO FRANCISCO VIEIRA PEREIRA	DEFERIDO
101	300820	VANIA BATISTA MOREIRA	DEFERIDO
102	301044	VANILZA MACEDO DIAS	DEFERIDO
103	300242	VILSON EZEQUIEL DOS SANTOS	DEFERIDO
104	300764	VINICIUS FOCHI DE MORAIS	DEFERIDO
105	300247	WESLAINE DAIANE CRISTINA DOS SANTOS	DEFERIDO

Inscrições indeferidas:

CARGO: 510 - ASSISTENTE DE GESTÃO - FARMACIA POPULAR			
Nº.	**Nº. INSCRIÇÃO**	**NOME DO CANDIDATO**	
1	300199	ALANA FLORES DOS SANTOS	INDEFERIDO
2	300297	CARLA FERNANDA TOLOI FERREIRA	INDEFERIDO
3	300579	CRISTINA COSTA BENTO	INDEFERIDO
4	300390	JÉSSICA TÂMILA GONÇALVES	INDEFERIDO
5	300571	ALINE EMANUELA DE ARRUDA PINTO	INDEFERIDO
6	300534	ANA CAROLINA MARTINS AMORIM	INDEFERIDO
7	300010	ANDREA RIBEIRO DE SOUZA	INDEFERIDO
8	301142	BRUNO MORAES DE ARAUJO DIAS	INDEFERIDO
9	301089	CLAUDIANE DIAS BARBOSA	INDEFERIDO
10	300356	CLAUDINEIA FARIAS DOS SANTOS	INDEFERIDO
11	301088	CRISTINA DOS SANTOS SILVA	INDEFERIDO
12	300562	CRISTINA LUISE STEIN	INDEFERIDO
13	301079	DIANA TEREZINHA TRINDADE SANTOS	INDEFERIDO
14	300090	EDMILSON DOS SANTOS TAVARES	INDEFERIDO
15	300395	EZEQUIEL FÁBIO MARTINS DO NASCIMENTO	INDEFERIDO
16	301146	FABIANA DE CASTRO SILVA	INDEFERIDO
17	300941	FLAVIO RENAN ALVES DE ASSIS	INDEFERIDO
18	300403	FRANCISCA GRACINETE RODRIGUES PAZ	INDEFERIDO
19	300659	GABRIEL FERNANDES SILVA	INDEFERIDO
20	301120	GILMAR FAGUNDES LIMA	INDEFERIDO
21	300865	JADNA FERREIRA GUABIRABA SOUZA	INDEFERIDO
22	300739	LAURENICE ZITA RIBEIRO	INDEFERIDO
23	301083	LEIDIANY ALVES RIBEIRO	INDEFERIDO
24	300293	LOURIVANIA DA SILVA GOMES SOARES	INDEFERIDO
25	300404	LUCILA MARTINS	INDEFERIDO
26	300032	MARINALVA DA SILVA SANTOS	INDEFERIDO
27	300655	MARISA PAULA SOUZA MIRANDA	INDEFERIDO
28	301092	MAURICEIA APARECIDA FERREIRA RIBAS	INDEFERIDO
29	300566	MAYARA CASSIA DA SILVA	INDEFERIDO
30	300155	MEIRE VASSELLI DAMASCENO	INDEFERIDO
31	301012	MERIANY APARECIDA FARIA COUTO	INDEFERIDO
32	300374	MÉRILLY LAIS SAVAN SOARES	INDEFERIDO
33	300068	RAFAEL BATISTA DA SILVA	INDEFERIDO
34	300585	RAY VELOZO DINIZ	INDEFERIDO
35	300072	RODRIGO DE OLIVEIRA AMADO	INDEFERIDO
36	300040	ROSINEIDE DE SOUZA FARIA	INDEFERIDO
37	300967	ROZILANI DE LOURDES GNOATTO	INDEFERIDO
38	301145	RUBIA MARA CECHETTI	INDEFERIDO
39	300099	SIMONE DA LUZ RIBEIRO	INDEFERIDO
40	301059	SIMONE LIMA FERREIRA	INDEFERIDO
41	300198	TACIANE AGNES DETEFFOL	INDEFERIDO
42	300218	THIAGO QUINTINO FRANÇA	INDEFERIDO
43	300638	VALDECIR CANDIDO CLAUDINO	INDEFERIDO
44	300501	VALERIA FERNANDES PONSO	INDEFERIDO
45	301129	VALERIA RAMOS SILVA	INDEFERIDO
46	300676	VANESSA RODRIGUES DE LIMA	INDEFERIDO
47	300207	VANUSA SANTANAN	INDEFERIDO
48	300270	VIVIANE FRANCISCA DE JESUS	INDEFERIDO
49	300900	VIVIANE LAURA DE SOUZA	INDEFERIDO
50	300786	WAGNER OLIVEIRA DE ANDRADE	INDEFERIDO
CARGO: 511 - AUXILIAR DE GESTÃO - FARMACIA POPULAR			
Nº.	**Nº. INSCRIÇÃO**	**NOME DO CANDIDATO**	
1	300997	CAIO FERNANDO GONCALVES NOVATO	INDEFERIDO
2	000019	DAYANI ALVES DA SILVA	INDEFERIDO
3	300756	EDINEYA SALES DA SILVA	INDEFERIDO
4	300897	GISLAINE APARECIDA RODRIGUES	INDEFERIDO
5	300447	IONARA PEREIRA BORGES SAMPAIO	INDEFERIDO
6	301124	SOLANGE SIMÊO XAVIER	INDEFERIDO
7	300179	ADILA MATANA	INDEFERIDO
8	300457	ADRIELLE CRISTINA DE OLIVEIRA	INDEFERIDO
9	300753	ALESSANDRA ZAVITOSKI GOMES	INDEFERIDO
10	301126	ALEXANDRE HENRIQUE SOUZA DA CRUZ	INDEFERIDO
11	300565	ALINE ELENA SANTOS SILVA	INDEFERIDO
12	300154	AMANDA JESSYCA SOUZA RODRIGUES	INDEFERIDO
13	300628	ANA CLAUDIA PEREIRA DO NASCIMENTO	INDEFERIDO
14	300451	ANA KARINE DE AQUINO NUNES	INDEFERIDO
15	300149	ANA PAULA BURALI	INDEFERIDO
16	300014	ANA PAULA NOGUEIRA VILELA	INDEFERIDO
17	300645	ANA PAULA OLIVEIRA DE MORAES	INDEFERIDO
18	300525	ANA PAULA SENABIO DE MORAIS	INDEFERIDO
19	300427	ANAQUELLI ITALIA PASQUALLI	INDEFERIDO
20	300017	ANDREA RIBEIRO DE SOUZA	INDEFERIDO
21	301028	ANDREIA CLAUDIA CAROLINA BURIAN DIAZ	INDEFERIDO
22	300406	ANDREIA DE LIMA DOS SANTOS	INDEFERIDO
23	301113	ANDREIA MARTINS	INDEFERIDO
24	300500	ANDRESSA RODRIGUES MEZOMO	INDEFERIDO
25	300983	ANGELICA APARECIDA MARQUES DA COSTA	INDEFERIDO
26	300673	APARECIDO DONIZETE FLORES	INDEFERIDO
27	300855	CAMIELE DIAS DA SILVA	INDEFERIDO
28	300411	CLARICE FERREIRA DA SILVA	INDEFERIDO
29	300830	CLOVIS ALEXANDRE VAN GROL	INDEFERIDO
30	301046	CRISTIELLE RODRIGUES DE OLIVEIRA	INDEFERIDO
31	000015	CRISTINA DOS SANTOS SILVA	INDEFERIDO
32	300217	DAIANE AGUIAR DA SILVA	INDEFERIDO
33	301099	DAIANE CAROLINE GOBBI DE MATOS	INDEFERIDO
34	300507	DAISY MARTINS SOARES	INDEFERIDO
35	300914	DANIEL FELIPE DE BRITO FEIX	INDEFERIDO
36	300147	DANIEL JUNIOR MATEUS DE MEDEIROS	INDEFERIDO
37	300915	DANIELA CRISTINA COSTA DE SOUSA	INDEFERIDO
38	300497	DANIELLY SANTANA DE ALCÂNTARA	INDEFERIDO
39	300481	DAYANE RIBEIRO DO NASCIMENTO	INDEFERIDO
40	300506	DEISY MARTINS SOARES	INDEFERIDO
41	300387	DIORQUES MARCELO DE OLIVEIRA	INDEFERIDO
42	300689	EDER CARLO RODRIGUES DE SOUZA	INDEFERIDO
43	300669	EDILENE GEOVANA RODRIGUES	INDEFERIDO
44	300049	EDILMARA ALVES DE OLIVEIRA	INDEFERIDO

45	300279	ELAINE DOS REIS	INDEFERIDO
46	300118	ELAINE MAGALHAES DE OLIVEIRA	INDEFERIDO
47	300801	ELETICIA VIEIRA DE SOUZA	INDEFERIDO
48	300773	ELIANA MARIA DE CARVALHO ROSA	INDEFERIDO
49	301015	ELIANE DOS SANTOS FERNANDES DA COSTA	INDEFERIDO
50	300814	ELIANE SALETE PERINI	INDEFERIDO
51	300637	ELIEN DEBORA PEREIRA DA SILVA	INDEFERIDO
52	300051	EMANUELE HELENA DE MORAES E SILVA	INDEFERIDO
53	300425	EMERSON DOS SANTOS	INDEFERIDO
54	301063	EVELIN DAIANE TAQUES DA COSTA	INDEFERIDO
55	300861	EVELIZE REGINA BAREM PALHANO	INDEFERIDO
56	300203	FABIANA KELLY REOLON	INDEFERIDO
57	300047	FERNANDA MARIA SILVA SOUZA	INDEFERIDO
58	300193	FERNANDO HENRIQUE MODOLO	INDEFERIDO
59	300658	GABRIEL FERNANDES SILVA	INDEFERIDO
60	300424	GRAZIELLY FRANÇA DA COSTA	INDEFERIDO
61	300269	GUILHERME LIMA SOARES	INDEFERIDO
62	300174	HELDER DIONE FURLAN	INDEFERIDO
63	300364	HELLEN CRSISTINA LEITE	INDEFERIDO
64	300383	ILDERLENE DAYANE DA SILVA SOUSA SANTOS	INDEFERIDO
65	300065	IZAINE ARAUJO DE OLIVEIRA	INDEFERIDO
66	300778	JADNA FERREIRA GUABIRABA SOUZA	INDEFERIDO
67	300003	JAQUELINE DA SILVA GOMES	INDEFERIDO
68	300988	JAQUELINE SOARES DE ALMEIDA	INDEFERIDO
69	300137	JAQUELINI DOS SANTOS	INDEFERIDO
70	300126	JENNYFFER RAYSSA DE SOUZA	INDEFERIDO
71	300076	JESSICA ELLENDY DE OLIVEIRA E SILVA	INDEFERIDO
72	300567	JESSICA ISABELA NASCIMENTO DA SILVA	INDEFERIDO
73	300081	JESSICA NAIARA BARBATO	INDEFERIDO
74	300439	JESSICA PEREIRA RAMOS	INDEFERIDO
75	300541	JESSICA SILVA SANTOS	INDEFERIDO
76	300833	JOSE HAMILTON DA SILVA FILHO	INDEFERIDO
77	300423	JOSE SHIRLIEL OLIVEIRA DA SILVA	INDEFERIDO
78	300232	JOSELI DIZERÕ DA SILVA	INDEFERIDO
79	300611	JOSILDO NEVES NERIS	INDEFERIDO
80	300949	JULIANA GOMES DA SILVA	INDEFERIDO
81	300762	JULIANA PEREIRA DA SILVA	INDEFERIDO
82	000010	JULIANE KATHIELLY SANTOS	INDEFERIDO
83	300386	KARINE FERREIRA DOS SANTOS	INDEFERIDO
84	300255	KATHLLEN MICHELLE ABREGO	INDEFERIDO
85	300285	KATIA DE JESUS NASCIMENTO	INDEFERIDO
86	300139	KEILA FATIMA PEREIRA DOS SANTOS	INDEFERIDO
87	300790	KEILE POLIANE DA SILVA	INDEFERIDO
88	300332	KEISA SANTOS RAMOS	INDEFERIDO
89	300045	KÉZIA CHRISTINA DE CAMPOS MODESTO	INDEFERIDO
90	000008	KLEITON DA SILVA COELHO	INDEFERIDO
91	300233	KLEITON GUIA DA SILVA	INDEFERIDO
92	300442	KLEVERSON LUIZ DA COSTA PEREIRA	INDEFERIDO
93	300290	LARISSA ELLIS DE CASTRO	INDEFERIDO
94	300944	LAURENI LUZIA DA SILVA ALVES	INDEFERIDO
95	300747	LAURENICE ZITA RIBEIRO	INDEFERIDO
96	300906	LEONARDO DO AMARAL NUNES	INDEFERIDO
97	300782	LIDIANE PEREIRA DOS SANTOS	INDEFERIDO
98	300535	LIOMAR GREGORIO	INDEFERIDO
99	300308	LUANA SAMAIA NEVES DE SOUZA	INDEFERIDO
100	300296	LUCIANA JOCRICIA APARECIDA DA SILVA	INDEFERIDO
101	300103	LUCIANA RODRIGUES DA COSTA	INDEFERIDO
102	300650	LUCIENE MARIA DE ARRUDA	INDEFERIDO
103	300060	MARCIA ADRIANA DA SILVA	INDEFERIDO
104	300197	MARCILENE LOPES DE BARROS	INDEFERIDO
105	300071	MARCO ANTONIO RODRIGUES DA SILVA	INDEFERIDO
106	300687	MARIANA APARECIDA ANDRADE	INDEFERIDO
107	300211	MARIELE PRISCILA RODRIGUES CONCEIÇÃO	INDEFERIDO
108	300280	MARIELE RODRIGUES DE OLIVEIRA	INDEFERIDO
109	300030	MARLI DOMINGOS RIBEIRO	INDEFERIDO
110	300440	MARLON CLAUDINO MORENO	INDEFERIDO
111	301106	MAURICEIA APARECIDA FERREIRA RIBAS	INDEFERIDO
112	300220	MERIELE DA SILVA FRANCISCO	INDEFERIDO
113	300379	MÉRILLY LAIS SAVAN SOARES	INDEFERIDO
114	300575	MONICA DA PENHA AGUIAR	INDEFERIDO
115	000006	NADIELE SALERMO FARIAS	INDEFERIDO
116	301004	NELMA GOMES DA SILVA	INDEFERIDO
117	300378	OLIDIANE APARECIDA DOS REIS	INDEFERIDO
118	301048	PATRICIA DA SILVA	INDEFERIDO
119	300127	PATRICIA NETTO	INDEFERIDO
120	300881	PATRICIA VARGAS PLEUTIM	INDEFERIDO
121	301091	POLIANA DE SOUZA	INDEFERIDO
122	300748	RAFAEL LARA PARREIRA	INDEFERIDO
123	300215	RANIERI OLIVEIRA DA CRUZ	INDEFERIDO
124	000012	RAQUEL BRITO DE FREITAS	INDEFERIDO
125	300005	RAQUEL SANTOS DE ANDRADE	INDEFERIDO
126	300651	RAYRA PATRICIA DE SOUZA	INDEFERIDO
127	300728	REINALDO SEBASTIÃO DIAS DE CARVALHO	INDEFERIDO
128	300509	RENAN MARTINEZ PEREIRA	INDEFERIDO
129	300608	RITA DE CASSIA DE ALBUQUERQUE	INDEFERIDO
130	300115	RODRIGO VERAS CAMELO	INDEFERIDO
131	300041	ROSINEIDE DE SOUZA FARIA	INDEFERIDO
132	300146	SIMONE APARECIDA BEITUM	INDEFERIDO
133	300617	SIRLEI BRITO DA SILVA	INDEFERIDO
134	300743	STEPHANIE MACIEL ESPINDOLA	INDEFERIDO
135	300224	SUEIGA GOMES FREITAS	INDEFERIDO
136	000007	SUELEM DAIANE PERIN BARBOSA	INDEFERIDO
137	300186	SUELEN DIAS DE MOURA	INDEFERIDO
138	300859	SUELI GRETTER FERREIRA	INDEFERIDO
139	301064	SUELLEN BONETTI	INDEFERIDO
140	300172	TATIANE DE OLIVEIRA	INDEFERIDO
141	300599	TATIANE SIMAO DA SILVA	INDEFERIDO
142	300214	THIAGO QUINTINO FRANÇA	INDEFERIDO
143	000011	THIAGO SILVA COELHO	INDEFERIDO
144	300488	ULISSES FIRMINO DE CARVAHO	INDEFERIDO
145	300225	VALERIA VIEIRA DE FREITAS	INDEFERIDO
146	300222	VANDREIA EVANGELISTA DA CRUZ	INDEFERIDO
147	300818	VANUSA ROSA CUNHA	INDEFERIDO
148	300793	WAGNER OLIVEIRA DE ANDRADE	INDEFERIDO
149	300094	WILLIAN DA SILVA	INDEFERIDO
150	300316	WILZA SANTOS TEIXEIRA	INDEFERIDO
151	300300	YHAN LINO SILVA CAETANO	INDEFERIDO
152	300950	ZILMA DIAS	INDEFERIDO

CARGO: 705 - COZINHEIRA - LEI 3340/2010

Nº.	Nº. INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	
1	301043	DEJANIRA ALVES PEREIRA	INDEFERIDO
2	300707	ELIANE SILVA BRITO	INDEFERIDO
3	300159	FRANCISCO LENILSON DOS SANTOS	INDEFERIDO
4	300903	GISELE CRISTIANE FERREIRA LIMA	INDEFERIDO
5	300319	PATRICIA MENDES DOS SANTOS AZEVEDO	INDEFERIDO
6	300711	SCHARLENE DE SOUZA RODRIGUES	INDEFERIDO
7	301009	ADRIANA CARVALHO CAMARÇO LIMA LANA	INDEFERIDO
8	300105	ALEX SANDRO DE OLIVEIRA PEREIRA	INDEFERIDO
9	300622	CLAUDENICE VIEIRA DA SILVA	INDEFERIDO
10	300740	EDNALDO TENORIO DA SILVA	INDEFERIDO
11	301069	EDSON CARLOS ALVES DA SILVA	INDEFERIDO
12	300181	ELIDIORRAINE DE MOURA	INDEFERIDO
13	300346	ELISA FERNANDA DE ALMEIDA VIEIRA	INDEFERIDO
14	300607	ERIKA GIRÃO PEREIRA DOS SANTOS	INDEFERIDO
15	300902	GERIEL PEREIRA VIEIRA	INDEFERIDO
16	300598	GILMAR FAGUNDES LIMA	INDEFERIDO
17	301086	JESSICA PEREIRA RAMOS	INDEFERIDO
18	300744	LAURENICE ZITA RIBEIRO	INDEFERIDO
19	300907	LEONARDO DO AMARAL NUNES	INDEFERIDO
20	300400	LUANA SAMAIA NEVES DE SOUZA	INDEFERIDO
21	300288	LUCIANA RODRIGUES DA COSTA	INDEFERIDO
22	000005	LUCIENE BENEDITO DA SILVA	INDEFERIDO
23	300056	LUIZ HENRIQUE QUEIROZ RODRIGUES	INDEFERIDO
24	300055	MANUELA RODRIGUES ALVES	INDEFERIDO
25	300652	MARCIA REGINA FERREIRA DE ARAUJO	INDEFERIDO
26	300852	MARIA REGINA BENA	INDEFERIDO
27	300029	MARLI DOMINGOS RIBEIRO	INDEFERIDO
28	300067	RAFAEL BATISTA DA SILVA	INDEFERIDO
29	300113	RODRIGO VERAS CAMELO	INDEFERIDO

CARGO: 712 - COZINHEIRA - SAMU

Nº.	Nº. INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	
1	300504	ANDREIA RITA DE OLIVEIRA SANTOS	INDEFERIDO
2	300429	ARACY ALVES DE SOUZA	INDEFERIDO
3	300842	DURCELINA MACIEL MOURA DE OLIVEIRA BRITO	INDEFERIDO
4	300969	MARIA APARECIDA NEVES ROCHA	INDEFERIDO
5	300510	MARICELMA MARTINS OLIVEIRA E OUTROS	INDEFERIDO
6	300738	PATRICIA TEOPILO DA CRUZ	INDEFERIDO
7	301056	VERA LUCIA HONORATO	INDEFERIDO
8	300891	VIVANE DE UNGARO SANTANA	INDEFERIDO

CARGO: 708 - ENFERMEIRO - SAMU

Nº.	Nº. INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	
1	300419	REGINALDO DE OLIVEIRA FERREIRA	INDEFERIDO
2	301008	ADRIANA CARVALHO CAMARÇO LIMA LANA	INDEFERIDO
3	301011	ALAIDE SANTANA DO CARMO VITORIANO	INDEFERIDO
4	301071	ALEXSANDER PIPPUS FERREIRA	INDEFERIDO
5	300835	ANA CAROLINE DO NASCIMENTO UBEDA	INDEFERIDO
6	300642	ANA CLAUDIA TRAVASSOS PAIXÃO CALDERARO	INDEFERIDO
7	300960	ANITA FERNANDA DOS REIS	INDEFERIDO
8	300812	ARIANA MARIA DE CAMPOS	INDEFERIDO
9	300828	CARLA SIMONE SILVA PEREIRA	INDEFERIDO
10	301019	CAROLINA TEREZA LIRA	INDEFERIDO
11	300896	CLAUDIRENE DE OLIVEIRA MARQUES	INDEFERIDO
12	300235	CLAYTON PELISAO FOLADOR	INDEFERIDO
13	300569	DANIELLE PRISCILLA TAVARES WASSELAI	INDEFERIDO
14	301082	DIANA APARECIDA DA SILVA NASCIMENTO	INDEFERIDO
15	300132	DIRCE FERNANDES DE ARRUDA	INDEFERIDO
16	300966	EDNA APARECIDA DA CRUZ SILVA	INDEFERIDO
17	300649	EMERSON GONÇALVES DE SOUZA	INDEFERIDO
18	300446	GHEYSA GALVÃO SILVEIRA DA SILVA	INDEFERIDO
19	300082	GRACIANA GUIMARAES GARCIA	INDEFERIDO
20	300591	ISADORA DE SOUZA CUNHA	INDEFERIDO
21	300774	ITAJANA DE OLIVEIRA BORGES	INDEFERIDO
22	300417	IZABEL SOARES DA SILVA	INDEFERIDO
23	300033	IZADORA TOBIAS DA SILVA DAMASCENO	INDEFERIDO
24	301143	JACQUELINE ARAUJO DIAS	INDEFERIDO
25	300927	JAQUILEIA ROBERDO SILVA	INDEFERIDO

26	300947	JOCILENE APARECIDA DE MORAES	INDEFERIDO
27	300765	JORDANA ALVES DE FARIA OLIVEIRA	INDEFERIDO
28	300499	JOSE AUGUSTO DA SILVA OLIVEIRA	INDEFERIDO
29	300584	JUAREZ ANJOLETTO	INDEFERIDO
30	300490	JULIANA ANDRADE LEITE	INDEFERIDO
31	300616	KAREN IZABEL ARRUDA LIMA	INDEFERIDO
32	301067	KLEBER GONÇALVES MADUREIRA	INDEFERIDO
33	300526	LEILA CRISTINA DA SILVA	INDEFERIDO
34	300461	LEONICE DE SOUZA SOLANO	INDEFERIDO
35	300737	LINDINALVA APARECIDA DE OLIVEIRA COSTA	INDEFERIDO
36	300044	MAIARA DANDARA LOCATELLI	INDEFERIDO
37	300339	MAISE CRISTINA DA SILVA	INDEFERIDO
38	300733	MARCELA KLICIA FERREIRA DE BRITO GONÇALVES	INDEFERIDO
39	300963	MARIANA IZABEL THIELKE	INDEFERIDO
40	301021	MOISES PATRICK ROCHA CACHONE	INDEFERIDO
41	300376	NADIA MARTINS DE ALMEIDA SOUSA	INDEFERIDO
42	300050	PATRICIA DA COSTA SANTANA	INDEFERIDO
43	301070	PATRICIA DA SILVA FERREIRA	INDEFERIDO
44	300813	PATRICIA REGINA OLIVEIRA	INDEFERIDO
45	300986	PLÍNIO PINTO MILHOMEM	INDEFERIDO
46	300802	ROSIMARA CORINA MORAIS FAUSTINO	INDEFERIDO
47	300432	SONIA REGINA NOGUEIRA	INDEFERIDO
48	000022	STEFHANY ADRIANY BARDEN	INDEFERIDO
49	300869	SUELLEN LAVOYER ZONATTO	INDEFERIDO
50	300121	SUEN BARON GRAPEGGIA RODRIGUES	INDEFERIDO
51	300046	THALINE DAIANE CASTRILLON MACEDO	INDEFERIDO
52	300120	TIELLY RIBEIRO PONÇONI	INDEFERIDO
53	300920	TOLENTINO DOS SANTOS LARA FILHO	INDEFERIDO
54	300136	TONILENE NOGUEIRA LUCAS RODRIGUES	INDEFERIDO
55	300469	UILIAN JAIME AMORIM	INDEFERIDO
56	300625	VALDIRENE DA ROCHA SILVA	INDEFERIDO
57	300428	WALQUIRIA FRANCINI TRAMONTIN	INDEFERIDO

CARGO: 696 - FARMACEUTICO

Nº.	Nº. INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	
1	300291	JÉSSICA RAMOS	INDEFERIDO
2	300107	MAYRA RIBEIRO PONCONI	INDEFERIDO
3	300543	ANA PAULA GARCIA DE ANDRADE AMARAL	INDEFERIDO
4	300643	JÉSSICA APARECIDA DE ARAUJO E SILVA	INDEFERIDO
5	300204	JOSIEL DE SOUZA VIEIRA	INDEFERIDO
6	300119	LÁIRICY NEVES DA SILVA	INDEFERIDO

CARGO: 509 - FARMACEUTIVO FARMACIA POPULAR

Nº.	Nº. INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	
1	300253	ANA SARAH JALORETTO RIBEIRO ANTUNES	INDEFERIDO
2	300196	CAMILA VERONESE	INDEFERIDO
3	300647	FELIPE CARDOSO VIANA	INDEFERIDO
4	300170	FERNANDA SOUZA VIEIRA	INDEFERIDO
5	300333	JOSÉ AUGUSTO ARANTES DE ASSUNÇÃO	INDEFERIDO
6	300605	JULIANA GOMES RAZINE	INDEFERIDO
7	300057	LUIZ HENRIQUE QUEIROZ RODRIGUES	INDEFERIDO
8	300114	RAYSSA GARRIDO DOMINGUES	INDEFERIDO
9	300609	RONALDO DE MACEDO DOS SANTOS	INDEFERIDO
10	300603	ROSSANO COMIN	INDEFERIDO
11	301116	SARA BATISTA MENDES	INDEFERIDO
12	300945	TULIO MOREIRA DE JESUS	INDEFERIDO

CARGO: 707 - MEDICO INTERVENCIONISTA - SAMU

Nº.	Nº. INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	
1	300498	ESMERALDO ALVES RIBEIRO JUNIOR	INDEFERIDO

CARGO: 706 - MEDICO REGULADOR - SAMU

Nº.	Nº. INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	
1	300985	ANDRE FILIPE LOURENÇO BORGES	INDEFERIDO
2	300462	SOFIA NEMESIA TORRICO MENDEZ DUTRA	INDEFERIDO

CARGO: 504 - MOTORISTA - SAMU

Nº.	Nº. INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	
1	301137	AILSON DIAS CANUTO	INDEFERIDO
2	300619	ALBERTO GONÇALVES GUEDES DOS SANTOS	INDEFERIDO
3	300108	ALEX SANDRO DE OLIVEIRA PEREIRA	INDEFERIDO
4	300804	ALEXANDRE JOAO RIBEIRO	INDEFERIDO
5	300614	CLEBER EDUARDO LEONCIO	INDEFERIDO
6	300791	DIVALDO GONCALVES DOS SANTOS	INDEFERIDO
7	300809	DOUGLAS SILVA	INDEFERIDO
8	301073	EDSON CARLOS ALVES DA SILVA	INDEFERIDO
9	300933	EDSON FERREIRA DA SILVA	INDEFERIDO
10	300620	ELIANA DE OLIVEIRA LEITE	INDEFERIDO
11	300194	EMERSON DOS SANTOS	INDEFERIDO
12	301131	ERLON MARCELO DOS REIS	INDEFERIDO
13	300766	FABIO SOARES DE OLIVEIRA	INDEFERIDO
14	300586	FLAVIO ANDRE DA CRUZ	INDEFERIDO
15	300905	GERIEL PEREIRA VIEIRA	INDEFERIDO
16	301016	JEICY DANIELILE PINTO MARTNIS	INDEFERIDO
17	300166	JEOVANES GUEDES DE CAMPOS	INDEFERIDO
18	301087	JOSE LUIZ DA SILVA	INDEFERIDO
19	300761	JOSUE BRAGA CABRAL	INDEFERIDO
20	300694	JULIANY APARECIDA SCACHETTI	INDEFERIDO
21	300396	JUNIOR FLORENTINO DE JESUS	INDEFERIDO
22	300751	LUCAS SOUZA DA MOTA	INDEFERIDO
23	300219	MARCOS APARECIDO DE JESUS	INDEFERIDO
24	300817	MARCOS LAURINDO DE OLIVEIRA	INDEFERIDO
25	300808	NACIEL JUNIOR CORREA	INDEFERIDO
26	301049	REGINALDO FRANCISCO DA COSTA	INDEFERIDO
27	300244	RICARDO TAVARES DA SILVA	INDEFERIDO
28	300912	ROBERTO CARLOS DA COSTA	INDEFERIDO
29	300996	RONIE PETERSON DIAS DA GUIA	INDEFERIDO
30	300048	THIAGO CESAR DE ARAUJO PASSOS	INDEFERIDO
31	300767	VAGNER SOARES	INDEFERIDO
32	301066	WAGNER FERREIRA GONÇALVES	INDEFERIDO
33	300797	WASHINGTON DE TORRES	INDEFERIDO

CARGO: 512 - SERVIÇOS GERAIS-FARMACIA POPULAR

Nº.	Nº. INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	
1	300210	ABRAÃO ISAQUE DE SOUZA	INDEFERIDO
2	300505	ANA PAULA DAS DORES SILVA	INDEFERIDO
3	300492	ANGELA ISABEL OSTI	INDEFERIDO
4	300039	EDNA DA SILVA AZEVEDO	INDEFERIDO
5	000021	GUSTAVO PABULO FERREIRA DE ASSUNÇÃO	INDEFERIDO
6	300837	ISABEL JUCIMEIRE ALMEIDA DO NASCIMENTO	INDEFERIDO
7	200000	LUIS FERNANDO DA SILVA PEREIRA	INDEFERIDO
8	300961	MARIUZA CANDIDA FERREIRA PEDROSA	INDEFERIDO
9	300901	NELMA GOMES DA SILVA	INDEFERIDO
10	300480	RAFAELA PAULA DE LIMA	INDEFERIDO
11	300064	RODRIGO DE OLIVEIRA AMADO	INDEFERIDO
12	301050	SELMA GONÞALVES DE JESUS	INDEFERIDO
14	300536	YHARA CRISTHYNA COUTO PEREIRA	INDEFERIDO

CARGO: 773 - TECNICO DE ENFERMAGEM-SAMU

Nº.	Nº. INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	
1	300517	ADILSON DA CRUZ DORADO	INDEFERIDO
2	300286	ALCIONE SANTANA DA SILVA	INDEFERIDO
3	300838	ANY CELIA ROSA BARBOSA	INDEFERIDO
4	300630	BENEDITA JOSEFINA DA SILVA	INDEFERIDO
5	300133	CAMILA APARECIDA DE LIMA	INDEFERIDO
6	300864	CRISTIANE AMARAL SANTANA CAMPOS	INDEFERIDO
7	300849	DEBORAH EDINI KURZ GOEMS	INDEFERIDO
8	300971	EDENILSON RODRIGUES DA SILVA	INDEFERIDO
9	300230	EDILIA APARECIDA DE OLIVEIRA	INDEFERIDO
10	300182	ELIDIORRAINE DE MOURA	INDEFERIDO
11	000030	ERYKA PATRICIA ANDRADE RIBEIRO	INDEFERIDO
12	300303	FERNANDA CATARINA LUCENTI DA SILVA	INDEFERIDO
13	300553	GILMARA MARISE DA SILVA	INDEFERIDO
14	300531	HELEN VARGAS DA SILVA	INDEFERIDO
15	301034	JULIANA CIRIACO DOS SANTOS	INDEFERIDO
16	300459	MARIA SELMA DE LIMA	INDEFERIDO
17	300092	MARILZA SILVA DE OLIVEIRA	INDEFERIDO
18	301118	MICHELI PASCHOAL RIBEIRO	INDEFERIDO
19	300977	MIRAILZA MATIS DE SOUZA	INDEFERIDO
20	300554	NICAELE CONTANTINO DE FARIAS SILVA	INDEFERIDO
21	300879	PATRICIA DA SILVA	INDEFERIDO
22	300409	RAQUEL DA SILVA OLIVEIRA	INDEFERIDO
23	300227	RONAYANE LITICIA DA SILVA QUINTEIRO	INDEFERIDO
24	300910	SERGIO DE LARA PINHO	INDEFERIDO
25	300789	SOLANGE DOS REIS	INDEFERIDO

CARGO: 699 - TÉCNICO DE RAIO - X - LEI 3340/2010

Nº.	Nº. INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	
1	300205	ADRIANE RODRIGUES DE ALMEIDA	INDEFERIDO
2	300264	ANA HELENA DA SILVA	INDEFERIDO
3	300775	EDSON CARPENA BERTINETTI	INDEFERIDO
4	300106	ELETÂNIA BERTOLDI	INDEFERIDO
5	300999	RAFAEL SANTANA ALMADA	INDEFERIDO
6	300734	RICARDO AGUIAR LEITE	INDEFERIDO
7	300811	THAIS MAIRA DIAS	INDEFERIDO
8	300023	WAGNA FERNANDA DE ARRUDA	INDEFERIDO

CARGO: 711 - TELEFONISTA AUX. REG. MÉDICA (TARMS)

Nº.	Nº. INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	
1	300629	ADRYEW TENUTES CAMARGO DA SILVA	INDEFERIDO
2	300226	CAMILA CRISTINA FERREIRA DA SILVA	INDEFERIDO
3	300757	EDINEYA SALES DA SILVA	INDEFERIDO
4	300385	GEANE DE SOUZA FRANCISCO	INDEFERIDO
5	300710	ADRIANA DA SILVA	INDEFERIDO
6	300239	ADRIANA RODRIGUES CORDEIRO	INDEFERIDO
7	000004	ALTIERI PEREIRA	INDEFERIDO
8	000026	ANA CLAUDIA PEREIRA DOS SANTOS	INDEFERIDO
9	300763	ANA PAULA MIRANDA DE MORAES	INDEFERIDO
10	300209	ANDREIA DE LIMA DOS SANTOS	INDEFERIDO
11	300730	BÁRBARA VIEIRA DE MELO	INDEFERIDO
12	300489	CARLA BIANCA LIMA PALMEIRA	INDEFERIDO
13	300421	CATARINA SILVA OLIVEIRA	INDEFERIDO
14	300311	DANIEL PARADELA DA SILVA JUNIOR	INDEFERIDO
15	300991	DEBORA BRUGNERA MORAIS	INDEFERIDO
16	300538	DEBORA DE SOUZA SILVA	INDEFERIDO
17	300310	DILVANE FERREIRA DE BARROS	INDEFERIDO
18	300078	DOUGLAS KESERLE DE OLIVEIRA	INDEFERIDO
19	301033	EDILIA APARECIDA DE OLIVEIRA	INDEFERIDO
20	300405	EDIRLENE SILVA DE ILIVEIRA	INDEFERIDO
21	300037	EDNA DA SILVA AZEVEDO	INDEFERIDO
22	300741	EDNALDO TENORIO DA SILVA	INDEFERIDO
23	300685	ELAINE CRISTINA DA SILVA	INDEFERIDO
24	300726	ELIANE DA SILVA MATOS PEREIRA DE DEUS	INDEFERIDO
25	300438	ELIANETH DE OLIVEIRA ROCHA	INDEFERIDO
26	300472	FABIANA CARDOSO DE LIMA	INDEFERIDO
27	300688	FABIANA CRISTINA DE JESUS	INDEFERIDO

28	300436	FABIANA MARTINS PATRICIO MARQUES	INDEFERIDO
29	300122	ILDA BEZERRA DE LIMA SOUZA	INDEFERIDO
30	300580	ISABELLA VAZ SIMAO	INDEFERIDO
31	301052	JESSICA GONCALVES DE JESUS	INDEFERIDO
32	300412	JOYCE BARBOSA DE FREITAS	INDEFERIDO
33	300167	JUCELIA ENEDINA DA COSTA	INDEFERIDO
34	300871	JULIANE ZANEZOKEMAIRO	INDEFERIDO
35	300973	JUNIOR PEREIRA DE ARAUJO	INDEFERIDO
36	300465	LEONARDO MASSI DA SILVA	INDEFERIDO
37	300298	LUCIANA RODRIGUES DA COSTA	INDEFERIDO
38	301138	LUIZ FERNANDES DA SILVA	INDEFERIDO
39	300054	MANUELA RODRIGUES ALVES	INDEFERIDO
40	301136	MARA LUCIA RODRIGUES DE SOUZA	INDEFERIDO
41	300267	MARIA LEONICE DA SILVA	INDEFERIDO
42	300027	MARLI DOMINGOS RIBEIRO	INDEFERIDO
43	300626	NUBIA PENHA FERNANDES	INDEFERIDO
44	300573	PAMELA MIRELLA ALVES RIBEIRO	INDEFERIDO
45	300890	PAULA ROBERTA FERREIRA BENA	INDEFERIDO
46	300668	PHANMELLA DA CRUZ GONCALVES	INDEFERIDO
47	300368	POLIANA APARECIDA DA ROSA	INDEFERIDO
48	300523	REGIANE FARIAS RIBEIRO	INDEFERIDO
49	300511	RENATA FERREIRA BUENO	INDEFERIDO
50	300923	ROZANGELA RODRIGUES FERREIRA	INDEFERIDO
51	300309	RUA BENEDITO PEREIRA DE OLIVEIRA	INDEFERIDO
52	300334	SHEILA APARECIDA MUNIZ DA CRUZ	INDEFERIDO
53	000027	STELA RODRIGUES DE SOUZA	INDEFERIDO
54	300458	TAÍS PEREIRA DA SILVA	INDEFERIDO
55	301072	TANIA FERNANDE SILVA	INDEFERIDO
56	300420	TATYANNY SILVA CRUZ	INDEFERIDO
57	300672	THAIS BRITO ANASTACIO	INDEFERIDO
58	301101	THAISE GEOVANA DA FONSECA FRANCA	INDEFERIDO
59	300176	VALERIA LEONARDI	INDEFERIDO
60	300783	VANDERLEY DOS SANTOS GOMES	INDEFERIDO
61	300328	VANESSA GLEICIKKELLI TELKA SANTOS	INDEFERIDO
62	301010	VICTOR FERREIRA BARBOZA DA SILVA	INDEFERIDO
63	300594	VIVIANE DOS SANTOS BATISTA	INDEFERIDO
64	300667	WILLIAN CONCEICAO DA SILVA	INDEFERIDO
65	300640	YHARA CRISTHYNA COUTO PEREIRA	INDEFERIDO

1.2.1 Os candidatos com as inscrições indeferidas deverão procurar a Secretaria Municipal de Saúde situado à Rua Antonio Hortolani, n°. 337 N – Centro, Tangará da Serra – MT, das 07h às 10h e 13h às 16h, nos dias 23 e 24 de Abril, portando o comprovante original de pagamento da taxa de inscrição.

2 Os locais e horário da realização da prova objetiva serão divulgados no site da organizadora **www.tangaradaserra.mt.gov.br** e **http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mt/** a partir do dia 26 de abril de 2013, conforme Item **6.4** do Edital de Abertura.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 22 de abril de 2013.

PROF. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA
Prefeito Municipal

ME. JOSÉ PEREIRA FILHO
Secretário Municipal de Administração

HELENA MARIA CAVALINI SOARES
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Andrea Cristina Trentini
Código Identificador:BB8C974D

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EDITAL COMPLEMENTAR N°. 008/2013 - RELAÇÃO OFICIAL DOS CANDIDATOS HABILITADOS PARA A AVALIAÇÃO PSICOLOGICA DO PROCESSO DE SELEÇÃO DOS CONSELHEIROS TUTELARES

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 008/2013

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2012

A Comissão Eleitoral Organizadora de Seleção dos Conselheiros Tutelares do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Tangará da Serra, designada por intermédio da Resolução n°. 12/2012/CMDCA, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO a relação oficial dos candidatos habilitados na etapa da análise documental, dando sequência para a próxima fase que é a Avaliação Psicológica do Processo Seletivo n°. 001/2012, destinado à escolha dos novos membros que irão compor o Conselho Tutelar para a gestão 2013/2015.

1 Divulgar a relação oficial dos candidatos habilitados para a etapa 1.3.4 do edital de abertura – **Avaliação Psicológica:**
CARGO: Conselheiro Tutelar

CLASSIFICAÇÃO	NOTA	NOME	INSC. N°.	DATA NASC.	CPF
1º	95,0	PAULA CRISTINA JUSTINO FERREIRA	196958	26/05/1978	69438404104
2º	95,0	VALQUIRIA DA SILVA	198516	19/05/1987	00621041106
3º	90,0	ALTAIR RIBEIRO DE OLIVEIRA	196896	01/07/1979	91234123134
4º	87,5	SIMONE FERREIRA DA SILVA LIRA	196922	12/10/1973	99653133187
5º	87,5	MARIA DE LOURDES CARVALHO	196920	23/02/1974	61645389120
6º	87,5	REILLY PEREIRA MELO	198519	23/08/1991	00702686140
7º	85,0	VASNI FIGUEIREDO MARISCO	196954	28/11/1964	82518424172
8º	85,0	TEREZA NUNES VIANA	196919	23/09/1975	84294841168
9º	85,0	MERIELLE APARECIDA CUSTODIO	198439	12/10/1991	03461788198
10º	77,5	CLAUDIA REGINA DELARCOS DE OLIVEIRA	198438	10/03/1967	38344335191
11º	77,5	AGNA DANTAS CAMPOS	196932	08/11/1970	57168865153
12º	77,5	ANGELA RAQUEL DOS SANTOS	196921	21/12/1977	97050890197
13º	77,5	ELISANGELA MARTINS DA SILVA	198434	07/03/1979	70824827104
14º	77,5	GISLAINE GONCALVES ANGOLA	196964	23/07/1981	94505470172
15º	77,5	DANIELA GOMES	196892	18/02/1990	03088798138
16º	75,0	MARCIA REGINA RIBEIRO	196940	02/06/1960	03673583875
17º	75,0	SONIA PINHEIRO	196949	08/11/1968	46100954168
18º	75,0	DAIANA DANIELA SOARES SILVA	196893	03/12/1983	00689387130
19º	72,5	LUCIENE FERREIRA SEGUNDO	196938	29/04/1977	88224619168
20º	70,0	SIRLEI PINTO DA CUNHA	198531	03/12/1970	58045511168
21º	65,0	LOURDES DOS SANTOS	196923	08/06/1967	10333137850
22º	65,0	MARIA DAS DORES DE SOUZA	198429	05/01/1970	52245578104
23º	60,0	MARILSA CONSUELITA TEODORO	196927	07/08/1961	58074430120
24º	60,0	PATRICIA MENDONÇA DA SILVA	196879	16/08/1984	00928061124

2 Os candidatos habilitados para a avaliação psicológica deverão dirigir-se aos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, conforme abaixo:

a) Os classificados em 1º ao 8º lugar deverão comparecer ao CRAS da Vila Araputanga, sito à Rua Coxiponés nº 437-W (ao lado Posto de Saúde) – Vila Araputanga;
b) Os classificados em 9º ao 16º lugar deverão comparecer ao CRAS da Vila Esmeralda, sito à Rua 11 nº 2.147-W antiga Creche (uma quadra após a Praça) - Vila Esmeralda;

c) Os classificados 17º a 24º lugar deverão comparecer ao CRAS do Alto da Boa Vista, sito à Rua Andorinhas s/nº (abaixo do antigo Posto Policial);

3 A realização da avaliação psicológica será no dia 26.04.13 (sexta-feira), devendo os candidatos estarem nos locais especificados nos itens A, B e C às 07:30 horas, sendo que o não comparecimento dos mesmos na data e horário determinado estarão automaticamente desclassificados;

Tangará da Serra, 19 de abril de 2013.

PROFº FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA
Prefeito Municipal

MAGDA FERREIRA DE ANDRADE LUPPI
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Andrea Cristina Trentini
Código Identificador:9F926ED3

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO-AMBIENTE
RESOLUÇAO 015/COMDEMA/2013

Tangará da Serra, 10 de abril de 2013
4ª Reunião extraordinária

RESOLVE APROVAR O PROJETO DE LOTEAMENTO URBANO DENOMINADO "LOTEAMENTO FLAMBOYANT".

O **Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA**, no exercício de sua competência prevista no artigo 8º da Lei Complementar n.º 149, de 3 de novembro de 2010 e,

Considerando a decisão, por unanimidade, do pleno do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Projeto denominado "Loteamento Flamboyant";
Art. 2º - Recomenda ao Poder Executivo aprovar o Loteamento apenas com parecer favorável pela Secretaria Municipal de Saúde quanto à questão sanitária, visto a proximidade do empreendimento com o aviário.
Art. 3º - Recomenda que o proprietário do aviário seja consultado oficialmente quanto à permanência do mesmo no local.
Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSUÉ RIBEIRO S. NUNES
Presidente do COMDEMA

Publicado por:
Miriam de Oliveira Inocêncio
Código Identificador:CD38E3DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO-AMBIENTE
RESOLUÇAO 016/COMDEMA/2013

RESOLUÇÃO COMDEMA 016/2013
Tangará da Serra, 19 de Abril de 2013
5ª Reunião extraordinária.

CRIA A CÂMARA ESPECIALIZADA DO BALNEÁRIO BIQUINHA .

O **Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA**, no exercício de sua competência prevista no artigo 8º da Lei Complementar n.º 149, de 3 de novembro de 2010 e,

Considerando a decisão, por unanimidade, do pleno do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA;

RESOLVE:
Art. 1º - Criar a **CÂMARA ESPECIALIZADA TEMPORÁRIA DO BALNEÁRIO BIQUINHA**, que analisará e apresentará parecer sobre autorização de uso da área de preservação permanente e compensação da mesma em área de função ecológica semelhante, no prazo de sessenta (60) dias, prorrogáveis por mais sessenta dias, composta pelos membros abaixo elencados e coordenada pelo primeiro.
I. Secretaria Municipal do Meio Ambiente;
II. Secretaria Municipal de Planejamento
III. Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT;
IV. Ministério Público – MP;
V. Universo Verde;
VI. Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA;
VII. Ordem dos Advogados do Brasil;

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSUÉ RIBEIRO DA SILVA NUNES
Presidente do COMDEMA

Publicado por:
Miriam de Oliveira Inocêncio
Código Identificador:C362D4D3

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL – DO TIPO MENOR PREÇO N°. 23/2013

O Município de Terra Nova do Norte - MT, através de sua Pregoeira, torna publico, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL N°. 23/2013, tendo como objeto: Aquisição de Peças originais de 1º linha e serviços elétricos para manutenção dos veículos da frota municipal conforme Termo de Referencia Anexo I do edital de Pregão 23/2013, com realização prevista para o dia 02 de maio de 2013, às 8:00 (oito horas), horário de Mato Grosso. O edital completo estará disponível no site www.terranovadonorte.mt.gov.br e também no horário de expediente, na Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT / Departamento de Licitações, sito Cloves Felício Vetoratto, 101, Centro, Terra Nova do Norte - MT.

Terra Nova do Norte - MT, 19 de abril de 2013.

ELIZANGELA DE OLIVEIRA AZEVEDO DOS SANTOS
Pregoeira

Publicado por:
Elizangela de Oliveira Azevedo Santos
Código Identificador:6FB0A000

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1081/2013

Súmula: "DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA ESTRUTURA DA LEI 1042/2012, LEI ORÇAMENTARIA ANUAL DO MUNICIPIO DO EXERCICIO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O SENHOR MILTON JOSÉ TONIAZZO, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R$ 911.120,00 (novecentos e onze mil cento e vinte reais), destinado as Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, para atender ao projeto 2.021 denominado Manutenção e encargos do Transporte Escolar.
Artigo 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar em seu Orçamento Programa 2013 a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer		
Unidade: 003 – Departamento de Transporte Escolar		
Função: 12 – Educação		
Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental		
Programa: 0030 – Programa de Manutenção do Transporte Escolar		
Projeto 2021: Manutenção e encargos do Transporte Escolar.		
Natureza da Despesa:		
4490.52.00.00 – Equipamento e Material Permanente	R$	911.120,00
TOTAL DA AÇÃO	**R$**	**911.120,00**

Artigo 3º - O presente crédito adicional ampara-se no artigo 40 e 43 da Lei nº. 4.320/64 de 17 de março de 1964, e os recursos utilizados são os previstos no inciso II do § 1º do Artigo 43 da lei citada, ou seja, provenientes do excesso de arrecadação vinculada, nos termos e em

conformidade com o Acórdão nº. 3.145/2.006 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.
Artigo 4º - Os recursos utilizados para atender o presente crédito configurando o excesso de arrecadação vinculado serão aqueles originários do Termo de Compromisso nº. 8140/2013, Celebrado com o Ministério da Educação através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
Artigo 5º - O Orçamento Geral do Município fica elevado em virtude da aprovação da presente Lei em mais R$ 911.120,00 (novecentos e onze mil cento e vinte reais).
Artigo 6º - Fica igualmente autorizado à atualização na Lei Municipal nº. 1027/2012 - LDO 2013 e Lei Municipal nº. 903/2009 - PPA 2010/2013, as alterações descritas nesta lei.
Artigo 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, aos dezenove dias do mês de abril do ano de dois mil e treze.

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Maisa Maciel
Código Identificador:696F1773

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1080/2013

Súmula: "DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE ACADEMIAS AO AR LIVRE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O SENHOR MILTON JOSÉ TONIAZZO, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instalar academias ao ar livre no Município de Terra Nova do Norte/MT.
Parágrafo Único – O objetivo deste programa é orientar, difundir, estimular e apoiar a prática de atividades físicas e de lazer, em locais adequados e previamente escolhidos pelo Poder Executivo, com a orientação técnica devida, proporcionada por profissionais de Educação Física e/ou estagiários, visando melhorar a qualidade de vida dos munícipes.
Artigo 2º - As academias de ginásticas a que alude o artigo anterior contarão com conjunto próprio de aparelhos de ginástica; assim como placas informativas acerca da correta utilização de cada aparelho; a indicação das idades às quais cada aparelho é adequado, e seus benefícios de utilização.
Parágrafo Único – Em placa indicativa em moldes e termos suficientemente claros, o Executivo Estadual categoricamente desautorizará a prática esportiva sem a prévia orientação médica, explicitando os malefícios de tal situação.
Artigo 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com empresas públicas e privadas, e instituições afins, com capacitação técnica e/ou interesse em patrocinar a presente iniciativa para viabilizar a implantação do referido projeto.
Artigo 4º - O Poder Executivo, através das Secretarias de Educação, Saúde, Cultura e Desporto, organizará a execução desta Lei, bem como ficará responsável pela gestão das mesmas.

Artigo 5º - Os locais onde serão instaladas as referidas academias serão preferencialmente áreas verdes localizadas nos bairros da Cidade e Agrovilas, como: praças, canteiro central, redondos e afins.
Artigo 6º - Para a consecução dos objetivos desta Lei, o Poder Executivo fica autorizado a incluir as despesas no orçamento vigente, por meio de abertura de suplementação ou crédito especial, bem como, incluir no Plano Plurianual vigente.
Artigo 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e treze.

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Maisa Maciel
Código Identificador:54C326B5

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº 07.2013

ATO Nº 07/2013.
Data: 07/02/2013.

Designa servidor para acompanhamento e fiscalização da execução dos Contratos abaixo descritos, firmados pelo Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL, Estado de Mato Grosso, Sr. ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, no uso de suas atribuições legais e observando as normativas de controle interno nº 034/2012 em vigor.
R E S O L V E:
Art. 1º - Designar o(a) servidor(a) municipal VALDECIR MARTINS DE LIMA, portador do CPF nº 752.957.769-72, lotada na Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento ocupante do Cargo de Gestor Administrativo Financeiro, para proceder ao acompanhamento e fiscalização da execução dos objetos dos contratos abaixo discriminados:

Nº CONTRATO	OBJETO	CONTRATANTE	CONTRATADO(A)	VIGÊNCIA
18/2013	Prestação de serviços de Manutenção da Rede de Iluminação Pública do município.	Prefeitura Municipal	Genivaldo Gomes - ME	06/02/2013 à 31/12/2013
19/2013	Execução de Obra no Regime de Empreitada por preço da Reforma da Escola Municipal de Educação Básica Matilde Altenhofen.	Prefeitura Municipal	RCA Construtora LTDA	06/02/2013 à 23/04/2013
20/2013	Aquisição/Fornecimento de Combustível para Uso da Frota de Veículos e Máquinas Rodoviárias Municipais.	Prefeitura Municipal	Auto posto Madeira - ME	06/02/2013 à 31/12/2013

Art. 2º - O(a) servidor(a) ora designado(a), caso tome conhecimento da ocorrência de falhas ou defeitos relacionadas com a execução do contrato, deverá determinar diretamente ao(à) Contratado(a) a adoção das providências saneadoras, ou, se necessário, comunicar os fatos à autoridade superior para as providências cabíveis.
Art. 3º - O(a) servidor(a) ora designado(a) não terá nenhuma remuneração extra pelos serviços ora atribuídos, sendo considerado serviço público relevante.
Art. 4º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 07 de fevereiro de 2013.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:9AD3B436

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº 08.2013

ATO Nº 08/2013.
Data: 07/02/2013.

Designa servidor para acompanhamento e fiscalização da execução dos Contratos abaixo descritos, firmados pelo Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL, Estado de Mato Grosso, Sr. ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, no uso de suas atribuições legais e observando as normativas de controle interno nº 034/2012 em vigor.
R E S O L V E:
Art. 1º - Designar o (a) servidor (a) municipal ANTONIO SERGIO FIORILLIO, portador do CPF nº 062.212.678-30, Secretario Municipal de Fazenda e Planejamento, para proceder ao acompanhamento e fiscalização da execução dos objetos dos contratos abaixo discriminados:

Nº CONTRATO	OBJETO	CONTRATANTE	CONTRATADO (A)	VIGÊNCIA
21/2013	Prestação de serviços Técnicos Especializados de Contabilidade Pública e Assessoria em Cumprimento a Lei 4320/64, LRF e Controle Interno.	Prefeitura Municipal	AG Consultoria e Contabilidade LTDA-EPP	06/02/2013 à 31/12/2013

Art. 2º - O(a) servidor(a) ora designado(a), caso tome conhecimento da ocorrência de falhas ou defeitos relacionadas com a execução do contrato, deverá determinar diretamente ao(à) Contratado(a) a adoção das providências saneadoras, ou, se necessário, comunicar os fatos à autoridade superior para as providências cabíveis.
Art. 3º - O(a) servidor(a) ora designado(a) não terá nenhuma remuneração extra pelos serviços ora atribuídos, sendo considerado serviço público relevante.
Art. 4º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 07 de fevereiro de 2013.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:179DD651

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº 09.2013

ATO Nº 09/2013.
Data: 07/02/2013.

Designa servidor para acompanhamento e fiscalização da execução dos Contratos abaixo descritos, firmados pelo Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL, Estado de Mato Grosso, Sr. ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, no uso de suas atribuições legais e observando as normativas de controle interno nº 034/2012 em vigor.
R E S O L V E:
Art. 1º - Designar o (a) servidor (a) municipal ELISENA LINS MARCON, portadora do CPF nº 951.527.099-53, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para proceder ao acompanhamento e fiscalização da execução dos objetos dos contratos abaixo discriminados:

Nº CONTRATO	OBJETO	CONTRATANTE	CONTRATADO (A)	VIGÊNCIA
22/2013	Prestação de serviços Médicos Especializados Compreendendo Consultas Ginecológicas e Consultas de Pré-Natal Gestantes de Baixo e Alto Risco.	Prefeitura Municipal	Ilídio Couto Moreira	06/02/2013 à 31/12/2013

Art. 2º - O(a) servidor(a) ora designado(a), caso tome conhecimento da ocorrência de falhas ou defeitos relacionadas com a execução do contrato, deverá determinar diretamente ao(à) Contratado(a) a adoção das providências saneadoras, ou, se necessário, comunicar os fatos à autoridade superior para as providências cabíveis.
Art. 3º - O(a) servidor(a) ora designado(a) não terá nenhuma remuneração extra pelos serviços ora atribuídos, sendo considerado serviço público relevante.
Art. 4º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 07 de fevereiro de 2013.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:C451D6BD

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº 10.2013

ATO Nº 10/2013.
Data: 15/02/2013.

Designa servidor para acompanhamento e fiscalização da execução dos Contratos abaixo descritos, firmados pelo Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL, Estado de Mato Grosso, Sr. ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, no uso de suas atribuições legais e observando as normativas de controle interno nº 034/2012 em vigor.
R E S O L V E:
Art. 1º - Designar o (a) servidor (a) municipal ORLANDA MOCELIN, portadora do CPF nº 875.404.361-15, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para proceder ao acompanhamento e fiscalização da execução dos objetos dos contratos abaixo discriminados:

Nº CONTRATO	OBJETO	CONTRATANTE	CONTRATADO (A)	VIGÊNCIA
23/2013	Locação de uma Casa de Moradia Destinada a Alojar Temporariamente uma Família com 02 Crianças em Idade Escolar.	Prefeitura Municipal	João Eder Bartolomeu	14/02/2013 à 13/08/2013

Art. 2º - O(a) servidor(a) ora designado(a), caso tome conhecimento da ocorrência de falhas ou defeitos relacionadas com a execução do contrato, deverá determinar diretamente ao(à) Contratado(a) a adoção das providências saneadoras, ou, se necessário, comunicar os fatos à autoridade superior para as providências cabíveis.
Art. 3º - O(a) servidor(a) ora designado(a) não terá nenhuma remuneração extra pelos serviços ora atribuídos, sendo considerado serviço público relevante.
Art. 4º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 15 de fevereiro de 2013.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:CE7F42C7

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº 11.2013

ATO Nº 11/2013.
Data: 19/02/2013.

Designa servidor para acompanhamento e fiscalização da execução dos Contratos abaixo descritos, firmados pelo Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL, Estado de Mato Grosso, Sr. ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, no uso de suas atribuições legais e observando as normativas de controle interno nº 034/2012 em vigor.
R E S O L V E:
Art. 1º - Designar o (a) servidor (a) municipal BRUNA DE MIRANDA, portadora do CPF nº 015.124.611-48, Lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para proceder ao acompanhamento e fiscalização da execução dos objetos dos contratos abaixo discriminados:

Nº CONTRATO	OBJETO	CONTRATANTE	CONTRATADO (A)	VIGÊNCIA
24/2013	Prestação de Serviços	Prefeitura Municipal	Areosvaldo Silva	18/02/2013
	Transporte Escolar.		Fernandes - EI	à 31/12/2013

Art. 2º - O(a) servidor(a) ora designado(a), caso tome conhecimento da ocorrência de falhas ou defeitos relacionadas com a execução do contrato, deverá determinar diretamente ao(à) Contratado(a) a adoção das providências saneadoras, ou,se necessário, comunicar os fatos à autoridade superior para as providências cabíveis.
Art. 3º - O(a) servidor(a) ora designado(a) não terá nenhuma remuneração extra pelos serviços ora atribuídos, sendo considerado serviço público relevante.
Art. 4º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 19 de fevereiro de 2013.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:2EEF7560

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº 12.2013

ATO Nº 12/2013.
Data: 07/03/2013.

Designa servidor para acompanhamento e fiscalização da execução dos Contratos abaixo descritos, firmados pelo Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL, Estado de Mato Grosso, Sr. ILDO RIBEIRO
DE MEDEIROS, no uso de suas atribuições legais e observando as normativas de controle interno nº 034/2012 em vigor.
R E S O L V E:
Art. 1º - Designar o (a) servidor (a) municipal ANTONIO SERGIO FIORILLIO, portador do CPF nº 069.212.678-30, Secretario Municipal de Fazenda e Planejamento, para proceder ao acompanhamento e fiscalização da execução dos objetos dos contratos abaixo discriminados:

Nº CONTRATO	OBJETO	CONTRATANTE	CONTRATADO (A)	VIGÊNCIA
25/2013	Aquisição de Licença de Uso de Soluções Informatizadas de Gestão Pública.	Prefeitura Municipal	Agili Softwares para Area publica LTDA	26/02/2013 à 31/12/2013
26/2013	Aquisição de Soluções Integradas Interativa de Computador e projeção e Solução de Lousa Digital.	Prefeitura Municipal	Daruma Telecomunicações e Informática LTDA	01/03/2013 à 01/03/2015
28/2013	Prestação de Serviços Técnicos Especializados Relativos à Elaboração de Planilhas e Projetos de Obras.	Prefeitura Municipal	Genivaldo Gomes - ME	07/03/2013 à 31/12/2013

Art. 2º - O(a) servidor(a) ora designado(a), caso tome conhecimento da ocorrência de falhas ou defeitos relacionadas com a execução do contrato, deverá determinar diretamente ao(à) Contratado(a) a adoção das providências saneadoras, ou, se necessário, comunicar os fatos à autoridade superior para as providências cabíveis.
Art. 3º - O(a) servidor(a) ora designado(a) não terá nenhuma remuneração extra pelos serviços ora atribuídos, sendo considerado serviço público relevante.
Art. 4º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 07 de março de 2013.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:9DE71573

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº 14.2013

ATO Nº 14/2013.
Data: 12/03/2013.

Designa servidor para acompanhamento e fiscalização da execução dos Contratos abaixo descritos, firmados pelo Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL, Estado de Mato Grosso, Sr. ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, no uso de suas atribuições legais e observando as normativas de controle interno nº 034/2012 em vigor.
R E S O L V E:
Art. 1º - Designar o (a) servidor (a) municipal ELISENA LINS MARCON, portadora do CPF nº 951.527.099-53, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para proceder ao acompanhamento e fiscalização da execução dos objetos dos contratos abaixo discriminados:

Nº CONTRATO	OBJETO	CONTRATANTE	CONTRATADO (A)	VIGÊNCIA
34/2013	Aquisição de Medicamentos, Materiais de Procedimentos Médicos e Odontológicos.	Prefeitura Municipal	Dental Centro Oeste LTDA	11/03/2013 à 31/12/2013
35/2013	Aquisição de medicamentos.	Prefeitura Municipal	Dimaster Com. De Produtos Hospitalares LTDA	11/03/2013 à 31/12/2013
36/2013	Aquisição de Materiais de Procedimentos Médicos e Odontológicos.	Prefeitura Municipal	Hiperdental Comercio e Representações de Produtos Odontológicos e Medico-Hospitalar LTDA - EPP	11/03/2013 à 31/12/2013
37/2013	Aquisição de medicamentos.	Prefeitura Municipal	Recmed Comercio de Materiais Hospitalares - Eireli	11/03/2013 à 31/12/2013
38/2013	Aquisição de Materiais de Procedimentos Médicos e Odontológicos.	Prefeitura Municipal	VL Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares LTDA- ME	11/03/2013 à 31/12/2013
39/2013	Aquisição de Materiais de Procedimentos Médicos e Odontológicos.	Prefeitura Municipal	Dental Rezende LTDA-EPP	11/03/2013 à 31/12/2013
40/2013	Aquisição de medicamentos.	Prefeitura Municipal	RJ Hospitalar LTDA - ME	11/03/2013 à 31/12/2013

Art. 2º - O(a) servidor(a) ora designado(a), caso tome conhecimento da ocorrência de falhas ou defeitos relacionadas com a execução do contrato, deverá determinar diretamente ao(à) Contratado(a) a adoção das providências saneadoras, ou, se necessário, comunicar os fatos à autoridade superior para as providências cabíveis.
Art. 3º - O(a) servidor(a) ora designado(a) não terá nenhuma remuneração extra pelos serviços ora atribuídos, sendo considerado serviço público relevante.
Art. 4º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 12 de março de 2013.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:77D49C3A

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº 15.2013

ATO Nº 15/2013.
Data: 22/03/2013.

Designa servidor para acompanhamento e fiscalização da execução dos Contratos abaixo descritos, firmados pelo Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL, Estado de Mato Grosso, Sr. ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, no uso de suas atribuições legais e observando as normativas de controle interno nº 034/2012 em vigor.
R E S O L V E:
Art. 1º - Designar o (a) servidor (a) municipal ADRIANE SALETE DAROLD, portadora do CPF nº 001.151.309-85, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para proceder ao acompanhamento e fiscalização da execução dos objetos dos contratos abaixo discriminados:

Nº CONTRATO	OBJETO	CONTRATANTE	CONTRATADO (A)	VIGÊNCIA
41/2013	Aquisição/Fornecimento de	Prefeitura	Frandoloso &	21/03/2013

	Gêneros Alimentícios para as Diversas Secretarias Municipais.	Municipal	Schmitt LTDA-EPP.	à 31/12/2013

Art. 2º - O(a) servidor(a) ora designado(a), caso tome conhecimento da ocorrência de falhas ou defeitos relacionadas com a execução do contrato, deverá determinar diretamente ao(à) Contratado(a) a adoção das providências saneadoras, ou, se necessário, comunicar os fatos à autoridade superior para as providências cabíveis.
Art. 3º - O(a) servidor(a) ora designado(a) não terá nenhuma remuneração extra pelos serviços ora atribuídos, sendo considerado serviço público relevante.
Art. 4º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 22 de março de 2013.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:C4359B50

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº 16.2013

ATO Nº 16/2013.
Data: 26/03/2013.

Designa servidor para acompanhamento e fiscalização da execução dos Contratos abaixo descritos, firmados pelo Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL, Estado de Mato Grosso, Sr. ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, no uso de suas atribuições legais e observando as normativas de controle interno nº 034/2012 em vigor.
R E S O L V E:
Art. 1º - Designar o (a) servidor (a) municipal ANTONIO SERGIO FIORILLIO, portador do CPF nº 062.212.678-30, Secretario Municipal de Fazenda e Planejamento, para proceder ao acompanhamento e fiscalização da execução dos objetos dos contratos abaixo discriminados:

Nº CONTRATO	OBJETO	CONTRATANTE	CONTRATADO (A)	VIGÊNCIA
42/2013	Prestação de serviços Técnicos Especializados de Consultoria e Assessoria Relativos a Apuração do Índice de Participação do Município na Arrecadação e Repartição do ICMS – Cota-parte dos 25%.	Prefeitura Municipal	G. Lanzarini - ME	26/03/2013 à 26/07/2013

Art. 2º - O(a) servidor(a) ora designado(a), caso tome conhecimento da ocorrência de falhas ou defeitos relacionadas com a execução do contrato, deverá determinar diretamente ao(à) Contratado(a) a adoção das providências saneadoras, ou, se necessário, comunicar os fatos à autoridade superior para as providências cabíveis.
Art. 3º - O(a) servidor(a) ora designado(a) não terá nenhuma remuneração extra pelos serviços ora atribuídos, sendo considerado serviço público relevante.
Art. 4º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 26 de março de 2013.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:15591A62

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº 17.2013

ATO Nº 17/2013.
Data: 27/03/2013.

Designa servidor para acompanhamento e fiscalização da execução dos Contratos abaixo descritos, firmados pelo Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL, Estado de Mato Grosso, Sr. ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, no uso de suas atribuições legais e observando as normativas de controle interno nº 034/2012 em vigor.
R E S O L V E:
Art. 1º - Designar o (a) servidor (a) municipal ORLANDA MOCELIN, portadora do CPF nº 875.404.361-15, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para proceder ao acompanhamento e fiscalização da execução dos objetos dos contratos abaixo discriminados:

Nº CONTRATO	OBJETO	CONTRATANTE	CONTRATADO (A)	VIGÊNCIA
43/2013	Prestação de Serviços de Recarga de Tonners e Cartuchos de Tinta de Impressora.	Prefeitura Municipal	Atalaia Comercio e Remanufaturamento de Cartuchos LTDA - ME	26/03/2013 à 31/12/2013
44/2013	Aquisição de Materiais de Expediente para Uso das Diversas Secretarias Municipais.	Prefeitura Municipal	Migliorini & Migliorini LTDA - EPP	27/03/2013 à 31/12/2013

Art. 2º - O(a) servidor(a) ora designado(a), caso tome conhecimento da ocorrência de falhas ou defeitos relacionadas com a execução do contrato, deverá determinar diretamente ao(à) Contratado(a) a adoção das providências saneadoras, ou, se necessário, comunicar os fatos à autoridade superior para as providências cabíveis.
Art. 3º - O(a) servidor(a) ora designado(a) não terá nenhuma remuneração extra pelos serviços ora atribuídos, sendo considerado serviço público relevante.
Art. 4º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 27 de março de 2013.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:F74426B1

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº 18.2013

ATO Nº 18/2013.
Data: 10/04/2013.

Designa servidor para acompanhamento e fiscalização da execução dos Contratos abaixo descritos, firmados pelo Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL, Estado de Mato Grosso, Sr. ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, no uso de suas atribuições legais e observando as normativas de controle interno nº 034/2012 em vigor.
R E S O L V E:
Art. 1º - Designar o(a) servidor(a) municipal VALDECIR MARTINS DE LIMA , portador do CPF nº 752.957.769-72, lotada na Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento ocupante do Cargo de Gestor Administrativo Financeiro, para proceder ao acompanhamento e fiscalização da execução dos objetos dos contratos abaixo discriminados:

Nº CONTRATO	OBJETO	CONTRATANTE	CONTRATADO(A)	VIGÊNCIA
45/2013	Aquisição Parcelada de Pneus, Camaras de Ar e Protetores	Prefeitura Municipal	Hanneliese Reiter Pattis - EPP	28/03/2013 à 31/12/2013
52/2013	Aquisição de Impressos, Carimbos e Outros Materiais de Gráfica	Prefeitura Municipal	L. Delazari Grafica - ME	10/04/2013 à 31/12/2013

Art. 2º - O(a) servidor(a) ora designado(a), caso tome conhecimento da ocorrência de falhas ou defeitos relacionadas com a execução do contrato, deverá determinar diretamente ao(à) Contratado(a) a adoção das providências saneadoras, ou, se necessário, comunicar os fatos à autoridade superior para as providências cabíveis.

Art. 3º - O(a) servidor(a) ora designado(a) não terá nenhuma remuneração extra pelos serviços ora atribuídos, sendo considerado serviço público relevante.
Art. 4º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 10 de abril de 2013.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:640D9393

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº 19.2013

ATO Nº 19/2013.
Data: 10/04/2013.

Designa servidor para acompanhamento e fiscalização da execução dos Contratos abaixo descritos, firmados pelo Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL, Estado de Mato Grosso, Sr. ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, no uso de suas atribuições legais e observando as normativas de controle interno nº 034/2012 em vigor.
R E S O L V E:
Art. 1º - Designar o (a) servidor (a) municipal ORLANDA MOCELIN, portadora do CPF nº 875.404.361-15, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para proceder ao acompanhamento e fiscalização da execução dos objetos dos contratos abaixo discriminados:

Nº CONTRATO	OBJETO	CONTRATANTE	CONTRATADO (A)	VIGÊNCIA
46/2013	Aquisição de Produtos de Higiene, para Uso das Diversas Secretarias Municipais.	Prefeitura Municipal	Frandoloso & Schmitt e Cia LTDA - EPP	09/04/2013 à 31/12/2013
47/2013	Aquisição de Produtos de Higiene, para Uso das Diversas Secretarias Municipais.	Prefeitura Municipal	Supermercado São João LTDA - EPP	09/04/2013 à 31/12/2013
48/2013	Aquisição de Utensílios Diversos, para Uso das Diversas Secretarias Municipais.	Prefeitura Municipal	Frandoloso & Schmitt e Cia LTDA - EPP	09/04/2013 à 31/12/2013
49/2013	Aquisição de Utensílios Diversos, para Uso das Diversas Secretarias Municipais.	Prefeitura Municipal	Supermercado São João LTDA - EPP	09/04/2013 à 31/12/2013
50/2013	Aquisição de Produtos de Limpeza, para Uso das Diversas Secretarias Municipais.	Prefeitura Municipal	Frandoloso & Schmitt e Cia LTDA - EPP	09/04/2013 à 31/12/2013
51/2013	Aquisição de Produtos de Limpeza, para Uso das Diversas Secretarias Municipais.	Prefeitura Municipal	Supermercado São João LTDA - EPP	09/04/2013 à 31/12/2013

Art. 2º - O(a) servidor(a) ora designado(a), caso tome conhecimento da ocorrência de falhas ou defeitos relacionadas com a execução do contrato, deverá determinar diretamente ao(à) Contratado(a) a adoção das providências saneadoras, ou, se necessário, comunicar os fatos à autoridade superior para as providências cabíveis.
Art. 3º - O(a) servidor(a) ora designado(a) não terá nenhuma remuneração extra pelos serviços ora atribuídos, sendo considerado serviço público relevante.
Art. 4º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 10 de abril de 2013.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:A77AA9C9

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: I Termo Aditivo ao Contrato de Aquisição/Fornecimento de Gêneros Alimentícios sob nº 041/2013.
Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratada: FRANDOLOSO & SCHMITT LTDA. – EPP.
CNPJ: 02.721.137/0001-60.
Do Acréscimo de Objeto: Por força do presente Termo Aditivo, na forma prevista na Subcláusula Quarta, da Cláusula Primeira, do Contrato de Aquisição/Fornecimento de Gêneros Alimentícios sob Nº 041/2013, firmado entre as partes supracitadas em 21/03/2013 e em observância ao limite disposto no § 1º do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, fica acrescentado ao objeto do contrato original os gêneros alimentícios descritos no Anexo Único deste Termo Aditivo.
Do Acréscimo de Valor: Com o acréscimo de quantitativo dos gêneros alimentícios objeto do presente termo aditivo, na forma do Anexo Único deste aditivo, fica acrescentado o valor de R$ 9.764,05 (nove mil, setecentos e sessenta e quatro reais e cinco centavos), obedecido o limite legal.
Da Dotação Orçamentária:
07.001.08.244.0018.2.022-3390.30.00.00.00 – Material de Consumo – (Ficha nº 158).
Ratificação: Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas do Contrato de Aquisição/Fornecimento de Gêneros Alimentícios sob Nº 041/2013, firmado entre as partes supracitadas em 21 de março de 2013, que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.
Data de assinatura do I Termo Aditivo: 17/04/2013.
Signatários:
ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito de União do Sul
RENATO HENRIQUE FRANDOLOSO
Pela Contratada.

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:5E69F304

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Aquisição/Fornecimento de Materiais de Construção.
Nº do Contrato: Nº 053/2013.
Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratada: Margarete Zílio – ME.
CNPJ: 01.888.465/0001-93.
Objeto: Aquisição/Fornecimento de Materiais de Construção para uso das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Saúde, Assistência Social, Obras Viação e Urbanismo, e Esporte e Lazer, durante o exercício de 2013, conforme descrição dos produtos no Anexo I do Edital da Licitação Convite-Edital nº 015/2013 – Processo nº 025/2013, na forma da proposta vencedora da referida licitação e do mapa de apuração, parte integrante deste contrato.
Valor: R$ 41.727,24 (quarenta e um mil, setecentos e vinte e sete reais e vinte e quatro centavos), referente a 36 itens do objeto do Anexo I da licitação, na forma da proposta vencedora e do mapa de apuração.
Cód. Dotações Orçamentárias:
(25) 04.122.0003.2.004 – 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
(81) 12.361.0035.2.046 – 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
(126) 10.301.0026.2.031 – 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
(151) 08.242.0017.2.020 – 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
(166) 08.244.0017.2.016 – 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
(195) 15.451.0013.2.013 – 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
(209) 26.782.0014.2.014 – 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
(241) 27.812.0034.2.048 – 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Vigência: Até 31/12/2013.
Data de assinatura: 19/04/2013.
Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito de União do Sul
MARGARETE ZÍLIO
Pela Contratada.

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:EE09C8E3

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 059/2013.

Dispõe sobre conversão em pecúnia de parcela da Licença Prêmio do servidor que menciona e dá outras providências.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; observando o disposto no art. 122, § 5º, combinado com o art. 126, da Lei Complementar nº 015, de 16 de novembro de 2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais); e

Considerando o teor do Requerimento subscrito pelo servidor abaixo identificado, devidamente justificado e enquadrando-se nos termos dispostos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

R E S O L V E:

Art. 1º - Por força desta Portaria, fica convertida em pecúnia a parcela de 60 (sessenta) dias da Licença Prêmio por Assiduidade do servidor efetivo MIGUEL JOAQUIM SOARES – *Vigia*, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, portador do R.G. nº 6053006133 SSP/RS e do CPF nº 793.938.969-68, compreendendo para efeito de conversão em pecúnia o período de 01 de abril de 2013 a 31 de maio de 2013.

Parágrafo Único – A conversão em pecúnia compreende o vencimento do cargo efetivo em que o servidor encontra-se enquadrado.

Art. 2º - A licença prêmio ora convertida em pecúnia refere-se ao período aquisitivo de 01 de agosto de 2007 a 31 de dezembro de 2011, em decorrência do enquadramento no novo Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Profissionais da Saúde (Lei Municipal nº 420, de 16/11/2011), tendo reconhecido o direito à licença prêmio proporcional.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeito à 01 de abril de 2013.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 16 de abril de 2013.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:56A8F80F

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº 495, DE 19 DE ABRIL DE 2013.

Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, do Exercício Financeiro de 2013 e dá outras providências.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso.

"Faço saber que a CÂMARA DE VEREADORES aprova e eu sanciono a seguinte Lei:"

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no Orçamento Geral do Município, do exercício financeiro de 2013, um Crédito Adicional Suplementar, nos termos do Art. 41, inciso I, da Lei 4.320/64, no valor de R$ 42.992,93 (quarenta e dois mil, novecentos e noventa e dois reais e noventa e três centavos), para reforço da seguinte dotação orçamentária:
05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
05.001 – DEPARTAMENTO DE APOIO EDUCACIONAL
05.001.12 - Educação
05.001.12.361 – Ensino Fundamental.
05.001.12.361.0035 – Ensino Fundamental
05.001.12.361.0035.1.095 – Construção, Reforma e Ampliação de Unidades Escolares.
(247) 4490.51.00.00.00 – Obras e Instalações = R$ 42.992,93.

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar autorizado no artigo 1º desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado anular igual importância, nos termos do Art. 43, § 1º, Inciso III, da Lei 4.320/64, das seguintes dotações orçamentárias:
05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
05.001 – DEPARTAMENTO DE APOIO EDUCACIONAL
(61) 12.361.0028.2.038-3390.30.00.00.00 - Material de Consumo = R$ 22.992,93.
(63) 12.361.0028.2.038-3390.39.00.00.00 - Outros Serv. Terceiros – Pessoa Jurídica = R$ 20.000,00.
TOTAL = R$ 42.992,93.

Art. 3º - Fica vedado ao Poder Executivo utilizar os recursos do crédito ora autorizado para suplementar dotações orçamentárias diferentes da autorizada no artigo 1º desta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 19 de abril de 2013.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:2F9C948B

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº 496, DE 19 DE ABRIL DE 2013.

Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial, no Orçamento Geral do Município, do Exercício Financeiro de 2013 e dá outras providências.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso.
"Faço saber que a CÂMARA DE VEREADORES aprova e eu sanciono a seguinte Lei":

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no Orçamento Geral do Município, do exercício financeiro de 2013, um Crédito Adicional Especial, nos termos do Art. 41, inciso II, da Lei 4.320/64, no valor de R$ 4.000.00 (quatro mil reais), criando novo elemento de despesa, com a seguinte classificação orçamentária:
01 – CÂMARA MUNICIPAL
01.001 – CÂMARA MUNICIPAL
01.001.01 – Legislativa.
01.001.01.031 – Ação Legislativa.
01.001.01.031.0001- Processo Legislativo.
01.001.01.031.0001.2.001 – Manutenção do Legislativo.
3390.41.00.00.00 – Contribuições = R$ 4.000,00.

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Especial autorizado no artigo 1º desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a anular do Orçamento do Legislativo Municipal a importância de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei 4.320/64, da seguinte dotação orçamentária:
01 – CÂMARA MUNICIPAL
01.001 – CÂMARA MUNICIPAL
01.001.01.031.0001.1001-4490.51.00.00.00 – Obras e Instalações = R$ 4.000,00.
Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 19 de abril de 2013.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:1AF2CD35

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº 497, DE 19 DE ABRIL DE 2013.

Modifica a redação da Lei Municipal nº 417, de 16 de novembro de 2011, para readequar a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de União do Sul e dá outras providências.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso.
"Faço saber que a CÂMARA DE VEREADORES aprova e eu sanciono a seguinte Lei":

Art. 1º - A **Lei Municipal nº 417, de 16 de novembro de 2011,** que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de União do Sul, por força da presente Lei passa a vigorar com as seguintes alterações:
I – Fica incluída a expressão "**e Cultura**" no **inciso V**, do art. 8º, da Lei nº 417, de 16/11/2011, com a seguinte redação:
"V - Secretaria Municipal de Educação **e Cultura,** organizada com a seguinte estrutura:"
II – Fica incluída a alínea "**f**" com os **itens 1,2,3** ao **inciso V**, do art. 8º, da Lei nº 417, de 16/11/2011, com a seguinte redação:
"V - ..... "
"f) Departamento de Cultura:"
"1) Divisão de Ações e Eventos Culturais e Artísticos;"
"2) Setor de Arquivo e Memória Histórica do Município;"
"3) Setor de Controle do Acervo da Biblioteca Pública."

III – Ficam incluídos os **itens 1.1** e **1.2** ao item 1; o **item 2.1** ao item 2, e incluídos os **itens 3** e **4** à alínea b, do inciso VI, bem como modificado o item 2 e suprimidos os atuais itens 1, 3 e 4 da alínea c, do item VI, renumerando-se os atuais itens 2 e 5 para itens **1** e **2** da alínea c, do inciso VI, da Lei nº 417, de 16/11/2011:

"VI - .....
"**b)** Departamento de Gestão Plena do Sistema Único de Saúde:"
"1) Divisão de Atenção Básica na Saúde;"
"1.1) Setor do Programa de Saúde da Família;"
"1.2) Setor do Programa de Saúde Bucal;"
"2) Divisão de Média e Alta Complexidade;"
"2.1) Setor de Laboratório e Análises Clínicas;"
"3) Divisão de Assistência Farmacêutica;"
"4) Setor de Educação Permanente em Saúde."
"**c)** Departamento de Vigilância em Saúde:"
"1) Divisão de Vigilância Sanitária e **Ambiental;"**
"2) Divisão de Vigilância Epidemiológica."

IV – Ficam supressos do inciso X, do art. 8º, da Lei nº 417 de 16/11/2011, a expressão "**e Cultura**", bem como a alínea "b" e itens "1, 2 e 3", passando o inciso X e sua alínea "a" e itens "1, 2, 3", a terem a seguinte redação:
"X - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, organizada com a seguinte estrutura:"
"**a)** Departamento de Esporte e Lazer:"
"**1)** Divisão de Esporte Amador e Atletismo;"
"**2)** Setor de Modalidades Esportivas e Arbitragem;"
"**3)** Setor de Controle de Material Desportivo."
"b) supresso."
"1) supresso."
"2) supresso."
"3) supresso."

V – Fica incluída a expressão "**e Cultura**" no inciso II e supressa a expressão "**e Lazer**" do inciso VII, do Parágrafo Único, do Art. 21, da Lei 417, de 16/11/2011, passando tais incisos a terem a seguinte redação:
"Art. 21 - ....."
"Parágrafo Único: .....:"
"I - .....;"
"II - Secretaria Municipal de Educação e Cultura;"
"III - ..... ;"
"IV - ..... ;"
"V - ..... ;"
"VI - .....;"
"VII - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer."

VI – Fica incluída a expressão "**e Cultura**" no *caput* da Subseção II, da Seção VII, do Capítulo III, bem como no *caput* do art. 23 e seu inciso I, com a seguinte redação:
"Subseção II"
"Da Secretaria Municipal de Educação e Cultura"
"**Art. 23 -** À Secretaria Municipal de Educação **e Cultura** compete:"
"**I -** coordenar a execução da Política Municipal de Educação **e Cultura**, nos termos da Lei Orgânica Municipal e segundo diretrizes e metas estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, e no Plano Decenal Municipal de Educação e demais legislações da área;"
"IV - coordenar, com o apoio da Secretaria Municipal de Esporte **e Lazer**, a execução da política municipal de lazer e da cultura, bem como a iniciação desportiva como forma de integração social e como mecanismo de educação para a cidadania solidária e participante;"
VII – fica incluído novo inciso VI ao art. 23 da Lei nº 417/2011, renumerando-se o atual inciso VI para inciso VII, com a seguinte redação:
"VI – realizar os eventos musicais, artísticos, folclóricos e culturais;"
"VII - exercer outras atividades correlatas."

VIII – ficam incluídos os incisos VII, VIII, IX e X ao art. 24, da Lei nº 417/2011, renumerando-se o atual inciso VII para inciso XI, com a seguinte redação:
"**Art. 23 -** À Secretaria Municipal de Saúde compete:"
"VII – Manter e aprimorar os programas de vigilância sanitária e ambiental e de vigilância epidemiológica;"
"VIII – Manter, ampliar e aperfeiçoar os Programas de Saúde da Família e de Saúde Bucal;"
"IX – Manter e aprimorar o setor de laboratório e análises clínicas;"
"X – Assegurar permanentemente a assistência farmacêutica;"
"**XI** - exercer outras funções correlatas."

IX – Fica modificada a redação do *caput* da Subseção VII, da Seção VII, do Capítulo III, bem como modificada a redação do *caput* do art. 28 e seus incisos I e II, com a seguinte redação:
"Subseção VII"
"Da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer"
"Art. 28 - À Secretaria Municipal de Esporte **e Lazer** compete:"
"I - coordenar a execução da Política Municipal de Esporte **e Lazer**, nos termos da Legislação Municipal e segundo diretrizes e metas estabelecidas no plano de investimentos e na legislação orçamentária do município;"
"II - promover a integração com a Secretaria Municipal de Educação **e Cultura**, visando a disseminação de modalidades esportivas e de atletismo no meio da juventude estudantil, segundo os princípios da capacidade, participação e competitividade;"

X – Fica supresso o **inciso VI** do **art. 28** da Lei nº 417, de 16/11/2011, renumerando-se o atual inciso VII para inciso VI, com a seguinte redação:
"I - .....;"
"II - .....;"
"III - .....;"
"IV - .....;"
"V - ....."
"VI – supresso."
"VI - executar outras atividades correlatas."

XI – Fica modificada a redação dos artigos 30, 35 e 36, da Lei nº 417, de 16/11/2011:
"Art. 30 - A estrutura prevista na presente Lei, sob o aspecto da execução orçamentária e financeira, entrará em funcionamento a partir de janeiro de 2014 já com os órgãos que a compõem devidamente implantados, segundo as regras nesta lei estabelecidas e de acordo com a necessidade administrativa e as disponibilidades de recursos."
"Art. 35 - As despesas decorrentes da implantação da modernização da estrutura administrativa de que trata esta Lei correrão à conta do orçamento vigente do município, a partir do exercício de 2013."
"Art. 36 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação para efeito de elaboração do novo Plano Plurianual do período de 2014-2017, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual para o exercício de 2014."
Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a reeditar a íntegra da Lei Municipal nº 417, de 16 de novembro de 2011, com as alterações procedidas por esta Lei.
Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 16 de abril de 2013.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:066FF1E9

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº 417, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2011. (REEDIÇÃO)

REEDIÇÃO DA LEI Nº 417, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2011, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 497, DE 19 DE ABRIL DE 2013:

DISPÕE SOBRE A MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA DE UNIÃO DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso.
"Faço saber que a CÂMARA DE VEREADORES aprova e eu sanciono a seguinte Lei":

CAPÍTULO I
DOS OBJETIVOS

Art. 1º - Por força da presente Lei, fica modernizada a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de União do Sul, tendo por objetivos:

I - a reorganização do Executivo Municipal com ênfase na distribuição harmônica de papéis entre as diferentes áreas setoriais, buscando a otimização de processos, produtos e serviços com vistas a uma atuação gerencialmente mais eficiente e socialmente mais eficaz;

II - a introdução de um modelo gerencial de administração pública alicerçado nos princípios da Gestão pela Qualidade, centrado na excelência dos serviços prestados ao público, assim como, na redução de custos e de desperdício de fatores;

III - A implantação de uma ação co-participada de valorização do Servidor Público Municipal, com base na exaltação do mérito profissional e humano, no mister de bem servir;

IV - a efetivação das ações de Governo, tendo por meta permanente a promoção do desenvolvimento sócio-econômico-ambiental do Município de União do Sul em bases sustentáveis;

V - a promoção de um planejamento governamental estratégico voltado para a integração regional de União do Sul, no âmbito de influência do Corredor Centro-Sul, em parceria com os outros municípios da Região.

CAPÍTULO II
DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 2º - O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito Municipal com auxílio dos Secretários Municipais e dos órgãos que os compõem.

Art. 3º - A Administração Pública Municipal compreende os órgãos da administração direta, e os da indireta, quando houver.

Art. 4º - Respeitada a competência constitucional dos outros poderes, o poder executivo disporá sobre a estrutura, as atribuições e o funcionamento dos órgãos da administração pública municipal.

Art. 5º - A administração direta constitui-se dos órgãos integrantes da estrutura administrativa de assessoramento direto ao Prefeito, dos órgãos de natureza estratégico/instrumental e dos órgãos de natureza finalística.

§ 1º - A administração contará também com os Órgãos Colegiados, formados pelos Conselhos Municipais.

§ 2º - Os Conselhos Municipais, atuando em diferentes áreas, têm o compromisso de contribuir para a formação e execução de políticas que atendam aos interesses da comunidade, que oportunize o exercício da cidadania e que possibilite o aprendizado de relações sociais mais democráticas e a formação de cidadãos ativos e realizados.

§ 3º - Cada Conselho, em sua área de atuação, articulado com outros Conselhos e/ou sociedade civil organizada, procura conhecer a realidade local e orientar políticas públicas do município de forma que venham a atender e melhorar a realidade apresentada, aproximando as demandas da comunidade à gestão governamental.

Art. 6º - A Administração Indireta, quando necessária, será constituída por Agências Governamentais Autônomas, a serem criadas por leis específicas segundo os princípios da Administração Pública Gerencial.

Art. 7º - As Entidades da administração indireta criadas, serão vinculadas à Secretaria Municipal em cuja área de competência estiver enquadrada sua atividade principal, ressalvadas aquelas que, por uma singularidade, devam ser vinculadas diretamente à Secretaria Municipal de Governo.

CAPÍTULO III
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL BÁSICA

Art. 8º - A estrutura da Administração Municipal compreende os seguintes agrupamentos de órgãos:

I - Gabinete do Prefeito, contará com as seguintes Unidades Internas:
a) Chefia de Gabinete do Prefeito;
b) Assessoria Jurídica;
c) Unidade de Controle Interno.

II - Secretaria Municipal de Governo, o qual contará com as seguintes Unidades internas, de nível gerencial:
a) Divisão de Acompanhamento das Ações Governamentais;
b) Junta de Serviço Militar - JSM;
c) Unidade Municipal de Cadastro - UMC/INCRA;
d) Unidade de Emissão de Carteira de Trabalho - UECT.

III - Secretaria Municipal de Administração, a qual terá a seguinte estrutura organizacional:

a) Departamento de Administração de Pessoal:
1) Divisão de Provimento e Avaliação de Pessoal.

b) Departamento de Recursos Humanos:
1) Divisão de Registros Funcionais e Folha;
2) Setor de Valorização de Recursos Humanos.

c) Departamento de Licitações e Contratos.

d) Departamento de Gestão de Bens Municipais:
1) Divisão de Controle e Conservação do Acervo Patrimonial.

e) Departamento de Informática e Tecnologia.

IV - Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, a qual contará com as seguintes Unidades internas:

a) Departamento de Contabilidade e Planejamento de Gestão:
1) Divisão de Contabilidade e Finanças;
2) Divisão de Planejamento e Execução Orçamentária;
3) Setor de Administração de Programas, Convênios e Projetos.

b) Departamento de Tributação e Fiscalização:
1) Divisão de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhora;
2) Divisão de Fiscalização.

c) Departamento de Tesouraria.

d) Departamento de Compras:
1) Setor de Programação e Controle de Compras;
2) Setor de Almoxarifado.

V - Secretaria Municipal de Educação e Cultura, organizada com a seguinte estrutura:
Departamento de Administração Escolar:
1) Divisão de Manutenção de Instalações e Equipamentos;
2) Divisão da Área de Psicologia Educacional;
3) Divisão da Nutrição Escolar.

Departamento de Administração Pedagógica:
1) Divisão de Ensino Fundamental;
2) Divisão de Educação de Jovens e Adultos;
3) Divisão de Educação Infantil;
4) Divisão de Educação Especial;
5) Coordenação de Ações Educacionais Complementares.

Departamento Administrativo Educacional:
1) Divisão de Documentação e Organização Escolar;
2) Divisão de Secretarias Escolares;
3) Setor de Formação e Seleção do Material Bibliográfico;

Departamento de Apoio Educacional:
1) Setor de Alimentação Escolar;
2) Setor de manutenção da Infra-estrutura Escolar;
3) Setor de Inspeção Escolar.

Departamento de Apoio Operacional:
1) Setor de Transporte Escolar.

f) Departamento de Cultura:
1) Divisão de Ações e Eventos Culturais e Artísticos;
2) Setor de Arquivo e Memória Histórica do Município;
3) Setor de Controle do Acervo da Biblioteca Pública.

VI - Secretaria Municipal de Saúde, a qual terá a seguinte estrutura organizacional:

a) Departamento de Administração da Saúde Pública:
1) Divisão de Serviços Administrativos, Organização e Controle;
2) Setor de Documentação e Informação da Saúde;
3) Setor de Serviços de Manutenção de Instalações e Equipamentos.

b) Departamento de Gestão Plena do Sistema Único de Saúde:
1) Divisão de Atenção Básica na Saúde;
1.1) Setor do Programa de Saúde da Família;
1.2) Setor do Programa de Saúde Bucal
2) Divisão de Média e Alta Complexidade.
2.1) Setor de Laboratório e Análises Clínicas.
3) Divisão de Assistência Farmacêutica.
4) Setor de Educação Permanente em Saúde.

c) Departamento de Vigilância em Saúde:
1) Divisão de Vigilância Sanitária e Ambiental
2) Divisão de Vigilância Epidemiológica.

VII - Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania - a qual funcionará com a seguinte estrutura organizacional:

a) Departamento de Ação e Promoção Social:
1) Divisão de Atenção Básica na Assistência Social;
2) Setor de Assistência às Entidades Sociais;
3) Setor de Cursos Profissionalizantes e Educativos.

b) Departamento de Controle do Fundo Municipal de Assistência Social:
1) Divisão de Acompanhamento e Controle de Projetos e Convênios.

c) Departamento de Assistência Social:
1) Divisão de Atenção à Família e à Comunidade;
2) Divisão de Proteção à Criança, ao Adolescente e ao Idoso;
3) Setor de Combate à Discriminação, Preconceito e Homofobia.

d) Departamento de Habitação e Desenvolvimento Comunitário:
1) Divisão de Programas Habitacionais.

VIII - Secretaria Municipal de Obras, Viação, Urbanismo e Saneamento, a qual se organiza com a seguinte estrutura organizacional:

a) Departamento de Obras e Engenharia:
1) Divisão de Estudos e Projetos;
2) Setor de Controle Urbanístico.
b) Departamento de Viação e Urbanismo:
1) Divisão de Infra-Estrutura e Transportes;
2) Divisão de Infra-Estrutura Urbana;
3) Setor de Coleta de Lixo e Entulhos;
4) Setor de Jardinagem e Arborização.

c) Departamento de Oficina, Gerência e Manutenção da Frota Municipal:
1) Setor de Mecânica de Veículos e Máquinas;
2) Setor de Acompanhamento dos Serviços Rodoviários;
3) Setor de Controle dos Gastos da Frota Municipal.

d) Departamento Municipal de Trânsito:
1) Divisão de Trânsito;
2) Agência Municipal de Trânsito.

e) Departamento de Água e Esgoto - DAE
1) Setor de Fiscalização da Água tratada;
2) Setor de Fiscalização do Esgotamento Sanitário;
3) Conselho Municipal de Saneamento.

f) Departamento de Saneamento:
1) Divisão de Fiscalização e Inspeção Sanitária e Ambiental.

IX - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, a qual contará com as seguintes unidades operacionais:

a) Departamento de Agricultura:
1) Divisão do Serviço Técnico Agrícola.

b) Departamento de Desenvolvimento Rural:
1) Setor de Pesquisa e Fomento;
2) Setor de Produção Agropecuária.

c) Departamento de Reordenamento Agrário e Fundiário:
1) Setor de Levantamento Fundiário Municipal.

d) Departamento da Medicina Veterinária Preventiva:

1) Setor de Inspeção de Produtos de Origem Animal e Vegetal.

e) Departamento de Licenciamento e Fiscalização Ambiental:
1) Divisão de Licenciamentos de Baixo Impacto Ambiental;
2) Divisão de Projetos e Fiscalização Ambiental;
3) Divisão de Educação Ambiental.

X - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, organizada com a seguinte estrutura:
a) Departamento de Esporte e Lazer:
1) Divisão de Esporte Amador e Atletismo;
2) Setor de Modalidades Esportivas e Arbitragem;
3) Setor de Controle de Material Desportivo.
~~b) Departamento de Cultura:~~ (supresso);
~~1) Divisão de Ações e Eventos Culturais e Artísticos;~~ (supresso);
~~2) Setor de Arquivo e Memória Histórica do Município;~~ (supresso);
~~3) Setor de Controle do Acervo da Biblioteca Pública.~~ (supresso).

§ 1º - A Secretaria de Fazenda e Planejamento, associada à Secretaria de Administração, constituem os órgãos de natureza estratégica e instrumental, atuando como Órgãos Centrais de Administração Sistêmica da gestão municipal.

§ 2º - As demais Secretarias constituem os órgãos de natureza finalística, atuando como Órgãos de Execução Programática das ações de governo, nos termos dos instrumentos aprovados e negociados em cada período orçamentário.

Art. 9º - Os servidores Profissionais da Saúde abrangidos por esta Lei têm as seguintes áreas de atuação: Atenção à Saúde, Informação e Comunicação, Fiscalização e Regulação, Vigilância em Saúde, Condução de Veículos de Emergência, Auditoria e Ouvidoria, e estão organizados entre os seguintes cargos:
I - Auxiliar em Saúde;
II - Assistente Técnico em Saúde;
III - Profissional de Atendimento Integrado;
IV - Condutor de veículo Emergencial;
V - Serviços Gerais;
VI - Auditor em Saúde Pública;
VII - Ouvidor do SUS.

Seção I
Das Atribuições Comuns
Art. 10 - Aos ocupantes de cargos de direção e chefia, em qualquer nível, compete, além das responsabilidades específicas de supervisão das unidades e programas sob sua direção, o seguinte:
I - Observar as diretrizes governamentais para a prestação eficiente dos serviços de interesse da comunidade;
II - planejar, coordenar, controlar e avaliar as atividades de sua área de competência;
III - compatibilizar ações de maneira a evitar atividades conflitantes, dispersão de esforços e desperdício de recursos públicos;
IV - propor programas de capacitação em função de programas em andamento, de forma a proporcionar qualidade de desempenho e de resultados;
V - acompanhar e avaliar permanentemente o desempenho das unidades e dos programas sob sua direção, inclusive na apreciação dos subordinados quanto ao mérito para promoções.

Seção II
Das Atribuições dos Secretários Municipais

Art. 11 - Aos titulares das Secretarias Municipais, compete:
I - elaborar Programa de Trabalho, definindo objetivos e metas do órgão e compatibilizando-o com as diretrizes oficialmente estabelecidas;
II - referendar atos normativos baixados pelo Prefeito Municipal;
III - encaminhar a proposta programática e orçamentária do órgão, participando do seu ajustamento à Lei Orçamentária do Município;
IV - propor o preenchimento de cargos em comissão e funções gratificadas dos órgãos e entidades sob sua jurisdição;
V - promover as medidas delegatórias indispensáveis à atuação descentralizada da administração, bem como a sua reversão nos casos em que esta medida se justificar;
VI - convocar e presidir reuniões periódicas de coordenação;
VII - participar de conselhos e comissões, ou indicar representantes, fixando-lhes os poderes de representação;
VIII - homologar decisões de órgãos colegiados;
IX - propor a auditoria de qualquer ato de seus subordinados nos órgãos e entidades da Administração Direta, observando o que dispuser a legislação;
X - Comunicar à Secretaria Municipal de Administração para promover a abertura de inquéritos administrativos nos termos da legislação;
XI - Aplicar punições disciplinares a seus subordinados, exceto as decorrentes de processo administrativo disciplinar, que competem ao Prefeito;
XII - propor alterações de estrutura e funcionamento dos órgãos e entidades sob sua jurisdição;
XIII - aprovar normas internas;
XIV - aprovar e encaminhar prestações de contas;
XV - opinar sobre tabelas de preços e tarifas de prestação de serviços de órgãos e entidades sob sua jurisdição;
XVI - prestar esclarecimentos relativos a atos sujeitos ao controle interno e externo da Administração Pública Municipal;
XVII - autorizar viagens e diárias de seus subalternos, segundo as normas e os limites orçamentários em vigor;
XVIII - propor a lotação ideal de pessoal do órgão;
XIX - outras atividades correlatas.

Art. 12 - O Chefe do Poder Executivo poderá atribuir a qualquer Secretário Municipal, missões especiais ou complementares às atribuições constantes do artigo anterior.

Seção III
Dos Serviços de Colaboração com o Governo Federal
Art. 13 - À Junta de Serviço Militar - JSM, à Unidade Municipal de Cadastro - UMC/INCRA e à Unidade de Emissão de Carteira de Trabalho - UECT, competem respectivamente, executar os trabalhos relativos à documentação dos cidadãos sujeitos as normas de legislação federal atinentes à área militar; executar os trabalhos relativos ao cadastramento das propriedades rurais do município e enviar ao Órgão Federal responsável; e executar os trabalhos relativos à coleta de dados para confecção e emissão da Carteira de Trabalho Profissional.

Art. 14 - As Unidades previstas no Artigo anterior, integradas na estrutura administrativa, constituem os serviços de colaboração com o Governo Federal e fazem parte da Administração Direta.

Seção IV
Dos Órgãos de Assessoria e Assistência Direta ao Prefeito
Subseção I
Da Chefia de Gabinete

Art. 15 - O Chefe de Gabinete é o agente político responsável pela assistência e assessoria direta e imediata ao Chefe o Poder Executivo, competindo-lhe:
I - assessorar o Prefeito Municipal, prestando-lhe serviços de comunicação social e apoio logístico direto;
II - assistir o Prefeito na suas funções político-administrativas, seu relacionamento interno no âmbito da Prefeitura e externa, no âmbito dos outros poderes e da sociedade municipal;
III - controlar a agenda oficial do Prefeito;
IV - manter o Prefeito informado sobre noticiários e acontecimentos de interesse do Município;
V - Transmitir ordens emanadas pelo Prefeito às repartições da Prefeitura;
VI - elaborar a redação de correspondências, despachos e demais documentos a serem assinados pelo Prefeito Municipal;
VII - desempenhar outras funções similares, que lhe forem atribuídas pelo Prefeito Municipal.

Subseção II
Da Assessoria Jurídica
Art. 16. À Assessoria Jurídica do Município compete:
I - representar a Prefeitura em qualquer foro ou Juízo, por delegação específica do Prefeito;

II - representar judicial e extra judicialmente o Município, em defesa de seus interesses, do seu patrimônio, e da Fazenda Pública, nas ações cíveis, trabalhistas e de acidentes do trabalho, falimentares e nos processos especiais em que for autor, réu ou terceiro interveniente;
III - promover, privativamente, a cobrança amigável ou judicial da dívida ativa, tributária ou não, da Fazenda Pública, funcionando em todos os processos que haja interesse fiscal do Município;
IV - examinar os processos de aposentadoria e de retificação de aposentadoria, acompanhando a execução dos respectivos atos, a fim de assegurar a legalidade de suas concessões;
V - Participar e orientar juridicamente as sindicâncias e os processos administrativos disciplinares;
VI - examinar e emitir parecer sobre editais de licitações e justificativas de dispensa e de inexigibilidade de licitação;
VII - examinar a legalidade dos atos da administração pública municipal, propondo, quando for o caso, a anulação deles;
VIII - requisitar aos órgãos e entidades da Administração Municipal, certidões, cópias, exames, informações, diligências e esclarecimentos necessários ao cumprimento de suas finalidades institucionais;
IX - avocar a si o exame de qualquer processo administrativo ou judicial que se relacione com qualquer órgão da Administração do Município;
X - propor medidas de caráter jurídico que visem a proteger o patrimônio do município ou aperfeiçoar as práticas administrativas;
XI - proceder análise e preparação de contratos convênios e acordos em que a Prefeitura seja parte;
XII - auxiliar na elaboração de minutas de decretos, projetos de Leis e razões de veto;
XIII - Manifestar-se através de parecer jurídico sobre processos e procedimentos instaurados no âmbito das secretarias e órgãos que versem sobre convênios, contratos, termos de cessão, de permissão, de concessão, de comodato, entre outros de acentuada complexidade.
XIV - exercer outras atividades correlatas.

Seção V
Da Unidade de Controle Interno

Subseção Única
Do Controlador Interno
Art. 17 - O Controlador Interno é o servidor público responsável pela Controladoria Municipal, conjuntamente com as Unidades Executoras do Sistema de Controle Interno, tendo como objetivo promover o acompanhamento e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, no tocante à legalidade, legitimidade e economicidade na administração dos recursos e bens públicos, e a este compete:
I - coordenar as atividades relacionadas com o Sistema de Controle Interno da Prefeitura e Câmara Municipal, abrangendo as administrações Direta e Indireta, promover a integração operacional e orientar a elaboração dos atos normativos sobre procedimentos de controle;
II - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, supervisando e auxiliando as unidades executoras no relacionamento com o Tribunal de Contas do Estado, quanto ao encaminhamento de documentos e informações e quanto ao atendimento às equipes técnicas, recebimento de diligencias, elaboração de respostas e tramitação dos recursos;
III - assessorar a administração nos aspectos relacionados com o controle interno e externo e quanto à legalidade dos atos de gestão, emitindo relatórios e pareceres sobre os mesmos;
IV - interpretar e pronunciar-se sobre a legislação concernente à execução orçamentária, financeira e patrimonial;
V - medir e avaliar a eficiência e eficácia dos procedimentos de controle interno, através das atividades de auditoria interna a serem realizadas, mediante metodologia e programação próprias, nos diversos sistemas administrativos da Prefeitura e da Câmara Municipal, expedindo relatórios e recomendações para o aprimoramento dos controles;
VI - avaliar o cumprimento dos programas, objetivos e metas espelhadas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento Anual, inclusive quanto as ações descentralizadas executadas à conta de recursos oriundos dos Orçamentos Fiscal e de Investimentos;
VII - exercer o acompanhamento sobre a observância dos limites constitucionais, da Lei de Responsabilidade Fiscal e dos estabelecidos nos demais instrumentos;
VIII - estabelecer mecanismos voltados a comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão e avaliar os resultados, quanto a eficácia, eficiência e economicidade na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional da Prefeitura e da Câmara Municipal, abrangendo suas administrações Direta e Indireta, bem como, na aplicação de recursos públicos por entidade de direito privado;
IX - aferir a destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as da Lei de responsabilidade Fiscal;
X - acompanhar a divulgação dos instrumentos de transparência da gestão fiscal nos termos da Lei 101/2000, em especial quanto ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária e ao Relatório de Gestão Fiscal, aferindo a consistência das informações constantes de tais documentos;
XI - participar do processo de planejamento e acompanhar a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual;
XII - manifestar-se, quando solicitado pela administração, acerca da regularidade e legalidade de processos licitatórios, sua dispensa ou inexigibilidade e sobre o cumprimento e/ou legalidade de atos, contratos e outros instrumentos congêneres;
XIII - propor melhoria ou implantação de sistemas de processamentos eletrônicos de dados em todas as atividades da administração pública, com o objetivo de aprimorar os controles internos, agilizar as rotinas e melhorar o nível das informações;
XIV - instituir e manter sistema de informações para o exercício das atividades finalísticas do Sistema de Controle Interno;
XV - alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaure, sob pena de responsabilidade solidária, as ações destinadas a apurar os atos e fatos inquinados de ilegais, ilegítimos ou antieconômicos que resultem em prejuízo ao erário, praticados por agentes públicos, ou quando não forem prestadas as contas, ou, ainda, quando ocorrer desfalque, desvio de dinheiro, bens e valores públicos;
XVI - revisar e emitir parecer sobre os processos de Tomadas de Contas Especiais instaurados pela Prefeitura, incluindo suas administrações Direta e Indireta, ou pela Câmara Municipal, inclusive sobre as determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado;
XVII - representar ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso ou ao Tribunal de Contas da União, conforme o caso, sob pena de responsabilidade solidária, sobre irregularidades e ilegalidades que evidenciem danos ou prejuízos ao erário não-reparados integralmente pelas medidas adotadas pela administração;
XVIII - emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pela administração.
Parágrafo Único - O Controlador Interno e as Unidades Executoras do Sistema de Controle Interno do município ainda observarão outras atribuições e competências definidas na lei municipal que instituiu o Sistema de Controle Interno (Lei nº 282, de 04 de outubro de 2007).

Seção VI
Dos Titulares dos Órgãos Centrais de Administração Sistêmica

Art. 18 - O Secretário Municipal de Administração e o Secretário Municipal de Fazenda e Planejamento terão, além das atribuições anteriormente fixadas, responsabilidades especiais conforme estabelecem as subseções a seguir.

Subseção I
Do Secretário Municipal de Administração

Art. 19 - Ao Secretário Municipal de Administração, na qualidade de titular do órgão central do Sistema Municipal de Administração, compete:
I - gerir o programa de modernização institucional e emitir parecer sobre alterações organizacionais nos órgãos de Administração;
II - preparar, elaborar, registrar e publicar os atos normativos oficiais pertinentes ao Executivo Municipal necessários ao bom andamento da administração.

III - aprovar normas gerais, orientar e supervisionar a elaboração da programação dos órgãos e entidades públicas relativamente a área-meio, compreendidos no Sistema Municipal de Administração;
IV- orientar e supervisionar a elaboração de estudos especiais destinados à racionalização dos serviços-meio, com o fim de reduzir seus custos e aumentar sua eficiência;
V - coordenar a elaboração da proposta orçamentária da Secretaria;
VI - praticar todos os atos relativos à pessoal, insuscetíveis de delegação, e que não lhes sejam vedados pela legislação em vigor;
VII - assinar a emissão de certificados de registro ou certidões para fins de licitação e elaborar editais de licitações, qualquer que seja a sua finalidade ou modalidade, instruindo os processos respectivos com elementos básicos previstos na legislação correspondente;
VIII - aprovar a programação para treinamento dos recursos humanos do Município, de acordo com a necessidade dos projetos e atividades em andamento;
IX - oferecer proposta de lotação ideal, o cronograma e seu preenchimento e o remanejamento de pessoal;
X - emitir normas e supervisionar o controle pertinente ao patrimônio mobiliário;
XI - orientar e supervisionar a execução da política de previdência e assistência aos servidores municipais;
XII - elaborar e coordenar as licitações de equipamentos, obras, objetos e serviços, propondo aperfeiçoamentos necessários;
XIII - preparar e encaminhar os contratos, convênios, acordos e instrumentos similares, coordenando o fluxo dos processos para coleta de parecer, instrução e coleta de assinaturas do setor competente;
XIV - determinar a abertura de sindicâncias, inquéritos administrativos e processos disciplinares ou qualquer outra medida cabível nos termos da Legislação Municipal;
XV - executar outras atividades correlatas.

Subseção II
Do Secretário Municipal de Fazenda e Planejamento

Art. 20 - Ao Secretário Municipal de Fazenda e Planejamento, na qualidade de titular do órgão central do Sistema Municipal de Fazenda e Planejamento, compete:

I - orientar e supervisionar a elaboração do planejamento geral e setorial do Governo, bem como de estudos e projetos especiais;
II - coordenar a elaboração da proposta orçamentária do Município, acompanhar, controlar e avaliar a execução do orçamento aprovado e propor alterações na sua execução;
III - consolidar a proposta do Plano Plurianual de Investimentos do município;
IV - aprovar normas gerais e exercer as atribuições que competem ao Sistema Municipal de Planejamento;
V - orientar a locação de recursos oriundos de transferências federais, estaduais, convênios, contratos e outros ajustes e aqueles provenientes de fontes municipais destinados a despesas de capital;
VI - emitir parecer sobre a aplicação dos capitais do Município que tenham repercussões sobre a programação financeira e disponibilidade orçamentária;
VII - manter sistema de programação e controle de compras e de estoques e movimentação de materiais do almoxarifado geral da Prefeitura;
VIII - organizar e gerir o sistema de custos dos programas, elaborando indicadores de qualidade, como base para ações gerenciais e políticas de aperfeiçoamento da gestão econômico-financeira do Município;
IX - aprovar normas gerais, orientar e supervisionar a elaboração da programação financeira dos órgãos e entidades públicas municipais, relativamente às atividades objeto do Sistema Municipal de Fazenda;
X - autorizar e orientar estudos especiais destinados à melhoria dos métodos e técnicas de arrecadação e dispêndios das receitas públicas;
XI - aprovar os programas de aperfeiçoamento dos recursos na área do fisco municipal;
XII - promover as medidas necessárias ao controle interno e externo da Administração Municipal do ponto de vista financeiro;
XIII - Dotar a Controladoria Interna do Município de condições e recursos materiais, tecnológicos e humanos para o seu regular funcionamento e atingimento de seus objetivos;
XIV - elaborar com a Contadoria os Balancetes Mensais e o Balanço Geral do Município;
XV - opinar sobre a forma de amortização de dívidas;
XVI - organizar e manter em pleno funcionamento o sistema de controle da execução orçamentária segundo os projetos, programas e centros de custos;
XVII - elaborar e executar a programação financeira do Município, opinando sobre reprogramações eventualmente propostas no decorrer do processo de execução orçamentária;
XVIII - opinar sobre propostas de endividamento e solicitação de financiamentos internos e externos;
XIX - exercer o controle do endividamento do município, respeitando os limites legais;
XX - manter os sistemas de contabilidade e de custos dos programas desenvolvidos com recursos orçamentários;
XXI - executar outras atividades correlatas

Seção VII
Dos Órgãos de Execução Programática

Art. 21 - Os Órgãos de Execução Programática das ações do Executivo Municipal são as Secretarias que exercem as atividades-fim integrantes da missão social do Governo Municipal.

Parágrafo Único: Os Órgãos referidos no *caput* deste artigo são os abaixo definidos:
I - Secretaria Municipal de Governo;
II - Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
III - Secretaria Municipal de Saúde;
IV - Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania;
V - Secretaria Municipal de Obras, Viação, Urbanismo e Saneamento;
VI - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
VII - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

Subseção I
Da Secretaria Municipal de Governo

Art. 22 - À Secretaria Municipal de Governo compete:
I - Apoiar os Serviços de Colaboração com o Governo Federal (JSM - UMC /INCRA e UECT);
II - prestar assessoramento imediato ao Prefeito nas articulações e relacionamentos institucionais da Prefeitura com quaisquer esferas de Governo ou Poderes, na viabilização e concretização de convênios, encaminhamento de projetos, planos de trabalho e documentos;
III - promover a articulação do Prefeito Municipal com órgãos e entidades públicas e privadas, visando a captação de recursos financeiros e a elaboração de acordos de cooperação técnica destinados a programas e projetos governamentais;
IV - prestar apoio aos demais Secretários Municipais e assessores, no tocante à inter-relação entre estes e na solução de eventuais impasses ou divergências.
V - desempenhar outras funções similares, que lhe forem atribuídas pelo Prefeito Municipal.

Subseção II
Da Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Art. 23 - À Secretaria Municipal de Educação e Cultura compete:
I - coordenar a execução da Política Municipal de Educação e Cultura, nos termos da Lei Orgânica Municipal e segundo diretrizes e metas estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, e no Plano Decenal Municipal de Educação e demais legislações da área;
II - coordenar o processo de planejamento setorial da educação, buscando o funcionamento eficiente do Conselho Municipal de Educação no contexto do Sistema Municipal de Ensino;
III - promover a integração horizontal e vertical da rede municipal de ensino segundo os princípios da Qualidade, Participação e Descentralização da ação governamental no setor;
IV - coordenar, com o apoio da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, a execução da política municipal de lazer e da cultura, bem como a iniciação desportiva como forma de integração social e como mecanismo de educação para a cidadania solidária e participante;

V - promover junto ao poder público e comunidade organizada, a concepção de projetos de construção e equipamento de parques, jardins, parques infantis, centros de juventude e de convergência comunitária;
VI – realizar os eventos musicais, artísticos, folclóricos e culturais;
VII - exercer outras atividades correlatas.

Subseção III
Da Secretaria Municipal de Saúde
Art. 24 - À Secretaria Municipal de Saúde, compete:
I - executar os programas integrantes da Política Municipal de Saúde, nos termos da Lei Orgânica Municipal, assim como do Plano Plurianual do Município, e das Leis Orçamentárias Anuais;
II - realizar, em parceria com a Secretaria de Fazenda e Planejamento, estudos básicos nas áreas de Saúde Pública, medicina alternativa, fitoterapia com base na biodiversidade amazônica, entre outros, visando fundamentar a proposição e o desenvolvimento de atividades promotoras de melhoria dos indicadores de Saúde e de Qualidade de Vida da população;
III - coordenar, com apoio instrumental do Conselho Municipal de Saúde, a execução da Política Municipal Saúde, no contexto do plano integrado e dos instrumentos programáticos e orçamentários aprovados em Lei;
IV - exercer, privativamente, a direção do Sistema Único de Saúde do Município, tendo por diretrizes básicas a descentralização operativa, a participação comunitária e o atendimento integral;
V- dedicar prioridade crescente para as atividades educativo-preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;
VI - Manter e aperfeiçoar os programas de prevenção e de vigilância em saúde;
VII – Manter e aprimorar os programas de vigilância sanitária e ambiental e de vigilância epidemiológica;
VIII – Manter, ampliar e aperfeiçoar os Programas de Saúde da Família e de Saúde Bucal;
IX – Manter e aprimorar o setor de laboratório e análises clínicas.
X – Assegurar permanentemente a assistência farmacêutica
XI - exercer outras funções correlatas.

Subseção IV
Da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania.
Art. 25 - À Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Cidadania, compete:
I - coordenar a execução da política municipal de desenvolvimento social, mobilizando os segmentos organizados da sociedade civil, para a ação co-participada de planejamento e desenvolvimento;
II - coordenar o processo de planejamento setorial, promovendo o funcionamento eficiente do Conselho Municipal de Assistência Social como um segmento da Política Municipal de Assistência Social;
III - coordenar as políticas permanentes de assistência e defesa dos direitos das crianças dos adolescentes e dos Idosos;
IV - coordenar ações que visem ao combate à discriminação de qualquer natureza, ao preconceito e à homofobia;
V - coordenar as ações permanentes de desenvolvimento comunitário, tendo por objetivos: o despertar da plena cidadania; a organização comunitária e a participação político-institucional das comunidades rurais e urbanas;
VI - executar, diretamente ou de forma descentralizada, ações de assistência social aos segmentos mais carentes da sociedade local, buscando realizar metas e atingir objetivos oficialmente estabelecidos;
VII - executar outras atividades correlatas.

Subseção V
Da Secretaria Municipal de Obras, Viação, Urbanismo e Saneamento
Art. 26 - À Secretaria Municipal de Obras, Viação, Urbanismo e Saneamento compete:
I - executar, diretamente ou por contratação de serviços de terceiros, as obras e os serviços definidos no plano de investimentos e seus instrumentos programáticos e orçamentários, relativos às zonas urbana e rural.
II - observar os aspectos ambientais de todos os projetos infra-estruturais em execução, assim como, todos os projetos que demandem alterações do meio ambiente, a fim de que seus impactos negativos sejam minimizados ou eliminados, dentro do espaço urbano e rural;
III - normatizar, executar, controlar e fiscalizar as obras e os serviços públicos municipais e os de infra-estrutura e saneamento, inclusive os terceirizados, permitidos ou concedidos;
IV - dar apoio ao pleno funcionamento do Departamento Municipal de Trânsito, definindo a política municipal de desenvolvimento infra-estrutural e de serviços urbanos;
V - propor instrumentos legais e fiscalizar a sua aplicação nas áreas de ordenamento e uso do solo urbano e contribuir para a constante atualização dos Códigos Municipais correspondentes;
VI - proceder, através do Departamento de Obras e Engenharia, a fiscalização e concessão de alvarás de construção, habite-se, reforma, demolição, etc., relativos às edificações urbanas.
VII - gerenciar as atividades de Oficina e Garagem e a manutenção e apoio à frota municipal;
VIII - gerenciar os serviços de coleta e destinação final do lixo e entulhos;
IX - proceder à fiscalização e inspeção sanitária na forma da legislação vigente;
X - acompanhar ações da vigilância epidemiológica e ambiental;
XI - executar outras atividades correlatas.

Subseção VI
Da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Art. 27 - À Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, compete:
I - realizar, em parceria com a Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, estudos básicos do Desenvolvimento Rural do município, propondo e promovendo programas e projetos que promovam a agregação de valores à agropecuária sustentável do município e região;
II - promover a educação agro-ambiental dos pequenos produtores, orientando o setor produtivo rural para a agricultura familiar, diversificada e ambientalmente correta;
III - organizar eventos e promover articulações, tendo por objetivo a consecução de projetos de desenvolvimento agro-ambientais, com prioridade para as micro-bacias hidrográficas que apresentam maior densidade de uso atual;
IV - promover a atração do capital privado nacional, visando à concretização de iniciativas empresariais condizentes com a potencialidade econômica do município;
V - coordenar e viabilizar a geração, difusão e aplicação do conhecimento para a melhoria da qualidade de vida da população do Município de União do Sul.
VI - articular, com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS e com o apoio da Prefeitura Municipal e demais setores envolvidos, o fomento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, com vistas à alavancar o setor agropecuário local;
VII - propiciar os meios necessários à implementação da Política Municipal do Meio Ambiente;
VIII - possibilitar a concessão de licenciamentos ambientais de empreendimentos de baixo impacto ambiental no município;
IX - promover em parceria com a Secretaria Municipal de Educação a disciplina da educação ambiental na rede municipal de ensino;
X - realizar a conscientização e a fiscalização ambiental, visando o equilíbrio entre a produção sustentável e a conservação dos recursos naturais;
XI - executar outras atividades correlatas.

Subseção VII
Da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
Art. 28 - À Secretaria Municipal de Esporte e Lazer compete:
I - coordenar a execução da Política Municipal de Esporte e Lazer, nos termos da Legislação Municipal e segundo diretrizes e metas estabelecidas no plano de investimentos e na legislação orçamentária do município;
II - promover a integração com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, visando a disseminação de modalidades esportivas e de atletismo no meio da juventude estudantil, segundo os princípios da capacidade, participação e competitividade;
III - executar, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, o programa de educação física e iniciação desportiva, tendo por objetivo

permanente a formação integral do cidadão e o pleno despertar de suas potencialidades físicas e humanísticas;
IV - promover cursos de capacitação e treinamento para árbitros e técnicos esportivos;
V - efetuar o controle e manutenção dos materiais e equipamentos desportivos de uso do setor;
~~**VI** – realizar, com a colaboração da Secretaria Municipal de Educação, os eventos musicais, artísticos, folclóricos e culturais;~~ (supresso).
VI - executar outras atividades correlatas.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às alterações e adequações da estrutura administrativa, a partir do exercício de 2012, criando os órgãos e as unidades orçamentárias, seus respectivos programas de trabalho, e realizando as transferências, os remanejamentos e as transposições de recursos necessários para a aplicação da presente Lei.

Parágrafo Único. As alterações a que se refere o caput não onerarão o limite de abertura de crédito adicional previsto na lei orçamentária anual.

Art. 30 - A estrutura prevista na presente Lei, sob o aspecto da execução orçamentária e financeira, entrará em funcionamento a partir de janeiro de 2014 já com os órgãos que a compõem devidamente implantados, segundo as regras nesta lei estabelecidas e de acordo com a necessidade administrativa e as disponibilidades de recursos.

Art. 31 - Para a implantação da estrutura administrativa definida nesta lei, ficam criados os cargos de provimento em comissão e as funções gratificadas cujas denominações, quantitativos, símbolos e valores constam nas Leis dos planos de cargos e carreiras da administração, da educação e da saúde.

Art. 32 - As nomeações para os cargos comissionados e as designações às funções de confiança obedecerão aos critérios previstos no Estatuto dos Servidores e nas Leis dos planos de cargos e carreiras da administração, da educação e da saúde.

Art. 33 - À medida que forem implantados os órgãos que compõem a estrutura administrativa prevista nesta Lei, serão extintos automaticamente os atuais órgãos, ficando o Chefe do Poder executivo autorizado a promover em lei específica, o remanejamento das dotações consignadas no orçamento vigente, respeitados os limites, elementos e as funções de governo.

Art. 34 - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a expedir Decretos e Atos necessários à execução da presente Lei.

Art. 35 - As despesas decorrentes da implantação da modernização da estrutura administrativa de que trata esta Lei correrão à conta do orçamento vigente do município, a partir do exercício de 2013.

Art. 36 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação para efeito de elaboração do novo Plano Plurianual do período de 2014-2017, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual para o exercício de 2014.

Art. 37 - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 292, de 29 de fevereiro de 2008.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, em 16 de novembro de 2011.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:B3A2EE65

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 836, DE 19 DE ABRIL DE 2013.

Abre Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, do Exercício Financeiro de 2013.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 495, de 19 de abril de 2013;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto, no Orçamento Geral do Município, do exercício financeiro de 2013, um Crédito Adicional Suplementar, nos termos do Art. 41, inciso I, da Lei 4.320/64, no valor de R$ 42.992,93 (quarenta e dois mil, novecentos e noventa e dois reais e noventa e três centavos), para reforço da seguinte dotação orçamentária:
05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
05.001 – DEPARTAMENTO DE APOIO EDUCACIONAL
05.001.12 - Educação
05.001.12.361 – Ensino Fundamental.
05.001.12.361.0035 – Ensino Fundamental
05.001.12.361.0035.1.095 – Construção, Reforma e Ampliação de Unidades Escolares.
(247) 4490.51.00.00.00 – Obras e Instalações = R$ 42.992,93.

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto, fica anulada igual importância, nos termos do Art. 43, § 1º, Inciso III, da Lei 4.320/64, das seguintes dotações orçamentárias:
05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
05.001 – DEPARTAMENTO DE APOIO EDUCACIONAL
(61) 12.361.0028.2.038-3390.30.00.00.00 - Material de Consumo = R$ 22.992,93.
(63) 12.361.0028.2.038-3390.39.00.00.00 - Outros Serv. Terceiros – Pessoa Jurídica = R$ 20.000,00.
TOTAL = R$ 42.992,93.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 19 de abril de 2013.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:11F5F6E5

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 837, DE 19 DE ABRIL DE 2013.

Abre Crédito Adicional Especial, no Orçamento Geral do Município, do Exercício Financeiro de 2013.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 496, de 19 de abril de 2013;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto, no Orçamento Geral do Município, do exercício financeiro de 2013, um Crédito Adicional Especial, nos termos do Art. 41, inciso II, da Lei 4.320/64, no valor de R$ 4.000.00 (quatro mil reais), criando novo elemento de despesa, com a seguinte classificação orçamentária:
01 – CÂMARA MUNICIPAL
01.001 – CÂMARA MUNICIPAL
01.001.01 – Legislativa.
01.001.01.031 – Ação Legislativa.
01.001.01.031.0001- Processo Legislativo.
01.001.01.031.0001.2.001 – Manutenção do Legislativo.
3390.41.00.00.00 – Contribuições = R$ 4.000,00.

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Especial aberto no artigo 1º deste Decreto, fica anulada do Orçamento do Legislativo Municipal a importância de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei 4.320/64, da seguinte dotação orçamentária:
01 – CÂMARA MUNICIPAL
01.001 – CÂMARA MUNICIPAL
01.001.01.031.0001.1001-4490.51.00.00.00 – Obras e Instalações = R$ 4.000,00.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 19 de abril de 2013.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:5C700157

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N° 060/2013.

Designa Servidores Municipais para Fiscalizar e Acompanhar os Contratos Administrativos e instrumentos congêneres da Prefeitura Municipal de União do Sul – MT, e dá outras providencias.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93, que impõe o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos por representante da Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1° - Designar os Servidores Municipais abaixo relacionados, para desempenhar a função de Fiscais de Contratos, observando a Normativa do Controle Interno Nº 034/2012 em vigor, com a finalidade de acompanhar, fiscalizar, supervisionar e gerir, bem como emitir relatórios, proceder ao registro de eventuais ocorrências e adotar as providências necessárias para o fiel cumprimento do objeto contratado, referente aos Contratos Administrativos e instrumentos congêneres e respectivos Termos Aditivos, celebrados com Terceiros, Pessoas Físicas e Jurídicas, nos moldes previstos no art. 54 e seguintes da Lei 8.666/93.
a) ADRIANE SALETE DAROLD CPF: Nº 001.151.309-85 Lotada da Secretaria Municipal de Educação;
b) ANTONIO SERGIO FIORILLIO CPF: Nº 069.212.678-30 Secretario Municipal de Fazenda e Planejamento;
c) BRUNA DE MIRANDA CPF: Nº 015.124.611-48 Lotada na Secretaria Municipal de Educação;
d) ELISENA LINS MARCON CPF: Nº 951.527.099-53 Lotada na Secretaria Municipal de Saúde;
e) ORLANDA MOCELIN CPF: Nº 875.404.361-15 Secretaria Municipal de Educação;
f) VALDECIR MARTINS DE LIMA CPF: Nº 752.957.769-72 Lotado na Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento.
Art. 2° - Os contratos que forem celebrados após a publicação desta Portaria juntam-se ao regramento fiscalizador previsto no artigo anterior, devendo fazer-se menção expressa no preâmbulo contratual do nome do servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeito a 11 de abril de 2013.
Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, em 19 de abril de 2013.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:53B87A93

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2013 - PROCESSO Nº 027/2013.

A Prefeitura Municipal de União do Sul - MT, através de sua Comissão Permanente de Licitações - CPL, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, no dia 08 de maio de 2013, às 09:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal, sito à Av. Curitiba, nº 94, centro, União do Sul - MT, licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS (Edital Nº 006/2013), relativo ao Processo Licitatório Nº 027/2013, para Execução de Obra, no regime de empreitada por preço global, de Reforma e Ampliação da Unidade de Saúde do PSF-I, localizado na Avenida Porto Alegre, esquina com a Rua Joaçaba, na Cidade de União do Sul – MT, de conformidade com o projeto técnico-arquitetônico e memorial descritivo em anexo ao edital desta licitação. A obra será custeada com recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde e de contrapartida do Município.
O Edital completo e informações complementares poderão ser obtidos na sede da Prefeitura Municipal de União do Sul, sito à Av. Curitiba, nº 94, centro, durante o horário de expediente, das 07:00 hs. às 17:00 horas ou pelos fones: (66) 92924768 ou 3540-1283.
União do Sul – MT, 19 de abril de 2013.

ERINEU DIESEL
Presidente da CPL

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:006D96BE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO Nº 13.2013

ATO Nº 13/2013.
Data: 08/03/2013.

Designa servidor para acompanhamento e fiscalização da execução dos Contratos abaixo descritos, firmados pelo Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL, Estado de Mato Grosso, Sr. ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, no uso de suas atribuições legais e observando as normativas de controle interno nº 034/2012 em vigor.
R E S O L V E:
Art. 1º - Designar o (a) servidor (a) municipal ADRIANE SALETE DAROLD, portadora do CPF nº 001.151.309-85, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para proceder ao acompanhamento e fiscalização da execução dos objetos dos contratos abaixo discriminados:

Nº CONTRATO	OBJETO	CONTRATANTE	CONTRATADO (A)	VIGÊNCIA
27/2013	Locação de uma Sala Comercial, destinada para Uso da Secretaria Municipal de Educação e Sede do Curso Pró-Funcionário.	Prefeitura Municipal	Terezinha Matiasso	04/03/2013 à 31/12/2013
29/2013	Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar.	Prefeitura Municipal	Frandoloso & Schmitt LTDA - EPP	08/03/2013 à 31/12/2013
30/2013	Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar.	Prefeitura Municipal	Supermercado São João LTDA-ME	08/03/2013 à 31/12/2013

Art. 2º - O(a) servidor(a) ora designado(a), caso tome conhecimento da ocorrência de falhas ou defeitos relacionadas com a execução do contrato, deverá determinar diretamente ao(à) Contratado(a) a adoção das providências saneadoras, ou, se necessário, comunicar os fatos à autoridade superior para as providências cabíveis.
Art. 3º - O(a) servidor(a) ora designado(a) não terá nenhuma remuneração extra pelos serviços ora atribuídos, sendo considerado serviço público relevante.
Art. 4º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 08 de março de 2013.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:27C2E033

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

A prefeitura municipal de Vale de São Domingos através do prefeito sr. Daniel Gonzaga Correa , torna publico aos interessados que homologou as seguintes licitação na modalidade pregão **presencial registro de preço nº 16/2013**, para aquisição de material de limpeza e utensílios, e sagrou vencedora a empresa : ÚNICO SUPERMERCADO LTDA-ME, no CNPJ: 05.508.576/0001-39. Vale de São Domingos-MT, 19 de Abril de 2013.

DANIEL GONZAGA CORREA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:64CA6298

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PREFEITURA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº. 006/2013 – CME/VG/MT

O Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Nacional N° 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 2.363/2001 – institui o Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande, Lei Municipal N° 3551/2010 - do Conselho Municipal de Educação/VG/MT e Resolução 025/10 – CME/VG e por deliberação do Pleno do Conselho Municipal de Educação.

Art.1°- Complementar a Renovação de Autorização da 1ª Etapa da Educação Básica – Educação Infantil do **Centro Educacional Autêntico**, mantido pelo Centro Educacional Autêntico LTDA-ME, situado na Rua F1, Quadra 30, lote 07, Bairro Hélio Ponce de Arruda, CEP 78.115.480, no município de Várzea Grande, mediante o que consta no Parecer nº 014/2011 aprovado por este Conselho em 04/05/2011 e processo nº 085/2010/CME/VG.

Art.2° - O presente ato terá vigência por mais 04 (quatro) anos, no período compreendido entre 01/01/2013 a 31/12/2016.

Art. 3°- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada Publicada

Cumpra-se
.
Várzea Grande, 15 de abril de 2013.

JOÃO PINHEIRO
Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

JONAS SEBASTIÃO DA SILVA
Secretário Municipal de Educação de Várzea Grande

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:F0B8C520

PREFEITURA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº. 007/2013– CME/VG/MT

O Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Nacional N° 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 2.363/2001 – institui o Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande, Lei Municipal N° 3551/2010 - do Conselho Municipal de Educação/VG/MT e Resolução 001/02 – CME/VG e por deliberação do Conselho Pleno do Conselho Municipal de Educação.
Resolve:

Art.1°- Autorizar a 1ª Etapa da Educação Básica – Educação Infantil a partir de 2012 da **EMEB Antônia Felipa de Campos Martins,** através do Processo nº 137/2012/CME/VG, mantida pela Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua Principal, s/nº, Bairro Novo Mundo, no município de Várzea Grande.

Art. 2º - O presente ato terá vigência por 05 (cinco) anos, no período compreendido entre 01/01/2012 a 31/12/2016.

Art. 3°- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande, 16 de abril de 2013.

JOÃO PINHEIRO
Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

JONAS SEBASTIÃO DA SILVA
Secretário Municipal de Educação de Várzea Grande

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:6BE9168E

PREFEITURA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº. 008/2013– CME/VG/MT

O Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Nacional N° 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 2.363/2001 – institui o Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande, Lei Municipal N° 3551/2010 - do Conselho Municipal de Educação/VG/MT e Resolução 001/02 – CME/VG e por deliberação do Conselho Pleno do Conselho Municipal de Educação.
Resolve:

Art.1°- Renovar a Autorização da 2ª Etapa da Educação Básica – Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º) a partir de 2013 da **EMEB Antônia Felipa de Campos Martins,** através do Processo nº 137/2012/CME/VG, mantida pela Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua Principal, s/nº, Bairro Novo Mundo, no município de Várzea Grande.

Art. 2º - O presente ato terá vigência por 05 (cinco) anos, no período compreendido entre 01/01/2013 a 31/12/2017.

Art. 3°- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande, 16 de abril de 2013.

JOÃO PINHEIRO
Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

JONAS SEBASTIÃO DA SILVA
Secretário Municipal de Educação de Várzea Grande

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:A2C6C38D

PREFEITURA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº. 009/2013– CME/VG/MT

O Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Nacional N° 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 2.363/2001 – institui o Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande, Lei Municipal N° 3551/2010 - do Conselho Municipal de Educação/VG/MT e Resolução 001/02 – CME/VG e por deliberação do Conselho Pleno do Conselho Municipal de Educação.
Resolve:

Art.1°- Renovar a 1ª Etapa da Educação Básica – Educação Infantil a partir de 2012 da **EMEB Edna Melo Baracat,** através do Processo nº 145/2012/CME/VG, mantida pela Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua Joaquim Tavares, s/nº, Bairro Pirineu, CEP 78.150.000, no município de Várzea Grande.

Art. 2º - O presente ato terá vigência por 05 (cinco) anos, no período compreendido entre 01/01/2012 a 31/12/2016.

Art. 3°- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande, 16 de abril de 2013.

JOÃO PINHEIRO
Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

JONAS SEBASTIÃO DA SILVA
Secretário Municipal de Educação de Várzea Grande

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:E2DA07D0

PREFEITURA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº. 010/2013– CME/VG/MT

O Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Nacional N° 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 2.363/2001 – institui o Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande, Lei Municipal N° 3551/2010 - do Conselho Municipal de Educação/VG/MT e Resolução 001/02 – CME/VG e por deliberação do Conselho Pleno do Conselho Municipal de Educação.
Resolve:

Art.1°- Renovar a 2ª Etapa da Educação Básica – Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º) a partir de 2013 da **EMEB Edna Melo Baracat,** através do Processo nº 145/2012/CME/VG, mantida pela Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua Joaquim Tavares, s/nº, Bairro Pirineu, CEP 78.150.000, no município de Várzea Grande.

Art. 2º - O presente ato terá vigência por 05 (cinco) anos, no período compreendido entre 01/01/2013 a 31/12/2017.

Art. 3°- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande, 16 de abril de 2013.

JOÃO PINHEIRO
Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

JONAS SEBASTIÃO DA SILVA
Secretário Municipal de Educação de Várzea Grande

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:E80CE604

PREFEITURA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº. 011/2013– CME/VG/MT

O Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Nacional N° 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 2.363/2001 – institui o Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande, Lei Municipal N° 3551/2010 - do Conselho Municipal de Educação/VG/MT e Resolução 001/02 – CME/VG e por deliberação do Conselho Pleno do Conselho Municipal de Educação.
Resolve:

Art.1°- Renovar a 2ª Etapa da Educação Básica – Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º) a partir de 2013 da **EMEB Air Addor,** através do Processo nº 136/2012/CME/VG, mantida pela Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua avenida Principal, s/nº, bairro COHAB Ouro Verde, no município de Várzea Grande.

Art. 2º - O presente ato terá vigência por 05 (cinco) anos, no período compreendido entre 01/01/2013 a 31/12/2017.

Art. 3°- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada Publicada
Cumpra-se .

Várzea Grande, 16 de abril de 2013.

JOÃO PINHEIRO
Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

JONAS SEBASTIÃO DA SILVA
Secretário Municipal de Educação de Várzea Grande

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:43E099BB

PREFEITURA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº. 012/2013– CME/VG/MT

O Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Nacional N° 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 2.363/2001 – institui o Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande, Lei Municipal N° 3551/2010 - do Conselho Municipal de Educação/VG/MT e Resolução 001/02 – CME/VG e por deliberação do Conselho Pleno do Conselho Municipal de Educação.
Resolve:

Art.1°- Credenciar a **EMEB Prof.ª Lúcia Leite Rodrigues,** através do Processo nº 122/2012/CME/VG, mantida pela Secretaria Municipal de Educação, situada na Av. Várzea Grande s/nº, Bairro Novo Mato Grosso (13 de Setembro), no município de Várzea Grande.

Art. 2º - O presente ato terá vigência a partir de 2012.

Art. 3°- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada Publicada

Cumpra-se .

Várzea Grande, 16 de abril de 2013.

JOÃO PINHEIRO
Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

JONAS SEBASTIÃO DA SILVA
Secretário Municipal de Educação de Várzea Grande

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:734B761B

PREFEITURA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº. 013/2013– CME/VG/MT

O Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Nacional N° 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 2.363/2001 – institui o Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande, Lei Municipal N° 3551/2010 - do Conselho Municipal de Educação/VG/MT e Resolução 001/02 – CME/VG e por deliberação do Conselho Pleno do Conselho Municipal de Educação.
Resolve:

Art.1°- Renovar a Autorização da 1º Etapa da Educação Básica – Educação Infantil e 2ª Etapa da Educação Básica – Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais (1º ao 5º) a partir de 2012 da **EMEB Prof.ª Lúcia Leite Rodrigues,** através do Processo nº 141/2012/CME/VG, mantida pela Secretaria Municipal de Educação, situada na Av. Várzea Grande s/nº, Bairro Novo Mato Grosso (13 de Setembro), no município de Várzea Grande.

Art. 2º - Fica declarada a regularização de estudos realizados pelos alunos matriculados no Ensino Fundamental Anos Iniciais 2010 e 2011 e Anos Finais nos anos de 2007 a 2011.

Art. 3°- O presente ato terá vigência por 05 (cinco) anos, no período compreendido entre 01/01/2012 a 31/12/2016.

Art. 4º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada Publicada
Cumpra-se .

Várzea Grande, 16 de abril de 2013.

JOÃO PINHEIRO
Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:
JONAS SEBASTIÃO DA SILVA
Secretário Municipal de Educação de Várzea Grande

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:C448E695

PREFEITURA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº. 014/2013– CME/VG/MT

O Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Nacional N° 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 2.363/2001 – institui o Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande, Lei Municipal N° 3551/2010 - do Conselho Municipal de Educação/VG/MT e Resolução 001/02 – CME/VG e por deliberação do Conselho Pleno do Conselho Municipal de Educação.
Resolve:

Art.1°- Declarar a regularização de estudos realizados pelos alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA), referente aos anos letivos de 2010 e 2011 da **EMEB Profª Maria das Graças Pinto,** através do Processo nº 144/2012/CME/VG, mantida pela Secretaria Municipal de Educação, situada na Avenida Iara- S/Nº, Bairro: Jardim Glória II, CEP: 78.140-600, no município de Várzea Grande.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada Publicada
Cumpra-se .

Várzea Grande, 16 de abril de 2013.

JOÃO PINHEIRO
Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:
JONAS SEBASTIÃO DA SILVA
Secretário Municipal de Educação de Várzea Grande

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:8048AFC7

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 09/2013

No processo n. 143356/2012, Objeto: Locação de imóvel para funcionamento do CAPS II – Centro de Atenção Psicossocial. Contratado: DEUSDETE PEDRO DE OLIVEIRA - CPF: 103.161.161-49, no valor global de: **R$ 26.760,00 (vinte e seis mil, setecentos e sessenta reais), a ser pago R$ 2.230,00 (dois mil, duzentos e trinta reais) mensais**, pelo período de 12 (doze) meses. Fundamento Legal: Artigo 24, inc. X, da Lei n. 8.666/93, atualizada. Reconhecimento da Dispensa de Licitação n. 09/2013, datado de 19/04/2013, Jaqueline Beber Guimarães – Secretaria de Saúde. Ratificação do Ato de Dispensa de Licitação n. 09/2013, por

WALLACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito.

Várzea Grande/MT, 19 de abril de 2013.

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:31CC7CA5

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. 03/2013

A Prefeitura Municipal de Várzea Grande, por meio da Pregoeira Oficial designada pela Portaria n. 05/2013 torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO na forma PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO, tendo como critério de julgamento o **MENOR PREÇO POR ITEM** cujo objeto: Registro de Preços para aquisição futura e eventual de material permanente (lavadora hospitalar, centrifuga e secador elétrico) para atender as necessidades do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande, conforme anexo I (Termo de Referência n.16/2013), com realização prevista para o dia **06 de maio de 2013, às 09h30min** (horário de Mato Grosso). O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – Superintendência de Licitação, nos dias úteis das 12h30min às 18h30min, sito à Avenida Castelo Branco, 2.500 – Várzea Grande/MT, mediante recolhimento da taxa de R$ 50,00 – não restituível e gratuitamente, no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande/MT, 19 de abril de 2013.

JAQUELINE BEBER GUIMARÃES
Secretaria de Saúde

CILBENE DE ARRUDA VELO
Pregoeira.

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:7B7D2A40

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 097/2013

"Dispõe sobre a substituição de membro da Equipe Técnica da Prefeitura Municipal de Várzea Grande, responsável pela realização de Licitação na Modalidade PREGÃO".

O Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 5º , Inciso III, Decreto Municipal n º 32, de 03 de junho de 2005, bem como Artigo 3º Inciso 4º da Lei Federal n. 10.520/02 .

RESOLVE:

Art.1º. SUBSTITUIR um membro da Equipe Técnica da Prefeitura Municipal de Várzea Grande, responsável pela realização de Licitação na Modalidade Pregão, instituída pela Portaria 05/2013:

ONDE SE LÊ:
PREGOEIROS:
Cilbene Arruda velo
Luciana Martiniano de Souza
Otavio Guimarães Rezende

LEIA-SE:
PREGOEIROS:
Cilbene Arruda velo
Luciana Martiniano de Souza
Edison Goulart Puppim

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir de 04 de abril de 2013.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 04 de abril de 2013.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:2D84B42E

PREFEITURA MUNICIPAL
ERRATA

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, o seguinte:

CONSIDERANDO a existência de mero erro material quando da publicação da data da nomeação do servidor Ademir Ferreira Brandão Coordenador – DGA 4, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (Ato nº. 426/2013).

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a **retificação da data da exoneração do** servidor Ademir Ferreira Brandão;
Onde se lê: a partir de 01 de Março de 2013
LEIA-SE: a partir de 13 de Março de 2013

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande, 12 de abril de 2013.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:7E90C1CD

PREFEITURA MUNICIPAL
ERRATA

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, o seguinte:
CONSIDERANDO a existência de mero erro material quando da publicação do nome do servidor Edson Goulart Puppim, na Secretaria Municipal de Administração (Ato nº. 495/2013).

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a **retificação do nome** do servidor Edson Goulart Puppim, na Secretaria Municipal de Administração;
Onde se lê: Edson Goulart Puppim, na Secretaria Municipal de Administração.
LEIA-SE: **Edison Goulart Puppim, na Secretaria Municipal de Administração.**

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande, 15 de abril de 2013.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:6FC90547

PREFEITURA MUNICIPAL
ERRATA

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, o seguinte:
CONSIDERANDO a existência de mero erro material quando da publicação do nome do servidora Rosangela Martins do Nascimento, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (Ato nº. 487/2013).

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a **retificação do nome** da servidora Rosangela Martins do Nascimento, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano;
Onde se lê: Rosangela Martins do Nascimento, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.
LEIA-SE: **Rosangela do Nascimento Martins, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.**

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande, 15 de abril de 2013.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:458443F7

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 544/2013

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve **EXONERAR, a partir de 01 de abril de 2013**, nos respectivos cargos em Comissão, os servidores abaixo relacionados, lotados na **Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social:**

NOME	CARGO
1- Danilo Correa Moraes	Assistente Técnico – DGA 7
2- Plínio Francisco Ferreira da Silva	Gerente – DGA 6 – Gerencia de Tecnologia de

Informação

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 18 de abril de 2013.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:1BA9EC90

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 540/2013

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no Processo 168706/13;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Márcio Araújo Oliveira, do cargo em comissão de Assessor Especial – DGA 3 – UEM, da Secretaria Municipal de Governo, a partir de 16 de abril de 2013.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 17 de abril de 2013.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:5C226B21

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 532/2013

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no Processo 158962/13,

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Cristiane Costa Delgado, do cargo em comissão de Secretário Escolar – DGA 8 – EMEB Antonio Salustio Areias, da Secretaria Municipal de Educação, com efeito retroativo, a partir de 05 de março de 2013.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 15 de abril de 2013.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:BB0F1195

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 533/2013

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e o que consta no processo 163115/13,

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Evanil Rosa Rondon Pereira, do cargo de Concurso de Merendeira, matrícula 82156, da Secretaria Municipal de Educação, com efeito retroativo, a partir de 22 de março de 2013.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 10 de abril de 2013.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:E8EBA217

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 538/2013

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e o que consta no processo 163115/13,

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Valdemir Barbosa da Silva, do cargo em comissão Gerencia de Folha de Pagamento – DGA 6, na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 01 de abril de 2013.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 17 de abril de 2013.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:7BB2D596

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 0064/2013

O Prefeito Municipal de Várzea Grande-MT, **WALACE SANTOS GUIMARÃES**, no uso de suas atribuições legais e conforme o Processo nº 150424/2013,

RESOLVE:

Revogar a Portaria nº 0016/2013 referente **Cedência** da servidora **VERA LUCIA VALADARES DE OLIVEIRA, Matrícula 46610**, à União dos Dirigentes Municipais de Mato Grosso-UNDIME.

Paço Municipal "Couto Magalhães", em Várzea Grande-MT, 12 de março de 2013.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:DC76B17D

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 0090/2013

O Prefeito Municipal de Várzea Grande-MT e o Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo nº 158866/2013,

RESOLVE:

Declarar vago o cargo de **Agente Administrativo,** ocupado pela servidora **KATIA LUCIA FERREIRA, Matrícula 26011,** em razão da sua posse em outro cargo inacumulável, conforme Art. 41 da Lei nº

1.164/91 do Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Várzea Grande, a partir de **06/03/2013 a 06/03/2016**.
Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 26 de março de 2013.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

CELSO ALVES BARRETO ALBUQUERQUE
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:5A4FA58A

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 0092/2013

O Prefeito Municipal de Várzea Grande e o Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo n° 153208/2013,

RESOLVE:

Declarar vago o cargo de **Merendeira**, ocupado pela servidora **EVA APARECIDA DE ALMEIDA MAGALHÃES,** Matrícula 15479, em razão da sua posse em outro cargo inacumulável, conforme Art. 41 da Lei nº 1.164/91 do Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Várzea Grande, a partir de **20/03/2013 a 20/03/2016.**
Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 27 de março de 2013.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

CELSO ALVES BARRETO ALBUQUERQUE
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:2B63E6F6

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 0141/2013

O Prefeito Municipal de Várzea Grande-MT, **WALACE SANTOS GUIMARÃES**, no uso de suas atribuições legais e conforme o Processo nº 152815/2013,

RESOLVE:
Art.1º - Ceder ao Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande-MT/PREVIVAG, por **01 (um) ano**, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a partir de **02/01/2013 a 02/01/2014,** a servidora **LUCIA MARIA MEIRA**, Matrícula 28353, para exercício de cargo comissionado, nos termos do artigo 105, inciso da Lei Complementar Municipal nº 1.164/91 e Lei nº 3.631/2011.
Art. 2º - O ônus da remuneração da servidora será suportado pela entidade cessionária **(Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande-MT/PREVIVAG)**, nos termos do parágrafo único do artigo 105 do mesmo diploma legal.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data da sua assinatura, com efeitos financeiros a partir de **02/01/2013**.
Paço Municipal "Couto Magalhães", em Várzea Grande-MT, 12 de abril de 2013.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:6BC07721

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 0142/2013

O Prefeito Municipal de Várzea Grande-MT, **WALACE SANTOS GUIMARÃES**, no uso de suas atribuições legais e conforme o Processo nº 1611912013,

RESOLVE:
Art.1º - Ceder à Prefeitura Municipal de Poconé-MT, por **01 (um) ano**, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a partir de **15/03/2013 a 15/03/2014,** a servidora **ANECY BENEDITA QUEIROZ DA SILVA**, Matrícula 82244, para exercício de cargo comissionado, nos termos do artigo 105, inciso da Lei Complementar Municipal nº 1.164/91 e Lei nº 3.631/2011.
Art. 2º - O ônus da remuneração da servidora será suportado pela entidade cessionária **(Prefeitura Municipal de Poconé-MT)**, nos termos do parágrafo único do artigo 105 do mesmo diploma legal.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data da sua assinatura, com efeitos financeiros a partir de **15/03/2013**.
Paço Municipal "Couto Magalhães", em Várzea Grande-MT, 12 de abril de 2013.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:CCB634F4

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 506/2013

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR Ádila Terezinha de Andrade, do cargo em comissão de Assessor de Gestão – DGA 2, na Secretaria Municipal de Governo, a partir de 01 de abril de 2013.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 08 de abril de 2013.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:253F08EF

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 507/2013

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

R E S O L V E:

NOMEAR Ádila Terezinha de Andrade, no cargo em comissão de Assessor de Gestão - DGA 2, na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 01 de abril de 2013.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 08 de abril de 2013.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:7472A13C

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 504/2013

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no processo nº 165753/13;

R E S O L V E:

NOMEAR Plínio Francisco Ferreira da Silva, no cargo em comissão de Gerente – DGA 6 – Gerencia de Tecnologia de Informação, na Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social, com efeito retroativo a partir de 14 de março de 2013.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 08 de abril de 2013.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:5C73A8B5

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 534/2013

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no processo nº 168002/13,

R E S O L V E:

NOMEAR Fabrício Chagas Barbosa, no cargo em comissão de Coordenador - DGA 4 – Coordenadoria de Desenvolvimento e Turismo, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, a partir de 01 de abril de 2013.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 15 de abril de 2013.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:199774FF

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 542/2013

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Jaime Bernardes de Aguiar Junior, no cargo em comissão de Gerente – DGA 6 – Casa de Passagem, na Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social, a partir de 02 de abril de 2013.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 18 de abril de 2013.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:A2BD6052

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 536/2013

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

NOMEAR Carlos Deodoro Oliveira Duarte, no cargo em comissão de Assistente Técnico – DGA 7, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, com efeito retroativo a partir de 01 de março de 2013.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 15 de abril de 2013.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:1F27FEBF

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 537/2013

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no Processo nº 159550/13,

R E S O L V E:

NOMEAR Sandra Luzia da Silva Teixeira, no cargo em comissão de Secretário Escolar – DGA 8 – EMEB Antonio Salustio Areias, na Secretaria Municipal de Educação, com efeito retroativo a partir de 05 de março de 2013.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 16 de abril de 2013.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:9F4E11BF

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 541/2013

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no Processo nº 167780/13,

R E S O L V E:

NOMEAR Maria Aparecida Oliveira, no cargo em comissão de Gerente – DGA 6 – Gerencia de Legislação e Normas, na Secretaria Municipal de Educação, com efeito retroativo a partir de 01 de março de 2013.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 18 de abril de 2013.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:5C2D2525

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 543/2013

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

R E S O L V E:

NOMEAR Jhone Eduardo Ferreira dos Santos, no cargo em comissão de Gerente – DGA 6 – Gerência de Expediente e Agendamento, na Procuradoria Geral do Município, a partir de 01 de abril de 2013.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 18 de abril de 2013.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:6E87250D

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 545/2013

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve **NOMEAR, a partir de 02 de abril de 2013**, nos respectivos Cargos em Comissão, os servidores abaixo relacionados, lotados na **Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social:**

NOME	CARGO
1- Danilo Correa Moraes	Gerente – DGA 6 Gerencia de Tecnologia de Informação
2- Plínio Francisco Ferreira da Silva	Assistente Técnico – DGA 7

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 18 de abril de 2013.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:B20B8676

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 546/2013

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve **NOMEAR, a partir de 01 de abril de 2013**, nos respectivos Cargos em Comissão, os servidores abaixo relacionados, lotados na **Secretaria Municipal de Governo:**

NOME	CARGO
1- Paula Alves Siqueira Campos	Assistente Técnico – DGA 7
2- Sara Alves Silva Barros	Assistente Técnico – DGA 7

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 18 de abril de 2013.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:9F161EE8

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 718/07 DE 18 DE OUTUBRO DE 2007.

DISPOE SOBRE A GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VILA RICA – MT DR. FRANCISCO TEODORO DE FARIA, no uso de sua atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte lei:

CAPITULO I

DA GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Art. 1º O Sistema Único de Saúde de Vila Rica – MT, sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, contará com as seguintes instâncias colegiadas:

I – a Conferencia Municipal de Saúde;
II – o Conselho Municipal de Saúde;

CAPITULO II
DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 2º A Conferência Municipal de Saúde reunir-se-á a cada 03 (três) anos, com representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação da saúde, e propor diretrizes para formulação da política de saúde do Município, convocada pelo Poder Executivo ou, extraordinariamente pelo Conselho Municipal de Saúde.

§ 1º A Convocação Ordinária se fará com antecedência mínima de 03 (três) meses e a extraordinária, pelo menos 02 (dois) meses.

§ 2º A Conferencia Municipal de Saúde terá norma e regimento publicados e afixados em locais públicos, que deverão estabelecer o seu tema, delegados, presidências e comissão organizadora com respectivas competências, aprovados pelo Conselho Municipal de Saúde.
§ 3º A representação dos usuários nas Conferencias e Conselhos de Saúde é paritária ao conjunto dos demais segmentos.

Art. 3º A Conferencia Municipal de Saúde tem competência Idêntica à da Conferencia Estadual de Saúde.

Parágrafo Único – A Conferencia Municipal de Saúde terá sua composição, organização e funcionamento estabelecidos de acordo com interesses locais, respeitando as leis em vigor.

CAPITULO III
DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 4º O conselho Municipal de Saúde, órgão colegiado em caráter permanente, consultivo, deliberativo, normativo, fiscalizador e de decisão superior do Sistema Único de Saúde, atua na formulação de estratégia e no controle da execução da política de saúde, inclusive nos aspectos financeiros.

Seção I

DA COMPETENCIA E DA ESTRUTURA

Art. 5º O Conselho Municipal de Saúde será composto paritariamente de 50 % (cinqüenta) por cento de entidades representativas de usuários, 25 % (vinte e cinco) por cento de entidades representativas

de trabalhadores da saúde e 25 % (vinte e cinco) por cento divididos entre governo municipal e prestadores de serviços de saúde, num total de 16 (dezesseis) entidades.

§ 1º Para cada membro titular corresponderá 01 (um) suplente.
§ 2º Os representantes titulares e respectivos suplentes terão sua designação formalizada por ato governamental.
§ 3º Os representantes do Conselho de Saúde serão indicados, por escrito, pelo seus respectivos segmentos entidades, de acordo com a sua organização ou de seus fóruns próprios e independentes.
§ 4º Os representantes que deixarem de cumprir as normas regimentais do Conselho Municipal de Saúde, poderão sofrer penalidades de substituição do conselheiro e se persistindo, até mesmo a substituição da entidade, após deliberação do Pleno do Conselho.
§ 5º A Indicação dos representantes ao Conselho Municipal de Saúde, é de direito da instituição que dele participar, cabendo a ela responsabilidade dos atos de sua representação legal.
§ 6º Os membros do Conselho Municipal de Saúde serão investidos na função pelo prazo de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido.

Art. 6º O Conselho Municipal de Saúde possuirá a seguinte estrutura básica:

I – Pleno do Conselho;
II – Secretaria Executiva;
III – Comissões Especiais;

Art. 7º O pleno do Conselho Municipal de Saúde, integrado pelos membros a que se refere o artigo 5º, é órgão Maximo deliberativo, que se reunirá ordinariamente mensalmente e, extraordinariamente, quando necessário, sendo suas decisões e deliberações adotadas mediante quorum mínimo da metade mais um de seus membros.

Art. 8º As decisões e deliberações adotadas pelo Pleno do Conselho deverão ser assinadas, através de Resoluções, pelo Presidente do Conselho e homologadas pelo Chefe do Executivo, as quais deverão ser publicadas e afixadas em locais públicos.

Art. 9º O Presidente e o Vice- Presidente do Conselho Municipal de Saúde deverão ser eleitos entre os membros e, quando presidirem a reunião, terão direito ao voto somente na hipótese de ocorrer empate em duas votações consecutivas.

Art. 10º A Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde, será constituída por um Secretário Executivo, indicado pelo Secretario Municipal de Saúde ao Prefeito Municipal, o qual nomeará, devendo a escolha incidir sobre servidor da área de saúde, de nível médio ou superior.

§ 1º Ao Secretario Executivo compete:

I – A receber e encaminhar ao Pleno do Conselho, todos os processos de competência deste;
II – Instruir os processos para votação no Pleno do Conselho;
III – Organizar o funcionamento da Secretaria Executiva direcionando-a para as finalidades do Conselho e obedecendo as atribuições do Regimento Interno;
IV – estabelecer intercambio com outros Conselhos Municipais de Saúde, visando um aprimoramento do Conselho Municipal de Saúde;

Art. 11º As comissões Especiais serão grupos de trabalho instituídos no âmbito do Conselho e tem por finalidade, estudar, analisar e propor moções ou deliberações através de pareceres concernentes às matérias previamente discutidas em reuniões plenárias.

Parágrafo Único – As Comissões Especiais poderão solicitar a colaboração eventual ou permanente de profissionais de outros órgãos, podendo incluir outras instituições, autoridades publicas, cientistas e técnicos, nacionais ou estrangeiros, para auxiliarem em estudos de interesse do Sistema Único de Saúde.

Art. 12º A Secretaria Municipal de Saúde garantirá autonomia para o pleno funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, dotação orçamentária, secretária executiva e estrutura administrativa.

Parágrafo Único – O orçamento será gerenciado pelo próprio Conselho Municipal de Saúde.

Art. 13º A Secretaria Municipal de Saúde assegurará transporte e diárias aos Conselheiros.

§ 1º As diárias constituem indenizações aos conselheiros e será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede, sendo que os valores, assim como as condições para a concessão serão estabelecidas por Decreto.
§ 2º Os conselheiros que receberem diárias e não se afastarem da sede, por qualquer motivo, ficaram obrigados a restituí-las integralmente, no prazo de 05 (cinco) dias, e se houver retorno à sede em prazo menor do que o previsto para seu afastamento deverá restituir as diárias recebidas em excesso, em prazo idêntico a este.

Art. 14º É proibida a participação do Poder Legislativo e Judiciário no Conselho Municipal de Saúde em face da independência entre poderes.

Art. 15º Sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, são competências do Conselho Municipal de Saúde:

I – definir prioridades de saúde do município e propor a política de saúde elaborada pela Conferencia Municipal de Saúde em consonância com os princípios e diretrizes da Política Estadual e Nacional do SUS;
II – propor, anualmente, com base nas políticas de saúde, o orçamento do Sistema Único de Saúde, no nível respectivo;
III – convocar extraordinariamente a Conferencia Municipal de Saúde;
IV – compor a Comissão Organizadora e acompanhar a execução da Conferencia Municipal de Saúde pela Secretaria Municipal de Saúde;
V – elaborar o Regimento interno do Conselho, disciplinando a estrutura, organização interna e procedimentos administrativos de suas deliberações, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação dessa lei;
VI – deliberar sobre questão de coordenação, gestão, normatização e acompanhamento das ações e serviços de saúde;
VII – deliberar sobre critérios que definam o padrão de qualidade, parâmetros assistenciais e melhor resolutividade das ações e serviços de saúde, verificando avanços tecnológicos e científicos;
IX – articular com a Secretaria de Educação, Instituições de Ensino, Pesquisas e Órgãos Colegiados na busca de subsídios no que concerne a caracterização das necessidades sociais na área da saúde;
X – receber, apreciar e deliberar os relatórios de movimentação de recursos repassados à Secretaria Municipal de Saúde, ou aos respectivos Fundos de Saúde, já analisados pelos setores técnicos de planejamento, orçamento e gestão desta;
XI – examinar propostas, denuncias e reclamações de setor publico e privado do setor da saúde, responder consultas sobre assuntos pertinentes a ações e serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito;
XII – apreciar as propostas de convênios, acordos e contratos com entidades publicas e privadas, assim como prestação de serviços de terceiros, necessários ao SUS e assegurar o cumprimento deles;
XIII – atuar na formação e controle da execução da política de saúde, incluindo seus aspectos econômicos, financeiros e de gerencia técnico-administrativa, apreciando e propondo propostas e estratégias para aplicação dos recursos para os setores públicos e privados consideradas as condições do Município face aos requisitos previstos na legislação;
XIV – estabelecer estratégias e mecanismos de coordenação e gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados em nível nacional, estadual e municipal;
XV – traçar diretrizes para elaboração do plano municipal de saúde e sobre ele deliberar, considerando as diversas situações adequando-as as diversas realidades epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;
XVI – propor adoção de critérios que definam qualidade e melhor resolutividade, verificando o processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área;

XVII – propor medidas de aperfeiçoamento da organização e do funcionamento do SUS;
XVIII – apreciar recursos e aprovar a Proposta Orçamentária Anual da Secretaria Municipal de Saúde, acompanhando sua execução financeira e movimentação e destinação dos recursos advindos do Fundo Municipal de Saúde;
XIX – analisar, discutir e aprovar o Relatório de Gestão de Saúde com a devida prestação de contas e informações financeiras.

Art. 16º Serão criadas, através de Resoluções, Comissões Intersetoriais de âmbito municipal, subordinadas ao Conselho Municipal de Saúde, integradas pelas Secretarias e órgãos competentes e por entidades representativas da sociedade civil.

Parágrafo Único - As Comissões Intersetoriais terão a finalidade de articular políticas e programas de interesse para saúde, cuja a execução envolva áreas não compreendidas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 17º A articulação das políticas e programas, a cargo das comissões intersetoriais, abrangerá, em especial, as seguintes atividades:

I – alimentação e nutrição;
II – saneamento e meio ambiente;
III – vigilância sanitária e farmacoepidemiologia;
IV – recursos humanos;
V – ciência e tecnologia;
VI – saúde do trabalhador;

Art. 18º A função de conselheiro é de relevância publica e garante sua dispensa do trabalho sem prejuízos para ele, durante o período das reuniões, capacitações e ações especificas do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 19º O funcionamento do e os procedimentos internos do Pleno do Conselho, da Secretaria Executiva e das Comissões Especiais serão definidos no Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 20º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 21º Revogam-se as disposições em contrario, em especial a lei nº 216/94 e 566/05.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vila Rica, 26 de Outubro de 2007.

FRANCISCO TEODORO DE FARIA
Prefeito Municipal De Vila Rica - MT

Publicado por:
Ivanilde Tscha
Código Identificador:B640F0D6

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 719/07 DE 18 DE OUTUBRO DE 2007

"Cria no Município de Vila Rica a Gestão Democrática do Ensino Público"

TÍTULO I
CAPÍTULO I
DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Art. 1º – A Gestão Democrática do Ensino Público Municipal, princípio inscrito no Artigo 206, inciso VI, da Constituição Federal e no Art. 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, será exercido na forma desta lei obedecendo aos seguintes preceitos:
I – Co-responsabilidade entre Poder Público e Sociedade na gestão dos Conselhos democraticamente instituídos;
II – Autonomia pedagógica, administrativa e financeira da escola, mediante organização e funcionamento dos Conselhos;
III – Transferência automática e sistemática de recursos para aquisição de materiais permanentes didáticos/pedagógicos, de consumo, expediente e pequenos reparos;
IV – Transparência dos mecanismos administrativos, financeiros e pedagógicos;
V – Eficiência e eficácia no uso dos recursos financeiros públicos;
VI – Liberdade de organização de segmentos da Comunidade Escolar, Associações, Grêmios ou outras formas;

Art. 2º - A Gestão Democrática do Ensino, entendida como ação colegiada, princípio e prática político-filosófica, abrangerá todas as entidades e organismos integrantes da rede municipal de ensino, que são:
I – Conferência Municipal de Educação;
II – Fórum Municipal de Educação;
III – Conselho Municipal de Educação;
IV – Conselho de Merenda Escolar;
V – Conselho do FUNDEB;
VI – Conselho Deliberativo Escolar;
§ 1º - A Gestão Democrática norteará todas as ações de planejamento, elaboração, organização, execução e avaliação das políticas educacionais, englobando:
I – Plano Municipal de Educação;
II – Escolha de diretores de escola, com participação efetiva da comunidade escolar, adotando o sistema eletivo, mediante voto direto e secreto;
III – Elaboração de regimentos escolares;
IV – Transparência nos mecanismos pedagógicos, administrativos e financeiros;
V – Avaliação da aprendizagem dos educandos, do desempenho dos profissionais da educação, na forma de lei e decretos do Executivo Municipal e Portarias da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
VI – Respeito à autonomia de organização dos segmentos da comunidade escolar.
VII – Autonomia pedagógica e administrativa das unidades escolares de acordo com as diretrizes.
VIII – Escolha de coordenadores, mediante participação efetiva dos Profissionais da Educação, de acordo com as normas contidas no plano de carreira.
§ 2º - Integram a Comunidade Escolar os alunos, seus pais ou responsáveis, os profissionais de Educação e demais servidores públicos efetivos em exercício na Unidade Escolar.
SEÇÃO I
DO FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 3º - O Fórum Municipal de Educação previsto no Art. 50 da Lei Complementar n.º 49/98 do Estado de Mato Grosso, será promovido e convocado pelo Conselho Municipal de Educação, pela Comissão de Educação da Câmara Municipal, pelo Sindicato dos Trabalhadores da Educação e pela Secretaria Municipal de Educação.
§ 1º - O Fórum Municipal de Educação terá sua organização, composição e normas de funcionamento definidas e aprovadas em seu próprio âmbito.
§ 2º - As en tidades promotoras do Fórum Municipal de Educação, a que se refere o caput deste Artigo, após a primeira reunião, apresentarão proposta de Regimento Interno a ser debatido e aprovado no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 4º - É objetivo do Fórum Municipal de Educação:
I. Promover, bienalmente, Conferência Municipal de Educação;
II. Propor e avaliar as diretrizes e prioridades para a formulação das Políticas Públicas da Educação do Município, na perspectiva da valorização do Ensino Público.

Art. 5º - Cabe à Conferência Municipal de Educação deliberar sobre o Plano Municipal de Educação, instituir metas e objetivos e avaliar a sua execução.

Art. 6º - A elaboração do Plano Municipal de Educação será sempre precedida de reunião do Fórum, que poderá, ainda, se reunir extraordinariamente, sempre que motivo relevante ligado à educação municipal exigir, por solicitação de pelo menos duas das entidades promotoras.

Art. 7º - A Conferência Municipal de Educação será integrada por representantes indicados pelos diversos segmentos educacionais que atuam no âmbito de Vila Rica - MT.

Art. 8º - O Fórum Municipal de Educação reunir-se-á pelo menos duas vezes por ano, para avaliar a situação da educação em Vila Rica - MT, sendo uma no primeiro semestre e outra no segundo.

SEÇÃO II
DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 9º - O Conselho Municipal de Educação é o órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo e normativo em consonância com a Secretaria Municipal de Educação, com representação paritária entre o Governo Municipal e a sociedade civil organizada.

Art. 10º - Cabe ao Conselho Municipal de Educação:
I – Participar na elaboração das políticas municipais de educação e na discussão do Plano Municipal de Educação que contém a proposta educacional do município;
II – Acompanhar e avaliar a execução de planos, programas, projetos e experiências inovadoras na área da educação municipal;
III – Acompanhar a aplicação dos recursos públicos destinados à educação;
IV – Conhecer a realidade educacional do município e sugerir medidas aos poderes públicos para a melhoria do fluxo e do rendimento escolar;
V – Sugerir medidas e programas para titular, capacitar, atualizar, valorizar e aperfeiçoar os profissionais da educação;
VI – Elaborar e alterar o seu regimento de acordo com a lei vigente;
VII – Fiscalizar o cumprimento das disposições constitucionais, legais e normativas em matéria de educação;
VIII – Normatizar os processos educacionais do Município de Vila Rica – MT.

Art. 11– O Conselho Municipal será composto por 09 (nove) Conselheiros e seus respectivos suplentes, escolhidos pelos respectivos segmentos.
Parágrafo Único - Os Conselheiros terão mandato de dois anos, permitida a reeleição por mais um mandato.

Art. 12 - O Conselho Municipal poderá se organizar através de: Câmaras ou ainda por Comissões especificas a serem definidas em seu regimento.
§ 1º - O Conselho Municipal de Educação reunir-se-á mensalmente em sessão ordinária e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente.
§ 2º - O Conselho Municipal de Educação será presidido por um dos seus membros, eleito por seus pares, para mandato de 02 (dois) anos, permitida apenas uma recondução imediata.
§ 3º - O membro eleito presidente exercerá o direito de voto, em caso de empate.
§ 4º - O Secretário Municipal de Educação é membro nato.

Art. 13 - Os Conselheiros exercerão função de interesse público relevante sem remuneração.
Art. 14 - O Conselho Municipal será composto, necessariamente, pela representação dos seguintes segmentos sociais:
a) 1 (um) representante do Poder Executivo Municipal;
b) Secretário Municipal de Educação (membro nato)
c) 1 (um) representante do Poder Legislativo Municipal;
d) 3 (três) representantes dos Profissionais da Educação;
e) 3 (três) representantes dos Conselhos Escolares.

Art. 15 - A Secretaria Municipal de Educação consolidará o resultado do processo de escolha dos Conselheiros e respectivos suplentes, cabendo ao Prefeito o ato de referendá-lo.

Art. 16 – Os membros do Conselho Municipal de Educação perderão seus mandatos:
I – pela renúncia;
II – em caso de ausência injustificada a mais de 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) reuniões alternadas.
§ 1º - A destituição de membro do Conselho Municipal de Educação obedecerá às normas regimentais.
§ 2º - Em caso de vacância, assume o respectivo suplente.

SEÇÃO III
DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Art. 17º - O Conselho Municipal de Alimentação Escolar, é órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento da Secretaria Municipal de Educação conforme §1º do Artigo 3º da Medida Provisória nº 1.979-19 de 2 de junho de 2000 e Resolução do FNDE nº 015, de 25 de agosto de 2000 e da Lei Municipal.

SEÇÃO IV
DO CONSELHO DO FUNDEB

Art. 18 – O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, visa acompanhar a aplicação dos recursos provenientes do FUNDEB, de conformidade com a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996.

SEÇÃO V
DO CONSELHO DELIBERATIVO ESCOLAR

Art. 19 - O Conselho Deliberativo Escolar é um organismo Consultivo das diretrizes e linhas gerais desenvolvidas na unidade Escolar e constitui-se de Profissionais da Educação Básica, de pais e de alunos.

Art. 20 – O Conselho Deliberativo Escolar deverá ser constituído, paritariamente, por Profissionais da Educação Básica (50%), e por Pais e Alunos (50%).

Art. 21º – O Conselho Escolar deve ter, no mínimo, 6 e, no máximo, 12 membros.
Parágrafo Único – O diretor de escola é membro nato do Conselho Escolar.

Art. 22 – A eleição dos membros do Conselho Deliberativo Escolar deverá acontecer 90 (noventa) dias após o início do ano letivo e seu mandato será de 2 (dois) anos, com direito apenas a uma reeleição consecutiva.

Art. 23 - Os representantes do conselho serão eleitos em assembléia de cada segmento da Comunidade Escolar, vencendo por maioria simples.

Art. 24 – Para fazer parte do Conselho, o candidato do segmento aluno deverá estar cursando no mínimo a 5ª série.

Art. 25º – O presidente do Conselho, o secretário e o tesoureiro deverão ser escolhidos entre seus membros.
§ 1º - É vedado ao Diretor ocupar o cargo de Presidente do Conselho.
§ 2º - Apenas poderão concorrer os membros legais e plenamente responsáveis.

Art. 26 – O primeiro Conselho formado na Escola tem responsabilidade de elaborar seu regimento, no prazo de 60 (sessenta) dias, sendo o mesmo referendado em Assembléia Geral.

Art. 27 – Os representantes do segmento Pais e Alunos não poderão ser profissionais da educação básica da escola.

Art. 28 - Fica assegurada a eleição de 1 (um) suplente para cada segmento, que assumirá apenas em caso de vacância ou destituição de um membro do segmento que representa.

Art. 29 – As Escolas de Educação Infantil obedecerão aos mesmos critérios de composição do Conselho Escolar.

Art. 30 – Ocorrerá à vacância do membro do Conselho Escolar por conclusão do mandato, renúncia ou desligamento da escola, destituição, aposentadoria ou morte.
§ 1º - O não comparecimento injustificado do membro do Conselho a 3 (três) reuniões ordinárias ou extraordinárias alternadas, também implicará vacância da função de conselheiro.
§ 2º - No prazo mínimo de 15 (quinze) dias, preenchidos os requisitos do §1º, o Conselho convocará uma Assembléia do respectivo Segmento Escolar, quando os pares e ouvidas as partes, deliberarão sobe o afastamento ou desligamento do membro do Conselho Escolar,

que será destituído, se a maioria dos presentes da Assembléia assim o decidir.

Art. 31 - Compete ao Conselho Escolar:
I – Eleger o presidente, bem como o secretário e o tesoureiro;
II – Sugerir mecanismos de participação da Comunidade Escolar na definição da Proposta Pedagógica e demais processos de planejamento no âmbito da Comunidade Escolar;
III – Participar da elaboração, acompanhamento e avaliação da Proposta Pedagógica da Escola;
IV – Tomar ciência do Calendário Escolar e fazer cumpri-lo;
V – Conhecer o processo e resultados da avaliação do funcionamento da escola, sugerindo planos efetivos que visem à melhoria do ensino;
VI – Deliberar sobre o desempenho Escolar, indisciplinas e infrigências;
VII – Acompanhar o desempenho dos profissionais da unidade Escolar, tendo assessoria da SME e sugerir medidas que favoreçam a superação das deficiências, quando for o caso;
VIII – Acompanhar o processo de atribuição de turmas e/ou aulas dos professores efetivos da unidade Escolar.
IX – Garantir a divulgação da produtividade Escolar de cada ano letivo, bem como um relatório das atividades docentes à comunidade;
X – Analisar planilhas e orçamentos para realização de compras e pequenos consertos, acompanhando sua execução;
XI – Deliberar sobre a contratação de serviços e aquisição de bens para a escola, observando a aplicação da legislação vigente quando a fonte de recursos for de natureza pública;
XII – Analisar, acompanhar e avaliar os projetos a serem desenvolvidos pela escola;
XIII – Elaborar e executar o orçamento da unidade escolar;
XIV – Deliberar sobre aplicação e movimentação dos recursos da unidade escolar;
XV – Examinar o balanço e o relatório dos recursos financeiros antes de submetê-los à apreciação da Assembléia Geral;
XVI – Encaminhar, quando for o caso, à autoridade competente, solicitação fundamentada para o fim de destituição do Diretor e Coordenador Pedagógico Escolar, mediante decisão da maioria absoluta do Conselho Escolar;
XVII – Realizar a prestação de contas dos recursos que forem repassados e/ou angariados, bem como os recursos advindos da cantina da unidade escolar:
a) Quando se tratar de recursos públicos prestará a Secretaria Municipal de Educação e Prefeitura Municipal.
b) Quando se tratar de recursos de outras fontes, à Assembléia Geral.

Art. 33 – É vedado ao Conselho Deliberativo Escolar:
I – Adquirir veículos ou imóveis, locar ou construir prédios com recursos oriundo das subvenções ou auxílio que lhe forem concedidos pelo Poder Público.
II – Conceder empréstimo ou dar garantias de aval, fianças e caução sobre qualquer forma;
III – Empregar subvenções, auxílios ou recursos de qualquer natureza, em desacordo com os projetos ou programas a que se destinam;

Art. 34 – À indevida aplicação dos recursos, responderão solidariamente os membros do Conselho que tenham autorizado a despesa ou efetuado o pagamento.

Art. 35 – A aquisição de personalidade jurídica pelo Conselho Escolar tem como requisito à aprovação de seu Estatuto pela Assembléia Geral, observada a Legislação pertinente.

SEÇÃO VI
DA ESCOLHA PARA DIRETOR DE ESCOLA MUNICIPAL

Art. 36 – Os critérios para escolha de Diretores têm como referência clara os campos do conhecimento, da competência e liderança, na perspectiva de assegurar um conhecimento da realidade onde se insere e os contidos no plano de carreira.

Art. 37 – A escolha do profissional para a Direção das Escolas Públicas Municipais, considerando-se a aptidão para liderança e as habilidades administrativas necessárias ao exercício da função, será realizada pela Comunidade Escolar por meio da votação na própria unidade escolar, levando-se em consideração o projeto de trabalho do Candidato que deverá conter:

Parágrafo Único – O Processo deverá realizar-se em todas as escolas municipais, em data a ser fixada pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 38 – O Candidato que não fizer apresentação do projeto de trabalho em Assembléia Geral, na data e horário marcado pela Comissão, estará automaticamente desclassificado, salvo em caso de acidente, internação e luto em família, a serem julgados pela Comissão eleitoral.
Parágrafo Único – O Projeto de Trabalho deverá ser encaminhado a Secretaria Municipal de Educação e Cultura , Esporte e Lazer para acompanhamento.

Art. 39 – Para participar do processo de que trata esta lei complementar, o candidato, integrante do quadro dos profissionais de educação básica, deve:
I – Ser ocupante do cargo de professor efetivo do Quadro da Educação Básica e Fundamental da Rede Municipal e haver concluído o estágio probatório;
II – Ser habilitado ou estar cursando com mais de 75% do curso em nível de Licenciatura Plena em Pedagogia ou outra área de licenciatura;
III – Poderá candidatar-se na unidade escolar da rede municipal de ensino, em que esteja atuando no mínimo dois anos.
§ 1º – Caso não haja candidato o Diretor será nomeado, sem indicação da unidade escolar, pelo executivo municipal.
§ 2º– O profissional poderá concorrer à direção de apenas uma Escola em cada pleito.

Art. 40 – É vedada a participação, no processo seletivo, do profissional que:
I – Responda a processo administrativo disciplinar;
II – Esteja sob licenças médicas contínuas;
III – Esteja usufruindo licença interesse ou permuta.

Art. 41 – Será eleito o candidato que obtiver a maioria dos votos válidos.
Parágrafo Único - Na ocorrência de empate no primeiro lugar, será considerado eleito o candidato que possuir maior titulação.

Art. 42 – Haverá em cada unidade Escolar uma Comissão constituída em Assembléia Geral, convocada pelo dirigente da escola, para conduzir o processo de escolha dos candidatos.
§ 1º - Devem compor a Comissão 1 (um) membro efetivo e seu respectivo suplente, dentre:
I – Representantes dos Profissionais da Educação Básica;
II – Representantes dos pais;
III – Representantes dos alunos maiores de 14 (quatorze) anos;
§ 2º - O representante e seu suplente serão eleitos em Assembléia Geral pelos respectivos segmentos, em data, hora e local amplamente divulgados.
§ 3º - A Comissão de escolha, uma vez constituída, elegerá um de seus membros para presidi-la.
§ 4º - O membro da Comissão que praticar qualquer ato lesivo às normas que regulam o processo, será substituído pelo seu suplente após a comprovação da irregularidade.
§ 5º - Não poderá compor a Comissão:
I – Qualquer um dos Candidatos, seu cônjuge ou parente até segundo grau;
II – O servidor em exercício na função de Diretor;
§ 6º - O Diretor da Escola deverá colocar à disposição da Comissão os recursos humanos e materiais necessários ao desempenho de suas atribuições.

Art. 43 – A Comissão terá, dentre outras, as atribuições de :
I – Planejar, organizar, coordenador e presidir o processo de escolha do candidato;
II – Divulgar amplamente as normas e os critérios relativos ao Processo de escolha do candidato;

III – Convocar a Assembléia Geral para a exposição de propostas de trabalhos do candidato aos alunos, aos pais e aos profissionais da educação;
IV – Providenciar material de votação, lista de votantes por segmento e urnas;
V – Credenciar até dois fiscais de votação e escrutinação indicados por cada candidato, identificando-os através de crachás;
VI – Lavrar e assinar as atas de todas as reuniões e decisões em livro próprio;
VII – Receber os pedidos de impugnação por escrito relativo ao Candidato, ou ao processo para análise junto à Comissão da SME e emitir parecer no prazo máximo de 24 horas, após o recebimento do pedido;
VIII – Designar, credenciar, instruir, com a devida antecedência os membros das mesas receptoras e escrutinadoras;
IX – Acondicionar as cédulas e fichas de votação, bem como a listagem dos votantes em envelopes lacrados, e rubricados por todos os seus membros, arquivando-os na Escola por um prazo de 90 (noventa) dias, após os quais procederá a incineração.
X – Divulgar o resultado final do processo de escolha e enviar a documentação à Secretaria Municipal de Educação em 24 horas.

Art. 44 – A Assembléia a que se refere o artigo 43, deverá ser realizada em horário que possibilite o atendimento ao maior número possível de interessados na exposição do plano de trabalho, cujo teor deverá ser amplamente divulgado tanto no interior, da Escola, como na Comunidade.

Art. 45 - Na Assembléia Geral deverá ser concedido a cada candidato a mesma fração de tempo para exposição e debate da sua proposta de trabalho.

Art. 46 – É vedado ao candidato e à comunidade:
I – Realizar festas na Escola, que não estejam previstas no calendário da mesma;
II – Praticar atos que impliquem no oferecimento, promessas ou vantagens de qualquer natureza;
III – Utilizar símbolos, frases ou imagens associadas ou semelhantes às empregadas por órgãos do Município.

Art. 47 – Estará afastado do processo, à vista de representação da parte ofendida, devidamente fundamentada e dirigida à Comissão, o Candidato que praticar quaisquer dos atos do artigo 46 desta lei.
Parágrafo Único – Caso o candidato possua apelido pelo qual é conhecido poderá usá-lo para a divulgação de sua candidatura junto à Comunidade Escolar.

Art. 48 – Podem votar:
I – Profissionais de Educação em efetivo exercício na escola;
II – Alunos regularmente matriculados com freqüência comprovada, que tenham no mínimo, 14 (quatorze) anos de idade ou estejam cursando a 5ª série em diante;
III – Pai, mãe ou responsável legal (um voto por família), pelos alunos menores de 18 (dezoito) anos, que tenham freqüência comprovada.
§ 1º - O profissional da Educação que ocupa mais de um cargo na escola votará apenas uma vez.
§ 2º - O profissional da educação com filhos na escola, votará apenas no seu segmento.

Art. 49 – No ato de votação, o votante deverá se identificar à mesa receptora através de documento que comprove sua legitimidade (identidade ou outros).

Art. 50 – Não é permitido voto por procuração.

Art. 51 – O votante com identidade comprovada, cujo nome não conste em nenhuma lista, poderá votar numa lista em separado.

Art. 52 – O Processo de Votação será conduzido por mesas receptoras designadas pela Comissão de eleição.

Art. 53 – Poderão permanecer no recinto destinado à Mesa Receptora, apenas os seus membros e os fiscais.

Art. 54 – Nenhuma autoridade estranha à mesa poderá intervir, sob pretexto algum em seu regular funcionamento, exceto o Presidente da Comissão, quando solicitado.

Art. 55 – Cada mesa será composta por, no mínimo, três e, no máximo, 05 (cinco) membros e 02 (dois) suplentes, escolhidos pela Comissão entre os votantes e com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

Art. 56 – Os eventuais pedidos de impugnação dos mesários, devidamente fundamentados, serão dirigidos ao Presidente da Comissão e, caso sejam considerados pertinentes, a substituição será feita pelo suplente.
Parágrafo Único – O candidato que não pedir a impugnação ficará impedido de argüir, sob este fundamento, a nulidade do processo eleitoral.

Art. 57 – O voto dado em cédula única, contendo o carimbo identificador da escola municipal, devidamente assinado pelo Presidente da Comissão e por um dos mesários.

Art. 58º – O Secretário da Mesa deverá lavrar a ata circunstanciada dos trabalhos realizados, a qual deverá ser assinada pelo Presidente e 1º mesário.

Art. 59 – Os fiscais indicados pelos candidatos poderão solicitar ao Presidente da Mesa o registro em Ata, de eventuais irregularidades ocorridas durante o processo eleitoral.

Art. 60 – As mesas receptoras, uma vez encerradas, a votação e elaborada a respectiva Ata, ficam automaticamente transformadas em mesas escrutinadoras, para procederem imediatamente à contagem dos votos, no mesmo local de votação.
§ 1º - Antes da abertura da urna, a Comissão deverá verificar se há indícios de violação e, em caso de constatação, a mesma deverá ser encaminhada com relatório ao Conselho Deliberativo Escolar para decisão cabível.
§ 2º - Caso o Conselho Deliberativo Escolar se julgue incompetente, deverá recorrer à Comissão da SME.

Art. 61 – Não havendo coincidência entre o número de cédulas existentes na urna e o número de votantes, o fato somente constituirá motivo de anulação se resultante de fraude comprovada e, neste caso adota-se o mesmo procedimento citado nos parágrafos 2º do artigo anterior.

Art. 62 – Os pedidos de impugnação fundados em violação de urnas somente poderão ser apresentados até a abertura das mesmas.

Art. 63 – Serão nulos os votos:
I – Registrados em cédulas que não correspondem ao modelo padrão;
II – Que indiquem mais de um candidato;
III – Que contenham expressões ou qualquer outra manifestação;
IV – Dados a candidatos que não estejam aptos a participar do processo.

Art. 64 – Concluídos os trabalhos de escrutinação, lavrada a ata do resultado final de todo o processo e assinada pelos componentes da mesa escrutinadora, todo o material será entregue ao Presidente da Comissão que se reunirá com os demais membros para:
I – Verificar toda a documentação;
II – Decidir sobre eventuais irregularidades;
III – Divulgar o resultado final da votação;
Parágrafo Único – Divulgado o resultado, não cabe sua revisão.

Art. 65 – No momento de transmissão de cargo ao Diretor escolhido pela Comunidade, o profissional da educação que estiver na direção deverá apresentar a avaliação pedagógica, administrativa e financeira de sua gestão, fazer a entrega do balanço do acervo documental, o inventário do material e equipamento, do patrimônio existente na Unidade Escolar e recursos financeiros.

Art. 66 – O profissional da Educação que esteja exercendo a direção da escola, caso seja novamente escolhido, deve apresentar à

Comunidade, em Assembléia Geral, a prestação de contas da Gestão anterior, no momento da posse.

Art. 67 – Das decisões da Comissão da Secretaria Municipal de Educação e Cultura cabem recursos dirigidos a (o) Secretária (o) Municipal de Educação.
Parágrafo Único – O prazo para a interposição de recurso é de 72 (setenta e duas) horas improrrogáveis, contadas do dia seguinte ao do recebimento do despacho desfavorável à apresentação.

Art. 68 – Decorrido o prazo previsto no Parágrafo Único do Artigo 67, e não havendo recursos, o candidato eleito assumirá a função, sendo nomeado e empossado pelo Prefeito.
Parágrafo Único – O profissional de Educação poderá candidatar-se 01 (uma) vez, podendo ir a reeleição para o cargo de Diretor.

Art. 69 – A vacância da função de Diretor ocorre por conclusão da gestão, renúncia, destituição, aposentadoria ou falecimento.
Parágrafo Único – O afastamento do Diretor por período superior a 01 (um) mês, excetuando-se os casos de licença de saúde, licença gestante e licença saúde família, implicará na vacância da função.

Art. 70 – Ocorrendo vacância da função de Diretor será designado pela Secretaria Municipal de Educação novo Diretor até o final do referido mandato, obedecendo aos requisitos preestabelecidos por esta Lei.

Art. 71 – A destituição do Diretor ocorrerá somente motivadamente e obedecendo aos requisitos preestabelecidos por esta Lei.

I. Após inquérito, assegurado amplo direito de defesa;
II. Por descumprimento desta lei;
III.Pelo voto destituinte da Comunidade Escolar;
§ 1º - O Conselho Deliberativo Escolar, mediante decisão fundamentada e documentada pela maioria absoluta de seus membros, proporá ao Secretario Municipal de Educação a instauração de sindicância para fins previstos neste artigo.
§ 2º - O Secretário Municipal de Educação determinará afastamento do indiciado durante a realização do processo de sindicância.
§ 3º - A destituição de que se trata o inciso III será proposta em documento destinado ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, onde conste a assinatura de ¼ (um quarto) da totalidade da comunidade escolar.
§ 4º - O CDCE procederá à conferência das assinaturas, e elaborará parecer dando conta da validade do requerimento, encaminhando o processo à Secretaria Municipal de Educação.
§ 5º - A Secretaria Municipal de Educação, recebendo os autos, constituirá comissão verificadora que deverá in loco e no prazo de 72 (setenta e duas) horas procederá à data para os debates e para a realização do plebiscito destituinte.
§ 6º - Será necessária a anuência destituinte, equivalente a 50% (cinqüenta por cento) mais 01 (um) da totalidade dos votos apurados no plebiscito.
§ 7º - Por ato do Poder Executivo, se comprovado improbabilidade administrativa, publicará a destituição.

TÍTULO II
DA ESCOLHA PARA COORDENADORES
DA ESCOLA MUNICIPAL

Art. 72 – Os critérios para escolha de coordenadores têm com referência clara os campos do conhecimento, da competência e liderança, na perspectiva de assegurar o compromisso com a Proposta Pedagógica e as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 73 – Para participar do processo de escolha de Coordenador Pedagógico das Unidades Escolares, o candidato deve:
a) Ser professor efetivo de Licenciatura em Pedagogia, ou estar cursando com 75% de curso;
b) Ter participado do processo de atribuição de classes e/ou aulas e estar lotado na unidade escolar onde pretende atuar como coordenador;
c) Ter, no mínimo, 2 (dois) anos de experiência em docência e 2 (dois) anos de exercício na unidade escolar, na data da inscrição.
d) Caso não haja candidato que se enquadre na letra " a" Art. 73 e Titulo II, o coordenador Pedagógico será nomeado sem a indicação do corpo docente da unidade escolar, pelo executivo municipal.
Parágrafo Único – Para as escolas que oferecem o ensino fundamental completo poderão candidatar-se professores nas diversas licenciaturas.

Art. 74 – A escolha para Coordenação Escolar será feita por todos os profissionais da unidade escolar e dos membros titulares do Conselho Escolar.
Parágrafo Único – Os profissionais da educação, membros do Conselho, terão direito a 01 (um) voto.

Art. 75 – Em caso de empate entre os candidatos, os critérios para desempate serão:
a) Maior titulação;
b) Maior tempo de serviço na área de coordenação pedagógica;
c) Apresentação de um projeto político escolar inovador.

Art. 76 – É vedada a participação no processo de escolha do profissional em licenças contínuas.

Art. 77 – O Coordenador Pedagógico escolhido exercerá a função por um período de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

Art. 78 – A vacância da função de Coordenador Pedagógico ocorre por renúncia, destituição, aposentadoria ou falecimento.
Parágrafo Único - O afastamento do Coordenador Pedagógico por período superior a 1 (um) mês , excetuando-se os casos de licença saúde, licença gestante e licença saúde família, implicará a vacância da função.

Art. 79 – Ocorrendo à vacância será designado pela Secretaria Municipal de Educação novo coordenador até o final do mandato.

Art. 80 – A Avaliação do trabalho desenvolvido pelo/a coordenador/a deve ser realizada pelo conjunto dos Profissionais da Educação votantes anualmente, Assessoria Pedagógica, observando os seguintes pontos:
I – As condições necessárias para o desenvolvimento do projeto de trabalho;
II – O tempo mínimo necessário para desenvolvimento do projeto de trabalho;
III – Envolvimento do conjunto dos profissionais da educação;

Art. 81 – As atribuições do coordenador (a) pedagógico (a) deverá abranger as seguintes ações:
I. Coordenar o planejamento e a execução das ações pedagógicas na unidade escolar;
II. Articular a elaboração participativa do Projeto Político Pedagógico da unidade escolar;
III. Coordenar, acompanhar e avaliar o Projeto Político pedagógico na unidade escolar;
IV. Acompanhar o processo de implantação das diretrizes da Secretaria Municipal de Educação relativas à avaliação da aprendizagem e ao currículo, orientando e intervindo junto aos professores e alunos quando necessário;
V. Coletar, analisar e divulgar os resultados de desempenho dos alunos, visando à correção e intervenção no processo de aprendizagem;
VI. Promover sessões de estudos com os professores para o aprimoramento profissional;
VII. Propor, em articulação com a direção e CDCE, a implementação de medidas e ações que contribuam para promover a melhoria da qualidade de ensino e o sucesso escolar dos alunos.

TÍTULO III
DA AUTONOMIA DA GESTÃO FINANCEIRA

Art. 82 – A autonomia da Gestão Financeira dos estabelecimentos de ensino objetiva o seu funcionamento e a melhoria do padrão de qualidade.

Art. 83 – Constituem recursos da Unidade Escolar:

I – Repasses, doações, subvenções que lhe forem concedidas pela União, Estado, Município, Entidades públicas, privadas, Associações de Classe, e/ou entes comunitários;
II – Renda de exploração de cantina, bem como outras iniciativas ou promoções;
III – Repasses de Convênios.

Art. 84 - O repasse de recursos financeiros às unidades Escolares que visa ao financiamento de serviços e necessidades básicas será regulamentado pela Secretaria Municipal de Educação e repassado bimestralmente.

Art. 85 – Os recursos financeiros da Unidade Escolar serão depositados em conta específica a ser mantida em estabelecimento de crédito, efetuando-se sua movimentação através de cheques nominais assinados pelo presidente do Conselho Deliberativo Escolar, Diretor da Escola e Tesoureiro.
Parágrafo Único – A prestação de contas referente aos recursos recebidos do governo municipal deverá ser apresentada antes do término do bimestre e dos demais recursos de acordo normalização específica.

TÍTULO IV
DA GESTÃO PEDAGÓGICA E ADMINISTRATIVA

Art. 86 – A autonomia da Gestão Pedagógica e Administrativa das Unidades Escolares, objetiva a efetivação da intencionalidade de escola mediante um compromisso definido coletivamente.

Art. 87 – A autonomia da Gestão Pedagógica e Administrativa das Unidades Escolares será assegurada pela definição da sua Proposta Pedagógica.

Art. 88 – A autonomia das Unidades Escolares implica na consolidação dos princípios:
I – Éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum;
II – Políticos dos direitos e deveres da cidadania, do exercício da criatividade e do respeito à ordem democrática;
III – Estéticos da sensibilidade, da criatividade e do respeito à diversidade de manifestações artísticas e culturais.

Art. 89 – A Equipe Gestora compreende o Diretor, o Coordenador Pedagógico e o Secretário Escolar cuja atuação se caracteriza pela coordenação dos esforços individuais e coletivos em torno da consecução de objetivos comuns, definidos por ume política de ação e inspirados por uma filosofia orientadora e por todos compartilhada.

Art. 90 – As aquisições ou contratações de serviços efetuados pela escola deverão ser aprovadas previamente pelo Conselho Deliberativo Escolar.

TÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕE GERAIS

Art. 91 – Na função de Diretor e Coordenador Pedagógico esses profissionais obrigatoriamente terão dedicação exclusiva, não podendo exercer função em outro órgão ou entidade, seja pública ou privada.

Art. 92 – A Secretaria Municipal de Educação e Cultura organizará grupo de trabalho com a finalidade de promover apoio, formação e avaliação do processo de Gestão Democrática do Ensino.

Art. 93 – A Secretaria Municipal de Educação e Cultura convocará por Edital, com no mínimo 60 (Sessenta) dias de antecedência, a eleição para as direções das unidades escolares e coordenações pedagógicas.

Art. 94 – É vedado ao Poder Público remunerar os membros dos Conselhos e similares.

Art. 95 – Mantidos princípios gerais desta lei, outras formas de organização político-administrativa e pedagógica poderão ser propostas por unidade ou conjunto de unidades escolares a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 96 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

FRANCISCO TEODORO DE FARIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivanilde Tscha
Código Identificador:5E6076E0

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
BALANÇO ORÇAMENTARIO JANEIRO/2013

MATO GROSSO								Quality Sistemas	
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA								Exercício: 2013	
AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 643, CENTRO, ARAGUAIANA/MT								Mês atual: Janeiro	
Balancete Orçamentário - Exercício de 2013									
RECEITA					DESPESA				
Títulos	Previsão	No Mês	Até no Mês	Diferenças	Títulos	Fixação	No Mês	Até no Mês	Diferenças
RECEITAS CORRENTES					Créditos Orçamentários e Suplementares	8.576.900,00	1.043.213,73	1.043.213,73	-7.533.686,27
RECEITA TRIBUTÁRIA	580.209,30	29.345,56	29.345,56	-550.863,74	Créditos Especiais	0,00	0,00		0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	39.007,54	3.655,21	3.655,21	-35.352,33	Créditos Extraordinários	0,00	0,00		0,00
RECEITA PATRIMONIAL	22.290,03	8.382,84	8.382,84	-13.907,19					
RECEITA DE SERVIÇOS	172.400,00	869,11	869,11	-171.530,89	RESERVA LEGAL DO RPPS	0,00	0,00		0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.927.187,81	838.737,94	838.737,94	-8.088.449,87					
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	69.707,90	10.397,25	10.397,25	-59.310,65					
RECEITAS DE CAPITAL									
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	712.279,92	0,00		-712.279,92					
DEDUÇÕES DE RECEITA CORRENTE									
DEDUÇÕES DE TRANSFERENCIAS CORRENT-1.426.982,50		-137.173,19	-137.173,19	1.289.809,31					
Soma	9.096.100,00	754.214,72	754.214,72	-8.341.885,28	Soma	8.576.900,00	1.043.213,73	1.043.213,73	-7.533.686,27
Déficits	0,00	288.999,01	288.999,01	288.999,01	Superávits	519.200,00	0,00	0,00	-519.200,00
Total	9.096.100,00	1.043.213,73	1.043.213,73	8.052.886,27	Total	9.096.100,00	1.043.213,73	1.043.213,73	8.052.886,27

Publicado por:
Edivan da Silva Menezes
Código Identificador:911424BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
BALANCETE FINANCEIRO JANEIRO/2013

ESTADO DE MATO GROSSO							Quality Sistemas
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA							Exercício: 2013
AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 643, CENTRO, ARAGUAIANA/MT							Mês atual: Janeiro
Balancete Financeiro - Anexo 13							
Receitas				Despesas			
Títulos	Acum. Anterior	Valor no mês	Total	Títulos	Acum. Anterior	Valor no mês	Total
RECEITA ORÇAMENTÁRIA				DESPESA ORÇAMENTÁRIA			
RECEITAS CORRENTES	0,00	754.214,72	754.214,72	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	0,00	1.043.213,73	1.043.213,73
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00				
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00				
TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	754.214,72	754.214,72				
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA				DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA			
DESPESA ORÇAMENTÁRIA A PAGAR	0,00	606.756,74	606.756,74	RESTOS A PAGAR	0,00	55.188,79	55.188,79
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	58.710,61	58.710,61	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	27.318,19	27.318,19
TOTAL DE RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	665.467,35	665.467,35	TOTAL DE DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	82.506,98	82.506,98
INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS				INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS			
RECEBIDASINTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00	48.358,77	48.358,77
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE			
Caixa	108,37	108,37	108,37	Caixa	108,37	7.849,05	7.849,05
Banco Conta Movimento	602.892,07	602.892,07	602.892,07	Banco Conta Movimento	602.892,07	780.352,15	780.352,15
Banco Conta Vinculada	327.565,37	327.565,37	327.565,37	Banco Conta Vinculada	327.565,37	387.967,20	387.967,20
Banco Conta RPPS	0,00	0,00	0,00	Banco Conta RPPS	0,00	0,00	0,00
Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00	Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
Aplicações do RPPS	0,00	0,00	0,00	Aplicações do RPPS	0,00	0,00	0,00
TOTAL DISPONÍVEL	930.565,81	930.565,81	930.565,81	TOTAL DISPONÍVEL	930.565,81	1.176.168,40	1.176.168,40
Total	930.565,81	2.350.247,88	2.350.247,88	Total	930.565,81	2.350.247,88	2.350.247,88

Publicado por:
Edivan da Silva Menezes
Código Identificador:EC85EFD4

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
BALANCETE FINANCEIRO FEVEREIRO/2013

ESTADO DE MATO GROSSO							Quality Sistemas
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA							Exercício: 2013
AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 643, CENTRO, ARAGUAIANA/MT							Mês atual: Fevereiro
Entidades Selecionadas: pref / CÂMARA							
Balancete Financeiro - Anexo 13							
Receitas				Despesas			
Títulos	Acum. Anterior	Valor no mês	Total	Títulos	Acum. Anterior	Valor no mês	Total
RECEITA ORÇAMENTÁRIA				DESPESA ORÇAMENTÁRIA			
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	Legislativa	0,00	0,00	0,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	29.345,56	44.675,30	74.020,86	Administração	225.273,83	262.587,62	487.861,45
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.655,21	4.459,68	8.114,89	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	8.382,84	3.543,00	11.925,84	Assistência Social	56.220,52	59.618,74	115.839,26
RECEITA DE SERVIÇOS	869,11	4.728,21	5.597,32	Saúde	396.681,58	123.810,88	520.492,46
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	838.737,94	924.015,98	1.762.753,92	Trabalho	90.960,00	0,00	90.960,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.397,25	4.889,72	15.286,97	Educação	168.601,27	183.695,68	352.296,95
DEDUÇÕES DA RECEITA	-137.173,19	-157.714,96	-294.888,15	Cultura	292,76	1.231,85	1.524,61
TOTAL RECEITAS CORRENTES	754.214,72	828.596,93	1.582.811,65	Urbanismo	64.152,82	119.535,19	183.688,01
				Habitação	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	Saneamento	12.216,48	27.357,18	39.573,66
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	Agricultura	4.565,92	6.221,93	10.787,85
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00
				Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	Transporte	20.400,00	0,00	20.400,00
				Desporto e Lazer	3.848,55	5.043,79	8.892,34
TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	754.214,72	828.596,93	1.582.811,65	Encargos Especiais	0,00	98.100,00	98.100,00
				CONTROLE INTERNO	0,00	0,00	0,00
				Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00
				TOTAL DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	1.043.213,73	887.202,86	1.930.416,59
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA				DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA			
DESPESA ORÇAMENTÁRIA A PAGAR	606.756,74	168.917,80	775.674,54	EMPRESTIMO CONSIGNADO - BANIF	0,00	474,60	474,60
EMPRESTIMO CONSIGNADO - BANIF	12.771,78	12.525,26	25.297,04	I.N.S.S	11.726,23	12.819,08	24.545,31
EMPRESTIMO CONSIGNADO - CAIXA	14.100,13	14.278,95	28.379,08	I.N.S.S. EDUCAÇÃO	2.797,26	4.447,89	7.245,15
I.N.S.S	12.588,56	14.187,21	26.775,77	I.N.S.S. FUNDEB	6.667,49	8.803,37	15.470,86
I.N.S.S. EDUCAÇÃO	4.447,89	1.980,15	6.428,04	I.N.S.S. SAÚDE	3.478,26	3.285,93	6.764,19
I.N.S.S. FUNDEB	8.803,37	11.582,30	20.385,67	PENSÃO ALIMENTÍCIA	2.648,95	1.943,83	4.592,78
I.N.S.S. SAÚDE	3.349,93	3.661,23	7.011,16	RESTOS A PAGAR	55.188,79	8.371,00	63.559,79
PENSÃO ALIMENTÍCIA	2.648,95	1.943,83	4.592,78	TOTAL DE DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	82.506,98	40.145,70	122.652,68
TOTAL DE RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	665.467,35	229.076,73	894.544,08				
INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS				INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS			
RECEBIDASTOTALDEINTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	REPASSE DUODECIMO CAMARA	48.358,77	48.358,77	96.717,54
				TOTAL DE INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS	48.358,77	48.358,77	96.717,54
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE			
Caixa	108,37	7.849,05	108,37	Caixa	7.849,05	967,02	967,02
Banco Conta Movimento	602.892,07	780.352,15	602.892,07	Banco Conta Movimento	780.352,15	871.202,98	871.202,98
Banco Conta Vinculada	327.565,37	387.967,20	327.565,37	Banco Conta Vinculada	387.967,20	385.964,73	385.964,73
Banco Conta RPPS	0,00	0,00	0,00	Banco Conta RPPS	0,00	0,00	0,00

ESTADO DE MATO GROSSO							Quality Sistemas
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA							Exercício: 2013
AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 643, CENTRO, ARAGUAIANA/MT							Mês atual: Fevereiro
Entidades Selecionadas: pref / CÂMARA							
Balancete Financeiro - Anexo 13							
Receitas				Despesas			
Títulos	Acum. Anterior	Valor no mês	Total	Títulos	Acum. Anterior	Valor no mês	Total
Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00	Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
Aplicações do RPPS	0,00	0,00	0,00	Aplicações do RPPS	0,00	0,00	0,00

TOTAL DISPONÍVEL	930.565,81	1.176.168,40	930.565,81	TOTAL DISPONÍVEL	1.176.168,40	1.258.134,73	1.258.134,73
Total	2.350.247,88	2.233.842,06	3.407.921,54	Total	2.350.247,88	2.233.842,06	3.407.921,54

Publicado por:
Edivan da Silva Menezes
Código Identificador:041BA162

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
BALANÇO ORÇAMENTARIO FEVEREIRO/2013

MATO GROSSO								Quality Sistemas	
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA								Exercício: 2013	
AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 643, CENTRO, ARAGUAIANA/MT								Mês atual: Fevereiro	
Balancete Orçamentário - Exercício de 2013									
RECEITA					DESPESA				
Títulos	Previsão	No Mês	Até no Mês	Diferenças	Títulos	Fixação	No Mês	Até no Mês	Diferenças
RECEITAS CORRENTES					Créditos Orçamentários e Suplementares	8.576.900,00	887.202,86	1.930.416,59	-6.646.483,41
RECEITA TRIBUTÁRIA	580.209,30	44.675,30	74.020,86	-506.188,44	Créditos Especiais	0,00	0,00		0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	39.007,54	4.459,68	8.114,89	-30.892,65	Créditos Extraordinários	0,00	0,00		0,00
RECEITA PATRIMONIAL	22.290,03	3.543,00	11.925,84	-10.364,19					
RECEITA DE SERVIÇOS	172.400,00	4.728,21	5.597,32	-166.802,68	RESERVA LEGAL DO RPPS	0,00	0,00		0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.927.187,81	924.015,98	1.762.753,92	-7.164.433,89					
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	69.707,90	4.889,72	15.286,97	-54.420,93					
RECEITAS DE CAPITAL									
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	712.279,92	0,00		-712.279,92					
DEDUÇÕES DE RECEITA CORRENTE									
DEDUÇÕES DE TRANSFERENCIAS CORRENT	-1.426.982,50	-157.714,96	-294.888,15	1.132.094,35					
Soma	9.096.100,00	828.596,93	1.582.811,65	-7.513.288,35	Soma	8.576.900,00	887.202,86	1.930.416,59	-6.646.483,41
Déficits	0,00	58.605,93	347.604,94	347.604,94	Superávits	519.200,00	0,00	0,00	-519.200,00
Total	9.096.100,00	887.202,86	1.930.416,59	7.165.683,41	Total	9.096.100,00	887.202,86	1.930.416,59	7.165.683,41

Publicado por:
Edivan da Silva Menezes
Código Identificador:559C463B

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RELATÓRIOS JANEIRO/2013

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA
Lei de Diretrizes Orçamentarias
Anexo de Metas Fisicas
Quadro XI - Obras em Andamento (art. 45.º da LC 101/2000)

Especificação	Realização				Fonte de Recurso	Convenio	Previssão Termino
	Executado	%	A Executar	%			
CONSTR. DE QUADRA COBERTA - 9012	324.861,45	97,6095678	7.955,77	2,390432202	CONV. EST. / MUNI.	148/2009	mar/13
CONSTR. SIST. ESGOTO SANIT. - 9002	1.055.122,94	56,97407232	796.812,33	43,02592768	CONV. FUNASA / MUNI.	316/2007	dez/13
PAV..AV. OTAIVIO DUTRA NÃO FINANCEIRO	-	0	886.180,26	100	CONV. ESTADO MUNIC		180 DIAS
FINANCEIRO	50.859,94	23,93289108	161.650,70	76,06710892	CONV. ESTADO MUNIC		180 DIAS
RECUP. PAVIMENT; ASFALTICA - LAMA	5.952,00	4,412218643	128.946,12	95,58778136	CONV. ESTADO MUNIC		180 DIAS
	1.436.796,33		1.981.545,18	0			

Araguaiana 31 de Janeiro de 2013

JOSE MARRA NERY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edivan da Silva Menezes
Código Identificador:B1F95639

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RELATÓRIOS FEVEREIRO/2013

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA
Lei de Diretrizes Orçamentarias
Anexo de Metas Fisicas
Quadro XI - Obras em Andamento (art. 45.º da LC 101/2000)

Especificação	Realização				Fonte de Recurso	Convenio	Previssão Termino
	Executado	%	A Executar	%			
CONSTR. DE QUADRA COBERTA - 9012	324.861,45	97,6095678	7.955,77	2,390432202	CONV. EST. / MUNI.	148/2009	mar/13
CONSTR. SIST. ESGOTO SANIT. - 9002	1.055.122,94	56,97407232	796.812,33	43,02592768	CONV. FUNASA / MUNI.	316/2007	dez/13
PAV..AV. OTAIVIO DUTRA NÃO FINANCEIRO	-	0	886.180,26	100	CONV. ESTADO MUNIC		180 DIAS
FINANCEIRO	50.859,94	23,93289108	161.650,70	76,06710892	CONV. ESTADO MUNIC		180 DIAS
RECUP. PAVIMENT; ASFALTICA - LAMA	5.952,00	4,412218643	128.946,12	95,58778136	CONV. ESTADO MUNIC		180 DIAS
	1.436.796,33		1.981.545,18	0			

Araguaiana 28 de Fevereiro de 2013

JOSE MARRA NERY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edivan da Silva Menezes
Código Identificador:6861FC98

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RELACAO GERAL DO PROCESSO SELETIVO

Relação de Candidatos Aprovados e Classificados Processo Seletivo Prefeitura Municipal de Confresa - MT

Cargo:	AGENTE ADMINISTRATIVO - PNE				
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
1058	MARIA ROSA ALVES DIAS	9.00	1	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
Cargo:	1 - AGENTE ADMINISTRATIVO				
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
2	RONECLEI PEREIRA PINTO	20.00	1	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
3	CARLOS ALBERTO DE SOUZA SILVA	20.00	2	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO’
543	CRISTINA MOREIRA TAVARES	19.00	3	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
1	DIONE CLEIA MORAES GOMES	19.00	4	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
978	DINOM ALVES GLORIA	18.00	5	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
419	ARILEIA ALVES PINHIRO	17.00	6	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
306	TACYELLE DA ROCHA MONTENEGRO TEOFILO	16.00	7	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
28	LUCIA HELENA DE OLIVEIRA GONSALVES	16.00	8	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
518	RAFAEL CANDIDO DA SILVA	16.00	9	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
385	WILLIAN ROCHA DE ALMEIDA	16.00	10	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
38	CÉLIA MACEDO COSTA	16.00	11	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
731	EDUARDO JOSE MARTINS	16.00	12	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
140	GISELY CRISTINA OLIVEIRA LAURIA	16.00	13	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
415	RAILSON LIRA	16.00	14	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
137	BEATRIZ MOREIRA DA SILVA	16.00	15	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
643	PAULA KULCENTY	16.00	16	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1210	ANA SOREIA VENANCIO CAVALCANTE RIBEIRO	16.00	17	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
191	CRISTIELLI JORGE LIMA	16.00	18	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
653	LAUCIMAR FERNANDES DIAS	16.00	19	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1065	PAULO ARCANJO DA SILVA	15.00	20	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
702	PATRICIA MIKELE MOURA	15.00	21	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1044	THAISA DA SILVA DOURADO	15.00	22	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
396	JANDIR PEREIRA DE SOUSA	15.00	23	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
921	WESLAINE DA SILVA SANTOS	15.00	24	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
391	DAIANE DIAS DA SILVA	14.00	25	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
316	ENILDE DE SOUSA PEREIRA	14.00	26	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
772	RAMI FELIPE TRINDADE OLIVEIRA	14.00	27	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
964	JOHNN LENNON FRANÇA FERREIRA	14.00	28	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
138	WENEY AUGUSTO DIAS RODRIGUES	14.00	29	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
7	WALÉRIA LARA PORFIRIO BARROS	14.00	30	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1274	LILLIAN ANTONIA DA SILVA	14.00	31	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
5	LUCIMAR RODRIGUES CABRAL	14.00	32	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
10	ROBERTO LUIZ BARROSO JUNIOR	13.00	33	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
132	STEFANY PAULA COSTA	13.00	34	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
199	LUCILEIDE BARBOSA DE CASTILHO	13.00	35	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
278	OBEDE PEREIRA PINTO LUZ	13.00	36	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
428	DHIENNIFY MARQUES TOBIAS	13.00	37	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
254	DJALMA RORIZ MAEIRO DE SOUZA	13.00	38	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
610	CHARLES ALVES DE LIMA	13.00	39	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1118	GISA DAIANY BARBOSA LIMA	13.00	40	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
682	IRAILDES DE MATOS RODRIGUES TAVARES	12.00	41	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
821	MARTA CASTRO DA SILVA	12.00	42	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
45	ROBELINA GONÇALVES MUNIZ	12.00	43	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
806	PRYSCILA RIBEIRO DA SILVA	12.00	44	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
94	MARIA DE FATIMA BEZERRA	12.00	45	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1325	RAFAEL MARCOS ALVES REZENDE	12.00	46	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
420	VALDENICE DA SILVA BEZERRA	11.00	47	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
84	GUTEMBERG OLIVEIRA MOURA	11.00	48	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1208	ANA CAROLINA VENANCIO CAVALCANTE RIBEIRO	11.00	49	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
170	WANESSA SOUZA BARROS ALMEIDA	10.00	50	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1317	KASSIA MENDES ALENCAR	10.00	51	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
672	GESSIANY CONCEICAO MACIEL	10.00	52	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
50	JESSICA OLIVEIRA SILVA	10.00	53	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
71	THIAGO DA SILVA GONÇALVES	10.00	54	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
807	LORENA RIBEIRO DA SILVA	10.00	55	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
468	GEISYBELL NERY DE OLIVEIRA	10.00	56	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
768	JENISLEY DA CUNHA BARBOSA FREITAS	10.00	57	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
767	EUGENIA NETA SILVA DE OLIVEIRA	10.00	58	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1225	ROSIMEIRE ALVES PEREIRA	9.00	59	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
712	KARIANE MARQUES DA SILVA	9.00	6	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
13	JESSICA DOS SANTOS ALMEIDA	9.00	61	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1171	ANA MARIA FERNANDES DE BRITO	9.00	62	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
16	IZIANY CAETANO DUARTE NOGUEIRA	8.00	63	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
17	VANQLINA RIBEIRO BARROS	8.00	64	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
335	DARCI ALVES DA SILVA RODRIGUES	8.00	65	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
338	JANETE CAMILA LIMA	8.00	66	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
606	IVA CAROLINE SOUZA NASCIMENTO	8.00	67	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
102	JULIANA GARCIA MARTINS	8.00	68	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
724	HALLYNNE MACHADO DA CRUZ	8.00	69	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1164	TEREZINHA ALVES DA CRUZ	7.00	70	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1172	LUCIMAR FERREIRA DA COSTA	7.00	71	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO

952	SINTHYA KEWRY MONTEIRO MORAIS	7.00	72	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1318	JOÃO BATISTA QUIXABEIRA ROCHA	7.00	73	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1286	DAMARIA SOUZA SANTOS OLIVEIRA	7.00	74	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1229	RAFAEL JOAQUIM FONTELA	6.00	75	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
801	ELIAS RODRIGUES SILVA	6.00	76	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
478	CLAUDIA REGINA DA SILVA	6.00	77	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
664	LUCIENE ALVES ATAIDE	6.00	78	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
184	GESSICA SILVA LIMA	6.00	79	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
719	OSVAIR MARQUES DA SILVA	6.00	80	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1076	ROSIANE PEREIRA MENDES	6.00	81	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
812	EDENEZ PINHEIRO ROSA	4.00	82	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1032	ANDREIA SOARES PEIXINHO	3.00	83	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
237	JOHNYSLEIANTONIO DIAS	3.00	84	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
508	ANA CARLA BARROS RESPLANDES	3.00	85	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO

Cargo:	2 - AGENTE DE CONSERVACAO / OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA				
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	LOTAÇÃO
1096	RAMON PEREIRA BRITO	24.00	1	Aprovado	INFRAESTRUTURA/TRANSPORTE
846	CLEUMIR FELICIANO DA SILVA	20.00	2	Classificado	
721	JOSE WILSON AIRES DA SILVA	20.00	3	Classificado	
1024	ITAECIO SANTOS VARÃO	16.00	4	Classificado	

Cargo:	4 - AGENTE DE SERVICOS GERAIS/LIMPEZA PREDIAL				
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	LOTAÇÃO
159	AVANI ALVES DE OLIVEIRA	18.00	1	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
22	FERNANDA MAIA CARNEIRO	15.00	2	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
397	CLEUZA ALVES BABUGEM	14.00	3	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
983	LOURIVAL JOSE DE PAULA	14.00	4	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
1238	ANTONIA VANDERLEIA DUARTE MARINHO SANTOS	14.00	5	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
945	CELIANA FRANCISCO CIRQUEIRA	14.00	6	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
43	DURCILNE GONÇALVES DE CASTRO	14.00	7	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
55	MARIA APARECIDA DA SILVA DUARTE	13.00	8	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
117	LOCELI ALVES DA SILVA CIELO	13.00	9	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
830	DOMINGAS REGES LIMA	13.00	10	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
73	VALDINEIA DOS SANTOS CAMPOS	13.00	11	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
853	ELEM CRYS SANTOS	13.00	12	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
182	JUDITE OLIVEIRA DOS SANTOS	13.00	13	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1328	REGIANE BATISTA DOS SANTOS	13.00	14	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1330	SEBASTIANA BENTO SOARES DIAS	13.00	15	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
739	EDIMARA EBERHARDT ESPINDULA	12.00	16	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
773	LUCELIA OLIVEIRA GONÇALVES	12.00	17	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
213	SILVIA BENTES TEIXEIRA	12.00	18	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
309	DENIZY RODRIGUES MATOS	12.00	19	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
535	OCINELIA SANTANA DA SILVA	12.00	20	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1116	FRANCISCO ALVES FILHO	11.00	21	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
458	TEREZA CRISTINA BEZERRA	11.00	22	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
113					

Publicado por:
Ana Célia de Souza Lima
Código Identificador:BB057E94

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RELAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS PROCESSO SELETIVO PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA - MT

Relação de Candidatos Aprovados e Classificados Processo Seletivo Prefeitura Municipal de Confresa - MT

Cargo:	AGENTE ADMINISTRATIVO - PNE				
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
1058	MARIA ROSA ALVES DIAS	9.00	1	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
Cargo:	1 - AGENTE ADMINISTRATIVO				
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
2	RONECLEI PEREIRA PINTO	20.00	1	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
3	CARLOS ALBERTO DE SOUZA SILVA	20.00	2	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO’
543	CRISTINA MOREIRA TAVARES	19.00	3	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
1	DIONE CLEIA MORAES GOMES	19.00	4	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
978	DINOM ALVES GLORIA	18.00	5	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
419	ARILEIA ALVES PINHIRO	17.00	6	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
306	TACYELLE DA ROCHA MONTENEGRO TEOFILO	16.00	7	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
28	LUCIA HELENA DE OLIVEIRA GONSALVES	16.00	8	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
518	RAFAEL CANDIDO DA SILVA	16.00	9	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
385	WILLIAN ROCHA DE ALMEIDA	16.00	10	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
38	CÉLIA MACEDO COSTA	16.00	11	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
731	EDUARDO JOSE MARTINS	16.00	12	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
140	GISELY CRISTINA OLIVEIRA LAURIA	16.00	13	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
415	RAILSON LIRA	16.00	14	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
137	BEATRIZ MOREIRA DA SILVA	16.00	15	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
643	PAULA KULCENTY	16.00	16	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1210	ANA SOREIA VENANCIO CAVALCANTE RIBEIRO	16.00	17	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
191	CRISTIELLI JORGE LIMA	16.00	18	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
653	LAUCIMAR FERNANDES DIAS	16.00	19	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1065	PAULO ARCANJO DA SILVA	15.00	20	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
702	PATRICIA MIKELE MOURA	15.00	21	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1044	THAISA DA SILVA DOURADO	15.00	22	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
396	JANDIR PEREIRA DE SOUSA	15.00	23	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
921	WESLAINE DA SILVA SANTOS	15.00	24	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
391	DAIANE DIAS DA SILVA	14.00	25	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
316	ENILDE DE SOUSA PEREIRA	14.00	26	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
772	RAMI FELIPE TRINDADE OLIVEIRA	14.00	27	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
964	JOHNN LENNON FRANÇA FERREIRA	14.00	28	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO

138	WENEY AUGUSTO DIAS RODRIGUES	14.00	29	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
7	WALÉRIA LARA PORFIRIO BARROS	14.00	30	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1274	LILLIAN ANTONIA DA SILVA	14.00	31	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
5	LUCIMAR RODRIGUES CABRAL	14.00	32	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
10	ROBERTO LUIZ BARROSO JUNIOR	13.00	33	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
132	STEFANY PAULA COSTA	13.00	34	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
199	LUCILEIDE BARBOSA DE CASTILHO	13.00	35	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
278	OBEDE PEREIRA PINTO LUZ	13.00	36	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
428	DHIENNIFY MARQUES TOBIAS	13.00	37	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
254	DJALMA RORIZ MAEIRO DE SOUZA	13.00	38	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
610	CHARLES ALVES DE LIMA	13.00	39	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1118	GISA DAIANY BARBOSA LIMA	13.00	40	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
682	IRAILDES DE MATOS RODRIGUES TAVARES	12.00	41	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
821	MARTA CASTRO DA SILVA	12.00	42	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
45	ROBELINA GONÇALVES MUNIZ	12.00	43	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
806	PRYSCILA RIBEIRO DA SILVA	12.00	44	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
94	MARIA DE FATIMA BEZERRA	12.00	45	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1325	RAFAEL MARCOS ALVES REZENDE	12.00	46	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
420	VALDENICE DA SILVA BEZERRA	11.00	47	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
84	GUTEMBERG OLIVEIRA MOURA	11.00	48	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1208	ANA CAROLINA VENANCIO CAVALCANTE RIBEIRO	11.00	49	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
170	WANESSA SOUZA BARROS ALMEIDA	10.00	50	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1317	KASSIA MENDES ALENCAR	10.00	51	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
672	GESSIANY CONCEICAO MACIEL	10.00	52	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
50	JESSICA OLIVEIRA SILVA	10.00	53	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
71	THIAGO DA SILVA GONÇALVES	10.00	54	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
807	LORENA RIBEIRO DA SILVA	10.00	55	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
468	GEISYBELL NERY DE OLIVEIRA	10.00	56	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
768	JENISLEY DA CUNHA BARBOSA FREITAS	10.00	57	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
767	EUGENIA NETA SILVA DE OLIVEIRA	10.00	58	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1225	ROSIMEIRE ALVES PEREIRA	9.00	59	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
712	KARIANE MARQUES DA SILVA	9.00	6	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
13	JESSICA DOS SANTOS ALMEIDA	9.00	61	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1171	ANA MARIA FERNANDES DE BRITO	9.00	62	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
16	IZIANY CAETANO DUARTE NOGUEIRA	8.00	63	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
17	VANQLINA RIBEIRO BARROS	8.00	64	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
335	DARCI ALVES DA SILVA RODRIGUES	8.00	65	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
338	JANETE CAMILA LIMA	8.00	66	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
606	IVA CAROLINE SOUZA NASCIMENTO	8.00	67	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
102	JULIANA GARCIA MARTINS	8.00	68	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
724	HALLYNNE MACHADO DA CRUZ	8.00	69	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1164	TEREZINHA ALVES DA CRUZ	7.00	70	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1172	LUCIMAR FERREIRA DA COSTA	7.00	71	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
952	SINTHYA KEWRY MONTEIRO MORAIS	7.00	72	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1318	JOÃO BATISTA QUIXABEIRA ROCHA	7.00	73	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1286	DAMARIA SOUZA SANTOS OLIVEIRA	7.00	74	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1229	RAFAEL JOAQUIM FONTELA	6.00	75	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
801	ELIAS RODRIGUES SILVA	6.00	76	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
478	CLAUDIA REGINA DA SILVA	6.00	77	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
664	LUCIENE ALVES ATAIDE	6.00	78	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
184	GESSICA SILVA LIMA	6.00	79	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
719	OSVAIR MARQUES DA SILVA	6.00	80	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1076	ROSIANE PEREIRA MENDES	6.00	81	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
812	EDENEZ PINHEIRO ROSA	4.00	82	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1032	ANDREIA SOARES PEIXINHO	3.00	83	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
237	JOHNYSLEIANTONIO DIAS	3.00	84	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
508	ANA CARLA BARROS RESPLANDES	3.00	85	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO

Cargo: 2 - AGENTE DE CONSERVACAO / OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA

Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	LOTAÇÃO
1096	RAMON PEREIRA BRITO	24.00	1	Aprovado	INFRAESTRUTURA/TRANSPORTE
846	CLEUMIR FELICIANO DA SILVA	20.00	2	Classificado	
721	JOSE WILSON AIRES DA SILVA	20.00	3	Classificado	
1024	ITAECIO SANTOS VARÃO	16.00	4	Classificado	

Cargo: 4 - AGENTE DE SERVICOS GERAIS/LIMPEZA PREDIAL

Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	LOTAÇÃO
159	AVANI ALVES DE OLIVEIRA	18.00	1	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
22	FERNANDA MAIA CARNEIRO	15.00	2	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
397	CLEUZA ALVES BABUGEM	14.00	3	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
983	LOURIVAL JOSE DE PAULA	14.00	4	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
1238	ANTONIA VANDERLEIA DUARTE MARINHO SANTOS	14.00	5	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
945	CELIANA FRANCISCO CIRQUEIRA	14.00	6	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
43	DURCILNE GONÇALVES DE CASTRO	14.00	7	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
55	MARIA APARECIDA DA SILVA DUARTE	13.00	8	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
117	LOCELI ALVES DA SILVA CIELO	13.00	9	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
830	DOMINGAS REGES LIMA	13.00	10	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
73	VALDINEIA DOS SANTOS CAMPOS	13.00	11	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
853	ELEM CRYS SANTOS	13.00	12	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
182	JUDITE OLIVEIRA DOS SANTOS	13.00	13	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1328	REGIANE BATISTA DOS SANTOS	13.00	14	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1330	SEBASTIANA BENTO SOARES DIAS	13.00	15	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
739	EDIMARA EBERHARDT ESPINDULA	12.00	16	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
773	LUCELIA OLIVEIRA GONÇALVES	12.00	17	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
213	SILVIA BENTES TEIXEIRA	12.00	18	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
309	DENIZY RODRIGUES MATOS	12.00	19	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
535	OCINELIA SANTANA DA SILVA	12.00	20	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1116	FRANCISCO ALVES FILHO	11.00	21	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
458	TEREZA CRISTINA BEZERRA	11.00	22	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
113	NAILDE ROSA FERREIRA	11.00	23	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
377	JOELMA MARQUES DA SILVA	11.00	24	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
215	ELIANE SILVA DE PAIVA	11.00	25	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO

1205	ZILDA FLORENCIO DA SILVA	11.00	26	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1048	MARIA JOSE DE LIMA	11.00	27	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
503	IVA ALVES DE LIMA	11.00	28	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1329	REGIANE TILLWITZ	11.00	29	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
93	JOSEFA TEOFILO DA SILVA	10.00	30	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
163	ANEZIA GOMES RIBEIRO DOS SANTOS	10.00	31	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
893	WELIDA MOURA RODRIGUES SILVA	10.00	32	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
698	NICIMAR ANTONIA DE JESUS	10.00	33	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
479	EDIVANIA LOPES DA SILVA	10.00	34	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
897	FERNANDA APARECIDA DOS SANTOS	10.00	35	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
134	SUELEN CONRADO DE SOUZA	10.00	36	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1322	JUVANETE TEODORO BARBOSA	10.00	37	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
41	ANTONIA LEMES DA SILVA	10.00	38	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
630	VALDENIZA CARVALHO DE SOUZA	9.00	39	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1161	OSMAR LEIDE ALVES TORRES	9.00	40	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
39	MARIA LUCIA PINTO DE GODOIS	9.00	41	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1143	LILIANA DE OLIVEIRA	9.00	42	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
922	ANTONIA AUDIANE DA CONCEIÇÃO SOUSA	9.00	43	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
990	LUCIRENE GOMES DE ASSIS	9.00	44	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
189	VALQUIRIA DOS REIS SILVA	9.00	45	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1232	MARIA JOSE MENDONÇA DA SILVA	8.00	46	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
808	EDSON TENORIO DOS SANTOS	8.00	47	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
222	FRANCISCA ALVES	8.00	48	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
187	LUIZA AQUINO DE CARVALHO	8.00	49	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
483	DORACI ALVES PEREIRA	8.00	50	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
414	JEANE ROCHA DE ALMEIDA	8.00	51	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
604	TERMOSILIA BATISTA DA SILVA	8.00	52	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
122	EVA SANTOS SILVA	8.00	53	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
620	DENIZE MACAUBAS DOS SANTOS	8.00	54	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
890	MARIVAN DE JESUS GLORIA	8.00	55	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
378	GENECIANA PAIVA MOREIRA	7.00	56	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
555	LUIZA DE SOUZA MORAIS	7.00	57	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1165	MARIA DE SOUSA ALVES	7.00	58	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
371	IVANI ALVES DOS SANTOS	7.00	59	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
85	VALNOISA PEREIRA AIRES	7.00	60	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
548	CARLINHA DE OLIVEIRA FONSECA	7.00	61	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
266	LUZIA SANTIAAGO DIAS	6.00	62	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
629	MARIA DENEIDE OLIVEIRA DA SILVA	6.00	63	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
130	MARIA LOURENCO GOMES	6.00	64	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
328	VILMACENE MARQUES DA SILVA	6.00	65	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
641	MARIA APARECIDA GOMES PIO PINTO	6.00	66	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1149	ELIZABETH PEREIRA PIRES	5.00	67	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
979	MIRILZA PIRES DA COSTA	5.00	68	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1313	MARIA LUCIA VIEIRA DAMACENA	5.00	69	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
839	Ireni Alves Teixeira	5.00	70	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1263	MARIA APARECIDA BARBAIA DE JESUS	5.00	71	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
747	FRANCISCO GOMES DE ARAUJO	4.00	72	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
342	MARIA LACERDA MOREIRA ARAUJO	4.00	73	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
920	VANACI RODRIGUES GOMES	4.00	74	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
634	ALINE CRISTINA DE FREITAS CORDEIRO	4.00	75	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
146	ELIZABETE ROSA DA SILVA CARDOSO	3.00	76	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
347	MARIA DO SOCORRO DE OLIVEIRA SANTANA	3.00	77	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
155	VALDINEIA DA SILVA RAMOS	3.00	78	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
761	ADNA SIMEY PADILHA DOS SANTOS SILVA	3.00	79	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
354	ADRIANA FERREIRA DOS SANTOS	3.00	80	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
595	SILVERIA DIAS CARNEIRO	2.00	81	Reprovado	SEDE DO MUNICIPIO
52	IRACEMA SOARES MACEDO	2.00	82	Reprovado	SEDE DO MUNICIPIO
1021	ELIANA SILVA MORAIS REZENDE	2.00	83	Reprovado	SEDE DO MUNICIPIO
375	ROZIRENE BENEDITA DOS SANTOS SILVA	2.00	84	Reprovado	SEDE DO MUNICIPIO
363	NILVA DEZIRE SCHWINGEL	1.00	85	Reprovado	SEDE DO MUNICIPIO
81	FABIANA DO SANTOS RIBEIRO	1.00	86	Reprovado	SEDE DO MUNICIPIO
171	SEBASTIAO RIBEIRO DOS SANTOS	0.00	87	Reprovado	SEDE DO MUNICIPIO
1243	VALMIR SOUZA NETO	0.00	88	Reprovado	SEDE DO MUNICIPIO

Cargo: 5 - AGENTE DE SERVICOS GERAIS/LIMPEZA URBANA

Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
1018	OUDONELIO SILVA SENA	15.00	1	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
141	LEANDRO PIRES CARDOSO	13.00	2	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
244	EFREN AGI DE SOUZA	12.00	3	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
401	DIOCLECIANO DIAS BARBOSA	12.00	4	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
11	FRANCISCO EMANUEL ALEXANDRE SOUZA	12.00	5	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
404	ADELAIDE ALVES MOREIRA	11.00	6	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
408	RICARDO ROCHA DAMASCENO	11.00	7	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
370	OSMAIR MARQUES DA SILVA	11.00	8	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
439	MILENA SOUZA CRUZ	11.00	9	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
959	TEOBALDO TAVARES DA SILVA	10.00	10	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
583	WLISSE RIBEIRO DOS SANTOS	10.00	11	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
192	AKLEITON CORREIA DA SILVA	10.00	12	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
451	FRANCISCO SANTOS VIANA	10.00	13	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
125	JORGE JOAQUIM DA SILVA	9.00	14	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
217	MANOEL GABRIEL DE SOUZA	9.00	15	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
941	PEDRO PEREIRA DA COSTA	9.00	16	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
151	AURINO GOMES CARDOSO	9.00	17	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
558	DILNEI RODRIGUES DA FONSECA	9.00	18	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
161	ELIZABETE SOARES BARRETOS	9.00	19	Aprovado	SEDE DO MUNICIPIO
383	LENIMAR MARIA DE JESUS DA GLORIA	8.00	20	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
95	JOANA CLEMENTE DA COSTA FERREIRA	8.00	21	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
128	SILVANIA MARIA DA CUNHA E SILVA	8.00	22	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
621	EDIMILSON MARTINS DE ALMEIDA	7.00	23	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
436	GEOVANI ARAUJO DA SILVA	7.00	24	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
115	RAIMUNDA MATOS ALVES	6.00	25	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO

475	LUSCLEIDE PIRES CARDOSO	6.00	26	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
162	EDINALVA SOARES RODRIGUES	5.00	27	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
675	JOSE PEREIRA SOUSA	5.00	28	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
484	GILBERTO SANTOS PEREIRA	5.00	29	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
269	ERENILDO ANDRADE DE ARAUJO	5.00	30	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
925	LUSIMAR FERREIRA DO VALE	5.00	31	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1011	ANA LUCIA OLIVEIRA	5.00	32	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
271	MANOEL DE SOUZA NEVES	4.00	33	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
647	ELIOMAR BERNADES DA SILVA	4.00	34	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
250	ERNANE DA SILVA	4.00	35	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
116	ELIENE ALVES DA SILVA OLIVEIRA	4.00	36	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
696	PEDRO TEODORO MACIEL	4.00	37	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
636	MEIRIELE COSTA DE JESUS ARAUJO	4.00	38	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
999	ODINO DOS SANTOS RODRIGUES	3.00	39	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
23	ODINEI DOS SANTOS RODRIGUES	2.00	40	Reprovado	SEDE DO MUNICIPIO
119	VALDENICE LOPES CARDOSO	2.00	41	Reprovado	SEDE DO MUNICIPIO
697	CARLOS ANTONIO FRANCISCO RIBEIRO	1.00	42	Reprovado	SEDE DO MUNICIPIO

Cargo:	18 - AGENTE DE VIGILANCIA AMBIENTAL				
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
327	LUZINEIDE TRANQUEIRA DA SILVA	13.00	1	Aprovado	SECRETARIA DE SAÚDE
726	THAYLLA RAMOS SOUZA	13.00	2	Aprovado	
713	FABIANE DA SILVA SOUSA	13.00	3	Aprovado	
880	LUSIRENE ANTONIO MESSIAS	13.00	4	Aprovado	
179	ANDREA BARBOSA LIMA	13.00	5	Aprovado	
547	SOLANGE DORTA FERREIRA	12.00	6	Aprovado	
166	HELEIZANNE LUCAS MEDRADO	12.00	7	Aprovado	
829	PAULO RAMOS TELES	12.00	8	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
871	GILDON SILVA BATISTA	11.00	9	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
1073	MARINEIDE ROSA RODRIGUES	11.00	10	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
1166	MARCIVON RIBEIRO DE MOURA	11.00	11	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
758	MARIA DOS SANTOS SOUSA PARENTE MACHADO	11.00	12	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
218	CLEUDEON CARMO DOS SANTOS	11.00	13	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
615	VALDOMIRO BORGES FILHO	11.00	14	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
1231	MAURA BARROS PEREIRA	11.00	15	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
326	FERNANDO ALVES DA SILVA	10.00	16	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
221	AGOSTINHA PEREIRA NOLETO NETA	10.00	17	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
824	DEILA CRISTINA FERREIRA DE ASSIS	10.00	18	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
1240	CARLOS AUGUSTO RODRIGUES	10.00	19	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
46	VANDERSSAN DA SILVA SOBRINHO	10.00	20	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
471	CRISTIANE PEREIRA DOS REIS TEODORO	10.00	21	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
186	Rafael Rodrigues	10.00	22	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
36	MARA RAQUEL MORAIS FERREIRA	10.00	23	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
592	MARCIEL RIBEIRO MENDES	10.00	24	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
1114	LUCIENE DA SILVA BARROS	10.00	25	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
207	CLAUDIA TAVARES PEREIRA	10.00	26	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
1284	MARCIO DENES DE JESUS OLIVEIRA	9.00	27	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
121	LINDOMAR ROCHA MONICA	9.00	28	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
526	RAYANE ROSA PEREIRA SALGADO	9.00	29	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
349	VILMA PEREIRA DA SILVA	9.00	30	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
805	LEONARDO ROSA LIMA	9.00	31	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
1233	ELAINE DA SILVA MELO	9.00	32	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
1151	HÉRICA ARAUJO ANDRADE	9.00	33	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
1072	FABIANA RIBEIRO BRITO	8.00	34	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
591	RUBENS VIUDES GARCIA DA SILVA	8.00	35	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
1074	MARIA ROSANGELA PEREIRA DA MOTA	7.00	36	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
560	MARIA APARECIDA RODRIGUES FERREIRA	7.00	37	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
940	FABIA CONRADO BARBOSA	7.00	38	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
872	IRANY RODRIGUES COSTA	7.00	39	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
875	ANA CLAUDIA JESUS SILVA	6.00	40	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
21	MARIA MARCIA PEREIRA DE SOUZA LIMA	6.00	41	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
1168	RENATO RODRIGUES DE CARVALHO	6.00	42	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
1212	FABIANE CONRADO BARBOSA	6.00	43	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
331	HOSANA COSTA VELESO	6.00	44	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
118	OSMARINA ALVES DOS REIS	6.00	45	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
1003	MARILENE MACHADO LOPES	6.00	46	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
1162	SABRYNE VIEIRA SÁ	6.00	47	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
859	GENILSON PEREIRA LIMA	6.00	48	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
1264	IRIA ALVES DE OLIVEIRA	6.00	49	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
261	THAIS CAROLINE DE CARVALHO	5.00	50	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
607	JOAO ROSA MARTINS DOS SANTOS	5.00	51	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
991	EDILEISE BANDEIRA DE JESUS	5.00	52	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
750	VINICIUS YURI DA SILVA MARTINELLI	5.00	53	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
1167	SEBASTIÃO SANTANA DE ARAUJO	5.00	54	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
860	LUCIANA SILVA MARQUES	5.00	55	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
88	LUANA SILVA ALENCAR	4.00	56	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
665	LEONARDO OLIVEIRA DE AGUIAR	3.00	57	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE
1075	Rosiania dos santos tavares	3.00	58	Classificado	SECRETARIA DE SAÚDE

Cargo:	19 - AGENTE DE VIGILANCIA SANITARIA				
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
723	LIONIDES ALVES MIRANDA	10.00	1	Aprovado	SECRETARIA DE SAÚDE
632	DIANATAN DOS SANTOS SALES	9.00	2	Classificado	
891	VALDIRENE RODRIGUES DA SILVA	7.00	3	Classificado	
605	LUCAS PAULO DIAS VIEIRA	7.00	4	Classificado	
707	MATHEUS PEREIRA PUTENCIO SOARES	4.00	5	Classificado	

Cargo:	6 - APOIO ADM EDUC/MANUTENCAO INFRAESTRUTURA				
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
958	LUREGINA JOSE DE CARVALHO	17.00	1	Aprovado	ESCOLA NOVO PLANALTO
989	ELISANGELA GOMES DE MORAIS	12.00	2	Aprovado	
850	LUCIENE DE SOUZA MENEZES	12.00	3	Classificado	

774	SOLANGE ROSA DUTRA	8.00	4	Classificado	
937	VILMAR ROCHA DA SILVA SANTOS	6.00	5	Classificado	
705	CLEANNE SILVA COSTA	6.00	6	Classificado	
1198	MANOEL DOS SANTOS	2.00	7	Reprovado	
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
733	CLAUDETE POLL WINKELMANN	16.00	1	Aprovado	ESCOLA VALDEMIRO NUNES
818	EDNA MARIA DOS REIS SILVA	16.00	2	Aprovado	
393	DORANI TEREZINHA DA SILVA	15.00	3	Classificado	
836	IRANI ISTEVO DOS SANTOS	10.00	4	Classificado	
838	ELIANE DIAS NASCIMENTO	9.00	5	Classificado	
730	IALLY MAYRA PEREIRA BORGES	8.00	6	Classificado	
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
1000	ROSELI APARECIDA MENEGAT	15.00	1	Aprovado	CRECHE MUNICIPAL
198	CLAICE FORTALEZA ALVES MEDEIROS	15.00	2	Aprovado	
966	DJANI SOUSA SANTOS	15.00	3	Classificado	
40	SONIA MARIA LOPES	14.00	4	Classificado	
1010	MARILENE DA CAMARA SILVA RODRIGUES	12.00	5	Classificado	
618	MIRIAN BATISTA MENDONÇA	12.00	6	Classificado	
208	DEILANE TAVARES PEREIRA	12.00	7	Classificado	
963	DAYANE SOUSA SANTOS	8.00	8	Classificado	
1041	ANDREIA ARRUDA DE SOUSA	8.00	9	Classificado	
951	MARLENE DA COSTA REIS	6.00	10	Classificado	
1306	MARIA DA CONCEIÇÃO MIRANDA E SILVA	5.00	11	Classificado	
1006	EDILCE GOMES FIQUEREDO	5.00	12	Classificado	
1293	PRISCILA MARCENA CARVALHO	5.00	13	Classificado	
226	AGEMIRO PEREIRA DE RESPLANDES	0.00	14	Reprovado	
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
754	CLEICIVANIA GOMES DO NASCIMENTO PEREIRA	15.00	1	Aprovado	ESCOLA VILA TAPIRAGUAIA
1270	ROBERTO GOMES ELIAS	12.00	2	Aprovado	
1020	RAIMUNDA SABINO DA SILVA	6.00	3	Classificado	
1037	LEUDIANA MARTINS GOMES	6.00	4	Classificado	
463	JOECI BIZERRA DA MOTA	5.00	5	Classificado	
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
867	ELAINE BATISTA VIEIRA	15.00	1	Aprovado	ESCOLA JACARE VALENTE
842	LINDALVA OTACILIA DE SOUZA	14.00	2	Classificado	
901	DILMACY SILVA CRUZ	11.00	3	Classificado	
51	OSANA RIBEIRO DE MACEDO ANDRADE	11.00	4	Classificado	
388	ROZIMEIRE PEREIRA MENDES	11.00	5	Classificado	
975	ANA FLAVIA GAMA MARINHO	9.00	6	Classificado	
986	RITA MARIA EVANGELISTA	9.00	7	Classificado	
982	JOSE AUGUSTO EVANGELISTA DE MOURA	9.00	8	Classificado	
1039	VALDECY CARDOSO DA SILVA	5.00	9	Classificado	
449	MANOEL SILVA DE ABREU	4.00	10	Classificado	
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
971	ROSIMERI APARECIDA MILANEZ	13.00	1	Aprovado	ESCOLA SANTA MARTA
840	MAISA GONCALVES BORGES DA SILVA	12.00	2	Classificado	
757	GLAUCIA BELARMINO DE MELO	5.00	3	Classificado	
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
1094	JHONATA GOMES CARDOSO	12.00	1	Aprovado	ESCOLA MUNICIPAL CENTRAL
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
421	MARIA ERENA GUOLLO	10.00	1	Aprovado	ESCOLA NOVA BRIDÃO
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
729	VANIA DOS SANTOS SOUSA	9.00	1	Aprovado	ESCOLA VIDA E ESPERANÇA
62	NEIRE FARIAS DOS SANTOS	8.00	2	Classificado	
998	MARILENE FERREIRA MENDES	4.00	3	Classificado	

Cargo:7 - APOIO ADM EDUC/MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR

Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
510	ANTONIO RODRIGUES DE MORAIS	23.00	1	Aprovado	LINHA CORREGO DA ONÇA/CONFRESA
79	CAETANO REIS FALONE	20.00	2	Classificado	
120	JOSENILTON TENORIO DE HOLANDA	18.00	3	Classificado	
848	ZAIDAN TENORIO DE HOLANDA	12.00	4	Classificado	
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
613	JOEL COSTA DE SOUSA	21.00	1	Aprovado	LINHA INDEPENDENTE I/VERANOPOLIS
693	DANILO MELO DA SILVEIRA	19.00	2	Classificado	
611	ALVANOR BORGES DE ARAUJO	17.00	3	Classificado	
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
72	VILSON LUIZ LUTKE HOPPEN	21.00	1	Aprovado	LNHA PLACA DO PNEU/CONFRESA
1046	DARLAN ARAUJO GOMES	21.00	2	Classificado	
1022	HELDATRAN RAMOS DA SILVA	21.00	3	Classificado	
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
706	CLEUDO QUEIROZ DA SILVA	21.00	1	Aprovado	LINHA TERRA ROXA/SOL NASCENTE
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
770	RAIMUNDO BARROS DE CASTRO	21.00	1	Aprovado	LINHA CORGÃO/JACARE VALENTE
1109	ABDOMAR MARINHO DOS SANTOS	19.00	2	Classificado	
722	CLAUDIO BARBOSA LINS	17.00	3	Classificado	
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
437	JOSE EDUARDO CABRAL DA SILVEIRA	20.00	1	Aprovado	LINHA NOVA RONDONIO/SOL NASCENTE
1197	CREDIVAN COSTA SANTANA	19.00	1	Classificado	SEDE DO MUNICIPIO
1234	MARILDO AMARAL DOS SANTOS	19.00	2	Classificado	
961	RODRIGO FERREIRA DA CRUZ	18.00	3	Classificado	
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
700	ALENCAR JOSÉ DE CASTRO	18.00	1	Aprovado	LINHA MONTEIRO LOBATO/BRANCA DE NEVE
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
398	LEVI DE CARVALHO SILVA	18.00	1	Aprovado	LINHA AGUA LIMPA/SANTO ANTONIO
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
442	MANOEL ESTEVÃO DOS SANTOS JUNIOR	16.00	1	Aprovado	LINHA SANTA LUZIA/VERANOPOLIS
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação

738	JOSE CESAR ALVES DE LIMA	16.00	1	Classificado	ESCOLA MUNICIPAL VALDEMIRO NUNES
Cargo:	8 - APOIO ADM EDUC/NUTRICAO ESCOLAR				
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
1007	SANDRA MARTINS DA SILVA	19.00	1	Aprovado	ESCOLA PAU BRASIL
1045	GESSY NEPUNUCENA DE SOUSA	14.00	2	Classificado	
947	ANA MARIA DAMASCENO	11.00	3	Classificado	
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
1017	LUCIANA TEODORIO DOS SANTOS SILVA	18.00	1	Aprovado	ESCOLA NOVA BRIDÃO
425	CÉLIA MARIA SILVESTRE DA SILVA	6.00	2	Classificado	
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
1077	CREZIA DO CARMO BESERRA DE ARAUJO	16.00	1	Aprovado	ESCOLA VILA TAPIRAGUAIA
934	MARIA UILZA DE MELO	15.00	2	Classificado	
35	MARIA NILZA FERREIRA DE MORAIS I	13.00	3	Classificado	
679	VILMA RODRIGUES DE OLIVEIRA SANTOS	13.00	4	Classificado	
275	GEANE MENDES DOS SANTO MORAIS	12.00	5	Classificado	
82	LUDIMILLA PIRES DE ANDRADE BARROS	12.00	6	Classificado	
928	GEANE MELO DO NASCIMENTO	11.00	7	Classificado	
670	JOANA DARQUE DE OLIVEIRA	10.00	8	Classificado	
498	PATRICIA COSTA SOARES	10.00	9	Classificado	
368	MARIA DA PAZSOUZA NOLETO	9.00	10	Classificado	
637	MARTA DA COSTA	8.00	11	Classificado	
633	IVONE CASTRO DESOUZA	9.00	12	Classificado	
466	MARIA HELENA TRANQUEIRA DA SILVA	8.00	13	Classificado	
749	VILMA FERNANDES DA SILVA MARQUES	8.00	14	Classificado	
260	LUCIENE MARIA DA SILVA OLIVEIRA	8.00	15	Classificado	
542	MARIA KELLYS ROSA DE OLIVEIRA	8.00	16	Classificado	
1311	MARLENE ROSARIO DOS SANTOS	7.00	17	Classificado	
1222	LUZENITA ALVIN LOPES PRILLA	7.00	18	Classificado	
1211	REGILENE VIEIRA RODRIGUES	6.00	19	Classificado	
631	CACILDA DA SILVA	3.00	20	Classificado	
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
435	MARILSA TAVARES MACIEL	11.00	1	Aprovado	ESCOLA TANCREDO NEVES
448	LUCIRENE AMORIM VIEIRA	11.00	2	Classificado	
714	MARIA OLINDA ALVES BORGES	9.00	3	Classificado	
878	EDILEUZA CASTRO DOS SANTOS	9.00	4	Classificado	
238	LILIAN CARLA DA SILVA	8.00	5	Classificado	
740	IRANETE LUSTOSA	7.00	6	Classificado	
822	MARISLENE SARAIVA SILVA	6.00	7	Classificado	
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
981	EVA MARIA EVANGELISTA	10.00	1	Aprovado	ESCOLA JACARE VALENTE
277	OZANA MORAIS DOS SANTOS	8.00	2	Classificado	
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
743	ELICA PEDROSA MACHADO	9.00	1	Aprovado	ESCOLA SANTA MARTA
457	VANUSA DOMINGAS DE ARAUJO	9.00	2	Classificado	
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
701	ELEUZA ALVES DE CASTRO	5.00	1	Aprovado	ESCOLA BRANCA DE NEVE
Cargo:	9 - APOIO ADM EDUC/VIGILANCIA				
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
1115	WALDENYR RODRIGUES DOS SANTOS	18.00	1	Aprovado	ESCOLA VILA TAPIRAGUAIA
809	WANDERLEY DE SOUZA LIMA	17.00	2	Classificado	
304	AGOSTINHO SOARES CABRAL	16.00	3	Classificado	
311	HENILDO DE SOUSA PEREIRA	16.00	4	Classificado	
473	GIVANILDO SOUSA GONCALVES	15.00	5	Classificado	
1136	KAUANE LIMA SOARES	15.00	6	Classificado	
541	ENIO GOMES DOS SANTOS	14.00	7	Classificado	
209	JEFFERSON TORRES DA SILVA	14.00	8	Classificado	
919	MANOEL RIBEIRO DOS SANTOS	13.00	9	Classificado	
746	JURACI DA SILVA AGUIAR	12.00	10	Classificado	
1194	WELITON AFONÇO CABRAL	11.00	11	Classificado	
796	GILDO FERREIRA MACHADO	11.00	12	Classificado	
1159	FRANCICO DAS CHAGAS DIAS JUNIOR	11.00	13	Classificado	
868	ANTONIO LOPES FERREIRA	10.00	14	Classificado	
432	VALDIR DUARTE SILVA	10.00	15	Classificado	
201	DEBORA FLORENCEIO DE BARROS	10.00	16	Classificado	
718	BONFIM RIBEIRO DA SILVA	10.00	17	Classificado	
666	REOMARIO ANTONIO MESSIAS	9.00	18	Classificado	
869	LUIS SILVA GOMES	9.00	19	Classificado	
1098	GLAITON SEBASTIAO DA COSTA	8.00	20	Classificado	
480	RAIMUNDO SOARES DE ARAUJO	6.00	21	Classificado	
903	PEDRO NACHO SOUSA MATOS	6.00	22	Classificado	
676	ROMARIO GONÇALVES DA SILVA	6.00	23	Classificado	
914	EDILSON DE SOUSA GONÇALVES	5.00	24	Classificado	
493	EVERALDO FERREIRA MAGALHÃES	2.00	25	Reprovado	
1308	CARLOS ANDRE GUIMARAES DA SILVA	1.00	26	Reprovado	
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
1327	GILSON PIRES DOS SANTOS	14.00	1	Aprovado	ESCOLA NOVA BRIDÃO
843	ADAO CARVALHO PACHEGO	13.00	2	Classificado	
422	RODRIGO MIGUEL GUOLLO	12.00	3	Classificado	
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
744	JESUS DOMINGOS NUNES	12.00	1	Aprovado	ESCOLA SANTA MARTA
441	TACIO DA SILVA SOUZA	9.00	2	Classificado	
1153	DIVINO ERCULANO DA SILVA	8.00	3	Classificado	
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
781	FRANCISCO BRAZ CORREIA DO PRADO	13.00	1	Aprovado	ESCOLA VALDEMIRO NUNES
281	CARLOS MELO DA SILVEIRA	13.00	2	Aprovado	
756	GLENIO GOMES DA SILVEIRA	11.00	3	Classificado	
1014	RAIMUNDO ALVES PARENTE	10.00	4	Classificado	
759	AURELIO MARCOS DE MELO	10.00	5	Classificado	
42	UELTON JOSÉ AZEVEDO DE AMORIM	7.00	6	Classificado	

995	GILBERTO JOSE DA SILVA	7.00	7	Classificado	
386	ALIPIO PEREIRA DOS SANTOS	3.00	8	Classificado	
430	ANTONIO FERREIRA DE SOUZA	1.00	9	Reprovado	
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
450	ANTONIO TEIXEIRA MENDES	11.00	1	Aprovado	ESCOLA MUNICIPAL TANCREDO NEVES
Cargo:	20 - ASSISTENTE DA SAUDE				
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
775	JOYCE PEREIRA SIMITAN	14.00	1	Aprovado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
642	ELAINE TEODORO FURQUIM DA SILVA	14.00	2	Aprovado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
816	MAGNA REGINA NOLETO DOS SANTOS	14.00	3	Aprovado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
1043	GUILHERME FEITOSA ESTEVES	13.00	4	Aprovado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
1008	DELZUITA MENDES TAVARES GOMES	13.00	5	Aprovado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
834	MARILEIA ROSA LIMA	13.00	6	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
1033	CLAUDINEIA DOS SANTOS RODRIGUES	12.00	7	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
1106	DJONE MINGORI PERIN	11.00	8	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
1315	LAURA FERNANDA DE JESUS NEVES	11.00	9	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
1034	JULIANA GONÇALVES DA CRUZ	11.00	10	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
1100	MILLA ROCHA DOS SANTOS	11.00	11	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
1320	RAIMUNDA NEVES DE ARAÚJO	11.00	12	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
452	MARIA HELENA REGO DA SILVA	11.00	13	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
1196	VANIA MORAES DA SILVA	10.00	14	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
755	CLARA NUNES SOUSA PARENTE	10.00	15	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
279	LUCIELE CRISTINA MAIA	10.00	16	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
334	KAROLINE COSTA SOUZA	10.00	17	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
798	LUCICLEIA ALVES DIAS	10.00	18	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
380	MARIVALDA DE JESUS GLORIA	9.00	19	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
369	RAQUEL DE ASSIS SANTOS DA SILVA	8.00	20	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
223	JOSILAINY FERNANDES DE MELO	8.00	21	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
609	LEILINAY ALVES DA CONCEIÇAO	7.00	22	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
474	SUELMA DE FATIMA ALVES DE LIMA	7.00	23	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
320	NEUZIVÂNIA MARTINS RIBEIRO	7.00	24	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
242	ADRIANA ABADIA DA SILVA	7.00	25	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
530	ELIENE DA SILVA SANTOS	7.00	26	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
1062	SILVANIRA LUZ COSTA DE SA	7.00	27	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
659	GESSILVA ALMEIDA DA SILVA	7.00	28	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
1004	MARLI BATISTA PEREIRA SANTOS	6.00	29	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
663	SOLANGE TAVARES DO NASCIMENTO	6.00	30	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
411	EULAIDE FONSECA PEREIRA	6.00	31	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
684	SIRLEI MARTINS LUZ	5.00	32	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
877	MARIA DA PAZ MARTINS COSTA	5.00	33	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
1258	WEDER LUCAS NEVES BELTRÃO	4.00	34	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
789	LEONICE DA COSTA REIS	3.00	35	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
Cargo:	21 - COZINHEIRO				
Inscrição	Candidato	Nota	NJº	Situação	Lotação
862	ANDREIA LUIZ COELHO	15.00	1	Aprovado	HOSPITAL MUNICIPAL
635	NILMA APARECIDA TEODORO	14.00	2	Aprovado	
443	MARCILENE OLIVEIRA PORTILIO SOUSA	13.00	3	Aprovado	
126	JESSICA PEREIRA DO NASCIMENTO	13.00	4	Classificado	
996	JUDITH DA SILVEIRA CARLOS	12.00	5	Classificado	
783	SONIA MARIA GOMES DOS REIS	7.00	6	Classificado	
472	SANDRA MACEDO DE MORAIS	4.00	7	Classificado	
1202	CLEIDE DE SOUZA SILVA	2.00	8	Reprovado	
Cargo:	27 - LICENCIATURA PLENA EM EDUCACAO FISICA				
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
1184	MAURI GRZECHOTA	14.00	1	Aprovado	ESCOLA MUNICIPAL CENTRAL
1275	BRAZ BARBOSA DE OLIVEIRA	10.00	2	Classificado	
Cargo:	23 - PNSS - DENTISTA				
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
25	CRISTIANE RODRIGUES LOPES REZENDE	9.00	1	Aprovado	SAÚDE/PSF VERANOPOLIS
1122	Frankisney Boaventura de Souza	9.00	2	Classificado	
456	KAROLYNE CARLA ANRADE	8.00	3	Classificado	
76	LUIZ ALBERTO PRESTES DE OLIVEIRA	7.00	4	Classificado	
Cargo:	22 - PNSS - PSICOLOGO				
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
500	BÓRGIA BORGES LEÃO	9.00	1	Aprovado	SAÚDE/CENTRO DE REABILITAÇÃO
190	GEISIANE PEREIRA COSTA DANTAS	8.00	2	Classificado	
Cargo:	10 - PROF DE NIVEL MEDIO/MAGISTERIO				
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
650	FABRICIO DIAS DE LIMA	18.00	1	Aprovado	ESCOLA JACARE VALENTE
841	MARLI JOSE ALVES DE SOUSA	17.00	2	Aprovado	
598	CLEIBIANE LOPES DA SILVA SANTOS	15.00	3	Aprovado	
936	MARIA ANASTACIA DE SOUSA LIMA	13.00	4	Aprovado	
617	KATIA NUBIA NEVES DOS SANTOS	13.00	5	Classificado	
639	SEBASTIANA GAMA MARINHO	11.00	6	Classificado	
935	CLEICIMONE LOPES MAROPO	10.00	7	Classificado	
926	ALINE CARDOSO DE BRITO	9.00	8	Classificado	
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
879	DORCELINA ARAUJO SILVA	12.00	1	Aprovado	ESCOLA BRANCA DE NEVE
454	SILVANIA SILVA DE MATOS ALMEIDA	10.00	2	Classificado	
788	ENILZA MARIA DE SOUSA	8.00	3	Classificado	
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
373	GISSELI BAROBOSA DOS SANTOS	11.00	1	Aprovado	ESCOLA NOVA BRIDÃO
929	CRISTIANE DA SILVA OLIVEIRA	10.00	2	Aprovado	
412	EURISLENE OLIVEIRA SOUSA	9.00	3	Classificado	
1249	ROSILDA CONRADO DA COSTA NUNES	8.00	4	Classificado	
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
1170	LILIAN VÂNIA FERREIRA SILVA	15.00	1	Aprovado	ESCOLA NOVO PLANALTO
490	ROBERTO DIAS CHAVES	12.00	2	Classificado	

1169	VALDIRENE ALVES DA SILVA	7.00	3	Classificado	
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
953	HAVENY CHRISTINA ALVES MARIANO	15.00	1	Aprovado	ESCOLA PAU BRASIL
409	EDILIA ALVES DIAS BRITO	14.00	2	Aprovado	
321	PABLO VINICIUS SILVA	13.00	3	Aprovado	
325	ROSIMAR MARCIA DA SILVA	12.00	4	Aprovado	
103	ADRIANA FERREIRA DA COSTA	12.00	5	Aprovado	
150	CLAUDIA MARIA FERRAZ	9.00	6	Classificado	
379	POLIANA CANDIDO CAETANO	6.00	7	Classificado	
870	LUCELIA DA SILVA FARIAS	3.00	8	Classificado	
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
946	MARINETE APARECIDA RODRIGUES	14.00	1	Aprovado	ESCOLA SANTA MARTA
819	LUCIENE PERES	11.00	2	Aprovado	
462	MARTA RIBEIRO DA SILVA BORGES	11.00	3	Classificado	
136	HEULEILA FAGUNDES DA SILVA	9.00	4	Classificado	
529	MANOEL LEÃO DA SILVA	8.00	5	Classificado	
858	EDENILDE AZEVEDO RIBEIRO	7.00	6	Classificado	
1026	SOABIA SILVA MARQUES DOS SANTOS	6.00	7	Classificado	
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
930	WARINIMYTYGI TAPIRAPÉ	4.00	1	Aprovado	ESCOLA URUBU BRANCO
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
619	RAIMAR COELHO SOUSA	12.00	1	Classificado	ESCOLA MUNICIPAL VALDEMIRO NUNES
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
849	ELOAYNE SANTIAGO DE SA	17.00	1	Aprovado	ESCOLA VIDA E ESPERANÇA
1119	EURÂNIA DIVINA DA SILVA SOUZA	15.00	2	Aprovado	
1129	SELMA ROQUE DE LIMA	14.00	3	Classificado	
987	ELAINE DARC RAMOS DE LIMA	12.00	4	Classificado	
446	DINAIR BRITO DA FONSECA	11.00	5	Classificado	
1216	LINDAURA RIBEIRO DA SILVA	11.00	6	Classificado	
640	BELICE AGUIAR DA SILVA	11.00	7	Classificado	
513	EMILIA SANTOS CARDOSO	10.00	8	Classificado	
477	MARIA CRISTINA FARIAS DOS SANTOS	10.00	9	Classificado	
944	MARIA DA SILVA RODRIGUES	9.00	10	Classificado	
470	LUZINETE DA SILVA OLIVEIRA	9.00	11	Classificado	
686	LUCILMA MARIA DUTRA COSTA	9.00	12	Classificado	
787	ROSANGELA FERREIRA CAMILO	5.00	13	Classificado	
876	LAURO PINHEIRO ROSA	5.00	14	Classificado	
Cargo:	12 - PROF LIC PLENA EM HISTORIA				
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
594	ELIETE MACHADO DA SILVA	11.00	1	Aprovado	ESCOLA NOVA BRIDÃO
881	MARIA APARECIDA PEREIRA DA FONSECA E SILVA	15.00	1	Aprovado	ESCOLA NOVO PLANALTO
216	DALILA HELENA HELENA	14.00	1	Aprovado	ESCOLA VIDA E ESPERANÇA
Cargo:	13 - PROF LIC PLENA EM LETRAS				
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
1112	KARITA CARLOS DE SOUZA FELL	14.00	1	Aprovada	ESCOLA CENTRAL
681	ANDRIA GUIMARAES DA SILVA	12.00	2	Classificado	
1227	JOSÉ LOPES DA SILVA	11.00	3	Classificado	
671	JACHELINE SOUTO GUIMARAES	10.00	4	Classificado	
538	GLEICY SIMONE GONÇALVES ARAUJO	9.00	5	Classificado	
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
1047	ALESSANDRA MENDES DA SILVA	12.00	1	Aprovado	ESCOLA NOVO PLANALTO
267	CARLA DE SOUSA MEDRADO ALVES	8.00	2	Classificado	
1177	SANDRA DOS SANTOS LEITE	12.00	1	Aprovado	ESCOLA VILA TAPIRAGUAIA
18	SÉRGIO ROQUE DE LIMA	10.00	2	Classificado	
265	JESSYCA NERY DE OLIVEIRA	8.00	3	Classificado	
917	YARA SILVA DE MORAIS	7.00	4	Classificado	
1292	VALDEMIR DUNDA DE DEUS	4.00	5	Classificado	
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
1223	ADILSON FERREIRA ACERBI	8.00	1	Aprovado	ESCOLA VALDEMIRO NUNES
Cargo:	14 - PROF LIC PLENA EM MATEMATICA				
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
1078	JONAS SANTOS DE ARAUJO	12.00	1	Aprovado	ESCOLA MUNICIPAL VILA TAPIRAGUAIA
1035	MARCIENE BARBOSA DE OLIVEIRA	8.00	2	Classificado	
786	ADILSON ANTONIO DE SOUSA	8.00	3	Classificado	
Cargo:	15 - PROF LIC PLENA EM NORMAL SUPERIOR				
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
907	RIALDO RODRIGUES VIANA	14.00	1	Aprovado	ESCOLA PAU BRASIL
323	DOMINGAS LODIA DOS ALMEIDA	13.00	2	Classificado	
Cargo:	26 - PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA				
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
1042	SILVELENA FRANCISCA MARTINS	17.00	1	Aprovado	ESCOLA VILA TAPIRAGUAIA
1050	MICHELI RAQUEL MARSCHALL	16.00	2	Aprovado	
546	ANTONIA DIAS BRAGA	12.00	3	Aprovado	
154	ELIZETE PIMENTEL DAVI	12.00	4	Aprovado	
131	MARTINHA DE ANDRADE VIANA	11.00	5	Aprovado	
512	MAGNÓLIA SOUZA PEREIRA COSTA	11.00	6	Aprovado	
288	DIRLENE SOUZA OLIVEIRA	10.00	7	Classificado	
165	ROGELIA BRANDAO TRINDADE	10.00	8	Classificado	
933	RAIMUNDA JARDEANA LIMA DA SILVA	10.00	9	Classificado	
728	ELMA AIRES VIEIRA	10.00	10	Classificado	
931	ZULENE ALVES DOS SANTOS	9.00	11	Classificado	
1038	ELIZANGELA GOMES DE BRITO	9.00	12	Classificado	
351	RAIMUNDO DIAS DOS SANTOS	5.00	13	Classificado	
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
596	ANALUCIA RIBEIRO DE SOUSA	17.00	1	Aprovado	ESCOLA VIDA E ESPERANÇA
153	VALDETH CUNHA DE FREITAS MACIEL	16.00	2	Aprovado	
900	DILVA SOUSA LUZ MATOS	16.00	3	Aprovado	
460	MARIA APARECIDA DOS SANTOS CAMPOS	15.00	4	Aprovado	
790	GISLENE ALVES MACEDO	15.00	5	Aprovado	

645	EDILEUZA MORAES ARRUDA	15.00	6	Aprovado	
180	ANA MARIA DE SOUZA SILVA	15.00	7	Aprovado	
1273	FABIANO AMARAL DA SILVA	11.00	8	Classificado	
447	ELIZABETH MARIA CHAVES	11.00	9	Classificado	
152	ELIETE DE FREITAS MACIEL	10.00	10	Classificado	
725	LUSIVANIA BARROS DE MELO	10.00	11	Classificado	
954	ROSICLEIA OLIVEIRA DA COSTA ARAUJO	9.00	12	Classificado	
692	FRANCISCA TORRES DE MELO	8.00	13	Classificado	
1029	EVALNETE BATISTA REGE	7.00	14	Classificado	
896	ZEURAIDE NAVES NOGUEIRA	6.00	15	Classificado	
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
427	ILCIENE PEREIRA DA SILVA LEÃO	14.00	1	Aprovado	ESCOLA VALDEMIRO NUNES
616	VANDIR DA SILVA	14.00	2	Aprovado	
782	DILSA ALIAS DIAS	13.00	3	Aprovado	
438	DINAIR RODRIGUES DE CAMARGO	13.00	4	Classificado	
904	NEUZA ANTONIO DA SILVA	10.00	5	Classificado	
372	ANTONIO SOARES DA SILVA	8.00	6	Classificado	
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
792	APRISLUSMAGNO DOS SANTOS LIRA	14.00	1	Aprovado	ESCOLA SANTA MARTA
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
536	ALESSANDRA DE JESUS	13.00	1	Aprovado	ESCOLA AGAMENON MAGALHÃES
91	ADNALVA DA COSTA SOUZA	12.00	2	Aprovado	
826	ROZIRENE GOMES DIAS	11.00	3	Classificado	
765	CIRLENE RIBEIRO DE QUADROS	10.00	4	Classificado	
362	RAIULA OLIVEIRA DA SILVA	10.00	5	Classificado	
956	VERONETE DIAS GOMES SILVA	8.00	6	Classificado	
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
874	LUCELIA NONATO E SILVA	13.00	1	Aprovado	ESCOLA NOVO PLANALTO
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
232	FRANCISCA PEREIRA MENDES	12.00	1	Aprovado	ESCOLA JACARE VALENTE
554	JAQUELINE RODRIGUES BERNARDO	11.00	2	Classificado	
1049	ANA CLEUDY DIAS DOS SANTOS	10.00	3	Classificado	
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
519	ALESSANDRA SERAFIM PEIXOTO	12.00	1	Aprovada	ESCOLA BRANCA DE NEVE
1126	ELIZABETE RIBEIRO SILVA FEITOZA	11.00	2	Classificado	
1185	ELISANGELA ARDENGHI PREISSLER	11.00	3	Classificado	
710	APARECIDA MARAIA LOBO MORAES	9.00	4	Classificado	
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
1023	EVANIA GALVAO DA CRUZ	11.00	1	Aprovado	ESCOLA TANCREDO NEVES
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
751	JOÃO LUIZ PEREIRA CARDOSO	11.00	1	Aprovado	ESCOLA CENTRAL
820	MARIA LUZINETE DE JESUS LIMA	10.00	2	Aprovado	
92	ALEXSANDRA PEREIRA DA CHAGAS	9.00	3	Classificado	
424	ADRIANI DE FATIMA GUOLLO	10.00	1	Aprovado	ESCOLA NOVA BRIDÃO
444	ANDERSON REGO DE SOUSA	9.00	2	Classificado	
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
680	MARIA DO SOCORRO TEIXEIRA DA SILVA	10.00	1	Aprovado	CRECHE MUNICIPAL
1144	ANNE KAROLINY DE SOUZA MELO	10.00	2	Aprovado	
837	LUDIANNA PIRES DE ANDRADE BARROS	10.00	3	Aprovado	
168	NILVA DIAS DAVID	9.00	4	Classificado	
694	SORAIA FREITAS LUZ	7.00	5	Classificado	
793	CLEYCIANE DA SILVA PEREIRA VILELA	7.00	6	Classificado	
461	DORANILDES CARNEIRO DA SILVA	5.00	7	Classificado	
668	CLAUDILEIDE CAZAVECHIA KREMER	1.00	8	Reprovado	
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
965	NEIDE MARIA CANDIDA DE MELO	6.00	1	Aprovado	ESCOLA SANTON ANTONIO/SALA ANEXA
Cargo:	16 - TECNICO ADM EDUCACIONAL				
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
825	REJANE MARIA D'OLIVEIRA AZEREDO	15.00	1	Aprovado	ESCOLA VIDA E ESPERANÇA
1305	ADRIANA MINGORI PERIN	13.00	2	Classificado	
506	EUNICE DIAS DA SILVA	13.00	3	Classificado	
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
1237	ALYNI SILVA FERNANDES	15.00	1	Classificado	ESCOLA CENTRAL
522	ADRIANA BRITO CORREIA	12.00	2	Classificado	
969	DAMARYS SOUZA DA SILVA	11.00	3	Classificado	
1239	RAYANE ALMEIDA DA CRUZ	10.00	4	Classificado	
814	BETULHA TALITA LUZ CUSTÓDIO	8.00	5	Classificado	
1279	YNGLATE RAINIA PEREIRA DA COSTA	6.00	6	Classificado	
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
852	WESLEY DIAS RODRIGUES	15.00	1	Aprovado	ESCOLA JACARE VALENTE
898	SAMARA SOUSA SANTOS	14.00	2	Classificado	
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
799	THALITA FONSECA CARVALHO	15.00	1	Aprovado	ESCOLA PAU BRASIL
384	DIOGO VINICIUS DOS SANTOS ALMEIDA	14.00	2	Classificado	
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
1281	LUCELIA MARTA MARQUES DE SOUZA OLIVEIRA	13.00	1	Aprovado	ESCOLA VALDEMIRO NUNES
564	QUESIA ALVES DE OLIVEIRA	13.00	2	Aprovado	
12	WÉRICA OLIVEIRA DOS SANTOS	13.00	3	Classificado	
1135	NEUBIA BARREIRA	12.00	4	Classificado	
662	WARLA RIBEIRO DA SILVA BORGES	10.00	5	Classificado	
188	JOANA ALVES PIRES	9.00	6	Classificado	
Cargo:	24 - TECNICO DA SAUDE/ENFERMAGEM				
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
101	CLEIDISMAR PEREIRA LIMA	19.00	1	Aprovado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
19	FRANCIELE DIAS MALTA	19.00	2	Aprovado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
246	EDIANGELA CABRAL DOS SANTOS	18.00	3	Aprovado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
366	JOSYANY APARECIDA RODRIGUES RAMOS	17.00	4	Aprovado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
1152	ANDREZA ALVES DOS SANTOS	17.00	5	Aprovado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
107	EDNA SOARES DA COSTA	17.00	6	Aprovado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
30	ALEANE CARNEIRO RIBEIRO	17.00	7	Aprovado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF

357	BRUNA VALÉRIA PEREIRA	16.00	8	Aprovado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
994	CLEIDIANE GONÇALVES PIRES	16.00	9	Aprovado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
685	CLECY BARBOSA AGUIAR	15.00	10	Aprovado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
1180	RAQUEL GOMES DA SILVA	15.00	11	Aprovado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
108	ALINE DE FREITAS MACIEL	15.00	12	Aprovado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
341	RUTH ROSA DOS SANTOS	15.00	13	Aprovado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
1120	CREONICE ARAUJO DE OLIVEIRA	15.00	14	Aprovado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
324	LEIDIANE MARQUES DA SILVA	15.00	15	Aprovado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
212	HELRIS LUCIA OLIVEIRA ALVES	15.00	16	Aprovado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
225	NELCY ADELAIDE DA SILVA	15.00	17	Aprovado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
49	WANDERSON LUIZ DA SILVA	14.00	18	Aprovado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
813	PHALOMA NOLETO LIMA DE AVILA	14.00	19	Aprovado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
459	MARCIA SABRINA RODRIGUES CAVALCANTE	14.00	20	Aprovado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
1294	VALDETE RODRIGUES DA SILVA	14.00	21	Aprovado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
345	MARIA DE CARVALHO VALADARES	14.00	22	Aprovado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
58	JONATHAN NERY DE OLIVEIRA	14.00	23	Aprovado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
545	LEIDIANE ROSA DIAS	13.00	24	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
77	AMELIA GOMES RIBEIRO DOS SANTOS	13.00	25	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
329	DALILA ESMERALDA OLIVEIRA	13.00	26	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
481	ALMERINDA FERREIRA DA SILVA	13.00	27	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
34	ANISIA DE CARVALHO VALADARES	13.00	28	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
185	KARLA BARBOSA DOS SANTOS	13.00	29	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
817	WILBBIMARA MILHOMEM LIMA	13.00	30	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
105	BERENICE ROSA DOS SANTOS	12.00	31	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
181	ANA PAULA VOLTOLINI	12.00	32	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
319	ELENILDA COSTA DA CUNHA	12.00	33	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
905	LARISSA LEANDRO MATIAS	12.00	34	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
346	WARITTA MENDONÇA DA SILVA	11.00	35	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
340	GILDILENE CARDOSO LIMA	11.00	36	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
100	KISLENE MENDES DOS SANTOS	11.00	37	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
627	ELIZANGELA OLIVEIRA DE JESUS	11.00	38	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
83	TCHALITA LEITE DE ALMEIDA	10.00	39	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
704	ROSILVA DE SOUZA BARBOSA	10.00	40	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
135	KATHLEEN CANDIDA DE CARVALHO	10.00	41	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
674	PRISCILA AZEVEDO CARDOZO	10.00	42	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
123	WENDER RODRIGUES MOTA DE OLIVEIRA	10.00	43	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
1019	JOELMA RODRIGUES LIMA	10.00	44	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
352	LUSDALMA FERREIRA DA SILVA	9.00	45	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
1191	ANIDE MARTINS ROCHA	9.00	46	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
32	DIVINEIS DE JESUS FERREIRA	9.00	47	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
1147	JOSIMARA AMARAL DA SILVA	9.00	48	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
1235	RODRIGO MENDONÇA DA SILVA	9.00	49	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
1012	LEIDIELE DA SILVA ALMEIDA	9.00	50	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
644	JOSIANE FURQUIM OLIVEIRA	9.00	51	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
66	GENEZI TEIXEIRA DA SILVA OLIVEIRA	8.00	52	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
1220	VANEILA LEIDIANE DA SILVA MACHADO	8.00	53	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
78	ELAINE MORAIS DE SOUZA	8.00	54	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
504	ASSUEROS NEUQUIZEDIQUE SANTANA SIQUEIRA	8.00	55	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
262	FLAVIA GRACIELA JACINTO BRITO	7.00	56	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
56	ELIANDRA MARQUES DA SILVA CRUZ	7.00	57	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
1215	MARIA DO SOCORRO MARINHO SANTANA	7.00	58	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
851	CRISTIANE PEREIRA DA SILVA	7.00	59	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
214	SEBASTIAO ANILTON DAS SANTOS	7.00	60	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
887	ANDREISSIANE GUIMARAES LABRE	6.00	61	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
1009	MARIBEL LANGUIDEY SOLANO	5.00	62	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
888	LUCILENE PIMENTEL DE SOUZA PEREIRA	5.00	63	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
771	EUNEIDES VIEIRA REZENDE	5.00	64	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
660	MICAELLE BEQMA DE SOUZA	4.00	65	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF
164	SELMA COELHO CARNEIRO	2.00	66	Reprovado	HOSPITAL MUNICIPAL/PSF

Cargo:	25 - TECNICO DA SAUDE/RADIOLOGIA				
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
568	RAIMUNDA DE SOUZA BECKMAN	9.00	1	Aprovado	HOSPITAL MUNICIPAL
924	ALINE RODRIGUES CAETANO	8.00	2	Classificado	HOSPITAL MUNICIPAL

Cargo:	17 - TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL				
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
955	DENISE OLIVEIRA DAMASCENO RODRIGUES	17.00	1	Aprovado	CRECHE MUNICIPAL
1052	ANA LUCIA DE ARAUJO TAVARES	16.00	2	Classificado	
766	ELAINE LORSCHEITER ROCHA	16.00	3	Classificado	
811	JULIANA MARIA APARECIDA DOS SANTOS	12.00	4	Classificado	
883	JONATAS BORGES LIMA	11.00	5	Classificado	
1282	MARIA DE LURDES SUDRE DIAS	10.00	6	Classificado	
1142	SUÉLEN NORMANDO DA SILVA VASCONCELOS	10.00	7	Classificado	
1016	LUCILEIA FERNANDES DA LUZ	10.00	8	Classificado	
1133	LEANDRA ALMEIDA SOARES	10.00	9	Classificado	
652	FRAN CYELLE DA SILVA FERNANDES	7.00	10	Classificado	
390	MARIA LUCIA PEREIRA PINTO MEDEIROS	5.00	11	Classificado	
502	EVA DA SILVA BRITO	5.00	12	Classificado	
1246	DIONE MARIA PERINI LEOBETT	4.00	13	Classificado	

Cargo:	28 - VIGIA				
Inscrição	Candidato	Nota	Nº	Situação	Lotação
1134	WANDERSON DE ARAUJO CAMPOS BARROS	13.00	1	Aprovado	SAÚDE/PSF VERANOPOLIS
1027	DEJINALDO ESTEVAO DOS SANTOS	10.00	2	Classificado	
1157	JOSÉ ANTONIO DA SILVA	7.00	3	Classificado	

GASPAR DOMINGOS LAZARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Célia de Souza Lima
Código Identificador:1D459A23

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO PREGÃO N° 010/2013

Processo 032/2013
A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, PREGÃO n° 010/2013– OBJETO: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS EM ATENÇÃO A SAÚDE DA MULHER(parto e nascimento) E EM ATENÇÃO A SAÚDE DO HOMEM(Prevenção do Câncer de Próstata)"**– Validade da proposta 60 dias MENOR PREÇO POR ITEM CONFORME DESCRITO ABAIXO. Prazo 31/12/2013.

SECRETARIA DE SAÚDE	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
DESCRIÇÃO			
EXAMES DE CITOPATOLOGICOS	3.000	R$ 13,90	R$ 41.700,00
EXAMES DE TOXOPLASMOSE IGG	600	R$ 18,55	R$ 11.130,00
EXAMES DE TOXAPLASMOSE IGM	600	R$ 18,55	R$ 11.130,00
EXAMES DE RUBÉOLA IGG	600	R$ 18,55	R$ 11.130,00
EXAMES DE ANTI - HCV	600	R$ 18,55	R$ 11.130,00
EXAMES DE ANTI - HBC TOTAL	600	R$ 19,70	R$ 11.820,00
EXAMES DE HB E AG	600	R$ 19,70	R$ 11.820,00
EXAMES DE ANTI - HBE	600	R$ 19,70	R$ 11.820,00
EXAMES DE ANTI - HBS	600	R$ 19,70	R$ 11.820,00
EXAMES DE ANTI - HVA	120	R$ 19,70	R$ 2.364,00
EXAMES DE HIV	120	R$ 18,55	R$ 2.226,00
EXAMES DE PSA TOTAL	600	R$ 19,70	R$ 11.820,00
EXAMES DE PSA LIVRE	600	R$ 19,70	R$ 11.820,00
EXAMES DE ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA	600	R$ 37,00	R$ 22.200,00
CULTURA DE BATÉRIAS P/ IDENTIFICAÇÃO	600	R$ 30,00	R$ 18.000,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1+HIV-2 ELISA	600	R$ 18,55	R$ 11.130,00
DOSAGEM DE PROTEINAS (URINAS 24 HORAS)	100	R$ 6,50	R$ 650,00
TOTAL GERAL			R$ 213.710,00

Cotriguaçu 19 de Abril de 2013

ROSANGELA APARECIDA NERVIS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Elaine Castanha Bonavigo
Código Identificador:9A1458B6

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL
CHECK LIST DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 009/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO – MT			
CNPJ: 03.503.612/0001-95			
CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL			
INSTRUÇÃO NORMATIVA: SPO Nº 009/2013	**VERSÃO: 001**	**APROVADO EM: 15/04/2013**	**ATO DE APROVAÇÃO: IN SPO N° 09/2013**
ASSUNTO: Sistema de Projetos e Obras Publicas			
SETORES ENVOLVIDOS: Departamento de Engenharia, Contratos, Secretaria Municipal de Administração e Demais Secretarias			

CHECK LIST DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SPO Nº 009/2013
VERIFICAÇÃO DE CONTROLE INTERNO
Anexo à IN SPO nº 009/2013

Legenda: S = Sim; N = Não; e NA = Não se Aplica

Ponto de Controle: 1 Exame do Projeto Básico **Documento Base: Projeto Básico**						
Procedimento de Controle	**S**	**N**	**NA**	**Verificado Por**	**Data**	**Rubrica**
O projeto básico apresentou o estudo de viabilidade, estudos geotécnicos e ambientais, plantas e especificações técnicas, orçamento detalhado do custo global da obra subsidiada para montagem do plano de licitação e gestão da obra?						
O projeto básico teve Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), do(s) responsável (is) pela sua elaboração, conforme dispõem os arts. 1º e 2º da Lei nº. 6.496/77?						
O projeto básico foi aprovado pela autoridade competente, conforme o disposto no inciso I do § 2º do artigo 7º da Lei nº. 8.666/93?						
Foram considerados no projeto básico principalmente os seguintes requisitos, conforme dispõe o artigo 12 da Lei nº.8.666/93: segurança; funcionalidade; e adequação ao interesse público; economia na execução, conservação e operação; possibilidade de emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologia e matérias primas existentes no local da execução, conservação e operação; impacto ambiental?						

Legenda: S = Sim; N = Não; e NA = Não se Aplica

Ponto de Controle: 2 Exame do Projeto Executivo **Documento Base: Projeto Básico**						
Procedimento de Controle	**S**	**N**	**NA**	**Verificado Por**	**Data**	**Rubrica**
Foi apresentado coerente com o projeto básico, de um modo que foi respeitado o vínculo do objeto						

com o processo licitatório?						
As alterações feitas no projeto executivo (em relação ao projeto básico) foram tecnicamente justificadas e aprovadas pela autoridade competente?						
O projeto executivo contém Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), do(s) responsável(is) pela sua elaboração, conforme dispõem os arts. 1º e 2º da Lei nº. 6.496/77?						
O projeto executivo foi elaborado contendo todos os elementos necessários à completa execução da obra, conforme disposto no inciso X do artigo 6º da Lei nº. 8.666/93?						
As técnicas de construção previstas e os materiais especificados no projeto executivo foram os mesmos previstos no projeto básico?						
As alterações contêm justificativa técnica para essa modificação?						

Legenda: S = Sim; N = Não; e NA = Não se Aplica

Ponto de Controle: 3 Exame do Contrato
Documento Base: Contrato

Procedimento de Controle	S	N	NA	Verificado Por	Data	Rubrica
O aditivo de contrato foi bem fundamentado e justificado tecnicamente pela autoridade competente, não ultrapassando os 25% do valor inicial atualizado do contrato? O Aditivo de contrato foi encaminhado com antecedência mínima de 15 dias do seu vencimento, para ao setor responsável?						
Todos os pagamentos efetuados foram conforme com o previsto no projeto básico, no cronograma físico-financeiro e com as medições de serviços realizados?						
O reajuste do contrato foi o mesmo previsto no edital de licitação?						
As especificações técnicas para execução da obra, constantes do contrato, foram as mesmas estabelecidas no projeto básico e/ou executivo?						

Legenda: S = Sim; N = Não; e NA = Não se Aplica

Ponto de Controle: 4 Exame da Execução Física da Obra
Documento Base: Processo da Obra

Procedimento de Controle	S	N	NA	Verificado Por	Data	Rubrica
A execução da obra foi acompanhada e fiscalizada por um representante da administração especialmente designado, conforme dispõe o art. 67 da Lei nº. 8.666/93?						
A obra foi executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas no contrato, conforme dispõe o art. 66 da Lei nº. 8.666/93?						
Os materiais aplicados e os serviços executados na obra foram inspecionados pela fiscalização, com vistas a se constar o atendimento às especificações, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº. 8.666/93?						

Legenda: S = Sim; N = Não; e NA = Não se Aplica

Ponto de Controle: 5 Exame das Medições, Pagamento e Controle
Documento Base: Processo da Obra

Procedimento de Controle	S	N	NA	Verificado Por	Data	Rubrica
A fiscalização procedeu à rigorosa medição das etapas já concluídas, para a liberação de pagamento de parcelas da obra?						
Os serviços executados foram pagos após a emissão dos laudos de medição realizados pela fiscalização, conforme o contrato, ou seja, após sua regular liquidação?						
As medições acumuladas foram compatíveis com o cronograma físico- financeiro da obra?						
O representante da Administração, responsável pela fiscalização da obra, manteve anotação em registro próprio de todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinou o que foi necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, conforme dispõe o § 1º do art. 67 da Lei nº. 8.666/93?						
O representante da Administração, Responsável pela fiscalização da obra, encaminhou relatórios a autoridade competente, comunicando ocorrências que ensejaram sanções ao contratado e alteração de projeto, custo ou prazo da obra, conforme dispõe o § 2º do art. 67 da Lei n.º 8.666/93?						
Todas as medições e termo de recebimento (provisório e definitivo) das obras foram arquivados pelo responsável pela fiscalização?						
O representante da Administração responsável pelas obras, lançou todos os dados da obra exigida no sistema informatizado de controle de obras da Prefeitura Municipal de General Carneiro no prazo máximo de 10 dias depois de ocorrido seus fatos geradores?						
O representante da Administração responsável pelas obras, forneceu as informações e arquivos referentes às obras ao servidor responsável pelo sistema on-line GEO OBRAS do TCE - Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso?						
O servidor responsável pelo sistema on-line GEO OBRAS do TCE, efetuou os devidos lançamentos no sistema obedecendo aos prazos do TCE?						

Legenda: S = Sim; N = Não; e NA = Não se Aplica

Ponto de Controle: 6 Exame do Recebimento Provisório e Definitivo da Obra
Documento Base: Processo da Obra

Procedimento de Controle	S	N	NA	Verificado Por	Data	Rubrica
O recebimento provisório da obra foi feito pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado, conforme art. 73 da lei 8.666/93?						
O recebimento definitivo da obra foi feito por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprovou a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art.69 da Lei nº. 8.666/93?						
O prazo máximo de assinatura entre o termo provisório e o termo definitivo não foi maior que 90 (noventa) dias?						

Publicado por:
Marly Francisca Moreno
Código Identificador:A877E817

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ATA DO REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2013

PREGÃO PRESENCIAL: N° 016/2013 - REGISTRO DE PREÇOS

O **MUNICÍPIO DE JUÍNA**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º **15.359.201/0001-57**, com sede administrativa na Travessa Emmanuel, nº.605, Centro, na cidade de Juína-MT, neste ato representado pelo Prefeito

Municipal, **HERMES LOURENÇO BERGAMIM**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade n.º **2003502-0-SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **340.434.891-53**, residente e domiciliado na Avenida 09 de Maio, n.º 451, Centro, na cidade de Juína-MT, RESOLVE registrar os preços das empresas: DENTAL REZENDE LTDA, inscrita no CNPJ sob n°08.593.452.0001.36, com sede a Rua Assis Chateuabriand, nº
. 1555, Setor Oeste, Goiania-GO, neste ato representada pelo seu Representante Legal, Sr. Ivete Fistarol, portadora do RG nº. 14210177 SSP/MT, CPF nº. 912.756.361-87, IBF – INDÚSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S.A., inscrita no CNPJ sob nº. 33.255.787/0001-91, com sede a rua Pastor Manoel Avelino de Souza, nº 187 – Bairro Xerém, em Duque de Caxias –RJ, neste ato representada pelo seu Representante Legal, Sr. Ricardo Benedito de Magalhães Taques, portador do RG nº. 043014-9 SJSP/MT, CPF 346.165.431-00, BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA – inscrita no CNPJ sob o nº. 07.344.150/0001-61, com sede na avenida Mato Grosso, nº.380, Bairro Araés, Cuiabá-MT, neste ato representada pelo seu Representante Legal Sr. Vinicius Soares Fedrizzi, portador do RG nº. 1601116-3 SSP/MT, CPF nº. 035.266.271-93,RINALDI E COGO LTDA – inscrita no CNPJ sob o nº. 07.269.677/0001-79, com sede a rua Almirante Barroso, nº 337, Centro, em Toledo-PR, neste ato representada pelo seu Representante Legal, Sr. Edson José Rinaldi, portador do RG nº. 6.331.588-5 SSP/PR, CPF nº. 865.677.729-72, RECMED COMERCIO MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI ME – inscrita no CNPJ sob o nº. 06.696.359/0001-21, com sede à rua Galileu nº. 220 Setor Jd. Europa, Goiânia-GO, neste ato representada pelo seu Representante Legal, Sr. Sandra Regina Freitas de Souza, portadora do RG 3.545 526, CPF nº. 788.551.601-68, STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA – inscrita no CNPJ sob o nº. 00.995.371/0001-50, com sede na Avenida Goianazes Qd. 25 lts. 11 a 26, bairro Jardim Eldorado – Dimag, em Aparecida de Goiânia - GO, neste ato representada pelo seu Representante Legal, Sr. Carlos Alberto Rodrigues Júnior, portador do RG n.º 0861433-4 SSP/MT, CPF n.º 651.120.671-87, doravante denominadas simplesmente **FORNECEDORES**, nos termos do **Pregão Presencial nº. 016/2013**, ao **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual aquisição de **medicamentos e materiais hospitalares para uso da Secretaria de Saúde do Município de Juína, Estado de Mato Grosso,** atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Lei n. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preço para futura e eventual aquisição de **medicamentos e materiais hospitalares para uso da Secretaria de Saúde do Município de Juína, Estado de Mato Grosso,** atender esta Prefeitura, conforme especificações e condições constantes nesta Ata de Registro de Preço:

DENTAL REZENDE LTDA - 08.593.452/0001-36							
LOTE: 16 MATERIAL ESTERILIZAÇÃO E CIRUGICOS EM GERAL							
Seq.	**Código**	**Decrição**	**Marca**	**Unidade**	**Qtde**	**Valor Unit.**	**Total**
1	96792	DETERGENTE ENZIMATICO 1L 3M (FORMULA ESPECIAL COM 5 ENZIMAS E TENSOATIVOS SINERGICOS QUE GARATEM A EFICACIA DA LIMPEZA, MESMO EM PRESENÇA DE MATERIAL BIOLOGICO RESSECADO POSSUI EFICIENCIA DE 5 ENZIMAS PARA REDUZIR ATÉ 98% DA MATERIA ORGANICA PRESENTE	RIOQUIMICA	UNIDADE	25	32,48	812,00
2	96791	ENVELOPES 40X50 CM AUTOSELANTE- PACOTE C/100 UNIDADES (PRODUZINDO EM GRAU CIRURGICO E FILME DE LAMINADO DE POLIESTER E POLIPROPILENO PARA UTILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE)	ZERMATT	UNIDADE	20	31,90	638,00
3	96788	PAPEL GRAU CICURGICO 25 CM X100 METROS PARA AUTOCLAVE (POSSUI INDICADOR QUIMICO DE CICLO, SELAGEN TRIPLA QUE MUDAM DE COR APÓS ENTRAR EM CONTATO COM O AGENTE ESTERELIZANTE	HOSPLEX	UNIDADE	20	118,00	2.360,00
4	96790	PAPEL GRAU CIRURGICO 10CM X 100 METROS PARA AUTOCLAVE (POSSUI INDICADOR QUIMICO DE CICLO, SELAGEM TRIPLA QUE MUDAM DE COR APÓS ENTRAR EM CONTATO COM O AGENTE ESTERILIZANTE)	HOSPLEX	UNIDADE	40	48,00	1.920,00
5	96789	PAPEL GRAU CIRURGICO 15CMX100 METROS PARA AUTOCLAVE (POSSUI INDICADOR QUIMICO DE CICLO, SELAGEM TRIPLA QUE MUDAM DE COR APÓS ENTRAR EM CONTATO COM AGENTE ESTERILZANTE)	HOSPLEX	UNIDADE	20	65,00	1.300,00
6	49162	SABONETE LIQUIDO DEGERMANTE	REYMER	LITRO	50	17,40	870
				TOTAL DO LOTE R$			**7.900,00**

DENTAL REZENDE LTDA - 08.593.452/0001-36							
LOTE: 18 MATERIAL ODONTOLOGICO							
Seq.	**Código**	**Decrição**	**Marca**	**Unidade**	**Qtde**	**Valor Unit.**	**Total**
1	97019	ABRIDOR DE BOCA MOLT (INFANTIL)	GOLGRA	UNIDADE	20	74,30	R$ 1.486,00
2	85356	ACIDO FOSFORICO 37% C/ 3 SERINGAS E 3 PONTEIRAS DE 2,5 ML CADA	CAITHEC	PACOTE	30	4,05	R$ 121,50
3	83883	ADESIVO SINGLE BOND 4 ML	3M	UNIDADE	20	83,85	R$ 1.677,00
4	83903	AGULHA GENGIVAL DESC. CURTA 30 G - CX 100 UNID	INJEX	CAIXA	30	17,30	R$ 519,00
5	97022	AGULHA GENGIVAL DESC. EXTRA-CURTA 30G CX C/100 UND	INJEX	CAIXA	8	17,30	R$ 138,40
6	83904	AGULHA GENGIVAL DESC. LONGA 30 G - CX 100 UNID	INJEX	CAIXA	30	17,30	R$ 519,00
7	96921	ALAVANCA SELDIN INFANTIL RETA	N	UNIDADE	10	21,00	R$ 210,00
8	4006	AMALGAMA CAPSULA - 1 PORCAO REGULAR POTE C/ 500UND	SDI	UNIDADE	1	787,70	R$ 787,70
9	4007	AMALGAMA CAPSULA - 2 PORCAO POTE C/ 500 UND	SDI	UNIDADE	1	1.025,50	R$ 1.025,50
10	96903	ANESTESICO LIDOCAINA 2% CLORIDRATO DE LIDOCAINA A 20mg/ml HEMITARTAROTO DE NORIPINEFRINA 0,04mg/ml (TUBETES DE 1,8 ML) C/ 50 TUBETES	DENTSPLY	CAIXA	40	21,00	R$ 840,00
11	548	ANESTESICO ODONTOLOGICO 3%SEM VASO CONSTRICTOR 3% MEPIVACAINA	DENTSPLY	CAIXA	7	31,9	R$ 223,30
12	85310	ANESTESICO TOPICO 200 MG/G	DFL	UNIDADE	40	5,80	R$ 232,00
13	96919	APLICADOR DE AMALGAMA (PORTA AMALGAMA)	GOLGRAN	UNIDADE	15	4,55	R$ 68,25
14	85362	BABADOR DENTAL IMPERMEAVEL DESC COM 3 CAMADAS C/ 100 UNID	BIODINAMICA	PACOTE	50	11,75	R$ 587,50
15	83884	BANDA MATRIZ DE ACO INOX 0,5 MM	PREVEN	UNIDADE	50	1,30	R$ 65,00
16	83885	BANDA MATRIZ DE ACO INOX 0,7 MM	PREVEN	UNIDADE	50	1,40	R$ 70,00
17	85358	BICARBONATO DE SODIO 40 G - PO SABOR MORANGO	MAQUIRA	UNIDADE	25	8,75	R$ 218,75
18	96916	BROCA CARBIDE FG 1558 COMPOSIÇÃO CABERTO DE TUNGSTENIO E AÇO INOXIDAVEL	MICRODONT	UNIDADE	30	7,15	R$ 214,50
19	48774	BROCA DE ACO BAIXA ROTACAO CONV. CONTRA ANGULO TAMANHO 4	DENTSPLY	UNIDADE	50	2,30	R$ 115,00
20	48775	BROCA DE ACO BAIXA ROTACAO CONV. CONTRA ANGULO TAMANHO 6	DENTSPLY	UNIDADE	50	2,30	R$ 115,00
21	48776	BROCA DE ACO BAIXA ROTACAO CONV. CONTRA ANGULO TAMANHO 8	DENTSPLY	UNIDADE	50	2,30	R$ 115,00
22	96917	BROCA PONTA DIAMANTADA ALTA ROTACAO CILINDRICA DE ACO INOXIDAVEL N 1090	KG-ZEEP	UNIDADE	40	2,30	R$ 92,00
23	96907	BROCA PONTA DIAMANTADA GRAN FINO N 1035	KG - ZEEP	UNIDADE	20	2,30	R$ 46,00
24	96906	BROCA PONTA DIAMANTADA GRAN FINO N 3017	KG - ZEEP	UNIDADE	20	2,30	R$ 46,00
25	96908	BROCA PONTA DIAMANTADA N 1016 HL	KG-ZEEP	UNIDADE	20	2,30	R$ 46,00
26	96915	BROCA PONTA DIAMANTADA N 1024	KG-ZEEP	UNIDADE	40	2,30	R$ 92,00
27	96913	BROCA PONTA DIAMANTADA N 1302	KG-ZEEP	UNIDADE	20	2,30	R$ 46,00
28	96912	BROCA PONTA DIAMANTADA N 1305	KG-ZEEP	UNIDADE	20	2,30	R$ 46,00
29	96909	BROCA PONTA DIAMANTADA N 1557	KG-ZEEP	UNIDADE	20	2,30	R$ 46,00
30	96911	BROCA PONTA DIAMANTADA N 3168	KG-ZEEP	UNIDADE	20	2,30	R$ 46,00

31	96910	BROCA PONTA DIAMANTADA N 4338	KG-ZEEP	UNIDADE	20	2,30	R$ 46,00
32	96920	CABO DE ESPELHO BUCAL	GOLGRAN	UNIDADE	20	6,30	R$ 126,00
33	96922	CALCADOR PARA RESTAURACOES PLASTICAS N 3	GOLGRAN	UNIDADE	30	4,55	R$ 136,50
34	85312	CIMENTO RESTAURADOR INTERMEDIARIO LIQUIDO 15 ML	DENTSPLY	UNIDADE	40	17,90	R$ 716,00
35	85313	CIMENTO RESTAURADOR INTERMEDIARIO PO 38 G	DENTSPLY	UNIDADE	40	17,90	R$ 716,00
36	83886	CUNHA DE MADEIRA C/ 500 UNID - TAMANHOS VARIADOS	IODONTOSUL	UNIDADE	16	14,20	R$ 227,20
37	96932	CURETA GOLDMANN FOX N 1	GOLGRAN	UNIDADE	10	33,15	R$ 331,50
38	96927	CURETA GRACEY 11-12 EM ACO INOXIDAVEL TAMANHO 17CM	GOLGRAN	UNIDADE	20	9,30	R$ 186,00
39	96928	CURETA GRACEY 13-14 EM ACO INOXIDAVEL TAMANHO 17CM	GOLGRAN	UNIDADE	20	9,30	R$ 186,00
40	96926	CURETA GRACEY 5-6 EM ACO INOXIDAVEL TAMANHA 17CM	GOLGRAN	UNIDADE	20	9,30	R$ 186,00
41	96929	CURETA GRACEY 7-8 EM ACO INOXIDAVEL TAMANHOP 17 CM	GOLGRAN	UNIDADE	20	9,30	R$ 186,00
42	83935	DIGLUCONATO DE CLOREXIDINA 2% 100 ML	FGM	UNIDADE	15	11,05	R$ 165,75
43	83895	DISCO DE LIXA P/ ACABEMENTO E POLIMENTO CX C/ 26 UNID DE 8/12 MM EM 4 GRANULACOES (GROSSA, MEDIA, FINA E ULTRA FINA)	FGM	CAIXA	10	62,55	R$ 625,50
44	557	ESCOVA DE ROBSON RETA	PREVEN	UN	120	1,05	R$ 126,00
45	83546	ESCOVA PEQUENA C/ CABO P/LAVAR INSTRUMENTAL	IODONTOSUL	UNIDADE	20	6,50	R$ 130,00
46	87864	ESPARADRAPO 100% ALGODAO 10X4,5CM ROLO (1a. LINHA)	CREMER	UNIDADE	5	7,40	R$ 37,00
47	47484	ESPELHO BUCAL N. 3	PREVEN	UNIDADE	20	2,40	R$ 48,00
48	572	ESPELHO BUCAL Nº 05	PREVEN	UN	30	2,40	R$ 72,00
49	83909	FIO DENTAL 500 M	DFL	UNIDADE	15	7,50	R$ 112,50
50	83911	FLUOR GEL NEUTRO 200 ML	GOLGRAN	UNIDADE	50	3,90	R$ 195,00
51	96930	FORCEPS INFANTIL N 69 EM ACO CIRURGICO INOXIDAVEL	GOLGRAN	UNIDADE	10	41,40	R$ 414,00
52	96931	FORCEPS INFATIL N 65 EM ACO CIRURGICO INOXIDAVEL	GOLGRAN	UNIDADE	10	41,40	R$ 414,00
53	587	FORMOCRESOL (ODONTO) 10 ML	BIODINAMICA	UNIDADE	9	6,25	R$ 56,25
54	563	HIDROXIDO DE CALCIO DYCAL	DENTSPLY	KIT	12	21,40	R$ 256,80
55	38360	HIDROXIDO DE CALCIO PO P.A	BIODINAMICA	UNIDADE	10	3,90	R$ 39,00
56	83889	IONOMERO DE VIDRO FORRADOR KIT PO 10 G E LIQUIDO 13 ML	SSWHITE	UNIDADE	15	48,95	R$ 734,25
57	83923	KIT PARA POLIMENTO DE AMALGAMA	MICRODONT	UNIDADE	10	35,25	R$ 352,50
58	96918	KIT SISTEMA DE ACABAMENTO PARA RESINA PONTAS SORTIDAS DE SILICONE (KIT COM 07 PONTAS)	DENTSPLY	KIT	30	29,95	R$ 898,50
59	96924	LAMINA PARA BISTURI N 05	LAMEDID	UNIDADE	10	21,00	R$ 210,00
60	39491	OTOSPORIN FR 10ML.	CA	UNIDADE	10	14,45	R$ 144,50
61	96904	PAPEL PARA ARTICULAÇÃO BLOCO C/ 12 FOLHAS	PREVEN	UNIDADE	30	1,70	R$ 51,00
62	92099	PAPEL TOALHA BRANCO FARDO COM 1000 FOLHAS - 100% CELULOSE	SEDDAS	FARDO	120	10,00	R$ 1.200,00
63	85361	PASTILHA REVELADORA DE PLACA BACTERIANA C/ 60 COMPR	BIODINAMICA	UNIDADE	30	8,80	R$ 264,00
64	4000	PINCEL DESC. MICROBUSH COM 100	KG	CX	50	7,00	R$ 350,00
65	97071	POLIVITAMINICO E POLIMINERAIS CAPSULA GELATINOSA	GEROVITAL	UNIDADE	2.400	1,30	R$ 3.120,00
66	85506	PONTA DIAMANTADA ALTA ROTACAO CILINDRICA N. 1092	KG-ZEEP	UNIDADE	20	2,30	R$ 46,00
67	85507	PONTA DIAMANTADA ALTA ROTACAO CILINDRICA N. 1095	KG-ZEEP	UNIDADE	20	2,30	R$ 46,00
68	85509	PONTA DIAMANTADA ALTA ROTACAO CILINDRICA OGIVAL N. 2214	KG-ZEEP	UNIDADE	20	2,30	R$ 46,00
69	85508	PONTA DIAMANTADA ALTA ROTACAO CILINDRICA OGIVAL N. 3215	KG-ZEEP	UNIDADE	20	2,30	R$ 46,00
70	85505	PONTA DIAMANTADA ALTA ROTACAO CONICA ARREDONDADA N. 2135	KG-ZEEP	UNIDADE	20	2,30	R$ 46,00
71	83929	PONTA DIAMANTADA ALTA ROTACAO CONICA INVERTIDA N. 1032	KG-ZEEP	UNIDADE	25	2,30	R$ 57,50
72	83930	PONTA DIAMANTADA ALTA ROTACAO CONICA INVERTIDA N. 1033	KG-ZEEP	UNIDADE	25	2,30	R$ 57,50
73	83931	PONTA DIAMANTADA ALTA ROTACAO CONICA INVERTIDA N. 1034	KG-ZEEP	UNIDADE	25	2,30	R$ 57,50
74	83932	PONTA DIAMANTADA ALTA ROTACAO CONICA INVERTIDA N. 1151	KG-ZEEP	UNIDADE	40	2,30	R$ 92,00
75	83933	PONTA DIAMANTADA ALTA ROTACAO CONICA INVERTIDA N. 1153	KG-ZEEP	UNIDADE	40	2,30	R$ 92,00
76	85504	PONTA DIAMANTADA ALTA ROTACAO CONICA PLANA N. 1062	KG-ZEEP	UNIDADE	20	2,30	R$ 46,00
77	83934	PONTA DIAMANTADA ALTA ROTACAO CONICA PLANA N. 3070	KG-ZEEP	UNIDADE	20	2,30	R$ 46,00
78	83925	PONTA DIAMANTADA ALTA ROTACAO ESFERICA N. 1012	KG-ZEEP	UNIDADE	40	2,30	R$ 92,00
79	83926	PONTA DIAMANTADA ALTA ROTACAO ESFERICA N. 1013	KG-ZEEP	UNIDADE	40	2,30	R$ 92,00
80	83927	PONTA DIAMANTADA ALTA ROTACAO ESFERICA N. 1014	KG-ZEEP	UNIDADE	40	2,30	R$ 92,00
81	83928	PONTA DIAMANTADA ALTA ROTACAO ESFERICA N. 1015	KG-ZEEP	UNIDADE	40	2,30	R$ 92,00
82	4016	PONTA DIAMANTADA GRANA FINA N. 1190F	KG-ZEEP	UNIDADE	20	2,30	R$ 46,00
83	85510	PONTA DIAMANTADA GRANA FINA N. 2135F	KG-ZEEP	UNIDADE	20	2,30	R$ 46,00
84	85511	PONTA DIAMANTADA GRANA FINA N. 3118F	KG-ZEEP	UNIDADE	40	2,30	R$ 92,00
85	85512	PONTA DIAMANTADA GRANA ULTRA FINA N. 3168FF	KG-ZEEP	UNIDADE	20	2,30	R$ 46,00
86	85513	PONTA DIAMANTADA GRANA ULTRA FINA N. 3195FF	KG-ZEEP	UNIDADE	40	2,30	R$ 92,00
87	88198	PONTA DIAMANTADA GRANA ULTRA FINA N. 1190 FF	KG-ZEEP	UNIDADE	40	2,30	R$ 92,00
88	4019	PONTA DIAMANTADA NUMERO FG ALTA ROTAÇÃO ESFERICAS N 1011	KG-ZEEP	UNIDADE	40	2,30	R$ 92,00
89	96933	PORTA ALGODAO ROLETE ESTRELA	ACONOX	UNIDADE	10	50,60	R$ 506,00
90	96925	POTE DAPPIN	PREVEN	UNIDADE	20	1,95	R$ 39,00
91	96923	PRENDEDOR DE BABADOR (JACARÉ)	PR	UNIDADE	10	12,25	R$ 122,50
92	83898	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEIS COR A2 - 4 GR	DENTSPLY	UNIDADE	40	9,80	R$ 392,00
93	83899	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEIS COR A3 - 4 GR	DENTSPLY	UNIDADE	30	9,80	R$ 294,00
94	83900	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEIS COR A3,5 - 4 GR	DENTSPLY	UNIDADE	25	9,80	R$ 245,00
95	85364	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEIS Z100 COR UD - 4 GR	3M	UNIDADE	25	50,65	R$ 1.266,25
96	85500	SOLUCAO GERMICIDA (DESINFETANTE E ESTERILIZANTE) 5 L	RIOQUIMICA	UNIDADE	8	31,45	R$ 251,60
97	97021	SUGADOR CIRURGICO ESTERELIZADO, ATOXICO, DESC. (CX C/20UND)	MAQUIRA	CAIXA	30	28,00	R$ 840,00
98	3725	SUGADOR DESCARTAVEL PCT UNID	SSPLUS	PCT	200	3,80	R$ 760,00
99	83893	TIRA ABRASIVA DE ACO C/ OXIDO DE ALUMINIO C/ 12 TIRAS 2,5 MM x 4 MM	NOSLIG	PACOTE	30	5,40	R$ 162,00
100	83892	TIRA DE LIXA DE ACABAMENTO E POLIMENTO DENTAL MEDIA/GROSSA C/ CENTRO NEUTRO - C/ 150 LIXAS 4 MM x 170 MM	NOSLIG	PACOTE	30	7,20	R$ 216,00
101	83894	TIRA DE POLIESTER TRANSPARENTE 100x10x0,5 MM - PCTE C/ 50 UNID	PREVEN	PACOTE	30	1,30	R$ 39,00
			TOTAL DO LOTE				**R$ 29.600,00**

IBF - Industria Brasileira de Filmes S/A - 33.255.787/0001-91							
LOTE 15 - FILMES - FIXADOR - REVELADOR							
Seq.	**Código**	**Decrição**	**Marca**	**Unidade**	**Qtde**	**Valor Unit. RS**	**Total RS**
1	34197	FILME P/ RAIO X 35X43	IBF	UNIDADE	10.000	3,00	30.000,00
2	49149	FILME PLANO P/ RADIOLOGIA GERAL (RX-V) 24 X 30 CM (1. LINHA).	IBF	UNIDADE	20.000	1,42	28.400,00
3	49150	FILME PLANO P/ RADIOLOGIA GERAL (RX-V) 30 X 40 CM (1. LINHA).	IBF	UNIDADE	15.000	2,36	35.400,00
4	49151	FILME PLANO P/ RADIOLOGIA GERAL (RX-V) 35 X 35 CM (1. LINHA).	IBF	UNIDADE	10.000	2,46	24.600,00
5	49148	FILME PLANO P/ RADIOLOGIA GERAL (RX-V) 18 X 24 CM (1. LINHA).	IBF	UNIDADE	10.000	0,86	8.600,00
6	49246	FIXADOR AUTOMATICO P/RAIO X CONJ. P/ PREPARO DE 38 LTS. FIXADOR 9,5 LTS E ENDURECEDOR DE 2 , EMBALAGEN 950 ML	IBF	CAIXA	80	138,00	11.040,00
7	49274	REVELADOR AUTOMATICO P/RAIO X CONJUNTO P/ PREPARO DE 38 LITROS, CONTEUDO PARTE A - 9,5 LTS E PARTE B 9,5 LTS	IBF	CAIXA	80	276,00	22.080,00
					TOTAL	**R$ 160.120,00**	

BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - CNPJ: 07.344.150/0001-61

LOTE 03 - MEDICAMENTOS INJETAVEIS - SOROS

Seq.	Código	Decrição	Marca	Unidade	Qtde	Valor Unit.R$	Total R$
1	81969	AGUA P/ INJ 500 ML - BOLSA FLEXIVEL C/ EMBALAGEM SECUNDARIA SIST FECHADO	EQUIPLEX	UNIDADE	4.000	1,70	6.804,00
2	81970	SOLUCAO CLORETO DE SODIO 0,9 % 100ML BOLSA FLEX C/ EMB SECUND - SIST FECHADO	FRESENIUS	UNIDADE	20.000	2,05	41.000,00
3	81971	SOLUCAO CLORETO DE SODIO 0,9 % 250ML BOLSA FLEX C/ EMB SECUND - SIST FECHADO - 1a. LINHA	FRESENIUS	UNIDADE	30.000	2,11	63.300,00
4	81972	SOLUCAO CLORETO DE SODIO 0,9 % 500 ML BOLSA FLEX C/ EMB SECUND - SIST FECHADO - 1a. LINHA	FRESENIUS	UNIDADE	40.000	2,39	95.600,00
5	81975	SOLUCAO GLICOSADO 5 % 500 ML BOLSA FLEX C/ EMB SECUND -SIST FECHADO	FRESENIUS	UNIDADE	20.000	2,61	52.200,00
6	96650	SOLUCAO GLICOSE 5% 250 ML-BOLSA FLEXIVEL C/ EMBALAGEM SECUNDARIA - SISTEMA FECHADO	FRESENIUS	UNIDADE	10.000	2,38	23.800,00
7	81978	SOLUCAO MANITOL 20 % 250 ML	FRESENIUS	UNIDADE	600	4,66	2.796,00
8	81976	SOLUCAO RINGER COM LACTATO DE SODIO 500 ML BOLSA FLEX COM EMB. SECUNDARIA SIST FECHADO	FRESENIUS	UNIDADE	30.000	2,45	73.500,00
				TOTAL R$		**359.000,00**	

LOTE 07

Seq.	Código	Decrição	Marca	Unidade	Qtde	Valor Unit.R$	Total R$
1	93384	CANULA DE GUEDEL N.01	PROTEC	UNIDADE	10	3,13	31,30
2	93386	CANULA DE GUEDEL N.02	PROTEC	UNIDADE	10	3,13	31,30
3	93387	CANULA DE GUEDEL N.03	PROTEC	UNIDADE	10	3,13	31,30
4	93388	CANULA DE GUEDEL N.04	PROTEC	UNIDADE	10	3,54	35,40
5	93389	CANULA DE GUEDEL N.05	PROTEC	UNIDADE	10	3,54	35,40
6	96665	CANULA DE GUEDEL Nº 0	PROTEC	UNIDADE	10	3,13	31,30
7	96677	DRENO DE KEHER Nº 14	RUSH	UNIDADE	15	16,50	247,50
8	96673	DRENO DE KEHR Nº 08	RUSH	UNIDADE	30	16,50	495,00
9	96674	DRENO DE KEHR Nº 10	RUSH	UNIDADE	15	16,50	247,50
10	96675	DRENO DE KEHR Nº 12	RUSH	UNIDADE	15	16,50	247,50
11	96676	DRENO DE KEHR Nº 13	RUSH	UNIDADE	15	16,50	247,50
12	96678	DRENO DE KEHR Nº 16	RUSH	UNIDADE	15	16,50	247,50
13	96666	DRENO DE SUCÇÃO Nº 3,2	BIOTEC	UNIDADE	5	13,20	66,00
14	96672	DRENO DE SUCÇÃO Nº 4,8D	BIOTEC	UNIDADE	10	13,20	132,00
15	96679	DRENO DE TORAX N 10 C/ FRASCO DE 1000ML	BIOTEC	KIT	30	19,80	594,00
16	96755	DRENO DE TORAX N 32 C/ FRASCO DE 2000ML	BIOTEC	KIT	50	13,20	660,00
17	96756	DRENO DE TORAX N 34 C/ FRASCO DE 2000ML	BIOTEC	KIT	50	23,10	1.155,00
18	96757	DRENO DE TORAX N 36 C/ FRASCO DE 2000ML	BIOTEC	KIT	50	23,10	1.155,00
19	96758	DRENO DE TORAX N 38 C/ FRASCO DE 2000ML	BIOTEC	KIT	50	23,10	1.155,00
20	96702	DRENO TEROX N 30 C/ FRASCO DE 2000ML	BIOTEC	KIT	50	23,10	1.155,00
21	96697	DRENO TORAX N 12 C/ FRASCO DE 1000ML	BIOTEC	KIT	30	19,80	594,00
22	96698	DRENO TORAX N 22 C/ FRASCO DE 2000ML	BIOTEC	KIT	30	23,10	693,00
23	96699	DRENO TORAX N 24 C/ FRASCO DE 2000ML	BIOTEC	KIT	50	23,10	1.155,00
24	96700	DRENO TORAX N 26 C/ FRASCO DE 2000ML	BIOTEC	KIT	50	23,10	1.155,00
25	96701	DRENO TORAX N 28 C/ FRASCO DE 2000ML	BIOTEC	KIT	50	23,10	1.155,00
26	49128	TUBO ENDOTRAQUEAL C/MANGUITO N 7,0	SOLIDOR	UNIDADE	100	2,97	297,00
27	49129	TUBO ENDOTRAQUEAL C/MANGUITO N 7,5	SOLIDOR	UNIDADE	100	2,97	297,00
28	49130	TUBO ENDOTRAQUEAL C/MANGUITO N 8,0	SOLIDOR	UNIDADE	100	2,97	297,00
29	49132	TUBO ENDOTRAQUEAL C/MANGUITO N 8,5	SOLIDOR	UNIDADE	100	2,97	297,00
30	49122	TUBO ENDOTRAQUEAL C/MANGUITO N.4,0	SOLIDOR	UNIDADE	30	2,97	89,10
31	49123	TUBO ENDOTRAQUEAL C/MANGUITO N.4,5	SOLIDOR	UNIDADE	30	2,97	89,10
32	49124	TUBO ENDOTRAQUEAL C/MANGUITO N.5,0	SOLIDOR	UNIDADE	100	2,97	297,00
33	49125	TUBO ENDOTRAQUEAL C/MANGUITO N.5,5	SOLIDOR	UNIDADE	100	2,97	297,00
34	49126	TUBO ENDOTRAQUEAL C/MANGUITO N.6,0	SOLIDOR	UNIDADE	100	2,97	297,00
35	49127	TUBO ENDOTRAQUEAL C/MANGUITO N.6,5	SOLIDOR	UNIDADE	100	2,97	297,00
36	96469	TUBO ENDOTRAQUEAL S/ MANGUITO N 2,5	SOLIDOR	UNIDADE	100	2,12	212,00
37	96470	TUBO ENDOTRAQUEAL S/ MANGUITO N 3,0	SOLIDOR	UNIDADE	100	2,12	212,00
38	96471	TUBO ENDOTRAQUEAL S/ MANGUITO N 3,5	SOLIDOR	UNIDADE	100	2,12	212,00
39	82027	TUBO ENDOTRAQUEAL S/MANGUITO N 2,0	SOLIDOR	UNIDADE	100	2,12	212,00
40	49134	TUBO ENDOTRAQUEAL ARAMADO C/ MANGUITO N. 5,5	PORTEX	UNIDADE	30	33,00	990,00
41	49135	TUBO ENDOTRAQUEAL ARAMADO C/ MANGUITO N. 6,0	SOLIDOR	UNIDADE	30	23,08	692,40
42	49136	TUBO ENDOTRAQUEAL ARAMADO C/ MANGUITO N. 6,5	SOLIDOR	UNIDADE	30	23,08	692,40
43	49137	TUBO ENDOTRAQUEAL ARAMADO C/ MANGUITO N. 7,0	SOLIDOR	UNIDADE	30	23,08	692,40
44	49138	TUBO ENDOTRAQUEAL ARAMADO C/ MANGUITO N. 7,5	SOLIDOR	UNIDADE	30	33,00	990,00
45	49133	TUBO ENDOTRAQUEAL ARAMADO C/ MANGUITO N.5.0	PORTEX	UNIDADE	30	33,00	990,00
46	96763	TUBO ENDOTRAQUEAL ARAMADO C/ MANGUITO N 08	SOLIDOR	UNIDADE	60	21,45	1.287,00
47	96762	TUBO ENDOTRAQUEAL ARAMADO C/ MANGUITO N 3,5	PORTEX	UNIDADE	30	33,00	990,00
48	96472	TUBO ENDOTRAQUEAL ARAMADO C/ MANGUITO N.4.0	PORTEX	UNIDADE	30	33,00	990,00
49	96473	TUBO ENDOTRAQUEAL ARAMADO C/ MANGUITO N.4.5	PORTEX	UNIDADE	60	33,00	1.980,00
				TOTAL		**R$ 26.448,90**	

LOTE 10 - MATERIAL CIRUGICO E DE CONSUMO DIVERSOS

Seq.	Código	Decrição	Marca	Unidade	Qtde	Valor Unit.	Total
1	3867	ABAIXADOR DE LINGUA UNID (MADEIRA)	THEOTO	UN	20.000	0,03	R$ 600,00
2	96775	ACIDO PIRACÉTICO 0,2 % GALÃO 5000ML	3 ALBE	BALDE	30	310,00	R$ 9.300,00
3	3729	AGUA OXIGENADA VOLUME 10, 1 LITRO	VIC PHARMA	LITRO	360	3,23	R$ 1.162,80
4	34029	ALMOTOLIA AMBAR 500ML	J. PROLAB	UNIDADE	100	2,01	R$ 201,00
5	3873	ALMOTOLIA FRASCO TRANSPARENTE	J.PROLAB	UN	100	1,12	R$ 112,00
6	62682	APARELHO DE PRESSAO C/ VELCRO, USO ADULTO 1a. LINHA C/ ESTETOSCÓPIO	UNITEC	UNIDADE	150	99,00	R$ 14.850,00
7	49258	CALCODADA ABSORVENTE GRANULADO DE CO2 C/ 4,5 KG - UNID	ATROSORB	UNIDADE	2	99,00	R$ 198,00
8	3875	CLAMPS UMBELICAL DESC C/ CLAMP	MEDSONDA	UNIDADE	1.000	0,54	R$ 540,00
9	34033	CLOREXIDINA 2% DEGERMANTE 1000 ML	VIC PHARMA	LITRO	24	12,11	R$ 290,64
10	4404	CLOREXIDINA SOLUCAO TOPICA 1000ML	VIC PHARMA	LITRO	12	15,68	R$ 188,16
11	82072	COLETOR DE URINA UNIVERSAL 50 OU 80 ML ESTERIL DESCARTAVEL	J.PROLAB	UNIDADE	1.000	0,21	R$ 210,00
12	34125	CONJUNTO DE ESCOVA PARA ASSEPCIA CIRURGICA C/ PVPI	RIOQUIMICA	UNIDADE	3.200	1,75	R$ 5.600,00
13	49053	ELETRODO DESC. P/ MONIT CARD. C/GEL	MAXICOR	UNIDADE	2.500	0,26	R$ 650,00
14	82171	ESPECULO VAGINAL. "M" DESC.- UNID	ADLIN	UNIDADE	1.000	1,09	R$ 1.090,00

15	96777	ETER SULFURICO (REMOVEDOR ESPARADRAMO) 500 ML	VIC PHARMA	UNIDADE	100	11,37	R$ 1.137,00
16	96776	EXTENSÃO DE SILICONE P/ OXIGÊNIO N 203 C/15 METROS CADA ROLO	LEMGRUBER	UNIDADE	10	99,00	R$ 990,00
17	96460	FILTRO UMIDIFICADOR E BACTERIOLOGICO COM ESPAÇO MORTO PARA VENTILAÇÃO MECANICA	GERATHERM	UNIDADE	300	9,90	R$ 2.970,00
18	39373	FORMOL SOLUCAO 01 LT.	RICIE	LITRO	100	7,92	R$ 792,00
19	4374	FRASCO NUT. ENTERAL 300ML	BIOBASE	UN	300	0,53	R$ 159,00
20	87854	GEL P/ULTRASSONOGRAFIA 5000ML	MAXICOR	UNIDADE	30	18,15	R$ 544,50
21	4226	GLICERINA LIQUIDA 1000ML.	VIC PHARMA	L	18	14,69	R$ 264,42
22	96459	MASCARA DE VENTURI ADULTO (KIT COMPLETO)	FUSHON	UNIDADE	100	66,00	R$ 6.600,00
23	96461	MASCARA DE VENTURI INFANTIL (KIT COMPLETO)	FUSHON	UNIDADE	100	66,00	R$ 6.600,00
24	13988	NEBULIZADOR COMPL. P/ AR COMPR. INFANTIL	NS	UN	100	11,55	R$ 1.155,00
25	82081	NEBULIZADOR COMPLETO .C/ MASCARA ADULTO	NS	UNIDADE	100	11,55	R$ 1.155,00
26	82083	PULSEIRA RN DESC ROSA	MEDSONDA	UNIDADE	500	0,66	R$ 330,00
27	82082	PULSEIRA RN DESC AZUL	MEDSONDA	UNIDADE	500	0,66	R$ 330,00
28	3881	PVPI DEGERMANTE 1000ML	VIC PHARMA	L	240	15,68	R$ 3.763,20
29	595	PVPI TOPICO 1000ML	VIC PHARMA	LITRO	360	15,68	R$ 5.644,80
30	90150	SACO DE LIXO LEITOSO PARA MATERIAL CONTAMINADO DE 30 L	TEKPLAST	UNIDADE	10.000	0,20	R$ 2.000,00
31	83822	SACO DE LIXO LEITOSO PARA METERIAL CONTAMINADO DE 100 L	TEKPLAST	UNIDADE	20.400	0,41	R$ 8.364,00
32	34186	UMIDIFICADOR P/ OXIGENIO 250 ML	UNITEC	UNIDADE	100	8,68	R$ 868,00
33	87855	VASELINA LIQUIDA 1000ML.	VIC PHARMA	UNIDADE	50	17,69	R$ 884,50
34	43152	VASELINA POMADA POTE 500G	VIC PHARMA	PACOTE	5	16,68	R$ 83,40
				TOTAL		**R$ 79.627,42**	

LOTE 11 - MATERIAL HOSPITALAR E CIRURGICO - SONDAS E CATETER TIPO OCULOS

Seq.	Código	Decrição	Marca	Unidade	Valor Unit.	Qtde	Total
1	82084	CATETER TIPO OCULOS P/ OXIGENIO	MEDSONDA	UNIDADE	0,84	1.000	840,00
2	4315	SONDA ASP. TRAQUEAL N. 10	MEDSONDA	UNIDADE	0,53	400	212,00
3	4316	SONDA ASP. TRAQUEAL N. 12	MEDSONDA	UNIDADE	0,54	400	216,00
4	4317	SONDA ASP. TRAQUEAL N. 14	MEDSONDA	UNIDADE	0,56	400	224,00
5	4318	SONDA ASP. TRAQUEAL N. 16	MEDSONDA	UNIDADE	0,61	400	244,00
6	49065	SONDA ASP. TRAQUEAL SILICONIZADA ESTERIL DESC N.06	MEDSONDA	UNIDADE	0,48	400	192,00
7	49072	SONDA ASP. TRAQUEAL SILICONIZADA ESTERIL DESC N.18	MEDSONDA	UNIDADE	0,71	400	284,00
8	44080	SONDA ASPIRACAO TRAQUEAL N. 08	MEDSONDA	UNIDADE	0,50	600	300,00
9	3852	SONDA ASPIRACAO TRAQUEAL N. 10	MEDSONDA	UN	0,53	400	212,00
10	38348	SONDA ENTERAL P/ ALIMENTACAO N.12	EMBRAMED	UNIDADE	19,80	60	1.188,00
11	97020	SONDA EXPLORADORA DUPLO N 5 REF. 11510 (CABO EMENDA OU DEGRAU) CONTINUO SEM	FAVA	UNIDADE	11,55	30	346,50
12	47503	SONDA EXPLORADORA N. 5	GOLGRAN	UNIDADE	6,60	20	132,00
13	34148	SONDA FOLEY 2V N.10	SOLIDOR	UNIDADE	2,54	50	127,00
14	34149	SONDA FOLEY 2V N.12	SOLIDOR	UNIDADE	1,88	50	94,00
15	34150	SONDA FOLEY 2V N.14	SOLIDOR	UNIDADE	1,88	600	1.128,00
16	34151	SONDA FOLEY 2V N.16	SOLIDOR	UNIDADE	1,88	800	1.504,00
17	39374	SONDA FOLEY 2V N.18	SOLIDOR	UNIDADE	1,88	1.900	3.572,00
18	82086	SONDA FOLEY 2V N.20	SOLIDIR	UNIDADE	1,88	300	564,00
19	49074	SONDA FOLEY 2V N.22	SOLIDOR	UNIDADE	1,88	100	188,00
20	96465	SONDA FOLEY 3V N 24	SOLIDOR	UNIDADE	2,54	100	254,00
21	34166	SONDA FOLEY 3V N. 18	SOLIDOR	UNIDADE	2,54	100	254,00
22	82085	SONDA FOLEY 3V N.16	SOLIDOR	UNIDADE	2,54	50	127,00
23	34152	SONDA FOLEY 3V N.20	SOLIDOR	UNIDADE	2,54	50	127,00
24	34153	SONDA FOLEY 3V N.22	SOLIDOR	UNIDADE	2,54	50	127,00
25	96779	SONDA FOLEY N. 24 2 VIAS	SOLIDOR	UNIDADE	2,54	100	254,00
26	96782	SONDA NASO. LONGA N 24	MEDSONDA	UNIDADE	1,55	400	620,00
27	96781	SONDA NASO. N 10 LONGA	MEDSONDA	UNIDADE	0,78	400	312,00
28	93397	SONDA NASOG.LONGA N.22	MEDSONDA	UNIDADE	1,32	400	528,00
29	3663	SONDA NASOGASTRICA CURTA N. 4	MEDSONDA	UNIDADE	0,45	100	45,00
30	3965	SONDA NASOGASTRICA LONGA N. 4	MEDSONDA	UNIDADE	0,64	200	128,00
31	4319	SONDA NASOGASTRICA LONGA N. 6	MEDSONDA	UNIDADE	0,66	400	264,00
32	34157	SONDA NASOGASTRICA LONGA N.12	MEDSONDA	UNIDADE	0,81	400	324,00
33	34159	SONDA NASOGASTRICA LONGA N.14	MEDSONDA	UNIDADE	0,81	400	324,00
34	34160	SONDA NASOGASTRICA LONGA N.18	MEDSONDA	UNIDADE	1,01	400	404,00
35	34161	SONDA NASOGASTRICA LONGA N.20	MEDSONDA	UNIDADE	1,16	400	464,00
36	38347	SONDA NASOGASTRICA N. 20 CURTA	MEDSONDA	UNIDADE	0,99	100	99,00
37	49089	SONDA NASOGASTRICA N. 6 CURTA	MEDSONDA	UNIDADE	0,48	100	48,00
38	3861	SONDA NASOGASTRICA N.12 CURTA	MEDSONDA	UNIDADE	0,51	100	51,00
39	4238	SONDA NASOGASTRICA N.16 CURTA UNID	MEDSONDA	UN	0,61	100	61,00
40	96466	SONDA NASOGASTRICA N.16 LONGA	MEDSONDA	UNIDADE	0,80	400	320,00
41	49091	SONDA NASOGASTRICA Nº08 CURTA	MEDSONDA	UNIDADE	0,50	100	50,00
42	49094	SONDA NASOGASTRICA Nº10 CURTA	MEDSONDA	UNIDADE	0,51	100	51,00
43	49097	SONDA NASOGASTRICA Nº14- CURTA	MEDSONDA	UNIDADE	0,53	100	53,00
44	4239	SONDA NASOGASTRICA Nº18 CURTA UNID	EMBRAMED	UN	0,81	400	324,00
45	4241	SONDA NASOGASTRICA Nº22 CURTA UNID	EMBRAMED	UN	0,99	100	99,00
46	96811	SONDA NASOGRASTICA N 24 CURTA	EMBRAMED	UNIDADE	1,16	100	116,00
47	96780	SONDA NAZOGRASTRICA N 08 LONGA	EMBRAMED	UNIDADE	0,79	400	316,00
48	82087	SONDA RETAL SILICONADA DESC. No 10	EMBRAMED	UNIDADE	0,53	100	53,00
49	82088	SONDA RETAL SILICONADA DESC. No 12	EMBRAMED	UNIDADE	0,54	100	54,00
50	82089	SONDA RETAL SILICONADA DESC. No 14	EMBRAMED	UNIDADE	0,56	100	56,00
51	82090	SONDA RETAL SILICONADA DESC. No 16	EMBRAMED	UNIDADE	0,61	100	61,00
52	82091	SONDA RETAL SILICONADA DESC. No 18	EMBRAMED	UNIDADE	0,68	100	68,00
53	82092	SONDA RETAL SILICONADA DESC. No 20	EMBRAMED	UNIDADE	0,74	100	74,00
54	82093	SONDA RETAL SILICONADA DESC. No 22	MEDSONDA	UNIDADE	0,81	100	81,00
55	49113	SONDA URETRAL N. 08 - SILICONIZADA	MEDSONDA	UNIDADE	0,48	4.600	2.208,00
56	3857	SONDA URETRAL N. 10	MEDSONDA	UN	0,51	11.100	5.661,00
57	3858	SONDA URETRAL N. 12	MEDSONDA	UN	0,53	55.100	29.203,00
58	3859	SONDA URETRAL N. 14	MEDSONDA	UN	0,53	22.000	11.660,00
59	49116	SONDA URETRAL N. 14 - SILICONIZADA	MEDSONDA	UNIDADE	0,53	100	53,00
60	49117	SONDA URETRAL N. 16 - SILICONIZADA	MEDSONDA	UNIDADE	0,61	100	61,00
61	49118	SONDA URETRAL N. 18 - SILICONIZADA	MEDSONDA	UNIDADE	0,68	100	68,00
62	49119	SONDA URETRAL N. 20 - SILICONIZADA	MEDSONDA	UNIDADE	0,74	100	74,00
63	82101	SONDA URETRAL SILICONADA DESC N. 22	MEDSONDA	UNIDADE	0,81	100	81,00

				TOTAL		R$ 67.227,50	
LOTE 17 - MATERIAL DE LABORATÓRIO - REAGENTES							
Seq.	**Código**	**Decrição**	**Marca**	**Unidade**	**Qtde**	**Valor Unit.**	**Total**
1	96951	ACIDO URICO LIQUIFORM REF. 73-2, APRES. R1 2X80ML, R2 2X20ML CALIBRADOR 1X5ML	LABTEST	KIT	11	83,86	922,46
2	3409	ALBUMINA BOVINA 22 10ML	PROTHEMO	FRA	6	22,00	132,00
3	96952	ALBUMINA REF. 19, APRES. R1 1X250ML	LABTEST	KIT	4	31,48	125,92
4	96941	ALT/ GPT LIQUIFORM REF. 108-2/100 APRESENTAÇÃO R1 2X80ML/R2 2X20ML/ R3 1X2,2ML	LABTEST	KIT	10	105,07	1.050,70
5	96942	AMILASE CMPG LIQUIFORM, REF 25, APRESENTAÇÃO R1 2X30ML	LABTEST	KIT	10	220,17	2.201,70
6	96985	ANTI IgG MONOESPECIFICO (COOMBS)	PROTHERMO	UNIDADE	15	28,84	432,60
7	96982	ANTI-A MONOCLONAL	PROTHERMO	UNIDADE	15	22,00	330,00
8	96983	ANTI-B MONOCLONAL	PROTHERMO	UNIDADE	15	21,87	328,05
9	41816	ANTICOAGULANTE EDTA 250ML	LABTEST	UNIDADE	20	81,48	1.629,60
10	62040	ANTICORPO CONTRA VIRUS DA HEPATITE C (ANTI HCV) K 128	GOLD ANALISA	KIT	50	9,40	470,00
11	96984	ANTI-D-IgG+IgM MONOCLONAL	PROTHERMO	UNIDADE	15	43,87	658,05
12	84576	ANTI-HIV 1+2 ELISA TERCEIRA GERACAO KIT C/ 480 TESTES	BIOEASY	KIT	70	1360,00	95.200,00
13	96974	ASLO REF. 21000-L 2,5ML	WAMA	KIT	5	68,83	344,15
14	96947	AST/GOT LIQUIFORM, REF. 109-2/100, APRESENTAÇÃO R1 2X80ML/R2 2X20ML/R3 1X2,2ML	LABTEST	KIT	10	105,07	1.050,70
15	96954	BILI-D LIQUIFORM, REF. 93, APRES. R1 1X80ML/R2 2X12ML.	LABTEST	KIT	10	88,26	882,60
16	96953	BILI-T LIQUIFORM, REF. 94, APRES. R1 1X80ML/R2 2X2ML	LABTEST	KIT	10	88,25	882,50
17	96958	BIOCLIN PLUS 50ML (SOLUÇÃO DE LIMPEZA CUBETAS)	BIOPLUS	UNIDADE	10	57,98	579,80
18	96966	CALCIO ARSENAZO LIQUIFORM, REF. 95, APRES. R1 2X50ML PADRAO INCLUIDO	LABTEST	KIT	4	74,79	299,16
19	96943	CK-MB LIQUIFORM, REFERENCIA 118, APRES. R1 2X24ML, R2 2X6ML/ CALIBRADOR INCLUIDO	LABTEST	KIT	20	399,58	7.991,60
20	96948	CK-NAC LIQUIFORM, REF. 117, APRESENTAÇAO R1 2X24ML, R2	LABTEST	KIT	20	156,34	3.126,80
		2X2ML/CALIBRADOR INCLUIDO					
21	96968	CLORETOS LIQUIFORM, REF. 115, APRES. R1 1X50ML PADRAO INCLUIDO	LABTEST	KIT	2	43,26	86,51
22	96956	COLESTEROL HDL, REF. 13, R1 1X50ML, PADRÃO INCLUIDO	LABTEST	KIT	20	23,72	474,40
23	96959	COLESTEROL LIQUIFORM, REF. 76-2/250, APRES. R1 2X250ML PADRÃO INCLUIDO.	LABTEST	KIT	20	172,13	3.442,60
24	96960	CREATININA REF. 35-100, APRES. R1 1 X50ML, R2 1X200ML, R3 1X10ML PADRÃO INCLUIDO	LABTEST	KIT	20	40,93	818,60
25	41812	DENGUE IgG/IgM TESTE RAPIDO C/ 25 UND.	LABTEST	KIT	50	219,94	10.997,00
26	96969	FE LIQUIFORM, REF. 91, APRES. R1 2X40ML /R22X10ML/CALIBRADOR INCLUIDO	LABTEST	KIT	2	90,76	181,52
27	96945	FOSFATASE ALCALINA LIQUIFORM, REF. 79, APRESENTAÇÃO R1 4X24ML/ R2 4X6ML	LABTEST	KIT	6	80,22	481,32
28	96970	FOSFORO UV LIQUIFORM REF. 12 APRESENTAÇÃO R1 2X100ML/PADRAO INCLUIDO	LABTEST	KIT	2	108,17	216,34
29	96944	FOSTASE ACIDA, REF. 39, APRESENTAÇÃO 20 DETERMINACOES, PADRÃO INCLUIDO	LABTEST	KIT	2	32,55	65,10
30	96949	GAMA GT LIQUIFORM, REF. 105-2/50, APRENSETAÇÃO R1 2X40ML, R2 2X10ML PADRÃO INCLUIDO.	LABTEST	KIT	6	87,12	522,72
31	96962	GLICOSE LIQUIFOR, REF. 133-2/500, APRES. R1 2X500, PADRÃO INCLUIDO	LABTEST	KIT	30	82,58	2.477,40
32	62349	HBSAg ELISA REF. K120 (DETECCAO QUALITATIVA HBSAG	WAMA	KIT	60	379,85	22.791,00
33	96977	HBSAG IMUNOCROMATOGRAFICO REF. 617020-R	WAMA	KIT	12	172,76	2.073,12
34	96978	HCB IMUNOCROMATOGRAFICO REF. 621020-R	MEIZLER	KIT	6	37,45	224,70
35	96979	HCG TESTE IMUNOCROMATOGRAFICO APRES. TIRA TESTE 1X100 CÓD. 9006	LABTEST	KIT	8	35,59	284,72
36	62039	HIV ELISA (KIT C/96 TESTES)	WIENER	KIT	70	221,83	15.528,10
37	96975	IMUNO-LATEX FR REF. 2800L 2,5ML	WAMA	KIT	20	67,85	1.357,00
38	96946	LDH LIQUIFORM, REF. 86-1/100, APRESENTAÇÃO R1 1X80ML/R2 1X20ML	LABTEST	KIT	6	74,04	444,24
39	96950	LIPASE LIQUIFORM, REFERENCIA 107, APRESENTAÇÃO R1 3X6ML 3X10ML, R2	LABTEST	KIT	15	490,04	7.350,60
40	96971	MAGNESIO REF. 50, APRES. R1 1X100ML/R2 1X100ML PADRAO INCLUIDO	LABTEST	KIT	4	40,41	161,64
41	96981	NIONLAB DETERGENTE NAO IONICO PARA LAVAGEM DE MATERIAL	BIOPLUS	UNIDADE	60	67,96	4.077,60
42	96955	PADRÃO BILIRRUBINA, REF. 32, APRES. 1X3ML	LABTEST	KIT	4	18,85	75,40
43	96972	PCR IMUNO LATEX REF. 2900-L 2,5ML LATEX	LABTEST	KIT	30	97,18	2.915,40
44	96963	PROTEINAS TOTAIS, REF. 99, APRES. R1 1X250ML/ PADRÃO INCLUIDO	LABTEST	KIT	6	23,03	138,18
45	84621	RUBEOLA IGG EIA WELL REF. K2RG C/ 96 TESTES	RADIM	KIT	30	489,03	14.670,90
46	89089	RUBEOLA IGM EIA WELL (CATTURA) REF. K2RM KIT C/ 96 TESTES	RADIM	KIT	30	489,83	14.694,90
47	89086	TOXOPLASMOSE IGG EIA WELL REF. K1 TG KIT C/ 96 TESTES	RADIM	KIT	30	489,03	14.670,90
48	84620	TOXOPLASMOSE IGM EIA WELL REF. K1TM KIT C/96 TESTES	RADIM	KIT	30	489,03	14.670,90
49	96964	TRIGLICERIDES LIQUIFORM, REF. 87-2/100, APRES. R1 2X100ML/PADRÃO INCLUIDO	LABTEST	KIT	25	17,90	447,50
50	96980	TROPONINA-I IMUNOCROMATOGRAFICO COD. CTI 420 C20	ABON	KIT	5	131,84	659,20
51	96965	UREIA UV LIQUIFORM, REF 104-2/250ML, APRES. R1 2X200ML/R2 2X50 PADRAO INCLUIDO	LABTEST	KIT	20	125,86	2.517,20
52	96973	VDRL REF. 55250-F 5ML	LABTEST	KIT	30	29,83	894,90
				TOTAL		R$ 259.050,00	
LOTE 19 - MATERIAL LABORATORIO - DIVERSOS							
Seq.	**Código**	**Decrição**	**Marca**	**Unidade**	**Qtde**	**Valor Unit.**	**Total**
1	83818	AGUA DESTILADA (GARRAFAO COM 5 L)	CINORD	UNIDADE	210	8,50	1.785,00
2	62687	ALMOTOLIA - POLIETILENO; 250ML; BICO RETO; TAMPA ROSCA; GRADUADA.	J.PROLAB	UNIDADE	10	1,64	16,40
3	4338	ALMOTOLIA PLASTICO 500ML	J.PROLAB	UN	10	2,08	20,80
4	49189	ANTICOAGULANTE FLUORETO 250 ML	NEW PROV	UNIDADE	20	40,00	800,00
5	38628	ANTICOAGULANTE UNIVERSAL EDTA 500ML	NEW PROV	UNIDADE	3	60,00	180,00
6	3914	AZUL DE METILENO 500ML	NEW PROV	FRA	10	22,00	220,00
7	62037	CAIXA PORTA LAMINAS COM TAMPA EM PLASTICO PARA 100 LAMINAS	J.PROLAB	UNIDADE	10	10,80	108,00
8	83766	CALIBRADOR CELL-DYN 18 PLUS CONTROLE - COMPOSTO POR TRES NÍVEIS; BAIXO-NORMAL-ALTO COM 2X2,5 ML CADA	ABBOT	UNIDADE	6	450,00	2.700,00
9	62405	CD - EMERALD CLEANER 960ML M/ABBOTT	ABBOT	UNIDADE	60	8,00	480,00
10	62406	CD - EMERALD DILUENT 10ML M/ABBOTT	ABBOT	UNIDADE	38	8,00	304,00
11	83765	CD- EMERALD CN-FREE LYSE 960 ML M/ABBOTT	ABBOT	UNIDADE	16	8,00	128,00

12	3661	COLETOR DE MATERIAL PERF. 13 LTS	SAFEPACK	UN	100	2,89	289,00
13	3416	COLETOR DE URINA INF/FEM PCT C/ 10 UND.	MEDSONDA	PCT	30	3,24	97,20
14	3417	COLETOR DE URINA INF/MASC PCT C/ 10 UND.	MEDSONDA	PCT	30	3,24	97,20
15	61328	COLETOR TP VERMELHA ESTERIL 80ML.	J.PROLAB	UNIDADE	2.000	0,22	440,00
16	4389	COLETOR UNIVERSAL 80ML BRANCO	J.PROLAB	UNIDADE	4.000	0,27	1.080,00
17	62639	CONJUNTO CORANTE PANOTICO P/ HEMATOLOGIA - COMP. 3 FRASCOS DE 500ML CADA. COD. 1319	NEW PROV	KIT	40	30,60	1.224,00
18	41919	DESCARTEX 13L	SAFEPACK	UNIDADE	40	2,89	115,60
19	3648	ESCOVA P/ TUBOS G	J.PROLAB	UN	10	3,35	33,50
20	3649	ESCOVA P/ TUBOS M	J.PROLAB	UN	10	3,35	33,50
21	3650	ESCOVA P/ TUBOS P	J.PROLAB	UN	10	3,35	33,50
22	60901	ESPETO BAMBU P/ CHURRASCO C/ 50 UND.	MP	UNIDADE	10	2,60	26,00
23	4391	FUCSINA FENICADA ZIEHL NELSEEN 1000ML.	NEW PROV	UNIDADE	5	40,00	200,00
24	37111	GARROTE 1 METRO 202	LEMGRUBER	UNIDADE	15	2,60	39,00
25	38414	GARROTE 5MM	LEMGRUBER	METRO	3	1,90	5,70
26	37106	GARROTE LATEX - FREE 1" X 18"	LEMGRUBER	UNIDADE	25	4,00	100,00
27	4392	GIEMSA 1000ML.	NEW PROV	UNIDADE	3	39,00	117,00
28	96787	HASTES FLEXIVEIS C/ PONTA DE ALGODÃO	THEOTO	UNIDADE	1.000	0,02	20,00
29	49325	HIPOCLORITO DE SODIO - 1000 ML	AUDAX	UNIDADE	250	2,90	725,00
30	82223	LAMINA MICR. FOSC. 25,4 X 76,2 PONTA FOSCA - UNID	LABOR IMPORT	UNIDADE	11.000	0,07	770,00
31	3401	LAMINA P/MICROSCOPIA FOSCA C/50 LAPIDADA	LABOR IMPORT	CX	20.000	3,50	70.000,00
32	89040	LAMINULA DE VIDRO 24X24 MM P/ MICROSCOPIA C/ 100 UN ESPESSURA: 0,13 A 0,16 MM	LABOR IMPORT	CAIXA	3.000	2,80	8.400,00
33	97003	LAMPADA HALOGENA 30W/6V P/ MICROSCOPIA	OSRAN	UNIDADE	30	20,00	600,00
34	83781	LAPIS DERMOGRAFICO AZUL	INTERLAB	UNIDADE	10	7,00	70,00
35	89041	PLACA DE KLINE VIDRO COM 12 ESCAVACOES - VIDRO ESPECIAL EXAMES VDRL	LABOR IMPORT	UNIDADE	2	40,00	80,00
36	61329	PONTEIRA AMARELA 0 A 200 UL TIPO GILSON	CRAL	UNIDADE	20.000	0,01	200,00
37	4369	PONTEIRA AZUL 200-1000MICROLITROS TIPO GILSON	CRAL	UNIDADE	10.000	0,02	200,00
38	97055	PONTEIRA COM FILTRO - CAPACIDADE DE 1 A 200 up - COR AMARELA - PONTA FINA - CX C/100	CRAL	UNIDADE	12	12,00	144,00
39	97056	PONTEIRA COM FILTRO - CAPACIDADE DE 100 A 1000 ul - COR AZUL COM 100 UNIDADES	CRAL	UNIDADE	10	2,00	20,00
40	83827	PONTEIRA SEM FILTRO - CAPACIDADE DE 0,5 A 10 MICROLITROS - MICROVOLUME (EXTRA LONGA) - COR NATURAL - PACOTE COM 1000 PONTEIRAS	CRAL	PACOTE	1	25,00	25,00
41	83830	PONTEIRA SEM FILTRO - CAPACIDADE DE 1 A 200 (MICROLITROS) - COR AMARELA - PONTA FINA - PACOTE COM 1000 PONTEIRAS	CRAL	PACOTE	5	26,80	134,00
42	96690	PONTEIRA SEM FILTRO - CAPACIDADE DE 100 A 1000 UL - COR AZUL - PCT C/ 1000 PONTEIRAS	CRAL	PACOTE	5	17,18	85,90
43	62295	PROVETA DE VIDRO 250ML	CRAL	UNIDADE	2	30,00	60,00
44	97062	RACKS DE PONTEIRA COM FILTRO/BARREIRA DE POLIPROPILENO - CAPACIDADE DE 1 A 100 up CX C/96	CRAL	CAIXA	15	23,80	357,00
45	97063	RACKS DE PONTEIRA COM FILTRO/BARREIRA DE POLIPROPILENO - CAPACIDADE DE 100up A 1000up CX C/96	CRAL	CAIXA	25	23,80	595,00
46	4263	REMOVEX 500ML. (SOL ETER ETILICO)	RIOQUIMICA	VD	5	11,70	58,50
47	96486	SABONETE LIQUIDO 1 L	RIOQUIMICA	UNIDADE	20	7,15	143,00
48	49162	SABONETE LIQUIDO DEGERMANTE	RIOQUIMICA	LITRO	20	9,80	196,00
49	90150	SACO DE LIXO LEITOSO PARA MATERIAL CONTAMINADO DE 30 L	TEKPLAST	UNIDADE	50	0,17	8,50
50	89059	SACO DE LIXO LEITOSO PARA MATERIAL CONTAMINADO DE 50 L	TEKPLAST	UNIDADE	100	0,22	22,00
51	83822	SACO DE LIXO LEITOSO PARA MATERIAL CONTAMINADO DE 100 L	TEKPLAST	UNIDADE	150	0,32	48,00
52	82164	SACOLA P/ RESIDUO INFECTANTE 50 LTS - LIXO HOSPITALAR	TEKPLAST	UNIDADE	8.800	0,22	1.936,00
53	41902	TAMPA P/ TUBO DE CRISTAL 12 X 75 (5ML)	CRAL	UNIDADE	15.000	0,03	450,00
54	83745	TIRAS REATIVAS DE URINA 10 PARAMETROS - KIT C/ 100 TIRAS	LABOR IMPORT	KIT	3.000	18,70	56.100,00
55	49177	TUBO VACUO C/ TAMPA AZUL COM CITRATO (5 ML)	CRAL	UNIDADE	5.000	0,34	1.700,00
56	49176	TUBO VACUO C/ TAMPA CINZA (5ML) FLUORETO (PCT C/ 100)	CRAL	PACOTE	200	35,00	7.000,00
57	49174	TUBO VACUO C/ TAMPA ROXA (5ML) COM EDTA (PCT C/ 100)	CRAL	PACOTE	500	36,00	18.000,00
58	41904	TUBO CAPILAR S/ HEPARINA C/ 500	LABOR IMPORT	UNIDADE	1.000	11,70	11.700,00
59	62366	TUBO CONICO P/ URINA 10 ML	LABOR IMPORT	UNIDADE	100	0,50	50,00
60	97079	TUBO DE ENSAIO - COM GEL SEPARADOR DE 8,5ML A VACUO.	CRAL	UNIDADE	8.000	0,77	6.160,00
61	97057	TUBO DE ENSAIO A VACUO - COM EDTA K2, TAMPA ROXA, CAPACIDADE PARA 04 ML, TUBO DESC. CX C/ 100UND	CRAL	CAIXA	30	42,00	1.260,00
62	83813	TUBO DE ENSAIO DE VIDRO COM TAMPA (12.50 x 0,80 x 75 mm)	CRAL	UNIDADE	300	0,14	42,00
63	83812	TUBO DE ENSAIO DE VIDRO COM TAMPA (18.50 x 0,90 x 150 mm)	CRAL	UNIDADE	300	0,19	57,00
64	97054	TUBO DE ENSAIO EM PLASTICO OU ACRILICO COM TAMPA 12X75	CRAL	PACOTE	5	0,14	0,70
65	97077	TUBO DE ENSAIO P/ COLETA A VACUO 8,5ML COM GEL SEPARADOR	CRAL	UNIDADE	6.000	0,77	4.620,00
66	97082	TUBO ESTERIL COM ATIVADOR DE COAGULO 10 ML	CRAL	UNIDADE	1.000	0,40	400,00
67	4363	TUBO PLASTICO 12X75 SEM TAMPA	LABOR IMPORT	UN	20.000	0,12	2.400,00
					TOTAL R$		**205.511,00**

RINALDI E COGO LTDA - CNPJ: 07.269.677/0001-79

LOTE - 02 - MEDICAMENTOS INJETAVEIS EM FRASCO-AMPOLA E OUTROS

Seq.	Código	Decrição	Marca	Unidade	Qtde	Valor Unit.	Total
1	48896	AMOXICILINA + CLAV. POTAS. 1 GR INJ	EUROFARMA	UNIDADE	2.000	6,00	12.000,00
2	48898	AMPICILINA SODICA 1GR INJ- S/DILUENTE	ARISTON	UNIDADE	4.000	1,30	5.200,00
3	3530	CEFALOTINA 1GR INJ S/DILUENTE AMP	NOVAFARMA	AMP	30.000	2,50	75.000,00
4	48921	CEFEPIMA CLOR (CEFEPEN) 1 GR INJ	NOVAFARMA	UNIDADE	3.000	4,50	13.500,00
5	81962	CEFOTAXIMA 1 GR INJ (CLAFORAN) (EXCETO HYPOFARMA E	AUROBINDO	UNIDADE	300	3,00	900,00
		NOVAFARMA)					
6	81961	CEFTRIAXONA 1GR EV INJ S/DILUENTE AMP	ARISTON	UNIDADE	30.000	2,00	60.000,00
7	48926	CIPROFLOXACINO 400 MG INJ	ISOFARMA	UNIDADE	4.000	12,00	48.000,00
8	38305	HEPARINA 5000 UI 5 ML INJ	BLAUSIGEL	UNIDADE	1.500	14,00	21.000,00
9	48963	HIDROCORTISONA 100MG INJ S/ DILUENTE	ARISTON	UNIDADE	1.000	3,50	3.500,00
10	484	HIDROCORTISONA 500MG INJ	ARISTON	AMP	6.000	7,50	45.000,00
11	48972	IMIPENEM 500 MG E V - INJ	NOVAFARMA	UNIDADE	1.000	31,00	31.000,00
12	48975	LIDOCAINA 2% S/VASO 20 ML	HIPOLABOR	UNIDADE	3.000	2,80	8.400,00
13	3616	METRONIDAZOL 0,5% 100ML INJ. AMPOLA	FRESENIUS	FRA	5.000	3,80	19.000,00
14	48990	NEOCAINA 0,5 % C/V C/EPINEFRINA (CLOR BUPIVACAINA) (EXCETO	CRISTALIA	UNIDADE	300	35,97	10.791,00
		HYPOFARMA E NOVAFARMA)					
15	48991	NEOCAINA 0,5 % S/ VASO CONSTRITOR (CLOR BUPIVACAINA) (EXCETO	CRISTALIA	UNIDADE	300	36,00	10.800,00
		HYPOFARMA E NOVAFARMA)					

16	34062	NEOCAINA 0,75% S/VASO (EXCETO HYPOFARMA E NOVAFARMA)	CRISTALIA	UNIDADE	100	40,00	4.000,00
17	96648	NITROPRUSSETO DE SODIO 25 MG/ML 2 ML INJ	CRISTALIA	UNIDADE	400	40,00	16.000,00
18	493	OMEPRAZOL 40MG INJ	ARISTON	FRA	10.000	5,00	50.000,00
19	49000	OXACILINA SODICA S/ DILUENTE 500MG INJ	NOVAFARMA	UNIDADE	20.000	1,54	30.800,00
20	34073	PENICILINA 1.200.00UI INJ	NOVAFARMA	UNIDADE	5.000	1,14	5.700,00
21	13027	PENICILINA 400.00 UI INJ.	NOVAFARMA	UNIDADE	500	1,18	590,00
22	4220	PENICILINA 5.000,00 UI INJ	NOVAFARMA	AMP	1.000	2,60	2.600,00
23	49003	PENICILINA 600.000 UI - INJ	NOVAFARMA	UNIDADE	500	1,27	635,00
24	81968	ROCURONIO BROMETO 10 MG / ML 5 ML INJ	CRISTALIA	UNIDADE	60	45,00	2.700,00
25	34836	STREPTOCNASE 1.500.000 UI/5 ML INJ	CSL	UNIDADE	30	600,00	18.000,00
26	34093	SUCCINATO SODICO DE METILPREDNISOLONA 500MG INJ	NOVAFARMA	UNIDADE	1.000	10,58	10.580,00
27	87717	SUXAMETONIO INJ. 100MG INJ.	ARISTON	UNIDADE	200	14,00	2.800,00
28	34095	TENOXICAN 20MG INJ	EUROFARMA	UNIDADE	10.000	6,50	65.000,00
29	3590	VANCOMICINA 500MG INJ FR	NOVAFARMA	FRA	3.000	5,50	16.500,00
				TOTAL R$		**589.996,00**	

LOTE 04 - MEDICAMENTOS COMPRIMIDOS E CAPSULAS

Seq.	Código	Decrição	Marca	Unidade	Qtde	Valor Unit.	Total
1	14022	AAS 100MG INFANTIL CPR	IMEC	UN	5.000	0,03	150,00
2	465	ACICLOVIR 200MG CPR	PRATI	CP	18.550	0,20	3.710,00
3	3714	ACIDO ACETILSALICILICO 100MG COMP UNID	IMEC	CP	770.000	0,03	23.100,00
4	48891	ALBENDAZOL 400MG - CPR.	PRATI	UNIDADE	165.700	0,45	74.565,00
5	87742	ALBENDAZOL 400MG - CPR. SUSPENSAO	PRATI	UNIDADE	100	0,45	45,00
6	92599	ALOPURINOL 100 MG CPR	PRATI	UNIDADE	33.000	0,07	2.310,00
7	92593	ALOPURINOL 300 MG CPR	PRATI	UNIDADE	33.000	0,24	7.920,00
8	82129	AMIODARONA CLORID 200MG COMPR UNID	GEOLAB	UNIDADE	132.000	0,40	52.800,00
9	3754	AMIODARONA 200MG COMPR UNID	GEOLAB	CP	1.000	0,22	220,00
10	96652	AMOXACILINA + CLAVUNATO DE POTASSIO 850 MG CPR	E.M.S.	UNIDADE	1.000	4,00	4.000,00
11	84229	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTASSIO 500 MG + 12,5 MG/ML	SANDOZ	UNIDADE	5.500	5,00	27.500,00
12	82182	AMOXICILINA 500MG - CPR. - UNID	PRATI	UNIDADE	220.300	0,16	35.248,00
13	38370	ANLODIPINO 10 MG COMP UNID	GEOLAB	UNIDADE	3.000	0,11	330,00
14	82130	ANLODIPINO, BENSILATO 10 MG COMP UNID	GEOLAB	UNIDADE	132.000	0,10	13.200,00
15	96653	ATENOLOL 25 MG CPR	PRATI	UNIDADE	3.000	0,05	150,00
16	34853	ATENOLOL 50MG	PRATI	UNIDADE	330.000	0,06	19.800,00
17	96659	ATENSINA 0,150 MG CPR	BOEHRINGER	UNIDADE	1.000	0,43	430,00
18	96634	ATORVASTATINA 20 MG CPR	E.M.S.	UNIDADE	110.000	1,00	110.000,00
19	96635	ATORVASTATINA 40 MG CPR	E.M.S.	UNIDADE	110.000	1,70	187.000,00
20	82179	AZITROMICINA 1GR COMP. UNID.	PRATI	UNIDADE	100	3,00	300,00
21	38372	AZITROMICINA 500 MG COMP. UNID.	PRATI	UNIDADE	55.100	0,70	38.570,00
22	48906	BROMOPRIDA 10 MG CPR	PRATI	UNIDADE	500	0,17	85,00
23	3469	CAPTOPRIL COMPR 25MG UNID	PRATI	UNIDADE	2.220.000	0,04	88.800,00
24	88040	CARVEDILOL 12,5MG CPR UN	TORRENTE	UNIDADE	36.000	0,70	25.200,00
25	82131	CARVEDILOL 6,25MG COMP - UNID	TORRENTE	UNIDADE	22.000	0,35	7.700,00
26	93350	CARVEDILOL CPR. 25MG	TORRENTE	CAIXA	3.000	1,00	3.000,00
27	3551	CEFALEXINA 500MG CAPSULA	TEUTO	UNIDADE	225.300	0,30	67.590,00
28	81979	CETOCONAZOL 100MG CPR.	PRATI	UNIDADE	300	0,17	51,00
29	48924	CETOCONAZOL 200MG CPR.	PRATI	UNIDADE	1.000	0,20	200,00
30	48925	CILOSTAZOL (VASOGARD) 100 MG CPR.	EUROFARMA	UNIDADE	200	1,00	200,00
31	81980	CIMETIDINA 200MG CPR.	PRATI	UNIDADE	1.000	0,10	100,00
32	3761	CINARIZINA 75MG COMP UNID	GEOLAB	CP	1.000	0,12	120,00
33	82180	CIPROFLOXACINA 500MG CPR UNID	PRATI	UNIDADE	79.500	0,25	19.875,00
34	81981	CLINDAMICINA 150 MG CPR.	TEUTO	UNIDADE	160	0,76	121,60
35	37002	CLINDAMICINA 300MG.	TEUTO	UNIDADE	200	1,00	200,00
36	93351	CLOPIDOGREL CPR 75MG	SANDOZ	UNIDADE	4.200	1,20	5.040,00
37	81982	DICLOFENACO DE SODIO 500 MG CPR	VITAMED	UNIDADE	5.000	0,03	150,00
38	3715	DIGOXINA 0,25MG COMP UNID	VITAPAN	CP	55.500	0,06	3.330,00
39	81994	DIOSMINA 450 MG + HESPERIDINA 50 MG CPR (VENO)	CIFARMA	UNIDADE	1.000	1,10	1.100,00
40	3693	DIPIRONA 500 MG. COMP UNID	BALM LABOR	UNIDADE	665.000	0,12	79.800,00
41	3716	ENALAPRIL 20MG COMP UNID	MEDQUIMICA	CP	1.650.000	0,13	214.500,00
42	93354	ENALAPRIL CPR 10MG	MEDQUIMICA	UNIDADE	3.000	0,07	210,00
43	14027	ESPIROLACTONA 100MG CPR. (G)	HIPOLABOR	UN	2.000	0,30	600,00
44	48814	ESPIROLACTONA 25MG(COMP-UNID	GERMED	UNIDADE	55.000	0,30	16.500,00
45	34057	ESPIRONOLACTONA 100MG CPR	HIPOLABOR	UNIDADE	55.000	0,30	16.500,00
46	13508	FLUCONAZOL 150MG C/ 100CPR	PRATI	CX	10	0,37	3,70
47	3532	FLUCONAZOL 150MG CAPS	PRATI	UN	33.500	0,37	12.395,00
48	3925	FUROSEMIDA 40MG COMPR.	HIPOLABOR	CP	276.000	0,06	16.560,00
49	3717	GLIBENCLAMIDA 5MG COMP UNID	GEOLAB	CP	880.500	0,05	44.025,00
50	81984	HIDRALAZINA CLOR 50 MG DRAGEAS (APRESOLINA)	NOVARTIS	UNIDADE	1.000	0,50	500,00
51	3718	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG COMP UNID	PHARLAB	CP	500	0,07	35,00
52	81985	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG CPR	PHARLAB	UNIDADE	2.200.000	0,06	132.000,00
53	81986	ISOSSORBIDA DINITRATO 5MG CPR SUBLINUAL	E.M.S.	UNIDADE	500	0,15	75,00
54	81987	ISOSSORBIDA MONONITRATO 20MG CPR	BIOSSINTETICA	UNIDADE	2.000	0,16	320,00
55	48973	ISOXSUPRINA 10 MG - CPR	APSEN	UNIDADE	1.200	5,00	6.000,00
56	48977	LOPERAMIDA 2 MG - CPR	PHARMACIENSE	UNIDADE	300	0,22	66,00
57	82134	METFORMINA ,CLORID 850MG - COMP	PRATI	UNIDADE	275.000	0,12	33.000,00
58	48982	METFORMINA 850MG - COMP	PRATI	UNIDADE	3.000	0,12	360,00
59	3924	METILDOPA 250MG COMP UNID	TKS	CP	223.000	0,18	40.140,00
60	48978	METILERGOMETRINA 0,125 MG - CPR	NOVARTIS	UNIDADE	2.400	1,17	2.808,00
61	48983	METOCLOPRAMIDA 10MG - CPR.	HIPOLABOR	UNIDADE	1.000	0,05	50,00
62	13328	METRONIDAZOL 250MG	PRATI	UNIDADE	5.000	0,10	500,00
63	3701	METRONIDAZOL 250MG COMP UNID	PRATI	CP	332.000	0,10	33.200,00
64	3721	NIFEDIPINA 20MG COMP UNID	GEOLAB	CP	2.000	0,10	200,00
65	38303	NIFEDIPINO 10MG CPR.	GEOLAB	UNIDADE	1.102.000	0,18	198.360,00
66	491	NIMESULIDA 100MG CPR - UNID	VITAPAN	CP	1.200	0,08	96,00
67	34065	NIMODIPINA 30MG CPR	VITAPAN	UNIDADE	6.000	0,33	1.980,00
68	13012	OMEPRAZOL 20MG CAPSULA	PRATI	UNIDADE	1.104.000	0,08	88.320,00
69	63177	OMEPRAZOL 40MG CX	PRATI	CAIXA	400	1,00	400,00
70	48803	PARACETAMOL 500MG - UNID- COMP	PRATI	UNIDADE	550.000	0,10	55.000,00
71	38318	PARACETAMOL 750 MG CPR.	PRATI	UNIDADE	1.000	0,16	160,00
72	49001	PENTOXIFILINA (TRENTAL) 400 MG CPR	UCI	UNIDADE	1.000	0,87	870,00
73	49004	PERMANGANATO POTASSIO 100MG COMP	FARMAX	UNIDADE	2.000	0,11	220,00

74	81990	PREDNISOLONA 20 MG CPR	HIPOLABOR	UNIDADE	2.000	0,27	540,00
75	81989	PREDNISOLONA 5 MG CPR	PRATI	UNIDADE	400	0,12	48,00
76	34204	PREDNISONA 20MG CPR.	PRATI	UNIDADE	110.000	0,20	22.000,00
77	34205	PREDNISONA 5MG CPR.	PRATI	UNIDADE	77.000	0,10	7.700,00
78	81991	PROGESTERONA 200 MG CAPS	FQM	UNIDADE	1.000	4,09	4.090,00
79	81992	PROMETAZINA 20 MG CPR.	PRATI	UNIDADE	500	0,07	35,00
80	13013	PROMETAZINA 25MG CPR.	PRATI	CP	110.000	0,07	7.700,00
81	3722	PROPANOLOL 40MG COMP UNID	HIPOLABOR	UNIDADE	1.000	0,05	50,00
82	3706	RANITIDINA 150MG COMP UNID	PHARLAB	CP	1.000	0,09	90,00
83	82136	RANITIDINA CLORID 150MG COMP UNID	PHARLAB		550.000	0,09	49.500,00
84	48825	SINVASTATINA 20 MG -COMP-	SANVAL	UNIDADE	333.000	0,15	49.950,00
85	82137	SINVASTATINA 40 MG -COMP-	SANVAL	UNIDADE	220.000	0,25	55.000,00
86	40160	SULFAMETAZOL + TRIMETROPINA 400 MG+ 80 MG- COMP	PRATI	UNIDADE	200	0,15	30,00
87	48810	SULFAMETAZOL + TRIMETROPINA 400 MG+ 80 MG- SUSP	PRATI	UNIDADE	30	0,09	2,70
88	13324	SULFAMETOXAZOL + TRIMETROPINA 400 MG CPR.	PRATI	UNIDADE	2.000	0,15	300,00
89	82138	SULFAMETOXAZOL + TRIMETROPINA 400MG + 80 MG - CPR.	PRATI	UNIDADE	220.000	0,15	33.000,00
				TOTAL R$		**2.050.000,00**	

LOTE 05 - MEDICAMENTOS GOTAS, LIQUIDOS, POMADAS E SUSPENSA

Seq.	Código	Decrição	Marca	Unidade	Qtde	Valor Unit.	Total
1	48883	ACEBROFILINA 25MG/5 ML 120 PEDIATRICO	PRATI	UNIDADE	250	3,80	950,00
2	81995	ACIDOS GRAXOS ESSENCIAIS (V.T.E.) VIT. E LICITINA DE SOJA 200 ML (DERSANI)	SANIPLAN	UNIDADE	100	7,00	700,00
3	96639	ALBENDAZOL 40 MG/ML	PRATI	UNIDADE	55.000,00	1,50	82.500,00
4	81997	AMBROXOL 15MG 5 ML 120 ML	HIPOLABOR	UNIDADE	500	1,60	800,00
5	48831	AMBROXOL 30MG/5ML	HIPOLABOR	UNIDADE	11.000,00	1,60	17.600,00
6	97074	AMOXICILINA + CLAVULANATO 250mg/ml SUSP.	SANDOZ	UNIDADE	12	17,61	211,32
7	38273	AMOXILINA 250 MG SUSP.	PRATI	UNIDADE	30	2,00	60,00
8	37936	AMOXILINA 50MG-ML PO P/ SUSP. 60ML.	PRATI	UNIDADE	11.000,00	1,90	20.900,00
9	87732	AMPICILINA SUSP 250 MG 60ML	PRATI	UNIDADE	30	2,70	81,00
10	48905	BROMOPRIDA 4 MG/ML- GTS- 20 ML	MARIOL	UNIDADE	50	1,50	75,00
11	81999	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA SODICA COMPOSTO 20 ML GOTAS	HIPOLABOR	UNIDADE	10	2,40	24,00
12	87735	CEFALEXINA 250MG SUSP 60 ML	TEUTO	UNIDADE	100	3,00	300,00
13	38374	CEFALEXINA 50MG/ML SUSP	TEUTO	UNIDADE	5.500,00	3,00	16.500,00
14	4101	DEXAMETAZONA CREME 10GR 0,1% TUBO	MULTILAB	UNIDADE	16.800,00	0,80	13.440,00
15	82146	DEXCLORFENIRAMINA MAL - 0,4MG/ML - 100 ML XAROPE	NATULAB	UNIDADE	22.000,00	0,90	19.800,00
16	48937	DEXCLORFENIRAMINA 2 MG/ 5 ML LIQUIDO 100 ML	HIPOLABOR	UNIDADE	500	1,00	500,00
17	49422	DIMETICONA GTS 10 ML - 75 MG/ML	HIPOLABOR	UNIDADE	500	0,88	440,00
18	82147	DIPIRONA SODICA 500 MG/10 ML - SOLUCAO ORAL	NATULAB	UNIDADE	55.000,00	0,65	35.750,00
19	3580	DIPIRONA 10ML GTS	NATULAB	UNIDADE	4.000,00	0,65	2.600,00
20	3578	EPITEZAM PDA OFTALMICA	ALLERGAN	UN	30	14,00	420,00
21	48948	ESCINA 10MG/G + SALICILATO DIETILAMONIO MG/GEL	NYCOMED	UNIDADE	30	20,00	600,00
22	4083	FENOTEROL GTS 5MG/ML 20ML	HIPOLABOR	UNIDADE	3.600,00	2,10	7.560,00
23	82001	HIDROXIDO ALUMINIO 35,6 MG/,L + DIDROXIDO DE MAGNESIO 37 MG/ML	NATULAB	UNIDADE	11.000,00	1,70	18.700,00
24	34208	HIDROXIDO DE ALUMINIO 40MG/ML + HIDROXIDO DE MAGNEZIO 30 MG/ML LIQUIDO 240 ML	LEGRAND	UNIDADE	1.000,00	4,00	4.000,00
25	82012	HIPOGLOS- (VITAMINA A , D , OXIDO DE ZINCO E OLEO DE FIGADO DE BACALHAU 45 GR POMADA	PROCTER	UNIDADE	30	3,62	108,60
26	82003	IBUPROFENO 100 MG -GOTAS - 20 ML (NAO PODE SER 50MG/ ML- GENERICO).	MEDQUIMICA	UNIDADE	500	3,00	1.500,00
27	37953	IBUPROFENO 600 MG	PRATI	UNIDADE	2.200.000,00	0,12	264.000,00
28	43381	IBUPROFENO GOTAS 30ML.	NATULAB	UNIDADE	110.000,00	1,08	118.800,00
29	82004	IPRATROPIO BROMETO 0,25 MG/ML GTS. 20ML. - FRASCO	HIPOLABOR	UNIDADE	900	0,80	720,00
30	3591	KOLLAGENASE PDA 30GR	CRISTALIA	UNIDADE	300	21,00	6.300,00
31	82005	LAXOL- OLEO DE RICENO A 100 % 60 ML (NAO PODE SER DE 30 ML)	DAUDT	UNIDADE	200	7,00	1.400,00
32	48976	LIDOCAINA 10% SPRAY 50 ML	CRISTALIA	UNIDADE	20	80,00	1.600,00
33	48824	LIDOCAINA 2 % GEL 30G -TB	HIPOLABOR	UNIDADE	1.600,00	2,20	3.520,00
34	87743	MEBENDAZOL 100MG SUSPENSAO	NATULAB	UNIDADE	50	0,99	49,50
35	48984	METRONIDAZOL 4 % SUSP. ORAL 100 ML- FRASCO	PRATI	UNIDADE	40	2,00	80,00
36	82152	METRONIDAZOL 40MG/100ML SUSP ORAL	PRATI	UNIDADE	6.600,00	2,00	13.200,00
37	13356	METRONIDAZOL CREME VAG. (G) 50GR	GEOLAB	UN	530	2,00	1.060,00
38	88045	METRONIDAZOL GEL CR. VAG. 10% 50GR	GEOLAB		8.800,00	2,00	17.600,00
39	3796	MONOSSULFIRAM 4G/SABONETE	ASTRAZENECA	UN	10	22,00	220,00
40	82007	MONOSSULFIRAM FRS 100 ML	ASTRAZENECA	UNIDADE	10	22,00	220,00
41	48994	NEOMICINA SULFATO 15 GR - POMADA	MULTILAB	UNIDADE	300	4,89	1.467,00
42	12748	NEOMICINA+BACITRACINA 10GR S/CX	MULTILAB	TB	100	1,00	100,00
43	34064	NIMESULIDA GOTAS 15ML	TEUTO	UNIDADE	300	1,37	411,00
44	3703	NISTATINA CREME VAGINAL 60GR	BERGAMO		430	2,20	946,00
45	82184	NISTATINA SOLUCAO	PRATI	UNIDADE	12	2,21	26,52
46	12710	NISTATINA SUSP. ORAL 50ML.	NATULAB	UN	60	2,21	132,60
47	48996	NISTATINA+OXIDO ZINCO POMADA DERMAT. 50 GR	CIFARMA	UNIDADE	50	6,00	300,00
48	88051	NITROFURASONA - 0,2 % 500 ML- LIQUIDA FRASCO	PRATI	UNIDADE	66	20,00	1.320,00
49	88052	NITROFURASONA PDA 2MG 500GR POMADA	RIOQUIMICA		360	10,00	3.600,00
50	34066	NITROFURASONA 500 GR.- POMADA	PRATI	UNIDADE	100	11,00	1.100,00
51	82154	OLEO MINERAL 100 ML- SOLUCAO	BELFAR	UNIDADE	880	1,80	1.584,00
52	3561	OLEO MINERAL 100ML	BELFAR	VD	505	1,80	909,00
53	87739	OXIMETAZOLINA CLOR. 0,5 MG/ML SOLUCAO NASAL 20 ML PEDIATRICA	SHERING	UNIDADE	30	16,00	480,00
54	48801	PARACETAMOL 200MG/ML 20 ML -GTS	NATULAB	UNIDADE	58.000,00	0,59	34.220,00
55	49013	PHOSFOENEMA 130 ML- FRASCO	CRISTALIA	UNIDADE	600	9,91	5.946,00
56	49006	PICOSSULFATO SODICO 20 ML 7,5 MG/ML - GTS	CIMED	UNIDADE	30	6,00	180,00
57	49009	PREDINISOLONA SOLUC.ORAL 3 MG 60ML	HIPOLABOR	UNIDADE	200	5,54	1.108,00
58	34863	PREDNISOLONA 1,34MG/ML SUSP.	PRATI	UNIDADE	5.500,00	5,00	27.500,00
59	88053	SULFADIAZINA PRATA 1% 500G- POMADA	PRATI	UNIDADE	600	5,48	3.288,00
60	539	SULFADIAZINA CPR	SOBRAL	CP	1.000,00	0,29	290,00
61	3538	SULFADIAZINA DE PRATA 400GR PDA POTE	PRATI	PT	300	25,00	7.500,00
62	48828	TIRAS REAGENTES PARA TESTE GLICEMIA CAPILAR SANGUINEA (ja codificada) c/50 TIRAS CADA CAIXA	ROCHE	CAIXA	300	60,94	18.282,00
63	49024	VITELINATO PRATA 10% SÇ OFTAL - 5 ML	ALLERGAN	UNIDADE	30	14,00	420,00
				TOTAL R$		**785.999,54**	

LOTE 9 - MATERIAL CIRURGICO - AGULHAS, LAMINAS, SCALPES E SERINGAS VIDRO

Seq.	Código	Decrição	Marca	Unidade	Qtde	Valor Unit.	Total
1	82059	AGULHA EPIDURAL 17 G C/ BISEL TIPO TUONYC/ PONTA CUVA E CALCANHAR SECO 1a linha)	BD	UNIDADE	25	12,00	300,00
2	82060	AGULHA EPIDURAL 18 G C/ BISEL TIPO TUONYC/ PONTA CUVA E CALCANHAR SECO 1a linha)	BD	UNIDADE	100	12,00	1.200,00
3	82057	AGULHA RAQ. SPINAL No 25 GA X 3,5 C/ PONTA TIPO QUINCKE SEM IMPERFEICOES (1a linha)	BD	UNIDADE	2000	12,00	24.000,00
4	82058	AGULHA RAQ. SPINAL No 26 GA X 3,5 C/ PONTA TIPO QUINCKE SEM IMPERFEICOES (1a linha)	BD	UNIDADE	200	12,00	2.400,00
5	82056	AGULHA RAQ. SPINAL No 22 GA X 3,5 C/ PONTA TIPO QUINCKE SEM IMPERFEICOES (1a linha)	BD	UNIDADE	200	12,00	2.400,00
6	96772	CATETER EPIDURAL PORTEX 3 LATERAL N 18 G	BD	UNIDADE	100	52,25	5.225,00
7	82064	CATETER INTRAVENOSO CENTRAL 16G AX8 IN C/AG 14GAX 2 IN (INTRACATH)	BD	UNIDADE	200	50,00	10.000,00
8	96477	CATETER INTRAVENOSO CENTRAL 22GAX8 IN C/AG 19GAX 2 IN (INTRACATH)	BD	UNIDADE	200	50,00	10.000,00
9	96773	CATETER VENOSO CENTRAL MONOLUMEN (ARROW) ADULTO	BD	UNIDADE	200	3,80	760,00
10	96774	CATETER VENOSO CENTRAL MONOLUMEN (ARROW) PEDIATRICO	BD	UNIDADE	200	3,80	760,00
11	38320	ESCALPE N 21 1 LINHA	SOLIDOR	UNIDADE	20000	0,19	3.800,00
12	82061	ESCALPE No 19 DESC	SOLIDOR	UNIDADE	20000	0,19	3.800,00
13	82063	ESCALPE No 23 DESC	SOLIDOR	UNIDADE	20000	0,19	3.800,00
14	34128	GEL FOAN GELATINA ABSORVENTE COM ESPONJA TAMANHO 100 APROX. 80X125MM	CONVATEC	UNIDADE	5	550,00	2.750,00
15	82065	LAMINA BISTURI EM ACO N. 11	SOLIDOR	UNIDADE	1000	0,30	300,00
16	82066	LAMINA BISTURI EM ACO N. 12	SOLIDOR	UNIDADE	1000	0,30	300,00
17	82067	LAMINA BISTURI EM ACO N. 15	SOLIDOR	UNIDADE	1500	0,30	450,00
18	82069	LAMINA BISTURI EM ACO N. 22	SOLIDOR	UNIDADE	400	0,30	120,00
19	4156	LAMINA BISTURI Nº 21 - UND.	SOLIDOR	UN	4000	0,30	1.200,00
20	3842	LAMINA BISTURI Nº 22 - UND	SOLIDOR	UN	4000	0,30	1.200,00
21	4157	LAMINA BISTURI Nº 23 - UND	SOLIDOR	UN	4000	0,30	1.200,00
22	4158	LAMINA BISTURI Nº 24 - UND	SOLIDOR	UN	4000	0,30	1.200,00
23	83846	LAMINA DE BISTURI Nº 22	SOLIDOR	CAIXA	2200	0,30	660,00
24	34147	SERINGA DE VIDRO 05ML-NTERCAMBIAVEL	ARTGLAS	UNIDADE	50	30,00	1.500,00
25	46401	SERINGA DE VIDRO 10 ML - INTERCAMBIAVEKL -	JINAN	UNIDADE	50	34,00	1.700,00
26	34143	SERINGA DE VIDRO 20 ML- INTERCAMBIAVEL	JINAN	UNIDADE	50	39,50	1.975,00
					TOTAL R$		**83.000,00**

RECMED COMERCIO MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI ME - CNPJ: 06.696.359/0001-21

LOTE 01 - MEDICAMENTOS INJETAVEIS EM AMPOLAS

Seq.	Código	Decrição	Marca	Unidade	Qtde	Valor Unit. R$	Total R$
1	34050	ACET.BETAMETASONA3MG/ML+FOSF.DISS.BETAMETASONA 3MG/ML	EUROFARMA	UNIDADE	500	11,34	5.670,00
2	87707	ACIDO TRANEXAMICO 5 ML INJ	EM'S	UNIDADE	800	5,40	4.320,00
3	96631	ADENOSINA 6 MG 2 ML INJ	HIPOLABOR	UNIDADE	300	10,00	3.000,00
4	3751	ADRENALINA 1ML INJ	HIPOLABOR	UN	2000	1,14	2.280,00
5	3730	AGUA DESTILADA 10ML AMP UNID	FARMACE	UNIDADE	80000	0,18	14.400,00
6	87708	AMICACINA 100 MG 2ML INJ	NOVA FARMA	UNIDADE	200	0,46	92,00
7	87709	AMICACINA 500MG 2ML INJ	NOVA FARMA	UNIDADE	200	2,10	420,00
8	467	AMINOFILINA 10ML INJ	FARMACE	AMP	6000	1,48	8.880,00
9	48895	AMIODARONA 150MG- 3 ML - INJ	HIPOLABOR	UNIDADE	2000	3,00	6.000,00
10	81947	ATRACURIO DOBESILATO 10 MG/ML 5 ML INJ	BIOCHIMICO	UNIDADE	500	6,00	3.000,00
11	81948	ATROPINA 0,25MG 1 ML INJET.	FARMACE	UNIDADE	2000	0,54	1.080,00
12	472	BICARBONATO DE SODIO 8,4% INJ 10 ML	SAMTEC	UNIDADE	500	0,82	410,00
13	48904	BROMOPRIDA 10 MG INJ 2 ML	WASSER	UNIDADE	5000	1,00	5.000,00
14	81949	CIMETIDINA 300 MG 2 ML INJ	TEUTO	UNIDADE	10000	0,84	8.400,00
15	48929	CLINDAMICINA (DALACIN) 300 MG INJ	HIPOLABOR	UNIDADE	500	1,80	900,00
16	34051	CLONIDINA 150MCG/ML 1 ML INJ. ESPINHAL	CRISTALIA	UNIDADE	150	12,44	1.866,00
17	81950	CLORETO DE POTASSIO 19,1% 10 ML INJ	SAMTEC	UNIDADE	10000	0,34	3.400,00
18	3554	CLORETO DE SODIO 20% 10ML INJ AMP	ISOFARMA	UNIDADE	10000	0,30	3.000,00
19	48931	COMPLEXO B 2 ML INJ	HYPOFARMA	UNIDADE	10000	1,26	12.600,00
20	48934	DESNALOSIDO 0,2MG 2 ML INJ	UNIÃO	UNIDADE	500	2,64	1.320,00
21	48936	DEXAMETASONA ACET.CLOR.TIAMINA,CLOR.PIRIDOXINA,CIANO COBALAMINA AMPOLA A+B INJ DANDO 3 ML	TEUTO	UNIDADE	500	10,20	5.100,00
22	14026	DEXAMETASONA 2MG X 1ML AMP	HIPOLABOR	UN	17500	0,66	11.550,00
23	96636	DICLOFENACO SODICO 75 MG 3 ML INJ	FARMACE	UNIDADE	30000	0,70	21.000,00
24	81952	DIMENIDRINATO, CLOR DE PIROXINA B 6 1 ML INJ	UNIÃO	UNIDADE	1000	2,52	2.520,00
25	48942	DIMENIDRINATO, CLOR DE PIROXINA GLICOSE, FLUTOSE E,V 10 ML INJ (DL)	NYCOMED	UNIDADE	2000	5,38	10.760,00
26	48939	DIPIRONA SODICA 1000 MG INJ 2 ML	TEUTO	UNIDADE	80000	1,08	86.400,00
27	34055	DOBUTAMINA 250 MG INJ	NOVA FARMA	UNIDADE	500	3,10	1.550,00
28	96638	DOPAMINA 5 MG/ 10 ML INJ	TEUTO	UNIDADE	300	1,06	318,00
29	48950	EFEDRINA SULF. 50 MG 1 ML - INJ .	CRISTALIA	UNIDADE	500	8,22	4.110,00
30	48951	ETILFEDRINA CLOR 10 MG 1 ML - INJ.	UNIÃO	UNIDADE	1000	2,26	2.260,00
31	3774	FUROSEMIDA 20MG/ML 2ML INJ AMP	TEUTO	AMP	6000	0,76	4.560,00
32	87712	GENTAMICINA 20MG 2ML INJ - AMP.	NOVA FARMA	AMP	1000	0,72	720,00
33	87713	GENTAMICINA 40MG 2 ML INJ - AMP	NOVA FARMA	AMP	4000	0,76	3.040,00
34	87714	GENTAMICINA 80MG 2ML INJ	NOVA FARMA	UNIDADE	6000	0,78	4.680,00
35	48956	GLICONATO CALCIO 10% 10 ML - INJ	ISOFARMA	UNIDADE	600	1,06	636,00
36	480	GLICOSE 50% 10ML INJ.	SAMTEC	AMP	6000	0,34	2.040,00
37	48959	HEPARINA 5000 UI SUBC 0,25 .INJ	CRISTALIA	UNIDADE	200	13,42	2.684,00
38	48962	HIALURONIDASE 2000 UTR CX C/3 DOSES	APSEN	UNIDADE	50	30,00	1.500,00
39	81953	HIDRALAZINA 20 MG 1 ML INJ (NEPRESOL)	CRISTALIA	UNIDADE	300	8,22	2.466,00
40	81954	HIOSCINA COMPOSTA 5 ML INJ	HIPOLABOR	UNIDADE	20000	1,36	27.200,00
41	38618	IMUNOGLOBULINA HUMANA ANTI RH (D) 1 ML INJ	CSL BEHRING	UNIDADE	60	100,00	6.000,00
42	48974	ISOXSUPRINA 10 MG 2 ML - INJ	APSEN	UNIDADE	1000	15,60	15.600,00
43	48979	METILERGOMETRINA 0,2MG/ 1 ML - INJ	UNIÃO	UNIDADE	4000	3,18	12.720,00
44	82151	METOCLOPRAMIDA CLOR.4MG/ML - 10ML	MARIOL	UNIDADE	11000	0,90	9.900,00
45	48992	NEOCAINA PESADA (CLOR BUPIVACAINA + GLICOSEE)HIPERBARICA 0,5 % 4 ML INJ	HYPOFARMA	UNIDADE	2000	3,76	7.520,00
46	96640	NEOCAINA (ISOBARICA) CLOR. BUPIVACAINA 0,5 4ML INJ (EXCETO HYPOFARMA E NOVAFARMA)	CRISTALIA	UNIDADE	40	16,20	648,00
47	48995	NEOSTIGMINA 0,5 MG 1 ML	UNIÃO	UNIDADE	300	1,74	522,00
48	96641	NITROGLICERINA 5 MG/ML 10 ML INJ	CRISTALIA	UNIDADE	600	1,72	1.032,00
49	3800	NORADRENALINA 8MG/ML 4ML INJ AMP	HIPOLABOR	AMP	500	1,96	980,00

50	48999	ONDANSETRONA CLOR 4 MG 2 ML- NJ	HYPOFARMA	UNIDADE	1000	0,90	900,00
51	4209	OXITOCINA 5 UI/ML 1ML -INJ.	UNIÃO	UNIDADE	4000	1,74	6.960,00
52	49002	PENTOXIFILINA (TRENTAL) 100 MG INJ	UNIÃO	UNIDADE	600	3,24	1.944,00
53	49010	PROMETAZINA 50MG 2 ML- INJ	SANVAL	UNIDADE	4000	1,66	6.640,00
54	3614	RANITIDINA 50MG INJ AMP 2 ML	FARMACE		10000	0,84	8.400,00
55	96643	SULFATO DE MAGNESIO 10% 10 ML EV INJ	SAMTEC	UNIDADE	300	0,54	162,00
56	3810	TERBUTALINA 0,5MG INJ 1 ML	HIPOLABOR		1000	3,30	3.300,00
57	81958	VITAMINA C 5 ML INJ	TEUTO	UNIDADE	2000	1,24	2.480,00
58	3812	VITAMINA K I.M. INJ AMP	HIOPOLABOR	UNIDADE	2000	1,08	2.160,00
					TOTALR$	**369.000,00**	

STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA - 00.995.371/0001-50

LOTE 06 - MEDICAMENTOS CONTROLADOS INJETAVEIS E COMPRIMIDOS

Seq.	Código	Decrição	Marca	Unidade	Qtde	Valor Unit. R$	Total R$
1	48893	ALFENTANILA CLOR 0,5 MG/ML 5 ML	CRISTALIA	UNIDADE	26,4	60	R$ 1.584,00
2	3686	AMITRIPTILINA 25MG CPR. UNID	TEUTO	UNIDADE	0,23	222.000,00	R$ 51.060,00
3	3688	BIPERIDENO 2MG COMP	TEUTO	CP	0,13	55.500,00	R$ 7.215,00
4	34867	CARBAMAZEPINA 20 MG/ML SUSP.	MEDLEY	UNIDADE	8,45	1.650,00	R$ 13.942,50
5	3689	CARBAMAZEPINA 200MG CPR UNID	TEUTO	CP	0,2	222.000,00	R$ 44.400,00
6	48922	CETAMINA CLOR 50MG/ML 10 ML INJETÁVEL	BIOCHIMICO	UNIDADE	55,73	150	R$ 8.359,50
7	48781	CLOMIPRAMINA 25 MG- COMP UNID	EMS	UNIDADE	0,52	11.000,00	R$ 5.720,00
8	3690	CLORPROMAZINA 100MG COMP UNID	UNIÃO QUIMICA	CP	0,34	89.000,00	R$ 30.260,00
9	48930	CLORPROMAZINA 25 MG INJ 5ML	HYPOFARMA	UNIDADE	1,58	2.000,00	R$ 3.160,00
10	88025	CLORPROMAZINA 25 MG CPR	CRISTALIA	UNIDADE	0,29	33.000,00	R$ 9.570,00
11	3692	DIAZEPAN 10MG CPR UNID	SANTISA	UNIDADE	0,07	176.000,00	R$ 12.320,00
12	48938	DIAZEPAN 10MG INJ AMP 2 ML	TEUTO	UNIDADE	0,74	5.000,00	R$ 3.700,00
13	87751	ETOMIDATO 2MG 10ML INJ	CRISTALIA	UNIDADE	18,5	200	R$ 3.700,00
14	4190	FENITOINA 100MG CPR UND.	TEUTO	CP	0,13	111.000,00	R$ 14.430,00
15	44066	FENITOINA 50MG/ML 5ML INJ.	HIPOLABOR	UNIDADE	1,19	3.000,00	R$ 3.570,00
16	48953	FENOBARBITAL 100MG /ML 2 MG - INJ	UNIÃO QUIMICA	UNIDADE	2,12	200	R$ 424,00
17	4169	FENOBARBITAL 100MG CP	TEUTO	CP	0,11	110.000,00	R$ 12.100,00
18	82126	FENOBARBITAL 40 MG/ML SOLUCAO ORAL	SANVAL	UNIDADE	3,2	440	R$ 1.408,00
19	48955	FLUMAZENIL 0,5 MG 5 ML FZ- INJ	CRISTALIA	UNIDADE	42,79	50	R$ 2.139,50
20	3697	FLUOXETINA 20MG COMP UNID CAPSULA	NEO QUIMICA	UNIDADE	0,2	221.000,00	R$ 44.200,00
21	88026	HALOPERIDOL 1 MG CPR	CRISTALIA	UNIDADE	0,16	44.000,00	R$ 7.040,00
22	88029	HALOPERIDOL 2 MG/ML SOLUCAO ORAL	PRATI DONADUZZI	UNIDADE	5,31	1.100,00	R$ 5.841,00
23	3698	HALOPERIDOL 5MG COMP UNID	CRISTALIA	CP	0,18	112.000,00	R$ 20.160,00
24	38300	HALOPERIDOL 5MG/ML 1 ML. AMP	TEUTO	UNIDADE	0,79	3.000,00	R$ 2.370,00
25	48958	HALOPERIDOL DECANOATO 50MG 1 ML	UNIÃO QUIMICA	UNIDADE	15	1.500,00	R$ 22.500,00
26	3815	ISOFLURANO 100ML FRASCO	BICHIMICO	FRA	90,1	100	R$ 9.010,00
27	48981	MEPERIDINA 50 MG 2ML - INJ.	CRISTALIA	UNIDADE	5,18	500	R$ 2.590,00
28	44064	MIDAZOLAN 15MG 3ML AMP.	HIPOLABOR	UNIDADE	1,48	3.000,00	R$ 4.440,00
29	96467	MIDAZOLAN 50MG 10ML (5MG/ML)	HIPOLABOR	UNIDADE	4,07	1.000,00	R$ 4.070,00
30	48987	MORFINA 1 MG 2ML - INJ .	CRISTALIA	UNIDADE	8,33	1.000,00	R$ 8.330,00
31	96468	MORFINA 10 MG 1ML - INJ	CRISTALIA	UNIDADE	5,44	1.000,00	R$ 5.440,00
32	82013	MORFINA SUF. 0,2 MG/ ML 1ML (USO ESPINHAL) SEM CONSERVANTES	CRISTALIA	UNIDADE	7,28	2.000,00	R$ 14.560,00
33	48988	NALOXONA CLOR 0,4 MG 1 ML	CRISTALIA	UNIDADE	16,2	100	R$ 1.620,00
34	14028	PROPOFOL 10MG 10ML INJ.	CLARIS	UN	6,15	1.000,00	R$ 6.150,00
35	87766	TETRACAINA 1% + FENILEFRINA 0,1% SOLUCAO OFTALMICA 10 ML (15 A 30 GRAUS)	ALLERGAN	UNIDADE	12,33	50	R$ 616,50
				TOTAL R$		**388.000,00**	

LOTE 13 - MATERIAL HOSPITALAR - BOLSAS EQUIPOS, LUVAS, COLETORES

Seq.	Código	Decrição	Marca	Unidade	Qtde	Valor Unit.R$	Total R$
1	34031	BOLSA COLOSTOMIA 30MM	MED SHARP	UNIDADE	100	0,64	64,00
2	34032	BOLSA COLOSTOMIA 50MM	MED SHARP	UNIDADE	300	0,73	219,00
3	97080	BOLSA PARA COLETA DE SANGUE DUPLA A VACUO C/ LINK BACP BAG CONSTITUIDA POR BOLSA COLETA DE SANGUE ANTI COAGULANTE CPDA - 1 ESTÉRIO E APIROGENICA CONTENDO 1 BOLSA SATÉLITE P/ TRANSF. DE GEMOCOMPONENTE	JP	UNIDADE	2000	30,00	60.000,00
4	97081	BOLSA PARA TRANSF. DE 300ML PRODUZIDO EM PVC A TOXICO P/ TRANSF. DE HEMOCOMPONENTE C/ PERFURADOR DESENVOLVIDO P/ ADAPTAÇÃO EM TODAS AS BOLSAS DE SANGUE OU ADAPTADOR LUER LOCK-MACHO, EMBALAGENS IND. EM PAPEL GRAU CIRUR. EST. POR EXIDO DE ETILENO.	JP	UNIDADE	48	23,76	1.140,48
5	3874	CAIXA DESCARPAX GRANDE 13 LITROS	CARTOON BOX	UNIDADE	3000	5,74	17.220,00
6	3966	COLETOR DIURESE SIST. FECHADO 2000ML.	FARMATEX	UN	2000	4,00	8.000,00
7	3830	DRENO PENROSE N.01 ESTÉRIL	MADEITEX	UNIDADE	240	2,00	480,00
8	49050	DRENO PENROSE N.02 ESTÉRIL	MADEITEX	UNIDADE	240	3,00	720,00
9	3831	DRENO PENROSE N.03 ESTÉRIL	MADEITEX	UNIDADE	360	3,00	1.080,00
10	87860	DRENO PENROSE N.04 ESTÉRIL	MADEITEX	UNIDADE	360	4,81	1.731,60
11	49032	EQUIPO MACROGTS FLEXIVEL C/ INJETOR LAT. FORMA Y SEM FILTRO (1. LIMHA)	EMBRAMED	UNIDADE	40000	1,00	40.000,00
12	3876	EQUIPO MICROGOTAS C/ INJETOR LATERAL FLEXIVEL 1 LINHA	EMBRAMED	UNIDADE	1000	2,81	2.810,00
13	82110	EQUIPO MULTIVIA PVC C/ CLAMPS - 1a LINHA	COMPOJET	UNIDADE	2000	1,24	2.480,00
14	38343	LUVA CIRURGICA N. 6,5 ESTERIL PAR	SUPERMAX	PAR	1000	1,00	1.000,00
15	3845	LUVA CIRURGICA N. 7.0 ESTERIL PAR	SUPERMAX	PAR	10000	1,00	10.000,00
16	3846	LUVA CIRURGICA N. 7.5 ESTERIL PAR	SUPERMAX	PAR	10000	1,00	10.000,00
17	3847	LUVA CIRURGICA N. 8.0 ESTERIL PAR	SUPERMAX	PAR	10000	1,00	10.000,00
18	41895	LUVA CIRURGICA N. 8.5 ESTERIL PAR	SUPERMAX	PAR	1000	1,00	1.000,00
19	83797	LUVA DE PROCEDIMENTO LATEX TAMANHO M	EMBRAMAC	UNIDADE	93000	0,29	26.970,00
20	84560	LUVA DE PROCEDIMENTO LATEX TAMANHO MÉDIA C/ 1000 UN	EMBRAMAC	CAIXA	700	18,00	12.600,00
21	96668	LUVA DE PROCEDIMENTO LATEX TAMANHO P C/ 100 UN	EMBRAMAC	CAIXA	5000	18,00	90.000,00
22	96905	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO PP CX C/100	EMBRAMAC	CAIXA	250	18,00	4.500,00
23	39379	LUVA ESTERIL 7,5 DESC	SUPERMAX	UNIDADE	3300	1,00	3.300,00

24	39380	LUVA ESTERIL 8,0 DESC	SUPERMAX	UNIDADE	2200	1,00	2.200,00
25	48769	LUVA PROCEDIMENTO DESCARTAVEL GRANDE - C/ 50 PAR	EMBRAMAC	CAIXA	50	18,00	900,00
26	46278	LUVA PROCEDIMENTO DESCARTAVEL MEDIA - C/ 50 PAR	EMBRAMAC	CAIXA	50	18,00	900,00
27	46305	LUVA PROCEDIMENTO DESCARTAVEL PEQUENA - C/ 50 PAR	EMBRAMAC	CAIXA	100	18,00	1.800,00
28	83906	LUVAS PROCEDIMENTO DESC. TAMANHO P	EMBRAMAC	UNIDADE	110000	0,29	31.900,00
29	3848	MASCARA CIRURGICA DESC	SANTE TEXTIL	UN	150	4,99	748,50
30	96459	MASCARA DE VENTURI ADULTO (KIT COMPLETO)	PORTEX	UNIDADE	100	68,00	6.800,00
31	96461	MASCARA DE VENTURI INFANTIL (KIT COMPLETO)	PORTEX	UNIDADE	100	68,00	6.800,00
32	49063	MASCARA DESC. CIR.TRIPLA -BRANCA- C/ ELASTICO 30 G (1a. LINHA)	DESCARPACK	CAIXA	30050	4,99	149.949,50
33	3330	MASCARA DESC.SIMPL.C/ELAST.	SANTE TEXTIL	UNIDADE	100	9,57	957,28
34	3339	MASCARA DESCARTAVEL C/ELASTICO	SANTE TEXIL	UNIDADE	1100	4,99	5.489,00
35	96786	MASCRA BICO DE PATO C/ FILTRO	DESCARPACK	UNIDADE	500	6,05	3.025,00
36	3323	OCULOS DE PROTECAO	DANNY	UNIDADE	200	7,67	1.534,00
37	49064	PROPE SOLDADO BR DESC	ANADONA	UNIDADE	10000	0,14	1.400,00
38	49121	TOUCA SANFONADA BR 30 GRC/ ELASTICO C/100	SANTE TEXTIL	PACOTE	20010	0,16	3.281,64
					TOTAL R$		**523.000,00**

LOTE 20 - ALCOOL

Seq.	Código	Decrição	Marca	Unidade	Qtde	Valor Unit. R$	Total R$
1	3402	ALCOOL 70% 1000ML		FRA	250	4,20	1.050,00
2	3448	ALCOOL 70% LITRO, 1 LITRO	JALLES	UNIDADE	1320	4,16	5.491,20
3	42554	ALCOOL 92% - LITROS	JALLES	LITRO	60	4,33	259,80
4	3415	ALCOOL 92,8% 1000ML	JALLES	LT	2842	4,35	12.362,70
5	83762	ALCOOL ACIDO 3% 1000 ML	NEW PROV	LITRO	10	50,63	506,30
					TOTAL R$		**19.670,00**

LOTE 21 - MEDICAMENTOS - E MATERIAIS - DIVERSOS 1

Seq.	Código	Decrição	Marca	Unidade	Qtde	Valor Unit.	Total
1	509	ACICLOVIR 10GR PDA	PRATI DONADUZZY	UN	200	2,90	580,00
2	13815	ACIDO FOLICO 5MG. COMP	TKS	UNIDADE	77300	0,09	6.957,00
3	12742	ACIDO FOLINICO 15MG CPR CX.C/10	HIPOLABOR	CX	100	21,22	2.122,00
4	97058	ADAPTADOR DE AGULHAS BD PARA COLETA MULTIPLA	BD	UNIDADE	15	4,81	72,15
5	88047	AGUA BORICADA 3% 100ML.	VIC PHARMA	UNIDADE	330	2,75	907,50
6	83818	AGUA DESTILADA (GARRAFAO COM 5 L)	REYMER	UNIDADE	100	15,07	1.507,00
7	83768	AGULHA DESCARTAVEL 13X10 C/100 UN	SOLIDOR	CAIXA	15	8,15	122,25
8	97061	AGULHA PARA COLETA MULTIPLA DE SANGUE A VACUO, MEDINDO 25X7 (21G1), CANHÃO DE COR VERDE CX C/ 100	VACUPLAST	CAIXA	15	47,43	711,45
9	97059	AGULHA PARA COLETA MULTIPLA DE SANGUE A VACUO, MEDINDO 25X8 (21G1), CANHAO COR VERDE COM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA. CX C/100	BD	CAIXA	15	142,06	2.130,90
10	3409	ALBUMINA BOVINA 22 10ML	FRESENIUS	FRA	70	72,54	5.077,80
11	48811	ALENDRONATO DE SODIO 70MG- COMP- UNID	BIOLAB	UNIDADE	11000	3,73	41.030,00
12	49163	ANTICOAGULANTE EDTA 500 ML	DOLES	UNIDADE	5	116,64	583,20
13	533	AZITROMICINA 40MG/ML - SUSPENSAO	PHARLAB	UNIDADE	11000	5,31	58.410,00
14	82183	AZITROMICINA 600MG/ML - SUSPENSAO	PHARLAB	UNIDADE	12	5,31	63,72
15	96642	BABOSA (ALOE VERA)	ARTESANAL	UNIDADE	33000	0,50	16.500,00
16	82237	BACLOFENO 10MG - UNID	TEUTO	UNIDADE	11000	0,25	2.750,00
17	92614	BENZOATO DE BENZILA 100 ML	RIOQUIMICA	UNIDADE	30	3,19	95,70
18	96662	BIO COLETOR DE MATERIAL PERFUROCORTANTE 13 LITROS	CARTOON BOX	UNIDADE	300	5,76	1.728,00
19	47226	BIO PEG 10ML	FRESENIUS	UNIDADE	70	84,44	5.910,80
20	48812	CARBONATO DE CALCIO + COLECALCIFEROL 500MG+400 UI - COMP	NATULAB	UNIDADE	44000	1,40	61.600,00
21	42532	CARBONATO DE CALCIO 500MG - COMPR	GEOLAB	UNIDADE	110000	0,20	22.000,00
22	48780	CARBONATO DE LITIO 300 MG CPR	HIPOLABOR	UNIDADE	77000	0,20	15.400,00
23	3709	CLONAZEPAM 2,5MG/ML GTS UNID	GEOLAB	UN	3500	3,98	13.930,00
24	92631	CLORETO DE SODIO 0,9% 100 ML SPRAY	FARMOQUIMICA	UNIDADE	2200	58,84	129.448,00
25	96630	CLORIDRATO DE BUPROPIONA 150 MG CPR	NOVA QUIMICA	UNIDADE	55000	2,12	116.600,00
26	82206	CLOTRIMAZOL 10 MG/G - CREME VAGINAL	EMS	UNIDADE	300	39,80	11.940,00
27	514	CLOTRIMAZOL CREME 20GR	CIFARMA	TB	200	5,27	1.054,00
28	82254	COLAGENASE C/ CLORANFENICOL 0,6U + 0,01G/G POMADA 30GR.	CRISTALIA	UNIDADE	550	24,23	13.326,50
29	13475	COMPLEXO B 100X2ML	HYPOFARMA	CX	50	100,94	5.047,00
30	97557	CONJUNTO DE INALADOR ADULTO	NS	UNIDADE	100	12,10	1.210,00
31	97556	CONJUNTO DE INALADOR INFATIL	NS	UNIDADE	100	12,10	1.210,00
32	3418	CONTROLE RH PROTHEMO	FRESENIUS	UN	70	30,02	2.101,40
33	96614	CPAP NASAL INFANTIL - NASAL EM SILICONE, FIXADOR EM TECIDO COM ESPUMA DE POLIURETANO E MALHA DE POLIESTER/ALGODAO COM FIXADOR EM VELCRO - TAMANHO N 0 CX 10 UN	HUDSON	CAIXA	1	7020,00	7.020,00
34	96613	CPAP NASAL INFANTIL - NASAL EM SILICONE, FIXADOR EM TECIDO COM ESPUMA DE POLIURETANO E MALHA DE POLIESTER/ALGODAO COM FIXADOR EM VELCRO - TAMANHO N 00 CX 10 UN	HUDSON	CAIXA	1	7020,00	7.020,00
35	96616	CPAP NASAL INFANTIL - NASAL EM SILICONE, FIXADOR EM TECIDO COM ESPUMA DE POLIURETANO E MALHA DE POLIESTER/ALGODAO COM FIXADOR EM VELCRO - TAMANHO N 2 CX 10 UN	HUDSON	CAIXA	1	7020,00	7.020,00
36	96617	CPAP NASAL INFANTIL - NASAL EM SILICONE, FIXADOR EM TECIDO COM ESPUMA DE POLIURETANO E MALHA DE POLIESTER/ALGODAO COM FIXADOR EM VELCRO - TAMANHO N 3 CX 10 UN	HUDSON	CAIXA	1	7020,00	7.020,00
37	96618	CPAP NASAL INFANTIL - NASAL EM SILICONE, FIXADOR EM TECIDO COM ESPUMA DE POLIURETANO E MALHA DE	HUDSON	CAIXA	1	7020,00	7.020,00

		POLIESTER/ALGODAO COM FIXADOR EM VELCRO - TAMANHO N 4 CX 10 UN					
38	82175	DOXICICLINA 100MG CPR	TEUTO	UNIDADE	100	0,18	18,00
39	96669	EQUIPO C/ FILTRO PARA REMOCAO DE LEUCOCITOS	EMBRAMED	UNIDADE	30	2,99	89,70
40	49259	EQUIPO P/ TRANSFUSAO DE SANGUE	EMBRAMED	CAIXA	4000	4,99	19.960,00
41	88073	ERITROMICINA 500MG CPR	PRATI DONADUZZI	UNIDADE	22300	0,59	13.157,00
42	88043	ERITROMICINA ESTEARATO 50MG/ML - 60 ML - SUSP ORAL	PRATI DONADUZZI	UNIDADE	3300	3,85	12.705,00
43	96645	ESPINHEIRA - SANTA (Maytenus officinalis)	HERBARIUM	UNIDADE	110000	0,60	66.000,00
44	48952	FENTANILA CITRATO 0,5 MG 10 ML - INJ.	HIPOLABOR	UNIDADE	750	2,47	1.852,50
45	4374	FRASCO NUT. ENTERAL 300ML	BIOBASE	UN	1000	1,12	1.120,00
46	97073	FUORACIL 100UI CREME	VALEANT	UNIDADE	20	21,22	424,40
47	83817	GARROTE TUBO DE LATEX PARA COLETA DE SANGUE 5X3 TRADICIONAL	GOIAS LATEX	METRO	5	2,03	10,15
48	40209	GEL LUBRIFICANTE INTIMO TUBO	CIMED	UNIDADE	2200	7,87	17.314,00
49	82263	GEL P/ULTRASSONOGRAFIA 300 G	REYMER	UNIDADE	55	7,49	411,95
50	96644	GUACO XAROPE	BELFAR	UNIDADE	22000	3,71	81.620,00
51	96646	HORTELA (Menta piperita)	ARTESANAL	UNIDADE	77000	1,50	115.500,00
52	38398	IMIPRAMINA 10MG CPR	NOVARTIS	UNIDADE	66000	0,77	50.820,00
53	88030	IMIPRAMINA 25 MG CPR	TEUTO	UNIDADE	110000	0,09	9.900,00
54	82264	IODOPOLVIDONA PVPI 1000ML LIQUIDA.	VIC PHARMA	UNIDADE	360	23,80	8.568,00
55	97070	ISOCONAZOL CREME DERMATOLOGICO	SHERING	UNIDADE	100	46,89	4.689,00
56	516	ISOCONAZOL CREME VAGINAL 40GR	NEO QUIMICA	TB	400	14,94	5.976,00
57	48818	ITRACONAZOL 100MG CP -UNID	PRATI DONADUZZI	UNIDADE	44300	0,72	31.896,00
58	49262	JALECO DE MANGA COMPRIDA C/ ELASTICO E COMP. ABAIXO DO JOELHO - N. MÉDIO	SANTE TEXTIL	UNIDADE	6	5,18	31,08
59	83824	JALECO G - MANGA LONGA ABAIXO DO JOELHO COR BRANCA	SANTE TEXTIL	UNIDADE	6	5,18	31,08
60	89070	JALECO XG - MANGA LONGA ABAIXO DO JOELHO COR BRANCA TECIDO LEVE	SANTE TEXTIL	UNIDADE	6	5,18	31,08
61	96670	LANCETA AUTOMATICA ESTERIL CALIBRE 28G - 3X036MM CX C/ 100	INJEX	CAIXA	30	18,36	550,80
62	48820	LEVODOPA 200 MG + BENSERAZIDA 50 MG - COMP- UNID	ROCHE	UNIDADE	33000	4,43	146.190,00
63	48821	LEVODOPA 250 MG + CARDIDOPA 25 MG - COMP- UNID	TEUTO	UNIDADE	33000	0,67	22.110,00
64	3710	LEVOMEPROMAZINA 40MG/DL GTS UNID	CRISTALIA	UN	2200	2,39	5.258,00
65	97072	LEVONORGESTREL (PILULA DO DIA SEGUINTE) 1,5MG	MABRA	UNIDADE	50	2,39	119,50
66	38375	LEVOTIROXINA SODICA 100 MG	MERCK	UNIDADE	55000	0,27	14.850,00
67	92830	LEVOTIROXINA SODICA 50 CG COMPR	MERCK	UNIDADE	55000	0,32	17.600,00
68	92829	LORATADINA 10 MG	GEOLAB	UNIDADE	165000	0,11	18.150,00
69	92925	LOSARTANA POTASSICA 50 MG COMP	PRATI DONADUZZI	UNIDADE	55000	0,15	8.250,00
70	84560	LUVA DE PROCEDIMENTO LATEX TAMANHO MÉDIA C/ 1000 UN	EMBRAMAC	CAIXA	300	30,38	9.114,00
71	96668	LUVA DE PROCEDIMENTO LATEX TAMANHO P C/ 100 UN	EMBRAMAC	CAIXA	400	30,38	12.152,00
72	82153	MICONAZOL, NITRATO 2 % 80 G - CREME VAGINAL	BLAUSIEGEL	UNIDADE	13600	4,81	65.416,00
73	83782	MICROTUBO TIPO EPPENDORF VOL 1,5 ML TAMPA LISA PCTE C/ 1000 UN	PROTEC	CAIXA	3	80,71	242,13
74	48985	MONONITRATO DE ISOSSORBIDA 20 MG - COMP -	ZYDUS	UNIDADE	55000	0,14	7.700,00
75	48799	NORTRIPTILINA 25 MG - CAPS	TEUTO	UNIDADE	110000	0,36	39.600,00
76	88027	NORTRIPTILINA 75 MG - CAPS	TEUTO	UNIDADE	55000	0,38	20.900,00
77	60895	OXIBUTININA 1000ML -0,1 -SOLICAO AQUOSA	APSEN	UNIDADE	44	56,65	2.492,60
78	48834	OXIBUTININA 5MG/ COMPR	MILLET ROUX	UNIDADE	22000	1,08	23.760,00
79	3957	PARLODEL 2.5 MG 14CPS	NOVARTIS	UN	20	4,63	92,60
80	83896	PASTA PROFILATICA COM FLUOR 90 G	MAQUIRA	UNIDADE	30	8,64	259,20
81	14035	PODOFILINA ALCOOLICA 5ML.	rioquimica	UN	10	1,80	18,00
82	83830	PONTEIRA SEM FILTRO - CAPACIDADE DE 1 A 200 (MICROLITROS) - COR AMARELA - PONTA FINA - PACOTE COM 1000 PONTEIRAS	CRAL	PACOTE	8	1000,80	8.006,40
83	96690	PONTEIRA SEM FILTRO - CAPACIDADE DE 100 A 1000 UL - COR AZUL - PCT C/ 1000 PONTEIRAS	cral	PACOTE	8	1000,80	8.006,40
84	13119	PROPRANOLOL, CLORID. 40MG	VITAPAN		550000	0,02	11.000,00
85	38422	RISPERIDONA 2MG CPR UNID	CRISTALIA	UNIDADE	1000	0,54	540,00
86	3943	SAIS P/ REIDATRAÇÃO ORAL	PRATI DONADUZZI	ENV	33000	0,72	23.760,00
87	97060	SCALP A VACUO - CONECTOR LUER-LOCK, CALIBRE 21G, CAIXA C/100 UNIDADES	SOLIDOR	CAIXA	15	25,60	384,00
88	83816	SCALP INTRAVENOSO TAMANHO 19 PCTE C/ 100 UNI	SOLIDOR	CAIXA	10	26,35	263,50
89	82190	SECNIDAZOL 1GR - CPR.	VITAPAN	UNIDADE	100	0,74	74,00
90	82168	SOLUCAO CLORETO DE SODIO 0,9 % 250 ML USO EXT/ ESTERIO - 1a LINHA	MARIOL	UNIDADE	5500	2,12	11.660,00
91	81971	SOLUCAO CLORETO DE SODIO 0,9 % 250ML BOLSA FLEX C/ EMB SECUND - SIST FECHADO - 1a. LINHA	HALEX ISTAR	UNIDADE	13230	3,06	40.483,80
92	81972	SOLUCAO CLORETO DE SODIO 0,9 % 500 ML BOLSA FLEX C/ EMB SECUND - SIST FECHADO - 1a. LINHA	HALEX ISTAR	UNIDADE	4400	3,58	15.752,00
93	3961	SORO ANTI A	FRESENIUS	UN	70	39,15	2.740,50
94	3962	SORO ANTI B	FRESENIUS	UN	70	39,15	2.740,50
95	3403	SORO ANTI RH	FRESENIUS	FRA	70	78,03	5.462,10
96	89212	SORO ANTI-AB MONOCLONAL 10 ML	FRESENIUS	UNIDADE	70	39,15	2.740,50
97	89219	SORO ANTI-CDE MONOCLONAL 10 ML	FRESENIUS	UNIDADE	8	1086,75	8.694,00
98	62368	SORO DE COOMBS MONOESPECIFICO 10 ML	FRESENIUS	UNIDADE	50	79,38	3.969,00
99	89221	SORO DE COOMBS POLIESPECIFICO 10 ML	FRESENIUS	UNIDADE	50	79,65	3.982,50
100	3748	SORO FISIOLOGICO 500ML CX C/20FR	HALEX ISTAR	CAIXA	5	80,68	403,40
101	83820	SORO GLICOSADO 250 ML C/24 UNI	HALEX ISTAR	CAIXA	2	98,96	197,92
102	82158	SULFAMETOXAZOL + 40MG + 8MG SUSP. ORAL	TEUTO	UNIDADE	5500	1,39	7.645,00
103	43175	SULFAMETOXAZOL + TRIM. 50ML.	TEUTO	UNIDADE	12	1,39	16,68
104	97069	SULFATO FERROSO 125 MG/ML	HIPOLABOR	UNIDADE	30	1,06	31,80
105	40162	SULFATO FERROSO 25 MG/ML FE++ GOTAS	NATULAB	UNIDADE	5500	2,12	11.660,00

106	82139	SULFATO FERROSO 40MG/FE - COMP- UNID	PRATI DONADUZZI	UNIDADE	220000	0,07	15.400,00
107	34868	SULFATO FERROSO 40MG/FE++	PRATI DONADUZZI	UNIDADE	500	0,07	35,00
108	4194	SULFATO FERROSO 5MG/ML Fe	HIPOLABOR		6600	1,39	9.174,00
109	62359	SWAB DE PLASTICO ESTERIL INDIVIDUAL EM TUBO (COTONETE)	PROTEC	UNIDADE	3300	0,34	1.122,00
110	88074	TERMOHIGROMETRO DIGITAL -	INCOTERM	UNIDADE	4	120,91	483,64
111	4127	TERMOMETRO DIGITAL	INCOTERM	UN	20	19,01	380,20
112	82192	TIABENDAZOL 500MG CPR - UNIDADE	UCI FARMA	UNIDADE	100	3,49	349,00
113	88072	TIAFENICOL 2,5GR. - ENVELOPE C/ 8G	ZAMBOM	UNIDADE	50	55,75	2.787,50
114	97065	TIAFENICOL 500MG	ZAMBOM	UNIDADE	500	112,68	56.340,00
115	88039	TIAMINA, CLORID 300 MG/COMP- UNID	NEO QUIMICA	UNIDADE	16500	0,31	5.115,00
116	82160	TIMOLOL , MALEATO 0,5% COLIRIO	TEUTO	UNIDADE	550	2,02	1.111,00
117	521	TINIDAZOL 500MG CPR	EMS	UN	100	2,36	236,00
118	4275	TINTURA IODO 2% 1000ML.	VIC PHARMA	L	22	30,06	661,32
119	3713	TIORIDAZINA 25MG COMP UNID	GENOM	CP	66000	0,54	35.640,00
120	88028	TIORIDAZINA 50MG CPR.	GENOM	UNIDADE	55000	0,79	43.450,00
121	96632	TOPIRAMATO 20 MG CPR	GERMED	UNIDADE	55000	0,61	33.550,00
122	3811	TRAMADOL 50MG INJ AMP 1 ML	TEUTO	UNIDADE	8000	1,37	10.960,00
123	96463	TUBO DE ENSAIO C/ GEL SEPARADOR 8,5ML	CRAL	UNIDADE	6000	1,45	8.700,00
124	83813	TUBO DE ENSAIO DE VIDRO COM TAMPA (12.50 x 0,80 x 75 mm)	CRAL	UNIDADE	300	1,45	435,00
125	83812	TUBO DE ENSAIO DE VIDRO COM TAMPA (18.50 x 0,90 x 150 mm)	CRAL	UNIDADE	300	1,65	495,00
126	96464	TUBO DE ENSAIO EDTA. 4ML	VACUPLAST	UNIDADE	3000	1,25	3.750,00
127	42991	TUBO DE ENSAIO PLASTICO OU ACRILICO C/ TAMPA 12X75 CX C/ 250 UN	DESCAROL	CAIXA	8	42,75	342,00
128	96651	TUBO DE MICROHEMATOCRITO COM HEPARINA	PERFECTA	UNIDADE	8	47,55	380,40
129	530	VALPROATO DE SODIO 250MG - CP	SANOFI	CP	55000	0,50	27.500,00
130	529	VALPROATO DE SODIO 250MG/5ML - SUSP.	SANOFI	UNIDADE	660	18,85	12.441,00
131	87855	VASELINA LIQUIDA 1000ML.	VIC PHARMA	UNIDADE	66	25,50	1.683,00
132	3484	VASELINA SOLIDA POTE 500G	RIOQUIMICA	PT	66	46,80	3.088,80
				TOTAL R$			**1.880.000,00**

1.2 Este instrumento não obriga o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 A presente Ata terá validade por 12 meses, contados a partir de sua assinatura, conforme Decreto Municipal n. 142/2010;

2.2 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem, conforme estipulado no Decreto Municipal n. 142/2010.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA FISCALIZAÇÃO.

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Juína-MT, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, devendo ser observado o aspecto operacional e jurídico, assim como o acompanhamento e a fiscalização da presente Ata de Registro de Preços que também será realizado pela Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO

4.1 A entrega dos materiais e medicamentos deverá ser realizada em **até 7 (sete) dias corridos, contados da data do envio(que poderá ser por e-mail ou fax) da NAD(Nota de Autorização de Despesa)**nas quantidades nela especificadas, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo Fornecedor e acatado por esta Prefeitura, sem nenhum custo adicional;

4.2 O local para a entrega dos materiais será designado pela Secretaria Municipal de Saúde de Juína-MT, nos dias úteis no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:30 horas.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente;

5.2 As aquisições dos produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Juína, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega;

5.3 Os materiais licitados serão verificados em relação à conformidade, qualidade e quantidade de acordo com o Edital, após o recebimento dos mesmos e apresentação de nota fiscal;

5.4 Os materiais deverão ser entregues juntamente com sua Nota Fiscal, obedecendo rigorosamente o solicitado;

5.5 O recebimento não excluirá a Adjudicatária da responsabilidade civil, nem ético-profissional, pelo perfeito fornecimento do objeto, dentro dos limites estabelecidos pela Lei 8.666/93;

5.6 A Adjudicatária ficará obrigada a corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta Ata de Registro de Preços em que se verificar vícios ou incorreções resultantes dos materiais fornecidos;

5.7 A Secretaria Municipal de Saúde rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento dos materiais em desacordo com a ordem de fornecimento e com as normas deste Edital;

5.8 Os materiais e medicamentos devem ser transportados de maneira que cheguem à Secretaria em boas condições de conservação e limpos, preferencialmente em veículos fechados.

5.9 O Fornecedor responsabilizar-se-á pelas despesas com impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fretes e demais despesas eventuais, que porventura sobrevier do presente objeto.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1 O Fornecedor deverá entregar os materiais registrados em Ata imediatamente após emissão da ordem de fornecimento nas quantidades nela especificadas, conforme estipulado nas cláusulas anteriores, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante/Fornecedor e acatado por esta Prefeitura, sem nenhum custo adicional;

6.2 A empresa se obrigará em um prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartadas o uso inadequado;
6.3 O Fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;
6.4 São obrigações do FORNECEDOR, além das demais previstas nesta Ata e no Edital**:**
I - executar o fornecimento dos materiais dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata de Registro de Preços, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
II - cumprir a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;
III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo **Órgão**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;
IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;
V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;
VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento dos materiais a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **Prefeitura**;
X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o Fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
XI – não transferir, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação;
XII - manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação;
XIII - indicar o preposto e seu substituto, que ficará responsável pelo controle das solicitações, bem como pelos esclarecimentos de dúvidas quando da execução contratual;
XIV - Ser responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscal, comercial, frete e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento dos produtos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR
7.1 São responsabilidades do FORNECEDOR:
I - todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;
II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ATA, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao Fornecedor, o valor correspondente.
7.2 O fornecedor autoriza ao Órgão/Entidade, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO ORGÃO/ENTIDADE
8.1 A Prefeitura Municipal de Juina, obriga-se a:
I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos;
II - receber os produtos nos termos, prazos e condições estabelecidas no edital;
II - permitir ao pessoal do Fornecedor, acesso ao local da entrega dos materiais desde que observadas as normas de segurança;
III - notificar o Fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;
IV - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ATA;
V - fiscalizar a entrega do objeto licitado;
VI - notificar a licitante vencedora, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
VII - aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.
8.2 Caberá à Prefeitura promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
8.3 Caberá à Prefeitura receber o bem adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste edital;
8.4 O recebimento provisório dar-se-á pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio de seu responsável, no ato da entrega do bem e da nota fiscal pela adjudicatária, sendo que este recebimento não implica a sua aceitação;
8.5 O recebimento definitivo dar-se-á após a verificação do cumprimento das especificações dos produtos, nos termos do presente edital;
8.6 O objeto adjudicado será recusado se não for condizente com o solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde;
8.7 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado;
8.8 Caso haja a intenção de adesão ao registro de preço por outro órgão não participante – "Caronas", estes deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecidos a ordem de classificação;
8.8.1 Caberá ao Órgão Gerenciador, Secretaria Municipal de Saúde, buscar oficialmente, junto ao fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços, sobre a aceitação ou não do fornecimento, condicionado ainda ao não prejuízo das obrigações anteriormente assumidas;
8.8.2 Em todos os casos as quantidades adicionais adquiridas/contratadas não poderão exceder a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, conforme estabelecido no § 1º art. 65 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

9.1 As despesas decorrentes do Registro de Preços, objeto desta Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias próprias e constantes no orçamento de **2013:**

05	Secretaria Municipal de Saúde
002	Fundo Municipal de Saúde
10.302.0075.2026	Manutenção e encargos com o PSF
339030	Material de Consumo

05	Secretaria Municipal de Saúde
002	Fundo Municipal de Saúde
10.302.0075.2024	Manutenção do Laboratório de Análises clínicas e Banco de Sangue
339030	Material de Consumo

05	Secretaria Municipal de Saúde
002	Fundo Municipal de Saúde
10.302.0075.2025	Manutenção da Farmácia Hospitalar
339030	Material de Consumo

05	Secretaria Municipal de Saúde
002	Fundo Municipal de Saúde
10.302.0075.2030	Manutenção e encargos com o Fundo municipal de Saúde
339030	Material de Consumo

05	Secretaria Municipal de Saúde
002	Fundo Municipal de Saúde
10.305.0075.2028	Manutenção e Encargos com o DST/AIDS
339030	Material de Consumo

05	Secretaria Municipal de Saúde
002	Fundo Municipal de Saúde
10.304.0075.2023	Manutenção e Encargos com a Vigilância Sanitária e Epidemiológica
339030	Material de Consumo

05	Secretaria Municipal de Saúde
002	Fundo Municipal de Saúde
10.301.0075.2022	Manutenção e Encargos com CAPS
339030	Material de Consumo

05	Secretaria Municipal de Saúde
002	Fundo Municipal de Saúde
10.302.0075.1068	Manutenção da UPAS
339030	Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento ao FORNECEDOR será realizado mensalmente, de acordo com a entrega dos materiais solicitados, sempre entre dos dias 20 e 30 do mês subsequente à entrega do objeto e emissão de Nota Fiscal, através de depósito bancário ou transferência para a conta do Fornecedor.

10.2 No preço a ser pago deverão estar inclusas todas as despesas inerentes a: impostos, encargos sociais, tributários, trabalhistas e comerciais, fretes, enfim todas as despesas necessárias ao fornecimento dos produtos;

10.3 Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao Fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

10.4 Para cada Nota de Empenho, o Fornecedor deverá emitir **uma única nota fiscal/fatura;**

10.5 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento dos materiais;

10.6 A Prefeitura não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "*factoring*";

10.7 As despesas bancárias decorrentes de transferências de valores para outras praças serão de responsabilidade da adjudicatária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93, desde que devidamente comprovado;

11.2 Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

11.3 Caso o preço registrado se tornar superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo, conforme art. 13 do Decreto Municipal n. 142/2010;

11.3.1 Havendo negociação para fins de revisão de preço, deverá aguardar o prazo mínimo de 90 (noventa) dias e o preço alterado somente estará em vigor após a publicação do ato, respeitando o tramite descrito no referido Decreto Municipal.

11.4 Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Juina-MT;

11.5 A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

12.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em qualquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;
e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

12.2 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente ATA;
12.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação;
12.4 A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata;
12.5 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do produtos;
12.6 Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBSTITUIÇÃO DE ITEM
13.1 O Fornecedor poderá solicitar a substituição do bem registrado em Ata por outro de mesma espécie e gênero, porém, de outra marca, no caso de ocorrência de fato superveniente, devidamente comprovado, que independe de sua vontade, sem qualquer acréscimo no valor anteriormente registrado;
13.2 Caberá ao órgão gerenciador a análise técnica e jurídica quanto à possibilidade de atender a substituição do produto registrado;
13.3 Havendo a substituição do produto, conforme itens anteriores, o produto substituído somente estará em vigor após aditivo à Ata de Registro de Preço.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES
14.1 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93, e na Lei n. 10.520/2002, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:
I) advertência, nas hipóteses de execução irregular do Registro de Preços, que não resulte prejuízo para o serviço desta administração;
II) multa de 10% do valor da Ata;
III) suspensão temporária para licitar e contratar com este Órgão, por período de até 02 (dois) anos, nas hipóteses e nos termos dos artigos 7º da Lei n. 10.520/2002;
IV) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicar a penalidade, nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei n. 8.666/93.
14.2 A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo à Prefeitura e à terceiros que necessitem do produto registrado na presente Ata, e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município;
14.3 O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de **1% (um por cento)** incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, por dia de atraso injustificado, limitado esta a **10 (dez)** dias, após o qual será considerado inexecução da Ata de Registro de Preços;
14.4 Caso o fornecedor não solucione quaisquer problemas advindos da aquisição dos medicamentos sofrerá multa, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei n**o** 8.666/93 e alterações posteriores, da seguinte forma:
a) atraso até 2 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);
b) a partir do 3o (terceiro) até o limite do 5o (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6o (sexto) dia de atraso.
14.5 A partir do 6º (sexto) dia de atraso, caracterizar-se-á a inexecução total da obrigação, e poderá a Prefeitura, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o Fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos;
14.6 A multa, eventualmente imposta ao Fornecedor, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a Fornecedor não tenha nenhum valor a receber desta Prefeitura, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa;
14.7 As multas previstas nesta seção não eximem o Fornecedor da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração;
14.8 Se o Fornecedor não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com esta Prefeitura, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pelo Município de Juína-MT;
14.9 A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com esta Prefeitura pelo prazo de até 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento total ou parcial da obrigação, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à Prefeitura ou terceiros;
14.10 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:
a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao Órgão/Entidade;
b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;
c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.
14.11 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a multa;
14.12 A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal;
14.13 A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá o FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
15.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços;
II - integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial nº 016/2013 e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

As partes contratantes elegem o foro de Juína/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando duas vias arquivadas na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Juína-MT, 01 de abril de 2013.

MUNICÍPIO DE JUÍNA-MT
CNPJ 15.359.201/0001-57

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

DENTAL REZENDE LTDA,
CNPJ 08.593.452.0001.36
Representante Legal
Ivete Fistarol,
CPF 912.756.361-87

IBF – INDÚSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S.A
CNPJ 33.255.787/0001-91
Representante Legal
Ricardo Benedito de Magalhães Taques
CPF 346.165.431-00

BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA
CNPJ 07.344.150/0001-61
Representante Legal
Vinicius Soares Fedrizzi
CPF 035.266.271-93

RINALDI E COGO LTDA
CNPJ 07.269.677/0001-79
Representante Legal
Edson José Rinaldi
CPF 865.677.729-72

RECMED COMERCIO MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI ME
CNPJ 06.696.359/0001-21
Representante Legal
Sandra Regina Freitas de Souza
CPF 788.551.601-68

STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA
CNPJ 00.995.371/0001-50
Representante Legal
Carlos Alberto Rodrigues Júnior
CPF n.º 651.120.671-87

TESTEMUNHAS:

_____
NOME:
RG/CPF:

_____
NOME:
RG/CPF:

Publicado por:
Yoana Lays Beserra da Luz
Código Identificador:3E35F2A7

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
BALANCETE JANEIRO 2013

CTBS4200	SISTEMA INTEGRADO DE ORCAMENTO E CONTABILIDADE PUBLICA				Data: 17/04/2013
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA					Hora: 15:20:14
					Pag.: 001
B A L A N C E T E D E V E R I F I C A C A O					
Modelo RPPS - Portaria MPS Nº 916 de 15 de Julho de 2003					
Janeiro /2013					
		SALDOS ANTERIORES	MOVIMENTO A	MOVIMENTO A	SALDOS ATUAIS

CODIGOS	CONTAS			DEBITO		CREDITO			
		DEBITO	CREDITO	NO MES	ATE O MES	NO MES	ATE O MES	DEBITO	CREDITO
1	ATIVO	21.818.453,79		7.349.490,43	7.349.490,43	1.469.621,17	1.469.621,17	27.698.323,05	
1.1	ATIVO CIRCULANTE	10.557.770,79		1.167.400,12	1.167.400,12	1.177.013,64	1.177.013,64	10.548.157,27	
1.1.1	DISPON═VEL	10.320.268,86		1.167.400,12	1.167.400,12	1.171.172,24	1.171.172,24	10.316.496,74	
1.1.1.1	DISPON═VEL EM MOEDA NACIONAL	10.320.268,86		1.167.400,12	1.167.400,12	1.171.172,24	1.171.172,24	10.316.496,74	
1.1.1.1.2	BANCOS CONTA MOVIMENTO	14.773,30		619.575,54	619.575,54	621.172,24	621.172,24	13.176,60	
1.1.1.1.2.08	CONTA ┌NICA RPPS	14.773,30		619.575,54	619.575,54	621.172,24	621.172,24	13.176,60	
1.1.1.1.2.08.01	BANCO CONTA MOVIMENTO RPPS	14.773,30		619.575,54	619.575,54	621.172,24	621.172,24	13.176,60	
1.1.1.1.2.08.01.01	BANCO DO BRASIL - PGTO DE BENEF.	12.588,22		46.000,00	46.000,00	53.146,44	53.146,44	5.441,78	
1.1.1.1.2.08.01.02	BANCO DO BRASIL - DESP. ADMINIST.	2.185,08		10.456,69	10.456,69	7.502,79	7.502,79	5.138,98	
1.1.1.1.2.08.01.03	BANCO DO BRASIL - RESERVA DE BENEF.			563.118,85	563.118,85	560.523,01	560.523,01	2.595,84	
	TOTAL DO GRUPO	14.773,30		619.575,54	619.575,54	621.172,24	621.172,24	13.176,60	
1.1.1.1.4	APLICAÃıES DO RPPS	10.305.495,56		547.824,58	547.824,58	550.000,00	550.000,00	10.303.320,14	
1.1.1.1.4.01	APLICAÃıES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA	10.305.495,56		547.824,58	547.824,58	550.000,00	550.000,00	10.303.320,14	
1.1.1.1.4.01.04	FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	10.305.495,56		547.824,58	547.824,58	550.000,00	550.000,00	10.303.320,14	
1.1.1.1.4.01.04.02	RESERVA DE BENEFICIO	2.271.611,29		13.178,50	13.178,50	550.000,00	550.000,00	1.734.789,79	
1.1.1.1.4.01.04.03	BANCO SICREDI RESERVA DE BENEFICIOS	2.759.370,51		13.349,42	13.349,42			2.772.719,93	
1.1.1.1.4.01.04.04	PGTO BENEF. BB RPPS LIQ FIC FI	131.477,88		89,23	89,23			131.567,11	
1.1.1.1.4.01.04.06	RESERVA BENEF. - BB RPPS RF CONSERV	1.374.554,26						1.374.554,26	
1.1.1.1.4.01.04.07	RESERVA BENEF.-BB FUNDOS RENDA FIXA	3.768.481,62		521.207,43	521.207,43			4.289.689,05	
	TOTAL DO GRUPO	10.305.495,56		547.824,58	547.824,58	550.000,00	550.000,00	10.303.320,14	
1.1.2	CR ╔DITOS EM CIRCULAÃ ├O	237.501,93				5.841,40	5.841,40	231.660,53	
1.1.2.1	CR ╔DITOS A RECEBER	237.501,93				5.841,40	5.841,40	231.660,53	
1.1.2.1.4	CR ╔DITOS TRIBUT┴RIOS/CONTRIBUIÃıES A RECEBER	237.501,93				5.841,40	5.841,40	231.660,53	
1.1.2.1.4.02	CR ╔DITOS DE CONTRIBUIÃıES A RECEBER	237.501,93				5.841,40	5.841,40	231.660,53	
1.1.2.1.4.02.01	Creditos a Receber - Lei 530/2005	81.779,60				5.841,40	5.841,40	75.938,20	
1.1.2.1.4.02.04	CREDITOS A RECEBER-DO EXERCICIO	155.722,33						155.722,33	
	TOTAL DO GRUPO	237.501,93				5.841,40	5.841,40	231.660,53	
1.2	ATIVO REALIZ┴VEL A LONGO PRAZO	931.872,50		81.781,32	81.781,32	5.841,40	5.841,40	1.007.812,42	
1.2.2	CR ╔DITOS REALIZ┴VEIS A LONGO PRAZO	931.872,50		81.781,32	81.781,32	5.841,40	5.841,40	1.007.812,42	
1.2.2.1	CR ╔DITOS DA UNI ├O, ESTADOS E MUNIC═PIOS	931.872,50		81.781,32	81.781,32	5.841,40	5.841,40	1.007.812,42	
1.2.2.1.1	D═VIDA ATIVA	931.872,50		81.781,32	81.781,32	5.841,40	5.841,40	1.007.812,42	
1.2.2.1.1.02	CR ╔DITOS INSCRITOS EM D═VIDA ATIVA	931.872,50		81.781,32	81.781,32	5.841,40	5.841,40	1.007.812,42	
1.2.2.1.1.02.02	CREDITOS A RECEBER A LONGO PRAZO - LEI 530/2005	800.271,80		81.781,32	81.781,32	5.841,40	5.841,40	876.211,72	
1.2.2.1.1.02.04	CREDITOS A REC A LONGO PRAZO - PROCESSO 444/2005	131.600,70						131.600,70	
	TOTAL DO GRUPO	931.872,50		81.781,32	81.781,32	5.841,40	5.841,40	1.007.812,42	
1.4	ATIVO PERMANENTE	8.541,64				105,10	105,10	8.436,54	
1.4.2	IMOBILIZADO	8.541,64				105,10	105,10	8.436,54	
1.4.2.1	BENS MËVEIS E IMËVEIS	12.956,27						12.956,27	
1.4.2.1.2	BENS MËVEIS	12.956,27						12.956,27	
1.4.2.1.2.42	MOBILI┴RIO EM GERAL	12.956,27						12.956,27	
1.4.2.1.2.42.01	MOBILIARIO EM GERAL	12.956,27						12.956,27	
	TOTAL DO GRUPO	12.956,27						12.956,27	
1.4.2.9	DEPRECIAÃıES, AMORTIZAÃıES E EXAUSTıES (REDUTORA)		4.414,63			105,10	105,10		4.519,73
1.9	ATIVO COMPENSADO	10.320.268,86		6.100.308,99	6.100.308,99	286.661,03	286.661,03	16.133.916,82	
1.9.1	EXECUÃ ├O ORÃAMENT┴RIA DA RECEITA			2.958.634,94	2.958.634,94	58.634,94	58.634,94	2.900.000,00	
1.9.1.1	ARRECADAÃ ├O ORÃAMENT┴RIA - NATUREZA DA RECEITA			2.958.634,94	2.958.634,94	58.634,94	58.634,94	2.900.000,00	
1.9.1.1.1	RECEITA A REALIZAR			2.900.000,00	2.900.000,00	58.634,94	58.634,94	2.841.365,06	
	TOTAL DO GRUPO		4.414,63	2.900.000,00	2.900.000,00	58.740,04	58.740,04	2.841.365,06	4.519,73
1.9.1.1.4	RECEITA REALIZADA			58.634,94	58.634,94			58.634,94	
	TOTAL DO GRUPO			58.634,94	58.634,94			58.634,94	
1.9.2	FIXAÃ ├O ORÃAMENT┴RIA DA DESPESA			3.064.332,54	3.064.332,54	164.332,54	164.332,54	2.900.000,00	
1.9.2.1	DOTAÃ ├O ORÃAMENT┴RIA			2.900.000,00	2.900.000,00			2.900.000,00	

CODIGOS	CONTAS	SALDOS ANTERIORES		MOVIMENTO A DEBITO		MOVIMENTO A CREDITO		SALDOS ATUAIS	
		DEBITO	CREDITO	NO MES	ATE O MES	NO MES	ATE O MES	DEBITO	CREDITO
1.9.2.1.1	DOTAÃ ├O INICIAL			2.900.000,00	2.900.000,00			2.900.000,00	
1.9.2.1.1.01	CR ╔DITO INICIAL			2.900.000,00	2.900.000,00			2.900.000,00	
1.9.2.1.1.01.01	ORIGIN┴RIO DO ORÃAMENTO			2.900.000,00	2.900.000,00			2.900.000,00	
	TOTAL DO GRUPO			2.900.000,00	2.900.000,00			2.900.000,00	
1.9.2.4	EXECUÃ ├O DA DESPESA			164.332,54	164.332,54	164.332,54	164.332,54		
1.9.2.4.1	EMPENHOS POR EMISS ├O			164.332,54	164.332,54	164.332,54	164.332,54		
1.9.2.4.1.01	EMPENHOS POR NOTA DE EMPENHO			82.166,27	82.166,27			82.166,27	
1.9.2.4.1.01.01	EMISS ├O DE EMPENHOS			82.166,27	82.166,27			82.166,27	
1.9.2.4.1.04	EMPENHOS POR CREDOR			82.166,27	82.166,27			82.166,27	
1.9.2.4.1.04.01	VALORES COMPROMETIDOS			82.166,27	82.166,27			82.166,27	
1.9.2.4.1.99	OUTROS EMPENHOS POR EMISS ├O (REDUTORA)					164.332,54	164.332,54		164.332,54
	TOTAL DO GRUPO			164.332,54	164.332,54	164.332,54	164.332,54	164.332,54	164.332,54
1.9.3	EXECUÃ ├O DA PROGRAMAÃ ├O FINANCEIRA	10.320.268,86		56.943,43	56.943,43	60.715,55	60.715,55	10.316.496,74	
1.9.3.2	DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	10.320.268,86		56.943,43	56.943,43	60.715,55	60.715,55	10.316.496,74	
1.9.3.2.9	OUTRAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	10.320.268,86		56.943,43	56.943,43	60.715,55	60.715,55	10.316.496,74	
1.9.3.2.9.02	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS	10.320.268,86		56.943,43	56.943,43	60.715,55	60.715,55	10.316.496,74	
	TOTAL DO GRUPO	10.320.268,86		56.943,43	56.943,43	60.715,55	60.715,55	10.316.496,74	
1.9.5	EXECUÃ ├O DE RESTOS A PAGAR			10,08	10,08			10,08	
1.9.5.2	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS			10,08	10,08			10,08	
1.9.5.2.1	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS INSCRITOS			10,08	10,08			10,08	
1.9.5.2.1.01	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS INSCRITOS - NE			10,08	10,08			10,08	
	TOTAL DO GRUPO			10,08	10,08			10,08	
1.9.9	COMPENSAÃıES ATIVAS DIVERSAS			20.388,00	20.388,00	2.978,00	2.978,00	17.410,00	
1.9.9.7	DIREITOS E OBRIGAÃıES CONTRATUAIS			20.388,00	20.388,00	2.978,00	2.978,00	17.410,00	
1.9.9.7.1	DE TERCEIROS			20.388,00	20.388,00	2.978,00	2.978,00	17.410,00	
1.9.9.7.1.02	CONTRATOS DE SERVIÃOS			20.388,00	20.388,00	2.978,00	2.978,00	17.410,00	
	TOTAL DO GRUPO			20.388,00	20.388,00	2.978,00	2.978,00	17.410,00	
2	PASSIVO		21.962.425,99	631.950,76	631.950,76	6.447.947,93	6.447.947,93		27.778.423,16

2.1	PASSIVO CIRCULANTE		10,08	65.082,53	65.082,53	67.431,74	67.431,74		2.359,29
2.1.1	DEPËSITOS			2.675,47	2.675,47	2.675,47	2.675,47		
2.1.1.1	CONSIGNAÃıES			2.675,47	2.675,47	2.675,47	2.675,47		
2.1.1.1.1	PREVID╩NCIA SOCIAL			409,14	409,14	409,14	409,14		
2.1.1.1.1.02	INSS			409,14	409,14	409,14	409,14		
2.1.1.1.1.02.01	INSS/SALARIO			369,76	369,76	369,76	369,76		
2.1.1.1.1.02.02	INSS/PRESTADOR			39,38	39,38	39,38	39,38		
	TOTAL DO GRUPO			409,14	409,14	409,14	409,14		
2.1.1.1.3	TESOURO NACIONAL			2.111,49	2.111,49	2.111,49	2.111,49		
2.1.1.1.3.01	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF			2.111,49	2.111,49	2.111,49	2.111,49		
2.1.1.1.3.01.01	IRRF/SERVIDOR			2.072,19	2.072,19	2.072,19	2.072,19		
2.1.1.1.3.01.03	IRRF/EMPRESAS			39,30	39,30	39,30	39,30		
	TOTAL DO GRUPO			2.111,49	2.111,49	2.111,49	2.111,49		
2.1.1.1.4	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL			154,84	154,84	154,84	154,84		
2.1.1.1.4.02	ISS			148,90	148,90	148,90	148,90		
2.1.1.1.4.02.01	ISSQN			148,90	148,90	148,90	148,90		
2.1.1.1.4.99	OUTROS TRIBUTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS			5,94	5,94	5,94	5,94		
2.1.1.1.4.99.01	TAXA DE EXPEDIENTE			5,94	5,94	5,94	5,94		
	TOTAL DO GRUPO			154,84	154,84	154,84	154,84		
2.1.2	OBRIGAÃıES EM CIRCULAÃ├O		10,08	62.407,06	62.407,06	64.756,27	64.756,27		2.359,29
2.1.2.1	OBRIGAÃıES A PAGAR		10,08	62.407,06	62.407,06	64.756,27	64.756,27		2.359,29
2.1.2.1.1	FORNECEDORES			2.703,00	2.703,00	2.703,00	2.703,00		
2.1.2.1.1.01	DO EXERC═CIO			2.703,00	2.703,00	2.703,00	2.703,00		
	TOTAL DO GRUPO			2.703,00	2.703,00	2.703,00	2.703,00		

CODIGOS	CONTAS	SALDOS ANTERIORES		MOVIMENTO A DEBITO		MOVIMENTO A CREDITO		SALDOS ATUAIS	
		DEBITO	CREDITO	NO MES	ATE O MES	NO MES	ATE O MES	DEBITO	CREDITO
2.1.2.1.2	PESSOAL A PAGAR		,10	58.265,77	58.265,77	58.265,77	58.265,77		,10
2.1.2.1.2.01	DO EXERC═CIO			58.265,77	58.265,77	58.265,77	58.265,77		
2.1.2.1.2.02	DE EXERC═CIOS ANTERIORES		,10						,10
	TOTAL DO GRUPO		,10	58.265,77	58.265,77	58.265,77	58.265,77		,10
2.1.2.1.3	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER			1.438,29	1.438,29	3.787,50	3.787,50		2.349,21
2.1.2.1.3.99	OUTROS ENCARGOS			1.438,29	1.438,29	3.787,50	3.787,50		2.349,21
	TOTAL DO GRUPO			1.438,29	1.438,29	3.787,50	3.787,50		2.349,21
2.1.2.1.9	D╔BITOS DIVERSOS A PAGAR		9,98						9,98
2.1.2.1.9.99	OUTRAS OBRIGAÃıES A PAGAR		9,98						9,98
	TOTAL DO GRUPO		9,98						9,98
2.2	PASSIVO EXIG═VEL A LONGO PRAZO		11.642.147,05						11.642.147,05
2.2.2	OBRIGAÃıES EXIG═VEIS A LONGO PRAZO		11.642.147,05						11.642.147,05
2.2.2.5	PROVISıES MATEM╩TICAS PREVIDENCI╩RIAS		11.642.147,05						11.642.147,05
2.2.2.5.4	PLANO FINANCEIRO		11.642.147,05						11.642.147,05
2.2.2.5.4.01	PROVISıES DE BENEF═CIOS CONCEDIDOS		4.665.322,75						4.665.322,75
2.2.2.5.4.01.01	APOSENTADORIAS/PENSıES/OUTROS BENEF═CIOS DO PLANO		4.876.828,03						4.876.828,03
2.2.2.5.4.01.02	CONTRIBUIÃıES DO ENTE (REDUTORA)	134.136,57						134.136,57	
2.2.2.5.4.01.05	COMPENSAÃ├O PREVIDENCI╩RIA (REDUTORA)	77.368,71						77.368,71	
2.2.2.5.4.02	PROVISıES DE BENEF═CIOS A CONCEDER		6.976.824,30						6.976.824,30
2.2.2.5.4.02.01	APOSENTADORIAS/PENSıES/OUTROS BENEF═CIOS DO PLANO		15.067.683,34						15.067.683,34
2.2.2.5.4.02.02	CONTRIBUIÃıES DO ENTE (REDUTORA)	5.420.875,56						5.420.875,56	
2.2.2.5.4.02.03	CONTRIBUIÃıES DO ATIVO (REDUTORA)	2.669.983,48						2.669.983,48	
	TOTAL DO GRUPO	8.302.364,32	19.944.511,37					8.302.364,32	19.944.511,37
2.4	PATRIMÈNIO L═QUIDO (SALDO PATRIMONIAL)								
2.4.2	RESERVAS		788,59						788,59
2.4.2.4	RESERVAS T╔CNICAS		788,59						788,59
2.4.2.4.3	RESERVAS ADMINISTRATIVAS		788,59						788,59
	TOTAL DO GRUPO		788,59						788,59
2.4.3	D╔FICIT OU SUPER╩VIT ACUMULADO	788,59						788,59	
2.4.3.2	RESULTADO DE EXERC═CIOS ANTERIORES	788,59						788,59	
2.9	PASSIVO COMPENSADO		10.320.268,86	566.868,23	566.868,23	6.380.516,19	6.380.516,19		16.133.916,82
2.9.1	PREVIS├O ORÃAMENT╩RIA DA RECEITA					2.900.000,00	2.900.000,00		2.900.000,00
2.9.1.1	PREVIS├O ORÃAMENT╩RIA - NATUREZA DA RECEITA					2.900.000,00	2.900.000,00		2.900.000,00
2.9.1.1.1	PREVIS├O INICIAL DA RECEITA					2.900.000,00	2.900.000,00		2.900.000,00
	TOTAL DO GRUPO	788,59				2.900.000,00	2.900.000,00	788,59	2.900.000,00
2.9.2	EXECUÃ├O ORÃAMENT╩RIA DA DESPESA			503.174,68	503.174,68	3.403.174,68	3.403.174,68		2.900.000,00
2.9.2.1	DISPONIBILIDADES DE CR╔DITO			146.922,54	146.922,54	3.046.922,54	3.046.922,54		2.900.000,00
2.9.2.1.1	CR╔DITO DISPON═VEL			82.166,27	82.166,27	2.900.000,00	2.900.000,00		2.817.833,73
	TOTAL DO GRUPO			82.166,27	82.166,27	2.900.000,00	2.900.000,00		2.817.833,73
2.9.2.1.3	CR╔DITO UTILIZADO			64.756,27	64.756,27	146.922,54	146.922,54		82.166,27
2.9.2.1.3.01	CR╔DITO EMPENHADO A LIQUIDAR			64.756,27	64.756,27	82.166,27	82.166,27		17.410,00
2.9.2.1.3.02	CR╔DITO LIQUIDADO					64.756,27	64.756,27		64.756,27
2.9.2.1.3.02.01	CR╔DITO EMPENHADO LIQUIDADO					64.756,27	64.756,27		64.756,27
	TOTAL DO GRUPO			64.756,27	64.756,27	146.922,54	146.922,54		82.166,27
2.9.2.4	EXECUÃ├O DA DESPESA			356.252,14	356.252,14	356.252,14	356.252,14		
2.9.2.4.1	EMISS├O DE EMPENHO			356.252,14	356.252,14	356.252,14	356.252,14		
2.9.2.4.1.01	EMPENHO POR NOTA DE EMPENHO			64.756,27	64.756,27	146.922,54	146.922,54		82.166,27
2.9.2.4.1.01.01	EMPENHOS A LIQUIDAR			64.756,27	64.756,27	82.166,27	82.166,27		17.410,00
2.9.2.4.1.01.02	EMPENHOS LIQUIDADOS					64.756,27	64.756,27		64.756,27
2.9.2.4.1.04	EMPENHOS POR CREDOR			127.163,33	127.163,33	209.329,60	209.329,60		82.166,27
2.9.2.4.1.04.01	VALORES EM LIQUIDAÃ├O			64.756,27	64.756,27	82.166,27	82.166,27		17.410,00
2.9.2.4.1.04.02	VALORES LIQUIDADOS A PAGAR			62.407,06	62.407,06	64.756,27	64.756,27		2.349,21

CODIGOS	CONTAS	SALDOS ANTERIORES	MOVIMENTO A DEBITO	MOVIMENTO A CREDITO	SALDOS ATUAIS

		DEBITO	CREDITO	NO MES	ATE O MES	NO MES	ATE O MES	DEBITO	CREDITO
2.9.2.4.1.04.03	VALORES PAGOS					62.407,06	62.407,06		62.407,06
2.9.2.4.1.99	OUTRAS EMISSıES DE EMPENHO (REDUTORA)			164.332,54	164.332,54			164.332,54	
	TOTAL DO GRUPO			356.252,14	356.252,14	356.252,14	356.252,14	164.332,54	164.332,54
2.9.3	EXECUÃ├O DA PROGRAMAÃ├O FINANCEIRA		10.320.268,86	60.715,55	60.715,55	56.943,43	56.943,43		10.316.496,74
2.9.3.2	DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		10.320.268,86	60.715,55	60.715,55	56.943,43	56.943,43		10.316.496,74
2.9.5	EXECUÃ├O DE RESTOS A PAGAR					10,08	10,08		10,08
2.9.5.2	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					10,08	10,08		10,08
2.9.5.2.1	EXECUÃ├O DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					10,08	10,08		10,08
2.9.5.2.1.01	RP PROCESSADOS A PAGAR					10,08	10,08		10,08
2.9.5.2.1.01.01	RP PROCESSADOS A PAGAR - NE					10,08	10,08		10,08
	TOTAL DO GRUPO		10.320.268,86	60.715,55	60.715,55	56.953,51	56.953,51		10.316.506,82
2.9.9	COMPENSAÃıES PASSIVAS DIVERSAS			2.978,00	2.978,00	20.388,00	20.388,00		17.410,00
2.9.9.7	DIREITOS E OBRIGAÃıES CONTRATADAS			2.978,00	2.978,00	20.388,00	20.388,00		17.410,00
3	DESPESA			64.756,27	64.756,27			64.756,27	
3.3	DESPESAS CORRENTES			64.756,27	64.756,27			64.756,27	
3.3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			60.968,46	60.968,46			60.968,46	
3.3.1.9	APLICAÃıES DIRETAS			60.968,46	60.968,46			60.968,46	
3.3.1.9.0.01	APOSENTADORIAS E REFORMAS			24.324,78	24.324,78			24.324,78	
3.3.1.9.0.01.01	APOSENTADORIAS E REFORMAS			24.324,78	24.324,78			24.324,78	
3.3.1.9.0.03	PENSıES			19.908,78	19.908,78			19.908,78	
3.3.1.9.0.05	OUTROS BENEF═CIOS PREVIDENCI┴RIOS			12.555,11	12.555,11			12.555,11	
3.3.1.9.0.05.01	OUTROS BENEFICIOS TEMPORARIOS			12.555,11	12.555,11			12.555,11	
3.3.1.9.0.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			3.361,50	3.361,50			3.361,50	
3.3.1.9.0.11.01	VENCIMENTOS E SALARIOS			3.361,50	3.361,50			3.361,50	
3.3.1.9.0.13	OBRIGAÃıES PATRONAIS			818,29	818,29			818,29	
3.3.1.9.0.13.01	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS			818,29	818,29			818,29	
	TOTAL DO GRUPO			63.946,46	63.946,46	20.388,00	20.388,00	60.968,46	17.410,00
3.3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			3.787,81	3.787,81			3.787,81	
3.3.3.9	APLICAÃıES DIRETAS			3.787,81	3.787,81			3.787,81	
3.3.3.9.0.35	SERVIÃOS DE CONSULTORIA			620,00	620,00			620,00	
3.3.3.9.0.35.01	OUTROS SERVICOS DE CONSULTORIA			620,00	620,00			620,00	
3.3.3.9.0.36	OUTROS SERVIÃOS DE TERCEIROS - PESSOA F═SICA			358,00	358,00			358,00	
3.3.3.9.0.36.01	OUTROS SERVICOS DE PESSOA FISICA			358,00	358,00			358,00	
3.3.3.9.0.39	OUTROS SERVIÃOS DE TERCEIROS - PESSOA JUR═DICA			2.345,00	2.345,00			2.345,00	
3.3.3.9.0.39.02	SERVICO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACI			2.000,00	2.000,00			2.000,00	
3.3.3.9.0.39.03	OUTROS SERVIÃOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA			345,00	345,00			345,00	
3.3.3.9.0.47	OBRIGAÃıES TRIBUT┴RIAS E CONTRIBUTIVAS			464,81	464,81			464,81	
3.3.3.9.0.47.01	PASEP			464,81	464,81			464,81	
	TOTAL DO GRUPO			3.787,81	3.787,81			3.787,81	
4	RECEITA					58.634,94	58.634,94		58.634,94
4.1	RECEITAS CORRENTES					46.482,21	46.482,21		46.482,21
4.1.2	RECEITA DE CONTRIBUIÃıES					2.657,63	2.657,63		2.657,63
4.1.2.1	CONTRIBUIÃıES SOCIAIS					2.657,63	2.657,63		2.657,63
4.1.2.1.0.29	CONTRIBUIÃıES PREVIDENCI┴RIAS DO REGIME PRËPRIO					2.657,63	2.657,63		2.657,63
4.1.2.1.0.29.07	CONTRIBUIÃ├O DE SERVIDOR ATIVO CIVIL					2.114,53	2.114,53		2.114,53
4.1.2.1.0.29.07.02	ContribuiþÒo do servidor Ativo Civil- Camara					966,12	966,12		966,12
4.1.2.1.0.29.07.05	Servidor Prefeitura- Beneficios Temporarios					1.148,41	1.148,41		1.148,41
4.1.2.1.0.29.11	CONTRIBUIÃıES DE PENSIONISTA CIVIL					543,10	543,10		543,10
4.1.2.1.0.29.11.01	Contribuicao do Servidor Pensionista Civil					543,10	543,10		543,10
	TOTAL DO GRUPO					2.657,63	2.657,63		2.657,63
4.1.3	RECEITA PATRIMONIAL					43.824,58	43.824,58		43.824,58
4.1.3.2	RECEITAS DE VALORES MOBILI┴RIOS					43.824,58	43.824,58		43.824,58
4.1.3.2.8	REMUNERAÃ├O DOS INVESTIMENTOS DO REGIME PRËPRIO DE					43.824,58	43.824,58		43.824,58
4.1.3.2.8.10	REMUNERAÃ├O DOS INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA					43.824,58	43.824,58		43.824,58
4.1.3.2.8.10.01	Rem. de Investimentos do RPPS-Renda Fixa					43.824,58	43.824,58		43.824,58
	TOTAL DO GRUPO					43.824,58	43.824,58		43.824,58

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA — Hora: 15:20:14

Pag.: 005

B A L A N C E T E D E V E R I F I C A C A O

Modelo RPPS - Portaria MPS Nº 916 de 15 de Julho de 2003

Janeiro /2013

CODIGOS	CONTAS	SALDOS ANTERIORES		MOVIMENTO A DEBITO		MOVIMENTO A CREDITO		SALDOS ATUAIS	
		DEBITO	CREDITO	NO MES	ATE O MES	NO MES	ATE O MES	DEBITO	CREDITO
4.7	RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÃAMENT┴RIAS					12.152,73	12.152,73		12.152,73
4.7.2	RECEITAS DE CONTRIBUIÃıES - INTRA-ORÃAMENT┴RIAS					7.537,44	7.537,44		7.537,44
4.7.2.1	CONTRIBUIÃıES SOCIAIS - INTRA-ORÃAMENT┴RIAS					7.537,44	7.537,44		7.537,44
4.7.2.1.0.29	CONTRIBUIÃıES PREVIDENCI┴RIAS DO REGIME PRËPRIO -					7.537,44	7.537,44		7.537,44
4.7.2.1.0.29.01	CONTRIBUIÃ├O PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL - IN					1.696,04	1.696,04		1.696,04
4.7.2.1.0.29.01.03	ContribuicÒo Normal Camara					1.696,04	1.696,04		1.696,04
4.7.2.1.0.29.15	CONTRIBUIÃ├O PREVIDENCI┴RIA EM REGIME DE PARCELAME					5.841,40	5.841,40		5.841,40
4.7.2.1.0.29.15.01	ContribuicÒo Patronal - Parcelamento					5.841,40	5.841,40		5.841,40
	TOTAL DO GRUPO					7.537,44	7.537,44		7.537,44
4.7.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÃAMENT┴RIAS					4.615,29	4.615,29		4.615,29
4.7.9.1	MULTAS E JUROS DE MORA					4.615,29	4.615,29		4.615,29
4.7.9.1.2	MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÃıES					4.615,29	4.615,29		4.615,29
4.7.9.1.2.29	MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÃ├O PARA O RPPS					4.615,29	4.615,29		4.615,29
4.7.9.1.2.29.01	MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÃıES PATRONAIS					4.615,29	4.615,29		4.615,29
4.7.9.1.2.29.01.01	Multas e Juros de Mora- Parcelamento					4.615,29	4.615,29		4.615,29
	TOTAL DO GRUPO					4.615,29	4.615,29		4.615,29
5	RESULTADO DIMINUTIVO DO EXERC═CIO	10,08		11.787,90	11.787,90			11.797,98	
5.1	RESULTADO ORÃAMENT┴RIO			11.682,80	11.682,80			11.682,80	
5.1.3	MUTAÃıES PASSIVAS			11.682,80	11.682,80			11.682,80	
5.1.3.1	DESINCORPORAÃıES DE ATIVOS			11.682,80	11.682,80			11.682,80	
5.1.3.1.2	LIQUIDAÃ├O DE CR╔DITOS			11.682,80	11.682,80			11.682,80	
5.1.3.1.2.02	RECEBIMENTO DE D═VIDA ATIVA			5.841,40	5.841,40			5.841,40	
5.1.3.1.2.99	OUTRAS LIQUIDAÃıES DE CR╔DITO			5.841,40	5.841,40			5.841,40	
	TOTAL DO GRUPO			11.682,80	11.682,80			11.682,80	
5.2	RESULTADO EXTRA-ORÃAMENT┴RIO	10,08		105,10	105,10			115,18	

5.2.3	DECR╔SCIMOS PATRIMONIAIS	10,08		105,10	105,10			115,18	
5.2.3.2	AJUSTES DE BENS, VALORES E CR╔DITOS			105,10	105,10			105,10	
5.2.3.2.8	DEPRECIAÃ├O, AMORTIZAÃ├O E EXAUST├O			105,10	105,10			105,10	
5.2.3.2.8.01	DEPRECIAÃıES			105,10	105,10			105,10	
5.2.3.2.8.01.01	ADMINISTRAÃ├O			105,10	105,10			105,10	
	TOTAL DO GRUPO			105,10	105,10			105,10	
5.2.3.3	INCORPORAÃ├O DE PASSIVOS	10,08						10,08	
5.2.3.3.1	INCORPORAÃ├O DE OBRIGAÃıES	10,08						10,08	
5.2.3.3.1.05	RESTOS A PAGAR	10,08						10,08	
	TOTAL DO GRUPO	10,08						10,08	
6	RESULTADO AUMENTATIVO DO EXERC═CIO	143.962,12				81.781,32	81.781,32	62.180,80	
6.2	RESULTADO EXTRA-ORÃAMENT┴RIO					81.781,32	81.781,32		81.781,32
6.2.3	ACR╔SCIMOS PATRIMONIAIS					81.781,32	81.781,32		81.781,32
6.2.3.1	INCORPORAÃ├O DE ATIVOS					81.781,32	81.781,32		81.781,32
6.2.3.1.7	INCORPORAÃ├O DE DIREITOS					81.781,32	81.781,32		81.781,32
6.2.3.1.7.10	CR╔DITOS REALIZ┴VEIS A LONGO PRAZO					81.781,32	81.781,32		81.781,32
6.2.3.1.7.10.01	D═VIDA ATIVA - INSCRIÃ├O					81.781,32	81.781,32		81.781,32
	TOTAL DO GRUPO					81.781,32	81.781,32		81.781,32
6.3	RESULTADO APURADO	143.962,12						143.962,12	
6.3.1	RESULTADO DO EXERC═CIO	143.962,12						143.962,12	
	TOTAL GERAL	30.269.993,53	30.269.993,53	8.057.985,36	8.057.985,36	8.057.985,36	8.057.985,36	36.555.177,14	36.555.177,14

NIVALDO APRECIDO MOREIRA
Diretor Executivo

MARLI TERESINHA TEIXEIRA
Tesoureira

CELIO FELIX DE SOUZA
Contador

Publicado por:
Marli Teresinha Teixeira
Código Identificador:3B59C4F1

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
BALANCETE FEVEREIRO 2013

TBS4200	SISTEMA INTEGRADO DE ORCAMENTO E CONTABILIDADE PUBLICA	Data: 17/04/2013
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA		Hora: 15:20:14
		Pag.: 001

B A L A N C E T E D E V E R I F I C A C A O

Modelo RPPS - Portaria MPS Nº 916 de 15 de Julho de 2003

Fevereiro /2013

CODIGOS	CONTAS	SALDOS ANTERIORES		MOVIMENTO A DEBITO		MOVIMENTO A CREDITO		SALDOS ATUAIS	
		DEBITO	CREDITO	NO MES	ATE O MES	NO MES	ATE O MES	DEBITO	CREDITO
1	ATIVO	27.698.323,05		958.558,52	8.308.048,95	809.685,02	2.279.306,19	27.847.196,55	
1.1	ATIVO CIRCULANTE	10.548.157,27		524.532,45	1.691.932,57	446.950,86	1.623.964,50	10.625.738,86	
1.1.1	DISPON═VEL	10.316.496,74		524.532,45	1.691.932,57	441.109,46	1.612.281,70	10.399.919,73	
1.1.1.1	DISPON═VEL EM MOEDA NACIONAL	10.316.496,74		524.532,45	1.691.932,57	441.109,46	1.612.281,70	10.399.919,73	
1.1.1.1.2	BANCOS CONTA MOVIMENTO	13.176,60		370.669,30	990.244,84	372.609,46	993.781,70	11.236,44	
1.1.1.1.2.08	CONTA ┌NICA RPPS	13.176,60		370.669,30	990.244,84	372.609,46	993.781,70	11.236,44	
1.1.1.1.2.08.01	BANCO CONTA MOVIMENTO RPPS	13.176,60		370.669,30	990.244,84	372.609,46	993.781,70	11.236,44	
1.1.1.1.2.08.01.01	BANCO DO BRASIL - PGTO DE BENEF.	5.441,78		77.084,65	123.084,65	76.088,53	129.234,97	6.437,90	
1.1.1.1.2.08.01.02	BANCO DO BRASIL - DESP. ADMINIST.	5.138,98		142.500,00	152.956,69	142.840,44	150.343,23	4.798,54	
1.1.1.1.2.08.01.03	BANCO DO BRASIL - RESERVA DE BENEF.	2.595,84		151.084,65	714.203,50	153.680,49	714.203,50		
	TOTAL DO GRUPO	13.176,60		370.669,30	990.244,84	372.609,46	993.781,70	11.236,44	
1.1.1.1.4	APLICAÃıES DO RPPS	10.303.320,14		153.863,15	701.687,73	68.500,00	618.500,00	10.388.683,29	
1.1.1.1.4.01	APLICAÃıES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA	10.303.320,14		153.863,15	701.687,73	68.500,00	618.500,00	10.388.683,29	
1.1.1.1.4.01.04	FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	10.303.320,14		153.863,15	701.687,73	68.500,00	618.500,00	10.388.683,29	
1.1.1.1.4.01.04.02	RESERVA DE BENEFICIO	1.734.789,79			13.178,50		550.000,00	1.734.789,79	
1.1.1.1.4.01.04.03	BANCO SICREDI RESERVA DE BENEFICIOS	2.772.719,93			13.349,42			2.772.719,93	
1.1.1.1.4.01.04.04	PGTO BENEF. BB RPPS LIQ FIC FI	131.567,11		19.069,54	19.158,77	58.000,00	58.000,00	92.636,65	
1.1.1.1.4.01.04.05	DESP ADM BB RPPS LIQ FIC FI			132.197,77	132.197,77	10.500,00	10.500,00	121.697,77	
1.1.1.1.4.01.04.06	RESERVA BENEF. - BB RPPS RF CONSERV	1.374.554,26						1.374.554,26	
1.1.1.1.4.01.04.07	RESERVA BENEF.-BB FUNDOS RENDA FIXA	4.289.689,05		2.595,84	523.803,27			4.292.284,89	
	TOTAL DO GRUPO	10.303.320,14		153.863,15	701.687,73	68.500,00	618.500,00	10.388.683,29	
1.1.2	CR╔DITOS EM CIRCULAÃ├O	231.660,53				5.841,40	11.682,80	225.819,13	
1.1.2.1	CR╔DITOS A RECEBER	231.660,53				5.841,40	11.682,80	225.819,13	
1.1.2.1.4	CR╔DITOS TRIBUT┴RIOS/CONTRIBUIÃıES A RECEBER	231.660,53				5.841,40	11.682,80	225.819,13	
1.1.2.1.4.02	CR╔DITOS DE CONTRIBUIÃıES A RECEBER	231.660,53				5.841,40	11.682,80	225.819,13	
1.1.2.1.4.02.01	Creditos a Receber - Lei 530/2005	75.938,20				5.841,40	11.682,80	70.096,80	
1.1.2.1.4.02.04	CREDITOS A RECEBER-DO EXERCICIO	155.722,33						155.722,33	
	TOTAL DO GRUPO	231.660,53				5.841,40	11.682,80	225.819,13	
1.2	ATIVO REALIZ┴VEL A LONGO PRAZO	1.007.812,42			81.781,32	5.841,40	11.682,80	1.001.971,02	
1.2.2	CR╔DITOS REALIZ┴VEIS A LONGO PRAZO	1.007.812,42			81.781,32	5.841,40	11.682,80	1.001.971,02	
1.2.2.1	CR╔DITOS DA UNI├O, ESTADOS E MUNIC═PIOS	1.007.812,42			81.781,32	5.841,40	11.682,80	1.001.971,02	
1.2.2.1.1	D═VIDA ATIVA	1.007.812,42			81.781,32	5.841,40	11.682,80	1.001.971,02	
1.2.2.1.1.02	CR╔DITOS INSCRITOS EM D═VIDA ATIVA	1.007.812,42			81.781,32	5.841,40	11.682,80	1.001.971,02	
1.2.2.1.1.02.02	CREDITOS A RECEBER A LONGO PRAZO - LEI 530/2005	876.211,72			81.781,32	5.841,40	11.682,80	870.370,32	
1.2.2.1.1.02.04	CREDITOS A REC A LONGO PRAZO - PROCESSO 444/2005	131.600,70						131.600,70	
	TOTAL DO GRUPO	1.007.812,42			81.781,32	5.841,40	11.682,80	1.001.971,02	
1.4	ATIVO PERMANENTE	8.436,54				111,68	216,78	8.324,86	
1.4.2	IMOBILIZADO	8.436,54				111,68	216,78	8.324,86	
1.4.2.1	BENS MËVEIS E IMËVEIS	12.956,27						12.956,27	
1.4.2.1.2	BENS MËVEIS	12.956,27						12.956,27	
1.4.2.1.2.42	MOBILI┴RIO EM GERAL	12.956,27						12.956,27	

1.4.2.1.2.42.01	MOBILIARIO EM GERAL	12.956,27						12.956,27	
	TOTAL DO GRUPO	12.956,27						12.956,27	
1.4.2.9	DEPRECIAÃıES, AMORTIZAÃıES E EXAUSTıES (REDUTORA)		4.519,73			111,68	216,78		4.631,41
1.9	ATIVO COMPENSADO	16.133.916,82		434.026,07	6.534.335,06	356.781,08	643.442,11	16.211.161,81	
1.9.1	EXECUÃ├O ORÃAMENT┴RIA DA RECEITA	2.900.000,00		153.362,41	3.111.997,35	153.362,41	211.997,35	2.900.000,00	
1.9.1.1	ARRECADAÃ├O ORÃAMENT┴RIA - NATUREZA DA RECEITA	2.900.000,00		153.362,41	3.111.997,35	153.362,41	211.997,35	2.900.000,00	
1.9.1.1.1	RECEITA A REALIZAR	2.841.365,06			2.900.000,00	153.362,41	211.997,35	2.688.002,65	
	TOTAL DO GRUPO	2.841.365,06	4.519,73		2.900.000,00	153.474,09	212.214,13	2.688.002,65	4.631,41
1.9.1.1.4	RECEITA REALIZADA	58.634,94		153.362,41	211.997,35			211.997,35	
	TOTAL DO GRUPO	58.634,94		153.362,41	211.997,35			211.997,35	
1.9.2	FIXAÃ├O ORÃAMENT┴RIA DA DESPESA	2.900.000,00		129.311,70	3.193.644,24	129.311,70	293.644,24	2.900.000,00	
1.9.2.1	DOTAÃ├O ORÃAMENT┴RIA	2.900.000,00			2.900.000,00			2.900.000,00	
1.9.2.1.1	DOTAÃ├O INICIAL	2.900.000,00			2.900.000,00			2.900.000,00	
1.9.2.1.1.01	CR╔DITO INICIAL	2.900.000,00			2.900.000,00			2.900.000,00	
1.9.2.1.1.01.01	ORIGIN┴RIO DO ORÃAMENTO	2.900.000,00			2.900.000,00			2.900.000,00	
	TOTAL DO GRUPO	2.900.000,00			2.900.000,00			2.900.000,00	
1.9.2.4	EXECUÃ├O DA DESPESA			129.311,70	293.644,24	129.311,70	293.644,24		
1.9.2.4.1	EMPENHOS POR EMISS├O			129.311,70	293.644,24	129.311,70	293.644,24		
1.9.2.4.1.01	EMPENHOS POR NOTA DE EMPENHO	82.166,27		64.655,85	146.822,12			146.822,12	
1.9.2.4.1.01.01	EMISS├O DE EMPENHOS	82.166,27		64.655,85	146.822,12			146.822,12	
1.9.2.4.1.04	EMPENHOS POR CREDOR	82.166,27		64.655,85	146.822,12			146.822,12	
1.9.2.4.1.04.01	VALORES COMPROMETIDOS	82.166,27		64.655,85	146.822,12			146.822,12	
1.9.2.4.1.99	OUTROS EMPENHOS POR EMISS├O (REDUTORA)		164.332,54			129.311,70	293.644,24		293.644,24

CODIGOS	CONTAS	SALDOS ANTERIORES		MOVIMENTO A DEBITO		MOVIMENTO A CREDITO		SALDOS ATUAIS	
		DEBITO	CREDITO	NO MES	ATE O MES	NO MES	ATE O MES	DEBITO	CREDITO
	TOTAL DO GRUPO	164.332,54	164.332,54	129.311,70	293.644,24	129.311,70	293.644,24	293.644,24	293.644,24
1.9.3	EXECUÃ├O DA PROGRAMAÃ├O FINANCEIRA	10.316.496,74		151.351,96	208.295,39	67.928,97	128.644,52	10.399.919,73	
1.9.3.2	DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	10.316.496,74		151.351,96	208.295,39	67.928,97	128.644,52	10.399.919,73	
1.9.3.2.9	OUTRAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	10.316.496,74		151.351,96	208.295,39	67.928,97	128.644,52	10.399.919,73	
1.9.3.2.9.02	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS	10.316.496,74		151.351,96	208.295,39	67.928,97	128.644,52	10.399.919,73	
	TOTAL DO GRUPO	10.316.496,74		151.351,96	208.295,39	67.928,97	128.644,52	10.399.919,73	
1.9.5	EXECUÃ├O DE RESTOS A PAGAR	10,08			10,08			10,08	
1.9.5.2	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	10,08			10,08			10,08	
1.9.5.2.1	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS INSCRITOS	10,08			10,08			10,08	
1.9.5.2.1.01	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS INSCRITOS - NE	10,08			10,08			10,08	
	TOTAL DO GRUPO	10,08			10,08			10,08	
1.9.9	COMPENSAÃıES ATIVAS DIVERSAS	17.410,00			20.388,00	6.178,00	9.156,00	11.232,00	
1.9.9.7	DIREITOS E OBRIGAÃıES CONTRATUAIS	17.410,00			20.388,00	6.178,00	9.156,00	11.232,00	
1.9.9.7.1	DE TERCEIROS	17.410,00			20.388,00	6.178,00	9.156,00	11.232,00	
1.9.9.7.1.02	CONTRATOS DE SERVIÃOS	17.410,00			20.388,00	6.178,00	9.156,00	11.232,00	
	TOTAL DO GRUPO	17.410,00			20.388,00	6.178,00	9.156,00	11.232,00	
2	PASSIVO		27.778.423,16	623.289,39	1.255.240,15	701.428,81	7.149.376,74		27.856.562,58
2.1	PASSIVO CIRCULANTE		2.359,29	72.773,90	137.856,43	73.668,33	141.100,07		3.253,72
2.1.1	DEPËSITOS			2.834,48	5.509,95	2.834,48	5.509,95		
2.1.1.1	CONSIGNAÃıES			2.834,48	5.509,95	2.834,48	5.509,95		
2.1.1.1.1	PREVID╩NCIA SOCIAL			409,14	818,28	409,14	818,28		
2.1.1.1.1.02	INSS			409,14	818,28	409,14	818,28		
2.1.1.1.1.02.01	INSS/SALARIO			369,76	739,52	369,76	739,52		
2.1.1.1.1.02.02	INSS/PRESTADOR			39,38	78,76	39,38	78,76		
	TOTAL DO GRUPO			409,14	818,28	409,14	818,28		
2.1.1.1.3	TESOURO NACIONAL			2.106,54	4.218,03	2.106,54	4.218,03		
2.1.1.1.3.01	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF			2.106,54	4.218,03	2.106,54	4.218,03		
2.1.1.1.3.01.01	IRRF/SERVIDOR			76,57	2.148,76	76,57	2.148,76		
2.1.1.1.3.01.02	IRRF/TERCEIROS			1.942,67	1.942,67	1.942,67	1.942,67		
2.1.1.1.3.01.03	IRRF/EMPRESAS			87,30	126,60	87,30	126,60		
	TOTAL DO GRUPO			2.106,54	4.218,03	2.106,54	4.218,03		
2.1.1.1.4	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL			318,80	473,64	318,80	473,64		
2.1.1.1.4.02	ISS			308,90	457,80	308,90	457,80		
2.1.1.1.4.02.01	ISSQN			308,90	457,80	308,90	457,80		
2.1.1.1.4.99	OUTROS TRIBUTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS			9,90	15,84	9,90	15,84		
2.1.1.1.4.99.01	TAXA DE EXPEDIENTE			9,90	15,84	9,90	15,84		
	TOTAL DO GRUPO			318,80	473,64	318,80	473,64		
2.1.2	OBRIGAÃıES EM CIRCULAÃ├O		2.359,29	69.939,42	132.346,48	70.833,85	135.590,12		3.253,72
2.1.2.1	OBRIGAÃıES A PAGAR		2.359,29	69.939,42	132.346,48	70.833,85	135.590,12		3.253,72
2.1.2.1.1	FORNECEDORES			5.583,00	8.286,00	5.583,00	8.286,00		
2.1.2.1.1.01	DO EXERC═CIO			5.583,00	8.286,00	5.583,00	8.286,00		
	TOTAL DO GRUPO			5.583,00	8.286,00	5.583,00	8.286,00		
2.1.2.1.2	PESSOAL A PAGAR		,10	60.576,08	118.841,85	60.576,08	118.841,85		,10
2.1.2.1.2.01	DO EXERC═CIO			60.576,08	118.841,85	60.576,08	118.841,85		
2.1.2.1.2.02	DE EXERC═CIOS ANTERIORES		,10						,10
	TOTAL DO GRUPO		,10	60.576,08	118.841,85	60.576,08	118.841,85		,10
2.1.2.1.3	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER		2.349,21	3.780,34	5.218,63	4.674,77	8.462,27		3.243,64
2.1.2.1.3.99	OUTROS ENCARGOS		2.349,21	3.780,34	5.218,63	4.674,77	8.462,27		3.243,64
	TOTAL DO GRUPO		2.349,21	3.780,34	5.218,63	4.674,77	8.462,27		3.243,64
2.1.2.1.9	D╔BITOS DIVERSOS A PAGAR		9,98						9,98
2.1.2.1.9.99	OUTRAS OBRIGAÃıES A PAGAR		9,98						9,98
	TOTAL DO GRUPO		9,98						9,98
2.2	PASSIVO EXIG═VEL A LONGO PRAZO		11.642.147,05						11.642.147,05
2.2.2	OBRIGAÃıES EXIG═VEIS A LONGO PRAZO		11.642.147,05						11.642.147,05
2.2.2.5	PROVISıES MATEM┴TICAS PREVIDENCI┴RIAS		11.642.147,05						11.642.147,05
2.2.2.5.4	PLANO FINANCEIRO		11.642.147,05						11.642.147,05
2.2.2.5.4.01	PROVISıES DE BENEF═CIOS CONCEDIDOS		4.665.322,75						4.665.322,75
2.2.2.5.4.01.01	APOSENTADORIAS/PENSıES/OUTROS BENEF═CIOS DO PLANO		4.876.828,03						4.876.828,03
2.2.2.5.4.01.02	CONTRIBUIÃıES DO ENTE (REDUTORA)	134.136,57						134.136,57	

2.2.2.5.4.01.05	COMPENSAÃ├O PREVIDENCI┴RIA (REDUTORA)	77.368,71						77.368,71	
2.2.2.5.4.02	PROVISıES DE BENEF═CIOS A CONCEDER		6.976.824,30						6.976.824,30
2.2.2.5.4.02.01	APOSENTADORIAS/PENSıES/OUTROS BENEF═CIOS DO PLANO		15.067.683,34						15.067.683,34
2.2.2.5.4.02.02	CONTRIBUIÃıES DO ENTE (REDUTORA)	5.420.875,56						5.420.875,56	
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA								Hora: 15:20:14	
								Pag.: 003	
B A L A N C E T E D E V E R I F I C A C A O									
Modelo RPPS - Portaria MPS Nº 916 de 15 de Julho de 2003									
Fevereiro /2013									

CODIGOS	CONTAS	SALDOS ANTERIORES		MOVIMENTO A DEBITO		MOVIMENTO A CREDITO		SALDOS ATUAIS	
		DEBITO	CREDITO	NO MES	ATE O MES	NO MES	ATE O MES	DEBITO	CREDITO
2.2.2.5.4.02.03	CONTRIBUIÃıES DO ATIVO (REDUTORA)	2.669.983,48						2.669.983,48	
	TOTAL DO GRUPO	8.302.364,32	19.944.511,37					8.302.364,32	19.944.511,37
2.4	PATRIMÈNIO L═QUIDO (SALDO PATRIMONIAL)								
2.4.2	RESERVAS		788,59						788,59
2.4.2.4	RESERVAS T╔CNICAS		788,59						788,59
2.4.2.4.3	RESERVAS ADMINISTRATIVAS		788,59						788,59
	TOTAL DO GRUPO		788,59						788,59
2.4.3	D╔FICIT OU SUPER┴VIT ACUMULADO	788,59						788,59	
2.4.3.2	RESULTADO DE EXERC═CIOS ANTERIORES	788,59						788,59	
2.9	PASSIVO COMPENSADO		16.133.916,82	550.515,49	1.117.383,72	627.760,48	7.008.276,67		16.211.161,81
2.9.1	PREVIS├O ORÃAMENT┴RIA DA RECEITA		2.900.000,00				2.900.000,00		2.900.000,00
2.9.1.1	PREVIS├O ORÃAMENT┴RIA - NATUREZA DA RECEITA		2.900.000,00				2.900.000,00		2.900.000,00
2.9.1.1.1	PREVIS├O INICIAL DA RECEITA		2.900.000,00				2.900.000,00		2.900.000,00
	TOTAL DO GRUPO	788,59	2.900.000,00				2.900.000,00	788,59	2.900.000,00
2.9.2	EXECUÃ├O ORÃAMENT┴RIA DA DESPESA		2.900.000,00	476.408,52	979.583,20	476.408,52	3.879.583,20		2.900.000,00
2.9.2.1	DISPONIBILIDADES DE CR╔DITO		2.900.000,00	135.489,70	282.412,24	135.489,70	3.182.412,24		2.900.000,00
2.9.2.1.1	CR╔DITO DISPON═VEL		2.817.833,73	64.655,85	146.822,12		2.900.000,00		2.753.177,88
	TOTAL DO GRUPO		2.817.833,73	64.655,85	146.822,12		2.900.000,00		2.753.177,88
2.9.2.1.3	CR╔DITO UTILIZADO		82.166,27	70.833,85	135.590,12	135.489,70	282.412,24		146.822,12
2.9.2.1.3.01	CR╔DITO EMPENHADO A LIQUIDAR		17.410,00	70.833,85	135.590,12	64.655,85	146.822,12		11.232,00
2.9.2.1.3.02	CR╔DITO LIQUIDADO		64.756,27			70.833,85	135.590,12		135.590,12
2.9.2.1.3.02.01	CR╔DITO EMPENHADO LIQUIDADO		64.756,27			70.833,85	135.590,12		135.590,12
	TOTAL DO GRUPO		82.166,27	70.833,85	135.590,12	135.489,70	282.412,24		146.822,12
2.9.2.4	EXECUÃ├O DA DESPESA			340.918,82	697.170,96	340.918,82	697.170,96		
2.9.2.4.1	EMISS├O DE EMPENHO			340.918,82	697.170,96	340.918,82	697.170,96		
2.9.2.4.1.01	EMPENHO POR NOTA DE EMPENHO		82.166,27	70.833,85	135.590,12	135.489,70	282.412,24		146.822,12
2.9.2.4.1.01.01	EMPENHOS A LIQUIDAR		17.410,00	70.833,85	135.590,12	64.655,85	146.822,12		11.232,00
2.9.2.4.1.01.02	EMPENHOS LIQUIDADOS		64.756,27			70.833,85	135.590,12		135.590,12
2.9.2.4.1.04	EMPENHOS POR CREDOR		82.166,27	140.773,27	267.936,60	205.429,12	414.758,72		146.822,12
2.9.2.4.1.04.01	VALORES EM LIQUIDAÃ├O		17.410,00	70.833,85	135.590,12	64.655,85	146.822,12		11.232,00
2.9.2.4.1.04.02	VALORES LIQUIDADOS A PAGAR		2.349,21	69.939,42	132.346,48	70.833,85	135.590,12		3.243,64
2.9.2.4.1.04.03	VALORES PAGOS		62.407,06			69.939,42	132.346,48		132.346,48
2.9.2.4.1.99	OUTRAS EMISSıES DE EMPENHO (REDUTORA)	164.332,54		129.311,70	293.644,24			293.644,24	
	TOTAL DO GRUPO	164.332,54	164.332,54	340.918,82	697.170,96	340.918,82	697.170,96	293.644,24	293.644,24
2.9.3	EXECUÃ├O DA PROGRAMAÃ├O FINANCEIRA		10.316.496,74	67.928,97	128.644,52	151.351,96	208.295,39		10.399.919,73
2.9.3.2	DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		10.316.496,74	67.928,97	128.644,52	151.351,96	208.295,39		10.399.919,73
2.9.5	EXECUÃ├O DE RESTOS A PAGAR		10,08				10,08		10,08
2.9.5.2	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		10,08				10,08		10,08
2.9.5.2.1	EXECUÃ├O DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		10,08				10,08		10,08
2.9.5.2.1.01	RP PROCESSADOS A PAGAR		10,08				10,08		10,08
2.9.5.2.1.01.01	RP PROCESSADOS A PAGAR - NE		10,08				10,08		10,08
	TOTAL DO GRUPO		10.316.506,82	67.928,97	128.644,52	151.351,96	208.305,47		10.399.929,81
2.9.9	COMPENSAÃıES PASSIVAS DIVERSAS		17.410,00	6.178,00	9.156,00		20.388,00		11.232,00
2.9.9.7	DIREITOS E OBRIGAÃıES CONTRATADAS		17.410,00	6.178,00	9.156,00		20.388,00		11.232,00
3	DESPESA	64.756,27		70.833,85	135.590,12			135.590,12	
3.3	DESPESAS CORRENTES	64.756,27		70.833,85	135.590,12			135.590,12	
3.3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	60.968,46		62.975,69	123.944,15			123.944,15	
3.3.1.9	APLICAÃıES DIRETAS	60.968,46		62.975,69	123.944,15			123.944,15	
3.3.1.9.0.01	APOSENTADORIAS E REFORMAS	24.324,78		24.058,60	48.383,38			48.383,38	
3.3.1.9.0.01.01	APOSENTADORIAS E REFORMAS	24.324,78		24.058,60	48.383,38			48.383,38	
3.3.1.9.0.03	PENSıES	19.908,78		19.928,97	39.837,75			39.837,75	
3.3.1.9.0.05	OUTROS BENEF═CIOS PREVIDENCI┴RIOS	12.555,11		14.815,49	27.370,60			27.370,60	
3.3.1.9.0.05.01	OUTROS BENEFICIOS TEMPORARIOS	12.555,11		14.815,49	27.370,60			27.370,60	
3.3.1.9.0.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.361,50		3.361,50	6.723,00			6.723,00	
3.3.1.9.0.11.01	VENCIMENTOS E SALARIOS	3.361,50		3.361,50	6.723,00			6.723,00	
3.3.1.9.0.13	OBRIGAÃıES PATRONAIS	818,29		811,13	1.629,42			1.629,42	
3.3.1.9.0.13.01	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS	818,29		811,13	1.629,42			1.629,42	
	TOTAL DO GRUPO	60.968,46	17.410,00	69.153,69	133.100,15		20.388,00	123.944,15	11.232,00
3.3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.787,81		7.858,16	11.645,97			11.645,97	
3.3.3.9	APLICAÃıES DIRETAS	3.787,81		7.858,16	11.645,97			11.645,97	
3.3.3.9.0.30	MATERIAL DE CONSUMO			25,00	25,00			25,00	
3.3.3.9.0.30.01	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS			25,00	25,00			25,00	
3.3.3.9.0.35	SERVIÃOS DE CONSULTORIA	620,00		620,00	1.240,00			1.240,00	
3.3.3.9.0.35.01	OUTROS SERVICOS DE CONSULTORIA	620,00		620,00	1.240,00			1.240,00	
3.3.3.9.0.36	OUTROS SERVIÃOS DE TERCEIROS - PESSOA F═SICA	358,00		358,00	716,00			716,00	
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA								Hora: 15:20:14	
								Pag.: 004	
B A L A N C E T E D E V E R I F I C A C A O									
Modelo RPPS - Portaria MPS Nº 916 de 15 de Julho de 2003									
Fevereiro /2013									

CODIGOS	CONTAS	SALDOS ANTERIORES		MOVIMENTO A DEBITO		MOVIMENTO A CREDITO		SALDOS ATUAIS	
		DEBITO	CREDITO	NO MES	ATE O MES	NO MES	ATE O MES	DEBITO	CREDITO
3.3.3.9.0.36.01	OUTROS SERVICOS DE PESSOA FISICA	358,00		358,00	716,00			716,00	
3.3.3.9.0.39	OUTROS SERVIÃOS DE TERCEIROS - PESSOA JUR═DICA	2.345,00		5.200,00	7.545,00			7.545,00	
3.3.3.9.0.39.01	LOCACAO DE SOFTWARES			3.200,00	3.200,00			3.200,00	
3.3.3.9.0.39.02	SERVICO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACI	2.000,00		2.000,00	4.000,00			4.000,00	
3.3.3.9.0.39.03	OUTROS SERVIÃOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	345,00			345,00			345,00	

3.3.3.9.0.47	OBRIGAÃıES TRIBUT┴RIAS E CONTRIBUTIVAS	464,81		1.655,16	2.119,97			2.119,97	
3.3.3.9.0.47.01	PASEP	464,81		1.655,16	2.119,97			2.119,97	
	TOTAL DO GRUPO	3.787,81		7.858,16	11.645,97			11.645,97	
4	RECEITA		58.634,94			153.362,41	211.997,35		211.997,35
4.1	RECEITAS CORRENTES		46.482,21			52.593,27	99.075,48		99.075,48
4.1.2	RECEITA DE CONTRIBUIÃıES		2.657,63			52.325,96	54.983,59		54.983,59
4.1.2.1	CONTRIBUIÃıES SOCIAIS		2.657,63			52.325,96	54.983,59		54.983,59
4.1.2.1.0.29	CONTRIBUIÃıES PREVIDENCI┴RIAS DO REGIME PRËPRIO		2.657,63			52.325,96	54.983,59		54.983,59
4.1.2.1.0.29.07	CONTRIBUIÃ├O DE SERVIDOR ATIVO CIVIL		2.114,53			51.752,42	53.866,95		53.866,95
4.1.2.1.0.29.07.01	Contribuicao do Servidor Ativo Civil-Prefeitura					50.315,51	50.315,51		50.315,51
4.1.2.1.0.29.07.02	ContribuiþÒo do servidor Ativo Civil- Camara		966,12				966,12		966,12
4.1.2.1.0.29.07.05	Servidor Prefeitura- Beneficios Temporarios		1.148,41			1.436,91	2.585,32		2.585,32
4.1.2.1.0.29.11	CONTRIBUIÃıES DE PENSIONISTA CIVIL		543,10			573,54	1.116,64		1.116,64
4.1.2.1.0.29.11.01	Contribuicao do Servidor Pensionista Civil		543,10			573,54	1.116,64		1.116,64
	TOTAL DO GRUPO		2.657,63			52.325,96	54.983,59		54.983,59
4.1.3	RECEITA PATRIMONIAL		43.824,58			267,31	44.091,89		44.091,89
4.1.3.2	RECEITAS DE VALORES MOBILI┴RIOS		43.824,58			267,31	44.091,89		44.091,89
4.1.3.2.8	REMUNERAÃ├O DOS INVESTIMENTOS DO REGIME PRËPRIO DE		43.824,58			267,31	44.091,89		44.091,89
4.1.3.2.8.10	REMUNERAÃ├O DOS INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA		43.824,58			267,31	44.091,89		44.091,89
4.1.3.2.8.10.01	Rem. de Investimentos do RPPS-Renda Fixa		43.824,58			267,31	44.091,89		44.091,89
	TOTAL DO GRUPO		43.824,58			267,31	44.091,89		44.091,89
4.7	RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÃAMENT┴RIAS		12.152,73			100.769,14	112.921,87		112.921,87
4.7.2	RECEITAS DE CONTRIBUIÃıES - INTRA-ORÃAMENT┴RIAS		7.537,44			96.183,64	103.721,08		103.721,08
4.7.2.1	CONTRIBUIÃıES SOCIAIS - INTRA-ORÃAMENT┴RIAS		7.537,44			96.183,64	103.721,08		103.721,08
4.7.2.1.0.29	CONTRIBUIÃıES PREVIDENCI┴RIAS DO REGIME PRËPRIO -		7.537,44			96.183,64	103.721,08		103.721,08
4.7.2.1.0.29.01	CONTRIBUIÃ├O PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL - IN		1.696,04			90.342,24	92.038,28		92.038,28
4.7.2.1.0.29.01.01	ContribuicÒo Normal Prefeitura					90.342,24	90.342,24		90.342,24
4.7.2.1.0.29.01.03	ContribuicÒo Normal Camara		1.696,04				1.696,04		1.696,04
4.7.2.1.0.29.15	CONTRIBUIÃ├O PREVIDENCI┴RIA EM REGIME DE PARCELAME		5.841,40			5.841,40	11.682,80		11.682,80
4.7.2.1.0.29.15.01	ContribuicÒo Patronal - Parcelamento		5.841,40			5.841,40	11.682,80		11.682,80
	TOTAL DO GRUPO		7.537,44			96.183,64	103.721,08		103.721,08
4.7.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÃAMENT┴RIAS		4.615,29			4.585,50	9.200,79		9.200,79
4.7.9.1	MULTAS E JUROS DE MORA		4.615,29			4.585,50	9.200,79		9.200,79
4.7.9.1.2	MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÃıES		4.615,29			4.585,50	9.200,79		9.200,79
4.7.9.1.2.29	MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÃ├O PARA O RPPS		4.615,29			4.585,50	9.200,79		9.200,79
4.7.9.1.2.29.01	MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÃıES PATRONAIS		4.615,29			4.585,50	9.200,79		9.200,79
4.7.9.1.2.29.01.01	Multas e Juros de Mora- Parcelamento		4.615,29			4.585,50	9.200,79		9.200,79
	TOTAL DO GRUPO		4.615,29			4.585,50	9.200,79		9.200,79
5	RESULTADO DIMINUTIVO DO EXERC═CIO	11.797,98		11.794,48	23.582,38			23.592,46	
5.1	RESULTADO ORÃAMENT┴RIO	11.682,80		11.682,80	23.365,60			23.365,60	
5.1.3	MUTAÃıES PASSIVAS	11.682,80		11.682,80	23.365,60			23.365,60	
5.1.3.1	DESINCORPORAÃıES DE ATIVOS	11.682,80		11.682,80	23.365,60			23.365,60	
5.1.3.1.2	LIQUIDAÃ├O DE CR╔DITOS	11.682,80		11.682,80	23.365,60			23.365,60	
5.1.3.1.2.02	RECEBIMENTO DE D═VIDA ATIVA	5.841,40		5.841,40	11.682,80			11.682,80	
5.1.3.1.2.99	OUTRAS LIQUIDAÃıES DE CR╔DITO	5.841,40		5.841,40	11.682,80			11.682,80	
	TOTAL DO GRUPO	11.682,80		11.682,80	23.365,60			23.365,60	
5.2	RESULTADO EXTRA-ORÃAMENT┴RIO	115,18		111,68	216,78			226,86	
5.2.3	DECR╔SCIMOS PATRIMONIAIS	115,18		111,68	216,78			226,86	
5.2.3.2	AJUSTES DE BENS, VALORES E CR╔DITOS	105,10		111,68	216,78			216,78	
5.2.3.2.8	DEPRECIAÃ├O, AMORTIZAÃ├O E EXAUST├O	105,10		111,68	216,78			216,78	
5.2.3.2.8.01	DEPRECIAÃıES	105,10		111,68	216,78			216,78	
5.2.3.2.8.01.01	ADMINISTRAÃ├O	105,10		111,68	216,78			216,78	
	TOTAL DO GRUPO	105,10		111,68	216,78			216,78	
5.2.3.3	INCORPORAÃ├O DE PASSIVOS	10,08						10,08	
5.2.3.3.1	INCORPORAÃ├O DE OBRIGAÃıES	10,08						10,08	
5.2.3.3.1.05	RESTOS A PAGAR	10,08						10,08	
	TOTAL DO GRUPO	10,08						10,08	
6	RESULTADO AUMENTATIVO DO EXERC═CIO	62.180,80					81.781,32	62.180,80	
6.2	RESULTADO EXTRA-ORÃAMENT┴RIO		81.781,32				81.781,32		81.781,32
6.2.3	ACR╔SCIMOS PATRIMONIAIS		81.781,32				81.781,32		81.781,32

B A L A N C E T E D E V E R I F I C A C A O

Modelo RPPS - Portaria MPS Nº 916 de 15 de Julho de 2003

Fevereiro /2013

CODIGOS	CONTAS	SALDOS ANTERIORES		MOVIMENTO A DEBITO		MOVIMENTO A CREDITO		SALDOS ATUAIS	
		DEBITO	CREDITO	NO MES	ATE O MES	NO MES	ATE O MES	DEBITO	CREDITO
6.2.3.1	INCORPORAÃ├O DE ATIVOS		81.781,32				81.781,32		81.781,32
6.2.3.1.7	INCORPORAÃ├O DE DIREITOS		81.781,32				81.781,32		81.781,32
6.2.3.1.7.10	CR╔DITOS REALIZ┴VEIS A LONGO PRAZO		81.781,32				81.781,32		81.781,32
6.2.3.1.7.10.01	D═VIDA ATIVA - INSCRIÃ├O		81.781,32				81.781,32		81.781,32
	TOTAL DO GRUPO		81.781,32				81.781,32		81.781,32
6.3	RESULTADO APURADO	143.962,12						143.962,12	
6.3.1	RESULTADO DO EXERC═CIO	143.962,12						143.962,12	
	TOTAL GERAL	36.555.177,14	36.555.177,14	1.664.476,24	9.722.461,60	1.664.476,24	9.722.461,60	37.045.414,05	37.045.414,05

NIVALDO APRECIDO MOREIRA
Diretor Executivo

MARLI TERESINHA TEIXEIRA
Tesoureira

CELIO FELIX DE SOUZA
Contador

Publicado por:
Marli Teresinha Teixeira
Código Identificador:797063C2

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

GABINETE DO PREFEITO
RELATÓRIO DE PROJETO EM EXECUÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

	IDENTIFICAÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES	DATA DO INICIO DA EXECUÇÃO	VALOR DO PROJETO ATIVIDADE	EXECUÇÃO (%)				REC. PRIORIZADO P/ 2012	
				ATÉ 2012	ATÉ MARÇO 2013	PREVIS. P/2013	PREVIS. P 2014	CONSERV. PATRIMÔNIO	PROJETOS EM EXECUÇÃO
1	Pavimentação Asfáltica e drenagem superficial - bairros diversos - Contrato 261/09	03/11/2009	R$ 1.033.009,23	99,44	99,44	0,56			
2	Infra-Estrutura de drenagem urbana - Ruas e Avenidas diversas - Contrato 303/09	19/02/2010	R$ 1.312.287,60	80,51	3,91	15,58			
3	Construção de Escola de Ensino Infantil - Contrato 246/09	18/11/2009	R$ 954.924,20	95,00	95,00	5,00	100,00		
4	Construção da Piscina Pública - Contrato 240/09	01/10/2009	R$ 224.921,12	100,00	-				
5	Hospital Vale do Guaporé - Ampliação e Reforma	18/07/2008	R$ 1.496.835,14	100,00					
6	Áreas Urbanas do Municipio - Construção de Casas Populares	14/07/2008	R$519.515,28	100,00					
7	Construção 62 Unidades Habitacionais 212/09	18/06/2010	R$ 899.587,88	90,00	90,00	10,00	100,00		
8	Ampliação e Reforma Escola Sanaria 055/2010	05/04/2010	R$ 328.080,34	100,00					
9	Pavimentação Asfáltica e drenagem superficial - Contrato 89/2010	03/11/2010	R$ 310.506,59	99,43	99,43	0,57			
10	Ampliação e Reforma Escola cirila 187/2010	20/12/2010	R$ 171.355,78	100,00					
11	Implantação Portal e Muro Lar do Idosos 162/2010	08/10/2010	R$ 48.125,61	100,00					
12	Construção banheiros Praça Miguel Gajardoni 133/2010	12/08/2010	R$ 153.849,66	100,00					
13	Pav. asfáltica e drenagem de águas pluviais nas ruas e av. da cidade Contrato 135/2010	03/11/2010	R$ 2.014.995,63	98,40	98,40	1,60	100,00		
14	Serviços de Terraplangem e pav. asfáltica no Resi. São Cristovão - Contrato 213/2010	18/06/2010	R$ 159.150,41	96,46	96,46	3,54			
15	Construção de meio fio e sarjetas nas ruas e aveidas do municipio - Contrato 007/2011	15/02/2011	R$ 130.462,00	88,59	88,59	11,41			
16	Terraplanagem e pav. Asfáltica nas ruas e av. do municipio - Contrato 005/2011-Lote 02	12/11/2010	R$ 1.317.309,27	100,00	11,10	88,90			
17	Construção da praça Jd. Flor da Serra - Contrato /2012	14/08/2012	R$118.000,00	100,00	100,00				
18	Reforma assoalho do Posto de Telegráfo - Contrato 048/2012	04/06/2012	R$44.800,00	100,00	100,00				
19	Construção de ginásio poliesoportivo - 070/2011	28/06/2011	R$ 2.135.480,66	34,90	34,90	65,10	100,00		
20	Pavimentação asfáltica/PACC - 065/2011	15/06/2011	R$ 43.504,44	100,00					
21	Construção de bueiro na Av. Américo Mazete - 078/2011	15/06/2011	R$ 54.400,00	100,00					
22	Costrução de Escola Ensino Infantil - 020/2012	19/03/2012	R$ 1.199.873,02	25,00	25,00	75,00	100,00		
23	Construção e Reforma Escola Ovideo Miranda Brito - 011/2012	13/02/2012	R$ 247.121,43	100,00					
24	Reforma da Escola Arlindo Antônio Nogueira - 014/2012	23/03/2012	R$ 125.657,73	100,00					
25	Reforma da Escola Alcides Franco da Rocha - 116/2011	23/12/2011	R$ 149.373,62	100,00					
26	Construção de meio fio e sarjetas nas Ruas e Avenidas do Municipio - CC 003/2011	27/09/2011	R$ 1.436.113,91	22,42	4,88	72,70			
27	Reforma da Prefeitura - Contrato 021/2012	09/03/2012	R$ 22.784,34	100,00	100,00				
28	Contrução de pista de atletismo - Contrato 029/2012	15/06/2012	R$ 348.105,29	20,00	20,00	80,00	100,00		
30	Pavimentação asfástica MT- 473, Km 00 a Km 976 Vila Olímpica - Contrato 022/2012	30/05/2012	R$ 553.333,78	6,19	6,19	93,80	100,00		
31	Construção do centro de eventos - Contrato 034/2012	19/06/2012	R$ 610.093,71	2,74	2,74	97,26	97,26		
32	Ampliação da Escola Ovídio Miranda de Brito - Contrato 103/2012	23/10/2012	R$ 245.093,66	76,89	18,19	49,20	100,00		
33	Contrução de 02 unidades habitacionais - Contrato 084/2012	16/10/2012	R$ 43.604,92	86,65	13,35	13,35	100,00		
34	Reorma do coreto da praça - Contrato 090/2012	06/09/2012	R$ 45.460,24	100,00					
35	Contrução da pista de skate - Contrato 036/2012	27/04/2012	R$ 80.030,95	62,00	62,00	38,00	100,00		
36	Contrução do centro cultural - Contrato 035/2012	26/06/2012	R$ 511.648,29	33,00	33,00	67,00	100,00		
37	Unidade de Educação Infantil Creche Pré Escola - Contrato 121/2012	05/12/2012	R$ 1.235.250,71	10,77	10,77	89,23	100,00		
38	Obras de Construção de meio fio e sarjeta - Contrato 108/2012	02/01/2013	R$ 682.683,21	16,36	16,36	83,64	100,00		
39	PSFs: PedroPrestes, 06 de Agôsto e São José - Contrato 126/2012	17/12/2012	R$ 225.577,91	18,58	18,58	81,42	100,00		
40	Reforma de uma unidade do Programa Bolsão de Mat. De Construção - Contrato 81/2013	15/02/2013	R$ 7.855,92	100,00	100,00				
41	Pavimentação asfáltica em diversas ruas e avenidas do municipio Contrato 107/2012	não iniciada	R$ 907.617,25	-	-	100,00			
42	Pavimentação asfáltica TSD - Contrato 109/2012	06/12/2012	R$ 1.382.762,29	16,41	16,41	83,59	100,00		

Publicado por:
Dailza Peixoto Aquino de Oliveira
Código Identificador:CF647AE5

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata RP 01/2013 de 07/02/2013 com validade de um ano: Empresa Posto Tigrão LTDA. Preço registrado: **Pregão Presencial nº 01/2013**

Item	Descrição	Total Geral	Medida	Marca	V. Unit.	V. Total
01	Óleo Diesel	181.690	Lts		2,37	430.605,30
03	Óleo Lubrificante para motor a diesel , SAE 40 API CF Balde 20 litros , primeiro refino	80	BD	LUBRAX	135,00	10.800,00
06	Óleo para sistema hidráulico, SAE 10W, primeira linha primeiro refino, balde 20 litros	40	BD	TEXACO	220,00	8.800,00
07	Óleo Lubrificante para transmissão , SAE 30 primeira linha primeiro refino, balde 20 litros	40	BD	TEXACO	205,00	8.200,00
08	Óleo hidráulico, similar ATF, TEXAMATIC SAE 50 Sufixo A, Balde 20 litros, primeiro refino.	30	BD	TEXACO	239,00	7.170,00
10	Óleo para cambio e diferencial SAE 85 w 140 primeira linha, primeiro refino, balde 20 litros	48	BD	MOBIL	250,00	12.000,00
14	Fluido de freio Dot 4 frasco (500 ml)	40	UN	VARGA	14,00	560,00
15	Fluido de freio Dot 3 frasco (500 ml)	40	UN	VARGA	9,00	360,00
16	Estopa 50Kg	10	UN	MAX PORTS	85,00	850,00

17	Graxa lubrificante à base de sabão de lítio para aplicação em Chassi, Rolamento, Cubos de roda e pinos Disponível no grau NLGI-2 , ponto de gota 190º , Balde 20 kg	30	BD	LUBRAX	280,00	8.400,00
18	Óleo lubrificante para engrenagem hipoides API GL5 SAE 90 BALDE 20 LITROS PREIMEIRO REFINO	20	BD	TEXACO	213,00	4.260,00
19	Óleo lubrificante para engrenagem hipoides API GL5 SAE 140 BALDE 20 LITROS PREIMEIRO REFINO	02	BD	TEXACO	235,00	470,00

Publicado por:
Mônica Pereira da Silva
Código Identificador:787B783D

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO

PREFEITURA MUNCIIPAL DE ROSARIO OESTE/MT
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2013

Ata de R.P. nº 007/2013.
Pregão Presencial Nº 009/2013

Validade: 12(doze) meses.

Registro de preços para aquisição de MERENDA ESCOLAR para atendimento da Secretaria Municipal de Educação do municipio de Rosario Oeste/MT e a empresa SUPERMERCADO TEODORO LTDA-ME

Aos cinco dias do mês de Abril de dois mil e treze, reuniram-se a Municipalidade de Rosario Oeste, pessoa jurídica de direito público, , com sede à Avenida Otaviano Costa, S/N, Centro, em Rosario Oeste – Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ-03.180.924/0001-05, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Sr. João Antônio da Silva Balbino,** brasileiro, casado, empresário, portador da RG: 1.068.015-2 SSP/MT, e CPF: 823.357.531-34, residente domiciliado na BR 163/364 KM 116 – Bairro Santo Antônio, assistida pela Pregoeira Sr. MARJORI LOIDE B. PETRENKO e Equipe de apoio designada pela Portaria nº 058/2013, que conduziram o Pregão nº 009/2013 - Registro de Preços Nº 007 /2013, e a empresa SUPERMERCADO TEODORO LTDA-ME, situada na rua Cedro Rosa nº s/n, Bairro Novo Diamantino na cidade de Diamantino/MT, CEP 78.402-000 - CNPJ nº 07.854.126/0001-72 – neste ato representada por seu Socio Proprietario Valdemir Teodoro da Silva, brasileiro, separado judicialmente, empresário, residente e domiciliado na Rua Cambará, s/n, Bairro Novo diamantino na cidade de Diamantino/MT, portador do RG nº 4.036.309-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 602.489.989-00, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o registro de preço, referente ao Pregão Presencial nº 009/2013, nas condições em que segue:

1.OBJETO E PREÇOS

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços para aquisição de **MERENDA ESCOLAR para atendimento da Secretaria Municipal de Educação do municipio de Rosario Oeste/MT**, conforme descrição constante no Anexo I - Especificações dos Lote do Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2013, para REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2013.

1.2. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por Item conforme segue:

LOTE 01

ITEM	QTDE	UNID	PRODUTOS	MARCA	Preço Unitário R$	Preço Total R$
01	**1.320**	**Pacote**	**Arroz T 1 Longo Fino pacote com 6x5 kg.**	**AMELIA**	**12,48**	**16.473,60**
02	**800**	**Pacote**	**Feijão Tipo Carioca Classe 1 pacote - 10x1 kg.**	KUMBUCA	**5,99**	**4.792,00**
03	**4.400**	**Pacote**	**Açúcar Cristal pacote 2 kg – fardo de 20x2kg**	DOCE DIA	**3,29**	**14,476,00**
04	**1500**	**Pacote**	**Farinha de trigo esp. tipo 1enriqu.c/ferro - 10x1 kg.**	BELARINA	**2,60**	**3.900,00**
05	**1500**	**Pacote**	**Fubá fino de milho pacote 10x500 gramas**	MASSON	**1,44**	**2.160,00**
06	**4.600**	**Pacote**	**Macarrão espaguete com ovos pacote - 20x500 gr.**	DALLAS	**2,03**	**9.338,00**
07	**2.300**	**Pacote**	**Macarrão tipo Parafuso ou Concha pacote -10x500 gr.**	DALLAS	**2,51**	**5.773,00**
08	**1.800**	**Pacote**	**Milho para canjica branco tipo 1 pacote 10x500 gr.**	MASSON	**1,22**	**2.196,00**
09	**1.800**	**Pacote**	**Milho para pipoca tipo 1 pacote – 10x500 gr.**	MASSON	**2,60**	**4.680,00**

TOTAL ----------R$ 63.788,60

LOTE 02

ITEM	QTDE	UNID	PRODUTOS	MARCA	Preço Unitário R$	Preço Total R$
01	**1500.**	**Kg**	**Linguiça Toscana porção 1 kg**	EXCELENCIA	10,67	16.005,00
02	**1500**	**Kg**	**Carne Bovina Acém pedaço 1 kg.**	IN NATURA	11,80	17.700,00
03	**1500**	**Kg**	**Carne Bovina Moída porção 1 kg.**	IN NATURA	9,63	14.445,00
04	**1500**	**Kg**	**Iscas de Frango pacote 1 kg.**	ANHAMBI	12,96	19.440,00
05	**160**	**Pacote**	**Salsicha tipo hot dog. Pacote 5kg**	SEARA	7,56	1.209,60

TOTAL ----------R$ 68.799,60

LOTE 03

ITEM	QTDE	UNID	PRODUTOS	MARCA	Preço Unitário R$	Preço Total R$
01	**310**	**Pacote**	**Café torrado e moído pacote 250 gr.**	TANSEERA	3,13	970,30
02	**600**	**Unidade**	**Chá mate pacote 30x200 gr**	LEAO	3,72	2.232,00

03	**1.900**	**Unidade**	**Achocolatado em pó pacote 400 gramas - Caixa 10X400 gr**	MUKI	3,70	7.030,00
04	**13.680**	**Unidade**	**Leite Integral UHT embalagem 1 litro – 12x1**	VENCEDOR	2,59	34.431,20
05	**1.600**	**Unidade**	**Suco Concentrado em pó pacote – 10x1 kg.**	QUALIMAX	5,99	9.584,00
06	**5.280**	**Unidade**	**Suco Concentrado Líquido garrafa 12x500 ml**	DAFRUTA	5,74	30.307,20
07	**7.800**	**Pacote**	**Biscoito água e sal pacote 20 x 400 gr.**	DALLAS	3,24	25.272,00
08	**7.800**	**Pacote**	**Biscoito doce maisena pacote 20x400 gr.**	DALLAS	3,24	25.272,00

TOTAL ----------R$ 136.098,70

LOTE 04

ITEM	QTDE	UNID	PRODUTOS	MARCA	Preço Unitário R$	Preço Total R$
01	**400**	**Pacote**	**Colorau pacote 40x250 gramas**	DOLENCE	1,78	712,00
02	**360**	**Unidade**	**Tempero alho e sal /sem pimenta pote 12x1 kg**	TIO JONAS	9,48	3.412,80
03	**300**	**Unidade**	**Vinagre Fermentado de vinho garrafa 10x750 ml**	SABOROSO	1,68	504,00
04	**4.200**	**Unidade**	**Óleo de Soja refinado tipo 1 garrafa – 20x900 ml**	SOYA	3,49	14.658,00
05	**300**	**Unidade**	**Sal iodado refinado pacote – 30x1 kg**	LEBRE	1,41	423,00
06	**100**	**Unidade**	**Alho in natura caixa 1x10 kg**	IN NATURA	16,90	1.690,00

TOTAL ----------R$ 21.399,80

LOTE 05

ITEM	QTDE	UNID	PRODUTOS	MARCA	Preço Unitário R$	Preço Total R$
01	**960**	**Lata**	**Ervilhas em conserva lata 24x300 gramas**	QUERO	1,69	1.622,40
02	**480**	**Lata**	**Extrato tomate simples concentrado lata 24x300 gr.**	PREDILETO	3,96	1.900,80
03	**400**	**Lata**	**Milho Verde em Conserva lata – 7,2x300 gr.**	QUERO	1,99	796,00
04	**1.000**	**Unidade**	**Sardinha em cons. com óleo comestível lata 125g* 50 latas, drenado peso 90g**	GOMES DA COSTA	3,98	3.980,00

TOTAL ----------R$ 8.299,20

LOTE 06

ITEM	QTDE	UNID	PRODUTOS	MARCA	Preço Unitário R$	Preço Total R$
01	**600**	**Unidade**	**Fermento Biológico instantâneo gran.envelope - 60x10 gr.**	SAFFIT	1,14	684,00
02	**330**	**Pote**	**Fermento em pó Quimico 100 gramas para bolo**	ROYAL	2,54	838,20
03	**3.960**	**Unidade**	**Gelatina sabores sortidos embalagem 35 gramas – 36x35g**	FRUTOP	1,07	4.237,20
04	**480**	**Unidade**	**Margarina veg. c/ sal 60 a80% de lipídeos pote 6x500 gr.**	**MESA**	**3,78**	**1.814,40**
05	**2.340**	**Cartelas**	**Ovos tipo 1 cartelas 1 dúzia**	ZIANE	3,90	9.126,00

TOTAL_____R$ 16.699,80

VALOR TOTAL DOS LOTES ---------- **RS 315.085,70**

2. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 01 ano**,** a partir da data da assinatura e publicação, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes.

2.2. A detentora da ata deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias do término de sua vigência. A inexistência de pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo à Administração, a seu exclusivo critério: de promover nova licitação, descabendo à detentora o direito a qualquer recurso ou indenização.

2.3. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Rosario Oeste não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.4. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2013, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

3. DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO.

3.1 Os produtos aprovados, objeto deste edital, e suas respectivas marcas deverão ser entregues de acordo com as quantidades e endereço especificados na Ordem de Fornecimento emitida pela secretaria Municipal de Educação durante todo o período da licitação. Caso o fornecedor alegue não poder cumprir a entrega de algum produto ou marca o mesmo deverá cumprir a entrega ou arcará com as punições previstas neste Edital.

3.2 O prazo de entrega deverá ser de no máximo 24 (vinte e quaro) horas, a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.

3.3 Será averiguado o prazo de validade dos produtos e posto em conta a qualidade dos mesmos.

3.4 Durante a entrega se for observado que o prazo de validade do produto estiver vencido, a contratada ficará obrigada a substituir os produtos em questão no prazo de 24 (vinte e quatro) horas sem ônus para a Prefeitura Municipal.

3.5 A Administração da Prefeitura Municipal de Rosario Oeste/MT, poderá rejeitar a entrega dos produtos que porventura estejam em desacordo com as especificações constantes no **termo de referencia**, apresentarem imperfeição, ou ainda quando acondicionados de forma indevida, ficarem imprestáveis para o uso, onde deverão ser substituídos. Caso o objeto seja rejeitado, o ônus da devolução (frete, transportadora, etc) correrá por conta da contratada.

3.6 Os produtos serão recebidos definitivamente, obedecendo ao disposto no artigo 73, inciso II, da Lei n° 8.666/93, ou seja mediante termo de aceitação ou atesto aposto na nota fiscal/fatura pelo servidor designado que tenha realizado minuciosa conferência do objeto no ato da entrega dos produtos.

3.7 Ficarão a cargo da(s) vencedora(s) deste certame, as despesas de seguros, entrega, transporte, descarga, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto desta licitação. As empresas fornecedoras se responsabilizarão pelo transporte adequado dos gêneros da merenda, segundo as normas técnicas necessárias (boas práticas, boas condições de higiene e limpeza).

3.8 Em caso de não aceitação do objeto deste Pregão, fica a Contratada obrigada a retirá-lo e substituí-lo no prazo de 24 horas, contados da notificação a ser expedida pela Contratante, ou imediatamente, sob pena de incidência nas sanções capituladas na cláusula 16 e administrativas estabelecidas pelas leis federais nº 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações.

3.9 O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da proponente adjudicatária, nos termos das prescrições legais.

4.0 – DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

4.1. Sempre que notificado de que o Município efetivará a contratação, a licitante vencedora deverá retirar a Nota de Empenho e respectiva Ordem de Fornecimento, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste certame. Recebida a Requisição, a empresa vencedora do certame obriga-se a:

4.1.1. Atender a Ordem de Fornecimento do Município fornecendo os produtos necessários em sua quantidade total.

4.1.2 Entregar e descarregar os produtos em local designado pelo Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional.

4.1.3. Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

4.1.4. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

4.1.5. Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, uma vez que os empregados não manterão nenhum vínculo com o Município;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por culpa ou dolo, não servindo como excludente ou redutor dessa responsabilidade o fato de haver acompanhamento e fiscalização por parte do Município;

4.1.7. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

4.1.8. Fornecer todos os dados necessários à fiscalização e controle do cumprimento do objeto contratado, sempre que solicitado pelo Município de Rosario Oeste - MT.

4.1.9. Executar os fornecimentos somente após autorizados pelo Responsável do Município de Rosario Oeste – MT, procedendo a devolução dos produtos não autorizados.

4.1.10. O Município de Rosario Oeste – MT reserva-se o direito de rejeitar qualquer produto que não atenda as exigências, cabendo à empresa a reposição, sendo que a rejeição não poderá ser alegada como justificativa para atraso no fornecimento.

4.1.11. Após o recebimento de Autorização de fornecimento devidamente autorizado pelo gestor, a empresa vencedora do certame deverá entregar os produtos solicitados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de incorrer nas sanções contratuais dispostas na Ata de Registro de Preços.

4.1.12 - Substituir às suas expensas, os produtos que encontrarem com data de validade vencida, com problemas que venham inutilizar o produto solicitado;

4.1.13 - Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassá-los ao Município, ainda que, depois de expedida a Ordem de Fornecimento;

4.1.14 - Entregar os produtos na sede das escolas de forma fracionado conforme ordem de fornecimento expedido pela Secretaria em até 24 (vinte e quatro) horas, sem que haja qualquer custo adicional.

4.1.15 - Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações obrigam-se a atender prontamente;

4.1.16 - Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município;

4.1.17 - Aceitar acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da proposta.

4.1.18 - Manter seu cadastro atualizado.

5.0 – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE

5.2 Uma vez firmada a ata de preços, o Município se obriga a:

5.2.1 Garantir a detentora do Registro de Preços, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento.

5.2.2. Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.

5.2.3. Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos da ata de registro de preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

5.2.4. Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

5.2.5 Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.2.6. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

6. PENALIDADES

6.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital, sujeita a contratada a multas, consoante o caput e § 1º do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

6.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

6.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

6.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

6.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e;

6.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.4. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas, sujeita à contratada as multas estabelecidas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

6.5. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, e as demais estabelecidas neste edital, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a Administração poderá aplicar, garantida a prévia e ampla defesa, as multas e demais penalização prevista na legislação.

6.5.1. Para os casos de infringência contratual comprovada e sem justificativa aceita e onde não houver percentual de multa estabelecida, a contratante aplicará multa de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) ao dia, estando caracterizada inexecução contratual, não havendo regra específica, a não regularização da situação em prazo superior a 10 (dez) dias úteis, contatos da notificação.

6.6. Se a adjudicatária não cumprir o objeto, recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

6.6.1. Multa nos termos deste edital;

6.6.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo de até 2 (dois) anos, e,

6.6.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.7. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município.

6.8. A decisão de vedação para participar de licitação ou declaração de inidoneidade será exarada pelo Município de Rosario Oeste (MT).
6.9. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste Município, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda proceder a cobrança judicial da multa.

6.10. A licitante adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco anos) e, se for o caso, será descredenciada no Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

6.11. Caso a Contratada não possa cumprir os prazos estipulados para o fornecimento do objeto desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do Contrato e de impedimento de execução do Contrato por fato ou ato de terceiros reconhecido pelo Contratante em documento contemporâneo à sua ocorrência.

6.12. A solicitação de prorrogação, com a indicação do novo prazo para o fornecimento dos produtos/materiais, deverá ser encaminhada ao Município, até o vencimento do prazo de execução dos serviços inicialmente estabelecido, ficando a critério do Contratante a sua aceitação.

7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as peças/serviços as notas fiscais correspondentes ao fornecimento destas, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pelo Secretario Responsável.

7.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado através de Ordem Bancária, no prazo máximo de 10 (dez) dias a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização do contrato;

7.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

7.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

8. READEQUAÇÃO DE PREÇOS

8.1. Os preços dos produtos apresentados nas propostas serão permanentes e irreajustáveis de acordo com a legislação vigente.

8.2. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora;

8..3 Somente haverá revisão de valor quando o reajuste for notório e de amplo conhecimento da sociedade, não se enquadrando nesta hipótese simples mudança de fornecedor ou de distribuidora por parte da Licitante vencedora;

8.4. O reajuste será promovido levando-se em conta apenas o saldo não retirado, e não servirá, em hipótese alguma para ampliação de margem de lucro.

8.5. O reajustamento apenas será efetuado no caso de a Licitante vencedora demonstrar através de Notas Fiscais do distribuidor o preço praticado anteriormente e o atual.

8.6. A recomposição de preços não ficará adstrita a aumento, devendo a Licitante vencedora repassar ao Município as reduções que possivelmente venham ocorrer em seus respectivos percentuais.

8.7. Tais recomposições poderão ser espontaneamente ofertadas pela Licitante ou requeridas pelo Município.

8.8. O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

8.9. Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar ao Município o novo preço que substituirá o então registrado.

8.10. Caso a Licitante venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

9. RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas.
9.2. A rescisão pela **Administração** poderá ocorrer quando:
9.2.1. a detentora não cumprir as obrigações constantes da ata;
9.2.2. a detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;
9.2.3. a detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
9.2.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;
9.2.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar a redução;
9.2.6. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;
9.2.7. sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigida na licitação.
9.3. A comunicação da rescisão, nos casos previstos 9.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, por **02 (duas) vezes consecutivas,** considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação.
9.4. A rescisão pela **Detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata.
9.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de **30 (trinta) dias,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas e compatíveis**,** caso não sejam aceitas as razões do pedido.
9.4.2. A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada.

9.5. A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, mediante a sua concordância em assumirem o fornecimento do objeto da ata.
9.6. Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93.

10. AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

10.1. As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo.
10.2. As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da Nota de Empenho e respectiva Ordem de Fornecimento. Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, desde que as normas contratuais não colidam com as cláusulas desta ata.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.
11.2. A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da ata, ainda que o fornecimento decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência.
11.3. O preço a ser pago pela Prefeitura Municipal de Rosario Oeste/MT é o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da ata, independentemente da data de entrega do produto, ou de autorização de readequação de preços nesse intervalo de tempo.
11.4. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.
11.5. As especificações técnicas do objeto não expressamente declaradas nesta ata deverão obedecer às normas técnicas pertinentes.
11.6. A detentora da ata deverá comunicar toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.
11.7. O valor inicialmente que se atribui a esta ata é o constante da proposta da Detentora do Registro, sendo que cada contratação terá valores próprios.
11.8. Como condição de eficácia, cada contratação terá seu extrato publicado na imprensa oficial.
11.9. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Rosário Oeste / MT, com expressa renúncia de qualquer outro.

Com tudo dado por certo e correto, solicita a aposição primeiramente dos representantes legais e segundamente da Pregoeira e da equipe de apoio, além de duas testemunhas que a tudo assistiram.

Nada mais havendo a ser tratado a sessão de lavratura da ata é dada por encerrada.

ROSARIO OESTE/MT, 09 DE ABRIL DE 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE/MT

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO
Prefeito Municipal

SUPERMERCADO TEODORO LTDA-ME
CNPJ nº 07.854.126/0001-72
Valdemir Teodoro da Silva
Proprietario

TESTEMUNHAS

NOME :_____
CPF :
NOME : _____
CPF :

Publicado por:
Neide Patricia Lemes Tsutsui
Código Identificador:FAB4B113

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

CÂMARA MUNICIPAL
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N° 001/2013

EDITAL N° 001/2013

A Câmara Municipal de São José do Povo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, resolve tornar pública a abertura das inscrições ao Concurso Público, para provimento de cargos públicos, atuais e que vierem a vagar ou a serem criados durante o prazo de validade do concurso, nos quadros de servidores efetivos da Câmara, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas neste Edital, cuja realização ficará sob a responsabilidade da organizadora Sociedade de Desenvolvimento Vale dos Bandeirantes, e será regido pelas instruções especiais constantes do presente instrumento, elaborado em conformidade com os ditames da Legislação Federal e Municipal vigentes e pertinentes.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público será regido por este Edital, seus Anexos, eventuais retificações e/ou aditamentos, e será realizado sob a responsabilidade da organizadora Sociedade de Desenvolvimento Vale dos Bandeirantes.
1.2. É de responsabilidade exclusiva do candidato, acompanhar todas as publicações referentes a este concurso.
1.3. O regime jurídico dos servidores públicos efetivos da Câmara Municipal de São José do Povo é o contido no Estatuto dos Servidores Públicos do Município – Lei Complementar n° 280 de 30/03/2004 e alterações.

II - DOS CARGOS, DAS VAGAS, DOS REQUISITOS, DA CARGA HORÁRIA, DO VENCIMENTO MENSAL E LOTAÇÕES:

CARGO PÚBLICO	REMUNERAÇÃO INICIAL R$	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VAGAS	REQUISITOS PARA PROVIMENTO	TAXA DE INSCRIÇÃO
Contador	2.000,00	35 Hs.	01	Nível Superior	80,00
Jardineiro	670,00	35 Hs.	01	Nível fundamental completo	40,00

2.1. A coordenação, organização e aplicação do Concurso Público ficarão sob a responsabilidade da organizadora Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes, com a supervisão da Comissão Especial do Concurso Público.
2.2. O conteúdo programático consta no anexo I deste Edital.
2.3. As atribuições dos cargos constam do Anexo II deste Edital.

III - DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições deverão ser efetuadas, única e exclusivamente, pela internet no endereço www.noroesteconcursos.com.br. no período de 18 DE ABRIL A 02 DE MAIO DE 2013.

3.1.2. Segue quadro com data e horário de aplicação das provas:

Provas objetivas:

Cargos	Data	Horários
Todos os cargos	12/05/2013	Abertura dos portões: 08:00 Fechamento dos portões: 08:45 Inicio da aplicação das provas: 09:00 Término da aplicação das provas: 12:00

ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO
3.1.3. Não será permitida inscrição pelos correios, fac-símile, condicional ou fora do prazo estabelecido.
3.1.4. A organizadora Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes não se responsabilizará por solicitação de inscrição via Internet não recebida por motivo de ordem técnica de computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.
3.2. Para inscrever-se, o candidato deverá:
3.2.1. Acessar o site www.noroesteconcursos.com.br durante o período de inscrição, descrito no item 3.1 deste edital;
3.2.2. Localizar, no site, o "link" correlato ao Concurso Público da Câmara Municipal de São José do Povo - MT;
3.2.3. Ler completamente o edital, preencher total e corretamente a ficha, e fazer a opção pelo cargo para o qual pretende concorrer;
3.2.4. Imprimir o boleto bancário;
3.2.5. Efetuar o pagamento da inscrição através do boleto, autenticando-o em qualquer agência da rede bancária no valor da taxa de inscrição, até um dia útil após a data de encerramento das inscrições.
3.2.6. Para o pagamento da taxa de inscrição somente poderá ser utilizado o boleto bancário gerado na inscrição. Prestar atenção para o horário bancário.
3.2.7. OS CANDIDATOS QUE NÃO TIVEREM ACESSO À INTERNET PODERÃO USAR UM COMPUTADOR QUE SERÁ DISPONIBILIZADO NA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, SITO RUA JOÃO FRANCISCO DUARTE, 715 – CENTRO – SÃO JOSÉ DO POVO – MATO GROSSO – NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE, DURANTE O PERÍODO ESTABELECIDO NO ITEM 3.1 DESTE EDITAL.
3.3. O candidato será responsável por qualquer erro e/ou omissão, bem como pelas informações prestadas na ficha de inscrição.
3.4. O candidato que fizer qualquer declaração falsa, inexata ou, ainda, que não possa satisfazer todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada e, em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado nas provas e que o fato seja constatado posteriormente.
3.5. Antes do recolhimento do valor da inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para tomar posse do cargo, se aprovado, pois o valor, uma vez recolhido, não será restituído em hipótese alguma.
3.6. É única e exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos oficiais deste Concurso Público que será feita em mural na Câmara Municipal de São José do Povo - MT, e no site www.noroesteconcursos.com.br.
3.7. Das isenções da taxa de inscrição para hipossuficientes, portadores de necessidades especiais e doadores de sangue.
3.7.1. Ficarão isentos da taxa de inscrição os candidatos hipossuficientes na forma da Lei Estadual n° 6.152/1992, alterada pela Lei 8.795/1998.
3.7.2.2 – os candidatos com direito à isenção, que são os hipossuficientes e encontrem-se desempregados conforme previstos nos subitens anteriores deverão observar as seguintes regras no ato da inscrição l:
3.7.2.3 – Os candidatos que pretenderem se inscrever na condição de isentos por estarem regularmente inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, Conforme Decreto Federal n° 6.593/1998, deverão entregar o REQUERIMENTO DE ISENÇÃO devidamente preenchido e assinado, constando obrigatoriamente sob pena de indeferimento o Número de Identificação Social – NIS do candidato, número esse atribuído pelo órgão gestor nacional do Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico, que será consultado quanto à veracidade das informações prestadas pelo candidato no Requerimento de Isenção, juntamente com a cópia dos seguintes documentos comprobatórios:

Continuação....
a) documento de identidade do requerente;
b) cadastro de Pessoa Física (CPF) do requerente;
c) cartão de benefício de qualquer um dos programas sociais do governo federal no qual conste o número de identificação social – NIS do candidato.
3.7.2.4. Candidato Desempregado: Entregar cópia simples do RG; cópia simples do CPF; (copia da página de identificação da carteira de trabalho e Previdência Social – CTPS 4 contendo o número série, cópia de todas as folhas de contrato de trabalho que identifiquem a data de admissão e demissão, assim como a folha subsequente em branco);
3.7.3. Os candidatos com direito à isenção, conforme previsto nos subitens anteriores, deverão observar a data limite para efetuarem a inscrição.
3.7.3.1. Os documentos apresentados serão analisados pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização no prazo de cinco dias a partir do dia do requerimento, possibilitando, dessa forma, ao candidato que, por ventura, não consiga apresentar os documentos necessários para isenção, a oportunidade de se inscrever mediante pagamento da taxa de inscrição.
3.7.3.1.1. A listagem dos candidatos que forem aprovados na análise de isenção será divulgada no mural da Câmara e nos sites www.noroesteconcursos.com.br no dia 27/04/2013.

3.7.3.2. Serão aceitas inscrições para os candidatos com direito à isenção no período de 18 á 23/04/2013, por meio de requerimento padrão, disponível no Anexo IV a ser protocolado na sede da Câmara, após a devida realização de sua inscrição no endereço eletrônico www.noroesteconcursos.com.br

IV - DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS - PNE

4.1. As pessoas PNE que pretendem fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal e pela Lei Nº 7.853/89, é assegurado o direito de inscrição para as funções em Concurso Público, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

4.1.1. Em obediência ao disposto no art. 37, § 1º e 2º do Decreto 3.298 de 20/12/99 que regulamenta a Lei 7853/89, ser-lhes-á reservado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas existentes para cada função, individualmente, das que vierem a surgir ou que forem criadas no prazo de validade do presente Concurso Público.

4.1.1.1. Se na aplicação do percentual resultar número fracionado igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), estará formada 01(uma) vaga para o PNE. Se inferior a 0,5 (cinco décimos) a formação da vaga ficará condicionada à elevação da fração para o mínimo de 0,5 (cinco décimos), caso haja aumento do número de vagas para o emprego ou função.

4.1.2. Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas a PNE, estas serão preenchidas pelos demais candidatos, com estrita observância da ordem classificatória.

4.1.3. Consideram-se pessoas PNE aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal Nº 3.298/99.

4.1.4. As pessoas PNE, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal Nº 3.298/99, particularmente em seu art. 40, participarão do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, e a nota mínima exigida para todos os demais candidatos. Os benefícios previstos no artigo 40, §§ 1º e 2º, deverão ser requeridos por escrito, durante o período das inscrições, através de ficha de inscrição especial.

4.1.5. O candidato deverá encaminhar via SEDEX para a organizadora SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO VALE DO BANDEIRANTES, no endereço: Rua Coripheu de Azevedo Marques, 65 - Jd. Santo Antônio - CEP: 87030-250- Maringá - PR, até o último dia de inscrição, na via original ou cópia reprográfica autenticada:

a) Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código

Continuação....

correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação de prova.

b) Solicitação de prova especial, se necessário.

c) A não solicitação de prova especial eximirá a organizadora de qualquer providência.

4.1.6. Serão indeferidas as inscrições na condição especial de PNE, dos candidatos que não encaminharem dentro do prazo e forma prevista no presente Edital o respectivo laudo médico.

4.1.7. Aos deficientes visuais (cegos), serão oferecidas provas no sistema Braile e suas respostas deverão ser transcritas também em Braile. Os referidos candidatos deverão levar para esse fim, no dia da aplicação da prova, reglete e punção, podendo ainda, utilizar-se de soroban. Aos deficientes visuais (amblíopes) serão oferecidas provas ampliadas, com tamanho e letra correspondente a corpo 24.

4.1.8. O candidato que não atender ao solicitado no subitem 4.1.5 deste edital, não será considerado portador de necessidades especiais, não poderá impetrar recurso em favor de sua situação, bem como não terá sua prova especial preparada, seja qual for o motivo alegado.

4.1.9. Ao ser convocado para investidura na função pública, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial ou credenciado pelo Instituto, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício da função. Será eliminado da lista de PNE o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constate, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral.

4.1.10. Será excluído do Concurso Público o candidato que tiver deficiência considerada incompatível com as atribuições do emprego, bem como aquelas conceituadas pela medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos e legislação aplicável à espécie, e que constituam inferioridade que implique em grau acentuado de dificuldade para integração social.

4.1.11. Não serão considerados como deficiência os distúrbios passíveis de correção.

4.1.12. Após o ingresso do candidato portador de necessidades especiais, a mesma não poderá ser argüida para justificar a concessão de readaptação do emprego, e de aposentadoria por invalidez.

V - DAS ETAPAS DO CONCURSO

5.1. O concurso público será constituído das seguintes etapas:

5.1.1. 1ª ETAPA - PROVA ESCRITA OBJETIVA – para todos os cargos, de caráter seletivo, eliminatório e classificatório.

5.1.2. 2ª ETAPA - PROVA DE TÍTULOS – para todos o cargo de contador, de caráter seletivo, eliminatório e classificatório.

VI - DAS PROVAS

6.1. DA PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA

6.1.1. A Prova Objetiva de múltipla escolha conterá questões das áreas de conhecimento, conforme estabelecido no quadro de provas.

6.1.2. As questões da Prova Objetiva de serão de múltipla escolha sendo apenas uma alternativa correta.

6.1.3. Os conteúdos das provas constam do Anexo I deste Edital.

6.2. DO JULGAMENTO DAS PROVAS OBJETIVAS

6.2.1. A nota da prova objetiva será obtida pela multiplicação do número de acertos em cada disciplina pelo peso de cada questão.

6.2.2. À Prova Objetiva será atribuído valor máximo de 100 (cem) pontos.

6.2.3. À Prova Objetiva será atribuído o seguinte resultado:

Continuação....

a) APROVADO: o candidato alcançou o mínimo de 50% (cinquenta por cento) da pontuação total da Prova Objetiva.

b) REPROVADO: o candidato não alcançou o mínimo de 50% (cinquenta por cento) da pontuação total da Prova Objetiva, acarretando em sua eliminação do Concurso Público.

c) AUSENTE: o candidato não compareceu para realizar a Prova Objetiva, acarretando em sua eliminação do Concurso Público.

6.2.4. A pontuação relativa à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) será(ão) atribuída(s) a todos os candidatos do respectivo cargo daquela questão, presentes à prova

6.3. QUADRO DE PROVAS OBJETIVAS

PROVA OBJETIVA			
CARGOS	**ÁREA DE CONHECIMENTO**	**Nº DE QUESTÕES**	**VALOR DE CADA QUESTÃO**
CONTADOR	Língua Portuguesa	10	3,0
	Conhecimentos Específicos	10	7,0

CARGOS	**ÁREA DE CONHECIMENTO**	**Nº DE QUESTÕES**	**VALOR DE CADA QUESTÃO**
JARDINEIRO	Língua Portuguesa	10	5,0
	Matemática	10	5,0

VII - DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

7.1. As Provas serão aplicadas nas datas e horários estipulados no subitem 3.1.2 deste Edital na cidade de São José do Povo - MT, com duração máxima de 3:00h (três horas), incluso o tempo para preenchimento do cartão-resposta.

7.1.1. As datas das provas objetivas poderão ser alteradas por necessidade da administração. Havendo alteração da data prevista, será publicada com antecedência mínima de 8 (oito) dias úteis, ou a qualquer tempo em caso de calamidade pública.

7.1.2. A confirmação da data e as informações definitivas sobre horário e local para a realização das provas serão divulgadas oportunamente por meio de Edital de Convocação, no site www.noroesteconcursos.com.br.

7.2. Os portões dos locais de prova serão fechados 15 (quinze) minutos antes do horário de início da aplicação das provas – Horário de Mato Grosso, NÃO SERÁ PERMITIDO O INGRESSO DE CANDIDATOS NO LOCAL DE PROVAS APÓS ESTE HORÁRIO.

7.3. Caso o número de candidatos exceda a oferta de lugares nas escolas localizadas na cidade, a organizadora do Concurso Público e a Câmara poderão alterar horários das provas ou até mesmo dividir a aplicação das provas em mais de uma data, conforme subitem 7.1.1 deste edital, cabendo aos candidatos a obrigação de acompanhar as publicações oficiais e através do site www.noroesteconcursos.com.br..

7.4. COMPORTAMENTO - As provas serão individuais, não sendo tolerada a comunicação com outro candidato, nem utilização de livros, notas, impressos, celulares, calculadoras e similares. Reserva-se à Comissão Fiscalizadora e de Acompanhamento do Concurso Público e aos Fiscais, o direito de excluir da prova e eliminar do restante das provas o candidato cujo comportamento for considerado inadequado, bem como tomar medidas saneadoras e restabelecer critérios outros para resguardar a execução individual e correta das provas

Continuação....

7.5. Em caso de necessidade de amamentação durante a realização das provas, a candidata deverá levar um acompanhante que terá local reservado para esse fim e que será responsável pela guarda da criança, além do fato de que o horário despendido com amamentação NÃO será acrescido do tempo total para realização das provas.

7.6. Não haverá sob qualquer pretexto ou motivo segunda chamada para a realização das provas. Os candidatos deverão comparecer no mínimo 1 (uma) hora antes do horário marcado para o início das provas, após os portões serem fechados não sendo permitida a entrada de candidatos retardatários.

7.7. A Correção da Prova Objetiva será feita pelo sistema de Leitura Ótica, pelo que não serão computadas questões não assinaladas, ou que contenham emendas ou rasuras, ou que tenham sido respondidas a lápis, ou, ainda, que contenham mais de uma alternativa assinalada.

7.8. No início das provas o candidato receberá seu Cartão de Respostas, o qual deverá ser assinado e ter seus dados conferidos e, em hipótese nenhuma, haverá substituição em caso de erro ou rasura do candidato.

7.9 O candidato que, eventualmente, necessitar alterar algum dado, fazer alguma reclamação ou sugestão deverá procurar a sala de coordenação no local em que estiver prestando a prova.

7.10. Não haverá prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova em virtude de afastamento, por qualquer motivo, de candidato da sala de prova.

7.11. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Concurso Público, os quais serão afixados nos quadros de aviso da Câmara, no site www.noroesteconcursos.com.br, devendo ainda manter-se atualizado.

7.12. O local e horário de realização das provas serão divulgados oportunamente no site www.noroesteconcursos.com.br e no Mural da Câmara Municipal de São José do Povo – MT.

7.13. Só será permitida a realização da prova em data, local e horário estabelecidos.

7.14. Somente será admitido na sala de prova o candidato que apresentar um dos documentos discriminados no item 7.15 deste capítulo, desde que permita, com clareza, a sua identificação.

7.15. O candidato deverá comparecer ao local designado, com antecedência mínima de 1 (uma) hora, munido de caneta azul ou preta, e de UM DOS SEGUINTES DOCUMENTOS NO ORIGINAL:

- Cédula de Identidade - RG;
- Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;
- Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- Certificado Militar;
- Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (com foto);
- Passaporte.-

7.16. Não será aceito protocolo ou cópia dos documentos citados, ainda que autenticada, ou qualquer outro documento diferente dos anteriormente definidos.

7.17. Não será admitido na sala de prova o candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início.

7.18. As provas objetivas (escritas) desenvolver-se-ão através de questões de múltipla escolha, na forma estabelecida no presente Edital.

7.19. Em caso de anulação de questões, por duplicidade de respostas, falta de alternativa correta ou qualquer outro motivo, estas serão consideradas corretas para todos os candidatos e, os pontos correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que não os obtiveram, independente de recurso.

7.20. Durante as provas, não serão permitidas: consultas bibliográficas de qualquer espécie; utilização de máquina calculadora, agendas eletrônicas ou similares, telefone celular, BIP, “WALKMAN” ou qualquer material que não seja o estritamente necessário para a realização das provas. Os aparelhos “celulares” deverão ser desligados e deixados sobre a mesa do fiscal de sala até o término da prova.

Continuação...

7.21. Após adentrar a sala de provas e assinar a lista de presença, o candidato não poderá, sob qualquer pretexto, ausentar-se sem autorização do Fiscal de Sala, podendo sair somente acompanhado do Fiscal Volante, designado pela Comissão Fiscalizadora e de Acompanhamento do Concurso Público.

7.22. O candidato só poderá retirar-se do local de aplicação das provas, após 1 (uma) hora do horário previsto para o início das mesmas e constante do presente edital, devendo entregar ao Fiscal de Sala o respectivo Cartão de Respostas.

7.23. O Cartão de Respostas, cujo preenchimento é de inteira responsabilidade do candidato, é o único documento válido para a correção eletrônica e deverá ser entregue no final ao fiscal de sala, juntamente com o Caderno de Questões.

7.24. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou à assinatura, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras ópticas, prejudicando o desempenho do candidato.
7.25. Exemplares dos cadernos de questões estarão disponíveis no departamento de recursos humanos da Câmara para consulta aos interessados, durante o período de recursos.

VIII - DOS RECURSOS

8.1. Caberá interposição de recursos devidamente fundamentados, perante a organizadora do concurso Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia subseqüente às data do (a):
a) Indeferimento do pedido de isenção;
b) As inscrições indeferidas;
c) Questões das Provas e Gabarito Preliminar;
d) Resultados das Provas, desde que se refira a erros de cálculo das notas.
e) Resultado da Prova Prática
8.2. O recurso deverá ser protocolado na sede da Câmara Municipal de São José do Povo, com as seguintes especificações:
− Nome do candidato;
− Número de inscrição;
− Número do documento de identidade;
− Cargo para o qual se inscreveu;
− A questão objeto de controvérsia, de forma individualizada;
− A fundamentação ou o embasamento, com as devidas razões do recurso.
8.3. Quanto aos recursos contra questões da prova e gabarito preliminar, deverá ser elaborado um recurso para cada questão, sob pena de sua desconsideração, e os mesmos deverão conter indicação do número da questão, da prova e anexar cópia da bibliografia mencionada também sob pena de sua desconsideração, conforme modelo no Anexo IV deste edital.
8.4. Não serão aceitos recursos encaminhados, via fax e/ou via eletrônica, devendo ser digitado ou datilografado e estar embasado em argumentação lógica e consistente. Em caso de contestação de questões da prova, o candidato deverá se pautar em literatura conceituada e argumentação plausível.
8.5. Os recursos inconsistentes serão indeferidos e os encaminhados fora dos prazos serão desconhecidos.
8.6. Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito. A Banca Examinadora constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, não cabendo recurso a outra autoridade nem recurso adicional pelo mesmo motivo.
8.7. As respostas aos recursos interpostos serão afixadas no site www.noroesteconcursos.com.br.

X - DA PONTUAÇÃO FINAL
10.1 Para todos os cargos a pontuação final do candidato será a nota obtida na prova objetiva e títulos.

Continuação...

XI - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE
11.1. Os candidatos serão classificados em ordem decrescente da pontuação final.
11.2. Os candidatos classificados serão enumerados em duas listas, sendo uma geral (todos os candidatos aprovados) e outra especial. (portadores de deficiência).
11.3. Não ocorrendo inscrição neste Concurso ou aprovação de candidatos portadores de deficiência, será elaborada somente a Lista de Classificação Final Geral.
11.4 - Na classificação entre candidatos com igual número de pontos, serão fatores de preferência os seguintes:
a - Idade igual ou superior a 60 anos, nos termos da Lei Federal 10.741/2003, entre si e frente aos demais, dando-se preferência ao de idade mais elevada.
b - Maior idade considerando ano, mês e dia de nascimento.
c- Maior nota na prova de Conhecimentos Específicos
d - Maior nota na prova de Língua Portuguesa
11.5. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará através de sorteio público.

XII - DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO
12.1. São requisitos básicos para investidura no cargo público:
12.1.1. Aprovação neste concurso público;
12.1.2. Nacionalidade brasileira;
12.1.3. O gozo dos direitos políticos;
12.1.4. A quitação das obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, também com as obrigações militares;
12.1.5. Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, comprovando estar em dia com o órgão regulamentador da profissão, quando for o caso;
12.1.6. Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da posse;
12.1.7. Ser aprovado em exame médico pré-admissional;
12.1.8. Apresentar laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença CID, bem como a provável causa da deficiência, conforme declarado no ato da inscrição;
12.1.9. O candidato que, no decorrer do processo desistir da ocupação da vaga, será automaticamente eliminado deste Concurso Público, salvo os casos que o candidato aprovado solicitar para que fique na última colocação.

XIII - DA CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS

13.1. Os candidatos serão convocados por ordem crescente da classificação.
13.2. A convocação para contratação será feita pelos meios oficiais dA Câmara Municipal de São José do Povo - MT.

XV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Por ocasião da contratação deverão ser apresentadas cópias dos seguintes documentos:

Continuação...

CPF;
Título de Eleitor;
Carteira de Identidade RG;
Carteira de Trabalho CTPS (identificação e contrato);
Certificado de Escolaridade ou Diploma;
Histórico Escolar;
Registro Profissional (Carteira do Conselho de Classe ou Órgão da Categoria);
Carteira Nacional de Habilitação – CNH (se Motorista);
Certificado Militar (se homem);
Declaração de Não Acumulação de Cargo (Caso haja o acúmulo, apresentar Certidão do Órgão Empregador, contendo o Regime Jurídico, a carga horária e o horário de trabalho, com firma reconhecida);
1 Foto 3X4
Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 18 Anos;
Cartão de Vacina dos Filhos Menores de 05 Anos;
Freqüência Escolar dos filhos maiores de 06 e menores de 14 anos;
Certidão Negativa de Débito Municipal;

14.2. Para efeito de sua contratação fica o candidato sujeito à aprovação em exame médico admissional segundo a natureza e especificidade da função, respectiva área de atuação e à apresentação, no prazo legal, dos documentos que lhe foram exigidos.
14.3. A inscrição implica na aceitação por parte do candidato de todos os princípios, normas e condições do Concurso Público, estabelecidas no presente Edital e na legislação municipal e federal pertinente.
14.4. A inexatidão das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminará o candidato do Concurso Público, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade da declaração.
14.5. A Organizadora bem como o órgão realizador do presente certame não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes ao Concurso Público.
14.6. Após 180 (cento e oitenta) dias da divulgação oficial do resultado final do Concurso Público, as Folhas de Respostas serão digitalizadas, pela organizadora realizadora do certame público, podendo após serem incineradas e mantidas em arquivo eletrônico, com cópia de segurança, pelo prazo de 05 (cinco anos).
14.7. O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço para correspondência, junto ao órgão realizador, após o resultado final.
14.8. A validade do presente Concurso Público será de 2 (dois) anos, prorrogável, a critério da Administração, por igual período.
14.9. A convocação para admissão dos candidatos habilitados obedecerá rigorosamente à ordem de classificação.
14.10. Ficam impedidos de participarem do certame aqueles que possuam com qualquer dos sócios da organizadora relação de parentesco disciplinada nos artigos 1591 a 1595 do Novo Código Civil.
14.11. Todos os casos omissos, problemas ou questões que surgirem e que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e Lei Orgânica Municipal serão dirimidos em comum pela organizadora e pela Câmara, através da Comissão Fiscalizadora e de Acompanhamento do Concurso Público.
14.12. A Homologação do Concurso Público poderá ser efetuada por cargo, individualmente, ou pelo conjunto de funções constantes do presente Edital, a critério da Administração.
14.13. Os vencimentos constantes do presente Edital são referentes ao da data do presente Edital.
14.14. Caberá ao Presidente da Câmara a homologação dos resultados deste Concurso Público.
-
Continuação...

14.15. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado no site www.noroesteconcursos.com.br..
14.16. A Câmara Municipal de São José do Povo - MT e a organizadora se eximem das despesas com viagens e estadas dos candidatos para comparecimento em quaisquer das fases deste Concurso Público.
14.17. As informações sobre o presente Concurso Público, até a publicação da classificação final, serão prestadas pela organizadora SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO VALE DO BANDEIRANTES por meio do Telefone 0xx(44) 3265-6743 de segunda a sexta-feira das 8h às 17h, sendo que após a competente homologação serão de responsabilidade da Câmara Municipal de São José do Povo – MT.
Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital que será afixado no mural do Mural da Câmara Municipal, no site da organizadora www.noroesteconcursos.com.br./ e no site da Associação Mato-grossense de Municípios - www.amm.org.br.

São José do Povo, 17 de Abril de 2013.

ELIZEU VIANA CARDOSO FILHO
Presidente da Câmara Municipal
de São José do Povo

ANEXO I

CONTEUDO PROGRAMÁTICO

LÍNGUA PORTUGUESA:

JARDINEIRO: Textos: Interpretação de textos. Significado das palavras. Sinônimos e antônimos. Homônimos e parônimos. Fonética e fonologia: Identificação de vogais, semivogais e consoantes. Letras e fonemas. Identificação de encontros vocálicos e consonantais. Dígrafos. Separação de sílabas. Classificação das palavras quanto ao número de sílabas. Acentuação gráfica: princípios básicos (regras), classificação das palavras quanto à posição da sílaba tônica. Classe de palavras (classes gramaticais). Tipos de sujeito e predicado. Tipos de verbos.

CONTADOR: Textos: Interpretação de textos. Ortografia: Uso das letras. Uso dos acentos gráficos. Pontuação: Uso dos sinais de pontuação. Fonética e fonologia: Letras e fonemas. Identificação de vogais, semivogais e consoantes. Identificação de encontros vocálicos e consonantais. Separação de sílabas. Classificação dos vocábulos pelo número de sílabas. Classificação dos vocábulos pela posição da sílaba tônica. Morfossintaxe: Classes de palavras. Flexão do nome e do verbo. Emprego de pronomes, preposições e conjunções. Relações entre as palavras. Concordância verbal e nominal. Frase (definição, ordem direta e inversa). Oração e período. Termos da oração (sujeito e predicado, predicado verbal, nominal e verbo-nominal, verbos transitivos, intransitivos, de ligação e seus complementos, adjunto adnominal e adverbial). Classificação de orações (coordenadas e subordinadas). Vozes do verbo (ativa, passiva e reflexiva). Colocação dos pronomes oblíquos. Uso da crase. Significação das palavras. Homônimos e parônimos. Sinônimos e antônimos. Linguagem figurada. Identificação e interpretação de figuras de linguagem.

MATEMÁTICA

JARDINEIRO: Operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão. Operações com frações. Frações. Expressões algébricas - Fatoração. Regra de três. Raiz quadrada. Juro simples. Razão e proporção. Produtos notáveis. Teoria dos conjuntos e unidades. Sistema métrico decimal. Potenciação e radiciação. Porcentagem. Geometria. Grandezas proporcionais. Equações e sistema de equações. Problemas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONTADOR: Os princípios fundamentais de contabilidade e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, NBCASP; Manual de contabilidade aplicada ao setor publico - MCASP;Contabilidade pública: conceito, campo de atuação e regimes contábeis; Orçamento público: conceito, elaboração, ciclo orçamentário, exercício financeiro, princípios orçamentários; Sistemas contábeis: orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação;Créditos adicionais: conceito, classificação, indicação e especificação de recursos;Sistemas de contas: conceito, nomenclatura e função das contas; Demonstrativos da gestão: balanço orçamentário, balanço financeiro, balanço patrimonial e demonstração das variações patrimoniais; Normas de escrituração. RECEITA PÚBLICA - Receita Orçamentária, Receita Extra Orçamentária, Arrecadação, Recolhimento, Receita da Dívida Ativa, Operações de Crédito, Vinculações Constitucionais da Receita Pública; DESPESA PÚBLICA - Despesa Orçamentária, Despesa Extra Orçamentária, Empenho, Liquidação, Pagamento, Restos a Pagar, Despesas pelo Regime de Adiantamento; Fundos Especiais; PATRIMÔNIO PÚBLICO - Substância Patrimonial, Contra Substância Patrimonial, Ativo Financeiro, Passivo Financeiro, Ativo Permanente, Passivo Permanente e Situação Líquida. LICITAÇÕES. Lei 4320/64, Lei Complementar 101, de 04/05/2000, Lei Federal 8.666/93.

ANEXO II
ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

ATRIBUIÇÕES	PADRÃO DE VENCIMENTO	CARGA HORÁRIA	REQUISITOS PARA INVESTITUDA
Organizar e executar serviços de contabilidade em geral, elaborando relatórios gerenciais. Escriturar os livros de contabilidade obrigatórios, bem como todos os necessários no conjunto da organização contábil e levantamento dos respectivos balanços e demonstrações. Elaborar plano de contas; definir a classificação de receitas e despesas; elaborar balancetes, balanços e demonstrações contábeis e financeiras de forma analítica e sintética. Proceder à incorporação e consolidação de balanços e realizar a avaliação contábil de balanços. Auditar processos de realização de despesas em todas as suas etapas, ou seja, reserva, empenho, liquidação e pagamento. Elaborar, controlar e acompanhar a execução orçamentária. Realizar as conciliações de contas bancárias e contábeis. Elaborar relatórios sobre a gestão orçamentária, financeira, e patrimonial. Elaborar e avaliar os relatórios e demonstrativos bimestrais, trimestrais, quadrimestrais, semestrais e anuais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Analisar a incidência de tributos, contribuições e demais retenções. Organizar os serviços contábeis quanto ao planejamento, estrutura, estabelecimento de fluxogramas e cronogramas. Acompanhar e avaliar a aplicação de recursos provenientes de transferências governamentais. Orientar a elaboração de folhas de pagamento. Apresentar estudos e sugestões para o aperfeiçoamento da legislação orçamentária, contábil e financeira, no âmbito municipal, visando ao aprimoramento ou implantação de novas rotinas e procedimentos. Assessorar comissões de licitação. Executar serviços gerais de expediente ligados à área contábil, orçamentária e financeira; Prestar assistência às demais áreas da Câmara e atender às demais demandas afetas à contabilidade. Executar outras atividades afins à sua Unidade Funcional, a partir das necessidades e demandas da área e de conformidade com as orientações dadas pela sua chefia imediata.	**R$ 2.000,00**	**35**	a) Ensino superior em Ciências Contábeis, com registro no respectivo Conselho Profissional.

CONTADOR

ANEXO II
ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

ATRIBUIÇÕES	PADRÃO DE VENCIMENTO	CARGA HORÁRIA	REQUISITOS PARA INVESTITUDA
Preparar a terra, escavando, adubando, irrigando e efetuando outros tratos necessários para proceder ao plantio de flores, árvores, arbustos e outras plantas ornamentais. Efetuar a poda das plantas, aparando-as em épocas determinadas, com tesouras apropriadas para assegurar o desenvolvimento das mesmas. Efetuar o plantio de sementes e mudas, colocando-as em covas previamente preparadas no canteiro, para obter a germinação e o enraizamento. Efetuar a formação de novos jardins e gramados, renovando-lhes as partes danificadas, transplantando mudas erradicando ervas daninhas e procedendo a limpeza dos mesmos, para mantê-los em bom estado de conservação; Preparar canteiros, colocando anteparos de madeira e de	**R$ 670,00**	**35**	a) 1º. Grau Completo;

outros materiais, seguindo os contornos estabelecidos para manter á estética dos locais. Zelar pelo cumprimento das normas estabelecidas pela Segurança do Trabalho e pela adequada utilização dos Equipamentos de Proteção Individual - EPIs durante o seu turno de trabalho, contribuindo para a redução de riscos e ocorrência de acidentes. Executar outras atividades afins à sua Unidade Funcional, a partir das demandas e necessidades internas e de conformidade com as orientações dadas pela sua chefia imediata.			

JARDINEIRO
ANEXO III

FORMULÁRIO DE RECURSOS

À
SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO VALE DO BANDEIRANTES;

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO - MT

NOME DO CANDIDATO: _____

CARGO:_____

TIPO DE RECURSO - (Assinale o tipo de Recurso)

[_]	CONTRA INDEFERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA	Ref. Prova objetiva
[_]	CONTRA INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÃO	Nº da questão:_____
[_]	CONTRA GABARITO PRELIMINAR	Gabarito Preliminar/Oficial: _____
[_]	CONTRA RESULTADO PROVA OBJETIVA	Resposta Candidato: _____
[_]	CONTRA RESULTADO PROVA DE TÍTULOS	

Justificativa do candidato - Razões do Recurso
_____
_____
_____
_____
_____
Reproduzir a quantidade necessária. Preencher em letra de forma ou digitar e entregar este formulário em 02 (duas) vias, uma via será devolvida como protocolo.

Data: ____/____/____

_____

Assinatura do candidato

ANEXO IV

MODELO PARA REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO
CONCURSO PÚBLICO 01/2013.

Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição (Declaração de Hipossuficiência Financeira)
REQUISIÇÃO
À Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes,
Eu, _____, Carteira de identidade nº. _____, CTPS nº. _____, SÉRIE nº. _____, Inscrição nº. _____, Candidato ao Cargo de: _____, em consonância com os itens 3.6 e 3.7 do Edital 001/2012 e seus subitens. Venho através deste Instrumento, requerer a isenção da Taxa de Inscrição para o Concurso Público 001/2012, da Câmara Municipal de São José do Povo - MT.
Declaro sob as penas da Lei que estou ciente e de acordo com todas as exigências especificadas no Edital.

DOCUMENTOS APRESENTADOS:

Documentos apresentados		Nº. de Documentos/páginas
( )	Comprovante de inscrição no CadÚnico	
( )	RG do requerente	
( )	CPF do requerente	

São José do Povo, MT, _____ de Abril de 2013.

_____
Assinatura do Candidato

_____

Assinatura do Responsável p/ recebimento

INSTRUÇÕES:

O Candidato deverá:

1) Todos os Documentos apresentados deverão ser autenticados em Cartório por tabelião ou pela representante da Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes caso opte por autenticar pela representante da Sociedade Vale do Bandeirantes deverá apresentar ao mesmo, as cópias e as originais para a comprovação de autenticidade dos documentos;

2) O requerimento padrão acompanhado do boleto bancário deverá ser protocolado junto a Comissão do Concurso Público,na Câmara Municipal de São José do Povo – MT , no prazo e forma previstos no Edital.
3) Não será concedida Isenção da Taxa de Inscrição ao Candidato que:
I. Omitir informações e/ou torná-las inverídicas;
II. Fraudar e/ou falsificar documentos;
III. Pleitear a isenção, sem apresentar cópia autenticada dos documentos previstos.
IV. Não observar os locais, os prazos e horários estabelecidos no Edital.
4) As informações prestadas no requerimento de isenção da taxa de inscrição, bem como a documentação apresentada, serão de inteira responsabilidade do requerente, podendo o mesmo responder, a qualquer momento por crime contra a fé pública.

5) A relação das isenções deferidas será divulgada no site http://www.noroesteconcursos.com.br/, devendo o pretendente verificar o deferimento ou não, para que no caso de indeferimento, restará tempo hábil ao pagamento da taxa de inscrição.

Publicado por:
Miriam Vieira Freire
Código Identificador:7EDEC8F8

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2013

PARA CONTRATAÇÃO DE: MÉDICO, ENFERMEIRO E PROFESSOR

1 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
O Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, no uso de suas atribuiçoes legais e regulamentares, tendo como sede a Prefeitura Municipal à Rua Paraíba, 355, Centro, por meio de sua Comissão Permanente de Processo Seletivo – CPPS, nomeada pela Portaria nº. 104/2013, presidida pela Senhora Sandra Franco Casavechia, torna público que se encontram abertas as inscrições para a seleção e posterior contratação por tempo determinado, nos seguintes cargos:

2 – DAS VAGAS E DAS CARACTERÍSTICAS DOS EMPREGOS
O Processo Seletivo simplificado será realizado observadas as normas deste Edital e destina-se ao provimento de vagas e formaçao de Cadastro de Reservas para o cargo de professor para suprir substituiçoes de servidores em licença prêmio, saúde, maternidade, conforme vagas estabelecidas no quadro abaixo:

Nº de vagas	Cargo	Jorn. Sem.	Escolaridade	Lotação	Tempo de contato	Salário
02	Médico	40 hs	Graduado em Medicina	Sec. Mun. de Saúde e Saneamento	01(um) ano*	R$ 9.018,30
03	Enfermeiro	40 hs	Graduado em Enfermagem	Sec. Mun. de Saúde e Saneamento	01(um) ano*	R$ 2.269,97
02	Professor	24 hs **	Graduado em Pedagogia	Sec. Mun. de Educação e Cultura	01(um) ano*	R$ 1.490,26
01	Professor	24 hs **	Formação Magistério	Assentamento P.A Campinas - Escola Municipal Tereza Rosa T. Barbosa.	01(um)ano *	R$ 898,20

*** O contrato extinguirá no momento em que as vagas forem preenchidas por servidores efetivos(concursados).**
**** 20 horas aulas(um período) e 04 horas atividades.**

2.1 – Os aprovados no Processo Seletivo Simplificado para a função de Médico, exercerão a função, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, com uma jornada semanal de 40 horas, com descanso semanal aos sábados e domingos.
Os aprovados no Processo seletivo simplificado para a função de Enfermeiro, exercerão a função, lotado na Secretaria Municipal de Saude e Saneamento Básico.
Os aprovados no Proceso Seletivo Simplificado para a função de Professor, exercerão a função, lotado na secretária Municipal de Educação e Cultura, com jornada de 24 horas, com descanso semanal aos sabados e domingos.
No interesse do Contratante a jornada de trabalho e os horários poderão sofrer alterações a fim de melhor adequação da necessidade de atendimento ao interesse público. Os serviços serão prestados na sede do **Contratante.**
2.2 – A contratação dos classificados cadastro reserva para o cargo de professor, será necessário para substituição de licença-prêmio e licença maternidade no decorrer do ano letivo, conforme o período relacionado abaixo:

Vaga	Período	Tipo de licença	Local da substituição
01	30/07/2013 a 27/10/2013	Licença Prêmio	Escola Municipal José Cezario Castilho
01	25/08/2013 a 25/11/2013	Licença Prêmio	Escola Municipal Tereza Rosa T. Barbosa
01	30/08/2013 a 30/11/2013	Licença Prêmio	Escola municipal Tereza Rosa T. Barbosa
04	20/09/2013 a 20/12/2013	Licença Prêmio	Escola Municipal João Trevisan/Escola Municipal Pedro Coelho Portilho
01	22/09/2013 a 22/12/2013	Licença Prêmio	Escola municipal João Trevisan
01	08/2013 a 12/2013	Licença Maternidade	Escola Municipal Tereza Rosa T. Barbosa

3 - DA DIVULGAÇÃO

A divulgação oficial deste Processo Seletivo Simplificado dar-se-á através de aviso afixado no mural da Prefetura Municipal de São José do Rio Claro e da Secretaria Municipal de Saúde e Educação, assim como no Diário Oficial do Município – AMM, site www.amm.gov.br e também no site oficial da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro, www.saojosedorioclaro.mt.gov.br.

4 - DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

4.1 – Este Teste Seletivo está aberto a todos que satisfazerem as exigências das Leis Brasileiras, podendo participar do teste o candidato que preencher os requisitos abaixo:

Cargo	Requisito
Médico(a) Clínico Geral	a) Possuir idade mínima de 18 anos completos na data do encerramento das inscrições; b) Haver concluído o Curso Superior Completo em Medicina e possuir registro no conselho correspondente; c) Ser brasileiro nato ou naturalizado ou estrangeiro com visto permanente; d) Estar quite com as obrigações militares e eleitorais; e) Gozar de boa saúde física e mental; f) Os candidatos deverão informar, no ato da inscrição, se são portadores de deficiência; g) Atender as condições prescritas para a função.
Enfermeiro(a)	a) Possuir idade mínima de 18 anos completos na data do encerramento das inscrições; b) Haver concluído o Curso Superior Completo em Enfermagem e possuir registro no conselho correspondente; c) Ser brasileiro nato ou naturalizado ou estrangeiro com visto permanente; d) Estar quite com as obrigações militares e eleitorais; e) Gozar de boa saúde física e mental; f) Os candidatos deverão informar, no ato da inscrição, se são portadores de deficiência; g) Atender as condições prescritas para a função.
Professor(a) Pedagogia	a) Possuir idade mínima de 18 anos completos na data do encerramento das inscrições; b) Haver concluído o Curso Superior Completo em Pedagogia possuir Certificado de Conclusão; c) Ser brasileiro nato ou naturalizado ou estrangeiro com visto permanente; d) Estar quite com as obrigações militares e eleitorais; e) Gozar de boa saúde física e mental; f) Os candidatos deverão informar, no ato da inscrição, se são portadores de deficiência; g) Atender as condições prescritas para a função.
Professor Magistério	a) Possuir idade mínima de 18 anos completos na data do encerramento das inscrições; b) Haver concluído o magisterio, possuir Certificado de Conclusão; c) Ser brasileiro nato ou naturalizado ou estrangeiro com visto permanente; d) Estar quite com as obrigações militares e eleitorais; e) Gozar de boa saúde física e mental; f) Os candidatos deverão informar, no ato da inscrição, se são portadores de deficiência; g) Atender as condições prescritas para a função

5 – DA TAXA DE INSCRIÇÃO:

5.1. O recolhimento da taxa de inscrição deverá ser efetuado no **BANCO DO BRASIL – AGÊNCIA Nº. 3628-5 CONTA CORRENTE 5833-5, FAVORECIDO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO. NÃO SERÃO ACEITOS RECIBOS DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS EFETUADOS EM CAIXAS ELETRÔNICOS E NEM TRANSFERÊNCIAS ELETRÔNICAS.**

A) Médico: R$ 50,00 (cinquenta reais);

B) Enfermeiro: R$ 30,00 (trinta reais);

C) Professor Pedagogo: R$ 20,00 (vinte e reais);

d) Professor Magistério: R$ 20,00 (vinte reais).

5.1.2 – O pagamento da taxa de inscrição poderá ser efetuado em dinheiro ou em cheque. As inscrições feitas com cheques somente serão consideradas efetivadas após as respectivas compensações.

5.1.3 – Após o recolhimento da taxa de inscrição, o candidato deverá dirigir-se ao endereço constante no item 6.2 para realizar a sua inscrição, mediante a apresentação do comprovante de recolhimento da taxa de inscrição.

5.2 – **Da isenção da Taxa de Inscrição:** Estará dispensado do pagamento da taxa de inscrição para o Processo Seletivo Simplificado 001/2013, o candidato que se enquadrar em qualquer uma das hipóteses previstas no Art. 1º, incisos I a IV da Lei Municipal nº. 569/2005, e preencher os requisitos nos termos do Decreto nº. 001/2006.

5.3 – O interessado que preencher o requisito da Lei Municipal nº. 569/2005 e do Decreto nº. 001/2006 citados no subitem anterior e desejar isenção de pagamento da taxa de inscrição neste Processo Seletivo Simplificado deverá dirigir-se ao local de realização das inscrições, para preencher a Declaração de Isenção que que será fornecida no ato da inscrição, juntamente com a documentação comprobatória, conforme o disposto no Decreto nº. 001/2006.

5.4 – As informações prestadas na Declaração, bem como a documentação apresentada, será de inteira responsabilidade do candidato, respondendo este, por qualquer falsidade.

5.5 – Não será concedida isenção de pagamento da taxa de inscrição ao candidato que apresentar a documentação incompleta; omitir informações e ou torná-las inverídicas; fraudar ou falsificar documentação.

5.6 – Não será aceita declaração de isenção de pagamento da taxa de inscrição via postal, via fax e/ou via correio eletrônico.

5.7 – Os documentos comprobatórios, de que trata o item 5.2, serão retidos pela Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro/MT.

6- DAS INSCRIÇÕES:

6.1 Ao inscrever-se, o candidato aceita de forma irrestrita as condições contidas neste Edital, que constitui as normas que regem o Processo Seletivo, não podendo delas alegar desconhecimento.

6.2 Para inscrever-se, o candidato deverá comparecer, na Sede Administrativa da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro, Departamento de Recursos Humanos, do dia 23 de abril a 07 de maio de 2013, no horário das 07 :30 as 11:30 e das 13:30 as 15:30.

6.3- O candidato que fizer qualquer declaração falsa, inexata ou ainda, que não possa satisfazer todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada e, em consequência, serão anulados todos os atos dela decorrentes.

7- DA DOCUMENTAÇÃO:

7.1 - No ato da inscrição o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Comprovante de recolhimento da taxa de inscrição;

b) Cópia dos documentos pessoais: Carteira de identidade, CPF, Certidão de nascimento ou casamento, Comprovante de endereço;

c) Comprovante de escolaridade;

d) Ter nacionalidade brasileira;

e) Prova de quitação ou inserção do serviço Militar (se o candidato for do sexo masculino);

f) Prova do registro no Conselho Regional da Profissão;(Médico e Enfermeiro)

g) Cópia do Título de eleitor e prova de estar em dias com as obrigações eleitorais;

h) O candidato portador de deficiência deverá anexar ao Requerimento de Inscrição, Atestado Médico (original), contendo parecer descritivo do médico assistente do candidato, em receituário próprio, comprovando a deficiência, nos termos do Código Internacional de Doenças (CID);

i) Não serão aceitas inscrições por via postal, fax ou em caráter condicional;

j) O pedido de inscrição deverá ser feito pessoalmente ou por procurador devidamente qualificado.

No ato da inscrição o candidato receberá seu respectivo comprovante assinado pelo atendente conferidor.

8 – DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

8.1. De acordo com a Lei Federal nº 7.853/89, regulmentada pelo Decreto Federal nº 3.298/99, aos candidatos portadores de deficiência física serão destinados 10% (dez por cento) das destinaçoes das vagas dos cargos previstos neste edital, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, quando for o caso;
8.2. Caso a aplicação do percentual de que trata o parágrafo anterior resulte em número fracionário superior a 0,7 (sete décimos), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, de acordo com a Lei Complementar nº 114/2002, Estatuto das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais no âmbito do Estado de Mato Grosso.
8.3. Ao candidato portador de deficiência física, é assegurado o direito de se inscrever nessa condição, declarando a deficiência física de que é portador, submetendo-se, se convocado, à perícia médica promovida pela **Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro**, que dará decisão terminativa sobre a qualificação do candidato com deficiência e/ou o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo;
8.4. A não observância do disposto no subitem anterior acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições;
8.5. O candidato portador de deficiência física participará do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere a conteúdo, avaliação, duração, horário e local de aplicação das provas;
8.6. As vagas reservadas a portadores de deficiência física, não preenchidas por falta de candidatos, por reprovação no concurso ou na perícia médica serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem de classificação;
8.7. Os candidatos que no ato da inscrição se declararem portadores de deficiência física, se classificados nas provas além de figurarem na lista geral de classificação, **terão seus nomes publicados em relação à parte**, observada a respectiva ordem de classificação.

9 – DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO:

9.1 – Para a seleção do presente processo seletivo simplificado o candidato deverá submeter-se a uma Prova de Conhecimentos Específicos.
9.2- A prova terá caráter eliminatório e classificatório e consistirá da resolução de 10 (dez) questões objetivas, de múltipla escolha, baseadas no conteúdo programático constante no quadro abaixo, e será valorizada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, sendo aprovado o candidato que atingir, no mínimo, 50% de acertos, ou classificatoriamente de acordo com a pontuação.

10 - DAS PROVAS

Cargo	Conteúdo programático	N.º Questões	Peso	Total de Pontos
Médico(a) Clinico(a) Geral	Aspectos clínicos, epidemiológicos, fisiopatologia e tratamento de: Insuficiência Cardíaca, Insuficiência Coronariana, Insuficiência Hepática, Insuficiência Renal Aguda e Crônica, Pneumonias, Doenças Pulmonares Obstrutivas (Asma, Bronquite Crônica, Enfisema Pulmonar), Síndrome do Desconforto Respiratório do Adulto, Diarréia Aguda e Crônica, Imunodeficiências primárias e adquiridas, Diagnóstico Diferencial e Abordagem do Paciente em Coma, Anemias, Doenças autoimunes (Lúpus Eritematoso Sistêmico, Artrite Reumatóide, Febre Reumática, Artrites Soronegativas), Distúrbios do Equilíbrio Ácido-Básico, Distúrbios Hidroeletrolíticos, Neoplasias Primárias e Metastáticas, Diabetes Mellitus e suas complicações agudas e crônicas, Síndrome do Hipo e Hipertireoidismo, Distúrbios Somatoformes, Desnutrição no Adulto, Distúrbios da Hemostasia, Diagnóstico Diferencial das Artrites, Leucemias e Linfomas e suas complicações. Conhecimentos gerais de Medicina Legal. Primeiros socorros, atendimentos emergenciais, tratamento clínico de paciente cirúrgico, noções básicas de medicina do trabalho.	10	1,0	10
Professor(a) Pedagogia	As questões do componente de formação geral versarão sobre alguns os dentre os seguintes temas: · Arte, cultura e filosofia; · Avaliação escolar; · Ensino fundamental de nove anos – avanços e desafios; · Saberes e práticas da educação infantil; · Afeto na educação infantil; · Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil; · Redes sociais e responsabilidades: setor público, privado, terceiro setor; · Relações interpessoais (respeitar, cuidar, considerar e conviver); · Inclusão/exclusão digital; · Democracia e cidadania; · Avanços tecnológicos; · Diferentes mídias e tratamento da informação; · O construtivismo como forma de abordagem de ensino.	10	1,0	10
Enfermeiro(a)	· Conhecimento da ética Profissional; · Conhecimento da legislação sobre o exercício da profissão; · Conceito; Histórico; entidade de classe; equipe de enfermagem; unidade de enfermagem ou de internação; · Cuidado higiênico com o paciente; medida de conforto e segurança do paciente; · Controle; temperatura; pulso; respiração; pressão arterial; · Técnicas assépticas; noções de farmacologia; · Conduta e assistência imediata em casos de asfixia, hemorragia; vômito, fratura, lipotimia, convulsão, isolação; corpo estranho, picada de insetos e envenenamentos; · Administração de medicamentos por via oral e parental; · Aspiração, oxigenoterapia, nebulização, drenagens, gavagem; · Identificação das variáveis; motivos e ações de enfermagem; · Vigilância epidemiológica; · Coeficientes de mortalidade e natalidade; · Cobertura vacinal; esquema de vacinação. · Saúde da mulher, prevenção do câncer; prénatal. · Prevenção e tratamento da Tuberculose, Hanseníase, Obesidade, Dengue e Malária; · Prevenção das doenças crônicas degenerativas (hipertensão, diabete, etc.); · Prevenção de doenças tropicais. · Legislação do SUS (lei 8.080/90. Saúde do idoso, saúde do adolescente, doenças prevalentes na infância)	10	1,0	10
Professor(a) Magistério	· A didática na formação do educador ; interdisciplinaridade, planejamento de ensino; · Ensino fundamental de nove anos - avanços e desafios; · Avaliação no processo ensino-aprendizagem; · Conselho de classe; · Conselho escolar; · Planejamento de Ensino; · Educação inclusiva; · Lei 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (arts. 01 a 37); · Estaturo da crisnça e do adolescente-ECA (arts. 53 a73, 129 a 144); · Parametros Curriculares Nacionais da disciplina · Temas transversais: educaçção sexual e ética	10	1,0	10

10.1 – A **prova** será realizada no dia **11 de maio de 2013**, com inicío as 08:00 e término as 10:00, na Sede do Nucleo de Ensino Superior (antigo Senac).
10.2 - O candidato deverá comparecer ao local determinado para realização da prova com antecedência mínima de dez minutos, munido de documento de identificação, comprovante de inscrição, caneta esferográfica de ponta grossa, de cor azul ou preta.
10.3 - Não será permitida a prestação de prova em data, local e horário diferentes do estabelecido, seja qual for o motivo alegado.
10.4 - Durante a realização da prova, não será permitido ao candidato, sob pena de anulação de sua prova:
I - Comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao Processo Seletivo;
II - Consultar qualquer espécie de livro ou apontamentos;
III - Utilizar-se de telefone celular, pager, fone de ouvido ou de qualquer outro aparelho eletro-eletrônico;
IV - Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente em casos especiais e na companhia do fiscal;
V - Portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma, o bom andamento dos trabalhos;
VI - Tratar com descortesia qualquer dos examinadores, coordenadores, fiscais, auxiliares ou autoridades presentes.
10.5 - Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato, ou de pessoas estranhas ao Processo Seletivo, nos locais onde forem aplicadas às provas.

11 – DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO:

11.1. Realização das Inscrições: **23 de abril a 07 de maio de 2013**
11.2. Realização da prova escrita:**11 de maio de 2013 as 08:00hs.**
11.3. Local de realização das Provas Escritas: Sede Nucleo de Educação Superior (ANTIGO SENAC)
11.4. Publicação do Gabarito das Provas Escritas: 1º dia útil após aplicação das provas.
11.5. Publicação da relação de Aprovados e Classificados: **16 de maio de 2013.**
11.6. Previsão para Publicação do Resultado Final do Processo Seletivo: **21 de maio de 2013.**

12 – DOS RECURSOS

12.1 – Quaisquer recursos sobre as decisões tomadas neste processo pela CPPS, poderão ser interpostos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da decisão por petição à Comissão.

13 – DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO

13.1 - A classificação será feita em ordem decrescente da nota final obtida individualmente, considerando todos os candidatos aprovados.
13.2- Em caso de empate, terá preferência, sucessivamente**,** o candidato de maior idade.
13.3- O resultado do processo seletivo será divulgado no mural da Prefetura Municipal de São José do Rio Claro, assim como no Diário Oficial do Município - AMM, site www.amm.gov.br e no site oficial da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro, www.saojosedorioclaro.mt.gov.br .

14 - DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

14.1- O Município de São José do Rio Claro, obedecida a ordem classificatória, convocará o candidato, para que seja submetido ao exame médico admissional (só poderá ser contratado aquele que for julgado apto na Inspeção Médica) e apresentação dos documentos necessários para sua contratação.
14.2- Após o prazo de 48 horas, o candidato que não atender a convocação, dará direito ao município de convocar o próximo classificado.

15 - DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO E DA DURAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO
15.1- O Processo Seletivo terá validade de 01 (um) ano, a contar da data de publicação da homologação do resultado final.
15.2 – A duração do contrato será de 01 (um) ano a contar da data de assinatura do contrato, e desde que devidamente justificado, o prazo de contratação poderá ser antecipado.
15.3 – Durante a vigencia do Processo Seletivo Simplificado, na hipótease de abertura de novas vagas por vacância ou necessidade da Prefeitura Municipal, serão aproveitados os candidatos aprovados obedecida rigorosamente a ordem de classificação e o quantitativo de vagas obedecidas em lei.

16 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
16.1- A inexatidão das informações e as irregularidades de documentação, ainda que verificadas posteriormente, eliminarão o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.
16.2 - A inscrição do candidato importará no conhecimento das instruções deste Edital e na aceitação tácita das condições nele contidas tais como se acham estabelecidas.
16.3 - Todo o processo seletivo será conduzido com base no disposto na Lei Municipal n.º 572, de 29 de abril de 2005 e no Decreto Municipal n.º 019/2005 e suas alterações posteriores, que funcionarão como editais e que se encontram afixados no Mural da Prefeitura Municipal.
16.4 - Aplica-se ao **Contratado** o Regime Jurídico Administrativo ou Especial e o Regime Previdenciário será o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).
16.5 – Este Edital poderá ser impugnado por qualquer cidadão, desde que fundamentado em legislação pertinente, até 24 (vinte e quatro) horas após sua publicação.
Outras informações por meio do fone (66) 3386-1222.

São José do Rio Claro, 19 de abril de 2013.

NATANAEL CASAVECHIA
Prefeito Municipal

SANDRA FRANCO CASAVECHIA
Presidente da CPPS

Publicado por:
Adenir Cristina de Moura Nunes
Código Identificador:8A376707